



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 51 SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,45) Telmário Mota (4,38,43) Regina Sousa (42) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,45) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,43) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (47) Antonio Anastasia (48) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2015..... 004

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de março de 2015..... 056

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015..... 095

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015..... 099

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de março de 2015..... 122

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de abril de 2015..... 137

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de março de 2015..... 138

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de março de 2015..... 145

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de março de 2015 **(realizada em conjunto com a 3ª reunião da CCT) (vide item 1.1.8)**

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de março de 2015 **(realizada em conjunto com a 4ª reunião da CCT) (vide item 1.1.8)**

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2015..... 155

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2015..... 186

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015..... 200

1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015..... 226

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de março de 2015 **(realizada em conjunto com a 3ª reunião da CCT) (vide item 1.1.8)**

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de março de 2015 **(realizada em conjunto com a 4ª reunião da CCT) (vide item 1.1.8)**

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2015..... 224

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2015..... 268

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2015..... 272

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2015..... 277

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2015..... 297

1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de março de 2015..... 300

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de março de 2015..... 332

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2015..... 367

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015..... 383

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de março do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Davi Alcolumbre, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Antonio Anastasia, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Eduardo Amorim, e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Roberto Requião e Luiz Henrique. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o ano de 2015, tendo como expositor o Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Após a exposição do Ministro Nelson Barbosa, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Hélio José, Marcelo Crivella, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Reguffe, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Raimundo Lira, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Wellington Fagundes, Douglas Cintra, Walter Pinheiro, Wilder Moraes, José Serra, Antonio Anastasia, Telmário Mota, Davi Alcolumbre, Marta Suplicy, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença, Senador Wilder, também do Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente.

A pauta de hoje: audiência pública, Senador Fernando Bezerra, e o assunto é: discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o ano de 2015. O convidado é o Ministro Nelson Barbosa.

O Sr. Ministro Nelson Barbosa já está chegando à Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de registrar que, de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Mesa adotarás as seguintes normas: S. Ex^a o Sr. Ministro Nelson Barbosa terá 30 minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se – é importante registrar isso – oradores de cada Partido. Isso está previsto inclusive no Regimento Interno do Senado Federal, como citei inicialmente, nos arts. 397 e 398. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurando igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Eu gostaria de registrar que marcamos excepcionalmente esta reunião para 10h30 porque o Ministro Nelson Barbosa não precisou nem de requerimento para aceitar o convite da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, não tivemos oportunidade de aprovar o requerimento, ele já veio espontaneamente através de um contato que tive com ele na semana passada. Da mesma maneira os outros dois Ministros.

Nós teremos, hoje, o Ministro Nelson Barbosa; na próxima terça-feira, dia 24, o Presidente do Banco Central, Ministro Tombini; e no dia 31 de março, o Ministro Levy. Nós vamos sair, Senador Tasso, daquelas 10h e vamos fazer a reunião extraordinária da CAE exatamente porque nós sequer aprovamos os requerimentos, mas os Ministros já toparam os convites e vão vir aqui para fazer um grande debate sobre a macroeconomia, sobre as medidas fiscais e também sobre o futuro. Não adianta só ficar em cima de agenda negativa. Precisamos falar de coisas boas, de coisas que o Brasil espera que o Governo da Presidenta Dilma realize.

Portanto, nestas próximas três terças-feiras, já temos confirmados o Ministro Nelson Barbosa, hoje; na terça-feira que vem, o Presidente do Banco Central, Tombini; e na última terça-feira do mês, o Ministro Levy.

A Adriana está aqui registrando que o Tombini virá às 10h. De acordo com o Regimento, não precisa caracterizar, por essa questão, como reunião extraordinária, não tem que ter requerimento, porque está prevista no Regimento a vinda do Presidente do Banco Central. Era para ele vir em fevereiro, mas, pelas razões que todos nós aqui conhecemos, isso não foi possível. Então, ele virá agora, na terça-feira. E aí fechamos com o Ministro Levy.

Eu queria também registrar mais uma vez que, como mudamos a Legislatura, muitos processos voltaram. Então, estamos agora olhando todos os projetos e indicando os relatores. E vamos seguir o critério da proporcionalidade, que é justo, procurando distribuir essas relatorias para todos os Senadores, para que cada Senador e Senadora tenha a oportunidade de relatar projetos importantes aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu acabo de receber a informação da Adriana de que o Sr. Ministro Nelson Barbosa acaba de chegar à Comissão de Assuntos Econômicos. Convido o Senador Moka e o Senador Pinheiro para acompanhá-lo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É que eu não pude ver V. Ex^a. Fizeram uma obstrução visual.

Peço aos dois Senadores que encaminhem o Ministro Nelson Barbosa aqui à mesa dos trabalhos. *(Pausa.)*

Quero informar ao Sr. Ministro Nelson Barbosa que ele terá 30 minutos para fazer sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Quero agradecer ao Ministro Nelson Barbosa pela oportunidade, por ter vindo aqui simplesmente em função de uma reunião que tivemos lá no Ministério do Planejamento. Isso mostra o respeito e o carinho que ele tem pelo Senado Federal e pelo papel que nós desempenhamos, principalmente aqui, que é a Casa dos Estados, para o futuro da economia brasileira, também, e principalmente, discutindo temas de extrema relevância para a Federação brasileira.

Com a palavra o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; o Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da CAE; demais Senadores e Senadoras presentes; todos os profissionais da imprensa e todos os participantes desta audiência.

Como o Senador colocou, é com prazer que venho aqui para apresentar a nossa estratégia de política econômica, especificamente no que tange ao Ministério do Planejamento. O meu objetivo aqui hoje é apresentar a lógica da estratégia de reequilíbrio fiscal do Governo e de retomada do crescimento, porque o reequilíbrio fiscal é um passo necessário para a retomada do crescimento.

Eu vou utilizar uma breve apresentação na minha fala. Essa apresentação está sendo ou será distribuída a todos os Senadores e Senadoras.

Pode colocar o primeiro eslaide?

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um comentário mais geral. Neste momento nós temos adotado algumas medidas que podem ter um impacto restritivo sobre a economia, mas são medidas necessárias para a recuperação do crescimento. Qual é a lógica? O crescimento, para ser sustentável, precisa de investimento. E ninguém investe somente por causa de um estímulo ou de um benefício. As pessoas investem se esperam ter demanda por aquele investimento. Ninguém constrói uma fábrica ou abre uma loja porque está barato. As pessoas fazem investimento se elas esperam que vão ter demanda para esse investimento, e não uma demanda somente por um ano; uma demanda sustentada, uma demanda por vários anos. E para ter o crescimento, para ter o crescimento sustentado é preciso ter controle da inflação e equilíbrio fiscal. E é por isso que o primeiro passo para a recuperação do crescimento é trazer a inflação de volta ao centro da meta e promover o reequilíbrio fiscal do Governo. Então, essas ações, apesar de terem impactos restritivos no curto prazo, são necessárias e são o primeiro passo para a recuperação do crescimento da economia.

Para dar uma ideia da magnitude do que nós estamos propondo, eu coloquei esse gráfico. Ele representa o superávit primário da União, Estados e Municípios em percentual do PIB. No ano passado, houve um déficit de 0,6% do PIB. Foi o primeiro déficit desde 1997. E ali estão as metas que o Governo propôs e o Congresso aprovou para este e para os próximos anos: 1,2% do PIB e 2% nos anos seguintes. É um esforço fiscal considerável; é um esforço fiscal possível; é um esforço fiscal que, ainda assim, é menor do que o esforço fiscal que foi adotado, por exemplo, durante a crise cambial de 1998/1999. É um esforço fiscal que nós estamos procurando fazer de uma maneira bem distribuída, de uma maneira bem equilibrada, e lembrando que uma das primeiras ações adotadas nessa estratégia de política econômica conjuntamente pela equipe econômica anterior e pelos indicados para a equipe econômica deste Governo foi revisar as metas de resultado primário. Foi revisada a meta de 2014, foi revisada a meta de 2015.

Sobre isso eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras que participaram daquelas longas sessões em que aprovaram a revisão da meta, o que foi muito importante para adequar o esforço fiscal à capacidade do que a economia brasileira pode suportar, promover o reequilíbrio fiscal, mas promover numa velocidade gradual que a economia possa suportar.

Então, é um esforço fiscal considerável, é um esforço fiscal que, apesar de considerável, em percentual do PIB, é menor do que o esforço fiscal feito ali na saída da crise cambial de 1998/1999.

Pode passar.

Em termos gerais, temos uma sequência de ações – ações que se complementam e que procuram distribuir esse esforço fiscal. Como eu falei, a primeira ação foi revisar as metas de resultado primário para a nova realidade econômica e fiscal do Brasil. Em seguida, e ainda no ano passado, foram feitas revisões de subsídios. Foi feita uma pequena elevação da TJLP e foi feita uma revisão das taxas de juros do PSI (Programa de Sustentação de Investimento). Continua havendo subsídio, continua havendo PSI, mas agora num grau menor do que no passado. As taxas de juros praticadas pelo BNDES voltaram para próximo do que eram antes da crise, as taxas que eram do Finame.

Em paralelo a isso, já no início deste ano, houve também uma redução do subsídio da energia elétrica com a incorporação na CDE de grande parte dos gastos termelétricos. O Governo absorveu enquanto pôde o maior impacto da seca que nós estamos vivendo, mas quando esse impacto esgotou a capacidade fiscal do Governo passou a ser transferido gradualmente para as tarifas elétricas.

Na sequência, também no final do ano passado, nós propusemos algumas mudanças em regras de acesso de alguns programas – são as chamadas MPs 664 e 665, aquelas propostas que envolvem seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso, auxílio-doença e pensão por morte. São MPs que eu vou detalhar um pouco mais à frente, mas tratam de medidas que mexem na despesa obrigatória do Governo.

Na sequência, nós adotamos uma série de medidas administrativas para reduzir o gasto discricionário do Governo, chamado decreto de um dezoito avos. Enquanto nós não temos o Orçamento, o Congresso, as senhas e os senhores nos autorizam a operar com um doze avos. Nós decidimos operar com um dezoito avos neste início de ano, até que a situação macroeconômica se torne mais clara e para elevar o resultado primário mais rapidamente.

Houve também uma série de revisão de desonerações tributárias, começando com um retorno, já programado pelo próprio Ministro Mantega, do IPI de automóveis de linha branca. Houve uma revisão da desoneração da CID. Houve uma revisão do IOF, voltando ao nível que era em 2011. E mais recentemente nós propusemos – e estamos discutindo com o Congresso – uma revisão da desoneração da folha de pagamento.

Em paralelo a isso tudo, o Governo está fazendo um esforço de melhora do gasto público com um grupo de trabalho, para analisar o gasto e reavaliar a execução de resto a pagar.

Então, é uma série de ações. Não é uma ação apenas. São ações que envolvem revisar meta, são ações que envolvem receita e despesa – mais redução de despesa do que aumento de receita –; são ações que envolvem despesa discricionária; ações que são somente para este ano – na medida em que a situação melhorar, isso pode ser revisto –; e são ações que envolvem despesas obrigatórias, reformas permanentes que vão abrir espaço fiscal para melhora, para elevar o resultado primário neste momento de maior esforço fiscal, mas vão abrir espaço fiscal para outras iniciativas ao longo do tempo.

Pode passar.

Sobre as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, elas foram lançadas no final do ano passado, porque, pela questão do abono salarial, era preciso que elas fossem lançadas ainda em 2014, devido ao princípio da anualidade. Por isso elas foram lançadas naquele momento. São propostas que o Ministro Mantega já vinha discutindo e formulando há algum tempo, e, em contato com o Ministro Levy e comigo, decidiu-se lançar essas medidas com autorização da Presidente já no final do ano passado. São medidas importantes. Como falei, elas promovem uma redução no gasto obrigatório da União de cerca de 0,3% do PIB. Neste ano, 0,3% do PIB correspondem aproximadamente a R\$ 17 bilhões ou R\$ 18 bilhões. São medidas que, neste momento de esforço fiscal, vão contribuir para elevação do resultado primário, mas, por serem permanentes, essas medidas vão também abrir espaço para que haja mais recursos para serem utilizados em outros programas. No ano que vem, são mais R\$ 18 bilhões ou R\$ 19 bilhões; no outro ano, R\$ 19 bilhões ou R\$ 20 bilhões que podem ser utilizados em outros programas, inclusive nesses próprios programas da Previdência Social e do FAT ou em outras iniciativas. Então, é uma medida estrutural. Ela envolve cinco programas: auxílio-doença, pensão por morte, abono salarial, seguro defeso, seguro-desemprego.

Entendo que as Comissões estão para ser instaladas e haverá audiências públicas especificamente sobre essas medidas. Então, prefiro deixar esclarecimentos e respostas sobre essas medidas para a fase de perguntas e respostas, mas queria destacar apenas dois pontos na minha apresentação sobre essas medidas.

O primeiro ponto é sobre o seguro-desemprego. Essa é uma simulação que fizemos. Temos feito várias reuniões com as centrais sindicais, com os Partidos e as Lideranças da base. Esse é um dado que temos apresentado nessas reuniões, e queria aproveitar a oportunidade para apresentar também na CAE. Essa é uma simulação para ver como ficam as regras do seguro-desemprego: como eram antes e como propusemos. Então, o

que fizemos ali foi considerar um trabalhador que tem um salário mensal de R\$1.000,00. Se esse trabalhador for demitido por justa causa após 6 meses de trabalho, ele vai ganhar o 13º salário mais férias proporcionais, 50%. Então, vai ganhar 50% de R\$1.000,00 duas vezes: ele vai ganhar R\$1.000,00. Ele vai ter acesso imediato às suas contribuições ao FGTS, que foram de 8%, e mais 8% sobre 13º salário e férias proporcionais. Então, ele ganha mais R\$560,00. Há a multa do FGTS, de 40% sobre o valor do FGTS a que ele tem direito, que é de R\$224,00. E ele teria, pelas regras anteriores, acesso ao seguro-desemprego: três pagamentos de R\$800,00. Neste caso, se o salário é de R\$1.000,00, ele recebe 80%.

Esse trabalhador ou trabalhadora, demitido por justa causa após 6 meses, no primeiro mês após a sua demissão, teria uma remuneração de R\$2.584,00, ou seja, um aumento de 258% em relação ao salário que tinha na ativa. Considerando os 3 meses de seguro-desemprego, ele teria uma remuneração de R\$4.184,00, um valor acumulado de R\$1.395,00. Então, isso caracterizaria uma remuneração superior, nesses 3 meses de seguro-desemprego, ao que ele ou ela tinha quando empregado ou empregada. Isso não é uma fraude ou culpa do trabalhador ou da empresa. Isso é o que a regra atual coloca. E nós detectamos que essa regra atual, em casos específicos, poderia estar tornando atrativo até o acesso ao seguro-desemprego após 6 meses.

Por isso, uma das nossas propostas foi não eliminar seguro-desemprego. Continua havendo seguro-desemprego, continua havendo acesso ao FGTS, só que o Governo está propondo ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira que esse acesso, no primeiro pedido, se dê depois de 18 meses, que o trabalhador fique mais tempo no mercado de trabalho.

Para ter acesso ao seguro-desemprego, na regra anterior, era necessário que se trabalhasse somente 6 meses; para ter o segundo acesso, teria de trabalhar 6 meses num intervalo de 16. Então, no sistema anterior, a regra para o segundo pedido era mais rígida que a regra para o primeiro pedido. Neste momento, nós estamos propondo um aperfeiçoamento desse programa, colocando que, para fazer o primeiro pedido, o trabalhador tem que ter 18 meses trabalhados em 24 meses, ou seja, a cada 4 meses, trabalhar 3; para fazer o segundo pedido, ter 12 meses em 16; e, a partir do terceiro pedido, a regra continua a mesma.

Com essa nossa proposta, o que aconteceria com o trabalhador que, eventualmente, tivesse que acessar o seguro-desemprego por 6 meses? Ele não teria o acesso ao seguro-desemprego. Teria uma remuneração somente pelo FGTS. Teria um acesso a R\$1.784,00 a partir do mês em que ele foi demitido; nos 3 meses seguintes, também teria R\$1.784,00 com um valor acumulado mensal de R\$595,00. Ou seja, não haveria esse aumento de remuneração apenas após 6 meses de emprego. Vai continuar havendo esse aumento de remuneração, mas após 18 meses de emprego. Então, é uma medida para corrigir essa distorção e para incentivar, também, a maior permanência dos trabalhadores com seu vínculo empregatício.

Sobre a questão da pensão por morte, são várias medidas. Eu queria apenas comentar uma, que é o estabelecimento de prazo de duração para o benefício.

Pela regra anterior, a pensão por morte tinha prazo vitalício, independente da idade do beneficiário ou da beneficiária. Nós avaliamos mais de 130 países, e a maioria dos países do mundo estabelece um prazo para a pensão por morte inversamente proporcional à idade do beneficiário. A ideia é que uma pessoa jovem sem filhos que perdeu um parceiro, uma parceira tem que ter o apoio do Estado, mas não o apoio do Estado, necessariamente, pelo resto da sua vida. Se for uma pessoa de 21 anos sem filhos, essa pessoa tem capacidade, com o apoio do Estado, de se recuperar da sua perda e poder acessar o mercado de trabalho.

Então, o que foi proposto foi tornar a duração do benefício proporcional à idade do beneficiário, adotando uma regra de que o benefício vai ser vitalício para quem tiver uma expectativa de sobrevida de até 35 anos. Hoje, de acordo com os cálculos demográficos do IBGE, essa idade é 44 anos. Então, com 44 anos ou mais, o benefício continua sendo vitalício. Abaixo de 44 anos, haverá uma tabela proporcional, ou seja, quem tem de 39 a 43 anos recebe o benefício por 15 anos; de 33 a 38, recebe por 12 anos; e assim por diante. Quem tem 21 anos ou menos recebe o benefício por 3 anos. Ou seja, qualquer pessoa que perder o seu parceiro, a sua parceira terá acesso ao benefício, desde que cumprida a carência, independente da sua idade. Não há extinção de benefício. O que há é uma adequação do prazo do benefício à capacidade laboral, à capacidade de trabalho dessa pessoa. Isso vale para pessoas sem filhos. Se tiver filho, o benefício vai durar enquanto o filho for dependente.

Com base nas concessões do ano passado, essa regra atingiria somente 13% das pensões; 86,7%, 87% das pensões foram concedidas para pessoas de 44 anos ou mais. Então, é uma medida pontual, que atinge uma pequena parcela dos benefícios, mas, apesar de pontual, promove um grande reequilíbrio na Previdência, se a considerarmos ao longo do tempo – do tempo em que essa pessoa iria receber esse benefício ao longo de toda a sua vida. Então, pelos cálculos da Previdência, que são sempre feitos considerando de 30 a 40 anos, essa medida também melhora e fortalece o financiamento da Previdência Social no Brasil.

Além dessas medidas sobre o gasto permanente, como falei, foram adotadas várias medidas sobre o gasto discricionário, medidas temporárias, como uma redução de 33% do gasto discricionário da União – o

chamado decreto de um dezoito avos. Também foi estabelecido que, neste primeiro quadrimestre, as despesas discricionárias teriam um limite de 75 bilhões para pagamento, o que é uma redução também em cerca de 33% do que está no Orçamento. Enquanto o Orçamento não é aprovado, temos que adotar esse tipo de medidas.

Foi criado um grupo de Acompanhamento de Gastos Públicos para avaliar os diversos programas que o Governo tem, para melhorar a execução desses programas, consolidando o que tem que ser consolidado, extinguindo o que pode ser extinto e propondo iniciativas novas. Então, está sendo feita uma análise detalhada, por parte da junta orçamentária – Fazenda, Casa Civil e Ministério do Planejamento –, com cada Ministério para melhorar o gasto público. E esse é um grupo que tem prazo. O primeiro relatório será feito no final deste mês, para subsidiar o contingenciamento, a programação orçamentária, e o segundo relatório será feito até o dia 30 de junho, para subsidiar o PPA, o Plano Plurianual.

Nós também propusemos uma reavaliação dos restos a pagar não processados, que são aquelas despesas que, por diversos motivos, ainda não foram liquidadas, seja porque choveu e atrasou o cronograma de uma obra, seja porque obras, eventualmente, revelaram-se inviáveis.

Também foi estabelecido um cronograma para a gente reavaliar os restos a pagar não processados, o porquê de essas obras ainda não terem sido feitas, qual é o prazo de execução dessa obra, se ela não for começar no primeiro semestre, quando ela vai começar, para dar mais previsibilidade, para dar mais segurança tanto para o Governo quanto para quem vai executar e receber essas obras.

No lado da receita, como falei, houve uma revisão de desonerações, começando pelo retorno do IPI da linha branca dos automóveis – parcial, no caso dos automóveis, no início do ano –; a cobrança da Cide-Combustíveis, que estava com alíquota zero, voltou com uma alíquota positiva ainda inferior ao que era há quatro, cinco anos; IOF crédito; o Reintegra, que foi programado para ser 1% este ano, crescendo para 3% até 2017.

Também foram propostas medidas e tributos não regulatórios, ou seja, tributos que têm que ser feitos por MP ou por projeto de lei. Foi proposta uma medida do PIS/Cofins, para corrigir uma distorção tributária, porque, devido a uma decisão judicial, a tributação de PIS/Cofins sobre importações ficou mais baixa do que a produção doméstica, então, foi proposta essa correção.

E nós propusemos, especificamente o Ministério da Fazenda, mas eu também participei da formulação e da decisão, uma revisão da desoneração da folha de pagamento, que não é para acabar com a desoneração da folha de pagamento, é para adequar o tamanho dessa desoneração à essa necessidade de esforço fiscal e à nova realidade econômica do Brasil, lembrando que a desoneração da folha de pagamento, quando foi proposta inicialmente, era um período em que o câmbio estava 1,60. Ela foi proposta como medida para aumentar a competitividade. E nós agora temos uma taxa de câmbio mais elevada e há essa necessidade de esforço fiscal, que faz necessário revisar, mas não eliminar a desoneração da folha de pagamento.

Essa proposta foi submetida como MP ao Congresso Nacional, o Presidente do Congresso Nacional solicitou que essa proposta fosse submetida na forma de PL e o Ministério da Fazenda está conduzindo todas essas iniciativas e vai, obviamente, à Liderança, para dialogar com o Congresso Nacional sobre temas tributários.

Ainda sobre a tributação – e eu coloquei esse gráfico porque é um ponto não muito conhecido –, há essa ideia, essa opinião, essa percepção de que aumento de arrecadação neste momento pode ser complicado. Sim, aumento de arrecadação é sempre uma medida difícil, é sempre uma medida que tem impactos negativos sobre alguns setores, e é por isso que o Governo só adota isso quando é necessário. E, aí, para esclarecer também o porquê desse aumento de arrecadação que nós estamos propondo em alguns impostos, lembrando, a maior parte do esforço fiscal é na despesa: cerca de 70% na despesa; e 30% na receita.

Nós estamos propondo isso também porque a arrecadação, se nós considerarmos somente a arrecadação de impostos e contribuições federais, tirando o que é INSS, tirando o que é *royalty*, receitas não tributárias, que são receitas de concessão, receitas patrimoniais, dividendos, considerando só o que é imposto e contribuição – o que é Imposto de Renda, o que é IPI, o que é PIS/Cofins –, qualquer imposto e contribuição, essa receita está estável no Brasil desde 2002. A receita de impostos e contribuições do Governo Federal era de 15,5% em 2002; e, no ano passado, ela foi de 15,1%. No que se refere a impostos e contribuições federais, não houve aumento de carga tributária desde 2002. Houve aumento forte ali em 1997 a 2002, que foi aquele período da crise cambial, do grande ajuste fiscal que era necessário naquela época. Mas, desde então, essa receita de impostos e contribuições tem permanecido relativamente estável. O que nós estamos propondo vai proporcionar uma pequena elevação da arrecadação do Governo neste ano e nos anos seguintes, mas mantendo nesse patamar, uma pequena elevação.

Nós entendemos os impactos que isso tem sobre alguns setores, entendemos o impacto político que isso tem, e nós não iríamos propor essas medidas se nós não achássemos que elas são necessárias. Elas são necessárias, porque elas vão promover o reequilíbrio fiscal e permitir a recuperação mais rápida do crescimento da economia, e elas não significam um aumento de carga tributária de impostos e contribuições. O que aumentou

nos últimos anos em termos de arrecadação, principalmente do lado federal, foi a arrecadação de INSS, mas essa é a arrecadação boa, é o colesterol bom. O aumento dessa arrecadação em percentual do PIB significa que há mais pessoas no mercado formal de trabalho, que os salários estão crescendo e há mais emprego, e é natural que o esforço de formalização da economia aumente a arrecadação de INSS.

Na arrecadação direta e indireta, tributos indiretos e diretos do Governo Federal, a arrecadação está estável desde 2002.

Pode passar.

Olhando para as perspectivas macroeconômicas, também em conjunto com a equipe anterior, nas nossas discussões em novembro e em dezembro, o Governo já anunciou, em dezembro do ano passado, que iria adotar uma nova sistemática nos seus cenários macroeconômicos. Nós vamos adotar as perspectivas de mercado, não necessariamente porque a gente concorde – se houver dois economistas, vai haver dez opiniões – mas para fazer um cenário de política econômica com base no cenário médio de mercado para mostrar que mesmo num cenário que não seja necessariamente cenário do Governo a política econômica é robusta.

Então, o que o cenário de mercado hoje indica? Ele indica o aumento temporário da inflação em 2015 – a inflação neste ano, a expectativa subiu de 6,5 para 7,5 ou 7,8 –, mas também indica que a inflação de 2016, 2017 em diante permanece no mesmo lugar ou cai. Ou seja, as expectativas de mercado indicam que o aumento da inflação está sendo percebido como um aumento temporário, fruto desse realinhamento de preços. Está-se percebendo também que a política econômica vai ser capaz de absorver os efeitos temporários desse realinhamento de preços e trazer a inflação para baixo mais rapidamente do que o mercado esperava no final do ano passado. Não tão rapidamente quanto nós desejamos – nós desejamos trazer a inflação para a meta o mais rápido possível –, mas as expectativas de mercado indicam que o impacto do realinhamento de preços até agora ocorreu principalmente somente sobre a inflação deste ano, sobre a expectativa de inflação deste ano. As expectativas de inflação para os anos seguintes estão iguais ou menores do que o mercado esperava um ano atrás. Nós estamos trabalhando – principalmente o Ministro Tombini, que virá a esta Comissão apresentar as ações do Banco Central – para que essa inflação recue o mais rápido possível.

As expectativas de mercado também indicam uma recuperação do crescimento a partir do segundo semestre. Quando a gente pega a expectativa de mercado, que é de um crescimento negativo para este ano, e quebra por trimestres, ela indica que no quarto trimestre a economia brasileira já estaria crescendo mais rapidamente. Nós estamos trabalhando para antecipar essa recuperação, para que ela já possa acontecer, por exemplo, a partir do terceiro trimestre, estamos tomando as ações para recuperar a confiança, para lançar novos projetos de investimento para antecipar essa recuperação que o próprio mercado já prevê a partir do segundo semestre.

Passados os efeitos desses ajustes de preços relativos, dessas medidas econômicas, a economia se adapta e volta a crescer. Aliás, o Brasil tem uma grande história de resposta rápida a esse tipo de medidas. A economia sofre os impactos restritivos e inflacionários no curto prazo, mas tende a se recuperar de seis a nove meses depois das medidas adotadas, como, por exemplo, em 1999. Em 1999, quando o Governo Fernando Henrique mudou o regime cambial, adotou o regime de metas de inflação, a expectativa naquele momento – isso o próprio ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga destacava nas suas entrevistas – era de que a inflação chegaria a 20%, que o PIB cairia a 5. No final do ano a inflação foi de 9 e o PIB nem chegou a cair, a economia se recupera rápido disso, desde que cada um faça a sua parte. Nós estamos procurando fazer a nossa parte, estamos aqui para ouvir opiniões das senhoras e dos senhores sobre o que pode ser aprimorado.

Na estabilização... E a questão do câmbio. O câmbio agora mudou de nível, mas, apesar de essa depreciação ser significativa, se considerarmos os últimos seis ou sete meses, quando olhamos para uma série mais longa e ajustamos os preços, a depreciação, em termos reais, levou o câmbio de volta ao nível em que ele estava em 2006, que era também o nível em que ele estava no ano 2000, após a crise cambial de 1999. Então, agora, na realidade, há um realinhamento da taxa de câmbio devido a fatores internos e a fatores externos, porque caiu o preço das *commodities* e o dólar está subindo no mundo inteiro. O câmbio subiu, mas tende a se estabilizar num patamar mais elevado. Não é uma situação de câmbio fora de controle, é simplesmente de um realinhamento da taxa de câmbio às novas condições internas e externas.

Essas medidas que estamos tomando, como falei, são o primeiro passo para a recuperação do crescimento. O ajuste não é um fim em si mesmo, o ajuste é uma medida para alguma coisa, para a recuperação do crescimento, para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Dentro disso, há várias iniciativas: a continuação da reforma tributária com o novo projeto Supersimples, com a reforma do PIS-Cofins, com a discussão de ICMS que esta Comissão tem realizado; há o Plano Nacional de Exportações sendo conduzido pelo Ministro Armando Monteiro, a primeira iniciativa conduzida pelo Ministro Joaquim Levy; há um programa de desburocratização e simplificação chamado Programa Bem Mais Simples, liderado pelo

Ministro Afif, do qual todos nós participamos; e há o programa de investimento em infraestrutura e ampliação das concessões por continuidade do PAC.

As duas primeiras medidas, eu creio que o Ministro Levy pode detalhar quando vier aqui. Eu participei de algumas delas no passado, posso responder perguntas sobre isso, assim como também sobre o Plano Nacional de Exportações. Então, o pouco tempo que me resta eu gostaria de concentrar nas ações, especificamente, do Ministério do Planejamento.

Para recuperar o crescimento da economia brasileira, é preciso aumentar a produtividade da economia. Uma das maneiras de aumentar a produtividade é aumentando o investimento; outra, melhorando e simplificando o dia a dia das empresas e das famílias brasileiras. Com essa preocupação, a Presidenta Dilma lançou, no final de fevereiro, o programa Bem Mais Simples. O que é o programa Bem Mais Simples? É uma proposta de reorganizar todas as ações de desburocratização e simplificação do Governo Federal em um único programa, com três eixos: um eixo para simplificar a vida do cidadão, a relação do cidadão com o Estado brasileiro; o segundo eixo, para simplificar a relação das empresas com o Estado brasileiro; e o terceiro eixo, para simplificar a relação do Estado brasileiro com ele mesmo. Aqui há vários governadores, ex-ministros. Sabemos que o Governo é uma instituição grande, com vários Ministérios, e às vezes há problemas burocráticos e necessidade de simplificação dentro do próprio Governo Federal.

Então, esse é um programa, seguindo o estilo de outras iniciativas do Governo, para centralizar, sob um único comando e com relatórios diretos à Presidenta da República, a execução de diversas iniciativas de simplificação e desburocratização. No caso do cidadão, só para dar um exemplo, a implementação da carteira de trabalho eletrônica, que está sendo feita pelo Ministério do Trabalho. No caso das empresas, o eSocial, que é a folha de pagamento eletrônica, para as empresas prestarem apenas uma informação ao Estado brasileiro. Depois, o Estado brasileiro divide aquela informação para os diversos atores públicos envolvidos. Até hoje as empresas prestam informações ao INSS, à Receita, ao FGTS, ao Ministério do Trabalho. A ideia é unificar isso. No caso do Governo, a central de compras e contratações, o aumento de eficiência do uso de energia e de água por parte do setor público.

Então, esse é um programa bem descentralizado de várias iniciativas. Cada iniciativa dessas pode dar uma pequena economia, uma pequena contribuição à eficiência da economia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio.

O SR. NELSON BARBOSA – Mas essas ações, em conjunto, podem gerar um grande aumento de produtividade no Brasil. Então, são ações que estão correndo em paralelo. É um grupo interministerial liderado pelo Ministro Afif, mas com participação de vários Ministérios.

Bom, na questão do investimento – e eu já me encaminho para o final –, eu queria apresentar a todos os Senadores e Senadoras o panorama de como está o programa de investimento do Governo Federal neste início de 2015.

Na questão de rodovias, o programa continua. O programa foi iniciado no ano passado. Há vários projetos em estudo e em processo de concessão. Um deles é a Ponte Rio-Niterói, cuja concessão, o leilão, está marcada para amanhã. Ontem, nós ficamos sabendo que houve seis interessados. Como é uma concessão existente, de baixo risco, há a perspectiva de ser de grande concorrência, e apesar de ser uma concessão existente, também há perspectiva de grandes investimentos. Quem é do Rio sabe o problema da Ponte Rio-Niterói, que essa concessão não é simplesmente passar para o novo concessionário. Quem assumir vai fazer o mergulhão em Niterói, para melhorar o tráfego em Niterói, e vai fazer uma conexão com o porto e com a Linha Vermelha, do lado do Rio de Janeiro, melhorando em muito o acesso, a utilização e a ligação entre Rio e Niterói.

Além disso, começaram no ano passado, e já estão em andamento, vários estudos sobre concessões. Um estudo já foi entregue, sobre uma rodovia em Santa Catarina e Paraná, e há três estudos em andamento para serem entregues no segundo trimestre. Uma delas é a rodovia que liga Sinop à BR-163, Mato Grosso ao Pará.

Nós estamos trabalhando para uma nova rodada de concessões, com novas rodovias. Nós vamos fazer isso no segundo semestre. Por que não agora? Por que há vários estudos já em andamento. Nós vamos receber esses estudos que foram lançados no ano passado e tentar viabilizar o leilão dessas rodovias.

No segundo semestre, estamos trabalhando com o Ministro Antonio Carlos, ex-Senador, para lançar uma nova rodada, novas rodovias para concessão. O processo de concessão continua. Ele não parou, está em andamento. Já há projetos em andamento para, se possível, serem concedidos neste ano. Há novas rodovias para serem colocadas, em consulta ao setor privado, no segundo semestre deste ano.

Além disso, estamos avaliando investimentos em concessões existentes. Em algumas concessões, o próprio concessionário pode expandir a capacidade. Há exemplo disso no Rio de Janeiro, na subida para São Paulo, na subida para Minas Gerais. São investimentos novos, mas em concessões existentes. A realização desses investimentos implica um entendimento com o concessionário, para que ele faça o investimento, ou para que

o Governo faça esse investimento, o que implica uma discussão de como será remunerado esse investimento. E nós já detectamos que há possibilidade de vários investimentos em concessões já existentes, que são investimentos em rodovias já existentes, mas que ampliam muito a capacidade e a produtividade dessas rodovias. Além disso, há o investimento público. São 7 mil quilômetros de obras na AGU, sendo 2,6 quilômetros em duplicação e adequação e 4,4 quilômetros em construção.

Na questão das ferrovias, nós temos três projetos de reavaliação para licitação em 2015: da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a Fico, que liga Lucas do Rio Verde a Campinorte, já foi aprovado o edital no TCU, nós podemos lançar essa licitação e, agora, nós estamos avaliando o melhor momento para lançá-la. Estamos avaliando o interesse do setor privado para lançar essa ferrovia. Há um projeto da Ferrovia Rio-Vitória sendo conduzido pelos Governos dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que nos será apresentado, e já está em estudo no Governo Federal, para possível licitação no segundo semestre. E há a intenção do Governo, ao completar essas obras públicas na ferrovia Norte-Sul, entre Palmas e Estrela D'Oeste, de verificar a possibilidade de concessão dessa ferrovia também.

Além disso, há seis estudos em andamento por parte do setor privado, dentro do programa de concessão que o Governo já lançou, na época em que a Ministra Gleisi era Chefe da Casa Civil, e que continuou. Portanto, há seis estudos em andamento com entrega prevista para o meio deste ano. Uma dessas ferrovias é a que liga Sinop a Miritituba para escoar a safra do Mato Grosso. Uma vez entregues esses estudos pelo setor privado, nós vamos avaliar e, se tudo der certo, se o projeto for viável e atraente para o Governo e para o setor privado, colocar essas ferrovias em licitação em 2016.

Além disso, similarmente ao que já acontece com rodovias, nós estamos em contato com os concessionários de ferrovias existentes para verificar a possibilidade de investimento em ampliação de capacitação e melhora de produtividade em ferrovias já existentes no Centro-Oeste. Há possibilidade de fazer arcos ferroviários, desviar ferrovias de áreas densamente povoadas, que são investimentos novos em ferrovias existentes. São investimentos que vão gerar emprego e vão melhorar a produtividade da economia brasileira.

Nós estamos em entendimento com os governos do Peru e da China para elaborar o projeto da Ferrovia Transoceânica, ligando Mato Grosso até o Peru. E como Mato Grosso já estaria ligado a Santos, na verdade, haveria uma ligação ferroviária entre os dois oceanos. Esse é um projeto em que nós devemos assinar um memorando de entendimento com o governo do Peru e da China neste primeiro semestre. A previsão é de que esse estudo fique pronto até o final do ano ou, no mais tardar, no início de 2016.

Na questão de aeroportos, portos e hidrovias, a Presidenta já anunciou que nós vamos pedir manifestação do interesse do setor privado para concessão dos aeroportos de Salvador, Florianópolis e Porto Alegre. Esses estudos têm que começar. No caso de Salvador e Florianópolis são investimentos em aeroportos já existentes. Então, a tendência é de que esses estudos sejam feitos rapidamente. Em Porto Alegre, investimentos tanto no aeroporto existente, como a possibilidade de concessão de novo aeroporto. Então esse estudo deve levar um tempo maior, mas já há a decisão política de colocar esses aeroportos em concessão e, em paralelo, também a preocupação de preparar a Infraero para lidar com essas concessões. Também há uma proposta de reestruturação da Infraero sendo conduzida pelo Ministro Eliseu Padilha, para adaptar a Infraero ao melhor modelo de negócio, para que a Infraero possa lidar com essa nova organização do mercado de aeroportos brasileiros.

Nos portos, nós temos edital de novos arrendamentos em avaliação pelo TCU. O Governo está tentando prestar os esclarecimentos para que isso seja liberado pelo TCU e os editais possam prosseguir, mas, independente disso, já há uma grande expansão de investimentos em Terminais de Uso Privado, chamados TUPs. Há renovação de arrendamentos existentes. Há vários pedidos, são 40 pedidos de renovação de arrendamentos existentes, dois já foram concedidos, e nós vamos chamar, como também anunciado pela Presidenta e pelo Ministro Edinho, da Secretaria Nacional de Portos, pedido de manifestação de interesse do setor privado para concessão de dragagem do canal de acesso. Em alguns portos o próprio setor já manifestou o interesse de que a dragagem pode ser feita pelo setor privado, portos em que há uma grande movimentação e que há também um grande assoreamento. Essas são atividades que, hoje, são feitas pela Companhia Docas, remuneradas por uma tarifa, e o setor privado nos procurou, manifestando interesse, porque essas obras podem ser feitas mais rapidamente via concessão, passando essa atividade das Companhias Docas para o setor privado. Isso também vai requerer uma readequação das Companhias Docas a essa nova realidade. E esses são pedidos de manifestação de interesse que nós vamos lançar neste semestre, como hidrovias.

A Ministra Kátia Abreu, Senadora, colega das senhoras e dos senhores, já na época do Senado manifestava bastante isto, mas, agora, como Ministra da Agricultura, tem enfatizado: a necessidade de nós utilizarmos melhor as nossas hidrovias. Nós vamos, então, colocar em estudo a necessidade ou não de concessão de hidrovias, principalmente aquelas que escoam a produção para o Norte do Brasil, como as hidrovias do Madeira, do Tapajós e do Tocantins; bem como algumas hidrovias no Centro e no Sudeste do Brasil.

Pode passar, por favor.

No caso da energia, continua o processo natural – todo ano tem – de leilões de geração. Haverá um leilão de geração de fontes alternativas – biomassa, eólica e também de energia solar. Hoje, o Presidente da EPE está no jornal *Valor Econômico* detalhando que haverá leilão para energia solar. Já houve os leilões programados de geração de A-5 e A-3; há a previsão de um leilão de A-1. Há os leilões de transmissão, com previsão para junho e julho, com mais de 3.900km em junho e 2.800km em julho; e há também uma iniciativa, pilotada por mais um colega das senhoras e dos senhores, o Senador Eduardo Braga, de estimular a micro e a cogeração de energia no Brasil, o que, além de aumentar a geração com novas usinas e melhorar a eficiência na transmissão, também é um potencial muito grande para se aumentar a oferta de energia com cogeração, por parte de grandes consumidores que têm geradores, unidades de geração de energia, que poderão carrear energia para o sistema em horários fora do pico. E, ainda, estimular a microgeração por parte de consumidores residenciais.

O Plano Nacional de Banda Larga nós estamos trabalhando em consulta com o setor privado, junto com o Ministro Berzoini, para ser lançado até o final deste semestre. E a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja meta é contratar três milhões de unidades, até 2018, e cuja principal inovação é a criação de uma faixa nova de acesso. Lembro para aqueles que não são familiarizados com o programa que temos a Faixa 1, para aqueles que ganham até R\$1,6 mil, que é basicamente subsídio. O Governo subsidia 95% do investimento. Temos a Faixa 2, que é financiamento – o mutuário, o beneficiário acessa um financiamento do FGTS, a partir de R\$1,6 mil. Assim, aquelas famílias que têm uma renda entre R\$1,6 mil e R\$2 mil estão em uma faixa em que têm uma renda muito elevada para acessar a Faixa 1, mas não tão elevada para acessar o financiamento. Então, nós vamos trabalhar uma nova faixa, misturando um pouco o subsídio no financiamento do FGTS com o subsídio da Faixa 1, criando o que estamos chamando, temporariamente, de “Faixa 1 – FGTS”. A nossa expectativa é de que isso amplie em muito o acesso ao Minha Casa, Minha Vida em grandes áreas metropolitanas, em regiões metropolitanas do Sudeste, viabilizando o financiamento para aquelas pessoas que aumentaram de renda. A renda delas já inviabiliza que acessem a Faixa 1, mas não é uma renda tão elevada que permita o acesso à Faixa 2. Então, essa é uma modalidade que nós estamos formatando, juntamente com o setor privado, para o lançamento ao longo deste primeiro semestre.

Para encerrar, eu queria transmitir uma mensagem. Nós estamos numa fase de ajustes econômicos, ajustes estes que têm algum impacto restritivo sobre a economia no curto prazo, mas que são um passo necessário para a recuperação do crescimento. Por maiores que possam parecer as nossas dificuldades neste momento, nosso potencial continua o mesmo. Algumas coisas mudaram – o mundo mudou, o Brasil mudou, a conjuntura econômica mudou –, mas algumas coisas não mudaram: o Brasil continua sendo uma economia continental, diversificada, com 200 milhões de habitantes, com uma demanda reprimida por vários investimentos, com grande potencial de crescimento. O nosso desafio, principalmente do Governo Federal, é fazer propostas para concretizar esse potencial, para transformar esse potencial em realidade.

Nós estamos em uma fase em que avançamos muito e, agora, temos que criar as condições para um novo ciclo de desenvolvimento. Nós avançamos muito na inclusão social via transferência de renda, reduzindo uma dívida histórica que o governo brasileiro tinha com as populações mais pobres. Nós proporcionamos – e, quando digo nós, digo todo o Estado brasileiro, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário – a inclusão social de milhões e milhões de pessoas, principalmente via transferência de renda, e essa era uma avenida necessária para enfrentar o problema da pobreza, o problema da desigualdade. Nós, agora, temos de construir um novo ciclo de desenvolvimento, um ciclo de inclusão social via geração de oportunidades: geração de oportunidade de investimentos para as empresas, geração de oportunidade de emprego e de qualificação profissional para os trabalhadores; Inclusão social via geração de oportunidades para que as pessoas possam continuar a melhorar de vida. Esse é o objetivo final da política econômica. Nesse esforço, cabe a todos nós fazer a sua parte. Nós estamos procurando fazer a nossa parte e com diálogo, com propostas construtivas.

Apresentei, aqui, às Sras e aos Srs. Senadores várias iniciativas que já estão em andamento. O Governo continua trabalhando, vários projetos já foram começados no ano passado e vários projetos serão começados neste ano. E tenho certeza que, trabalhando em conjunto, com diálogo, um diálogo construtivo, nós vamos ser capazes de superar essas dificuldades muito mais rápido do que o mercado espera hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Nelson Barbosa, pela excelente exposição.

Começo, agora, já a passar para os Senadores e Senadoras a palavra. Eu queria sugerir ao Plenário, se todos estiverem de acordo, fazer em bloco de cinco, porque são muitos Senadores e Senadoras inscritos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, permita-me contrapor: em bloco de três. A presença aqui do nosso Ministro é tão importante que nós precisamos valorizar a iniciativa de V.

Exª e o protagonismo que esta Comissão precisa ter, voltar a ter, nesses assuntos que são da maior relevância para o nosso País... *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Fernando Bezerra está sugerindo o seguinte: nem três nem cinco, mas quatro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, o ideal para que o debate se estabelecesse realmente seria pergunta e resposta, pergunta e resposta. Isso seria o ideal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Seria o ideal, Senador Alvaro Dias, mas nós temos muitas pessoas inscritas, e V. Exª sabe muito bem como é que essas audiências públicas transcorrem.

Então, eu vou fazer em bloco de quatro, em cinco minutos, e aí o Ministro responde e, se algum Senador ou Senadora quiser replicar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Isso é o que está no Regimento, é o que está no jogo.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias – e alternando Senadores de oposição, Senadores da Base.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Ministro, V. Exª chega a esta Casa num momento dramático da vida nacional, e nós reconhecemos sua qualificação técnica e profissional, a sua competência é inquestionável. Mas, infelizmente, não é mágico e muito menos milagreiro para resolver os problemas nacionais com esse ajuste fiscal anunciado aqui.

A primeira indagação diz respeito aos equívocos, aos erros cometidos pelo Governo, nos últimos anos, que nos levaram a esta situação de complexidade econômica. E a indagação é: quais foram esses erros? Quais foram os equívocos cometidos pelo Governo e por que o Governo não se antecipou? Porque, na campanha eleitoral, o Brasil era uma ilha de prosperidade, era o paraíso, não tínhamos dificuldades. Aqueles mais veementes e ousados traduzem isso como estelionato eleitoral. Não foi irresponsabilidade do Governo esconder a real situação econômica do País durante a campanha eleitoral?

Nós estamos diante de uma proposta de ajuste fiscal. Não lhe parece mais uma proposta de ajuste de contas do que de ajuste fiscal? Porque, na realidade, o Governo quer fazer um ajuste fiscal colocando a mão no bolso do contribuinte brasileiro e não oferece a sua parte. V. Exª fala em redução de gastos de 33%, através de portarias e decretos, nós não temos como avaliar essa redução e, sobretudo, porque a credibilidade do Governo está no fundo do poço é impossível imaginar a sociedade acreditando nessa redução de gastos sem medidas mais veementes, mais radicais, como, por exemplo, uma reforma administrativa que pudesse reduzir o tamanho deste Governo pela metade, o número de Ministérios pela metade, afinal o Governo brasileiro tem um tamanho maior do que o dos Estados Unidos e o da Alemanha somados. Excluindo a China, é o Governo com maior número de ministros do mundo! Aqui, se estabelecem os paralelismos, as superposições de ações, os gastos desnecessários. Se não me falha a memória, são cerca de 377 bilhões por ano de gastos com o custeio dessa monumental máquina, que tem origem num balcão de negócios, onde se aparelha o Estado, na distribuição dos espaços do Executivo aos partidos aliados, constituindo-se na matriz dos escândalos de corrupção.

Diante desse descrédito do Governo, as ruas mostraram isso nesse domingo, diante da incredulidade crescente do povo brasileiro em relação ao Governo, V. Exª não crê que seria adequado, até para se reconquistar a credibilidade, promover uma grande reforma administrativa não só reduzindo o tamanho do Estado, reduzindo pela metade o número de Ministérios, mas constituindo o Governo com a competência e a probidade como marca, buscando apartidariamente pessoas qualificadas, como V. Exª, que eu reconheço.

Não seria esse o caminho para reconquistar a credibilidade?

E, finalmente, Sr. Presidente, meu tempo se esgota e isso é muito pouco diante dos problemas que estamos enfrentando e do desejo que temos de expressar a voz das ruas, nesta hora, diante de um Ministro importante do Governo. Eu diria que esse anúncio de obras é temerário, Sr. Ministro. Nós não temos como acreditar nas possibilidades do Governo de cumprir essas metas em matéria de investimentos em obras em razão dos precedentes e do momento que estamos vivendo. Até porque o BNDES tem sido muito mais generoso com as empreiteiras que constroem lá fora do que com aquelas que constroem aqui.

O Governo realiza empréstimos gigantescos! Aqui atrás não há interesse nos empréstimos do Governo, mas, certamente, o povo brasileiro, que paga essa conta, tem muito interesse em saber a resposta do Ministro.

Eu gostaria que, aqui atrás, me permitissem falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pediria, por favor, o silêncio, porque essas conversas paralelas prejudicam a audiência pública.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Quem não quer ouvir vai lá para fora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Ou quem tem conversas vai lá para fora. Aqui não é o lugar. É hora de o Ministro falar. É hora de perguntarmos ao Ministro.

Ou nós assumimos aqui uma posição de seriedade na Comissão ou, então, nos desmoralizaremos definitivamente.

Sr. Ministro, a indagação: o BNDES tem sido generoso, empresta horrores para o exterior, usa as empreiteiras brasileiras para obras em outros países, empréstimos inclusive sigilosos, como os realizados com Cuba e Angola, sem respeitar a Constituição do País, que fala em transparência e publicidade dos atos.

Como acreditar que esse Governo que, há tantos anos, anuncia, por exemplo, uma obra como a duplicação da BR-040, aqui nas barbas do Governo, e a obra não tem início?!

Agora, o Senador Ataídes me diz que, lá no seu Estado de Tocantins, uma obra é suspensa porque o BNDES não repassa os recursos à concessionária para a sua execução.

Como podemos acreditar nesse anúncio de obras e de investimentos se o banco público BNDES, encarregado de alavancar esses projetos, prefere atender ao interesse de outros países, inclusive países ditatoriais e corruptos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – E o Governo brasileiro ainda pretendendo perdoar dívidas de ditaduras corruptas!

Como nós podemos acreditar nisso, Sr. Ministro?

Portanto, nós não acreditamos em ajuste fiscal sem que o Governo faça a sua parte. Sem cortar e cortar em profundidade na própria carne, o Governo não tem autoridade para falar em ajuste fiscal.

Respeitosamente essas são as minhas indagações, Sr. Ministro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, nós estamos em um momento extremamente delicado economicamente em nosso País. Estamos aqui diante do Ministro do Planejamento, diversos Senadores e Senadoras. Esses cinco minutos são muito pequenos para que nós possamos externar as nossas dúvidas e fazer as nossas perguntas. Será que não seria possível V. Ex^a alongar para 10 min.?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ataídes, eu estou seguindo o Regimento Interno do Senado, que estabelece esse prazo de 5 min. Eu estou seguindo religiosamente o que o Regimento Interno...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu acho que nós não vamos ter muito resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O que nós precisamos nos esforçar é para tentar, dentro desses 5 min., trabalhar, principalmente, aquelas questões que os Senadores precisam apresentar e o País também quer saber.

Muito obrigado, Senador Ataídes. Eu entendo, mas existem também muitos inscritos, portanto eu tenho que seguir o Regimento à risca, senão nós não vamos acabar essa audiência pública tão cedo.

Eu passo a palavra agora para o Senador Ricardo Ferraço. Também 5 min. Eu pediria essa disciplina dos Senadores e das Senadoras pelos 5 min, porque senão nós acabamos comprometendo até as perguntas dos demais.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, 5 min.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou me esforçar, Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, porque essa é a nossa primeira reunião, objetivamente falando, da Comissão de Assuntos Econômicos, e receber aqui o Ministro Nelson Barbosa é, de fato, uma oportunidade extraordinária para todos nós, à luz da conjuntura que o Brasil está atravessando.

Primeiramente, Sr. Ministro, eu gostaria de revelar todo o apreço e respeito que tenho pela trajetória de V. Ex^a. V. Ex^a tem uma trajetória acadêmica e de serviços públicos prestados ao nosso País de muita envergadura, como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, mas V. Ex^a, além de Ministro do Planejamento, fez parte da equipe econômica do Ministro Guido Mantega.

Ministro, eu acho que falar em futuro inclui confiança, inclui credibilidade. Eu estou aqui há quatro anos no Senado e participei de muitas sabatinas aqui com a antiga equipe econômica do Governo Dilma I. E o que nós assistimos aqui, ao longo dos quatro anos, é absolutamente contraditório com tudo isso que nós estamos

assistindo. Não é possível falarmos em futuro sem trazermos o passado, porque o passado é o que há de material e de concreto nos debates que nós fizemos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós estamos sendo convocados a fazer um ajuste fiscal, mas não fomos convidados e tampouco compartilhamos da construção do desastre da chamada “nova matriz econômica”, que o Ministro Guido Mantega e sua equipe incorporaram ao nosso País com resultados absolutamente desastrosos.

Perdoe-me a franqueza, Sr. Ministro, o resultado primário saiu de um superávit de 3,1 do PIB para um déficit de 0,6. O nosso déficit nominal, em 2014, é de 6,7; vindo de 2,6 de 2011. Ou seja, em 2011 nós tínhamos um déficit nominal de 2,6 do PIB e, em 2014, estamos com 6,7; um dos piores do mundo, perdendo para o Japão, perdendo para o Egito, perdendo para a Venezuela. Até a Grécia, que está à beira de um caos profundo, tem um déficit nominal de 4% do PIB. E, ao longo desses anos, houve uma involução absoluta. O endividamento bruto do Governo passou de 54%, em 2011, para 64%, em 2014. Foram 10 pontos percentuais em apenas três anos, quando a média dos países emergentes está na faixa dos 34%. Estamos com uma inflação acumulada em 12 meses de 7,7 e, se nós considerarmos a inflação dos preços administrados, a nossa inflação está acima de 9%, 9,6%. A dívida pública subiu 8,15 em 2014, alcançando a cifra de R\$2,290 trilhões. Em 2014, subiu R\$173 bilhões, 8,15; em 2013, subiu R\$115 bilhões, portanto, 5,7. A principal fonte para o crescimento da nossa dívida pública no ano passado está relacionada ao pagamento de juros...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...R\$243 bilhões, foi o que o Governo brasileiro pagou ano passado de juros, cinco vezes mais do que o Bolsa Família, que é um extraordinário programa de distribuição de renda em tantos Estados e em tantas regiões.

Enquanto o PIB cresceu, em 2013, 2,5, as despesas primárias cresceram 7,2. Enquanto o PIB previsto para 2014 era de 0,2, as despesas primárias, em 2014, estão estimadas para 6%.

Essa desorganização das contas públicas é que está impondo ao País e aos brasileiros um profundo ajuste de consequências muito complexas no seu dia a dia. Os segmentos mais pobres e populares da população ainda não sentiram as tarifas, ainda não sentiram a perda, enfim, do seu poder aquisitivo, já sinalizam com clareza que as conquistas que foram alcançadas ao longo dos últimos anos estão ameaçadas.

Então, a pergunta que faço a V. Exª é a seguinte: se tudo que está sendo feito é correto, o que foi feito estava errado? O Governo acredita nisso que está fazendo, nessa nova postura e nessas novas orientações econômicas, ou está fazendo isso por ausência de alternativas em razão desses números que, sinteticamente, coloquei e que, a meu juízo, significam a desestruturação da economia brasileira? O Governo está fazendo isso porque quebrou esse brinquedo e agora quer consertar para depois quebrar de novo?

Essa contradição é uma contradição chocante. Nem todos os Senadores que estão aqui, ao longo desses quatro anos, puderam debater com a equipe econômica, perdoe, que V. Exª fez parte. Então, onde o Governo errou? O que o Governo deveria ter feito que não fez? Porque, de novo, estamos sendo chamados para um ajuste fiscal e não fomos chamados para compartilhar com o Governo as suas decisões. Quando o Governo adotou as suas decisões, o fez sozinho e, agora, quer que o Senado da República, que o Congresso brasileiro e que a sociedade brasileira possa fazer parte desse esforço monumental que traz um extraordinário prejuízo no dia a dia dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – São essas as questões que gostaria de merecer de V. Exª, perdoando-me pela franqueza, mas não há como não encararmos esses fatos. Para discutirmos o futuro, é preciso que discutamos o passado.

Concordo com V. Exª, o ajuste não pode ser um fim em si mesmo, mas, como acreditar em função das contradições a que estamos assistindo entre o Governo Dilma I e o Governo Dilma II.

Para encerrar, Sr. Presidente, encerrando de verdade, para valer. Sr. Ministro, convivemos com uma contradição no Brasil que são as chamadas taxas sobre o terreno de Marinha, e esse é um tema da gestão de V. Exª. São mais de 500 mil famílias no Brasil que são alcançadas anualmente por taxas, por tributos absolutamente perversos; são estruturas que vêm de 1831, como é o caso do laudêmio, em que o Governo cobra sobre benfeitorias desses brasileiros. No caso da minha capital, Vitória, um terço da minha capital é terreno de Marinha, o que faz da União a maior corretora imobiliária do meu Estado.

Sr. Ministro, gostaria de perguntar a V. Exª que estudos, que medidas o Governo Federal está pensando em relação a essas taxas absurdas, relacionadas, que sangram brasileiros e brasileiras, não apenas do meu Estado, mas de tantos Estados federados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Com a palavra, Senador Hélio José, cinco minutos.

Como engenheiro, gostaria que o Senador Hélio José fosse preciso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pontual.

Bom dia, nosso Presidente e engenheiro, Senador Dalcídio do Amaral, e nosso querido Ministro Nelson Barbosa.

Faço das palavras do Ferraço, no início, as minhas palavras. Acho que você é uma pessoa preparada para estar no lugar certo, neste momento difícil por que o País passa.

A nossa Presidenta da República tem feito um grande esforço para tentar fazer as recuperações, mas tem tido algumas dificuldades. Nós precisamos estar aqui refletindo condições melhores para que as coisas fluam de uma forma mais precisa.

A liberação financeira, iniciada nos anos 80, desencadeou uma onda de inovações financeiras e uma enorme expansão de crédito em escala global, desencadeando um acúmulo monumental de dívidas, seguido de crises, para culminar na crise financeira que atinge o próprio centro financeiro global.

Em 2008, Ministro, a bolha estourou mais uma vez. O Brasil resistiu o quanto pôde, mas era muito difícil escapar da recessão, pois todos os indicadores de confiança têm sido ínfimos desde 2008.

Em 2008, a nossa Presidenta da República criou uma carreira chamada analista de infraestrutura, que está exatamente sob a sua gestão no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Essa carreira, que é uma carreira pequena de apenas 850 engenheiros, arquitetos e outros profissionais da área de infraestrutura, serve para destravar as obras do PAC e fazer com que todas andem. O problema é que, por um azar, essa carreira entrou três meses depois da MP 440, que regularizou as carreiras na área pública federal. Assim, essa carreira ficou à deriva, com um salário ínfimo, com metade da gratificação, recebendo todo tipo de pressão de servidores comissionados para não atingir o objetivo da carreira, que é destravar e fazer andar todos os projetos do PAC nos 11 Ministérios de infraestrutura nacional.

Então, precisamos debater o assunto e encontrar uma forma para que esses profissionais altamente qualificados, que deveriam estar ocupando os postos de direcionamento de obras públicas nos 11 Ministérios de infraestrutura nacional, tenham condições de – em vez de estudarem para passar num concurso e ser analista de planejamento e orçamento, analista de finanças e controle, analista de comércio exterior – exercer a função de engenheiro no Estado, sendo um analista de infraestrutura, que é a sua carreira, fazendo com que a transposição do São Francisco ocorra; fazendo com que as linhas de transmissões ocorram da forma adequada; fazendo com que não haja leilões, como foram feitos, por exemplo, os das CGEs, para dar aquele tipo de questão.

Precisamos colocar rapidamente a questão da nova matriz energética, a questão termofotovoltaica, heliotérmica, e discutir isso com mais tranquilidade, porque houve um entrave muito grande de setores ligados às térmicas poluentes do Ministério para isso não entrar.

Agora, com a posição adequada de V. Ex^a, da nossa Presidente e do nosso Ministro, um engenheiro eletricista que sabe da importância de mudarmos a matriz energética, podemos discutir a questão para que possamos investir em geração distribuída e também nessa energia gratuita que temos o dia inteiro, que é a energia solar. Inclusive, eu estive conversando com V. Ex^a e com o nosso Ministro Levy sobre a importância daquela forma que Minas Gerais usa de cobrar...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ... o imposto sobre o diferencial entre o consumido e o produzido, uma questão sobre a qual eu queria saber a opinião de V. Ex^a.

Com relação à carreira de analista de infraestrutura, que hoje tem uma evasão de 30% a 40% nas áreas públicas federais, eu acho que a melhor forma que o nosso Governo poderia dar para demonstrar que basta cortar, que quer realmente construir um Estado eficiente e eficaz, seria manifestar que quer realmente manter essa carreira na área pública federal, mandando uma medida provisória para equipará-la com os demais analistas existentes na Esplanada dos Ministérios, para que essa carreira possa, de fato, assumir as tarefas para a qual ela foi criada, ou seja, destravar as obras públicas do PAC e fazer com que aconteça esse investimento nacional que a nossa Presidenta, V. Ex^a, o Levy e todos nós tanto ansiamos.

Há mais tempo, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Terminou? Então, eu queria dizer para V. Ex^a e para o Ministro que estamos aqui para colaborar. Temos feito a reforma política, e hoje mesmo haverá votações importantes. Temos feito essa discussão com relação ao imposto de renda e estamos aqui para fazer a discussão da infraestrutura. Estou na Comissão de Infraestrutura para discutir essa questão da nova matriz energética. Estamos junto com o Governo, mas nos ajude a destravar as questões das obras públicas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Agora, fechando o primeiro bloco, o Senador Crivella, por 5 min.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu ouço com atenção as colocações do nosso Ministro do Planejamento, que são lúcidas e ditadas pela necessidade. A economia – todos nós sabemos – é cíclica, já desde a época de José, no Egito, quando aconselhou o faraó de que teriam sete anos de prosperidade e sete anos de escassez. A economia, no mundo inteiro, é cíclica.

Claro que nós tivemos aqui uma época de prosperidade, e aproveitamos. Nosso desemprego, enquanto o mundo inteiro estava se debatendo... Portugal, por exemplo, uma economia antiga, perdeu dez mil pessoas por mês e ainda está perdendo, envelhecendo sua população, e todos nós sabemos que a população mais velha não consome e não arrisca. Portugal, com todos os seus cortes, até hoje, tem como o único número favorável o superávit da balança comercial, porque não estão importando nada, não têm recursos. O desemprego é altíssimo, cortaram pensões, cortaram aposentadorias. O mesmo fez a Grécia, a Irlanda, a Espanha. Graças a Deus não chegamos a isso.

Bem verdade que nós apostamos que o petróleo chegaria a US\$300 o barril. Na época, era US\$140, quando descobrimos o pré-sal. Hoje está em US\$50. Fomos surpreendidos, e é preciso fazer ajustes. Nós todos não podemos assumir que erramos, que tudo o que fizemos no passado são erros, tudo o que temos no presente são hesitações e tudo o que nos aponta o futuro são ilusões! Eu acho que a consciência de nós todos precisa nos levar ao interesse público neste momento. Infelizmente, viemos de uma campanha eleitoral, um dilúvio de ódios e paixões. Estamos há pouco tempo desse grande embate. Foi uma campanha muito disputada, e ainda repercutem, nos corações, esses momentos dramáticos.

Eu quero perguntar ao Sr. Ministro uma coisa apenas. Como é que V. Ex^a vai cuidar daquilo que a Presidenta Dilma disse ontem: “Pode ser que nós tenhamos errado na dose”? A diferença de veneno para remédio, dizem os antigos, é a dose. Quais são os indicativos que o Ministério do Planejamento vai acompanhar para nós podermos dosar melhor as medidas que estamos tomando?

Ontem, por exemplo, eu vi uma fotografia, nos jornais, de um avião da American Airlines que estava voltando para os Estados Unidos praticamente vazio. Não havia, na foto, cinco passageiros na cabine econômica. Nós estávamos gastando US\$2,5 bilhões, por mês, no turismo externo – US\$2,5 bilhões!. Nós vínhamos gastando isso nos últimos três anos. Os turistas brasileiros, graças ao crescimento da nossa economia, todos os meses, gastavam US\$2,5 bilhões por mês. São US\$30 bilhões por ano! Vai haver uma economia agora, porque o dólar está mais alto e nós estamos em um momento em que todos estão precavidos para fazer turismo. E o Governo vai tomar alguma medida para que esse turismo externo, que deve se estancar, se irradie internamente? Nós podemos canalizar uma parte desses recursos que não vão ser gastos no exterior para cá?

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E, Ministro, qual é a garantia que o senhor tem para nos dar de que, nos nossos ajustes: 1 – serão preservados os pobres; 2 – os bancos, que tiveram lucro de 30 a 40%, todo esse tempo, contribuirão conosco; 3 – e, acima de tudo, será mantido o nosso desemprego a essa faixa extraordinária que são os 5, 6% que temos hoje?

Muito obrigado, Ministro, pela sua presença e pela sua palestra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Crivella, pelo tempo e também pela objetividade.

Agora, fechando o bloco, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Queria cumprimentar o nosso Ministro Nelson Barbosa, felicitá-lo pela apresentação clara que fez aqui a respeito da economia brasileira e das medidas que estão sendo tomadas.

Eu gostaria de iniciar a minha colocação primeiro resgatando um ponto que meu colega, Senador Alvaro Dias, colocou aqui sobre o posicionamento do Governo em relação à crise na economia e o que a Presidenta Dilma falava em campanha, e parece que é o caso que temos no Estado do Paraná, onde um governo do Partido do Senador, o Governador Beto Richa, tem uma situação crítica de quebra do Estado e tomou medidas muito duras agora, inclusive enfrentando uma greve de 28 dias dos professores, não porque estavam pedindo melhores condições de carreira, mas porque estavam defendendo direitos que iriam ser tirados das suas carreiras também, com uma intenção de tirar o fundo de previdência dos servidores, R\$8 bilhões, para colocar no caixa do Estado e pagar a folha, tirando, portanto, uma poupança. Além disso, uma mexida no superávit primário, que não foi de 2014, como fizemos o debate nessa Casa e encaramos, mas uma mexida no superávit

primário do Estado em relação a 2013, portanto, em um orçamento já fechado, também colocando, em vez de superávit, déficit. Então, quer dizer o que se critica aqui é o que se está fazendo no Paraná, e tenho divergências em relação às críticas.

Queria falar também que, se nós formos pegar percentuais para falar aqui, vários que foram relatados aqui pelo Senador Ferraço, podemos pegar, por exemplo, o percentual de emprego nesse País que continua um percentual elevado, apesar de, há cerca de dois anos, todo mundo estar falando, principalmente a oposição, de que teríamos desemprego; a renda que não caiu; o salário mínimo, que continua com o poder de compra; a entrega que aconteceu de mais de 1,5 milhão de casas populares; as concessões de rodovias; as concessões de aeroportos; a reserva internacional que nós temos; a medida da dívida bruta e da dívida líquida, que continuam na mesma proporção do Produto Interno Bruto. Então, eu acho que essas questões todas, se for para se falar em dados, temos que colocar na mesa.

Acho que o Governo está tendo uma responsabilidade muito grande. Vivemos momentos diferentes. O que a Presidenta Dilma e o Presidente Lula fizeram, desde a crise de 2008, foram medidas acertadas e necessárias para aquele momento. Em 2008, tínhamos a maior crise do capitalismo desde 1929, e uma crise que veio se aprofundando. Os principais parceiros do Brasil estavam em crise, sejam da Europa, a própria China crescendo menos, os Estados Unidos, e nós tínhamos que proteger, aqui, no Brasil, o emprego, a renda e os programas sociais, e foi isso que a Presidenta Dilma fez inclusive quando mandou para esse Congresso Nacional uma proposta de desoneração das tributações sobre a folha de pagamento das empresas, mas esse Congresso Nacional, com a ajuda da oposição, ampliou consideravelmente essas desonerações. Não pode agora a oposição estar reclamando e dizendo que foram medidas equivocadas. Não vi a oposição fazendo esse discurso sobre desonerações no momento em que vieram, assim como esse Congresso, e votaram outros programas para melhorar a situação dos programas sociais.

Nós desenvolvemos programas importantes como o Pronatec, desenvolvemos programas importantes como o Mais Médicos, que atenderam à população. Fazer ajustes em uma situação de crise que se mantém não é rever o passado e achar que esse passado está errado. Está correto o Ministro, quando vem aqui e diz que tem que fazer algumas medidas fiscais, e não são medidas contra os trabalhadores, muito pelo contrário. Vamos pegar a questão do seguro-desemprego.

Eu andei, nesse final de semana, pelo meu Estado conversando com as mulheres, muitas professoras, inclusive professoras de segundo ano, do terceiro ano. Quando eu falei sobre seguro-desemprego, quando eu terminei de expor o que se estava pretendendo fazer, uma professora levantou e disse que queria falar uma situação, que dava aula para o terceiro ano, o terceirão, e que vários alunos que trabalham em caixa de supermercado, em vários empregos, diziam que ficariam no emprego por seis meses, que pediriam para sair, que dariam um jeito de sair, pegariam o seguro-desemprego, comprariam uma moto e ficariam ganhando o seguro-desemprego. Quando ela terminou de falar, várias outras levantaram e disseram que isso é o que acontece.

Não estou querendo julgar aqui o que as pessoas fazem, mas obviamente precisávamos ter uma medida. Não é possível um país que tem emprego na casa dos 5% gastar com seguro-desemprego e abono salarial, por ano, no Orçamento da União, R\$56 bilhões. Tem alguma coisa errada! O subsídio para o Minha Casa Minha Vida não chega a R\$100 bilhões; o Bolsa Família chega a um pouco mais de R\$22 bilhões. Então, se não é o seguro-desemprego, que veio para cá de dezoito meses em dois anos, se é o de doze, vamos conversar, mas não dá para deixar de mudar.

Não me parece que esse ajuste fiscal seja um ajuste que mexa nos direitos dos trabalhadores e que não possa ter a finalidade de melhorar as contas públicas.

Os ajustes que estão sendo feitos agora – e me pareceu muito importante a explicação e a clareza do Ministro Nelson Barbosa – vêm, exatamente, ao encontro do momento que estamos vivendo.

Durante os últimos anos, tudo o que se pôde fazer para que a renda e o emprego deste País fossem protegidos foi feito. Agora, essas medidas também estão sendo tomadas para se proteger renda e emprego. Este é o principal compromisso deste Governo: termos a garantia de que as pessoas tenham trabalho e tenham renda.

Para terminar, eu gostaria de pedir ao Ministro Nelson Barbosa, que falou muito bem aqui dos programas de concessões que estão sendo retomados, também do PAC 3, que falasse um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Conclua, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... para nós sobre o PAC 3, quando vai ser lançado. Sei que já existem várias obras colocadas.

O que esta Casa, Ministro, na sua visão ou na visão do Governo, poderia fazer em relação ao Tribunal de Contas da União? O processo de concessão dos portos organizados, embora os terminais de uso privado tenham avançado muito no País, e, graças a eles, tenhamos investimentos no setor portuário, estão parados, porque o

Tribunal de Contas da União está há dois anos analisando o processo de concessão. Então, eu gostaria de saber o que o Governo Federal tem feito em relação a isso? E o que nós podemos fazer aqui?

E já deixo como sugestão, Presidente, que chamemos o Tribunal de Contas da União aqui para fazer uma exposição sobre a concessão de terminais portuários, nos portos organizados. O Brasil está perdendo uma oportunidade ímpar de fazer grandes investimentos, e não sabemos quais são os motivos pelos quais o Tribunal de Contas da União não libera esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, art. 14, trinta segundos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas afirmar, já que fui citado, que, se estivesse na Assembleia Legislativa do Paraná, opinaria sobre a situação econômica do meu Estado ou, se aqui estivesse o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, faria o mesmo. Como está aqui o Ministro do Planejamento, a minha abordagem é sobre a situação econômica do País.

Era isso o que eu tinha a dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Art. 14, Sr. Presidente, também fui citado pela Gleisi, gostaria de ter a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a foi citado pela Senadora Gleisi?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Felizmente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Elogiosamente, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não me lembro, Senador Ferração. Não me lembro. O Senador Alvaro, sim, com certeza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Ferração foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito rápido, Senador Ferração, senão vamos complicar aqui o bom andamento dos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero apenas, Sr. Presidente, dizer que não me falta boa vontade com nada que esteja relacionado ao interesse público. Agora, não dá para esquecer tudo o que foi feito e tudo o que foi falado, como se tudo o que foi feito e falado não tivesse que ser considerado. Essa é a questão! Se nós chegamos até aqui foi em razão de escolhas que a equipe econômica, que o Governo fez, e essas escolhas produziram consequências perversas. Essa é a razão do ajuste fiscal que o Governo está defendendo. Essa é a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferração. Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom, vou tentar responder ao Senador Alvaro Dias, ao Senador Ferração conjuntamente, porque eles levantaram as mesmas questões, sobre o passado, o presente e o futuro.

Acho que é importante discutir o passado, mas não só o passado, senão ficamos presos no passado e não avançamos.

Aproveitar a pergunta muito oportuna do Senador Alvaro Dias sobre se o que está sendo feito agora é uma negação ou não do que foi falado ou do que foi proposto durante a campanha eleitoral. Eu não acho que seja, assim como acho também que não foi uma negação o Presidente Fernando Henrique mudar a política cambial depois de ter sido reeleito dizendo que ia manter a política cambial. As condições mudam. Eu gosto de fazer esse paralelo para a gente entender. O Presidente Fernando Henrique – na eleição de 98, um dos grandes temas, para aqueles se lembram, era o câmbio fixo – defendeu o câmbio fixo, tentou manter o câmbio fixo enquanto ele pôde. Não é que ele não abandonou. Ele tentou manter enquanto pôde. Manteve em novembro, manteve em dezembro, manteve em janeiro. Quando veio a crise internacional, ele até tentou fazer uma banda diagonal exógena, que era uma espécie de câmbio controlado, e quando a situação se avolumou – naquele momento, a saída de capital era muito grande –, num ato corajoso e responsável, ele mudou a matriz de política econômica, adotando metas de inflação, adotando o câmbio flutuante. Ele tentou manter o que ele achava necessário, o que parte de sua equipe achava necessário naquela época, enquanto ele pôde. Quando os custos da manutenção daquilo se revelaram muito maiores que o benefício da sua manutenção, ele ajustou.

Nós estamos vivendo, hoje, uma coisa similar na área fiscal, como a Presidenta propriamente já colocou. Nós usamos a capacidade que tínhamos no orçamento público para suportar os impactos de choques exógenos e da própria desaceleração do crescimento sobre a economia. O crescimento desacelerou e o Governo decidiu manter todos os seus programas sociais. O crescimento desacelerou e o Governo decidiu manter a

maior parte dos seus investimentos, e isso se traduziu numa redução do superávit primário. Em paralelo a isso, dois eventos fora do controle de qualquer autoridade no Brasil: o realinhamento mundial de preços de ativos, com elevação do dólar e queda do preço de *commodities*; uma maior estiagem no Sudeste nos últimos 80 anos, basicamente desde que a gente tem número. O Governo absorveu, enquanto pôde, o custo disso, para minimizar o impacto sobre a população, esperando que a recuperação começasse mais rápido e o regime de chuvas se normalizasse mais rapidamente. O Governo absorveu o que ele pôde no seu orçamento e só decidiu mudar isso quando não era possível mais absorver isso no seu orçamento, da mesma forma que o Presidente Fernando Henrique segurou o câmbio fixo enquanto ele achou necessário, enquanto ele pôde. Quando não foi mais possível, ele mudou.

Eu não considero que houve negação de promessa de campanha em 98, como eu não considero que houve negação de promessa de campanha agora. Houve atitude responsável de adaptar a política econômica à conjuntura doméstica e internacional, porque quando você está diante de uma mudança dessas, você tem que ajustar a política econômica mantendo suas prioridades. As prioridades estão mantidas.

O Senador Crivella me perguntou qual a garantia que a gente tem de que, mesmo com esses ajustes pontuais, nós estamos preservando os mais pobres? As prioridades continuam as mesmas: Bolsa Família está mantida, a política de valorização do salário mínimo está mantida, as construções contratadas na segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida vão ser completadas, vamos iniciar novas construções. Nós temos espaço fiscal para fazer algumas coisas, mas não temos espaço fiscal para fazer tudo ao mesmo tempo. Isso exige uma priorização, mas sem perder a direção.

Eu agradeço as referências do Senador Ferraço e do Senador Alvaro Dias a minha pessoa e respeito também as perguntas que eles colocaram. A política econômica enfrenta o problema do momento. A equipe econômica tentou lutar contra a desaceleração da economia mundial, os impactos desse choque sobre a economia, trazendo isso para o orçamento público. Isso atingiu um limite, surpreendeu a própria equipe econômica, que não esperava um déficit no ano passado, mas o Governo, em momentos como esse, pode ter um déficit. O importante é não ter isso recorrentemente. Se tem um déficit num ano, especificamente, não é problema. Agora, o que não pode é criar outro déficit maior. O que estamos tentando agora é fazer uma saída gradual.

Na questão macroeconômica, o Governo tomou a decisão consciente de absorver a maior parte dos choques da desaceleração do crescimento no seu orçamento, enquanto isso foi possível. Na parte microeconômica, na parte dos investimentos, o Governo tomou a decisão de defender e priorizar o interesse do consumidor do serviço de infraestrutura. Por isso, vários projetos foram formatados com uma taxa interna de retorno, talvez, muito baixa, para aquele contexto, ou com a necessidade de investimento, mas a preocupação fundamental era preservar o interesse do consumidor, que o consumidor tivesse um bom acesso a um serviço de infraestrutura o mais rápido possível. Em alguns casos, isso funcionou – tivemos leilão de aeroportos e de rodovias –, em outros casos isso ainda não funcionou. Então, o Governo está adequando isso. O Governo também reconhece quando o seu diagnóstico inicial não era o mais correto e vai adaptando. É isso que estamos fazendo.

Então, eu quero dizer que reavaliações de políticas econômicas não são monopólio de um partido ou de outro partido, não são monopólio de direita nem de esquerda; elas são necessárias para que a boa política econômica se adapte à evolução da economia e aos próprios novos desafios que são criados, porque um dos problemas que nós estamos enfrentando agora é um bom problema. Como a Senadora Gleisi colocou, parte do que a gente tem que fazer agora, está propondo medidas pontuais em alguns programas sociais, é fruto do próprio fato de que aumentou bastante a formalização no Brasil, aumentou bastante o salário mínimo. Então, isso colocou pressão sobre programas que foram definidos e formatados em outra realidade.

O programa de abono salarial é um programa da Constituição de 88, formatado no início do Governo Collor, na época em que o salário mínimo era de R\$220,00, R\$230,00, na época em que não tinha Bolsa Família. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS era muito pequena. Não havia grandes programas de transferência de renda em apoio à população mais pobre. Vinte e quatro anos depois, nós temos o Bolsa Família, nós temos o Minha Casa, Minha Vida, nós temos várias iniciativas que apoiam a população mais pobre em vários aspectos. É por isso que, depois desses avanços – aumentou o emprego formal, aumentou o salário mínimo –, a gente discutir conscientemente, responsavelmente ajustes nesses programas que foram pensados para outra realidade.

Então eu não considero que há negação, que há volta atrás em promessas de campanha. Eu acho que é uma decisão responsável e corajosa de ajustar a política econômica à nova realidade econômica e financeira do Brasil e também para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Não é só ajuste. Nós estamos criando as condições para um novo ciclo de desenvolvimento, um novo ciclo em que a inclusão social vai ocorrer mais e mais, via geração de oportunidades de investimento e de emprego, em que as próprias pessoas vão ser os agentes da sua inclusão social e do seu progresso pessoal.

É essa a nova realidade que o Brasil tem. É essa a realidade que a gente quer trabalhar e construir.

Foram feitas perguntas específicas que eu também gostaria de responder.

Senador Hélio José, a carreira de Analista de Infraestrutura é uma das coisas que está sob nossa análise. Neste ano, dentre outras coisas...

Eu não manifestei para os Senadores e Senadoras. Este é o primeiro ano de mandato. É o ano também de planejamento, pela própria Constituição. Este ano a gente faz o PPA – Plano Plurianual e neste ano nós vamos iniciar uma nova negociação com o funcionalismo que envolve várias coisas: envolve salário e envolve também carreiras. A carreira de Infraestrutura vai ser tratada nesse âmbito. Para ser sincero com V. Ex^a, nós não queremos tratar isoladamente. Nós vamos tratar a carreira de Infraestrutura junto com todas as demandas que as demais carreiras vão nos apresentar. Aliás, a primeira reunião será esta semana, na sexta-feira.

Sobre a energia solar, o senhor levantou um grande ponto. Eu queria também cumprimentar o ex-Governador Anastasia, que está na plateia.

Uma possibilidade que nós detectamos para melhorar a oferta de energia é estimular a microgeração. São aquelas pessoas que têm meios e podem instalar painéis solares nas suas casas, nas suas propriedades. Para fazer isso é importante que não haja bitributação, principalmente na questão do ICMS.

De acordo com o entendimento de alguns Estados, a pessoa paga pela energia que ela consome, depois paga de novo pela energia que ela coloca, como se ela fosse uma pequena usina hidrelétrica. Isso não faz sentido, diminui a rentabilidade nesse aspecto. Tem um Estado que eliminou isso, o Estado de Minas Gerais, que adotou tributação somente sobre o efeito líquido.

É um exemplo exitoso. E nós estamos defendendo que seja estendido para todo o Brasil. Mas essa é uma decisão do Confaz. Está em discussão no Confaz, a maioria dos Estados já concordou. Alguns Estados ainda têm dúvidas. Eu não vou citá-los, até porque as discussões estão em andamento, mas eu tenho certeza de que isso vai ser implementado ao longo do ano.

Por fim...

Ah, o Senador Ferraço perguntou de terreno de marinha.

Essa é outra questão que nós estamos analisando. Estamos cientes do problema. Estou discutindo com a Secretaria de Patrimônio da União para tentar equacionar esse problema.

Como V. Ex^a mesmo colocou, é um problema de 1830. É uma legislação de mais de... Quase 200 anos. Então chega o momento de se discutir isso, mas a gente quer fazer, obviamente, uma proposta já organizada, que dê tempo para as pessoas afetadas se adaptarem. Há várias alternativas. Estamos à disposição para discutir com V. Ex^a sobre como poderemos reformar isso para o Século XXI, do Século XIX para o Século XXI.

E a Senadora Gleisi perguntou sobre a questão do PAC 3 e do TCU.

Nós estamos abrindo diálogo com o TCU em várias frentes. Obviamente, todo e qualquer apoio do Senado Federal é positivo. Nós queremos ter uma abordagem construtiva na questão dos portos.

Houve pedido de vista, o que é direito do TCU, se não me engano, pelo Senador Vital do Rêgo. Nós, do Planejamento e da Secretaria dos Portos, vamos conversar com o Senador Vital do Rêgo para entender quais são as suas dúvidas e tentar esclarecê-las o mais rápido possível.

Agradecemos o apoio e estamos dispostos a construir propostas positivas para solucionar esse problema, porque, realmente, na questão dos portos, nesse momento de desaceleração do nível de atividade, é onde pode haver mais investimentos mais rapidamente.

As concessões de rodovias estão andando, haverá concessões, é um processo contínuo. Se tivermos sucesso, concessões de rodovias vão deixar de ser notícia do jornal, vão ser corriqueiras, haverá isso em todo semestre, é para isso que estamos trabalhando.

Aeroportos. Nós vamos começar com os estudos. Na questão dos portos, há vários projetos prontos para serem executados. Estamos tentando trabalhar com o TCU e com a própria legislação infralegal de renovação de concessões, que podem ser renovadas para destravar esses investimentos. Tenho certeza de que isso pode ser uma primeira fonte de recuperação da economia, que já, mesmo nessa situação que nós temos, com essa nova taxa de câmbio, vários negócios voltam a ser atraentes no Brasil, já há uma recuperação do agronegócio, já há alguns setores industriais que estão aumentando sua exportações. Então, a economia brasileira, como falei, ela se recupera. A economia brasileira é diversificada e versátil.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Turismo interno...

O SR. NELSON BARBOSA – Turismo interno e externo, porque com essa taxa de câmbio mais e mais turistas... Ainda temos as Olimpíadas, não nos esqueçamos disso, que é uma grande oportunidade e promoção de turismo, de imagem nacional. Isso tende a atrair mais e mais turistas. Com essa taxa de câmbio, isso também é uma fonte. Isso não acontece rapidamente, mas digamos que as sementes da recuperação estão lançadas e nós estamos plantando outras. Agora, isso leva um tempo e é preciso ter muita calma e planejamento nessa

hora. Então, a capacidade do Brasil de ter-se ajustado para momentos muito mais difíceis do que hoje é que me dá confiança plena de que nós vamos sair dos problemas atuais muito mais rápido do que todos esperam.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, para...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ. *Fora do microfone.*) – Deixe-me dar uma palavrinha rápida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Crivella, Senador Alvaro...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ministro, há aqui um grupo de rapazes e moças que são auditores fiscais, fizeram concurso para a Receita e gostariam que V. Ex^a, antes do final, desse uma palavra a eles. O concurso deles vence em julho, eles foram aprovados ano passado. A maioria é de técnicos do Ministério. Seria mais até uma promoção do que uma admissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Depois do Senador Alvaro Dias, começaremos o segundo bloco.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Primeiramente, para dizer ao Ministro que talvez ele não me tenha entendido.

Quando abordei a questão da campanha eleitoral, registrei a mentira eleitoral. Acho que rever a política econômica é uma coisa e transmitir à população, com objetivos eleitoreiros, uma falsa ideia do que ocorre no País é outra coisa totalmente diferente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu imagino que o Ministro sabia da situação econômica do País. Nós, que somos da oposição, que não temos as mesmas informações sabíamos e denunciávamos aqui no Senado que se preparava uma bomba-relógio de efeito retardado que poderia explodir logo à frente. Portanto, o que nós registramos foi...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... a mentira eleitoral.

Em relação às outras questões, eu não fui contemplado com a resposta do Ministro, quanto à questão da reforma administrativa, como a parte que o Governo deve oferecer para que se concretize realmente...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... o ajuste fiscal, porque este é um ajuste de contas, não é um ajuste fiscal, e a questão do financiamento das obras no País através do BNDES, que prefere repassar ao exterior os recursos que poderiam aqui ser aplicados para a geração de empregos e a execução de obras que não são executadas.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senadora Gleisi... Eu gostaria só...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu só gostaria de perguntar a V. Ex^a como que nós vamos fazer as discussões aqui. Se for para o Ministro responder e haver o contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... vai-se ter que abrir para todos os Senadores aqui falarem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, Senadora Gleisi, quando abri aqui esta reunião fui muito claro, seguindo o Regimento, inclusive os Senadores e Senadoras têm direito à réplica e o Ministro à tréplica. Isso está previsto no Regimento Interno.

Muitos Senadores se sentem já atendidos quando o Ministro disse, mas isso não impede que Senadores e Senadoras também o façam, até porque está no Regimento Interno. Então, a gente precisa seguir o Regimento.

Agora, o importante, a minha preocupação é dar celeridade, porque existem muitos Senadores aguardando aqui para falar, senão vamos entrar num embate interminável. E aí não é um embate sobre as questões que nós estamos discutindo com o Ministro, mas um embate com outro viés, que, sem dúvida alguma, vai tornar esta reunião absolutamente interminável.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Exatamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Passo a palavra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perdoe-me. O Senador Alvaro Dias foi contemplado com a réplica. Eu estou me valendo de um direito regimental que qualquer Senador tem. É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas eu perguntei para V. Exª e V. Exª disse que não...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas é muito rápido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senão, vai falar só V. Exª, Senador Ferraço, e tem muita gente inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Tem muita gente inscrita, Senador Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu mesmo estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço, eu sugeriria o bom senso que V. Exª sempre teve.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª fica me devendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Passo a palavra para o próximo Senador inscrito.

A Senadora Vanessa avisou-me que está relatando um processo em outra Comissão. Por isso, vou pular a Senadora Vanessa e passar a palavra para o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Depois, Senador Eduardo Amorim, Senador Fernando Bezerra e, fechando este bloco, Senador Raimundo Lira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Dá para ler o outro bloco, Presidente? Dá para ler a lista toda?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Depois, Senador Wellington Fagundes, Senador Douglas... A Ediane está passando a lista para que os demais Senadores se inscrevam, se for do desejo dos Senadores e das Senadoras. Mas esses já estão aqui na relação desde o início desta reunião. Mas aqui...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Tasso, houve um vacilo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É lamentável.

Eu estou vendo aqui que, quando fizeram a composição – é preciso alternar base e oposição –, o Senador Tasso “dançou no pedaço”, mas nós vamos ajustar aqui as coisas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vamos tentar corrigir aqui a falha da Mesa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) –

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – De forma nenhuma. Muito pelo contrário. V. Exª sempre é prioridade aqui.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, V. Exª poder ler os próximos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Reguffe é o quarto. O Senador Ronaldo Caiado... Agora, este bloco – depois vamos ajustar, em função dessas incongruências –: Senador Ronaldo Caiado, Senador Eduardo Amorim, Senador Fernando Bezerra, Senador Raimundo Lira e Senador Reguffe.

Aí já vêm, depois, Senador Douglas, Senador Tasso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, seria importante que V. Exª explicasse o critério. Quando passa um partido, tem que falar todos os outros partidos para voltar àquele partido. É importante explicar porque há Senadores novos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Lindbergh, o critério é o Regimento. Os Senadores e as Senadoras se inscreveram e aí faz assim: um da oposição e um da base ou um da base e um da oposição, dependendo de quem se inscreveu primeiro. Evidentemente, alguns Parlamentares chegaram aqui mais cedo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E aí, chegando mais cedo, eles se inscreveram. Aí eu sigo o seguinte: independentemente, se for da oposição ou da base... Se for o da oposição o primeiro a se inscrever, ele é o primeiro que fala, e depois vem um da base, e assim vai alternando, que é o que o Regimento determina.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, Sr. Presidente, não é assim. Só para dar uma...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É o Regimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas o Regimento diz o seguinte... É isto que estou explicando a alguns Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Regimento, arts. 397 e 398, para ser preciso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Ministro Nelson Barbosa, eu não vou ficar sendo repetitivo, mas a pergunta que quero formular a V. Ex^a, Ministro, como Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda que foi, como o cabeça pensante que elaborou a medida provisória das desonerações, como aquele que encaminhou toda a avaliação de gastos do Governo com o PAC, com o Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, todos os programas sociais do Governo.

Ora, V. Ex^a faz parte de um grupo seletivo de pessoas que definiram a política econômica do País. Em primeiro lugar, imagino o constrangimento de V. Ex^a quando a Presidente vem a público pedir desculpas pelo erro que cometeu na desoneração; em que o atual Ministro da Fazenda, indicado pela Presidente, também, diz que foram erros grosseiros cometidos – e V. Ex^a como um especialista na área, sinceramente, eu não imagino que V. Ex^a tenha cometido um erro grosseiro. Então, deve ter havido uma intenção para que tudo aquilo fosse produzido.

Ora, Sr. Ministro, V. Ex^a sabe muito bem que, quando um cidadão escuta da autoridade maior de um país, de uma Presidente da República, dos senhores ministros – V. Ex^a fazia parte do primeiro escalão de Governo –, que a economia está tranquila; que nenhum daqueles direitos será retirado; que não vai ter diminuição nas prerrogativas dos trabalhadores; que não vai ter diminuição nos investimentos do PAC, muito menos na Bolsa Família, no Minha Casa Minha Vida, no Fies, para os estudantes; que não teremos nenhuma retração, ajuste fiscal... Ela alardeou publicamente em Salvador, no dia 25 de setembro, dizendo: “O que é isso? Eu vou fazer ajuste fiscal para tirar dinheiro do povo para pagar juros a banqueiro?”.

Então, Sr. Ministro, veja bem o quanto esse discurso é, de uma certa maneira, tranquilizador para uma sociedade, que pensa: “Eu estou tendo aqui pleno emprego, as coisas estão caminhando, estou tendo minha Bolsa, meus programas sociais, está tendo entendimento. Ora, então, se isso tudo vai continuar essa maravilha e ainda com melhores prognósticos, por que eu vou mudar?”.

E essa era a dificuldade que a oposição tinha em dizer que vocês estavam faltando com a verdade. E, nessa hora, o eleitor ficava: “Mas será? Não. Eles falaram”. Aí, tem a tese: “Poxa, que Brasil é esse que não acredita na Presidente?”.

Então, a pergunta que formulo é: como V. Ex^a se sente por ter elaborado todas essas medidas que foram definidoras de uma campanha eleitoral que se preconizou pela fraude, pela mentira? Como eu, como médico, vou propor uma cirurgia a um paciente pensando nos honorários e vou produzir nele uma seqüela irreversível? Só para ganhar o honorário? Como V. Ex^a, como a grande cabeça pensante da economia brasileira, se sente hoje? A consciência de V. Ex^a em ver a população brasileira toda, neste momento... E V. Ex^a deve ter assistido – não sei se esteve – à mobilização de domingo. Ali, não tinha... Como disse o Sibá, a CIA americana não esteve lá na minha casa, nem na casa de ninguém para as pessoas irem para a rua, como dizia o meu Governador. Quer dizer, era a espontaneidade das pessoas.

Então, pergunto como V. Ex^a se sente neste momento em ter participado de toda essa montagem para que desembocasse nesse quadro? E qual é a credencial que hoje vocês têm para propor ajuste fiscal, sendo que vocês enganaram a sociedade e vieram agora com o formato real do caos que está o Brasil?

No presidencialismo, é fundamental que haja a credibilidade. No parlamentarismo, chefe de Estado é um, chefe de governo é outro. Se não der certo, substitui-se o chefe de governo. No presidencialismo, ela assume as duas posições. Então, como V. Ex^a vai querer que a sociedade acredite que, agora, como numa tese de varinha de condão, vocês acordaram e que o Brasil é outro depois do problema?

Era essa a formulação que eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Caiado. Obrigado pelo respeito ao tempo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, também procurarei ser rígido na questão do tempo, porque sei que ainda há muitos colegas Senadores que farão os seus questionamento.

Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão!

Sr. Ministro, faço parte do time do quanto melhor melhor. Este Governo está herdando dele mesmo um País com uma situação fiscal extremamente ruim, péssima. Não dá nem para culpar outros governos porque a distância temporal nem permite mais. O Governo teve todo o tempo para fazer as mudanças necessárias. A crise não é só fiscal. Eu acho que nesse momento vivemos uma crise de crédito no Governo, crédito que o Governo precisa restaurar imediatamente. E o melhor caminho para isso, eu sempre disse, é o diálogo. Fiquei feliz em ver não só a Presidente, mas vários outros interlocutores falarem em humildade e diálogo. Espero que isso se concretize. Porque uma coisa era imaginável: que neste Governo teríamos, com certeza, uma dureza fiscal e um zelo pela coisa fiscal, porque era essa a imagem que a Presidente passava para todos nós. Eu fiz parte dessas pessoas que acreditaram. E se cometemos algum erro foi porque demos a confiança. Acreditamos que o Governo faria as mudanças necessárias que o povo brasileiro tanto almeja. Parece que o cimento brasileiro é extremamente diferente ou pior do que cimento japonês. Lá, uma obra dura pouco mais de algumas semanas; aqui, para você duplicar uma rodovia, como acontece no meu Estado, em apenas alguns quilômetros, dura anos ou até mesmo décadas. E, lá no meu Estado, Sergipe, ainda convivemos com isso.

Mas, Ministro, a pergunta que faço é a seguinte: não vejo o Governo fazendo sacrifício que o cidadão, no seu dia a dia, faz. Em um País onde se paga 48% a 49% de tributos, aqueles que ganham até dois ou três salários mínimos – dito isto pelos professores, como o senhor; eu também fui aluno da Fundação Getúlio Vargas e com muito orgulho, onde estudei Direito Tributário –, eu não vejo o mesmo sacrifício por parte do Governo.

Que nota o senhor daria, de zero a dez, para a qualidade do gasto público, honestamente falando?

Segunda pergunta: será que os sacrifícios são somente esses apresentados ou teremos mais surpresas pelo caminho? Porque eu acho que a crise é tão grande que não são só esses não. Mas espero que sejam somente esses.

Dá para acreditar nisso que o Governo está acreditando: “Não, é somente isso. Vamos passar esse momento ruim”.

O preço do óleo diesel, Sr. Ministro, há dez anos era a metade ou menos da metade do preço da gasolina. E hoje o preço do óleo diesel é quase o mesmo preço da gasolina.

Sr. Ministro, encerro antes do tempo que me foi dado, mas, dá para acreditar, Ministro? É só isso ou vem mais coisa por aí? Qual a qualidade? Que nota o senhor daria para a qualidade do gasto público de modo geral? Eu acho que é isso que o povo está manifestando nas ruas. Chega! Não dá mais pagar tantos tributos e ter tão pouco retorno! Tão pouco retorno!

Honestamente, eu acreditei que este seria um Governo diferente, que haveria, sim, uma regularidade fiscal, uma dureza fiscal. Infelizmente não é isso que a gente está assistindo.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim, pela objetividade na fala e no uso do tempo. Rigorosíssimo no uso do tempo.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer uma saudação rápida ao amigo, ao companheiro, Ministro Nelson Barbosa, e dizer que a sua presença na equipe econômica do Governo é um bom sinal no sentido de o Brasil reencontrar com as suas melhores práticas de políticas públicas na área da economia.

Eu quero dar um testemunho da firmeza, da seriedade e do compromisso do Ministro Nelson Barbosa. Poucas vezes se levantaram de forma correta, de forma leal para poder não coonestar com as tentativas – e foram muitas – e práticas da tal contabilidade criativa. Tanto assim que o Ministro Nelson Barbosa teve até que se desligar do Governo. Então, a presença dele é uma primeira mea-culpa no sentido de estar abrindo diálogo para que possamos, de fato, criar bases para promover a recuperação da economia brasileira.

Ministro, tenho algumas sugestões. Primeiro: V. Ex^a falou que, no ajuste fiscal, 70% são redução de despesa e 30% vêm do aumento de receitas. O boletim *Focus*, do Banco Central, fala em um crescimento negativo da economia em torno de 0,5%, 0,6% para o ano de 2015, mas o mercado já está apontando uma retração maior, acima de 1%. Não seria, então, justo ou adequado que pudéssemos firmar esse ajuste fiscal apenas na área da despesa, tendo em vista que o ambiente de negócios está tão deteriorado? Ao vir com sobrecarga fiscal, com novos encargos, com novos impostos para o ambiente dos investidores, da iniciativa privada, nós não vamos colocar em risco uma das grandes conquistas da economia nos últimos tempos, que foi quase o pleno emprego?

Se o Brasil cresceu pouco, o Brasil também foi um dos poucos países do mundo a apresentar quase que uma taxa de pleno emprego. Mas, com esse ambiente recessivo, o desemprego vai começar a subir, e eu tenho a impressão de que não seria uma boa medida estarmos sobrecarregando, do ponto de vista fiscal, o ambiente de negócios e os investidores.

Segundo: acho que nós não deveríamos estar tratando do PAC 3. É evidente que temos que nos animar e apontar perspectivas de futuro. Mas, no momento em que estamos vivendo, de diversas restrições, do ponto de vista fiscal, acho que seria melhor para o Governo que encerrássemos o PAC e pudéssemos levantar uma nova bandeira: um programa de sustentação do emprego. É para isso que precisamos lutar nos próximos dois anos, que serão os anos de travessia, que serão os anos do ajuste. Nesse programa de sustentação do emprego, entrariam todos os projetos, todas as obras do PAC 1 e do PAC 2 que não estão concluídas, inclusive na área de concessões, em que V. Exª foi muito feliz.

A concessão que foi desenhada no período passado foi ancorada em financiamento público subsidiado, e por isso o Governo exigia taxas de retorno tão baixas, que não atraíram verdadeiros operadores, e sim aqueles interessados em construir obras públicas. Agora, a lógica é outra. Nós não vamos ter financiamento subsidiado e precisamos atrair investidores operadores para as concessões na área de infraestrutura.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Então, fica aqui essa sugestão, porque acho que é muito mais bem recebida, é muito melhor ser recebido dessa forma do que se estar falando em PAC 3, quando não concluímos o PAC 2. É melhor priorizar a conclusão do PAC 2.

Nesse particular, quero falar da questão do PAC Recursos Hídricos. A seca está assolando também o Sudeste. Que, nessa prioridade, fosse dada prioridade à água: à conclusão da transposição; ao Cinturão das Águas, no Ceará; à Adutora do Agreste, em Pernambuco; à Vertente Litorânea, na Paraíba. Vamos concluir as obras de infraestrutura hídrica, nesse novo programa de sustentação do emprego, para que possamos dar prioridade àquilo que merece prioridade. V. Exª acabou de citar: é o pior regime hidrológico dos últimos 80 anos no País. Então, tem que haver prioridade para as obras hídricas.

Queria também colocar uma outra sugestão na área da energia. Não dá para aceitar que o Governo tenha que fazer um tarifaço de 70% no custo da energia, que está sendo passado aos consumidores. Há revolta da classe média, mas, sobretudo, há inviabilização da indústria brasileira. Como vamos exportar, mesmo com esse câmbio a mais de três, se a energia é um insumo importante na fabricação de produtos manufaturados? A minha pergunta é se o Governo estudou a possibilidade, porque trago essa sugestão de uma experiência vivida na Comunidade Europeia. Houve também a necessidade de evitar um tarifaço nos preços da energia na Comunidade Europeia e, lá, o que eles fizeram? Eles estenderam os prazos das concessões das distribuidoras e das operadoras, e elas absorveram uma parte do custo da energia, porque tiveram seus contratos ampliados. E nós, aqui, estamos transferindo um verdadeiro tarifaço para os consumidores e para o setor industrial. Então, queria saber se essa alternativa foi alvo de algum estudo.

Queria também, finalmente, para concluir, pedir ao Ministro do Planejamento o seguinte: em 2013 – e V. Exª sabe disso, porque acompanhou conosco o enorme esforço, para que a gente pudesse criar as bases do II Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) –, foi feito um amplo debate, em nível nacional, com mais de 10 mil pessoas, com conferência em todos os Estados da Federação. E, desde 2013, isso está na Casa Civil, está no Ministério da Integração. E seria interessante que o Ministério do Planejamento pudesse fazer uma parceria com o Prof. e Ministro Mangabeira Unger e com o Ministro Occhi, para que o Poder Executivo pudesse mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei, para que pudessem ser definidas as bases do II Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra agora para o Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente; e, depois, para o Senador Reguffe.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, as minhas considerações são complementares ao que acabou de falar o Senador Fernando Bezerra. Até hoje, como economista, como professor de economia, nunca conheci um país, ou uma região, ou um bloco que se recuperasse de uma crise econômica sem que, inicialmente, criasse as expectativas econômicas, os agentes econômicos, os investidores, sejam nacionais ou internacionais, porque eles só investem se forem criadas essas expectativas econômicas. E não se criam expectativas econômicas com aumento de carga tributária; não se criam expectativas econô-

micas com excesso de tarifa na energia, que é um dos insumos mais importantes da produção do País, principalmente da produção industrial.

Fiquei muito alentado aqui, quando V. Ex^a, Sr. Ministro, disse que havia uma probabilidade econômica de que, já no terceiro trimestre de 2015, o País retomasse o seu crescimento econômico, mesmo de forma moderada. E aí pergunto a V. Ex^a: quais são essas expectativas que serão criadas para que o País retorne a crescer ainda em 2015?

O Senador Ricardo Ferraço falou aqui em passado. Não se constrói a economia do futuro sem levar em consideração as avaliações do que aconteceu no passado recente. E aí também podemos ir atrás da história econômica que seja exemplo de outros países. A crise de 1929 nos Estados Unidos foi alavancada, o crescimento econômico e as expectativas econômicas foram criadas, a partir dos investimentos em infraestrutura. Então, acho que é fundamental que o País, o Governo crie essas expectativas, no momento em que acenar aos setores produtivos do País e aos investidores que não haverá acréscimo na carga tributária, já que isso inviabiliza o próprio crescimento econômico no futuro próximo.

É fundamental que o Governo também crie expectativas anunciando investimentos na infraestrutura, como falou o Senador Fernando Bezerra, momentaneamente, é momentoso o investimento na área dos recursos hídricos, porque é uma necessidade momentânea e presente, independente de qualquer título – PAC 2, PAC 3 ou PAC 4 –, mas que esses investimentos sejam anunciados de forma consistente, para criar essas expectativas econômicas, e o Brasil volte a crescer, como é o desejo de V. Ex^a, já a partir do terceiro trimestre de 2015.

Usei o tempo ideal?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Tranquilo. No controle.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado também, Senador Raimundo Lira, pela objetividade e pelo respeito ao tempo.

Senador Reguffe. E aí passo a palavra ao Ministro novamente, para responder às questões.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero fazer alguns questionamentos objetivos ao Ministro do Planejamento.

O primeiro deles: de acordo com o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, exercício 2014, no ano passado o Governo teve um déficit de R\$22,5 bilhões. Para 2015, o Governo estabeleceu uma meta de superávit primário de R\$55 bilhões para a União e estimou em R\$11 bilhões a meta para Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o art. 2º da LDO 2015, cabe ao Governo Federal compensar o eventual valor não atingido pelos entes subnacionais. A meta de economia da União, portanto, pode chegar a R\$66 bilhões, que equivale a 2,2% do PIB previsto para este ano, de acordo com o Anexo IV da LDO 2015.

A minha pergunta primeira é a seguinte: o senhor pode se comprometer com esta Casa e com a sociedade brasileira de que, ao fim deste ano, não será de novo feita uma alteração da meta fiscal? Se o senhor pode assumir esse compromisso aqui.

Segundo questionamento: o Governo, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma, fez uma política de redução de juros, uma política, na minha concepção, importante para gerar emprego e renda neste País. Mas, ao mesmo tempo que o Governo fez uma política de redução de juros, o Governo estourou seus gastos públicos, fez uma política de aumento de gastos públicos – pelo menos, esse foi o resultado concreto dos últimos anos. O senhor reconhece isso como um erro? Se sim ou se não, que outros erros o senhor admite como erros do Governo, nos últimos quatro anos, na condução da política econômica?

Terceiro questionamento: eu, como Deputado Federal que fui nos últimos quatro anos, fiz um requerimento formal de informações ao Ministério do Planejamento solicitando o número exato de cargos comissionados na estrutura do Governo Federal. A resposta formal do Ministério do Planejamento foi de 23.579 cargos comissionados. A França possui 4.800 cargos comissionados. Os Estados Unidos possuem 8 mil cargos comissionados. Eu queria saber se o senhor não considera 23.579 cargos comissionados um número excessivo. Aproveito para dizer que já encaminhei ao senhor um novo requerimento formal de informações solicitando o número atualizado deste ano. Alguns cargos devem ser comissionados, sim, mas esse excesso não é correto, não é o que melhor preza o que nós esperamos de uma administração pública eficiente, moderna, até porque é um número muito superior, no comparativo com vários outros países do mundo.

Quarto questionamento: foi apontado, no mês de fevereiro, um índice oficial de inflação (IPCA oficial) de 7,7% nos últimos 12 meses. A inflação que a população vê nas ruas é ainda a esses 7,7%. Se o centro da meta é 4,5%, se o teto da meta é 6,5%, ter atingido os 7,7% no mês de fevereiro, nos últimos doze meses, não é algo que deveria ser tratado pelo Governo de uma forma muito mais atenta, muito mais pronta? Até porque, depois do mês de fevereiro, neste mês de março, o dólar estourou, passou dos três reais e segue uma linha exponencial, e o aumento do dólar, qualquer entendedor básico de economia sabe que gera uma inflação no ponto futuro.

Então eu queria saber, da atual equipe econômica, o que está sendo pensado em relação a isso. Porque, se no mês de fevereiro era 7,7%, nos últimos doze meses, e, em março, o dólar fez essa trajetória, significa que nós vamos ter para frente um cenário ainda pior.

Por último, eu queria dizer que, com relação à questão do salário desemprego, eu concordo com o Governo, eu considero seis meses realmente muito pouco e quero dizer que o Governo vai ter meu apoio nessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado.

Novamente, vou tentar agrupar as perguntas.

Primeiro, o Senador Alvaro Dias saiu e não respondi uma das indagações dele, vou tentar fazê-lo agora e, depois, transmitir ao próprio Senador.

Na questão do BNDES, faz parte das atividades do BNDES apoiar as exportações brasileiras. Quando as exportações são de serviços – como é o caso a que o Senador está se referindo, à construção do porto em Cuba –, você tem que financiar a construção da obra no país de sua localização. Vários países do mundo fazem isso. Um porto você não exporta, um porto você financia a construção onde ele está. Mas a natureza da atividade é a mesma de financiar a exportação de aviões por parte da Embraer. Isso está gerando aumento das exportações brasileiras. O projeto, a capacidade de engenharia, é feito aqui no Brasil. A execução, por ser um bem não *trading*, por ser construção civil, bem não comerciável – desculpe-me –

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BARBOSA – ... é feita no exterior. Então, o BNDES acha que isso é uma atividade normal, financiar a exportação, e a gente quer mais e mais exportar serviços, exportar serviços de engenharia, e isso vai implicar a gente ter que financiar, se nós tivermos sucesso, mais e mais obras. Se o Brasil conseguir exportar serviços de engenharia para a África, por exemplo, parte desse esforço envolve financiamento de obras, como, por exemplo, a própria China faz, e nos oferece para financiar obras realizadas por firmas chinesas no Brasil.

Então, isso é parte da política de comércio exterior. Isso não prejudica nem limita a capacidade de o BNDES tem para financiar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – E por que é sigilosa?

O SR. NELSON BARBOSA – Oi?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Por que é secreta?

O SR. NELSON BARBOSA – Aí é uma interpretação jurídica, Senador. Eu não sou advogado. É o entendimento que as Procuradorias têm é que essa informação tem sigilo comercial.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É entendimento do Governo?

O SR. NELSON BARBOSA – É. É o entendimento da área jurídica de que isso tem sigilo comercial, não se deve abrir, assim como não se abre financiamentos de outros bancos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Mas as exportações da Embraer não são sigilosas.

O SR. NELSON BARBOSA – Mas, nesse caso, não; o financiamento, acho que os termos do financiamento são. Aí é uma discussão mais jurídica do que econômica. *(Pausa.)*

Bom, e o BNDES tem recursos mais limitados, mas, dentro dessa limitação, continua a priorização para financiamento de obras de infraestrutura. Eventualmente, financiamentos que não estão sendo viabilizados imediatamente têm a ver com detalhes de projetos específicos. Mas a prioridade dos recursos do BNDES continua sendo para aquelas atividades onde o retorno social tende a ser maior do que o retorno de mercado: infraestrutura, micro, pequena e média empresa e inovação.

A Senadora me perguntou sobre a reforma administrativa e o Senador Reguffe fez uma pergunta na mesma linha. Então, eu aproveito para responder a ambos.

Primeiro, o Senador Reguffe fez uma pergunta que o Senador Alvaro havia também perguntado: o número de ministérios. A maior parte dos ministérios criados foi a partir da transformação de secretarias já existentes em ministérios. Isso é uma decisão política de dar importância a alguns assuntos: integração racial, direito das mulheres, direitos humanos, a própria Secretaria de Assuntos Estratégicos têm um órgão do Governo dedicado essencialmente só para planejamento de longo prazo. Eles representam muito pouco em termos de gasto adicional em relação à importância política que é dada a importância política que é dada a essas atividades. Então eu não acho que esse número de Ministério seja um grande peso orçamentário para o Governo.

Na questão dos cargos públicos, aproveito até a pergunta oportuna do Senador Reguffe, nós temos esse requerimento, eu o responderei. Posso responder, talvez, rapidamente. Existe aquele boletim de recursos humanos feito pela Secretaria do Trabalho do Ministério do Planejamento que tem, todo mês, o número de janeiro, se não me engano, são 23 mil cargos comissionados, chamados de DAS, dos quais 17 mil são funcionários pú-

blicos. Então seis mil não são funcionários públicos. Para colocar em proporção, a correta comparação com os números da França, da Alemanha, de outros países, são seis mil cargos de confiança que não são funcionários públicos. Dezessete mil são funcionários públicos.

Há uma discussão...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas não eram no requerimento anterior.

O SR. NELSON BARBOSA – Desculpe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – No requerimento anterior, que eu fiz, e na resposta do Ministério do Planejamento não eram.

O SR. NELSON BARBOSA – Não...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser agora, até porque não recebi a nova resposta.

O SR. NELSON BARBOSA – Estou dizendo que essa informação, o número de DAS é reportado mensalmente no boletim que nós temos. O último número é de janeiro. São 23 mil cargos, sendo seis mil que não são funcionários públicos. Então acho que essa é a base de comparação. Acho que tem governos estaduais que têm até mais cargos de confiança. Não sei de cabeça, mas num levantamento que a gente fez...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ministro,...

O SR. NELSON BARBOSA – ...alguns governos estaduais têm até mais cargos de confiança.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...mas estes 17, eles têm, então, uma gratificação.

O SR. NELSON BARBOSA – É uma função comissionada. Eles têm uma gratificação, mas isso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A função é comissionada, mas 17 mil...

O SR. NELSON BARBOSA – São duas questões: uma se é funcionário público, outra... Agora, faz parte. Grandes empresas, grandes instituições têm funções comissionadas. Funções comissionadas também estão nesse relatório, se não me engano, chegam a 90 e poucos mil, mas acompanham o número de funcionários públicos.

Agora, esse é um assunto que nós estamos avaliando, até pelo fato de a maior parte dos DAS ser de funcionário público, se não é melhor tratar isso como função comissionada ou não. Porque, na verdade, cria-se uma falsa percepção de que há 23 mil pessoas que não são concursadas ocupando cargos de confiança, quando, na verdade, são seis mil. A maior parte é função comissionada, certo?

No requerimento eu responderei, Senador. É só para adiantar um pouco a sua pergunta, que eu acho que é pertinente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas só para falar para V. Ex^a, até porque não era V. Ex^a o Ministro na resposta anterior, o número na resposta anterior não era esse de seis mil. Era bem mais elevado o número de funcionários sem concurso do que os seis mil.

O SR. NELSON BARBOSA – Está bom. Vamos ver exatamente. Então avaliaremos. Pode ser que eu esteja errado. Eu vi essa tabela dos cargos de DAS recentemente, dados de janeiro.

Tanto o Senador... Eu vou aproveitar e responder ao Senador Reguffe, porque depois a pergunta do Senador Caiado, tem uma que é a mesma de V. Ex^a.

Inflação e câmbio. Essa é uma área que, eu acho que melhor comunicação deve ser feita pelo Presidente do Banco Central, o Tombini. Eu só queria ressaltar que há uma elevação da inflação, de acordo com a expectativa de mercado, mas isso não prossegue para o próximo ano. A percepção corrente é de um reajuste pontual de preços que tem impacto temporário sobre a inflação. E a inflação volta a cair, cai cerca de dois pontos e meio no ano que vem. E aí cai mais lentamente do que o Governo almeja. Uma das tarefas a que o Banco Central está dedicado é trazer essa inflação para baixo mais rapidamente.

Na questão do câmbio, o câmbio flutuante muda de patamar, mas ele não perde, não sai do controle. Então ele muda de patamar. Nessa mudança, ele cria efeitos também temporários sobre a inflação e sobre o nível de atividade, mas a partir do momento em que ele se estabiliza no novo patamar a estrutura da economia se adapta. Na experiência brasileira, quando isso ocorre, o impacto inicial é inflacionário e restritivo. Depois de seis, nove meses, doze meses, a economia se recupera. Foi o que aconteceu em 1999; a economia se recuperou no ano 2000. Foi o que aconteceu em 2003; a economia se recuperou em 2004. Isso aconteceu no ano de 2009; a economia se recuperou em 2010. Então, a capacidade da economia brasileira depois do impacto inicial é um impacto restritivo e inflacionário. Mas isso abre novas oportunidades de negócio e também viabiliza algumas atividades. E a economia tende a responder. Não é de imediato.

Então, o Governo está atento a isso, está monitorando, mas mantendo a sua política de câmbio flutuante e de metas de inflação. Acho que o Presidente Tombini vai poder... Eu não acho que o Governo está desatento, não. Pelo contrário. Está bem atento a isso e tomando as medidas necessárias, também na dose adequada, para não exagerar na dose.

Compromisso com a meta fiscal.

Nós propusemos a meta fiscal de um ponto dois, meta aprovada pelo Congresso Nacional. E nós temos adotado uma série de medidas para atingir essa meta, dentre as quais estão as medidas provisórias e eventuais projetos de lei que nós enviamos ao Congresso. O atingimento dessa meta depende do apoio do Congresso Nacional nas iniciativas necessárias para atingir essa meta. Nós temos o compromisso de tomar as medidas que dependerem somente do Governo Federal, as administrativas, nós vamos tomar todas medidas necessárias para cumprir a meta e vamos propor as medias legislativas necessárias para o cumprimento da meta. Agora, a meta o Governo Federal propõe e o Congresso aprova. Esta meta de 1.2 é uma meta de todo Estado brasileiro. Nós estamos fazendo nossa parte de propor medidas de consecução dessa meta e, obviamente, o Congresso está fazendo a sua parte soberana de avaliar a pertinência ou não dessas medidas. A aprovação dessas medidas e, eventualmente, de outras ações necessárias garante o atingimento da meta. Se o Congresso entender que isso não é necessário, talvez seja necessário rediscutir isso. Mas nós estamos também avaliando ações alternativas caso elas tenham que ser tomadas no nível administrativo. O nosso objetivo continua sendo cumprir a meta. Nós estamos no segundo mês do ano, o primeiro resultado foi alto, 21 bilhões, como V. Exª colocou, 66 é a meta de todo ano. Achamos possível fazer essa meta de 1.2 e estamos trabalhando para isso.

O Senador Caiado e V. Exª, Senador Reguffe, também perguntaram. Senador Caiado, primeiramente quero agradecer por me considerar a cabeça pensante de toda política econômica do Governo Federal. O trabalho não é esse, é um trabalho em equipe. Eu participei, tenho muita honra de ter participado do governo do Presidente Lula e do primeiro mandato da Presidente Dilma. Na equipe econômica, entre dois economistas, sempre haverá pelo menos vinte opiniões. Então, faz parte do debate. Apresentei minhas ideias, defendi propostas, contribuí em algumas coisas. Não me sinto desconfortável com o fato de algumas medidas estarem em aperfeiçoamento. Eu defendi a desoneração da folha quando foi proposta, em 2011, na época em que o câmbio estava em 1,60. Era um projeto-piloto para três setores: calçados e couro, têxtil e confecções e tecnologia de informação. Depois, a medida foi expandida a pedido da própria economia e com apoio do Congresso Nacional.

Neste momento de grande esforço fiscal faz parte da política econômica revisar o que a gente acha que está no volume excessivo. Não é acabar com o programa, é revisar o programa. Então, a desoneração da folha continua. Tenho total conforto em defender uma revisão da desoneração da folha que mantenha o programa, mantenha sua essencialidade, que é a desoneração principalmente para exportação. Porque em uma firma que é 100% exportadora, sobre a exportação não incide nenhuma contribuição. Se ela optar pela desoneração da folha, vai estar 100% desonerada, que era o objetivo inicial do programa e continua agora.

O Senador Eduardo Amorim já saiu, mas o Senador Raimundo Lira também fez uma pergunta na mesma direção: como gerar as expectativas de crescimento?

Se a gente pega os números do mercado e os quebra por trimestres, eles indicam uma recuperação mais rápida no quarto trimestre. Nós estamos trabalhando para tentar antecipar isso para o terceiro trimestre, o que requer aumento de confiança. Nós estamos no meio de um ajuste de preços relativos que tem como primeiro impacto realmente aumentar a inflação e tem impacto negativo sobre a atividade. Mas, na medida em que eles se estabilizarem em outro nível – e eles vão se estabilizar no outro nível – a economia vai-se recuperando. Então, o que garante é um pouco a própria capacidade do sistema de mercado, que, no início, tem esse choque, mas depois o mercado vai produzir mais barato o que hoje está caro, só que isso leva um tempo. Cabe ao Governo facilitar essa recuperação, criando as condições regulatórios, principalmente as condições de confiança, a confiança de que, apesar de esses impactos serem altos, eles são passageiros. O próprio efeito dessa mudança de preços, ao tornar atrativos novos investimentos e novos negócios, vai criar condições para recuperação, como já está criando em alguns setores. Esses setores já começaram a responder, mas ainda não é macroeconomicamente suficiente para elevar o nível de atividade da economia como um todo.

Na questão de ser só na despesa, entendo a preocupação. Obviamente, carga tributária – imposto – é sempre um problema polêmico, mas o imposto também é um mecanismo necessário para o financiamento do Estado e para atender às próprias demandas da sociedade. Sempre digo que são duas discussões em paralelo: uma é qual o nível da carga tributária e a outra é como essa carga tributária é obtida.

A carga tributária por política deve ser no nível necessário para atender às demandas que a população tem sobre o Estado; nem mais, nem menos. Há também várias demandas da população sobre o Estado.

Para ser claro com V. Exª, não acho possível uma redução de carga tributária imediatamente, até porque temos um esforço fiscal a ser feito. E, como procurei colocar, se considerarmos apenas os impostos e contribuições da União, eles estão em um nível até mais baixo do que estavam há dois, três anos. Esses aumentos que nós propusemos, que são, na verdade, correções sobre impostos que já existem – não há imposto novo, são alíquotas de impostos que já existem –, são para recuperar o nível de carga tributária ou o nível em que ela estava há dois, três, anos e distribuir parte desse esforço fiscal.

A outra discussão é a forma – seja ela 30%, 35%, 25% – como essa carga tributária é arrecadada, porque ela tem que ser feita da forma mais simples e menos complexa possível. E, nesse ponto, é possível avançar muito. Nós já avançamos: já há a nova fiscal eletrônica; há o Supersimples, uma grande inovação suprapartidária que beneficiou bastante a economia brasileira; e agora o Ministro Levy vai propor novas iniciativas nesse sentido de, mantendo a neutralidade, ou seja, sem afetar nem para cima nem para baixo a carga tributária, melhorar a eficiência tributária, para diminuir o custo de conformidade, seja do setor privado, seja também do próprio Governo. Porque a própria Receita Federal também gasta muitos recursos humanos, muitas horas em fiscalizações, e talvez uma simplificação da legislação tributária venha a beneficiar a todos.

Na questão do PAC, novamente, reconheço a lacuna de não ter mencionado os recursos hídricos. Estou trabalhando com o Ministro Occhi para ver... Estamos agora enfatizando bastante aquelas áreas em que pode haver concessão ou PPP. O senhor, como ex-Ministro, sabe que há possibilidade de concessão e, principalmente, de PPP em algumas áreas de irrigação. Nós ainda não temos isso bem definido. Estamos trabalhando para também colocar em consulta pública ou até em licitação projetos de PPP de irrigação. Isso, eventualmente, será apresentado ao longo dos próximos meses.

Há a questão da energia. Não tenho conhecimento de se foi cogitada essa ideia de aumentar prazo de concessão, então não me sinto confortável de responder “sim” ou “não”. Só queria ressaltar que, na questão da energia, como falei antes, o Governo suportou enquanto pôde o peso da estiagem. Como essa conta começou a ficar muito grande e até a ameaçar a própria sustentabilidade das contas públicas, avaliou-se que seria melhor transferir isso, gradualmente, para as tarifas. O problema é que há o peso de empréstimos que foram feitos no passado, e isso também aumenta o impacto neste momento.

Agora é importante que o preço seja alocado para quem utiliza o serviço. Porque anteriormente... A sociedade paga de qualquer forma, ou paga como contribuinte, ou paga como consumidor. Enquanto estava no orçamento público, era o imposto de todos os cidadãos brasileiros que estava pagando isso, independentemente de aquele cidadão ter usado mais ou menos energia. Agora, isso está sendo gradualmente transferido para o usuário da energia. Por mais que isso tenha um impacto negativo no curto prazo, vai melhorar a eficiência do sistema. Novamente, vai fazer o mercado produzir mais barato o que hoje está caro; vai fazer com que as famílias, as pessoas utilizem a energia de forma mais eficiente; e vai abrir oportunidade de investimento, por aumentar a eficiência energética, com a geração de novas fontes. Então, acho necessária essa mudança na alocação do custo climático, ainda que ela tenha esse impacto de curto prazo restritivo.

Acho que, com isso, respondi a maior parte dessa rodada.

Desculpe! O PNDR!

O PNDR é importante. O PNDR é uma das partes também... O senhor sabe que do PPA (Plano Plurianual) uma das grandes partes é a de desenvolvimento regional; um dos grandes eixos. Há até os debates regionais.

Eu e o Ministro Miguel Rossetto já estamos preparando as bases das discussões do PPA. Nós planejamos começar as consultas públicas, as reuniões sobre a elaboração do PPA em abril, com a sociedade. Esse aspecto do desenvolvimento regional, então, acho que incorpora e não impede que, depois, seja complementado pelo PDR. São discussões – para deixar claro – para elaborar a proposta do Executivo a ser enviada ao Congresso. Depois, o Congresso, obviamente, vai ter o tempo necessário para avaliar essa proposta. Mas, independentemente disso, nós já vamos abrir consultas públicas para preparar o PPA a partir de abril.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Nelson Barbosa.

Passo agora a palavra, na sequência, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Tasso Jereissati, ao Senador Douglas Cintra, ao Senador Valdir Moka. O Senador Omar Aziz foi a outra Comissão, então pediu para ter o seu nome retirado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas eu falei o quê?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Valdir? É que eu olhei para o Raupp, aí falei Valdir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Se ele quiser permutar comigo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E o Senador Pinheiro para fechar o bloco.

Então, com a palavra, Senador Wellington Fagundes, por cinco minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Meu caro Presidente Delcídio, compaheiro vizinho de Estado, quero aqui trazer a minha satisfação de estar sob a sua Presidência; cumprimentar também o Ministro Nelson Barbosa.

Como disse o Senador Raimundo, todos nós vivemos de expectativas, a sociedade também. A sociedade quer ser convocada a coisas boas, positivas. Aqueles que querem o bem do País e principalmente aqueles que estão preocupados com a própria geração de emprego, enfim. Cada um aqui tem o seu papel, Oposição e Situação, mas o mais importante é que a nossa preocupação, de todos, é comum, é o desenvolvimento do nosso País, a geração de oportunidades.

Há poucos dias, semana passada, estivemos lá no Rio de Janeiro com a Presidente Dilma, quando fomos inaugurar o Porto do Futuro, investimento de 1,8 bilhão, com a verdadeira participação público-privada, e ali a gente pôde perceber a animação dos empresários que investiram no Porto e muitos que lá estavam querendo fazer investimentos, mas todos repetindo, ali, a meia boca, a dificuldade que representa fazer investimento no Brasil.

Portanto, acredito que tudo aquilo que está sendo planejado pela equipe econômica quanto ao reequilíbrio macro e também do crescimento é um assunto muito técnico. Eu gostaria aqui de me ater principalmente ao Brasil mais simples, que é o que todos nós, que estamos na ponta, sentimos da sociedade.

O pequeno empresário quer ter condições de trabalhar, mas as dificuldades burocráticas o acabam impedindo, fazendo com que uma empresa no Brasil, para abrir, demore mais de cem dias, enquanto uma empresa no Chile demora cinco dias, e assim por diante. Para fechar, então, é aquilo que foi apresentado: muito mais difícil. Então, Ministro, acho que o Brasil precisa dessa consciência de um Brasil mais simples.

Também, aqui, por ser do Estado do Mato Grosso, do Centro-Oeste brasileiro... Nós, lá, estamos no centro do Brasil e no centro da América do Sul. Cuiabá, nossa capital, é o centro geodésico da América do Sul e completamente de costas para o Mercosul, ou seja, em Cuiabá não temos nenhuma comunicação com nenhum país vizinho, nem aeroviária, nem rodoviária, nem ferroviária. Aliás, o Mato Grosso começou o seu desenvolvimento através da Hidrovia Paraguai-Paraná. Lá em Portugal projetaram a nossa primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, e assim funcionou essa hidrovia muito tempo.

De repente, alguns entenderam que a hidrovia não podia funcionar mais pela questão ambiental. Bom, e no Brasil, praticamente, nós não utilizamos as nossas hidrovias. E está claro que hoje, com a tecnologia disponível, não são mais os rios que têm que se adaptar às nossas embarcações, é perfeitamente possível fazer com que as embarcações sejam adaptáveis aos nossos rios. Então, a cabotagem, bem como qualquer funcionamento de uma hidrovia, no Brasil, tem todas essas dificuldades.

Lá no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de conversar também com alguns empresários que querem investir nessa questão. Para implantar a cabotagem tem que importar, e só se pode importar dois navios para cada navio brasileiro construído. Então, acredito que a gente deveria dar mais celeridade até a essa possibilidade, inclusive para navios pesqueiros. Nós, com uma costa tão grande, não temos tecnologia para isso.

Aí, Ministro, quero aqui fazer algumas indagações. O Centro-Oeste brasileiro nós temos a maior... Nós somos os maiores exportadores de *commodities* agrícolas, pagamos para importar os nossos insumos, e exportamos tudo isso desonerado. Com a famosa Lei Kandir, num acordo que foi feito, no ano passado, o Governo Federal não cumpriu o FEX. Então, para Estados produtores como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todo o Centro-Oeste brasileiro, como vão programar um investimento governamental, seja dos Estados e Municípios, se aquilo que está pactuado não é efetivamente cumprido?

Então gostaria de perguntar aqui ao Ministro, especificamente sobre o FEX. O que vocês pensam da dívida que o Governo tem com os Estados e o que pensam para frente?

Tive oportunidade de conversar com o Ministro da Fazenda, Levy, ele disse que era favorável. Nessa questão do acerto econômico vai ver como fazer. Mas existe uma cobrança de todos nós, principalmente da Bancada Federal. O que estamos fazendo aqui que não obrigamos o Governo a cumprir sua parte?

O senhor falou dos investimentos das ferrovias. A FICO foi tão anunciada e não sai do papel. Por quê? É o mercado que não quer mesmo, ou o próprio Governo não encontra os parceiros para o investimento?

Estive na China há uns oito anos. Quando falamos do trem-bala e da Transcontinental, todo o assunto foi votado para a Transcontinental. Os chineses têm todo o interesse, já vieram várias missões e isso não sai do papel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Wellington, concluindo, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Concluindo.

Também poderíamos falar de outras áreas. A questão da energia. No Mato Grosso tivemos a licitação de Couto Magalhães, uma usina de alta rentabilidade e baixo impacto ambiental. Foi feito há doze anos o leilão, estivemos várias vezes no Ibama, que disse: é dogma, o Araguaia não se pode ser tocado.

Então, Ministro, nós que queremos ajudar o Governo precisamos saber de que forma podemos agir para destravar o Brasil e principalmente para simplificar o Brasil? Então, não acho que aqui há muitas indagações, mas principalmente posicionamentos do Governo que gostaríamos, para levar essas expectativas positivas lá

para o interior, para aquele que está trabalhando, para aquele que quer continuar produzindo, para aqueles 40 milhões que vieram para o consumo no Brasil e que não querem regredir. E não acredito que vamos encontrar a melhoria política sem a econômica e vice-versa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington. Com a palavra, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Dalcídio, Presidente desta Comissão; Ministro Nelson Barbosa. Queria também, inicialmente, dizer do meu respeito pela sua carreira econômica e pela qualificação técnica da sua pessoa, e fazer algumas perguntas e algumas colocações.

Vou repetir o que já foi dito aqui várias vezes sobre expectativas, confiança, credibilidade e, com certeza, V. Ex^a sabe, mais do que nós todos aqui, porque é um técnico de alta qualificação, que expectativa, confiança, credibilidade são fundamentais para a retomada do crescimento econômico. Isso foi dito pelo Senador, Professor Raimundo Lira, e não é novidade.

O grande problema é como recuperar essa credibilidade. Estamos assistindo... Basicamente, não somos contra um ajuste fiscal. Aliás, ajuste fiscal é o que defendemos há muito tempo. Antes defendemos o não desajuste fiscal, para que não fosse necessário ser feito um ajuste fiscal. No entanto, o desajuste foi feito e não quero ficar olhando para trás, quero olhar para frente, olhar como vamos construir essa credibilidade.

A meu ver, dentro da normalidade política que todos queremos, a única maneira de reconstruir essa credibilidade, uma expectativa otimista, é transparência e verdade. Não falar mais, não continuar a querer disfarçar a realidade, desmentir os fatos e lutar contra a realidade.

Dou um exemplo aqui, Ministro, com todo respeito, duas coisas que me assustaram nessa direção. Alguém falou aqui, foi falado em PAC 3. Por favor, não fale mais em PAC 3, não fale mais em PAC, porque ninguém acredita mais em PAC. No meu Estado, Ceará, sofremos um engodo de 12 anos de uma falsa refinaria de petróleo, assim como aconteceu com o Estado do Maranhão e muitos outros mais.

Continuar insistindo com rótulos de propaganda como se fossem soluções e verdadeiros toques santos, que com isso se recuperaria toda a infraestrutura do Brasil é aparentar novamente que se quer fantasiar a realidade para o futuro.

Aqui foi outra coisa que me assustou, quando eu vi, nas obras de futuro, a Ferrovia Transoceânica. Ministro, nós nem acabamos, está parada a Transnordestina na minha região, absolutamente parada! E já foi prometida 550 vezes! Foi dito que terminariam no próximo ano, mais 400 vezes! Nós temos aqui um simbólico trem-bala, que foi objeto de propaganda eleitoral durante anos e sequer ainda existe viabilidade econômica comprovada para ele. Pode ser até que um dia tenha, mas ainda. E não aceitar que se jogue francamente com a realidade é...

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... uma manutenção dessa expectativa negativa e do que vem depois do ajuste fiscal.

Como disse o Senador Alvaro Dias aqui, será que nós vamos consertar agora o brinquedo para depois estragá-lo de novo e voltar toda essa fanfarronice e bravata sobre o Brasil ser melhor do que os Estados Unidos?

Nós sabemos que os Estados Unidos estão em franca recuperação. Essa crise internacional hoje não existe mais. Ela é localizada. E, mesmo na Europa, países como os da Grã-Bretanha, por exemplo, já retomaram o seu crescimento. Nós estamos crescendo, neste ano, se não me engano, aparentemente menos do que no ano passado.

Não tentemos disfarçar a verdade e vamos enfrentá-la com transparência. Aí, com certeza, o Governo e principalmente a equipe econômica terão o apoio de toda a sociedade brasileira.

Tenho mais um minuto, todos aqui, mais um minuto... Vou dar-lhes alguns exemplos: em quaisquer dessas obras de grande porte, concessões, ferrovias, estradas, etc, se não houver um fortalecimento das agências reguladoras, nós não vamos ter investimento. Sabemos disso e sabemos que, no governo passado, foram enfraquecidas e desmoralizadas as agências reguladoras. Nós temos que passar por um processo de reconstrução de confiança nas agências reguladoras.

Foi falado aqui em previsões. As previsões do Ministro Mantega, durante seis anos, foram redondamente enganosas. Enquanto todo o mercado já avisava que a inflação não iria para o centro da meta, ele jurava que a inflação iria para o centro da meta; que o crescimento da economia não seria de 4%, e ele jurava que era 4%, que tinham as previsões, e assim por diante. Isso foi corroendo toda a credibilidade da equipe econômica, que, no início, tinha, e a do próprio Governo.

Já foi falado tanto aqui e não vou voltar ao passado, nem erros. Evidentemente, o senhor sabe que foram cometidos erros e, até pelo que me consta, parece-me que o senhor foi contra a célebre maquiagem fiscal, que

é um grande e brutal erro, que significa que o Governo já sabia que nós teríamos déficit primário e ficou enganando com maquiagem fiscal. Pelo que me consta, V. Ex^a se opôs firmemente a essa maquiagem fiscal e tem que reconhecer que isso foi um erro brutal com consequências até hoje, as quais vamos viver muito mais no futuro.

As minhas perguntas... Algumas colocações que foram feitas aqui não vão nessa direção de reconstruir a verdade e a credibilidade que o Governo precisa ter, independentemente de ser feito ou não o ajuste fiscal no sentido de reconstruir uma expectativa que realmente retome o crescimento econômico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu terei de sair, e muitos também, porque temos outros compromissos.

Eu gostaria que aquilo que foi perguntado, como tudo isso está gravado, mesmo a gente não estando presente, se teremos oportunidade de ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, o Ministro vai responder, sem dúvida nenhuma, Senador Wellington.

Com a palavra, agora, o Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente Delcídio, Ministro Nelson, primeiro eu quero cumprimentar o Presidente para a gente falar mais em planejamento. Eu acho que no Brasil nós estamos precisando falar mais de futuro, de planejamento, do que, simplesmente, falar de passado. Se formos falar aqui de passado e de história, nós veremos que quem trouxe a carga tributária ao patamar que está hoje não foi uma gestão, nem foram duas. Aliás, essa carga tributária foi mais elevada em gestões mais distantes.

A gente fala em inflação também, fala em nível de emprego. Se falar em dólar, é em sistema financeiro. Eu acho que nós estamos aqui, hoje, para debater o que precisa ser feito pelo nosso País. Acho que o caminho é árduo, mas tem que ser percorrido para que alguns assuntos possam não só ser mais debatidos, mas, sobretudo, Ministro, possam ser mais bem planejados.

Estamos aqui para falar do Governo Federal, mas para lembrar também que esse déficit do Brasil acontece hoje em grande parte dos nossos Estados. Isso, evidentemente, faz com que a situação do Brasil tenha que ser tratada com mais delicadeza.

Pautando apenas um ponto aqui, que é a questão do seguro-desemprego, eu lembro e vejo que isso é muito mais manter direito do que tirar direito. O seguro-desemprego é mantido com o FAT, que é um direito do trabalhador, é o Fundo de Amparo ao Trabalhador. E, se nós exaurirmos esse FAT, quem perde esse direito, quem perde esse volume de recursos é o próprio trabalhador. Então, escutando a sua apresentação, a gente vê que ele deve ser mais bem utilizado e não retirado.

Hoje, em nosso País, há uma crise, que é uma crise real. Temos algumas dificuldades econômicas, mas, sobretudo, eu acho que nós temos muito mais dificuldades com as expectativas do que com a realidade.

O Senador Tasso fala na credibilidade. Isso é muito importante, Senador. E essa credibilidade está sendo também minada hoje, a meu ver, pelo excesso de expectativas negativas que existem sobre o nosso País, fundamentadas em motivos justos, mas superlativadas neste momento.

Vemos, por exemplo, a questão do dólar. O dólar subiu, mas está beneficiando quem exporta. Quer dizer, não podemos ter um patamar pensando apenas no consumo. Temos que pensar na nossa produção, na nossa exportação.

Então, temos, realmente, uma crise que é econômica, mas, a meu ver, muito mais política. E nesta Casa está o caminho para que esta crise possa ser mais bem contornada. Acredito que isso será mais bem feito se falarmos mais nesse planejamento, Ministro; se começarmos aqui a pensar, a debater mais. E eu já começo a perguntar o que nós podemos fazer para estimular o planejamento em conjunto, o Governo juntamente com esta Casa, para que os projetos sejam melhor trabalhados aqui dentro, a fim de que pensemos em diminuir a carga tributária através do crescimento econômico, do crescimento do nosso PIB.

Eu só acredito que nós possamos ter a oportunidade de reduzir a carga se tivermos um crescimento mais efetivo. Aliás, é inteligente pensar que se houver uma diminuição de carga que gere crescimento, isso vai gerar, a médio e longo prazo, muito mais recolhimento porque vamos estar falando de um recolhimento sobre um patamar financeiro muito maior. Então, eu vejo isso como uma oportunidade.

Quero deixar registrado aqui, para falar dentro do tempo e contribuir com o nosso Presidente, que precisamos falar muito mais em infraestrutura. Sei que os colegas Senadores tocaram bem nesse assunto. E pensar o que podemos, em cada região, dar como prioridade e levar isso para que o próprio ministério acompanhe mais de perto. E precisamos destravar os principais motivos, como também bem falou a nossa Senadora Gleisi, pois alguns projetos não conseguem sair do papel ou do lugar em função desses travamentos que existem hoje...

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – ... no TCU, que cumpre o seu papel, ou nas outras instituições de meio ambiente.

Então, deixo aqui esta minha palavra e a expectativa de que possamos transformar essas mensagens com o Sr. Ministro em melhores momentos econômicos e ver que nós temos hoje muitos melhores fundamentos econômicos do que tínhamos antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Douglas, pelo tempo também.

Passo a palavra para o Senador Moka. Depois, para o Senador Walter Pinheiro, fechando mais este bloco.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Delcídio; Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente; Ministro Nelson Barbosa, um pouco do que o Wellington falou.

Eu começo falando da Lei Kandir. Estados como o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul são duramente penalizados porque nós não temos ressarcimento disso. Mato Grosso já começou um pouco mais, estamos começando a agroindustrialização. É muito difícil.

O nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, se não for o último, é o penúltimo em transferências constitucionais. Não vai nada para o Estado. E é um Estado que contribui muito com a riqueza do nosso País.

Eu vi a exposição de V. Ex^a. No Centro-Oeste, salvo aquela ferrovia de Lucas do Rio Verde, não temos nada.

Para se ter uma ideia, toda a nossa soja sai dali e vai para o Porto de Paranaguá. Nós precisamos urgentemente de ferrovias que passem por Maracaju, por Dourados. Ou então pela rota bioceânica de Maracaju até Porto Murtinho. Quer dizer, para baratear.

Se você levar uma soja, por exemplo, da região da grande Dourados até o Porto de Paranaguá, ou ao Porto de Santos, estamos falando de mais ou menos duzentos. Se a gente saísse ali pelo Rio Paraguai para Porto Murtinho, isso cairia para cem. Imaginem a competitividade que teríamos de preço. Estou falando de frete.

Os caminhões foram feitos para 300km no máximo. Nós temos a via principal. Os caminhões que estão agora sofrendo essa crise aí transportam mil e tantos quilômetros. Isso é absolutamente uma coisa que não é compatível.

E nós do Mato Grosso do Sul estamos de costas para a hidrovía. E quando a gente pensa que vai ter a ferrovia, que isso vai melhorar – claro que aí todo mundo levaria isso para Maracaju ou para Dourados e nós teríamos um frete muito mais barato –, isso não acontece.

Olha, eu vou dar um exemplo, o Senador Delcídio está aí. O Mato Grosso do Sul... Durante o ano passado, eu fui a uma audiência com o Vice-Presidente Michel Temer, com a então Ministra do Planejamento Miriam Belchior, com a Presidente Dilma, e foi assegurada uma que chamamos lá de rodovia de integração, a Sul-Fronteira. Todo mundo sabe que todo contrabando de armas e de drogas vem dali. E precisamos, além da repressão, desenvolver uma região. Foi prometido, Ministro, foi colocado isso no papel. Não saiu absolutamente nada!

Isso tudo faz com que Parlamentares como eu do Mato Grosso do Sul tenhamos dificuldade com essas coisas.

Eu queria que V. Ex^a falasse. Até a semana passada, eu tive oportunidade de falar com V. Ex^a a respeito dessa questão da nossa rodovia. Desculpem-me, colegas, se estou tratando de um tema tão paroquial, mas é para dar demonstração de que se essas coisas que são combinadas com a gente, na presença de autoridades, no nível que eu estou citando, não acontecem, como vou acreditar nas coisas que estão sendo colocadas aqui?

Eu sou um daqueles que torço, Ministro. Pode ter certeza V. Ex^a de que sou capaz de passar por sacrifício eleitoral, conforme disseram aqui, mas é preciso passar para esta Casa e para o conjunto da população que nós vamos tomar um remédio amargo agora, vamos ter que passar por um tratamento de choque, mas logo em seguida o paciente vai se recuperar. É só desse jeito, porque de outro jeito não é possível. Posso estar enganado, mas vamos ter uma enorme dificuldade para isso. Mercê de quê? Dessa falta de credibilidade de que o Senador Tasso Jereissati falou e está na cabeça de todo mundo.

Como você vai explicar? Quando você vai na Federação das Indústrias e fala que vai retirar a desoneração, o empresário diz assim: Moka, e o contrato que assinei? E aquilo que está em jogo? Como vou romper isso no meio? É o que ouço lá. E aí acho que seria interessante o Ministério do Planejamento conversar com a Confederação Nacional da Indústria, com as federações, porque isso tudo vai redundar na questão...

Eu estou participando, junto com o Senador Blairo Maggi, tentando ajudar, na questão dos caminhoneiros. O que aconteceu? Qual é o grande problema ali? Uma oferta de crédito de 2,5%. O Governo fez por má-fé? De jeito nenhum. Foi uma oferta de crédito para financiamento de caminhões a 2,5% por ano. Gente que nunca teve caminhão na vida, quem não quer pegar? Juro de 2,5% e comprar caminhão?

Então, o sujeito que produzia soja ou algodão em grande escala achou que ele mesmo poderia ter a própria frota de caminhões. Eu conheço um produtor rural que sozinho financiou 300 caminhões. Então, de uma hora para outra, nós inundamos o mercado de caminhões. Nós temos uma superoferta de caminhões, o frete...

Evidentemente, a indústria baixou o desempenho, diminuiu a carga, Mato Grosso atrasou o plantio de soja, o frete foi lá embaixo e coincidiu com o aumento do óleo diesel. E o custo do frete que era 40%, o combustível representava 40% do custo do frete, passou a ser mais de 60%. A equação não fecha.

Quer dizer, essas coisas... Sem querer houve distorções que precisam ser corrigidas; aí essa questão da credibilidade é fundamental.

Eu sou um daqueles, Ministro, que quer ajudar. Acho que não posso ficar pensando em eleição, eu tenho que pensar nas próximas gerações. Sou um daqueles que quer ajudar, mas eu quero ajudar desta forma, sabendo que esses investimentos vão acontecer. É claro que cada um de nós tem... Mas essa questão, para mim, da Sul-Fronteira, e outras questões são fundamentais.

Se V.Exª tivesse alguma informação sobre isso, eu gostaria que V.Exª, se puder, me passasse ainda hoje, ou então me posicionasse, porque lamentavelmente no meu Estado, Mato Grosso do Sul, até hoje o pessoal está esperando a continuidade dessa rodovia Sul-Fronteira.

Desculpe, Presidente, por me ter alongado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Moka.

Faço minhas as palavras, também, do Senador Moka, que falou pelo nosso Estado, e com muita pertinência. Senador Pinheiro, fechando o bloco.

Eu só quero registrar aqui que o próximo bloco, depois das respostas do Ministro, será Senador Wilder, Senador Cristovam, Senador Ataídes, Senador Lindbergh Farias, Senador Agripino, Senador Telmário, Senador Anastasia, Senadora Marta Suplicy, Senador Flexa e Senadora Lúcia Vânia.

Evidentemente alguns já não se encontram aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora, eu vou dar por encerradas as inscrições, senão o Ministro dará uma de faquir aqui, depois desse tempo todo na audiência pública da CAE.

Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pronto, Senador Delcídio.

Antigamente, quando V. Exª era Presidente da primeira leva, providenciava um biscoito. Agora, está também na era do corte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós já começamos com o corte aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado Federal também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Começou mal, V. Exª.

Mas, Ministro, eu quero começar fazendo exatamente a separação das coisas.

A percepção que todos nós temos é de que ajustes são necessários, mas seria importante que os governos exercessem essa etapa com cada um cumprindo o seu papel.

Portanto, eu acho que, ainda que necessariamente o Planejamento tenha que participar dos ajustes junto com a Fazenda, em uma hora como essa o Planejamento deveria se preocupar muito mais com a consequência do ajuste, ou seja, depois do ajuste, que passo nós daremos?

A Fazenda apresentou... É natural que a Fazenda até aponte quais são os caminhos para ela reduzir os gastos ou até aumentar a sua receita, mas do Planejamento, na nossa opinião, nós gostaríamos de ouvir isso: depois desse aperto, o que vai ser apresentado como alternativa? Ou até um remédio? Que foi aquilo que Senador Moka levantou aqui. A dose é forte, mas teremos certeza de que vamos fazer algo consequente depois. É amargo o período, mas há uma expectativa.

E a primeira delas, Ministro, é uma questão de que V. Exª participou até ativamente.

Nós fizemos uma ampla discussão do pacto federativo aqui, e naquela proposta inclusive havia um fundo de desenvolvimento econômico, que lamentavelmente o Governo resolveu sepultar, tanto a reforma tributária quanto a questão inclusive do surgimento do fundo, para a gente pensar nas alternativas, nas saídas.

O segundo aspecto, Senador Moka, tem a ver exatamente com a questão dos benefícios. Se por hora fala-se em cortar a questão dos incentivos, até agora a gente não firmou ainda um contrato, eu diria, não duradouro, mas pelo menos seguro em relação aos benefícios que nós enfrentamos em todo o período da guerra fiscal. Refiro-me exatamente à convalidação dos benefícios que foram anunciados e que permitiram, esses benefícios, que Estados pudessem atrair investimentos e enfrentar o período mais difícil.

Terceira questão fundamental: se num período de crise, com seca – até colocou muito bem aqui o Senador Fernando Bezerra –, a gente tem o agravamento da situação hídrica no Brasil, é óbvio que num País que tem uma matriz energética de hidreletricidade quase acima de 85%, Senador Delcídio, essa questão seja crucial. Só que essa matriz, além de ser uma matriz que alimenta a produção no campo, através da energia para processos de irrigação, usando a mecanização do campo, por outro lado, a indústria que necessariamente pode nos dar um alívio, porque é uma indústria exportadora, é a indústria que mais requer o uso de energia. Tanto

é que são chamados de eletrointensivos. Portanto, uma política que não enxergue essa dificuldade não pode ser esse remédio levantado pelo Senador Moka. É amargo, mas não dará nenhum alento para a gente adiante.

Então eu me refiro, por exemplo, a essa questão dos contratos. Não há que se pleitear a renovação dos contratos na mesma base, até porque não há a mesma energia sendo gerada.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas o fato da renovação dos contratos nos aponta pelo menos uma alternativa segura.

Outro ponto que eu quero também provocar aqui, Ministro, é uma coisa que foi colocada até por muita gente, mas eu quero chamar a atenção. Eu tenho seis netos, Ministro, duas netas e quatro netos. A mais velha tem dois anos e onze meses. Os trigêmeos têm dois anos, Tito, Isaac e David. A outra, menorzinha, tem um ano e seis meses, Luísa, e o menor de todos, Eduardo, tem um ano. Portanto, seis netos. Se eu for conversar com essa minha neta, até minha netinha mais velha, Júlia, de dois anos e onze meses, se eu for contar a história dos três porquinhos a ela nessa forma tão, eu diria, num linguajar tão difícil, vai ser muito difícil minha netinha entender. E eu até tinha uma formação muito forte na área de matemática, ensinei matemática e física durante muitos anos para ganhar a vida. Então, se eu pegar meus seis netinhos e começar a contar a história dos três porquinhos, que são três porquinhos, P1, P2 e P3, que vivem numa floresta tridimensional, ao final da história, meus netinhos vão até ficar contentes com o avô, que está contando uma história bonita, mas não vão entender absolutamente nada.

Portanto, não dá para a gente vir de uma forma tão hermética e formal tentando contar uma história do passado, porque todos nós reconhecemos o esforço do Governo, reconhecemos as políticas econômicas, e que é necessário inclusive, agora, partir para uma outra etapa. Então é encarar essa história que nós vivemos ontem e o que nós estamos vivenciando hoje de forma muito direta e franca e dialogando com a realidade de cada Estado.

Nós não vamos solucionar o problema do Brasil, meu caro Ministro, se a gente também não falar uma linguagem que chegue aos Municípios, que resolva o problema das finanças dos Estados, que aponte numa perspectiva de crescimento, que a gente diga a quem está lá na ponta que nós vamos ter possibilidade de retomar.

E aí eu me refiro ao pacote que foi anunciado. É correto falar, por exemplo, da licença-saúde, ou a licença, como todo mundo chamava, “encostar no INSS”, numa linguagem que eu jogue uma carga para determinada empresa, mas a gente vai esquecendo que quem gera emprego neste Brasil é micro e pequena empresa.

Esses caras não vão aguentar a carga de aumentar o seu custeio com um, dois empregados que eles têm. Então, é necessário contar essa história enxergando a realidade de cada Estado, de cada país, de cada momento.

Fechando, Senador Delcídio, se pudermos enxergar essa realidade, entendendo também que a alta do dólar pode nos trazer benefício, não dá para matar a indústria. Eu não vou conseguir exportar se não conseguir retomar minha competitividade, se não conseguir, inclusive, ampliar a capacidade de essa indústria continuar produzindo para o consumo interno e para essa exportação.

Aí, Ministro, há uma questão da própria organização do Estado que tem a ver com Municípios e Estados, que é a questão do preenchimento das diversas vagas em diversas áreas do Serviço, seja na Previdência, seja na Receita Federal – de importância – ou no caso do Banco Central.

Há uma leva de buracos, digamos assim, e a necessidade de colocar novos servidores nesses lugares, que enxergamos, às vezes, só sob a ótica do aumento do custeio com a contratação desse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas, na realidade, há um buraco de serviço. A desassistência, a falta de fiscalização por parte da Receita, a completa redução do quadro estrutural do Banco Central têm nos levado, cada vez mais, eu diria até a uma desprofissionalização da estrutura pública, máquina capaz de arrecadar e máquina capaz de prestar o serviço público ao cidadão.

Portanto, uma das perguntas que foram feitas aqui pelo Senador Crivella é em resposta ao chamamento dos servidores desses órgãos, ou melhor, desses que passaram em concurso, para preencherem as vagas nesses órgãos, reequipando-se a estrutura de Estado, para continuar prestando os serviços ao cidadão e cumprindo as funções de Estado neste momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Bem, começando pelo Senador Douglas, agradeço a percepção dele, que também é a nossa, de que as propostas que estamos fazendo, principalmente na questão do Seguro-Desem-

prego, viabilizam a manutenção do Programa e também garantem a sustentabilidade do FAT, garantem que esse programa vai ser sustentável.

O papel do Congresso Nacional, que foi mencionado também pelo Senador Douglas, é obviamente fundamental. Essas medidas cabe ao Executivo propor e ao Congresso analisar, melhorar, rejeitar. Essa é a prática saudável e é com isso que nós contamos.

Então, em várias atividades, também na proposição, várias das senhoras e dos senhores também têm reuniões conosco sobre iniciativas que o Governo ainda está preparando, para que as propostas, quando chegarem a esta Casa, já cheguem em formato bem aperfeiçoado.

O Senador Wellington Fagundes e o Senador Moka perguntaram sobre a questão da Lei Kandir. Não foi feito o repasse, no ano passado, daqueles um e novecentos. Isso está na agenda orçamentária deste ano, e vamos procurar honrar esse compromisso. Estamos aguardando essa definição do Orçamento, para soltar a programação orçamentária definitiva.

Como o Ministro Levy já colocou, esse é um compromisso que o Governo tem intenção de cumprir e vai cumprir. A questão é o prazo. Estamos aí com uma necessidade fiscal de elevação do primário – e é muito importante recuperar esse resultado primário –, mas esse é um compromisso já de longa data do Governo e está na nossa programação orçamentária.

Bem, foi mencionada a questão das hidrovias. Como falei, vamos colocar hidrovias em estudo para possível concessão, e também há, por parte do setor privado, vários atores interessados em discutir se há necessidade ou não de aperfeiçoar a navegação de cabotagem no Brasil.

Nesse aspecto, o Governo não tem posição formada, mas estamos abertos ao diálogo com todos os envolvidos, para tentar dinamizar mais essa fonte de transporte.

Sobre o assunto, também, que o Senador Moka e o Senador Delcídio mencionaram, a Rodovia da Integração, ela é uma rodovia que está no PAC, que está na nossa programação orçamentária. Nosso objetivo é cumprir com esse compromisso. Vai entrar nessa programação orçamentária.

Uma das atividades que nós fizemos quando eu mencionei aquela análise de restos a pagar de obras, em uma rodovia que está no programa do PAC, era justamente avaliar quando ela pode ser começada, se pode ser começada neste semestre, para a gente ter essa previsibilidade para todos os envolvidos. Continua dentro das prioridades, como a Presidente colocou, mas a execução vai depender desse espaço fiscal. O compromisso político está mantido. A execução tem que seguir a disponibilidade orçamentária do Governo. Estamos falando de um mandato que tem quatro anos. Vai ser executado ao longo do tempo. Nosso objetivo é iniciar essa e outras obras o mais rápido possível, dentro da nossa limitação.

O Senador Tasso, o próprio Senador Wellington e o Senador Bezerra tinham colocado a ideia das questões dos projetos. Quando eu falo de PAC, Senador, é que o PAC hoje é um conjunto de iniciativas. É por isso que uma das coisas que nós estamos procurando fazer, e que já desde o ano passado é a orientação da Presidenta, é consolidar as iniciativas por modal, por tipo de investimento, separar o PAC nas suas principais áreas, incorporando, trazendo a concessão para dentro do PAC, que era o objetivo original.

O PAC, quando foi lançado, em 2007, envolvia investimentos do Governo, concessões e medidas institucionais. Nos últimos quatro anos, houve uma separação. As concessões foram para o plano de investimento logístico. Agora, a ideia é consolidar tudo, e fazer isso em iniciativas em paralelo. Não é tentar juntar tudo para fazer tudo ao mesmo tempo, um grande anúncio, um grande programa; mas, como há várias coisas em andamento – há várias concessões, como eu já coloquei, algumas em estudo, algumas já estão em licitação, estão em diferentes estados, para outras tem que ser definido se serão colocadas ou não –, nosso objetivo agora é atuar sobre iniciativas pontuais e acelerar essas iniciativas em cada âmbito.

Então, no PAC Aeroportos será feita uma programação sobre os aeroportos que serão concedidos. Vai ser anunciado pelo Ministro da Aviação Civil. Na questão das rodovias, será feito um anúncio pelo Ministro de Transportes. São várias iniciativas. Então, a gente está tendo esse cuidado, de anunciar coisas factíveis, coisas que possam ser realizadas, e também o cuidado de chamar as coisas pelos nomes que têm.

Como eu falei, nas concessões de rodovias há uma concessão que está pronta para licitação, que é uma renovação de concessão já existente, tem baixo risco e ocorre amanhã. Há estudos de concessões em andamento, que foram pedidos para o setor privado no ano passado. Esses estudos estão previstos para serem entregues agora, em abril e maio. Se eles forem entregues em abril e maio, o Governo pode analisar esses estudos, avaliar e, se for factível a concessão, realizar essa concessão até o final do ano.

O caso da Transoceânica, que V. Ex^a mencionou, é um projeto em que a Presidente Dilma assinou um memorando de entendimento com o Presidente da China na última visita dos BRICS, de fazer esse estudo, fazer o estudo de viabilidade. O que eu coloquei aqui é que desde então – o Senador Wellington perguntou – houve um trabalho conjunto pelo Ministério dos Transportes e as autoridades do Peru e da China. Já há um

memorando em entendimento. Nossa expectativa é assinar esse memorando de entendimento nas próximas semanas, e nesse memorando de entendimento, o estudo de viabilidade seria feito daqui até janeiro. Isso não quer dizer, necessariamente... É um estudo de viabilidade. Feito esse estudo de viabilidade, vem a avaliação do Governo do que começar, quando começar. É por isso que a gente está tendo o cuidado de colocar as coisas nos diferentes estágios.

Há coisas que já estão prontas, como foi colocada aqui a questão dos portos. É uma questão que envolve mais a autorização do TCU e as próprias autorizações do Governo. Há outros que nós estamos tendo a humildade de dizer: “nós queremos colocar novos projetos em consulta ao setor privado, para saber se esses projetos têm condições de ser feitos via concessão”. É o caso de hidrovias, é o caso de dragagem, é o caso de novas rodovias. Nós esperamos que a maioria deles possa ser feita via concessão. Se eventualmente um ou outro não puder ser feito via concessão, nós vamos tentar fazê-los via orçamento público, na velocidade que o orçamento público permitir. Então, nós estamos também com a consciência de que temos que manter o pé no chão, mas também devemos ter a ambição que o Brasil requer. O Brasil é um País que tem muitas oportunidades de investimento. Então, temos que prometer o que é factível e trabalhar dia e noite para que isso aconteça.

Sobre a questão que o Senador Moka colocou, das desonerações, nós identificamos a questão dos caminhões. Sim, hoje revela-se que aquela taxa de juros de 2,5% foi excessiva e gerou uma sobreoferta de caminhões naquele momento. E tanto o Governo reconhece que isso foi excessivo naquele momento que revisou as taxas do BNDES recentemente, voltando as taxas do financiamento de bens de capital e caminhões para o que era antes da crise nacional, próximo às taxas que eram da Finame, que são taxas de 9% ou 9,5%, que ainda têm subsídio, mas é uma taxa mais condizente com o negócio.

Então, há um processo constante de revisão, de reconhecimento de erros e excessos, não só em programas, mas também em algumas ações prévias do Governo. Esse é o dia a dia da política econômica. Você faz várias coisas. O que você acerta, você continua ou aprimora; o que você erra, você revisa ou para ou faz outra coisa.

O Senador Walter colocou muito bem a questão que vem depois do ajuste. Na verdade, são duas coisas concatenadas. Em paralelo a essas medidas de correção que nós estamos propondo em vários setores, também estamos mantendo as prioridades. Então, as coisas continuam. O Fies está sendo reavaliado, mas o Fies continua. O Fies agora atingiu um volume, pois é um programa de massa, como o programa Minha Casa Minha Vida, como o programa Bolsa Família, e requer, então, aperfeiçoamento. Mas para manter o programa.

O Fies saiu de cerca de 80 mil contratos para quase 2 milhões de contratos em 4 anos. Então, agora, ele requer um aperfeiçoamento, mas continua. O Ministério da Educação está fazendo um esforço para adaptar as regras do Fies nessa transição e propor novas regras a partir do segundo semestre. Algumas delas já começaram a ser aplicadas nessa transição.

Na questão do ICMS, foi feito um grande esforço de acordo – V. Ex^a participou, e eu também. Chegou-se próximo, mas, infelizmente, não foi possível fazer isso naquele momento. Agora, devido à restrição fiscal, o Governo está com uma capacidade muito limitada de colocar recursos no fundo de compensação. O Ministério da Fazenda já colocou isso no Confaz. Creio que o Ministro Levy, quando vier a esta Casa, vai mencionar qual é a estratégia. O Governo tem interesse em avançar na questão do ICMS, mas tem de respeitar também essa restrição fiscal. Se não for possível avançar rapidamente, que se avance na velocidade que o Orçamento permite, no Orçamento da União e no Orçamento dos Estados.

Mesmo a solução gradual tem benefícios, porque uma solução gradual, como V. Ex^a mesmo colocou, tem o benefício imediato de promover um acordo de convalidação que elimina a incerteza jurídica que hoje paira sobre várias empresas e sobre várias autoridades estaduais. Então, acho que é também possível – eu tenho completa confiança em nossas lideranças – fazer uma solução na velocidade financeira que os orçamentos de cada um permitem. Mesmo que essa velocidade seja lenta, é uma medida importante, porque só eliminar a incerteza jurídica já é um grande efeito sobre a competitividade e a previsibilidade da economia brasileira nos próximos anos.

Na questão do auxílio-doença, Senador Walter, V. Ex^a colocou um ponto importante que eu queria aproveitar para esclarecer. Nós propusemos aquela mudança de 15 dias para 30 dias no pagamento do auxílio-doença. Até 15 dias, quem pagava era a empresa, e agora a empresa assumiria 30 dias. Foi levantado pelo Senador Walter e por outras lideranças se a micro e a pequena empresa poderiam ou não arcar com isso.

Por que não colocamos uma distinção para a micro e a pequena empresa nessa iniciativa? Porque o tratamento diferenciado para a micro e a pequena empresa até hoje se dá na relação da empresa principalmente em relação ao Estado, nos tributos que ela tem de pagar ao Estado – não necessariamente nos direitos trabalhistas, no relacionamento da empresa com o trabalhador. Então, o trabalhador tem os mesmos direitos: auxílio-doença, FGTS, férias, salário mínimo. Não importa se ele trabalha em uma pequena empresa, em uma padaria com cinco funcionários ou em uma multinacional com 10 mil funcionários. Então, foi por isso que não

propusemos uma diferenciação para a micro e pequena empresa, porque isso significaria um direito do trabalhador, o acesso ao auxílio-doença, independente de quem fosse o empregador.

Obviamente, V. Exª e outros Senadores e outras lideranças já manifestaram essa preocupação, e é uma discussão que vamos ter no Congresso no encaminhamento dessa medida.

V. Exª mencionou a questão dos concursos. Eu vejo que há um quórum permanente dos concursos. É uma demanda justificada, eu entendo perfeitamente. Já fiz vários concursos, passei em alguns e entrei no serviço público. Entendo a ansiedade e a situação dos que passaram sobre a sua efetivação ou não.

Nós, do nosso lado, estamos analisando isso, e a nossa intenção é fazer a efetivação daqueles concursados o mais rápido possível, dentro da nossa limitação fiscal. Assim como qualquer outra despesa, a contratação de funcionários públicos tem uma verba alocada no Orçamento, e há uma verba nesse Orçamento, que é uma verba discricionária do Governo. O Governo administra a velocidade dessa admissão de acordo com a validade dos concursos, para não deixar que esses concursos expirem, mas também de acordo com a execução orçamentária.

É uma questão que está no nosso radar, especialmente do Ministério do Planejamento.

Há o caso da Receita, há o caso do Banco Central, há outros casos, e, assim como temos por objetivo honrar nosso compromissos, todos eles, pagar o que é devido, completar o que está em andamento, iniciar coisas novas, de acordo com a nossa capacidade, o mesmo vale para os concursos. Agora, a velocidade de admissão desses concursados, como toda e qualquer despesa, vai obedecer à programação orçamentária do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No próximo bloco, teremos, inicialmente, o Senador Wilder, em seguida, o Senador José Serra, depois, o Senador Lindbergh Farias, em seguida, o Senador Antonio Anastasia e, por último, o Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Raimundo Lira. Cumprimento ao Ministro Nelson Barbosa e os caros colegas Senadores e Senadoras.

Ministro, na condição de Senador, empresário e engenheiro, acompanhei atentamente a sua explanação e também os comentários dos colegas.

Tenho de parabenizá-lo pela sua trajetória técnica e vejo também a dificuldade de ser Ministro do Planejamento, com todo o trabalho, e cito a falta de credibilidade do Governo. Dessas medidas que estão sendo tomadas, só acredito que aconteça a primeira, a questão do aumento de impostos.

Como diz o caro Senador Tasso Jereissati, referente aos problemas do PAC, seria muito mais eficiente se o Governo pegasse e analisasse todas as obras que estão paradas. E eu até daria uma sugestão. Poderia fazer uma agenda para a Presidente de dois, três dias por mês para visitar o Brasil, para visitar os Estados e ver quantas obras paradas, simplesmente por falta de eficiência. E, na maioria das vezes, a eficiência acontece dentro do Governo; é o órgão que está fazendo a rodovia, e quem a trava é o meio ambiente do Governo. Essa falta de comunicação do Governo, que acompanhei agora, pelos movimentos sociais, dizendo que a Presidente quer se comunicar e quer falar. Ela tem que começar fazendo isso em casa. E como um empresário não tem uma reunião com todos os seus membros, no mínimo, uma vez por semana? E levar o País para o foco da necessidade. Se o nosso foco está na parte hidrelétrica, por que não dar o foco para o nosso Ministro e por que não ver as pendências que estão acontecendo nisso? Por isso, sinto-me assim angustiado pela sua parte – pelo talento, pela capacidade. E a falta de credibilidade do Governo acaba colocando-o na posição de hoje não ter mais credibilidade para dizer que isso vai acontecer.

Em Goiás, estamos há 20 anos com a Ferrovia Norte-Sul. Houve uma questão de fraude na licitação, tirou-se de lá para cá, e nunca mais aconteceu nada. E, hoje, o que a gente nota é a tal chamada agenda positiva. O que vamos falar para fazer uma agenda positiva? Acho que a agenda positiva começa sendo eficiente, começa acompanhando tudo o que acontece no País. Aí, com certeza, com o tempo, a credibilidade vem junto.

No meu Estado de Goiás, em 2002, tínhamos um PIB de R\$17 bilhões. Com os incentivos fiscais e com o trabalho do Governo do Estado, saímos de R\$17 bilhões para, no ano passado, R\$133 bilhões. Imagino o que ia desenvolver o Estado. O Estado que mais empregou, gerou renda, diminuiu a desigualdade social. Então, isso é o quê? Isso é trabalho. Então, o Governo precisa focar mais nisso e ter essa comunicação.

Impressiono-me porque tivemos a posse da 2ª Legislatura do Senado, do Congresso, mas não houve a presença da Presidente. Por que não dialogar com o Parlamento?

Hoje, temos uma notícia... Para se ter uma ideia, para ir ao meu Estado de Goiás, gastam-se 20 minutos de helicóptero, e a Presidente foi lá uma vez em quatro anos. Então, se o Governo acompanhasse mais de perto, com certeza não estaria nesta dificuldade hoje, e esta dificuldade de aprovação é porque está distante do povo. Então, isso fica claro. O que se está vendo agora, na sua apresentação, Ministro, é um esforço, mais uma

vez, para passar para o público o que vai acontecer. Por que o País, no planejamento, não poderia ter uma equipe para fazer os projetos de que tanto a gente precisa?

(Soa a campanha.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – A gente tem, hoje, as rodovias federais, para as quais poderia haver projetos há quantos anos? O projeto representa 1% do valor da obra, e isso é muito baixo. Então, a gente não dá conta de sair do papel. Eu vejo o Blairo Maggi falando: “Nós estamos perdendo para o papel”.

Ministro, outra coisa que me preocupa muito é a questão da convalidação dos recursos dos incentivos concedidos no meu Estado. Hoje, a gente tem uma preocupação muito grande, os empresários já estão demitindo, e ainda com a faca no pescoço, preocupados com a convalidação dos incentivos fiscais.

Era essa a minha indagação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero também agradecer ao nosso Senador Ataídes, a quem fico devendo, mais uma vez, o espaço que ele me concedeu, com juros e correção monetária – juros brasileiros, o que é muito.

Queria, também, cumprimentar o Ministro, que eu não conheço pessoalmente, mas de quem tive boas referências de um professor argentino, Roberto Frenkel, que me falou muito bem do Nelson. Diga-se que o Roberto Frenkel é um economista, se tivesse que classificá-lo, de oposição, na política econômica da Presidente Kirchner, mas sempre fez referências favoráveis ao Barbosa.

Eu queria abordar três tópicos e perguntas ligadas a eles. Primeiro, nós sabemos que a herança que a Presidente Dilma recebeu do governo Lula/Dilma, do ponto de vista econômico, Raimundo Lira, foi extremamente adversa. Indicadores simples: câmbio mega, “quaqua” valorizado, o que é um problema sempre sério, porque isso termina tendo que ser reajustado e tira o raio de manobra da política econômica; um déficit em conta corrente em ascensão, que hoje é o principal fator de vulnerabilidade externa da economia brasileira, ultrapassando os 4% do PIB. Esse é um dado muito importante e, habitualmente, deixado de lado. Ela recebeu esse déficit em conta corrente em ascensão em uma fase de intensa desindustrialização.

O fato é que o governo Lula fez uma farra com os recursos que provieram tanto do *boom* de preços das *commodities* quanto dos financiamentos externos baratíssimos, em função da taxa de juros sideral. Depois da crise mundial, depois de deflagrada a queda dos Lehman Brothers, o Brasil ampliou a sua diferença de juros em relação ao resto do mundo, sem nenhuma necessidade, e torrou tudo isso em consumo. Isso não foi usado para investimento, para uma política econômica consistente, nem nada. Essa foi a herança.

Pois bem, agora, do ponto de vista do governo passado, o que deveria ter sido feito? Deveria ter adotado uma mudança de rumo, mas fez aquilo que, em espanhol, diz-se “*más de lo mismo*”. Uma vertente importante que deveria ter sido desenvolvida era o investimento em infraestrutura, porque o investimento em infraestrutura tem uma dualidade importantíssima: ele estimula o crescimento, a renda, e, por outro lado, aumenta a produtividade da economia.

O custo Brasil hoje – essa é uma análise muito bem feita – é de cerca de 25%, ou seja, pega-se a média dos parceiros comerciais do Brasil, traz-se uma mercadoria para cá, tiram-se os custos de infraestrutura, financeiros e tributários da origem, aplicam-se os nacionais, e tem-se uma diferença de 25%. Isso prejudica as exportações e dificulta a concorrência com as importações. A infraestrutura é um componente fundamental disso.

Pois, ao longo desses quatro anos, fez-se muito pouco em infraestrutura. No caso, isso já era uma herança do governo Lula. Eu me lembro que, quando Governador de São Paulo, em 2007, levei a proposta de concessões dos aeroportos – Viracopos especificamente –, mas a CUT vetou essa ideia, a Presidente Dilma, que era chefe da Casa Civil, esteve na vanguarda, dentro do Governo, para impedir as concessões de aeroportos, que já podiam ter avançado bastante. Aí, depois, descobriram, e foram atrás do atraso, digamos, isso sempre muito defasado.

Não preciso mencionar os obstáculos ridículos às concessões de estradas, querendo, Nelson – você sabe disso –, regulamentar a taxa de lucro futura. Quem fez concessão sabe que, do lado do Governo, mais ou menos, simula-se qual vai ser a taxa de retorno e faz-se a concessão.

Agora, se o empresário, se a concessionária obtiver ganhos extras, sorte deles, isso é o capitalismo. Eu dou um exemplo. Nós fizemos o Rodoanel Sul em São Paulo. Esse trecho foi posto em licitação para concessão.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pusemos em licitação, também, o Rodoanel Trecho Leste. Quem ganhasse as concessões deveria construir o trecho leste. Pois a empresa que ganhou construiu, gastou R\$3,6 bi, e o governo não gastou um centavo. Porque eles viabilizaram? Gastaram menos em desapropriações porque souberam fazer melhor, isso e aquilo. O Governo Federal ficou paralisado.

Preocupa-me agora o que vem para adiante. Por quê? Porque concessão depende de taxa de juros – o Ministro sabe disso. Subir a TJLP em 10%, como foi feito agora, aumenta em 7% o custo financeiro da empresa. Os financiadores seguem mais ou menos um coeficiente que é: a receita da concessão dividida pelo serviço da dívida. E o limite crítico é 1,2. Então vem problema por aí. Fora, digamos, o preparo técnico, a capacidade mesmo de se promoverem as concessões. Eu acredito que o Ministro Barbosa, nesse sentido, fará um grande empenho. Mas eu vejo com muita dúvida essa possibilidade da decolagem das concessões nesse contexto. Fora que está tudo atrasado, demora, e aí, novamente, nós vamos ter que percorrer um calvário: levantamentos, estudos e tudo o mais.

Então a minha primeira dúvida é esta: como enfrentar o problema do financiamento? Sem financiamento, não tem concessão. Nem nos Estados, porque mesmo as de São Paulo foram financiadas pelo BNDES, e é correto que isso seja feito.

Um segundo aspecto ligado a isso, na questão dos investimentos públicos, é a questão do trem-bala, o que eu classifiquei e continuo classificando como o mais alucinado projeto de investimentos da nossa história. Raimundo Lira, são R\$75 bilhões pelo menos, atualizados, para levar passageiros do Rio para São Paulo, em um trem que não pode transportar carga; é uma linha caríssima, porque não pode ter muita curva – é bala; não tem demanda de passageiros – nós mandamos analisar isso quando eu era Governador –, não tem demanda. O Governo se propôs a não só subsidiar o crédito como até, caso não houvesse demanda, uma vez funcionando a empresa, eles poriam recursos. Criou uma empresa para o trem-bala. Já se gastaram centenas de milhões de reais nesse sentido. É um projeto aloprado.

Minha sugestão, Ministro Barbosa, é a seguinte: um processo de ajuste vive também de sinalizações. Aliás, isso está sendo feito na área do mercado financeiro o tempo inteiro para os investidores internacionais, mesmo a subida dos juros, em grande medida por sinalizações. Muito bem, uma bela sinalização que eu queria sugerir ao Ministro é a Presidente ir à televisão e dizer que está revogado o projeto do trem-bala. Isso dá credibilidade. Se acha que foi um erro, revoga e parte para outra. Se tem – que não tem – recursos para ferrovias, que sejam investidos em transporte de cargas, nos metrô e trens urbanos das grandes cidades brasileiras, todas muito carentes disso. Primeiro ponto então.

Segundo: superávit primário. As nossas estimativas, eu diria, pouco otimistas, mas isso vale para avaliar o intervalo, são de que o superávit primário de R\$66 bilhões, neste ano, é absolutamente realista. As nossas estimativas, hoje, é de que seria da ordem de R\$25 bilhões, o superávit a ser conquistado. Por quê? Em boa medida, pela decepção de receitas. Esse é um dado essencial. O Governo pensava: “São 66 de meta. 10 para os Estados e 56 para o Governo Federal”. Nós acreditamos que o Governo Federal não chegue a 20 nessa matéria com os dados atuais e dado o fato de que nós temos estagnação para a queda de receitas, e não só por causa do próprio ajuste, mas por causa das condições da economia. Uma economia desindustrializada, desde logo, do ponto de vista tributário, é uma tragédia, sobretudo quando estamos em plena recessão.

Eu queria chamar a atenção para um outro aspecto que seria interessante o Ministro ponderar. É que só o aumento de juros promovido pelo Governo Dilma, que chega a, se não me engano, 1,75 pontos percentuais, custa, anualizado, Lindbergh, R\$27 bilhões. Ou seja, só o aumento da despesa de juros até agora perfaz uns 40% mais do que o Governo Federal poderá fazer de superávit – digamos, um terço a mais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Serra, vamos concluir, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já vou concluir, Presidente.

Portanto, é algo que me preocupa. Eu acho que deve preocupar também a área... Pelo menos, quando era Ministro do Planejamento, eu “metia o bico” nessas coisas, embora política de juros, política financeira não seja da órbita do planejamento.

Por último, e falando na questão financeira, eu quero lembrar que há um frenesi no País sempre com os financiamentos do BNDES. Por que isso não entra no Orçamento? Os subsídios implícitos. Eu sou absolutamente a favor, como sou a favor também de aumentar muito a transparência desses financiamentos.

Eu faço uma pergunta. Por exemplo, no ano passado, nós perdemos – isso é recurso fiscal em última análise – R\$20 bilhões em operações de *swaps*. O que é isso? O sujeito compra dólar futuro para se proteger da desvalorização cambial. Isso não entrou no Orçamento. Como quem prepara o Orçamento é o Ministério do Planejamento, eu me pergunto se vai haver providências técnicas para que haja transparência total, inclusive em relação às operações compromissadas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – E que se pare de falar apenas do BNDES nesse aspecto. Um último dado, Presidente.

O fato é o seguinte: se nós projetarmos o que aconteceu janeiro/março – é uma projeção, porque os dados não estão publicados –, nós perdemos R\$40 bilhões de juros, de janeiro a março/ abril, com as operações de *swaps* São R\$40 bilhões, que é muito mais da despesa que decorre do aumento da taxa de juros. Isso também alheio. Essas são despesas fiscais. Isso tudo vai fazer objeto do primeiro projeto que eu vou apresentar aqui na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Serra, eu gostaria que V. Ex^a concluísse a sua participação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente Raimundo Lira, muito obrigado.

Também fico devedor de V. Ex^a, mas é o seguinte: correção monetária, TJLP. Juro integral com o Senador Ataídes, que me deu esse espaço.

Portanto, Ministro Barbosa, são essas três questões. Creio que não necessito repeti-las, nem poderia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ministro Nelson Barbosa, V. Ex^a sabe do respeito que tenho pela sua história. Saiba também que vamos aqui estar junto com o Governo em várias batalhas nesta Casa.

Agora, eu não posso deixar, num debate como este aqui, de falar das minhas preocupações, e o centro das minhas preocupações, na área econômica, é a luta contra a recessão, a luta pelo crescimento econômico. Esse é o centro. Essa é a estratégia.

Acho que houve uma confusão, e quando a gente vê os problemas fiscais que existem – ninguém aqui está fechando os olhos –, há um déficit nominal de mais de 6% do PIB. Agora, sinceramente, Ministro Nelson Barbosa, temos uma dívida líquida de 36% do PIB, 63% de dívida bruta, muito inferior aos Estados Unidos, 84%; França, 60%; Alemanha, 56%. Estou falando da dívida líquida. Não estou aqui diminuindo o peso do problema fiscal, que aconteceu por duas coisas: porque aceleramos muito nas desonerações e porque houve um baixo crescimento econômico – crescimento negativo de 0,6% no ano passado.

Quero lembrar aqui a história. O segundo Governo Fernando Henrique Cardoso foi de forte contenção fiscal, e a dívida subiu, chegou a 60% do PIB. Quando analisamos as políticas de austeridade na Europa, acontece sempre a mesma coisa, um ciclo vicioso: é feito um ajuste fiscal, diminui-se a arrecadação, e a dívida acaba aumentando.

Sinceramente, o primeiro ponto que quero falar aqui é sobre o centro da estratégia. Hoje, a nossa crise econômica é grave! Entro no debate também sobre taxa de juros.

Não dá para entender, Ministro. É um ajuste forte, e nós estamos aumentando a taxa Selic, como falou o Senador José Serra, com um impacto fiscal violentíssimo.

O economista Mikail não cansa de argumentar que a taxa Selic só incide sobre 20% da composição do IPCA – 35% são inflação de serviços, 25%, de alimentos e bebidas, e 20%, de preços monitorados. Então, nós estamos aumentando a taxa de juros num momento como este.

E veja: em fevereiro, qual foi a primeira causa da inflação? Tarifa de ônibus urbanos; segundo, energia elétrica. Em janeiro, alimentos e energia elétrica.

Então, parece-me um contrassenso total, num momento como este, continuarmos aumentando a taxa de juros. Parece que nós não estamos percebendo a gravidade da retração econômica que nós podemos ter neste ano.

Então, eu falo isso aqui para V. Ex^a, porque V. Ex^a, quando foi nomeado, nós ouvimos: “Ah, tudo bem! Colocou o ortodoxo e o heterodoxo.” Eu acho que V. Ex^a tem o papel de animar mais a economia, de falar da estratégia de crescimento econômico.

Por fim, eu quero entrar aqui num ponto que unificou a nossa Bancada aqui no Senado e a Bancada na Câmara. Na discussão do ajuste, falava-se de medidas por um andar de cima. Nós temos uma tributação extremamente regressiva no Brasil. Os senhores escolham: taxa de grandes fortunas, herança... Aqui no Brasil, a média da herança, que é um imposto estadual, é de 4%; na Alemanha, são 40%. E houve um conjunto de medidas regressivas aqui no governo Fernando Henrique Cardoso, várias das quais vou citar aqui rapidamente.

A primeira é a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 25% para 15%. Não estou falando que temos de modificar isso, mas, hoje, sinceramente, quem ganha R\$4.200,00 paga 27,5%; quem é assalariado paga 27,5%. Agora, ninguém mais paga; todo mundo, hoje, é pessoa jurídica. Esse não é o ponto mais grave.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A instituição da modalidade de juros sobre capital próprio e a isenção de tributação da distribuição de lucros e dividendos. Hoje, acontece muito, Ministro:

uma pessoa tem uma remuneração baixa, um sócio ou um empresário, e recebe por lucros e dividendos; é isento no Brasil. A volta dessa tributação – o tributo era de 15% – sabe quanto é que teria de impacto fiscal? R\$31 bi.

Então, temos a nossa Bancada de Senadores aqui do Senado, a Bancada de Deputados da Câmara, ou quem mais entrar nesse debate do ajuste, mas peça ao Governo que avance nesse ponto. Isso facilita o nosso debate com a sociedade. E eu acho que é muito importante que o Governo apresente logo essas medidas.

Por fim, só gostaria de dizer que a presença do Senador José Serra vai aumentar muito a qualidade dos nossos debates – debates de ideias. Eu ouvi o pronunciamento do Senador José Serra no plenário do Senado, concordo muito com ele quando fala de juros e de câmbio. Agora, veja bem, quando ele falou em desindustrialização – eu acho que naquele discurso do plenário –, houve um equívoco. V. Exª sabe que o Ministro Bresser Pereira talvez seja o maior especialista neste tema e tem publicado muito sobre isso. Mas a verdade é que a desindustrialização começa com força no nosso País na década de 90, no começo do governo Collor. E V. Exª sabe que, no Plano Real, a paridade dólar-real teve um impacto violentíssimo na desindustrialização do nosso País. Então, não é correto dizer que esse processo tenha vindo do segundo governo do Presidente Lula, apesar de saber que V. Exª tinha uma posição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, continua um processo o câmbio, e eu acho que o câmbio está chegando a um patamar melhor neste momento.

Agora, nós sabemos que V. Exª tinha uma posição, como Ministro do Planejamento, contrária; tinha críticas públicas àquela política econômica.

Em relação aos investimentos também. Nós tínhamos investimentos em infraestrutura no governo Fernando Henrique Cardoso de praticamente zero; nós demos um grande salto no segundo governo do Lula.

Então, na verdade, eu concordo com muitas das suas análises. Eu só não concordo com esta tese de que foi, no segundo governo Lula, que, na verdade, houve uma elevada desindustrialização no País. Começou num processo muito anterior, e a paridade real-dólar, no começo do governo Fernando Henrique Cardoso, na minha avaliação, teve um papel decisivo.

Mas eram esses os meus questionamentos, Ministro Nelson Barbosa.

E eu queria finalizar com uma sugestão: fale mais, fale sobre crescimento. É isso o que nós esperamos de V. Exª no Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Raimundo Lira, eminente Ministro Nelson Barbosa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, caro Ministro, em primeiro lugar, de reendossar a palavra de vários pares que me antecederam, cumprimentando V. Exª pelo seu desempenho, pela sua qualidade profissional, que é reconhecida por todos.

Por outro lado, permita-me uma abordagem um pouco diferente daquilo que já foi aqui dito por tantos outros que me antecederam.

Eu gostaria de registrar minha opinião de que o Ministério do Planejamento é dos mais importantes, talvez o mais importante de todos, na medida em que tem como responsabilidade fundamental e objeto de suas atribuições o planejamento do País. E o planejamento, hoje, lamentavelmente, é um instituto que não está recebendo uma atenção especial. Isso não é de hoje; já vem de muito tempo atrás.

Aproveito para mencionar um trabalho que V. Exª coordenou, citado aqui pelo Senador Walter Pinheiro, e que o fez com muito êxito, exatamente com a participação dos Governadores – eu, inclusive –, referente à reforma do ICMS, que, lamentavelmente, não pôde ir adiante, a despeito do apoio de Governadores de diversos partidos.

Tomo esse exemplo para demonstrar, de fato, a ausência absoluta que temos hoje no Brasil. E é muito mais uma reflexão do que uma pergunta que faço a V. Exª: qual é o projeto nacional, o projeto do Brasil, neste momento? Se nós olharmos mundo afora a história das nações desenvolvidas, que foram mais desenvolvidas do que o é o Brasil hoje, nós poderemos observar que essas nações se mobilizaram de maneira muito ativa não só em relação aos seus governos nos diversos níveis governativos, mas também em relação à sociedade civil, aos empresários, às universidades, tendo um projeto nacional como moldura do desenvolvimento. E, hoje, no Brasil, se nós indagamos a qualquer cidadão de qualquer nível qual é o projeto do Brasil, nós sabemos que isso não existe.

É claro que não menciono aqui as questões relativas ao PPA, que fazem parte da rotina do Orçamento Plurianual, ou mesmo as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que não tem o papel, a equipe técnica e a relevância da Pasta do Planejamento.

Se voltarmos ao passado do próprio Brasil e verificarmos, por exemplo, qual foi o grande êxito do governo do meu conterrâneo Juscelino Kubitschek, veremos que o seu governo teve um projeto nacional claro e translúcido, cristalino: energia e transporte. E observamos que, depois de 60 anos do seu governo, nós ainda não temos no Brasil nem energia nem transporte à altura das necessidades do povo brasileiro.

Desse modo, parece-me que a grande indagação que devemos ter hoje no País, além, é claro, das questões sempre atuais e das que são debatidas na economia, diz respeito a uma reflexão que deve ser nacional: qual é o projeto para o desenvolvimento do Brasil? Qual é o planejamento para tal?

A nossa Constituição, sabiamente, determinou que o planejamento fosse determinante para o setor público e indicativo ao setor privado. Eu não me refiro aqui, é claro, ao planejamento nos moldes antigos, cogente, obrigatório, mas àquele que pode criar um ambiente de confiança, inclusive, no empresariado, porque, como foi dito aqui por diversos que me antecederam – e V. Ex^a também fez eco –, é necessário restabelecer essa confiança, para que o empresariado brasileiro e mesmo os investidores estrangeiros tenham confiança no que vai acontecer no dia de amanhã no Brasil. E, para isso, temos de ter um projeto, um projeto claro.

O Governo lançou agora um lema: “Pátria Educadora”. Qual é o projeto para a educação? O que o Governo Federal fez em relação à educação nos últimos anos? O que fez em relação aos Estados e aos Municípios na educação básica, na educação média e no nível superior?

Então, essas indagações, eminente Ministro, é que nós devemos fazer, para percebermos que o País precisa de uma reflexão. E essa reflexão – não estou falando aqui nenhuma novidade – já ocorreu alhures por diversas e tantas vezes. Nós temos de indagar qual será o perfil de um projeto nacional mobilizador, capaz de induzir, em boa articulação e em harmonia, de forma holística, o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o setor privado do Brasil e todas as forças sociais. De fato, temos de identificar um projeto mobilizador. E me parece que esse *leitmotiv*, essa coluna vertebral, é a grande responsabilidade da Pasta que V. Ex^a comanda.

Faço, portanto, aqui, essa reflexão, para termos de volta, verdadeiramente, no nosso País, como tivemos no passado, um instituto do planejamento robusto, vitaminado, com condições de se desdobrar, para devolvermos confiança e para gerarmos desenvolvimento, inclusão social e mais prosperidade.

Eu o cumprimento pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, quero dizer que fui Presidente desta Comissão anos atrás. Eu me lembro de que há o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Isso!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso me foi até lembrado novamente, porque eu fui citado pelo Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O nome de V. Ex^a foi citado. V. Ex^a tem esse direito.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aqui, não me vou estender muito em relação às ponderações do Senador Lindbergh, que, pelo menos, teve a postura correta de não atribuir ao Fernando Henrique a atual crise.

Esse já é um avanço tremendo, Lindbergh, em matéria de debates nesta Casa.

Mas as ponderações dele a respeito do ocorrido nos anos 90 não levam em conta o seguinte: as relações de troca dos produtos brasileiros, entre exportações e importações, e dos preços, durante o governo Fernando Henrique, no agregado, caíram 10%.

Durante o governo Lula, até 2008, subiram mais de 40%. Ou seja, tivemos um aperto externo muito forte nos anos 90 e uma abundância inusitada. O Lula foi o Presidente mais sortudo do Brasil em toda a história da República em matéria de comércio. O Brasil ganhou US\$100 bilhões a mais de reservas, ou de dólares, por conta da melhora das relações de preço – e nós tivemos exatamente o oposto no período anterior. Então, não dá para analisar em abstrato, tirando de contexto.

De todo modo, quero sublinhar que o Senador atribui ao governo Fernando Henrique, mas também ao governo Lula, um empurrão grande na desindustrialização. Esse é um fato. É uma ironia que um operário, um trabalhador industrial, na Presidência da República, tenha impulsionado, da forma que o fez, a desindustrialização do Brasil, que é a responsável pela queda dos investimentos. Os investimentos no Brasil não caíram por causa de expectativa há alguns anos; caíram porque dá prejuízo investir na indústria.

Eles fizeram as desonerações. Por que elas não funcionaram? A desoneração é bem-vinda, para a empresa é bem-vinda, só que quem investe perde dinheiro. Por quê? Porque não tem como enfrentar a concorrência externa por causa do custo Brasil e, na época, por causa do câmbio.

Então, essas são as questões fundamentais. Acho que abrimos aqui um bom caminho para o debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Para o começo de um debate! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Telmário tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Ministro, quero primeiro parabenizá-lo: o conhecimento técnico de V. Ex^a foi destacado aqui por todos. Isso aumenta a responsabilidade de V. Ex^a e o grau de confiança.

Houve interessantes controvérsias. Ao tempo em que ele fala que o Governo perde a confiança, que o Governo não tem credibilidade, o Ministro do Governo que toca esse planejamento tem uma alta confiança. Vamos transferir essa confiança que hoje foi demonstrada aqui?

V. Ex^a, no início dos trabalhos, colocou muito bem o que se está planejando: o Brasil, o que o Brasil fez, o que deixou de fazer e o que está previsto fazer. Depois vieram outras intervenções dos demais Senadores, questionamentos pontuais, questionamentos paroquiais, questionamentos nacionais, e V. Ex^a foi trazendo à baila as explicações técnicas, pois V. Ex^a domina o assunto realmente muito bem.

Mas alguns pontos me chamaram atenção. V. Ex^a falou que o Brasil vai iniciar um novo período de crescimento, de desenvolvimento. E agora começam as perguntas propriamente ditas.

Nesse novo período, quem vai pagar a conta? O trabalhador? Ou as grandes fortunas? Ou vão ser divididas essas responsabilidades?

Segunda pergunta. Eu ouvi aqui... Quero até... Não sei como o PSDB critica tanto a Presidente Dilma, porque eu vi o Senador Tasso dizer que eles defendiam os ajustes fiscais implantados. Então, V. Ex^a está com ajustes fiscais em comum sentimento tanto com o Governo da Presidente Dilma quanto com o sentimento de parte da Oposição.

Eu queria fazer outra pergunta para V. Ex^a.

O Senador Serra falou uma coisa interessante: infraestrutura para reconquistar a confiança. Foi algo interessante, Ministro. Vou dar um exemplo bem pequeno e distante daqui, do meu Estado. Eu vi R\$250 milhões irem para a reforma de um campo de futebol, enquanto R\$100 milhões transformavam todas as pontes de madeira em pontes de concreto. Ou seja, uma infraestrutura que traria credibilidade para o setor produtivo impulsionar o crescimento do meu Estado, que é um Estado que hoje contribui muito pouco para o PIB brasileiro e que depende praticamente do FPE do Brasil.

Então, eu queria aproveitar – ouvi o Senador Lindbergh dar uma sugestão – e colocar para V. Ex^a o seguinte.

V. Ex^a hoje, sem dúvida, representa – e deve fazer este papel – a confiabilidade, a segurança. Então, acho que V. Ex^a tem de trazer, como Ministro do Planejamento, um amplo debate, aproveitando todas as oportunidade para fazê-lo, como esta aqui, quando dirimiu várias dúvidas. Hoje, quem estiver assistindo agora à TV Senado e quem estiver na Comissão de Assuntos Econômicos têm de ter a concepção de que nós estamos aqui debatendo o que o Brasil está proposto a fazer e os questionamentos e as dúvidas que o Senadores foram tirando com V. Ex^a.

Acho que V. Ex^a tem de ir conversar com o Brasil e estabelecer, nesse novo procedimento que o Brasil vai adotar, se nós temos um ano, seis meses, um ano e meio ou dois anos; se nós vamos tirar o Brasil desse crise, se nós vamos colocar o Brasil nesse caminho ou naquele outro caminho; que a taxa de juros hoje aumenta, porque é necessário para fazer isso; que o câmbio está alto, mas se ganha na exportação.

Eu acho V. Ex^a tem de fazer esses esclarecimentos à Nação, o que vai trazer uma pacificação ao sentimento que as pessoas hoje têm. V. Ex^a tem credibilidade para isso e pode fazê-lo.

Concluindo a minha fala, como alguém aqui falou no paroquial, eu quero fazer um apelo a V. Ex^a. Foi criada aqui, no Congresso, uma grande expectativa para os políticos do Amapá, de Rondônia e de Roraima com a PEC nº 111. Essa PEC elegeu Senadores, Deputados, com os sonhos e as esperanças de pessoas no meu Estado, também no Estado do Davi, no Amapá, e também em Rondônia. Depois, houve a Emenda nº 79, que agora foi regulamentada pelo Decreto nº 8.365. No início, a inclusão no quadro federal era dos cooperativos, dos comissionados, dos policiais, enfim, de quem prestava serviços aos ex-Territórios. Com o decreto, isso teve uma grande redução, mas uma redução ingrata, porque todo um sonho foi criado nesses Municípios desses três Estados – sonhos enormes que foram decisivos em grandes eleições, tanto para Presidente, como para Senador, Deputado e Governador.

Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a, pois depende exclusivamente do Ministério de V. Ex^a instalar essa comissão. Foi estabelecido um prazo de 120 dias. Já estamos com 82 dias, e o silêncio de V. Ex^a está destruindo a vida de muita gente. Eu entreguei agora para V. Ex^a um documento que é unificado pelos três Estados. Eu queria pedir a V. Ex^a, com toda essa credibilidade, com toda essa responsabilidade que V. Ex^a tem, que encare essa situação. Decidam, porque tem gente que não aguenta mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa, concluindo esse bloco.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado.

O Senador Wilder já saiu, mas ele fez uma pergunta que eu gostaria de responder sobre a elaboração de projetos. Este é um dos desafios que nós temos: formatar esses projetos de investimento de uma maneira rápida, mas também com grande qualidade. Para superar esse desafio, nós estamos utilizando várias iniciativas. Foi feita no passado aquela solução da empresa brasileira de projetos no BNDES, que continua ativa. Além disso, o Governo criou recentemente a Empresa de Planejamento e Logística, no âmbito do Ministério dos Transportes, para, se tudo der certo, substituir ou fazer o que o Geipot fazia há muitos anos. Além disso, nós estamos recorrendo, em várias iniciativas, como coloquei na minha fala inicial, ao setor privado, pedindo manifestação de interesse do setor privado, que o setor privado apresente os projetos – pode haver mais de um projeto, e aí o Governo seleciona os projetos. Esse é um exemplo de como estamos tentando resolver os desafios sem ter necessariamente uma resposta só ou adotando várias alternativas para ver qual é a mais adequada.

Senador Serra, o senhor fez um exposição bem interessante, com análise da economia brasileira. O Senador pode me corrigir se eu estiver errado, mas, ao final, V. Exª se concentrou em três pontos: resultado primário, taxa de juros e *swap* ou taxa de câmbio. O senhor tinha falado que eram três pontos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade, mas falei, primeiro, em relação à questão da infraestrutura, porque não estão dadas as condições de financiamento. Muito pelo contrário, a política econômica vai na direção de encolher os recursos para financiamento de concessões etc.. No Brasil, concessão, que é privatização sob certo aspecto, depende da taxa de juros. A taxa de juros é um elemento essencial. Outros aspectos são os projetos, isto e aquilo, em que o Governo também não andou bem. Mas a questão da taxa de juros é crítica de agora por diante. Então, essa, na verdade, foi a primeira questão.

Depois, há a questão do que entra no Orçamento, do que deve o Orçamento conter para ser transparente, além da questão do trem-bala e ainda... Qual foi o último aspecto? V. Exª lembrou melhor do que eu.

O SR. NELSON BARBOSA – *Swaps*.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – *Swaps*.

O SR. NELSON BARBOSA – É que anotei. V. Exª tinha falado sobre três, mas eu anotei mais de três. Mas tudo bem!

Sobre a questão da taxa de financiamento, concordo que o financiamento de projetos de infraestrutura é fundamental. Alguns projetos precisam da participação do Estado, oferecendo financiamento num prazo que só o Estado pode oferecer. Nosso objetivo é o de que isso seja cada vez menos demandado, para que nós possamos desenvolver fontes de alternativas privadas. Essas fontes, obviamente, não existem hoje. Então, o BNDES continuará tendo um papel importante no financiamento dessas obras de infraestrutura.

É importante colocar uma coisa que até o Presidente Luciano Coutinho também coloca em suas manifestações: esse papel do financiamento público é vital principalmente nos estágios iniciais, quando se tem de fazer o investimento antes de se ter a receita da concessão. Então, normalmente, depois que a concessão, no caso de uma rodovia ou de uma ferrovia, já está feita e tem um rendimento periódico, aquilo ali vira quase um investimento de renda fixa com um risco bem menor.

Então, o papel do BNDES, nessa fase inicial, é e continuará sendo crucial. O BNDES, obviamente, não pode contar mais com aportes do Tesouro como antes. Nesse aspecto também, o Governo fez o que achava necessário e atingiu um limite. Chegou-se a 10% do PIB em empréstimos ao BNDES. Isso tem um custo de carregamento financeiro, o que é uma das causas que elevou a tal da taxa implícita de juros sobre a dívida líquida, que, na verdade, é uma média ponderada entre o que se recebe e o que se paga. Como o volume de empréstimos e a taxa que o Governo recebe do BNDES são pequenos em relação à taxa de captação do Tesouro, isso também acaba influenciando diretamente o custo da dívida líquida.

Então, o nosso desafio é o de, dentro dessa capacidade do BNDES, prover o financiamento para os projetos de infraestrutura. Acho que é possível fazer isso com os recursos que o BNDES tem à disposição, utilizando, ao mesmo tempo, fontes privadas mais à frente, à medida que a incerteza do negócio se reduza.

Agora, quanto à questão da TJLP, lembro que as taxas de juros estão subindo e que a TJLP estava em 5% e foi elevada para 5,5%. Ainda assim, é uma taxa real de juros negativa. Nossas simulações mostram que isso, obviamente, pode encarecer os projetos atrelados à TJLP, mas não achamos que isso inviabilize concessões.

O Senador coloca, com bastante propriedade, que a taxa de juros é importante, mas tão importante quanto a taxa de juros é a expectativa de crescimento. Se há concessão, tem de haver expectativa de crescimento. E, para haver expectativa de crescimento, a gente tem de promover o reequilíbrio fiscal e reduzir o custo de carregamento da dívida pública. E uma das iniciativas – não é a única – é a de alinhar um pouco mais a TJLP a essa nova realidade financeira do Brasil.

A questão do trem-bala é um projeto, mas não está dentro das prioridades do nosso programa de investimento neste momento. Como coloquei aqui, nós já detectamos que, além das concessões e dos projetos que

estão em estudo, há a possibilidade, nas ferrovias, de se fazer muito investimento nas concessões já existentes, ampliando capacidade, fazendo ferroanel. Apesar de ser concessão existente, é um investimento volumoso, que pode aumentar muito a produtividade. Já estamos em contato com os concessionários para detectar essa possibilidade e quais são as condições em que esses investimentos podem ser feitos.

Quanto à questão do resultado primário, nosso planejamento prevê que as ações adotadas até agora, as ações propostas ao Congresso são consistentes com o atingimento da meta proposta e aprovada pelo Congresso Nacional. Isso é sujeito a reavaliações periódicas. O atingimento da meta depende também do apoio do Congresso Nacional às iniciativas legislativas. Na verdade, essa não é uma meta do Governo; é uma meta de toda a sociedade. E ela é um primeiro passo para a recuperação econômica.

Quanto à questão da taxa de juros, essa é uma área em que o Banco Central tem autonomia para fixar a taxa de juros, e deve ser assim. A taxa de juros, como foi apontado por vários Senadores, subiu recentemente, mas a inflação também subiu. Então, a taxa real de juros de um ano está muito próxima do que estava no passado. A inflação subiu cerca de dois pontos no acumulado, e a taxa de juros também subiu cerca de dois pontos.

Então, na verdade, no meu entendimento, o Banco Central está tomando as ações necessárias para combater os efeitos secundários dos choques de preços, choques de preços que aconteceram na energia, no câmbio, no combustível, para evitar que esses choques temporários se propaguem e se reflitam no aumento permanente da inflação. É uma medida necessária. Mas temos, obviamente, discussões sobre isso, o Banco Central tem autonomia sobre isso, e a melhor pessoa para falar sobre isso, a pessoa mais adequada, é o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que vem a esta Casa na semana que vem. Na sequência, vem o Ministro Levy, pelo que entendi da programação do Senador Delcídio.

Na questão dos *swaps*, o Senador Serra me aponta uma questão relevante. No mesmo sentido, num regime de câmbio flutuante, o Governo não tem meta para a taxa de câmbio. Concordo que, no início do Governo Dilma, a taxa de câmbio estava no nível mais baixo desde 1998. Então, naquele momento, isso causou várias pressões sobre a política fiscal. Desde 2012, quando mudaram os termos de troca do Brasil, começaram a mudar os preços internacionais e, então, essa taxa de câmbio se depreciou. Nesse processo, o Banco Central procurou atenuar esse ajuste da taxa de câmbio a um novo patamar através dos *swaps* cambiais, que atingiram mais de R\$100 bilhões. Neste momento, o próprio Banco Central anunciou que a política é de rolar as suas posições para não retirar as suas posições neste momento em que a taxa de câmbio está buscando um novo patamar. Essa é uma decisão também cuja administração compete, no dia a dia, ao Banco Central. Eu prefiro que o Ministro Tombini preste esclarecimentos sobre isto, até para não causar ruídos. O Banco Central tem um programa de *swaps* em andamento. Esse não é um programa para influenciar a taxa de câmbio, mas um programa para suavizar as flutuações da taxa de câmbio, que têm regras que estão definidas até o dia 31. Então, eu acredito até que o Ministro Tombini vá aproveitar a próxima semana para se pronunciar sobre isso.

Tem um custo no Orçamento. Esse custo é transparente, só que essa é uma obrigação contingente, o *swap* é uma operação de derivativo. Você sabe o custo dela somente depois da flutuação cambial. Então, não há como prever antecipadamente qual vai ser o custo dos *swaps* porque o Governo não tem como prever nem tem meta formal para a taxa de câmbio. Porém, uma vez que se incorre nesse custo, ele está nas contas, ele é publicado nas contas públicas, ele faz parte do balanço do Banco Central. Para aqueles especialistas que acompanham isso, está naquela conta de equalização cambial, junto com todo o efeito da depreciação cambial. Então, há transparência; o que não há é previsão sobre isso, pela própria natureza da variável envolvida e pela opção da política econômica brasileira, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, de trabalhar com a taxa de câmbio flutuante.

Senador Lindbergh, agradeço também as suas colocações. Temos debatido vários desses temas e tenho certeza de que continuaremos a debatê-los. A sua preocupação é que a nossa dívida líquida é realmente reduzida para parâmetros internacionais e a nossa dívida bruta ainda, infelizmente, está elevada. Então, nós temos também, agora, esse objetivo de reduzir tanto a dívida líquida quanto a dívida bruta, porque essa diferença entre dívida líquida e dívida bruta é um dos fatores que vêm fazendo com que, por exemplo, o custo financeiro do Governo, a chamada taxa implícita de juros sobre a dívida líquida, que é uma média entre o que o Governo paga e o que o Governo recebe, esteja muito alta. Então, é preciso reduzir isso. Agora, gradualmente, sem nenhum ajuste súbito. Nós estamos propondo... Por isso é que fiz questão de enfatizar que a primeira ação tomada, ainda pela equipe econômica anterior, em conjunto com os indicados para a equipe econômica deste Governo, foi revisar a meta de resultado primário, baixar a meta de resultado primário, para tentar distribuir isso no tempo.

Então, acho que a nossa situação não se compara neste momento, com todo respeito, à situação da Europa. No caso, por exemplo, da Grécia, o que se discute é se o superávit primário vai de 1% para 4%. Nós estamos falando de uma situação no Brasil em que o superávit primário caiu de cerca de 2% para -0,6%. Então, é preciso

estancar isso, estabilizar e voltar com o superávit primário, gradualmente, para um nível que seja compatível com a estabilidade fiscal no médio prazo, porque mais importante do que produzir um resultado primário num ano só é produzir uma sequência de resultados primários que garanta a sustentabilidade da dívida. É por isso que a trajetória é de elevação gradual do resultado primário. Obviamente, mesmo essa elevação gradual representa um grande esforço fiscal.

Sobre as medidas tributárias, novamente, essa é uma área do Ministério da Fazenda. Nas diversas reuniões que tivemos com Bancadas, Parlamentares e lideranças sindicais, uma das diversas propostas apresentadas foi a taxação mais progressiva em vários impostos. O senhor mesmo já mencionou alguns. O que nós manifestamos nessas ocasiões é que uma das alternativas que foram colocadas por vários partidos, inclusive pelo PT, a alternativa em relação às grandes fortunas, é uma iniciativa que tende a gerar alguns problemas. Ela pode gerar também, possivelmente em momentos de incerteza, movimentos especulativos. O que a experiência internacional demonstra é que imposto sobre herança é, normalmente, o menos complicado e é o que vários países do mundo adotam. Mas essa é uma iniciativa que foi proposta pelas lideranças parlamentares e pelas lideranças sindicais. Essa análise está sendo conduzida pelo Ministério da Fazenda, e, até para manter separadas as áreas de cada ministério, eu prefiro não me alongar sobre isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas o Governo está estudando o assunto?

O SR. NELSON BARBOSA – Isso foi apresentado ao Ministério da Fazenda, que apresentou suas considerações, e eu acho que o Ministro Levy pode esclarecer isso mais à frente. Foi apontada justamente a experiência internacional de que, onde isso funciona, tende a ser mais na transmissão da riqueza, não na riqueza a todo momento. Em uma das entrevistas, o Ministro Levy colocou isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só que herança, no Brasil, é estadual. É um complicador.

O SR. NELSON BARBOSA – Agradeço também a confiança do ex-Governador e agora Senador Anastasia. Concordo plenamente que, em momentos como este, também é muito importante ter uma direção, um projeto, um eixo de debate, para ficar contra ou a favor, para organizar a discussão, porque só ser contra tudo ao mesmo tempo não traz propostas construtivas.

Eu tenho consciência da importância do Ministério neste momento, mas eu também tenho consciência de que o Brasil hoje é uma sociedade muito diversificada, com vários atores. Se, mesmo na época do JK, nos anos 50 e 60, aquelas iniciativas já foram fruto do trabalho de várias lideranças e vários agentes públicos, ainda mais o são agora. Então, eu acho também que um papel que nós temos no Ministério do Planejamento é organizar e contribuir para essa discussão, nem que seja para organizar a discussão. Obviamente, nós temos propostas, nós temos um projeto nacional, que é um projeto de continuar o processo de inclusão social, avançando para a inclusão social além da renda. É a inclusão social pelo investimento, a inclusão social pelo emprego, a inclusão social pelo aumento da produtividade. Isso requer adaptar as nossas políticas, mantendo as conquistas dos últimos anos e avançando para áreas que são agora as demandas mais prementes da população brasileira: melhorar a vida nas cidades, melhorar o investimento em capital humano, continuar aumentando o investimento em infraestrutura e dar condição para que as pessoas possam prosseguir no seu processo de progresso individual e de melhorar de vida com as suas próprias iniciativas. E o Governo tem um grande papel nisso.

Nesses projetos de infraestrutura, em que há uma grande carência, há um papel muito forte do Governo para viabilizar esses projetos. Mesmo nisso, a diversidade e a heterogeneidade do Brasil requerem uma atuação diferente do Governo. Numa concessão, como a concessão de amanhã, da ponte Rio-Niterói, que já está concedida há décadas e tem um baixo risco, cabe ao Governo viabilizar aquilo e aumentar a concorrência naquela licitação. Já na Amazônia, onde nunca houve uma rodovia asfaltada, onde nunca houve uma ferrovia, para se fazer uma ferrovia nesse lugar, o investimento é muito grande, há uma incerteza, e, se não houver o apoio do Governo, isso não sai do papel. Ciente desses diferentes papéis é que nós estamos trabalhando e nós também vamos exercer nossa responsabilidade de contribuir para esse debate.

V. Ex^a mencionou que não é só o PPA, e eu concordo, mas o Programa Plurianual tem dois aspectos. Ele tem o aspecto legislativo, pois a lei determina que nós temos de enviar ao Congresso um Plano Plurianual que prevê as diretrizes e as prioridades de todas as despesas continuadas da União, investimentos e despesas de caráter continuado, mas o fato é que, do ponto de vista político, principalmente neste ano, que é um primeiro ano de mandato e um ano em que estamos passando por uma reavaliação de vários debates, é também um ano de debates. Então, o PPA, do ponto de vista político, também é oportunidade de uma grande discussão nacional sobre quais as alternativas diante da sociedade brasileira e como melhor alcançá-las. Nós temos um projeto nacional, um projeto que já ganhou quatro eleições e que continua. Como todo projeto bem-sucedido, ele se adapta às circunstâncias conjunturais e à mudança estrutural que ele mesmo causa na sociedade brasileira.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Pela ordem, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Eu queria me associar e solicitar ao Ministro Nelson Barbosa os esclarecimentos pedidos pelo Senador Temário Mota relacionados à questão sobre a qual V. Exª não se manifestou.

O SR. NELSON BARBOSA – Desculpe.

A questão dos funcionários dos ex-Territórios era uma atribuição... Eu me lembro de que, quando eu estava no Ministério da Fazenda, quem fazia a implementação operacional disso ainda eram as delegacias do Ministério da Fazenda. Isso foi transferido, recentemente, para o Ministério do Planejamento. Nós estamos em processo de regulamentar isso, está dentro das nossas atividades e vamos tentar fazer isso o mais rápido possível. Já há toda uma estrutura. Nós estamos absorvendo os funcionários que eram do Ministério da Fazenda, passando-os para o Ministério da Planejamento, para poder operacionalizar essa transferência.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Está bom, Ministro.

O SR. NELSON BARBOSA – Talvez possamos detalhar isso numa reunião dos representantes dos Estados envolvidos.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – ... a V. Exª que nós estamos agora, às 14h 30min, instalando a Comissão Especial da Medida Provisória nº 660. Estou me dirigindo para lá. Fizemos o convite para V. Exª participar, o que seria muito importante, haja vista as condições desses ex-Territórios, mencionadas pelo Senador Telmário e que nós do Amapá e de Rondônia sempre mencionamos nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Pediríamos a V. Exª agilidade na formatação dessa comissão, que cabe, única e exclusivamente, a V. Exª, porque, como foi adiantado pelo Senador Telmário, nós já estamos há 80 dias, faltando pouco mais de 30 dias para expirar o prazo, pela legislação brasileira.

O SR. NELSON BARBOSA – Agradeço o convite, Senador, mas o Secretário-Adjunto do Ministério do Planejamento vai representar o Ministério nessa audiência. Eu peço a sua compreensão, pois estou aqui desde 10h. Então, ele vai me representar nessa audiência.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Com certeza. Nós estamos acompanhando o debate de V. Exª, mas só reiteramos a importância, o papel fundamental que V. Exª tem no sentido de resolver o problema desses servidores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado. Aliás, essa história...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... dos servidores do Amapá, de Roraima, de Rondônia...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Essa comissão existia, só que como era só Rondônia, ela foi suspensa no final do ano passado e agora tem que se criar essa nova composição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E o Senador falou muito bem: muita gente se elegeu com esse discurso.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – E muita gente sofre no Amapá, em Roraima e Rondônia com essa falta de regularização dessa situação funcional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Esse é um tema muito importante para o Estado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Davi Alcolumbre.

Agora, vamos às últimas Senadoras inscritas.

Senadora Marta Suplicy e, depois, Senadora Lúcia Vânia, para encerrar esta audiência pública.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada. Eu vou ser super-rápida, porque acho que o Ministro não está mais aguentando, depois 6 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Devo seguir o Regimento, mas, se dependesse de mim, eu já colocaria a Senadora Marta e a Senadora Lúcia Vânia na frente dos marmanjões. Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É uma questão de inscrição. V. Exª está corretíssimo.

Vou ser breve, também pelo adiantado da hora, dizendo a V. Ex^a, Ministro Nelson Barbosa, do meu apreço por V. Ex^a, do meu respeito pela contribuição que já deu a esta Nação.

Eu ouvi parte dos depoimentos, pois não fiquei aqui durante as 6 horas e concordo com muito do que foi dito em relação aos primeiros quatro anos, como crítica, do Governo da Presidente Dilma em relação às intervenções, em relação à gasolina, em relação às desonerações e tudo mais.

Bom, nós estamos agora em outro momento, como V. Ex^a também colocou, num momento em que vamos ter que consertar, de certa forma, colocando de forma mais rude, a desorganização da economia. Pelo que eu pude entender do que V. Ex^a disse, tendo acompanhado também, parece-me que nós vamos ter momentos difíceis na área econômica, mas nada que não seja impossível enfrentar. O Brasil tem condições de enfrentar as dificuldades da área econômica. A minha questão vai no sentido de que me parece que nós temos muito mais dificuldade com o resgate da credibilidade do Governo para fazer o enfrentamento que é possível. Então, o problema que estamos enfrentando neste momento é político, não econômico. V. Ex^a e os que estão na área econômica têm total capacidade para resolver esse problema. Agora, a parte política está sendo preponderante na condução desses problemas e essa interferência está dificultando muito.

A outra questão que eu quero colocar é parte dessa também. Eu gostaria de ouvir suas considerações sobre a possibilidade de a equipe econômica, ao invés de propor ao Congresso Nacional, como tem proposto, ajuste aqui, reajuste ali, tirar direito dos trabalhadores aqui, aumentar imposto ali, fazer uma proposta para a Nação, uma proposta global, para que todos conseguíssemos entender o que se pretende, quem vai pagar as contas todas, até porcentagens. Como fica essa distribuição de dificuldades para diferentes camadas da população?

Ouvi, ainda há pouco, o Senador Lindbergh falar do imposto sobre grandes fortunas, sobre imposto de herança, etc... Aí os trabalhadores vêm aqui, ao Congresso Nacional, vão à Bancada do PT e colocam sua impossibilidade de fazer face a uma situação de desemprego, de mudanças no seguro-desemprego neste momento, nesta hora em que várias intervenções são necessárias. Todos sabemos do problema da rotatividade e de tudo o mais. Agora, nós precisamos de outra forma de agir. Não sei se isso depende, necessariamente, de V. Ex^a, mas não vejo soluções possíveis. É uma coisa picadinha, fatiada, e ninguém consegue entender qual é a conta, quem paga essa conta e em que proporção cada um paga. Esta é a segunda pergunta.

A terceira diz respeito à Pátria Educadora. Concordo plenamente com ter Pátria Educadora como *slogan*, como necessidade para o Brasil. Aí, como realidade do Orçamento da União para 2015, faz-se um corte de 31% das dotações do Ministério da Educação. Depois vem esse problema com o Fies, de forma atabalhoada, deixando milhares de estudantes completamente angustiados e as universidades sem terem como proceder. Hoje até saiu no jornal que muitas universidades incentivaram alunos que pagavam matrícula a entrar no Fies. Quer dizer, há muita coisa errada – faltou fiscalização, faltou um monte de coisas –, mas do jeito que foi feito também não é uma resposta adequada. Fora o Pronatec, que não se recebe há dois ou três meses.

Então, uma pergunta... Não sei se essa pergunta já foi respondida, porque não assisti a tudo. Se foi respondida, não precisa falar de novo. Eu posso pegar depois na internet.

Essas são as minhas questões, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. Como os ingleses dizem, *last but not least*.

Por último, mas não menos importante, a importantíssima Senadora Lúcia Vânia, juntamente com a Senadora Marta, encerrando esta audiência pública.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, Sr. Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, Sr. Ministro, eu vou na mesma linha do Anastasia. Em primeiro lugar, eu gostaria de endossar as menções que ele fez a V. Ex^a. Nós temos profundo respeito pelo seu trabalho, pela sua dedicação e, acima de tudo, pela sua grande interlocução com o Congresso Nacional.

O que me leva a questionar é o seguinte: os ajustes nos programas sociais, pelo menos para mim, sinalizam como deficiência de gestão. Isso aconteceu, por exemplo, com o seguro-desemprego. Ora, se nós tínhamos um número baixo de emprego e temos um aumento do seguro-desemprego, qualquer gestor poderia perceber que alguma estava errada no meio do caminho. A mesma coisa se deu com o Fies, com uma liberação desordenada, e a mesma coisa se deu com o financiamento dos caminhões.

Então, eu perguntaria a V. Ex^a o seguinte: um dos problemas fundamentais que têm sido atacados ao longo do tempo e dos mandatos do Executivo diz respeito à gestão pública, a questões como estrutura ministerial, servidores públicos, cargos, carreiras, salários e a própria gestão da máquina administrativa.

Na década de 90, nós tínhamos o Ministério de Administração e Reforma do Estado, cujo nome se associa à proposta de reforma do Estado, que veio a conferir maior eficácia, efetividade e economicidade. De lá para cá, o que nós vimos foi o Governo crescer e se multiplicar. Hoje, nós temos 39 Ministérios, milhares de cargos comis-

sionados e estamos à volta com o ajuste fiscal, que pretende aumentar a receita e, em parte, diminuir os gastos do Governo. Ainda não se falou, em nenhum momento, da redução e do enxugamento da máquina pública.

A minha pergunta é a seguinte: qual o projeto do Governo para o aprimoramento da Administração Federal neste segundo mandato da Presidente? Está em cogitação alguma redução do número de ministérios, de cargos em comissão e funções gratificadas? Ou será o ajuste fiscal carregado apenas pelos benefícios e programas sociais e pelos contribuintes?

O segundo ponto que quero levantar é a questão da credibilidade, levantado aqui pela Senadora Marta e pelo Senador Tasso Jereissati.

Para o senhor ter uma ideia, no dia 21 de agosto de 2014, o então Ministro Sérgio Passos disse que o edital para a primeira concessão da ferrovia do Governo, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, nossa região, ligando Lucas do Rio Verde a Campinorte, já está em fase de fina sintonia para ser publicado. Aí ele fala da qualidade da rodovia e da sua importância para a Região Centro-Oeste. No entanto, ela está parada até hoje, sem explicação. V. Exª colocou, na sua exposição, que ela será retomada em 2015. Mas eu gostaria que V. Exª mencionasse a data do início dessa concessão.

Por último, hoje, amanhecemos lendo declaração do Ministro Levy de que o Congresso Nacional é sócio de todas essas medidas. Não tenho dúvida de que o Congresso Nacional precisa ser sócio. Mas o que vimos no passado foi o Congresso Nacional ser apenas coadjuvante do Governo, pois as medidas provisórias chegavam aqui em cima da hora, perto de ter seu prazo vencido, tirando de nós o direito de fazer qualquer emenda. Portanto, não podemos nos sentir corresponsáveis pelos desacertos do governo passado.

No entanto, acredito que é preciso mudar essa relação. Se o Governo deseja que o Congresso Nacional seja sócio de todas essas medidas, da retomada do crescimento, enfim, do desenvolvimento, é preciso que essas medidas cheguem aqui através de projetos de lei, para que a gente possa oferecer contribuição. V. Exª pôde ver, pelas palavras do Senador Jereissati, do Senador Anastasia, do Senador Serra e de tantos outros Senadores que aqui estiveram, o quanto de colaboração pode ser dada pelo Congresso Nacional.

V. Exª foi testemunha da reforma do ICMS, difícil, mas que V. Exª, com muita habilidade, conseguiu fazer avançar. E hoje V. Exª coloca aqui que a questão do fundo de ressarcimento é complicada. Concordo inteiramente com V. Exª que este ano é um ano difícil. Mesmo que ele seja feito gradativamente, como propõe o Governo, é difícil acreditarmos nisto uma vez que a Lei Kandir nos deixa numa situação extremamente desconfortável, porque todo ano temos que ficar na Comissão de Orçamento brigando, lutando, para que a Lei Kandir seja cumprida pelo Governo.

Portanto, coloco estas perguntas, agradeço a V. Exª e quero terminar minhas palavras dizendo que nutro por V. Exª uma grande admiração e reconheço o conceito que V. Exª tem perante esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Por último, falará o Senador Cristovam.

Antes, porém, o Ministro quer fazer um *pit stop*, porque ele já está aqui há cinco horas.

E aí fechamos, no meu caso, Senador Cristovam, com V. Exª. Então o Ministro Nelson Barbosa responderá às questões aqui apresentadas, encerrando esta reunião, porque já passa das 15 horas.

Na semana que vem teremos o Presidente Tombini às 10h. Portanto, como disse o Senador Anastasia, será mais uma jornada parecida com esta. E no dia 31 nem Deus sabe até que horas vai, porque o Ministro Levy virá à Comissão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Aí V. Exª já inscreve as mulheres antes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu vou estabelecer, pelo Regimento, o seguinte: mulheres primeiro.

A SRª MARTA SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É que há um critério – o próprio Senador Lindbergh fez questão de destacar –, dentro do que o Regimento determina – eu pensei que era base e oposição, mas me equivoquei –, mas é por partido. Então, em função dos partidos que vão se inscrevendo e dos Parlamentares é que se prepara essa lista. Aí, acontecem algumas distorções exatamente por esse critério. Às vezes, pessoas que chegam mais cedo e se inscrevem acabam falando depois de quem chegou depois. Essas são as distorções do Regimento.

Senador Cristovam, nosso Ministro sobreviveu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras Senadoras, eu quero fazer uma pergunta de encaminhamento para ver como participamos para sairmos da atual situação.

Antes, quero dizer que esta faltando alguma coisa no discurso do Governo, no seu discurso, no discurso da Presidente. Primeiro, e alguns já falaram, falta uma autocrítica. É claro que precisamos ouvir isso, Ministro. O senhor próprio, como participante do Governo, esteve aqui mais de uma vez e ouviu o discurso do Ministro Mantega. Eram discursos descolados da realidade. Não foram circunstâncias imprevisíveis que levaram ao que estamos vivendo. Quantos de nós não alertaram para isso? Eu próprio escrevi e enviei textos. E as pessoas diziam que era pessimismo, que era qualquer outra coisa, só não diziam que poderia ser uma realidade. É claro que não houve apenas uma escorregadela ou um escorregadão; houve erro grave na condução das decisões, nas decisões sobre redução de tarifa elétrica, sobre redução de controle do preço do combustível, sobre o excesso de exonerações fiscais para induzir ao consumo, sobre o descuido com a poupança... Foram muitos erros, na má gestão na infraestrutura, na demora em trazer o setor privado para dentro do processo econômico, sob a forma das parcerias público-privadas, inclusive nas licitações de aeroportos, demoradas... Então, a gente precisa de uma autocrítica. Sem isto, fica difícil ter credibilidade.

Segundo: sendo culpa das autoridades, o problema agora é nosso, não mais de vocês. Não existe mais isso. Não existe vocês e nós agora; existe nós, os brasileiros. E tenho certeza de que o Senador Delcídio é um dos que mais concorda com essa ideia. Agora somos nós. Vamos ter que encontrar um caminho, e esse caminho exige um ajuste. Eu não tenho dúvida. Aliás, para eu ser coerente com as minhas críticas anteriores de que haveria déficit, agora eu tenho que defender o ajuste.

Mas esse ajuste, a meu ver, está carecendo de cinco princípios.

Primeiro, ele tem de ser justo, não pode pesar, sobretudo, sobre os que se beneficiaram. Ele tem que pesar, aliás, sobre os que nunca se beneficiaram. Ele, o ajuste, tem de pesar sobre os beneficiados não apenas nestes últimos anos, mas em décadas de política econômica concentradora, o que é diferente do que a gente viu no primeiro momento do reajuste do Imposto de Renda: pesou mais sobre os pequenos. Houve uma melhoria, mas ainda não está boa. As alíquotas lá de cima não foram tocadas como deveriam. A gente precisa ser mais justo no ajuste.

Segundo, talvez até em primeiro lugar, tem que ser eficiente. Se há um rombo de tantos bilhões, o ajuste tem que conseguir dinheiro para os tantos bilhões. Não adianta ignorarmos o tamanho da conta. A aritmética tem que fazer parte de todas as nossas análises políticas.

Terceiro, esse ajuste tem que levar em conta o médio e longo prazos. Ele tem que ser feito de uma maneira, dentro de uma estratégia que não sacrifique, no futuro, o crescimento deste País. Da mesma maneira que temos que olhar onde cortar para não prejudicar os pobres, temos que olhar onde cortar para não impedir o desenvolvimento do País no futuro, na sua infraestrutura, na sua educação, na sua ciência e tecnologia.

Quarto, esse ajuste tem que ser acordado. Não pode ser uma coisa que caia do Ministro da Fazenda, que passe pela Presidente sob a forma de medida provisória. Felizmente, está havendo uma mudança, mas tem que haver um entendimento, tem que haver um pacto nesse ajuste.

Finalmente, quinto, é impossível juntar essas quatro coisas se não trouxermos o problema do tempo. Em quanto tempo será o ajuste? É um ajuste de choque, para resolver logo o buraco, o rombo, ou é um ajuste lento, paulatino, que vamos fazendo enquanto as coisas se acomodam?

Defendo que vai precisar de ajuste, mas temos que respeitar esses cinco pontos.

Eu lhe disse que tinha uma pergunta. Isso só será feito com um grande entendimento. Creio que a palavra da Presidente sobre diálogo já está um pouco gasta, primeiro, porque ela já falou muitas vezes em diálogo e não cumpriu sua palavra. Além disso, dialogar é bater papo, dialogar é conversar. Acho que é questão de entendimento, que é mais do que diálogo. Entendimento é uma espécie de acordo, de pacto. A minha pergunta é simples: como nós Senadores vamos participar desse entendimento? Qual é o papel que o senhor vê em nós brasileiros, preocupados, ansiosos, que, ao mesmo tempo, temos a responsabilidade de sermos alguns dos líderes deste País? Como podemos participar desse entendimento para encontrar um caminho e não deixarmos vocês sozinhos, para estarmos juntos no mesmo barco, sabendo que a culpa não é nossa, mas que o problema é nosso? Onde, como e que garantia temos de que esse entendimento pode ser realmente a favor do Brasil e não apenas a favor das forças que estão no Governo? O diálogo é uma simples hipótese vaga ou tem um lugar para fazer esse diálogo? Vai ser nesta Comissão o diálogo? Vai ser em outra comissão? Vai ser no Senado? Vai ser no Congresso? Criamos uma comissão mista específica para debater a crise no Brasil, Senador Delcídio? Criamos uma comissão específica para isso e nos dedicamos um mês a explorar a culpa, a situação e o caminho?

Quero saber como participamos desse entendimento, além de fazendo um simples diálogo. O que o Governo, o que o Ministro do Planejamento, que tem tudo a ver com isso quando falei de estratégia, de médio prazo... Se eu fosse Ministro da Fazenda, eu iria colocar as mesmas coisas, mas ele poderia dizer que é o contador, o chefe do Tesouro... Mas o Ministro do Planejamento não é apenas o chefe e o guardador do dinheiro, pois é o formulador do futuro. E o ajuste tem que ser visto dentro de uma nação que vai continuar depois do

ajuste com uma catástrofe ou evitando uma catástrofe. Então, do ponto de vista do Ministro do Planejamento, onde e como podemos fazer para salvar o Brasil da profunda crise que vivemos?

Concluindo, se o senhor acha, como muitos do Governo, que não há crise, porque tem gente que acha que não há crise, aí minha pergunta fica irrelevante e o senhor não precisa responder. Supondo que haja crise, como vamos ajudar a sair disso, dentro dos princípios que sugeri aqui?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Concluindo esta audiência pública, nosso querido Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado.

Como há várias perguntas parecidas, vou tentar agrupá-las.

A Senadora Marta Suplicy pergunta sobre a questão da pátria educadora.

Tivemos que, neste início de ano, pelo fato de não termos o Orçamento, trabalhar com o “um doze avos”. Devido à restrição fiscal, propusemos o tal do um “dezoito avos”, que é, na verdade, uma redução de 33%. Isso foi feito, temporariamente, sobre todas as despesas discricionárias dos ministérios. Não afeta aquelas despesas obrigatórias, nem os programas prioritários da educação ou de outros ministérios.

Pontualmente, isso gerou alguns problemas em algumas universidades, que já estão sendo sanados pelo próprio Ministério da Educação. Entrei em contato com o Ministro da Educação, com o Secretário-Executivo, que ajustou, no caso das universidades, para liberar um doze avos naqueles casos onde é mais premente o gasto de custeio e as aulas vão ser retomadas nas federais nas próximas semanas.

Na questão do Fies é necessária alguma correção, alguma adaptação, porque o Fies saiu de um programa de 70 ou 80 mil contratos para um programa de quase dois milhões de contratos. Nessa fase inicial, o Fies tinha poucos critérios ou critérios bem soltos, até para estimular a adesão a esse programa. Agora que esse programa já atingiu um volume considerável de alunos, é necessário a gente repensar como esse programa vai continuar. Esse programa continua. Se nós conseguimos colocar quase dois milhões de pessoas no Fies em quatro anos, quantos milhões a mais de pessoas nós vamos colocar até 2018? Então, este é o momento de discussão do Fies em que a gente está. Essa discussão, obviamente, é liderada pelo Ministério da Educação – nós participamos como membros da área econômica –, mas é uma discussão para colocar qual a expansão que o Fies terá nos próximos anos e, principalmente, ponto mais crucial neste momento, para lidar com as pessoas que estão no meio do Fies, que já estão contratadas.

A ideia é o Governo cumprir todos os seus compromissos, mas, obviamente, também há uma reflexão no sentido de que, pelas regras que estavam vigendo, o Fies acabava sancionando todo e qualquer aumento de mensalidade, o que estava provocando, em alguns casos, uma inflação das mensalidades. Olhando para a frente, a ideia é que o Fies, por ser um programa bem sucedido, um programa de suma importância, continue. Devido até ao grau que ele atingiu, de um programa de massa, ele vai seguir os critérios que já seguem outros programas públicos, como o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, de critérios de acesso, da nota do aluno, de saber se essa avaliação vai depender da renda do aluno, de saber para que cursos, da distribuição regional, de que aumento de mensalidade o Governo está disposto a pagar ou não... São esses critérios que o Ministério da Educação está formatando, em conjunto com a área econômica, para lançar ao longo do segundo semestre para as novas inscrições. E as inscrições feitas neste semestre nós estamos administrando, principalmente o Ministério da Educação, para possibilitar que quem já estiver no programa continue, com essa preocupação de não sancionar aumentos excessivos de mensalidade.

Estou indo para as questões pontuais e, depois, vou integrar com um ponto comum, colocados pelas Senadoras e pelos Senadores.

A Senadora Lúcia Vânia relembra, com propriedade, a questão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Por isso, tive o cuidado de colocar que já temos autorização para fazer a licitação dessa ferrovia. O que estamos avaliando agora? O momento da licitação. Porque isso também depende de interesse do setor privado. Já há alguns interessados, investidores internacionais, e nós estamos contatando os potenciais interessados para decidir se é o momento de fazer essa licitação. O processo está pronto, pode ser licitado de acordo com o modelo apresentado no ano passado, mas há que se ver se o número de interessados atinge um grau, uma quantidade suficiente para que prossigamos com essa iniciativa. É por isso que fui cuidadoso, porque ela está pronta para licitação. O Governo está vendo o melhor momento para colocar essa licitação na rua, até pelo momento econômico, porque estamos passando por uma fase de muita volatilidade, que vai passar. O momento em que ela passar e as expectativas se estabilizarem talvez seja o melhor para colocar essa ferrovia em licitação.

Vários Senadores e Senadoras desta Comissão perguntaram como o Congresso pode ajudar. Pode ajudar como já está ajudando, com eventos como este. Nós temos feito um grande esforço de diálogo ao longo deste ano, começando pelo diálogo com as centrais sindicais, fizemos várias reuniões com as bancadas dos partidos,

com as lideranças... Ontem, por exemplo, houve um jantar com os membros do PT na Câmara. Estivemos lá, eu, o Ministro Levy, o Ministro Gabas, o Ministro Pepe Vargas, e ficamos lá até quase meia-noite debatendo as Medidas Provisórias nºs 664 e 665 e outras questões. Então, há vários fóruns. A própria Presidente começou a fazer reuniões regulares com os membros da base, tanto no Senado quanto na Câmara. Então, não falta oportunidade para esse tipo de interação, e nós vamos, obviamente, enviar. A própria tramitação das propostas que nós enviamos ao Congresso Nacional é o melhor local para o debate mais formal, digamos assim. Nós temos essas conversas políticas e estratégicas com os membros do Congresso e há o debate formal nas comissões sobre essas duas MPs que agora vão ser instauradas.

O Congresso é sócio, é parceiro e parte fundamental para a implementação disso. A nossa estratégia passa pela aprovação de várias iniciativas, depende da aprovação de várias iniciativas pelo Congresso.

Sobre a questão mais geral, falou-se muito aqui, Senador Cristovam, dessa questão do passado, o que, eventualmente, não deu certo, se o Governo reconhece alguma necessidade de ajuste... Acho que as próprias medidas que estamos propondo... Acabei de falar do Fies, falamos da questão do PSI na taxa de juros para os caminhões. Na política econômica, você acerta e você erra. Eu creio que os nossos acertos e os acertos dos últimos 12 anos são muito maiores do que os erros, tanto que esse é um projeto vitorioso que ganhou quatro eleições. Agora, como todos os humanos, somos falíveis, e a política econômica é uma atividade complexa. Então, o Governo detectou a necessidade de ajustes em vários programas, de correção de erros, e tem feito isso.

O que nós estamos vivendo agora, se é crise ou não é, isto eu deixo para os articulistas, para os analistas. Eu não acho que é crise, é um momento de dificuldade. É um momento de dificuldade que faz parte do desenvolvimento. A conjuntura internacional muda e a própria evolução da economia coloca problemas novos e requer a solução de políticas que foram pensadas de uma forma e depois se revelaram inadequadas. Então, a gente está numa fase em que a estrada do desenvolvimento tem subidas e descidas e tem fases planas. Agora nós estamos diante de uma ladeira. Nós vamos subir essa ladeira. Mas no momento de subir essa ladeira, temos que mudar a postura. Você não vai subir uma ladeira passando a quarta ou a quinta marcha, você vai subir a ladeira passando a primeira e a segunda. Traduzindo: neste momento em que nós estamos, não são incentivos adicionais ou benefícios adicionais que vão possibilitar que a gente supere essa fase da estrada. Mas, depois dessa ladeira, vai ter outra fase plana, vai ter outra fase de bonança. Então, nós estamos construindo agora as medidas necessárias para superar esse desafio e continuar avançando. Não é retrocesso.

Eu acho que a palavra-chave que tem sido colocada por vários dos Senadores e das Senadoras é essa construção da credibilidade. Credibilidade é uma coisa subjetiva. Credibilidade se tem ou não dependendo da avaliação de cada um. O que é o objetivo é a previsibilidade. Eu acho que o primeiro passo para aumentar a credibilidade é aumentar a previsibilidade da economia brasileira, deixando que os preços reflitam as condições de mercado, deixando que as metas do Governo sigam o que é o cenário médio de mercado, que é o que nós temos feito, mesmo quando esse cenário médio de mercado indica que alguns indicadores possam ficar acima ou abaixo do que é a meta do Governo. Então, aumentar a previsibilidade da economia é o primeiro passo para construir a credibilidade, como o é também produzir os resultados, que é o que vai aumentar a confiança. À medida que os resultados forem sendo materializados, a confiança vai aumentar. E nesse processo tem que haver, como a própria Presidenta colocou, a humildade de reconhecer o que está errado e corrigir, como também tem que ter a segurança de reconhecer o que deu certo e o que tem que ser continuado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Ministro, em relação à gestão pública, qual é a inovação?

O SR. NELSON BARBOSA – Na questão da gestão pública, Senadora, foi perguntado sobre a questão dos Ministérios, que eu respondi e repito para a senhora: eu acho que algumas atividades, alguns assuntos, pela sua importância, merecem que ter destaque do Ministério. Foi esse o objetivo de criar várias secretarias e de elevar as secretarias ao *status* de Ministério, para dar a importância política que nós achamos necessária a alguns temas. Isso não implica a geração excessiva de cargos.

O Senador Reguffe tinha perguntado sobre a questão dos cargos públicos. Nós temos cerca de 23 mil DAS, que são os cargos de confiança, 17 mil ocupados por funcionários públicos. Então, na verdade, são 6 mil que não são da máquina. É uma questão que nos preocupa, mas nós não estamos discutindo neste momento a redução do número de ministérios. O que está em discussão é um programa de melhora de gestão pública em várias esferas, principalmente utilizando compras públicas. Nós tivemos, no âmbito do Ministério do Planejamento, agora, uma grande iniciativa de reduzir passagens através da compra direta do Governo junto às companhias aéreas, e isso está proporcionando uma economia. São iniciativas como esta, que são, pontualmente, pequenas, mas que, somadas como um todo, podem gerar um grande benefício. Então, a principal iniciativa, neste momento, da gestão pública é a simplificação, a desburocratização e a economia em processo, melhorar os processos para gerar economia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – E metas, porque eu acho que todo esse desarranjo que nós tivemos em relação aos programas sociais ocorreram porque faltaram metas, metas reais, e não ficar fazendo, abrindo... Porque, para nós, tirar ou restringir o seguro-desemprego agora é difícil. Agora, é preciso que haja uma preocupação com as metas, com o que cabe dentro do Orçamento. Eu acho que isto é fundamental.

O SR. NELSON BARBOSA – É essa a nossa preocupação, Senadora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Nelson Barbosa.

Eu só queria só registrar que conheço o Ministro Nelson Barbosa há um bom tempo e que, sem dúvida nenhuma, admiro a qualidade intelectual, a formação do Ministro Nelson Barbosa e a competência que ele tem para trabalhar com o Congresso Nacional. Ele ouve, é sereno, lúcido, equilibrado... E é desse tipo de interlocução, Ministro, que nós precisamos, para fazer um debate como este, de altíssimo nível, isento, equilibrado, vendo aquilo que é importante para o País. Independentemente de um governo ter feito de um jeito e o outro governo fez do outro, cada um teve uma razão quando tomou decisões, inclusive de mudança de rota.

Então, quero agradecer muito a presença do Ministro Nelson Barbosa. Reitero que não foi preciso requerimento, que não foi preciso nada, pois o Ministro Nelson Barbosa veio aqui por livre e espontânea vontade, porque entende o momento que nós estamos vivendo e a importância de ter a CAE como foro desses grandes debates.

Então, quero agradecer, Ministro, a V. Exª, à equipe, ao Demetrius, que está aqui nos acompanhando também, e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos está absolutamente à disposição.

Eu não poderia deixar de registrar que um dos temas fundamentais de que esta Comissão vai tratar, retomando aquela nossa agenda de quando eu fui Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos pela primeira vez, é o pacto federativo, agenda que levou àquela definição da guerra dos portos, que agora, finalmente, definiu o comércio eletrônico, que vai ser sancionado pelo Presidente Renan Calheiros. Mas nós também temos a convalidação dos incentivos, temos a questão do ICMS, temas absolutamente relevantes. E sei que V. Exª, pelo conhecimento que tem e pela maneira como conduziu essas negociações, vai ser um grande parceiro do Senado e parceiro de todos os Estados.

Muito obrigado.

A reunião está encerrada. A próxima reunião será na terça-feira, Senadora Marta Suplicy, com o Presidente do Banco Central, Ministro Tombini, às 10h.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de março do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim e Blairo Maggi, e, ainda, da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Omar Aziz e Vanessa Grazziotin. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 1ª e 2ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Avisos nºs 89, 90, 91, 92 e 94, de 2014, 30-GP/TCU, 2, 35-GP/TCU, 41-GP/TCU, 6, 7, 9, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia dos Acórdãos proferidos pelo Plenário daquela Corte, nos autos de seus respectivos processos, acompanhados dos Relatórios e dos Votos que os fundamentam; Aviso nº 93 de 2014 (Aviso nº 352/GMF/MF-DF), de 15 de dezembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de novembro de 2014, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 3 de 2015 (Aviso nº 39/MF), de 29 de janeiro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando Relatório sobre o Programa de Recompra de

Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira realizadas no último trimestre de 2014; Aviso nº 5 de 2015 (Aviso nº 40/GMF/MF-DF), de 29 de janeiro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2014, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 17 de 2015 (Aviso nº 80/MF), do Ministério da Fazenda, encaminhando relatórios, de caráter reservado, sobre financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex, referente ao quarto trimestre de 2014, fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Avisos nºs 1 e 11 de 2015 (Avisos nºs 138/2014-BCB e 21/2015-BCB), do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes aos meses de novembro de 2014 e de janeiro de 2015, respectivamente, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 4 de 2015 (Aviso nº 9/2015-BCB), de 27 de janeiro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao quarto trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Ofício nº 173/14-PRESIDÊNCIA/CCJ, de 16 de dezembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhando para conhecimento e análise, Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com Moção de Apelo; Memorando nº 122/014/CMA, de 16 de dezembro de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, encaminhando parecer aprovado naquela Comissão em 2/12/2014; e Ofício nº 906/2014-PRESIDÊNCIA/Câmara de Vereadores de Itajaí, de 19 de novembro de 2014, encaminhando cópia do Requerimento nº 502/2014. Comunica, ainda, que a íntegra do conteúdo do Aviso nº 17 de 2015, de caráter reservado, será encaminhada ao cofre da Secretaria de Arquivo. Os demais expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, dá início aos trabalhos, esclarecendo que a Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil – Dirad, e o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica – Dipec, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Gleisi Hoffmann, Eduardo Amorim, Roberto Rocha, Ana Amélia, Reguffe, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Marcelo Crivella, Ataídes Oliveira, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, José Medeiros, José Serra e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio Do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reuniões. Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico, também, o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento dos senhores e senhoras.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

Avisos nºs 89, 90, 91, 92 e 94, de 2014, 30 GP/TCU, 235 GP/TCU, 41 GP/TCU, 6, 7, 9, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, de 2015, encaminhando cópia dos acórdãos proferidos pelo Plenário daquela Corte nos autos dos seus respectivos processos, acompanhados dos relatórios e dos votos que os fundamentam.

Ministério da Fazenda.

Aviso nº 93, de 2014, Aviso 352, GMF Ministério da Fazenda DF, de 15 de dezembro de 2014, do Ministério da Fazenda. Encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de novembro de 2014 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aviso nº 3, de 2015, Aviso nº 39 do Ministério da Fazenda, de 29 de janeiro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira, realizada no último trimestre de 2014.

Aviso nº 5, de 2015, Aviso nº 40, GMFMF-DF, de 29 de janeiro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês

de dezembro de 2014, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aviso nº 17, de 2015, Aviso nº 80, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatórios sobre financiamento com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), referente ao 4º trimestre de 2014, fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 24, de 2015, Aviso nº 95, GMFMF-DF, de 19 de março de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando documentação contendo relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de fevereiro de 2015 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Avisos nºs 1 e 11, de 2015, Aviso nº 138, de 2014, do Banco Central do Brasil, e nº 21, de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo de emissões referentes aos meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015, respectivamente, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 4, de 2015, Aviso nº 9, de 2015, do Banco Central do Brasil, de 27 de janeiro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo de emissões referentes ao 4º trimestre de 2014 – isso é uma regra básica do Plano Real; portanto, algo já sistematizado –, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório de execução da programação monetária.

Correspondências:

Ofício nº 173/14, da Presidência CCJ, de 16 de dezembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhado para conhecimento e análise.

Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com moção de apelo.

Memorando nº 122/014, CMA, de 16 de dezembro de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, encaminhando parecer aprovado naquela Comissão em 2/12/2014.

Ofício nº 906/2014, Presidência da Câmara de Vereadores de Itajaí, de 19 de dezembro de 2014, encaminhando cópia do Requerimento nº 502/2014.

Comunico que a íntegra do conteúdo do Aviso nº 17 será encaminhada ao arquivo da Secretaria e os demais expedientes serão encaminhados a todos os membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta: Audiência Pública

Assunto / Finalidade: Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

S. Exª o Sr. Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão.

Pediria ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Pimentel que acompanhem o Ministro Tombini até a mesa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero registrar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, na próxima semana, dia 31/03, teremos a presença do Ministro Levy e, no dia 7/4, a presença do Ministros Manoel Dias e do Ministro Gabas, para os dois falarem, no que tange às Medidas Provisórias nºs 664 e 665, sobre temas relativos à Previdência e ao Ministério do Trabalho. *(Pausa.)*

Muito bem-vindos, Presidente Tombini e fleumático Diretor do Banco Central Altamir Lopes.

Portanto, teremos agendas importantes no dia 31/03, na próxima terça-feira, e no dia 7/4, completando essa oitava pela Comissão de Assuntos Econômicos, de todos os Ministros da Economia, responsáveis pela condução da economia brasileira e também os dois Ministros cujas áreas são diretamente impactadas pelas Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Eu gostaria também de dizer que todos eles vieram sem a necessidade de se aprovarem requerimentos de convocação e de convite. Eles estão vindo espontaneamente, e, portanto, já considero atendidos os requerimentos que foram aqui apresentados por vários Senadores e Senadoras, muito preocupados, e com razão, com a economia e a importância, Senador Ferraço, desses debates aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero aqui comunicar que se encontra presente o Diretor de Política Econômica, o Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, por partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo o prazo máximo de dois minutos para réplica e concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Por sugestão de vários Senadores e Senadoras, vamos ouvir de três em três. Eu pediria que fôssemos muito rigorosos com o tempo, senão vamos estender essa audiência pública até as 3h da tarde, como acon-

teceu na semana passada. Então, peço, com a objetividade de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que tenhamos esse rigor com o tempo.

Meu caro Senador Raimundo Lira, quer falar alguma coisa? (*Pausa.*)

Passo a palavra agora para o Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição. Agradeço, mais uma vez, meu caro Presidente Alexandre Tombini, pela presença sempre constante aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Sei que vamos ter um debate muito qualificado, como disse o Ministro Aloizio Mercadante.

Com a palavra, Ministro Tombini

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Raimundo Lira; Ex^{mas} Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é sempre uma grande honra retornar a esta Casa e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a V. Ex^{as} e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e perspectivas da política monetária.

Estamos distribuindo um conjunto de dados para V. Ex^{as}. Vou fazer uma breve exposição oral para, depois, nos debates, nos valermos dessas informações.

O meu pronunciamento de hoje está dividido em três partes. Primeiro, farei uma breve exposição da nossa visão sobre o cenário externo. A principal mensagem nessa área é que a economia global continua em recuperação gradual, impulsionada pelos Estados Unidos, o que, combinado com a divergência de política monetária das principais áreas econômicas, tem contribuído para o fortalecimento do dólar norte-americano perante várias moedas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Peço silêncio, por favor.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Na segunda parte, falarei sobre a economia brasileira, que está passando por ajuste importante e necessário, que fará de 2015 um ano de transição e, sobretudo, de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento econômico sustentável à frente.

Por fim, irei me dedicar à condução da política monetária, que está e continuará vigilante para assegurar que os efeitos dos ajustes de preços ora em curso sobre a inflação fiquem circunscritos ao curto prazo e para que a inflação medida pelo IPCA convirja para o centro da meta, de 4,5% em 2016.

Ex^{mas} Senadoras, Ex^{mos} Senadores, voltamos agora para a questão externa.

Como eu disse, a economia global, na nossa visão, continua em recuperação, ampliando gradualmente sua taxa de expansão, mas ainda de forma bastante desigual. Os Estados Unidos consolidam-se como principal motor da atividade econômica global no momento. O consumo naquele país tem-se expandido e registrou em 2014 a maior contribuição ao Produto Interno Bruto dos últimos anos. O mercado de trabalho tem mostrado consistente recuperação e fortalecimento, e já há sinais iniciais de aumento de salários. A inflação continua comportada, abaixo da meta informal, mas o conjunto de indicadores positivos, principalmente do mercado de trabalho, dá suporte a uma eventual elevação dos juros básicos pelo banco central daquele país, o Federal Reserve, que, quando ocorrer, tende a ser gradual na nossa visão.

Na Europa, por sua vez, o nível de atividade econômica continua fraco e desigual, mas indicadores recentes sugerem um cenário um pouco melhor do que a expectativa apontava há alguns meses. A Grécia continua sendo um desafio para a União Europeia, mas o potencial de contágio econômico e financeiro parece ser menor agora do que o observado ao longo de 2011. Por outro lado, o início do programa de expansão monetária do Banco Central Europeu contribui para afastar o risco de deflação persistente e para melhorar o nível de atividade nos próximos trimestres, o que tem sido favorecido também pela queda dos preços das *commodities*, principalmente do petróleo.

A China mantém em curso o processo de desaceleração gradual do seu ritmo de crescimento, fortalecendo a percepção de uma mudança controlada de modelo de desenvolvimento econômico.

Por fim, as economias emergentes em geral têm apresentado perda de dinamismo. Há vários fatores que explicam essa tendência, que tem sido observada já há alguns anos. Dentre eles, destaca-se o processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, que teve início em 2013, e a queda dos preços das *commodities*.

A propósito, os preços das *commodities* apresentam uma nítida tendência de retração desde o primeiro semestre de 2011, quando atingiram o pico do pós-crise financeira global. O processo começou com a queda dos preços das *commodities* agrícolas e metálicas. E, a partir de meados de 2014, o preço do petróleo também começou a cair fortemente. Em síntese, os preços dos três grupos de *commodities* – agrícolas, metálicas e o petróleo – retraíram-se entre 40% e 60% em relação ao pico observado nos últimos anos – no pós-crise finan-

ceira global; ou seja, em meados de 2011 foi o pico. E isso tem impactado o desempenho de várias economias emergentes que, em geral, são exportadoras de algum tipo de *commodity*.

Em síntese, como mencionei há pouco, a economia global está em recuperação, mas essa tem sido desigual. Mas desigual também tem sido a condução das respectivas políticas monetárias.

Por um lado, nos Estados Unidos o processo de normalização das condições monetárias está em fase avançada. Por outro, na Zona do Euro e no Japão, os respectivos bancos centrais estão ampliando seus estímulos monetários, o que pode, em parte, contribuir para suavizar os impactos decorrentes do processo de normalização das condições monetárias globais, em particular nos Estados Unidos.

Mas o movimento que tem chamado mais atenção é o fortalecimento do dólar norte-americano, que tem ocorrido contra várias moedas, alcançando o maior patamar dos últimos 12 anos. O dólar índice, que mede a valorização do dólar norte-americano contra as seis principais moedas, valorizou-se 21% somente nos últimos 12 meses. A valorização do dólar contra o euro, nesse mesmo período, foi superior a 20%. Ou seja, a valorização do dólar é um fenômeno global, que tem implicações inclusive para os Estados Unidos, uma vez que parte do seu crescimento depende da economia global, e uma valorização de sua moeda pode suprimir um pouco o seu ímpeto de expansão.

Ex^{mas} Sras Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores, vou me ater, agora, ao nosso cenário doméstico.

A economia brasileira passa por ajuste importante e necessário; por isso 2015 será um ano de transição, de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento econômico sustentável à frente. Essa transição se reflete no ritmo de atividade esperado pelos agentes econômicos para o ano corrente, uma vez que o nível de confiança de consumidores e de empresários está em patamar baixo.

A expectativa é a de que haja expansão do setor agropecuário e crescimento modesto do setor de serviços, mas retração do setor industrial.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias deve crescer de forma moderada, em linha com a distensão esperada para o mercado de trabalho e a desaceleração da expansão dos rendimentos e do crédito. O investimento, por sua vez, deve retrair-se influenciado, principalmente, pela ocorrência de eventos não econômicos.

Por fim, espera-se contribuição positiva do setor externo com a expansão do volume exportado e alguma contração do volume das importações.

Pelo lado da oferta da economia, a projeção é de que a safra de grãos cresça 3,5% em 2015, com expansão de 21,6% da produção de trigo; 9,8% da produção de soja; e 4,4% de expansão da produção de feijão, mesmo diante de um cenário de clima adverso.

No setor industrial, o desempenho não é homogêneo. O segmento extrativo deve registrar expansão em 2015, com aumento da produção de minério de ferro e de petróleo; porém, espera-se retração no segmento da transformação.

Em síntese, a expectativa é de um desempenho fraco no primeiro semestre deste ano, com ligeira melhora a partir da segunda metade e um desempenho mais favorável em 2016, como consequência dos ganhos de competitividade decorrentes da depreciação cambial e da melhora da confiança dos agentes.

Essa trajetória que eu descrevi caracteriza o período corrente como um período de transição.

Em relação ao mercado de crédito, temos observado desaceleração gradual do seu ritmo de expansão ao longo dos últimos anos. Como V. Ex^{as} bem sabem, o Brasil, há pouco mais de dez anos, possuía um mercado de crédito muito abaixo das dimensões do nosso País. O número de brasileiros que acessava esse mercado era restrito e o volume de crédito estava relativamente estagnado em torno de 25% do Produto Interno Bruto, patamar inferior ao observado em várias economias emergentes à época e muito distante do registrado em economias avançadas com mercados mais profundos.

A combinação de vários fatores macro e microeconômicos, entre eles o aumento do emprego e da renda e a ampliação da capilaridade do sistema financeiro, inclusive com o fortalecimento do cooperativismo de crédito, favoreceu o processo de inclusão financeira e o desenvolvimento do mercado de crédito nos últimos anos. Com isso, o volume de crédito rompeu uma certa estagnação e se expandiu de forma gradual e sustentável até o patamar que se encontra hoje, em torno de 58% do Produto Interno Bruto.

Como mencionei há pouco, nos anos mais recentes, temos observado gradual desaceleração do ritmo de crescimento do crédito. Essa tendência deve ser mantida em 2015, assim como deve ser mantida a tendência de mudança gradual na composição, com redução da participação do crédito ao consumo em favor do crédito imobiliário, que, no Brasil, continua relativamente baixo, inclusive quando comparado a outras economias emergentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Do PIB? Em torno de 9%.

Quanto ao Sistema Financeiro, este está sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência em patamares historicamente baixos.

No que concerne, agora, ao setor externo, o Brasil apresenta um balanço de pagamento equilibrado, com a economia brasileira atraindo capitais estrangeiros em montante suficiente para financiar o resultado das transações correntes. E esses capitais são representados, majoritariamente, pelo ingresso de investimento estrangeiro direto.

O investimento estrangeiro direto, em 2014, superou US\$60 bilhões, representando quase 70% do déficit em transações correntes observado no período. O ingresso das demais modalidades de capitais manteve-se dentro da expectativa, destacando-se que a taxa de rolagem de refinanciamento atingiu 153% no ano passado.

Para o ano em curso, 2015, a perspectiva é de redução do déficit em transações correntes. O ingresso de capitais estrangeiros deve se manter em linha, como observado em anos anteriores. E o investimento estrangeiro direto deverá responder majoritariamente pelo financiamento das transações correntes.

A balança comercial deve voltar a apresentar superávit, influenciada pelo aumento das exportações, a despeito da retração dos preços das *commodities* e pela redução das importações, dado o menor dinamismo da atividade doméstica.

Diante desse cenário, vislumbro o comportamento do balanço de pagamentos dentro do padrão de normalidade neste e nos anos à frente, ressaltando que o fato de a taxa de câmbio situar-se em patamar mais depreciado do que o observado nos últimos anos, milita favoravelmente para a redução do déficit em transações correntes.

No âmbito da política fiscal, o Governo Federal está propondo e adotando amplo, profundo e consistente conjunto de medidas fiscais, que inclui contenção de despesas correntes e parafiscais, eliminação de subsídios, realinhamento de tarifas públicas, bem como medidas de cunho mais estrutural.

Com esse conjunto de medidas, busca-se assegurar uma trajetória favorável para a dívida pública. E sua adoção de forma completa e inequívoca contribuirá para que a transição seja rápida e para que os benefícios logo comecem a aparecer.

Como mencionei em outras oportunidades, entendo que o fortalecimento da política fiscal, por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas rigorosamente conduzido, facilita ao longo do tempo a convergência da inflação para o centro da meta.

Isso porque tanto a literatura quanto as melhores práticas internacionais identificam que um desenho de política fiscal consistente e sustentável contribui para aumentar a potência da política monetária.

Ex^{mas} Senadoras, Ex^{mos} Senadores, vou me ater agora à condução da política monetária e as perspectivas para a inflação no seu horizonte relevante.

Atualmente, estamos observando a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia, que são independentes e têm causas diversas, mas que estão ocorrendo concomitantemente. O primeiro é o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais, em particular devido ao fortalecimento do dólar norte-americano contra várias moedas – um fenômeno global. O segundo é o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres, iniciado em 2014 e intensificado neste início de ano. Esses ajustes de preços fazem com que a inflação corrente mensal se eleve no curto prazo, como tem sido neste primeiro trimestre do ano.

Já a partir de abril, deveremos observar a inflação mensal em patamar bem inferior ao registrado nos três primeiros meses do ano, quando ocorreu a concentração de realinhamento de preços administrados.

Nesse cenário, cabe à política monetária o dever de conter os efeitos de segunda ordem decorrentes dos ajustes de preços relativos ora em curso, assegurando as condições necessárias para garantir a convergência da inflação para o centro da meta em 2016.

E há alguns fatores que indicam que esse objetivo é factível, dentre os quais eu destacaria:

1) a política monetária está e continuará vigilante;

2) há um alinhamento das políticas macroeconômicas, o que contribui, como foi dito, para aumentar a potência da política monetária;

3) o realinhamento de preços administrados é significativo e concentrado no primeiro trimestre de 2015, com isso reduzem-se as pressões de preços administrados à frente e, devido ao efeito base de cálculo, irá contribuir para uma queda significativa da inflação acumulada em 12 meses no início do próximo ano;

4) o mercado de trabalho já está menos tensionado e a perspectiva de aumento da taxa de participação na força de trabalho pela expansão da população economicamente ativa, nos próximos trimestres, entre outros fatores, tendem a moderar pressões inflacionárias à frente; e

5) a despeito do fortalecimento do dólar norte-americano, alguns fatores podem mitigar o seu repasse para os preços domésticos, a saber, o comportamento recente e o cenário prospectivo dos preços das *commo-*

dities, a posição cíclica em que se encontra a economia brasileira e o movimento de enfraquecimento de outras moedas em relação ao dólar, inclusive do euro, moeda de um grande parceiro comercial do País.

Em síntese, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores, há um conjunto de fatores que, na nossa visão, indicam ser factível a convergência da inflação para o centro da meta em 2016. Esse é o objetivo do Copom, o Comitê de Política Monetária, que manterá a política monetária vigilante para assegurar que a inflação mensal em patamar elevado fique circunscrita aos primeiros meses de 2015 e, principalmente, para assegurar a convergência da inflação acumulada em doze meses para o centro da meta em 2016.

Algun avanço, inclusive, já observamos recentemente, com a redução das expectativas de inflação para 2016 e, principalmente, para os anos subsequentes, 2017, 2018 e 2019. Certamente, esses avanços estão embaçados em vários dos fatores acima mencionados, em especial o compromisso firme da política monetária com a convergência e a eliminação de incertezas que pairavam sobre o realinhamento de preços administrados.

Nada obstante o avanço mencionado, manter a política monetária vigilante neste momento é necessário para conter os efeitos de segunda ordem resultantes dos dois importantes processos em curso de ajustes de preços relativos na economia. Só assim conseguiremos alcançar um dos pilares do regime de metas, que é ancorar as expectativas e assegurar a convergência da inflação para a meta de 4,5% no horizonte relevante da política monetária, cujos benefícios, uma vez feito isto, deverão extrapolar, se estender para além do ano de 2016.

Ainda sobre as políticas do Banco Central, eu gostaria de falar um pouco sobre o mercado de câmbio.

Ressalto que o programa de *swaps* cambiais que o Banco Central adota tem atingido plenamente seu objetivo. Em funcionamento desde agosto de 2013, tem fornecido proteção aos agentes econômicos contra mudanças abruptas na taxa de câmbio.

Esta constatação está fundamentada também no monitoramento que realizamos regularmente para identificar para onde está sendo canalizada essa proteção. Atualmente, mais de 80% do estoque de *swaps* está alocada com empresas não financeiras, para proteger seus compromissos com o exterior, ou com investidores não residentes, para proteger seus ativos no País. O restante encontra-se com instituições financeiras ou fundos de investimento.

Em síntese, o programa de *swap* cambial tem importante papel no âmbito da estabilidade financeira e também da estabilidade da própria economia, principalmente neste momento de normalização das condições monetárias, em particular nos Estados Unidos, com suas repercussões sobre o mercado financeiro internacional.

O volume ofertado até agora, em torno de US\$114 bilhões equivalentes, corresponde a, aproximadamente, 30% das reservas internacionais do País.

Dentro de parâmetros admissíveis de risco e retorno, o programa de *swap* cambial representa também importante instrumento de suavização dos efeitos decorrentes das oscilações da taxa de câmbio (valorizações e desvalorizações do real) no balanço do Banco Central, uma vez que seu impacto é simétrico, mas com sinal invertido, ao das reservas internacionais. Além disso, não representa comprometimento às reservas internacionais, uma vez que os *swaps* cambiais são liquidados em reais.

Essa situação, portanto, não enseja de nossa parte qualquer necessidade de reversão dessas posições. Temos as condições de renovar integralmente as operações vincendas no curto e médio prazos.

Entendemos também que o estoque de derivativos cambiais ofertados pelo Banco Central até o momento já atende de forma significativa à demanda por proteção cambial da economia.

Ex^{mo} Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Ex^{mas} Senadoras e Senadores, são estas as minhas palavras iniciais para, enfim, me colocar à disposição desta Comissão para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Tombini. Obrigado também pelo rigor no tempo.

Parabenizando-o pela exposição objetiva e sempre competente, eu vou abrir agora para as perguntas, começando pelo Senador Tasso Jereissati, que tem cinco minutos.

Os inscritos, os três primeiros: Senador Tasso, Senador Moka, Senador Caiado, para a primeira rodada. Depois, para a segunda rodada: Senadora Gleisi, Senador Eduardo Amorim e Senador José Medeiros. Terceira rodada: Senador Reguffe, Senador Fernando Bezerra, Senador Hélio José e assim por diante.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Delcídio Amaral, Presidente desta Comissão; Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central; Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica do Banco Central; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Dr. Tombini, eu confesso que algumas colocações feitas por V. Ex^a eu gostaria de entender melhor.

Antes, falo do respeito que tenho por V. Ex^a, pelo seu compromisso, pela sua história.

V. Exª falou bastante aqui de compatibilidade de política monetária e política fiscal e da perseguição de se alcançar o centro da meta de inflação. No entanto, V. Exª participou, no ano passado, de um Governo em que a política fiscal estava completamente fora de controle, indo numa direção que era a contramão completa de qualquer política, monetária ou não, que visasse controlar a inflação.

Ao mesmo tempo, fala de preços administrados e preços livres. Na verdade, V. Exª acho que está querendo falar de preços represados artificialmente *versus* preços de custo real e preços de mercado, porque se é represado artificialmente também é absolutamente contrário a qualquer política do Banco Central de contenção da inflação, pois nós todos sabemos, e V. Exª muito mais do que eu, pelo vasto currículo acadêmico que tem, que esses preços represados um dia voltam, como bumerangue, atingindo a inflação em cheio.

Queria entender como compatibilizar esses dois anos tão diferentes e duas atitudes tão diferentes pelo mesmo Banco Central que estava lá e o mesmo Banco Central que está aqui no dia de hoje.

Ao mesmo tempo, a promessa de se atingir, de convergir para a meta de inflação nos dois últimos anos vem acontecendo ao contrário: cada vez mais, ano passado, quando se falava em conter a inflação, não se falava mais em meta; falava-se em não passar do teto e agora nós já estamos passando do teto que existe, de 6,5%. E existem algumas previsões. Se não me engano, pelo último foco, já passa de 8% a inflação para este ano.

Gostaria de colocar ainda, dentro dessa política de contenção da inflação, um anúncio que foi feito com muito alarde algum tempo atrás pela Presidente da República de baixar os *spreads*. Já havia uma luta enorme para baixar os *spreads*. E isso me parece que até agora, em determinado momento parecia que ia acontecer, mas essa luta para baixar os *spreads* me parece que foi abandonada, se é isso que entendo, pelo menos neste momento.

Por fim, faço uma questão sobre o *swaps*, os *swaps* cambiais. Gostaria saber se vamos continuar com os *swaps* cambiais e qual é o prejuízo, em função da desvalorização da moeda, que esses *swaps* podem ter causado ao Banco Central.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Tasso, também pelo tempo despendido.

Com a palavra o Senador Moka, cinco minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, Dr. Tombini, Dr. Altamir, Dr. Luiz, vou ser muito objetivo.

O que mais me chama a atenção é que, há um tempo, quando se elevava taxa Selic, e estamos a 12,75%, isso era suficiente para deter a inflação. A taxa Selic está 12,75%. Praticava-se um aumento de juros e percebia-se uma contração da inflação. Não está acontecendo! Aumentamos, nos últimos, de 11%, para 11,25%, 11,5% e estamos em 12,75%, mas, a par disso, o que tem acontecido com a inflação? Ela, sistematicamente, está aumentando. Salvo melhor juízo, está em 7,9%. Confesso que ouvi a última 7,7%. De qualquer forma, é muito alta. Passou do teto. Mesmo com o aumento da taxa de juros, não está cedendo. Queria uma explicação sobre isso.

Não tem muito a ver com o tema, mas estou em uma comissão que está acompanhando a greve dos caminhoneiros. Ali, todos têm uma conclusão. Aquele crédito fácil de oferta de 2,5% ao ano, com um ano de carência, provocou uma distorção muito grande nisso. Agora, acho que isso aconteceu porque não houve alguém que fiscalizasse, que orientasse. Todos compraram caminhão, menos aquele caminhoneiro que tinha um caminhão velho que precisava tirar da estrada. Ele não teve acesso ao crédito, mas houve gente, profissional liberal, que comprou um, dois, três, quatro caminhões, sem absolutamente ser do ramo. É a grande distorção hoje. Só para citar.

Nem por isso acho que a taxa, a oferta de crédito deve sumir, senão vamos ficar em uma situação difícil. Se, com os juros lá em cima, sumir o crédito, ainda com os ajustes que precisam ser feitos, temo pelo desenvolvimento da economia. Temo mesmo! Acho que podemos ter, no final do ano, as três coisas. O que achavam? Vamos diminuir o juros, o PIB vai crescer e vamos ter uma inflação controlada. Como acabamos o ano passado? Acabamos com um PIB zero ou próximo de zero, com juros altos e inflação descontrolada. É o pior cenário que poderia existir. Acabou!

Sei que a minha intervenção pode parecer dura, mas essa é a realidade.

Para encerrar, quero dizer que, com todo esse cenário, vejo em V. Exª uma pessoa que tem tranquilidade e serenidade.

Acho que a atual equipe vai lhe ajudar muito mais no comando do Banco Central. Penso que V. Exª vai se sentir mais à vontade, o que, de alguma forma, vejo como positivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka também pelo respeito ao tempo.

Com a palavra, Senador Caiado. Cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, e toda a sua assessoria, quero ver se consigo traduzir, do economês para o que o cidadão está sentindo, aquilo que tem sido muito bem avaliado pela população brasileira nas últimas pesquisas, ou seja, o descrédito da Presidente da República e o descrédito do atual Governo.

Temos a ata da 185ª reunião do Copom nos dias 2 e 3 de setembro, em que se disse que se “projeta uma variação de 6% para o conjunto dos preços administrados por contratos e monitorados”. Foi nos dias 2 e 3, um mês antes das eleições. Então, estava tudo tranquilo, não havia problema, voo em céu de brigadeiro, problema algum. Aí está a posição falando – ata do Copom 185ª reunião. Tudo aqui sob controle, não teremos aumento de gasolina, não teremos aumento de eletricidade, transporte público tranquilo, tudo administrado, sem problemas.

Bom, aí, chega o Governo dois dias após o segundo turno, dois dias após o segundo turno: ata da 186ª reunião do Copom. Aí, já se eleva a taxa Selic, e esse processo começa em uma escalada que não tem fim. Ou seja: o gráfico durante todo o tempo da campanha eleitoral, do período que antecedeu a eleição, todo o período, mostra que a taxa Selic ficou em 11%. Onze por cento em todo o período, começando desde o mês de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro. No dia 28 de outubro, o Banco Central acorda, e a taxa Selic começa em uma escalada. Hoje está em 12,75%.

Então, a pergunta que todos nós, brasileiros, faremos – veja bem, não vou aqui discutir economês porque não é minha formação, sou médico– cirurgião e estou sentindo o que a população está sentindo, vamos ser objetivos – : como é que um Banco Central que faz uma reunião com as pessoas mais preparadas, que têm a responsabilidade de administrar a moeda do nosso País pode alegar independência se esse gráfico demonstra que ele passou a ser um elemento ligado à campanha de reeleição da Presidente Dilma?

Portanto, o Banco Central não está preocupado em monitorar ou resguardar a nossa economia nem a moeda brasileira da inflação, muito menos da taxa de juros. Ele está preocupado... Ou seja, o Copom se reuniu, monitorado pelo Palácio do Planalto, para dizer: “Olha, nesse período eleitoral, não posso, hora alguma, ter alteração da taxa Selic, não posso ter alteração da gasolina, não posso ter alteração do transporte.” Quero trazer V. Ex^a para esse campo do debate, e aí vou exigir, da minha parte, a réplica e a tréplica, para que possamos ter o debate, Sr. Presidente. Temos que mudar essa metodologia.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para concluir – ainda me falta um minuto –: esse é um assunto que hoje... O fato da ingovernabilidade da Presidente da República se dá em decorrência de ter apresentado para a população brasileira, com o aval do Banco Central – aí, sim, não é apenas um economista; é o Banco Central, que deveria ser uma entidade independente no Brasil – e se posicionado com 11% durante toda a campanha eleitoral.

Dois dias depois da campanha, dois dias depois do segundo turno, ela descobriu que não, que a gasolina não podia mais ser aquele preço, a eletricidade não podia ser mais aquele preço, o transporte não podia mais ser aquele preço, e a taxa Selic não podia mais ter aquele preço.

Então, isso, Sr. Presidente, é indefensável. Ou seja, o Banco Central, dentro da interpretação do cidadão, não tem independência de decidir. O Banco Central hoje decide muito mais por uma determinação do Palácio do Planalto do que no resguardo da moeda brasileira e também da economia da população.

Então, eu não quero estender-me para outros pontos: “Olha, a crise é internacional”. O mundo inteiro já acabou com esse discurso do Governo. Todos os países estão crescendo acima do Brasil. O Brasil é o último da América Latina, é o último de todos. Então, quer dizer, não vou entrar para essa tese do *swap* aí, que o Professor Tasso Jereissati conhece muito mais do que eu. Eu quero me restringir a esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Para nos restringir a este fato: o porquê da ingovernabilidade. A ingovernabilidade da Presidente é em decorrência de um processo que foi desenhado para a população, com aval do Banco Central, do Ministério da Fazenda, e, de repente, isso tudo foi retirado da população. Então, a condição hoje não é trazer ajuste fiscal, porque o Governo hoje não tem credibilidade para apresentar ajuste fiscal à população. Esse é o problema.

As pessoas que estão aí foram levadas ao cargo por uma fraude eleitoral, por uma enganação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Concluindo.

E por um processo em que está caracterizado o estelionato.

Então, com isso, Sr. Presidente, fica atestada a não independência do Banco Central. Como dizer agora que vão reajustar, que vão agora fazer um novo ajuste fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado, por favor, concluindo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ajuste fiscal é desemprego, ajuste fiscal é enfiar a mão no bolso do brasileiro.

Então, Sr. Presidente, é a pergunta, e eu gostaria de ter direito à réplica em relação a esse ponto específico. Concentrei minha pergunta nesse assunto e em nada mais do que isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Caiado.

Concedo a palavra ao Ministro Tombini por cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou pela ordem das perguntas então.

Primeiro, endereçando-me às perguntas do Senador Tasso Jereissati, obrigado pelas palavras de apreço ao Banco Central.

A primeira questão que V. Ex^a coloca, do alinhamento das políticas, é se isso não é inconsistente, digamos assim, com o que vinha acontecendo, com a posição do Banco Central, se entendi a sua pergunta.

Quero dizer que, nas 16 vezes que vim a esta Comissão, em quatro anos, sempre disse que quanto mais ajuste do lado fiscal tanto mais fácil seria o trabalho do Banco Central. Creio que não é por essa razão, mas também pelo fato de que as pressões inflacionárias se viram mais contundentes a partir da virada de 2012 para 2013, que o Banco Central implementou um processo de ajuste das condições monetárias. Assim, de abril de 2013 a abril de 2014, a taxa de juros Selic foi ajustada para cima em 375 pontos naquele período.

Depois, vou voltar a essa questão para responder as colocações do Ex^{mo} Senador Caiado.

Mas, enfim, sempre dissemos isto: quanto mais ajuste do lado fiscal tanto menos do lado monetário. Mas as nossas ações refletiam um pouco esse quadro e uma série de outras questões, como, por exemplo, já adentrando a questão colocada pelo Ex^{mo} Senador Moka, sobre por que a inflação mostrou resistência nesse período. V. Ex^a se recorda de que, quando começamos a subir os juros em abril de 2013, isso praticamente coincidiu com o processo de normalização monetária nos Estados Unidos, e há uma movimentação muito forte das taxas de câmbio nos países, uma desvalorização, uma depreciação grande do real.

Então, foi a primeira vez, na história recente da nossa política macroeconômica, em que havia, de um lado, um aperto monetário e uma desvalorização cambial concomitantemente. Os outros ciclos foram mais coincidentes: subia-se o juro, o câmbio apreciava. Também as duas forças militavam no sentido de trazer a inflação para baixo. Dessa vez, foi com o vento de proa, digamos assim, que nós estávamos fazendo esse trabalho naquele período.

Então, o Banco Central tem total tranquilidade em relação as suas políticas, como essas políticas foram ajustadas dentro do contexto das políticas macro e de tudo mais que afeta o processo inflacionário no País.

Isso eu disse várias vezes, nessas dezesseis vezes que vim aqui, inclusive em 2011 tínhamos um ajuste forte da política fiscal, isso também ajudou o processo de redução da inflação e vimos a inflação bater em 4,9%, 4,8% em meados de 2012.

Enfim, em relação a isso, era o que eu gostaria de colocar.

Em relação à questão dos preços administrados, nós vimos com preços administrados em 2013, que de fato aumentou em torno de 1% para o ano todo o conjunto dos preços administrados, e em 2014 subiu mais de 5%, subiu 5,3%. Então, tem havido um realinhamento de preços administrados. No ano passado, 2014, houve um aumento de preços de vários setores administrados – isso ocorreu. E em 2015, nós vimos, neste começo de ano, uma concentração de preços administrados, elevando de 1% para um pouco mais de 5%, e agora está na faixa de quase 10% acumulados em 12 anos de preços administrados.

Tem havido esse realinhamento, mas não se restringe ao ano de 2015; se intensifica no primeiro trimestre; e é isso que estamos trabalhando agora, para evitar que esses ajustes de preços relativos se espalhem pela economia. Então, é importante que a política monetária esteja vigilante nesse contexto, de um dólar mais forte no mercado internacional, de um lado, e de um preço relativo variando, ou seja, os administrados recuperando terreno no curto prazo.

Em relação aos *spreads*, houve uma evolução favorável naquele período; obviamente, o nosso foco neste momento é trabalhar para conter esses efeitos secundários e fazer com que a inflação convirja para a meta em 2016.

Sobre a questão dos *swaps*, como eu disse nas palavras introdutórias, acho que temos que ver que o Banco Central é um administrador de recursos também, além de ser o condutor da política monetária, além de

ser o supervisor do sistema financeiro, no nosso caso ele inverte esse ativo “reservas internacionais”, que está da ordem de US\$370 bilhões no momento.

O que eu disse foi que um administrador de portfólio avesso ao risco, como tem que ser um banco central, faz todo sentido ter um pedaço desse ativo “rediado”, protegido contra variações cambiais. Quando há uma desvalorização de 20%, uma reserva internacional que estava na faixa de – um número fictício – R\$800 bilhões, convertidos, vai-se ter um impacto no balanço do Banco Central, com um ajuste de 20%, o ativo que está no Banco Central em reais aumenta tremendamente.

Então, há um pedaço desse ativo “rediado” e nós falamos que 30%, do ponto de vista de alocação ótima de recursos faz sentido. Por isso que eu disse que o Banco Central não tem pressa nenhuma para desfazer esse volume que existe lá, nem no curto nem no médio prazo, porque faz sentido porque protege.

Também quando a gente vê em uma semana uma valorização forte do real, que pega o balanço do Banco Central, o ativo em reais que ele encolhe, há um resultado positivo nos *swaps*.

Eu quero dizer o seguinte: o *swap*, como é menos de um terço da reserva, qualquer movimento vai ser três para um na reserva em relação ao *swap*.

O Banco Central está investido em moeda forte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Neste exato momento? Não, neste exato momento, as últimas exposições são públicas.

No dia 3 de março – está lá –, você tem as reservas no ano de 2015. Pela evolução do câmbio até março de 2015, houve uma expansão de R\$150 bilhões no balanço do Banco. Os *swaps*, 45 negativos. Ou seja, no líquido, a posição que temos, hoje, em termos de reservas internacionais, no balanço do Banco, de 1º de janeiro a 15 de março, gerou um resultado positivo de R\$103 bilhões. A flutuação do câmbio reflete isso.

Então, essa questão dos *swaps* nós tratamos com cuidado. Ela tem um impacto positivo, por isso permite que o setor privado não financeiro, as empresas brasileiras, principalmente, consigam navegar com uma certa tranquilidade, num ambiente onde o dólar vai de R\$2,85 a R\$3,20 num espaço curto de tempo, sem quebrar. Então, isso fornece proteção para o setor privado não financeiro. Se não tivéssemos esses R\$100 bilhões, talvez estaríamos falando de outra coisa neste momento, porque há muito pouco o que o Brasil, o Banco Central, possa fazer em relação ao valor internacional do dólar. Isso é definido globalmente; nós somos um participante desse mercado, que é um mercado extremamente amplo e profundo.

O Senador Moka fez uma pergunta sobre a política monetária. Uma parte eu já respondi quando falei sobre o porquê da política monetária vir atuando lá desde abril de 2013, quando nós tivemos também a coincidência de que iniciou o movimento de desvalorização das moedas em relação ao dólar, o fortalecimento deste naquele período. Então, foi um vento de proa na redução da inflação.

Eu trouxe uma transparência que está no conjunto de dados que eu passei. Então, olhando ali, Senador Moka, por favor, nós temos duas linhas: a linha de cima é a posição em 2 de janeiro; a linha de baixo é a posição mais recente, 20 de março.

O Senador Tasso Jereissati mencionou que o mercado já, digamos, alterou a sua expectativa de inflação para o corrente ano, 2015, para 8,12%. Nós vimos, desde o início do ano, com essa concentração de ajustes no primeiro trimestre, que a projeção do mercado para a inflação de 2015 passou de 6,56% para 8,12%, ou seja, houve uma correção, para cima, de mais de 150 pontos, ou seja, 1,5% de inflação para o ano.

Ao mesmo tempo, Senador Moka, o que nós vimos para os anos subsequentes – 2016, 2017 e 2018 –, a despeito de uma revisão para cima na inflação no corrente ano, em função do choque de preços relativos, como eu mencionei, é que 2016 caiu de 5,70% para 5,61% nesse período; 2017 caiu de 5,50% para 5,10%; e 2018 de 5,50% para 5%; e 2019 já está abaixo de 5%.

“Ah, mas está muito distante!” Não! Se nós pensarmos no impacto da política monetária sobre o restante da economia, hoje em dia o governo se financia ao longo de uma curva de 10 anos. Então, não é o controle da inflação neste corrente ano que a política monetária atinge apenas. Num conceito intertemporal se nós conseguirmos, por meio da política, manter sob controle as inflações num horizonte de médio e longo prazo, nós estaremos afetando, por exemplo, as condições de financiamento do governo e da economia como um todo, que, também, coloca a inflação como um prêmio quando vai cobrar financiamento de mais longo prazo.

Então, o que eu queria mostrar, Senador Moka, é que, a despeito dessa revisão, para cima e importante, da inflação de 2015 acima dos 6,50%, de dezembro para cá, nós temos sob controle, até reduzindo ligeiramente, as expectativas de inflação em horizontes mais amplos.

Então, isso dá uma ideia do quadro do controle da inflação, quer dizer, o nosso foco são esses 4,5%, em 2016, porque isso também tem impacto para além de 2016.

Nós vamos ver todo esse cronograma de expectativa de inflação sendo ajustado, mas há progresso. Ou seja, há progresso no controle da inflação. A política monetária tem atuado nos horizontes mais distantes, quer dizer, no médio e no longo prazos. Por isso também, voltando, nosso foco, para efeito de entender a política monetária que o Banco Central está operando, é trazer essa inflação para 4,5% em dezembro de 2016 e, com isso, ter impacto para médio e longo prazos.

Bem, em relação às colocações do Senador Caiado, primeiramente, eu queria fazer alguns comentários iniciais.

Como eu sempre disse nesta Casa, nas 16 vezes que vim aqui nos últimos quatro anos, quanto mais política fiscal, melhor para o trabalho do Banco Central, tanto mais facilitado fica esse trabalho.

Uma segunda questão, que nós tivemos oportunidade de discutir várias vezes e que discuto aqui de novo, é o fato de a política monetária atuar com defasagens. A literatura diz que há alguma coisa entre três e quatro trimestres para a política monetária ter a sua força máxima em cima da economia e, portanto, na inflação.

Em terceiro lugar, eu queria dizer que as metas de inflação, que os objetivos do Comitê de Política Monetária são, sim, fixados pelo Governo, pelo Conselho Monetário Nacional, que fixa a meta, de acordo, inclusive, com o Decreto nº 3.088, lá de 21 ou 22 de junho de 1999, quando foi estabelecido o sistema de metas de inflação no Brasil. Esse decreto dita que um ano e meio antes, então, agora, em junho deste ano, o Conselho Monetário Nacional vai definir a meta de 2017. Então, não há improvisação nesse tema. O Conselho Monetário Nacional define o objetivo do Banco Central para o Banco Central usar seus instrumentos para atingi-lo.

Segundo, a política monetária opera com defasagens. Ou seja, não basta subir o juro para baixar a inflação, não basta subir para cair a economia e baixar a inflação. Não! E essa defasagem está bem documentada entre três e quatro trimestres.

Então, eu quero dizer a V. Ex^a também que, no período, que eu já mencionava aqui anteriormente, de abril de 2013 – acho que V. Ex^a fez menção a isto – a abril de 2014, o Banco Central subiu a taxa de juros em 375 pontos. Olhando pelas defasagens, o impacto máximo dessa subida de juros se daria justamente onde V. Ex^a quer chegar, ou seja, no segundo semestre do ano passado. Ou seja, se o Banco Central estivesse trabalhando... Não vou nem falar em independência, porque não há independência de juros, como V. Ex^a bem sabe. Mas, se o Banco Central não estivesse trabalhando com autonomia operacional, ele jamais teria feito uma subida de juros de 365 pontos, cujo impacto sobre a economia incidiria com força máxima no terceiro e no quarto trimestres de 2014. Então, isso é só uma questão mecânica até de política monetária, para a gente ter um entendimento sobre como opera essa política.

Finalmente, eu queria dizer que, também pelo Regimento Interno do Comitê de Política Monetária, o calendário de reuniões é definido em junho do ano anterior. Então, em junho do ano anterior nós definimos todo o calendário, as oito reuniões do Comitê de Política Monetária que acontecem no ano seguinte. Ou seja, não há nenhuma interferência nossa de fixar um ponto para definir a política, então, após uma determinada data. Estava fixado lá em junho de 2013 que a 184ª reunião do Copom seria em 2 e 3 de setembro e que a 185ª, como V. Ex^a mencionou, seria em 27 e 28 de outubro ou coisa que o valha, pois não estou com as datas aqui na minha frente. Mas, enfim, isso foi definido em junho de 2013. Isso era público para todos os participantes de mercado e para toda a sociedade.

Então, não há improvisação em relação às datas. Não marcamos essa data para fazer maldade pós-eleição, está certo? Porque se tivéssemos isso na cabeça, não teríamos feito o que fizemos ao longo de um ano, entre abril de 2013 e abril 2014, onde a incidência maior dos efeitos dessa política se daria justamente no terceiro e quarto trimestres de 2014.

Quero dizer, em complemento, que, no dia 16 de outubro de 2014, por ocasião das reuniões anuais do FMI, em Washington, nos Estados Unidos, eu, com a imprensa nacional e internacional, fiz um comentário que foi entendido como, talvez, uma iminente elevação de juros. Isso, em 16 de outubro, entre um e outro turno daquele pleito eleitoral.

Então, no dia 16, em Washington, com a presença da imprensa brasileira, em tempo real, no final de semana, fiz o pronunciamento, em que indiquei que o Banco Central não seria tolerante com a inflação e estaria pronto para ajustar a sua política caso fosse requerido.

Somado a isso, no dia 30 de setembro, ou seja, quando o Banco Central divulga o relatório trimestral de inflação, que é ao final de cada trimestre, o diretor de política econômica também fez explícitos comentários sobre a mensagem do Comitê de Política Monetária. Depois, eu explico por que o Banco Central... O Banco Central não mudou, o que mudou foram as circunstâncias entre setembro e outubro. O dólar, casualmente, foi de 2,25 para 2,55 naquele período. Estava bem estabilizado e a estratégia era uma em setembro e ela teve que ser ajustada em outubro, mas, entre setembro e outubro, nós fizemos referência a esse ajuste. Não foi de surpresa.

Então, naquele momento, quando o Diretor de Política Econômica apresenta o relatório de inflação, em 30 de junho, o Dr. Carlos Hamilton, em 30 de setembro de 2014, ele disse: “Na nossa mensagem, está explícito o que não está contemplado em decisões futuras do Copom: redução da taxa de juros. Está implícito o que pode ser contemplado: elevação e manutenção da taxa Selic.” Segundo ele: “Se o cenário para a inflação exigir, a política monetária será acionada tempestivamente.”

Então, primeiro, o calendário definido, nesse caso, um ano e quatro meses antes.

Segundo, o Copom se baseia, pelo seu regimento interno, no objetivo definido pelo Conselho Monetário Nacional, como determinou o decreto de 99.

Terceiro, esse processo de mudança da política monetária foi comunicado durante o processo eleitoral.

Quarto, há defasagens com as quais opera a política monetária. Então, aqueles 375 pontos básicos de juros, ou seja, 3,75, indo de 3,25 para 11% no período de um ano, de abril de 2013 a abril de 2014, têm o seu impacto máximo de incidência na economia no terceiro e quarto trimestres do ano. Então, isso milita contra a tese, digamos, de ter uma economia artificialmente mais forte por conta disso ou daquilo.

Então, são esses alguns comentários que eu gostaria de colocar, aqui, para o nosso debate sobre esse tema, que eu acho de grande relevância, porque o Banco Central entende que opera com autonomia operacional de fato. Não vamos falar em dependência, porque dependência dependeria de V. Ex^{as}, do Congresso, mas, certamente, não é o caso. Nós temos e nós acreditamos que operamos com a necessária autonomia operacional.

Para fechar, Ex^{mo} Senador Caiado, eu quero dizer que a estratégia na Ata 185, que V. Ex^a mencionou, era a de manter a política monetária sem baixar – era a isso que se referia, depois, o diretor –, por um período suficientemente prolongado, com uma estratégia para levar a inflação para a meta.

O que aconteceu entre início de setembro e final de outubro – V. Ex^a vai-se recordar – foi que, por exemplo, aquele preço relativo que estamos mencionando agora, seja o preço doméstico em relação ao preço internacional, o dólar foi a 2,25, tendo estado estabilizado em torno desse valor por muito tempo e – nem tanto por questões internas, mas por questões internacionais – o dólar foi a dois e cinquenta e tantos. Já em setembro e em outubro nós já começamos a falar que estávamos com o dedo no gatilho para ajustarmos a política monetária mesmo antes, entre o primeiro e o segundo turno, antes do primeiro turno.

Então, essas considerações queria trazer a V. Ex^a para completar o quadro sobre... E também essa posição do Banco Central, que é uma posição firme dos membros da diretoria, certamente do nosso *staff*, que nós entendemos que operamos com autonomia operacional de fato.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado. Dois minutos, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O importante, nós não queremos, Senadores, interferir na pauta e na agenda do Banco Central, de maneira alguma, isso não é matéria nossa. O que estamos colocando, Sr. Presidente, é algo que é importante para o cidadão. Ou seja, se em Washington V. Ex^a se pronunciou no dia 16 e se isso pudesse ser interpretado como um aumento da taxa Selic, isso é uma coisa a que o cidadão comum não tem acesso sequer à informação nesse nível. O importante para mim – aí, sim, a grande dificuldade de V. Ex^{as} explicarem para o Congresso e para a população – é que o texto é claro, o texto que vocês aprovaram nos dias 2 e 3 de setembro...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... diz especificamente:

[...] projeta-se variação de 6% para o conjunto dos preços administrados por contrato e monitorados, em 2015, mesmo valor considerado na reunião do Comitê de julho; e de 4,9% em 2016, ante 4,8% considerados na reunião de julho.

Então, veja bem, se V. Ex^a já sabia que em outubro havia sinais de que ele iria agravar, como é que em setembro o Copom foi tão tranquilo em dizer tudo isso? O Brasil todo sentia que a Petrobras estava quebrando porque estava segurando o preço; que a medida provisória da energia elétrica era demagógica e populista, que não tinha capacidade de manter aqueles preços; o transporte público estava falido e inviabilizado.

Então, Sr. Presidente, o fato que quero aqui detalhar não é esse desenho em que o cronograma é anterior. Estou dizendo o momento em que a população recebe uma informação de aval do Banco Central. Isso que é o fator que determina o voto do eleitor, insisto nessa tese, porque é de uma gravidade ímpar. E a reação hoje da população é: como se pode projetar para 2018...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Caiado, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim. Como é que se pode projetar...

V. Exª sempre foi um bom debatedor, Presidente Delcídio. Então, V. Exª sabe que é importante que a sociedade entenda o que está acontecendo com ela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas, Senador Caiado, nós temos 20 Senadores inscritos ainda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente. Acho que nós deveríamos fazer... Vou sugerir a V. Exª, como no Senado americano. Vamos fazer quatro dias seguidos para que apenas a gente possa três Parlamentares por dia e aí nós faremos uma discussão exaustiva. Porque não é possível que num momento como este – em que 10% apenas da população apoiam a Presidente, de dez brasileiros, apenas um; crise econômica, uma situação toda falimentar generalizada –, de repente, não podemos discutir com o Presidente do Banco Central um assunto que é de extrema relevância!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É o Regimento, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, para concluir, digo a V. Exª que é importante que seja colocado com muita clareza que toda a situação que hoje é repassada ao cidadão não foi diagnosticada antes. Isso, desculpe-me, Presidente, vou puxar para a minha área. Um grande cirurgião inglês fez próteses do quadril, Charnley, ele disse no trabalho científico que apenas 5% dos casos evoluíam para óbito, 95% de bons resultados. Chegou um cidadão, do interior, sem a menor infraestrutura, e resolveu dizer o seguinte: “Olha, os primeiros cinco casos meus foram a óbito; os próximos 95, maravilhosos. Não terei mais problema, porque a estatística diz que os cinco primeiros já morreram e os outros 95 não têm problema.”

Então, o que eu quero dizer é que aquela avaliação de outubro, de setembro, essa avaliação aqui está dentro do percentual de óbito. E de agora para a frente é o percentual que vai dar certo?

Então, Sr. Presidente, realmente, o senhor me desculpe, mas fica demonstrado para mim, e eu quero fazer com que a sociedade também entenda isso, que toda máquina da política...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, seria importante respeitar o Regimento. Nós estamos aguardando aqui para fazer a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Caiado está concluindo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu vou, eu vou, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele estava concluindo, aí V. Exª interferiu e nós levamos mais tempo ainda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu vou aceitar a aula da nobre colega sobre Regimento e estou à disposição para debater depois.

Mas, Presidente, eu queria deixar claro para V. Exª que é fundamental que nós possamos denunciar tais fatos.

Esta Casa é uma casa fiscalizadora, esta Casa é uma casa que tem prerrogativas para poder sabatar e poder aqui arguir o Presidente do Banco Central. É isso que estou fazendo. Nada mais do que isso. Não estou extrapolando minha prerrogativa hora alguma. Estou simplesmente trazendo dados que são do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ninguém questiona, Senador Caiado. Mas nós temos de seguir o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu queria só que o Presidente me respondesse na tréplica: então, quer dizer que no dia 2 de setembro nós erramos e no dia 28 de outubro nós vamos acertar para até 2018? Esse é o fato. Objetivamente é isso. Eu não estou discutindo a pauta. Eu não estou discutindo agenda. Eu estou discutindo exatamente isso que eu mostrei em gráfico que não é meu. Está aqui colocado, ou seja, do mês de setembro até...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado, concluiu?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Presidente Tombini vai responder na próxima, depois do próximo bloco de perguntas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É uma maneira de se quebrar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não. De forma nenhuma, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª me desculpe, mas, regimentalmente, eu tenho direito de ouvi-lo agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª, depois da tréplica, não pode falar mais, dentro do Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não posso falar mais dentro do Regimento, Sr. Presidente, mas eu recorro à minha posição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu recorro à minha posição de Líder.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador, Senador, nós vamos seguir a regra. E a regra é o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A regra é regimental e o Regimento não pode cercear meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, V. Exª pode pedir posteriormente, fazer uma nova inscrição, porque nós nunca adotamos essa postura de Líderes aqui, até porque o Regimento é muito claro. A regra é clara, como diz o Arnaldo Cezar Coelho. Então, aqui estão os inscritos por Partidos e eu vou seguir exatamente o que o Regimento determina.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito bem. Eu não entendo de futebol, mas de Regimento eu entendo um pouco, Presidente. E quero dizer a V. Exª que Líder tem a condição de pedir a palavra em todo e qualquer momento e deve ser garantida a ele.

Agora, para concluir, eu acho que a única coisa em que V. Exª está pecando é não dar a oportunidade para que o Presidente do Banco Central possa responder à pergunta objetiva que eu formulei: então, eles erraram em setembro e vão acertar de agora para a frente? Esse é o processo, certo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele responderá, Senador Caiaido, ao longo do debate.

Com a palavra...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... a Senadora Gleisi Hoffmann.

E eu pediria, por favor, que nós obedecêssemos ao Regimento, porque, senão, esta reunião não vai terminar se a gente continuar nessa toada. E aí, quem quiser fazer réplica, os Senadores que não se sentirem atendidos... Quem não quiser fazer réplica nesse caso, ótimo. Aqueles que quiserem fazer a réplica ao que o Ministro responder dentro dos dois minutos... E o Ministro faz a tréplica e se encerra se esse for o entendimento dele como nosso convidado.

Senadora Gleisi Hoffmann, cinco minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Com todo o respeito que tenho a V. Exª, e acho que a condução da Mesa tem se prestado, inclusive, não só nesta audiência, mas também na do Ministro Nelson Barbosa, a tornar melhor o ambiente de discussão, me vejo no direito de fazer intervenções no momento que eu quiser e não acho que isso pode retardar ou adiantar a palavra de quem estiver ouvindo ou de quem a estiver usando. Então, queria só deixar esse registro a V. Exª.

Queria cumprimentar nosso Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini, também o Dr. Altamir Lopes e Dr. Luiz Pereira, que aqui se fazem presentes e dizer da importância de tê-los aqui na instituição, falando sobre o momento econômico que nós estamos vivenciando. Mas eu queria iniciar aqui pedindo desculpas a V. Exª, desculpas pela falta de educação e pela forma como o Banco Central e mesmo V. Exª aqui foram não indagados mas eu diria foram até desrespeitados e provocados em fala de Senador que me antecedeu.

Eu queria pedir desculpas, porque o Banco Central é uma instituição que tem respeito no cenário nacional e internacional.

Queria aqui fazer um testemunho. Fui Ministra Chefe da Casa Civil desde 2011, com a Presidenta Dilma Rousseff, e o Banco Central sempre atuou com a sua autonomia operacional. Nunca tivemos, por parte do Banco Central, nenhum consentimento em relação à política fiscal que desenvolvíamos no Governo, muito pelo contrário: foram muitas atas em que se puxava a orelha da política fiscal, em que se tinham divergências com a política fiscal.

Então, queria só restabelecer aqui as coisas, porque acho que divergir, Presidente, não concordar com uma política é da natureza do parlamento e da oposição, um direito da oposição, mas desrespeitar, provocar, isso não confere com a atitude de um senador, de um senado da república.

Queria, agora, falar um pouco da política fiscal que foi levada a cabo pela Presidenta Dilma, nos últimos anos.

É importante dizer a esta Casa, a esta Comissão que, em 2011, fizemos uma restrição orçamentária de R\$50 bilhões. Foi um contingenciamento que não voltou ao orçamento. Em 2012, mais R\$50 bilhões e, em 2013, R\$30 bilhões.

É importante também dizer que esta Casa tem sido extremamente generosa na reavaliação de receita e na ampliação de despesa com os orçamentos da União. O discurso, agora, de que tem que se ter rigor fiscal

não é o discurso que se vê quando se discutem as emendas orçamentárias ou quando se faz pressão das Bancadas, Bancadas estaduais e partidárias, inclusive a de oposição.

Acho que isso é importante deixar registrado.

Usamos a capacidade que tínhamos no orçamento público para suportar os impactos de todos os choques externos e da própria desaceleração do crescimento sobre a economia. O crescimento desacelerou e o Governo decidiu manter todos os seus programas sociais. O crescimento desacelerou e o Governo decidiu manter a maior parte dos seus investimentos. E isso se traduziu em uma redução do superávit primário. Em paralelo a isso, dois eventos fora do controle de qualquer autoridade no Brasil: realinhamento mundial de preços de ativos, como bem expôs aqui V. Ex^a, com a elevação do dólar e a queda do preço das *commodities*, e uma maior estiagem no Sudeste, nos últimos 80 anos, basicamente desde que temos esse número de acompanhamento de estiagem. O Governo absorveu, enquanto pôde, o custo disso, para minimizar o impacto sobre a população, esperando que a recuperação começasse mais rápido e o regime de chuvas se normalizasse. Só se decidiu mudar isso, quando não era possível mais absorver isso no orçamento. Aliás, é por isso que as medidas estão sendo tomadas agora. Respondemos a uma situação externa, mas mantivemos aqui o emprego e a renda da população. Esse sempre foi o primeiro compromisso desse Governo, primeiro compromisso da Presidenta Dilma.

Então, quero dizer aqui que as avaliações, as reavaliações de políticas econômicas não são monopólio de um ou de outro partido, não são monopólio nem de direita, nem de esquerda. Elas são necessárias para que a boa política econômica se adapte à evolução da economia e aos próprios novos desafios que estamos tendo. Por isso, a exposição de V. Ex^a colocando no tempo as medidas tomadas pela autoridade monetária e também o esforço fiscal que o Governo está fazendo, e que fez desde 2011, colocam muito bem que vamos conseguir sair da situação que temos, hoje, que não acredito de crise econômica, mas de dificuldade econômica dentro de um cenário internacional também adverso.

Fico muito feliz de V. Ex^a nos colocar aqui os números da inflação mostrando que podemos ter um pico, agora, inflacionário, mas que, a partir de abril, já caminhamos para uma centralidade inflacionária e, em 2015/2016, também teremos uma normalidade.

Diante disso, Presidente, gostaria de deixar duas perguntas a V. Ex^a. A primeira é sobre a perspectiva de investimentos estrangeiros, e V. Ex^a já falou que o IED está na casa de R\$60 bilhões e que vamos continuar tendo uma boa perspectiva. Aliás, uma matéria recente no *Valor Econômico* diz isso, que há muito interesse de investimentos no Brasil. O que nós temos é uma instabilidade política, inclusive com a instituição Congresso Nacional em instabilidade.

Em segundo, pergunto a V. Ex^a: como o Banco Central está vendo a reavaliação do PIB, feita pelo IBGE, em que haverá um peso maior dos investimentos nas contas nacionais? Isso, com certeza, terá um impacto no crescimento do Produto Interno Bruto em 2015, em razão da política de contenção de investimentos que V. Ex^a retratou aqui.

No mais, parabeno a instituição, parabeno V. Ex^a pela seriedade com que vem sendo feito o trabalho, pela seriedade das atas do Copom e pela autonomia operacional que o Banco Central tem, sempre muito vigilante na questão inflacionária e sempre muito vigilante acerca da política monetária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem. V. Ex^a é guardião do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Art. 398, Inciso X:

X – terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica.

A tréplica não pode ser jogada para outro momento da discussão. A tréplica, é obrigatório, tem que ser imediata à discussão. E, da mesma maneira que V. Ex^a foi zeloso com o tempo em relação a mim, a Senadora que me antecedeu alongou enormemente o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não seja injusto, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...e, de repente, para o atual Governo do PT, tudo o que é constitucional é golpe e tudo o que é dito com toda clareza e transparência passa a ser mal-educado.

Se tem uma coisa que sou é educado e tenho uma formação que me exige esse comportamento. Não estou aqui, Sr. Presidente, para receber aula de quem quer que seja, muito menos de quem não tem essa credencial para me dar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado, só para esclarecer V. Exª: perguntei ao Presidente Tombini se ele gostaria de dar a tréplica, e ele disse que as explicações dele já seriam adequadas, já responderiam às preocupações de V. Exª, até porque V. Exª repetiu, na réplica, a pergunta que fez inicialmente. Então, a posição do Ministro Tombini é de que, no entendimento dele, já havia dado a resposta compatível a V. Exª. Foi por isso que ele não fez a tréplica.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Deveria, então, ter sido a fala dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª tem razão, eu poderia ter dito isso.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só para restabelecermos aqui o respeito que temos que ter entre colegas e o respeito que temos que ter em um debate junto à autoridade monetária do nosso País. Portanto, novamente, quero pedir desculpas ao nosso Presidente do Banco Central pelo comportamento de membro desta Comissão.

A tréplica é um direito dado a quem está fazendo o debate; não há uma obrigação de fazê-la.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quero pedir desculpas ao povo brasileiro, ao povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

Espero que todas as dúvidas tenham sido esclarecidas devidamente.

Senador Eduardo Amorim, com a palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Até que enfim, Sr. Presidente.

Com todo o respeito aos colegas, discordantes ou não, neste momento, Sr. Presidente, não vi nenhum desrespeito com quem quer que seja. Não tenho aqui procuração do colega Senador Caiado para falar sobre isso. Acho que o único desrespeito que está havendo por enquanto, e sem exceção, é quanto ao tempo. Por isso, procurarei ser rígido aqui.

Sr. Presidente, seja bem-vindo a esta Comissão, Presidente Alexandre Tombini, sabemos da sua capacidade, sabemos do seu compromisso, mas faço rapidamente algumas indagações.

É assustador para o povo brasileiro como a nossa situação fiscal se deteriorou rapidamente nos últimos meses. Isso não era previsível? Cito aqui duas situações: o nosso superávit primário era de 1,5% a 2,0% do PIB em junho de 2013 e abril de 2014.

Em janeiro passado, agora, foi 0,61%, e olhe que não estou nem falando aí da chamada contabilidade criativa. É impressionante como isso se deteriorou rapidamente.

A segunda situação de que falo, Sr. Presidente, é que o Governo anunciou recentemente a interrupção do programa Minha Casa Melhor, que financia móveis e eletrodomésticos, com juros subsidiados. A alegação do Governo é que causa estranheza. O programa teve níveis alarmantes de inadimplência.

Sr. Presidente, tudo isso de forma coincidente ou não, sincronizada ou não: tanto a implantação como a interrupção dessas coisas do Minha Casa Melhor, exatamente, com o calendário eleitoral.

Outro fato que chama a atenção é que o Conselho Monetário Nacional, pela Resolução nº 4.222, de 2013, regulamentou as operações de financiamento do Minha Casa Melhor. É verdade. E, lá, ele colocou como a única restrição cadastral, a única, exatamente a inadimplência do financiamento do Minha Casa Minha Vida.

Pergunto, Sr. Presidente: se é mister, é missão constitucional das nossas autoridades fiscais proteger a nossa moeda e por ela zelar, exatamente para que os mais fracos não paguem tanto, sobretudo com a corrosão inflacionária, o que faltou, Sr. Presidente? O que faltou diante de programas como este, como o Minha Casa Melhor, que o Governo não pode prever realmente essa inadimplência. O que vai acontecer com esse programa?

E, para finalizar, ainda dentro do rigor do tempo, Sr. Presidente, houve uma acomodação, uma leniência por parte do nosso tão importante Banco Central ou das nossas autoridades fiscais com relação a essas questões? Porque o País está assustado, e o povo é chamado a pagar essa conta, e uma conta perversa, tirando até direitos conquistados com muita luta e com muito suor. Mas a gente não vê o exemplo dado por parte do Governo. O Governo não diminui ministérios, não faz economia alguma; apenas pede sacrifícios ao povo brasileiro, seja de que categoria for.

Fui rigoroso, Sr. Presidente, dentro do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Eduardo Amorim é muito rigoroso com o tempo e sempre termina antes.

Concedo a palavra agora ao Senador Roberto Rocha, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao cumprimentá-los juntamente com a diretoria do Banco Central aqui em nossa Comissão, quero fazer, de maneira mais objetiva, dois questionamentos.

A desvalorização do real em relação ao dólar americano representa um risco muito grande para muitos Estados brasileiros. Essa desvalorização da moeda brasileira pode trazer um ônus financeiro muito grande adicional para esses Estados. Os Estados com maiores montantes de dívida em dólar estão mais expostos, e a médio prazo poderão ter seus *ratings* pressionados. A dívida consolidada dos Estados brasileiros em moeda estrangeira cresceu nos últimos dois anos de 8% para 13%. De todos os Estados brasileiros, 16 têm dívida em dólar superiores a 10% do total. Em alguns casos, a parcela da dívida em moeda estrangeira chega a 40% do total. A pior situação é exatamente, infelizmente, nos Estados das regiões Norte e Nordeste, como, por exemplo, o meu Estado Maranhão, o Estado do companheiro Fernando Bezerra, Pernambuco, o Estado do companheiro Pimentel, que acabou de sair, do Ceará. Esses Estados, assim como os demais, hoje só fazem investimento mediante financiamento.

A proposta do Governo de promover um ajuste fiscal impedirá os Estados de contrair novas modalidades, ainda que este consigam ter acesso a recursos externos, eis que o Governo Federal poderá não ser garantidor da operação.

A questão é simples: em relação a esses Estados que já estão em extrema dificuldade, com suas margens de investimentos extremamente restrita, o Governo Federal está pensando alguma política para evitar o colapso financeiro desses Estados, sobretudo das regiões Norte e Nordeste? Essa é a pergunta.

Outra pergunta bem objetiva e mais objetiva ainda é em relação aos fundos de pensão. Ontem foi a última vez que vimos uma denúncia sobre um fundo de pensão no Brasil, o Postalís, dos Correios. Eu pergunto se o Conselho Monetário Nacional pretende alterar a forma de indicação de diretores responsáveis pelas aplicações. Atualmente existem critérios de nomeação dados pela Lei Complementar nº 109/2001 e pela Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional. Mas não tem logrado evitar as nomeações políticas.

Então, eu pergunto: existe alguma iniciativa do Conselho Monetário Nacional de fazer com que esses sejam diretores exclusivamente técnicos para a gente não ver repetir esses escândalos nos fundos de pensão do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Tombini, por cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou procurar ser breve nas respostas, iniciando pelas indagações da Ex^{ma} Senadora Gleisi Hoffmann, que pergunta sobre as perspectivas, na visão do Banco Central, para investimento estrangeiro direto.

V. Ex^a bem mencionou o interesse de investidores estrangeiros no País. Temos visto que esse interesse continua. No ano passado, tivemos mais de US\$60 bilhões de investimentos estrangeiros no País. Este ano, a nossa previsão é acima disso: em torno de 65, salvo engano, em torno desse valor. E temos visto recentemente, por meio da imprensa, por contatos, o interesse renovado em relação ao País. Muitos daqueles que estavam planejando ingressos no mercado brasileiro, naturalmente, com a movimentação do dólar norte-americano nas últimas semanas, nos últimos meses, essas perspectivas de ingresso podem ter ficado inclusive mais atraentes, do ponto de vista do preço de ingresso. Então, nós estamos com dados de projeção de 65 bilhões, ou seja acima do ano passado, é uma projeção que tem sustentação naquilo que temos visto recentemente.

Em relação à reavaliação metodológica que o IBGE anunciou há dois anos e que está na fase final para adoção, no dia 27, próxima sexta-feira, até onde eu sei, sai então o recálculo do PIB de 2012, 2013, 2014 já com a nova metodologia – metodologia aderente às melhores práticas internacionais. Eu não sou especialista em estatística de PIB, mas procurei me informar a respeito dessa mudança, que é uma mudança relevante. Nos países da OCDE, a organização dos Estados mais desenvolvidos, e que fizeram essas mudanças metodológicas na direção, por exemplo, de considerar algumas despesas como pesquisa em desenvolvimento, investimento em *software* – que era uma despesa –, isso é tratado como investimento.

Então, essa é uma mudança, de que me recordo, dessa metodologia. Isso tem um impacto, sim. Nesse país houve uma participação maior do investimento.

Nós vimos isso, por exemplo, num dado de 2011, em que a relação investimento e PIB era dezenove e alguma coisa, e subiu um ponto de porcentagem e foi para vinte e algo. Pode ser ainda baixa, mas já há um nível mais comparável internacionalmente.

Então, esperamos – quer dizer, lá no Banco Central – que essa mudança metodológica tenha esse impacto sobre um maior peso de pesquisa, desenvolvimento e investimento no PIB.

Este ano, como falamos nas palavras introdutórias, é um ano em que o investimento deve ter uma contração, também em função de eventos não econômicos, de maneira que nós vamos ter, em breve, de soltar nossa projeção para o PIB deste ano, ainda com a metodologia antiga, porque nosso relatório de inflação sai daqui a dois dias, portanto, antes da... Não haveria tempo hábil para receber a nova metodologia, recalcular tudo e fazer as projeções.

Então, para respeitar o Decreto nº 3.088, de 1999, vamos sair com as nossas projeções de PIB ainda com a metodologia antiga. Mas essa nova metodologia deve aumentar o nível do Produto Interno Bruto. A dinâmica de crescimento é menos certa – para que lado vai essa dinâmica –, mas o nível sobe.

O Senador Amorim mencionou a deterioração fiscal, entre outras razões. Já foi, inclusive, no debate aqui falado, um aspecto importante foi a própria desaceleração da economia brasileira.

Não sabemos o número, ainda, de 2014, mas alguns de V. Ex^{as} já mencionaram que 2014 foi um ano de crescimento nulo, vindo de um crescimento em 2013 de quase 3%. Então, essa desaceleração também militou, no sentido de reduzir as receitas. Enfim, não é a área de atuação do Banco Central, mas esse é um aspecto que está como pano de fundo para uma deterioração de receitas e um aumento de despesas.

A Senadora Gleisi mencionou alguns programas que foram mantidos numa visão contracíclica, quando a economia estava desacelerando. Então, despesas em alta, receitas caindo. Com a economia, houve esse resultado de abrir essa virada no resultado primário, enfim.

Em relação às questões operacionais de bancos, obviamente os bancos definem suas políticas de atuação, o controlador desses bancos dá o tom, escolhe as suas áreas de atuação, e o Banco Central regula e fiscaliza. Então, nós temos um quadro, uma divisão de trabalho em relação...

O Banco Central não participa, como regulador, de definições do controle, seja o controle privado, seja o controle público. O controle define dentro de parâmetros onde vai investir, quais os programas, se se vai para o consumo, se se vai financiar investimento, que modalidades se vai utilizar. Isso não é definição do Banco Central. Ao contrário, temos de ficar afastados disso, até para atuar, no momento seguinte, na fiscalização.

Esse é o comentário que gostaria de fazer também em relação ao que V. Ex^a falou.

Em relação às indagações e às perguntas do Senador Roberto Rocha, elas são naturalmente matérias não diretamente relacionadas ao Banco Central. V. Ex^a mencionou a questão do impacto cambial sobre o endividamento dos Estados e, digamos assim, o comprometimento das receitas em função disso.

Nessa questão do endividamento em dólar, nós sempre atuamos com muita cautela, no sentido de, em toda oportunidade, mencionar que, tratando-se com a divisa, com a moeda estrangeira, há sempre o risco de flutuação. Nós vivemos em um país onde o câmbio é flutuante, pode ir para baixo e para cima. Tem-se de tomar cautelas em relação... Obviamente, às vezes a taxa pode estar muito baixa, a oferta de recursos pode ser abundante, mas se tem de levar em consideração o risco.

Não vou entrar no detalhe, porque também não conheço, não é a minha matéria, mas, enfim, vejo de outro lado também a questão das receitas fiscais de Estados tendo alguma reação em torno da recuperação do ICMS, inclusive sobre o preço da energia, que tem sido alterado recentemente.

Não sei se é o caso de Norte e Nordeste, mas, certamente, tem sido o caso de receitas decorrentes de ICMS sobre energia mostrando um certo vigor nesse início de ano, contrapondo um pouco, por exemplo, a questão do dólar.

Mas V. Ex^a tem toda razão em levantar um assunto sensível dessa natureza. Vou passar para o Ministro Levy essa preocupação de V. Ex^a, da mesma forma como o farei em relação ao segundo aspecto que V. Ex^a coloca: se há alguma iniciativa no âmbito do Conselho Monetário Nacional... As iniciativas referentes a fundos de pensão que vão ao Conselho Monetário Nacional são da Previc. O Banco Central não toma iniciativas nesse sentido; naturalmente, no Colegiado, participa. Então, as iniciativas são do Ministério específico, assim como há outras da Resolução nº 2.827 que são de iniciativa do Ministério da Fazenda, assim como há toda a regulação do Sistema Financeiro, que é de iniciativa do Banco Central. Essa matéria que V. Ex^a especifica, ou seja, os critérios definidos pela Resolução nº 37, de 2009, é de iniciativa do Ministério específico. Vou levar também esse questionamento colocado aqui na CAE para os membros do Conselho Monetário Nacional.

Eu não tenho conhecimento se há uma iniciativa nesse sentido, enfim, que V. Ex^a mencionou, mas, se eu entendi, é para evitar as nomeações políticas para os fundos de pensão. É isso?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – A nomeação política pode existir, sem nenhum problema, é claro, mas com conteúdo técnico. Por exemplo, a Previ, do Bando do Brasil, por norma interna, exige que seja diretor um funcionário de carreira. Mas essa é uma norma interna do fundo de pensão do Bando do Brasil.

É apenas uma contribuição para o debate, apesar de não estar ligada diretamente à política do Banco Central, mas, enfim, é afeta ao Ministério ao qual V. Ex^a está ligado diretamente e ao Ministro com o qual V. Ex^a tem permanente diálogo.

Então, ficam aqui duas reflexões: uma sobre os Estados brasileiros, especialmente do Norte e do Nordeste, que têm um montante de dívida em dólar muito alto. O Maranhão, por exemplo, renegociou um terço de sua dívida, o que eleva muito o seu esgotamento de investimento. Outra é com relação à questão dos fundos de pensão no Brasil. É vergonhoso a gente ver o que acontece permanentemente. Como disse, o último caso foi agora, neste fim de semana, o caso do Postalís, que está aí para ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu entendo que a réplica dos Senadores que perguntaram já é um assunto ultrapassado. Portanto, nós passamos a palavra, agora, para três Senadores: o Senador Reguffe, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Hélio José.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, eu lamento muito não integrar mais esta Comissão permanente, mas queria apenas, com a licença dos Srs. Senadores, dirigir ao Sr. Presidente do Banco Central uma indagação.

Não vou falar sobre a questão do crédito agrícola, que está sendo bem cuidada, mas apenas deixar uma indagação, se já não a fizeram os oradores anteriores, sobre a instalação, hoje à tarde, de uma CPI para investigar o HSBC... Aliás, já instalada. Eu queria então saber o que, eventualmente, essa CPI pode representar como sequele ao Sistema Financeiro brasileiro, mesmo que seja o caso isolado de uma instituição. O Banco Central tem uma visão para imaginar que consequências essa CPI pode trazer à segurança do Sistema Financeiro brasileiro?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. O Ministro Tombini, agora, respondendo ao próximo bloco, responderia também a V, Ex^a.

Então, com a palavra o Senador Reguffe, por cinco minutos.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Presidente Tombini, primeiramente, dizer do respeito que tenho, desde a época de Universidade de Brasília, pela sua capacidade, pelo senhor, pessoalmente.

No primeiro governo da Presidente Dilma, houve uma política monetária neste País que baixou os juros e que não foi acompanhada de redução dos gastos públicos, o que não fez essa redução ser sustentável e que gerou, num ponto futuro, a que a gente chegou, a uma alteração dessa política com o Banco Central aumentando os juros.

A principal função de um banco central é ser guardião da moeda de um país. Nós tivemos, durante todo o primeiro mandato da Presidente, uma inflação que superou o centro da meta, já que o nosso regime é de metas de inflação. Superou os 4,5%. Agora, em fevereiro, chegou a 7,7% o IPCA dos últimos 12 meses. Mas o IPCA medido, porque a população, nas ruas, sente uma inflação ainda superior a esses 7,7%. O senhor pode perguntar isso para qualquer pessoa que o senhor conhece que, nas ruas, ela vai dizer que a inflação é superior a essa inflação que o IPCA apresenta.

Se a grande responsabilidade de um banco central de um país é ser guardião da moeda desse país e nós temos uma inflação em índices exponenciais, eu queria saber: o senhor reconhece que o Banco Central falhou, que o Banco Central errou na condução da política monetária deste País? Se reconhece, o que o senhor aponta como mudança para o futuro? Porque o discurso de que nós vamos chegar, que o objetivo é trazer a inflação para o centro da meta no ano de 2016 é um discurso que até o Relatório Focus, do Banco Central, diz que não vai ser cumprido. Então, é preciso saber o que o Banco Central está pensando de prático com relação a isso, porque a inflação é, hoje, provavelmente, o maior problema deste País, porque o pior imposto que a população pode pagar é a inflação.

Diante disto, eu queria fazer algumas perguntas objetivas ao senhor. A primeira é a seguinte: qual a influência real da Presidente da República nas decisões do Banco Central? Muito se ouve falar sobre a influência da Presidente. Eu queria saber como essa influência se dá ou se ela não se dá. Em outras palavras, eu queria saber se, quando o senhor conversa com a Presidente, ela fala sobre mudança na taxa de juros, sobre aumento na taxa de juros, sobre redução na taxa de juros. É uma curiosidade não só minha, mas da população brasileira.

Eu queria que o Presidente pedisse silêncio aqui, porque, senão, fica difícil eu me fazer entender.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero pedir silêncio aos Senadores e Senadoras e a todos aqueles que acompanham esta reunião.

Obrigado.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria saber como é essa relação com a Presidente. Se ela pede, se ela fala sobre a questão dos juros, se ela não fala, e como se dá isso. É até uma curiosidade mesmo. Quero saber se já se vai para uma reunião do Copom após uma conversa com ela, se, quando acaba a reunião, o senhor liga para ela e fala que aumentaram ou que caíram os juros... Como se dá isso? Acho que é uma curiosidade não só minha, mas da população deste País saber a real influência da Presidente nas decisões do Banco Central.

Segunda questão: qual sua opinião pessoal sobre a questão da independência do Banco Central? Quero saber se o senhor, depois da experiência como Presidente do Banco, é favorável ou contrário, conceitualmente, a independência do Banco Central.

Terceira questão: como integrante da equipe econômica do Governo, como Presidente do Banco Central, eu e a população brasileira podemos ficar tranquilos de que não virá nenhuma criação de imposto tipo recriação da CPMF, tipo aumento de alíquotas do Imposto de Renda, que penalizem a classe média deste País? Pergunto se o senhor pode assumir esse compromisso e pode falar isso aqui.

Por último, o senhor, na sua fala inicial, disse que a política monetária atua com defasagem, o que é sabido por qualquer pessoa que entende de economia, e que é desigual a forma como as políticas monetárias são feitas no mundo inteiro para reagir a essa questão do dólar. Sendo assim, por que o Banco Central, ao invés de agir de forma reativa, não age de forma proativa com relação a isso na sua política monetária, já que vê que a situação está caminhando para um total descontrole. E qualquer coisa feita agora não tem um efeito imediato. O efeito chega apenas no médio prazo, podendo ir a três anos para se ver o efeito, conforme o senhor mesmo falou aqui, num país em que o dólar passou de R\$2,25 para R\$3,20 em menos de um ano, e isso tem um impacto na inflação num ponto futuro, ou seja, numa inflação que se projeta ser ainda superior à já elevadíssima inflação com que o brasileiro convive hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Reguffe.

Com a palavra, agora, o Senador Fernando Bezerra, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; meu prezado companheiro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; quero cumprimentar igualmente do Dr. Altamir, Diretor de Administração; e o Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica.

Eu tenho duas questões a serem dirigidas ao Dr. Tombini. A primeira: na sua exposição, Presidente, V. Exª apresentou o resultado de duas políticas distintas ao enfrentamento da crise econômica em várias partes do mundo: a política econômica adotada nos Estados Unidos, que foi uma política claramente expansionista e que após cinco anos conseguiu reduzir a menos da metade a taxa de desemprego americana e gera agora a expectativa de recuperação plena da economia americana; de outro lado, uma política econômica mais restritiva, mais próxima do receituário neoliberal, adotada pelos países da zona do euro, que levou a comunidade europeia a taxas de crescimento baixíssimas, quase que a uma estagnação da atividade econômica, e a uma taxa de desemprego média, na zona do euro, de 11,2.

E nós estamos hoje aqui vendo que a autoridade monetária brasileira teve de tomar medidas duras, a ponto de elevar a taxa de juros para quase 13%, a maior taxa de juros do mundo, para tentar trazer para a meta as expectativas de inflação.

Praticamente nos últimos 18 meses a autoridade monetária trabalhou sozinha para segurar a moeda brasileira. Por isso o Congresso agora se debruça sobre a necessidade de votar medidas que contribuam para um ajuste fiscal.

V. Exª foi muito claro na sua exposição. As medidas anunciadas e decisões já adotadas, acompanhadas pelas iniciativas da autoridade monetária já estão trazendo as expectativas futuras para o centro da meta.

A minha pergunta, portanto, é se a gente não está errando a mão, se a gente não está procurando adotar um receituário mais próximo daquele adotado pela comunidade europeia do que daquele que foi prescrito e que alcançou relativo sucesso pelas autoridades monetárias americanas.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? O pacote de ajuste fiscal é estimado em R\$100 bilhões. As medidas que dependem do Congresso Nacional não alcançam R\$25 bilhões. Não seria prudente que a gente pudesse, aqui no Congresso Nacional, aliviar a pancada que quer se dar nos direitos sociais, sobretudo do ponto de vista de ampliar o ônus tributário sobre as atividades produtivas, para que a gente possa proteger aquilo que é a maior conquista da economia brasileira nos últimos 12 anos?

O Brasil trabalha quase a pleno emprego e pouca gente destaca isso. Apesar da crise, o Brasil trabalha a quase pleno emprego. A taxa de desemprego brasileira é comparada à taxa de desemprego da economia

americana. Evidentemente que são economias distintas, mas eu estou com muito receio de que a autoridade fiscal esteja exagerando nas medidas para o mais rápido equilíbrio desse ajuste.

Finalmente, uma segunda pergunta. Eu acho que V. Ex^a foi muito feliz em relação aos *swaps*, que são um instrumento válido, necessário, precisam ser mantidos – os resultados falam por si. Mas a minha pergunta é a seguinte, Sr. Presidente. Não temos nenhum instrumento de financiamento de longo prazo e, para poder retomar uma agenda positiva para este País, precisamos ampliar o investimento. Para ampliar o investimento, sem dinheiro no BNDES a taxas de juros que possam atrair os investidores para os programas de concessão do Governo Federal, nós não vamos a lugar nenhum. A pergunta é: com reservas de 370 bilhões, que são passíveis de serem utilizadas como instrumentos dos *swaps*... Não poderíamos utilizar essas reservas também para criar um fundo de *hedge* para que os concessionários, os investidores, pudessem ter acesso aos recursos que são abundantes mundo afora para se proteger dos riscos cambiais e, com isso, animarem as novas rodadas de concessões de infraestrutura pública, tão necessárias em nosso País?

Essas são as minhas duas indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

O próximo inscrito é o Senador Hélio José.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Delcídio do Amaral, eu queria parabenizar V. Ex^a pela celeridade e pela tranquilidade na condução dos trabalhos.

Queria cumprimentar o nosso querido Alexandre Tombini, meu colega de UnB, pelo excelente trabalho à frente do Banco Central e pela carreira maravilhosa – é um servidor de carreira que tem conseguido demonstrar como é valioso ser um servidor público na nossa República.

Queria parabenizar também o Dr. Altamir, meu conterrâneo de Formosa, que está aqui ajudando bastante no Banco Central – também é funcionário de carreira do Banco Central.

Cumprimento também o Sr. Luiz Pereira pela direção deste Banco que é tão importante para o nosso País.

Neste momento de grave crise econômica, que é mundial, acredito que o Governo Federal deveria aproveitar a situação para inovar e ousar. O modelo econômico que serviu ao País durante décadas precisa ser aprimorado – estou vendo o esforço que está sendo feito nesse sentido – para um projeto de longo prazo, 20, 30 anos. Isso significa pensar nos nossos filhos e netos, a exemplo do que fez a Coreia: investir mais fortemente em educação e tecnologia.

Quero somar com o Governo nesse projeto tecnológico educacional que colocará o Brasil numa situação econômica mais sólida, menos dependente da exportação de matéria prima e dos preços das *commodities*. Para isso, Ministro, quero batalhar bastante neste Congresso para mudarmos a nossa matriz energética. Precisamos abrir possibilidades para que o Brasil possa implantar aqui muitas indústrias de captadores de energia solar, fotovoltaica e heliotérmicos para que possamos aproveitar essa energia barata disponível pelo Brasil afora.

Precisamos competir lá fora com produtos de ponta, máquinas e equipamentos, computadores, *chips*, ferrovias modernas e não simplesmente repetir o que outros governos fizeram, ou seja, remendos. O pior para mim é não investir fortemente em educação e tecnologia.

Quero fazer a seguinte pergunta, Ministro: como compatibilizar o superávit primário com o investimento primário necessário à educação e à tecnologia? É importante entendermos isso, porque o remédio é amargo, mas, pelo que V. Ex^a expôs aqui para nós, necessário para que possamos ter uma inflação tendendo ao centro da meta e, conseqüentemente, condições de dar continuidade a essa evolução deste Brasil imenso com tantas desigualdades. É necessário que nós todos aqui nos debruçemos sobre o problema e façamos o nosso dever de casa para que consigamos, cada vez mais, evoluir e dar esperança ao nosso povo brasileiro.

Então, como servidor de carreira do Ministério de Orçamento e Gestão do País e como pessoa ligada ao desenvolvimento nacional no PAC, servidor do PAC, analista de infraestrutura, quero dizer que acredito muito em V. Ex^a, nos trabalhos que estão sendo feitos, e quero ter a expectativa que, de fato, essas metas aqui colocadas sejam realidade no próximo ano. Estou acreditando muito nisso.

Obrigado a V. Ex^{as}, Senador Delcídio do Amaral, Senador Raimundo Lira. Acho muito importante a gente estar atuando no Brasil, que apoia o setor produtivo, que não o sobrecarregue com taxas e mais impostos. Acho que a gente tem que incentivar, ao invés de tirar o interesse em investimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Hélio José. Com a palavra o Ministro Tombini, por cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente; obrigado aos Ex^{mos} Senadores pelos questionamentos.

Pela ordem, o Senador Reguffe. Obrigado pelas palavras amigas iniciais.

Queria dizer que, em relação às discussões de política macroeconômica, naturalmente, qualquer governo deve tê-las com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento, eventualmente, com a liderança máxima do País – e isso ocorre de tempos em tempos. Temos também reuniões do Copom, praticamente, de seis em seis semanas. Então, sempre haverá uma discussão de política macroeconômica entre reuniões, seja antes ou depois; antes da próxima e depois da passada.

Eu creio que para a liderança o que interessa é a visão, não as discussões, o dia a dia. Então, obviamente, quando me cobram algo, cobram a visão. Qual a visão em relação às perspectivas para a inflação? Como está a economia? Como está a economia internacional? Como isso tudo afeta os nossos objetivos? É uma discussão, enfim, quando a tenho com a liderança máxima, macroeconômica.

Em relação à sua indagação sobre a independência do Banco Central, eu já disse algumas vezes e repito: eu acho que um Banco Central não consegue operar um dia se não tiver autonomia operacional para fazê-lo. Então, é impossível você conseguir trabalhar, o Banco Central, enfim. E, no caso brasileiro, nós regulamos e fiscalizamos o Sistema Financeiro; nós definimos padrões contábeis para serem aplicados pelo Sistema Financeiro; e nós somos o Banco Central clássico, que define uma parte importante da política macroeconômica.

Veja só: V. Ex^a é economista e sabe que, em qualquer país do mundo, o Tesouro quer financiar as taxas mais baratas possíveis, independentemente do matiz ideológico. Então, sempre há uma natural tensão na construção. Ou seja, a autoridade monetária tem o principal instrumento: a taxa de juros de curto prazo. E isso, em geral, é assim no mundo: a taxa de juros de curto prazo para atingir o seu objetivo monetário – no caso do Brasil, uma meta de inflação.

Então, se você não tiver uma autonomia operacional, essa separação é impossível. Logo a política não vai sair adequada para uma economia.

Então, eu repito, não vou entrar na questão da independência. Aí há vários matizes, se independência de objetivo, que seria, acho, um caso extremo, ou seja, a autoridade monetária definir o seu próprio objetivo e vai persegui-lo – define fora. Agora, o que sei, nesses anos de Banco Central, é que não é possível operar um dia um Banco Central, não é possível liderar um dia um Banco Central se você não tiver autonomia operacional de fato.

De juros é outra coisa. Nós temos um decreto, no caso do sistema de metas de inflação, de 1999, dizendo que o Conselho Monetário Nacional fixa a meta, o indicador, um ano e meio antes, e o Banco Central usa os seus instrumentos para atingi-lo. Esse é um decreto presidencial. É essa a parte do Banco Central Clássico.

Voltando à sua pergunta. Acho que, sem autonomia operacional de fato, você não consegue operar um dia um Banco Central.

Em relação a imposto, V. Ex^a bem mencionou, não é a nossa área de definição. Não posso fazer qualquer compromisso, porque eu sei também, como economista, que, num ajuste fiscal, até um ajuste pelo lado da despesa pode ser mais eficaz, tudo mais constante do que um ajuste pelo lado da receita. Mas naturalmente o Governo usa essas duas alavancas para fazer o seu ajuste. Eu não poderia fazer um compromisso aqui. Não é minha área.

Em relação às questões do Ex^{mo} Senador Fernando Bezerra, ele mencionava as duas estratégias diferentes e perguntava se nós não estamos errando na mão – acho que foram essas as palavras de V. Ex^a – no receituário aplicado. Eu, como já disse algumas vezes ao longo dessas últimas 16 reuniões, neste novo ano, a política fiscal sendo bem calibrada e quanto mais rápido ela for ajustada, tanto mais facilitará o trabalho do Banco Central, não é? Quero crer, pelos nossos estudos, que tanto menor é o custo para a sociedade uma política de reequilíbrio, de consolidação. Então, acho que ela tem que ser focada, rápida.

Falei aqui das três ou quatro dimensões: do ajuste clássico, despesa e receita – V. Ex^a mencionava isso –, redução no custo do quadro fiscal do subsídio implícito lá nas transferências. A questão do realinhamento dos preços administrados também é importante. Enfim, há um conjunto de medidas e algumas medidas estruturais que o Congresso está avaliando. Acho que V. Ex^a se referia a algumas delas, ou seja, à ideia de ajustar sem perda de direitos, ajustando os instrumentos e não retirando direitos.

Então, eu creio que esse pacote, no seu conjunto, é um pacote robusto. Do ponto de vista nosso, quanto mais tempestiva seja a sua implementação, tanto menor será o custo e tanto mais rápido, na minha visão, começaremos a ver os resultados disso.

V. Ex^a mencionou o programa de *swap*. Eu acho que *swap* está ali num valor de mais de R\$110 bilhões equivalentes. Esse estoque é reciclado na economia e vai justamente servir também para ... Eu falava que 80% desse estoque, hoje, pela nossa avaliação, pelo nosso monitoramento está entre as empresas não financeiras. O objetivo desse programa foi a estabilidade financeira e econômica para o País. Não foi para atingir nenhum

nível de taxa de câmbio. Logo, foi para permitir principalmente que o setor privado não financeiro conseguisse transitar num momento de mudança nas condições financeiras internacionais, o que se reflete, por exemplo, no fortalecimento do dólar. Então, sem maiores impactos ou impactos maiores sobre o lado real você tem essa capacidade, que é o que eu acho que V. Ex^a mencionava, ou seja, um programa que fornecesse algum tipo de proteção para esses investimentos de mais largo prazo na economia brasileira.

Acho que reservas é algo sempre bastante delicado, ou seja, essa questão que eu mencionava anteriormente de servir de um colchão para fornecer estabilidade financeira no stricto sensu, mas no lato sensu estabilidade para a economia como um todo, na forma de permitir que o lado real da economia se ajuste a uma condição financeira internacional que está mudando – e já mudou bastante recentemente –, como V. Ex^{as} também mencionavam ao longo do debate.

Eu queria também agradecer as palavras do Ex^{mo} Senador Hélio José e dizer que eu creio que a ênfase, o Governo define as suas prioridades ... V. Ex^a falava em ciência, tecnologia e educação, e eu acho que são certamente áreas que dizem muito sobre qual vai ser o futuro de uma economia. Então, cabe à administração encontrar os recursos, proteger os recursos nessas áreas. E creio que, certamente, educação, ciência e tecnologia são áreas prioritárias do governo. Imagino que sim, que isso tem que ser compatibilizado com o ajuste fiscal. Até mesmo porque as restrições em relação às despesas nessas duas áreas prioritárias que V. Ex^a mencionou, acho que o legislador, lá atrás, já havia definido essas áreas complementares. Então, de certa forma, blindou os recursos para essas áreas de maneira que a capacidade de um ajuste fiscal atingi-las é limitado, ainda que houvesse essa definição.

Creio que...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, só mais uma questão, utilizando meu tempo regimental de réplica, os dois minutos.

Presidente Tombini, há algumas versões de que o senhor teria vontade de ser mais rigoroso, na política monetária, para conter esse processo inflacionário crescente que nós estamos vivendo, e que a Presidente, ao contrário, não gostaria dessa política monetária mais rigorosa.

Eu queria saber até que ponto isso é verdade e o que que o senhor pode nos dizer sobre isso.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Ex^{mo} Senador Reguffe.

Como eu mencionava nas palavras introdutórias, nós estamos implementando um ajuste de política monetária que já vem de longe, desde abril de 2013. Então, já se vão, praticamente, dois anos desse processo. Nesse mesmo período, nós tivemos aqui, só para nossa informação... Ali é a evolução da taxa de câmbio do Real contra o dólar. Nós vemos, nesse período – de 2011 para cá –, uma depreciação significativa, que tem a ver, também, com o que se passa lá fora, as crises, enfim; e, agora, esse fortalecimento do dólar, a que nós assistimos. Então, isso tem, digamos assim, ido de encontro à força da política monetária nesse período, de maneira que os resultados sobre a inflação... E nós temos dito isso, recentemente, quer dizer, essa mudança de preços relativos, nós vemos isso depois de setembro, praticamente, de 2014, uma mudança mais forte, ou seja, uma expectativa de normalização de políticas no mundo, intensificou esse processo que vinha, de certa forma até, sendo contido, no mundo inteiro.

Então, nós tivemos de retomar o processo de aperto da política monetária. Questão que eu mencionava anteriormente em um debate aqui, logo no início da nossa Sessão. Dessa maneira, nós temos feito o que nós entendemos ser o melhor, do ponto de vista da política monetária. Os resultados são afetados, também, pela conjuntura de depreciação forte do Real; então, não há qualquer restrição, não há qualquer – digamos assim – impedimento do Banco Central fazer aquilo que crê ser o melhor para estabilizar, conter e trazer essa inflação para baixo.

Então, é basicamente isso que eu teria a dizer, quer dizer, depois de 550 pontos de juros, eu não colocaria nenhuma – digamos – restrição por parte de quem quer que seja, certamente, da Presidente da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Presidente não respondeu o questionamento que eu fiz sobre a CPI do HSBC. Se não foi proposital, teve algum outro motivo?

Obrigada.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. Certamente não foi proposital Ex^{ma} Senadora Ana Amélia.

Bem; esse assunto está iniciando agora. Eu, certamente, espero que não tenha repercussões sobre o sistema – e não terá, porque são eventos localizados; tem a ver com jurisdições que nós, Banco Central, não alcançamos. Então, são jurisdições externas a nossa... De maneira que nós estamos acompanhando esse trabalho.

Nós temos, aí, juntamente com outros órgãos de governo... A senhora sabe que o órgão central de inteligência, nessa parte financeira é o Coaf. O Banco Central trabalha junto com o Coaf, a Receita Federal, a Polícia

Federal e outros órgãos, nessa área de prevenção à lavagem de dinheiro. Certamente, de qualquer iniciativa desta Casa nessas matérias nós participaremos.

Nesse caso particular, não me parece que sejamos protagonistas; são questões de outra natureza, em outra jurisdição que não a nossa, mas, enfim, certamente, eu espero que não haja problema algum para o Sistema Financeiro com essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu vou passar a palavra agora para o próximo orador inscrito, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente Tombini, Presidente Delcídio, em nome dos quais eu gostaria de saudar toda a ilustre mesa.

Presidente Tombini, rapidamente. A atividade econômica, em 2014, desacelerou mesmo com as medidas anticíclicas que adotamos, e hoje reconhecemos até que erramos na medida. Por quê? A questão do *swap* cambial: suponha, Presidente, que o dólar fique em R\$3,15; qual será o nosso prejuízo? Eu sei que – e é bom que aqueles que nos assistem em casa tenham também noção – um instrumento importante do Banco Central é que todos os empresários que têm compromissos a cumprir em dólar, no futuro, não comprem dólar, não se capitalizem em dólar para que não haja uma emulação do valor do dólar e desvalorize a nossa moeda. O Banco Central então banca, só que a moeda se valorizou por diversos fatores já citados aqui, e outros até aleatórios que a gente não consegue distinguir com clareza. Mas qual será o impacto, Presidente, no Tesouro Nacional se a taxa permanecer na média anual de R\$3,15?

V. Ex^a disse também que nós vamos ter reposições; investimento estrangeiro virá. Recentemente nós tivemos um déficit de 3 bilhões e 300 milhões; somado o que entrou com o que saiu nós ficamos com um déficit. E o Mário Henrique Simonsen dizia que a crise cambial é a mãe de todas as crises, quando começa a ocorrer uma espécie de fuga de capital.

A terceira pergunta, Sr. Presidente, é se o senhor vislumbra alguma contribuição dos bancos privados para a gente poder manter a nossa atividade econômica e o nível de emprego. Nós já votamos aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional o cadastro positivo, na esperança de que a inadimplência não fosse mais argumento das taxas mais altas do mundo praticada pelo Sistema Financeiro Brasileiro. Há alguma boa notícia nesse setor, Presidente?

Por último, nós tivemos uma evasão de moeda estrangeira do nosso País inacreditável. Um funcionário da Petrobras tinha quase US\$100 milhões em conta no exterior; outros também tinham valores enormes e a cada dia surgem mais brasileiros com contas no exterior com valores muito expressivos. E eu gostaria de saber duas coisas: o Banco Central não foi cuidadoso o suficiente para evitar isso? Segundo: o Banco Central tem alguma medida para repatriar esses recursos, pelo menos aqueles que possam ser repatriados, que não sejam de origem do crime?

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Crivella. Eu passo, agora, a palavra ao Senador Ataídes Oliveira e, depois, fechando este bloco, ao Senador Ferraço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Tombini, com toda vênica, V. Ex^a é um dos responsáveis por essa desastrosa política econômica do nosso País: inflação alta, baixo crescimento, queda no investimento e a destruição de nossa indústria. E não é um Senador da oposição que o está afirmando, Presidente Tombini; agora é o povo brasileiro. A avaliação dos senhores no Datafolha é de 13%; no CNT, é de 10%. A inflação já supera a casa dos 8%; a queda do PIB, 0,83. V. Ex^a, desde o dia em que assumiu a Presidência do Banco, nunca conseguiu cumprir a meta de inflação.

Eu gostaria que os companheiros aqui me permitissem, Senador José, permite-me?

Se V. Ex^a fosse presidente ou diretor de uma empresa e não desse conta de cumprir a meta estabelecida, V. Ex^a já teria sido demitido. V. Ex^a só usa um remédio contra a inflação: aumentar a taxa de juros. Olha as consequências: encarece o crédito para o consumidor e empresa, gera queda no consumo e queda nos investimentos, indústrias não fazem novas contratações e não compram novas máquinas, o PIB cai e o País entra em recessão, aumenta o desemprego e, conseqüentemente, vem a criminalidade.

O Brasil precisa saber, como demonstrei, que existe outro remédio, Presidente Tombini, que não tem contraindicações nem efeitos colaterais para combater a inflação: é a produtividade. Produzir, produzir e produzir! Temos que incentivar as nossas indústrias a produzir e deixar que a lei da oferta e da procura tome conta. Assim, com certeza, iremos combater a inflação.

Vi há pouco, a ex-Ministra-Chefe da Casa Civil, Senadora Gleisi, que está aqui conosco, nossa colega, dizer que V. Ex^a tinha total autonomia no Banco Central. Se V. Ex^a tinha total autonomia e levou essa nossa economia

a esse desastre, V. Exª e sua equipe não podem conduzir mais essa economia brasileira. Até então, eu achava que quem comandava era a Presidente Dilma. Mas, hoje, de forma insofismável, a ex-Ministra-Chefe da Casa Civil disse que V. Exª é que mandava no Banco Central. Se assim for, vejo que V. Exª não pode continuar nesse cargo, porque o povo brasileiro não suporta mais, Presidente Tombini, essa brincadeira com a nossa economia. O povo já foi às ruas – mais de dois milhões – e vai voltar agora, imagino eu, com mais de três milhões. V. Exªs não vão suportar tamanha pressão. Isso pode custar muito caro para o nosso País.

Eu quero fazer – não ia fazer – tão somente uma pergunta a V. Exª, Presidente Tombini. Produzir, incentivar as nossas indústrias, fazendo só a parte do governo, porque os nossos empresários não querem favores, não querem esmolas, querem que o governo faça sua parte – infraestruturas, portos etc. e tal... Enfim, pergunto a V. Exª: incentivar as nossas indústrias a produzir não seria um remédio mais adequado para a gente baixar essa danada dessa inflação, que corrói o salário do trabalhador?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só por último, Sr. Presidente, só por último. A respeito do *swap*, sobre o qual o Senador Tasso falou muito. Somente neste ano, o Banco Central teve – nós tivemos – um prejuízo aqui de R\$45 bilhões no *swap*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para concluir essa rodada, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Tombini, no Brasil, o principal mecanismo de controle inflacionário utilizado pelas autoridades monetárias é a taxa de juros. Esse mecanismo se tornou ainda mais central a partir de junho de 1999, quando foi adotado no Brasil o sistema de metas inflacionárias, que já vinha sendo usado na maioria dos países da América Latina.

A partir de então, ficou evidente que a preocupação primordial da política econômica deveria ser o alcance das metas estabelecidas. E o controle da inflação nesse novo regime de política monetária se dá fundamentalmente por intermédio da fixação do valor da taxa básica de juros, a Selic, num patamar que seja compatível com a meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário.

Uma das limitações desse sistema, contudo – isso foi mencionado também, mas de outra forma –, reside no fato de considerar relevante apenas a variável de juros, negligenciando-se a importância de outras variáveis econômicas fundamentais no controle inflacionário.

Tendo em vista isso, a minha pergunta seria: como é possível controlar a inflação de forma eficaz, por meio da elevação de taxa de juros, em uma economia na qual existe um conjunto enorme de pressões inflacionárias pelo lado dos custos?

A outra pergunta é: o cenário de desvalorização do real pode colocar empecilhos ao cumprimento da meta de inflação tanto neste ano, quanto em 2016. É sabido que uma desvalorização da nossa moeda tende a aumentar o preço dos importados no mercado internacional, e isso vai causar também um impulso a mais na alta de preços domésticos.

Vários economistas têm argumentado, como uma forma de abrandar o problema, que uma sinalização por parte do Banco Central sobre o que pensa em relação à trajetória da inflação no futuro pode ajudar a desacelerar os preços presentes, porque nós sabemos que a expectativa que as pessoas têm da inflação é fundamental no aumento ou na diminuição dos custos que são propostos nas negociações.

Então, diante de um cenário de uma crise econômica bastante dura, de uma recessão que está batendo à porta, de um passado que nos deixa com muita dificuldade em acreditar na política monetária adotada pelo Banco Central, quais são as medidas que V. Exª poderia tomar, para o resgate da credibilidade do Banco.

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Presidente Tombini, por cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, então, respondendo às indagações do Ex^{mo} Senador Marcelo Crivella sobre os fluxos de capitais, acho que houve, de fato, uma saída pontual registrada em um desses meses recentes.

O que posso lhe dizer é que nós não temos qualquer problema de financiamento de balanço de pagamentos. Balanço de pagamentos entendido como a balança comercial, a conta corrente e como se financia um eventual *gap* nessas contas mais físicas – digamos assim –, as contas financeiras.

Nós temos tido o investimento estrangeiro direto. Como mencionava há pouco, está na faixa de 60 a 65 milhões. Essa é a perspectiva para este ano. Inclusive, a movimentação do dólar recente mencionava que podem se tornar ainda mais atraentes alguns posicionamentos, dentro do Brasil, em relação ao preço de entrada.

Então, não estamos vendo absolutamente nenhuma dificuldade no financiamento do balanço de pagamentos. Ao contrário, ele tem sido apoiado – o déficit em conta corrente, que, no ano passado foi de 90 milhões

e que neste ano esperamos que caia também, em função da recuperação da economia global, da depreciação do câmbio, etc. Não se está encontrando dificuldade para se financiar, e uma boa parte desse déficit de conta corrente, cerca de 70%, vem sendo financiada com esses recursos de mais longo prazo.

Em relação aos bancos privados, V. Ex^a mencionava a contribuição deles. Imagino que têm de contribuir. São mais de 50% do mercado de crédito brasileiro, de maneira que certamente os bancos privados, seja no financiamento do consumo, seja no financiamento da produção, das empresas, tenham um papel relevante no apoio ao financiamento da economia.

V. Ex^a bem sabe – e fazia referência a isso nas palavras introdutórias – que o Brasil teve o seu mercado de crédito mais ou menos estacionado em torno de 1/4 do tamanho da economia por muito tempo – pouco menos ou pouco mais, mas em torno de 1/4. E foi nos últimos dez ou quinze anos que houve um salto: o mercado de crédito, que era 1/4 da economia, hoje é quase 60% da economia – há bancos privados, há bancos públicos, há bancos nacionais e há bancos estrangeiros. Então, hoje, mais de 50% da economia, quase 60% da economia, são financiados no mercado de crédito bancário. De maneira que hoje o mercado de crédito é mais importante do que já foi lá atrás para apoiar a economia. Enfim, certamente o setor privado vai continuar, digamos, fazendo negócio no financiamento do consumo e da produção no Brasil.

O senhor mencionou a questão do *swap* cambial. Falei inicialmente em meu discurso que, do ponto de vista do Banco Central como administrador desse ativo, reservas internacionais, que são da ordem de US\$370 bilhões... Só que o nosso balanço não é em dólares, nosso balanço é em reais. Então, toda vez, como V. Ex^a aludiu... Quando há uma desvalorização da moeda nacional, os US\$370 bilhões em nosso balanço valem muito mais, a depender do tamanho dessa depreciação, e isso vai para o resultado, e isso tem que ser transferido para o Tesouro Nacional.

Da mesma forma, como eu falava, do ponto de vista do Banco Central como um administrador de portfólio de recursos – já que seu balanço flutua tanto em função da valorização ou desvalorização da moeda nacional, porque é cotado em moeda nacional –, faz todo sentido ter um pedaço dessas reservas, ou seja, menos de 1/3, como é o caso hoje, protegido na forma de *swap* cambial. Então, quando houve essa apreciação mais recente do real, houve uma perda do ponto de vista do valor das reservas em reais, mas houve um ganho do ponto de vista dos ajustes nessa posição de *swap* cambial com o resto da sociedade. De novo, vai a 80%: ou para o investidor estrangeiro que quer colocar dinheiro no Brasil ou para o setor privado não financeiro, as empresas brasileiras que têm condição de navegar num mar mais turbulento, de instabilidades em relação às moedas do Globo, de uma forma mais segura.

Então, temos que olhar essa questão dos *swaps* e das reservas de forma integrada, porque os dois vão para os resultados e os dois representam custos, ou receitas, para o Banco Central. Então, se perde 40, ganha 150 na outra; líquido, ganha 110 – uma conta, digamos assim, imprecisa, mas que dá uma noção do que estamos falando em termos de valores. Então, do ponto de vista do Banco Central e do ponto de vista de um administrador avesso ao risco, faz todo sentido ter um pedaço de suas reservas protegido sob a forma de *swap* cambial que o Banco Central vende ao resto da economia.

Em relação à questão da evasão, como mencionei há pouco em resposta à Senadora Ana Amélia, nós temos um sistema de inteligência nessa área de prevenção à lavagem de dinheiro cujo órgão central de inteligência é o Coaf, vinculado ao Ministério da Fazenda, e outros o compõem, outros poderes também participam. Então, é um sistema que funciona, acredito que bem, desde a implantação da Lei de Lavagem de Dinheiro, lá em 1998, a Lei nº 9.613, de 1998. Nós temos esse arranjo pelo qual cada um desses órgãos – Receita Federal, Banco Central, Coaf – trabalha na prevenção à lavagem de dinheiro. Nesse período já foram feitos mais de cinco milhões de notificações – o sistema financeiro efetuou notificações ao Coaf.

Só no ano de 2014, foram feitas 800 mil notificações referentes a esse tema. Então, várias coisas que nós vemos aí saem do sistema. Obviamente, a abertura de contas no exterior não necessariamente passa por uma operação de câmbio, pode ser feita lá fora com recursos lá fora.

Então, eu queria enfatizar que esse sistema funciona, e funciona muito.

No caso do Banco Central, nós definimos as regras jurisdicionadas que se aplicam aqui no Brasil, as regras de prevenção à lavagem de dinheiro e o mecanismo de comunicação. Esse mecanismo de comunicação que eu mencionava para V. Ex^a comunicou 5,3 milhões de vezes o Coaf nestes anos de vigência dessa lei, 800 mil vezes só no ano de 2014. Então, é um sistema bastante ativo nesse sentido.

Não concordo com a imputação que foi feita, com a sugestão. Foi uma pergunta, na realidade. É um sistema que funciona, e várias coisas que vemos aí vêm justamente do funcionamento desse sistema.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, perdoe-me!

Nós temos dois milhões de brasileiros vivendo no exterior. Esses brasileiros mandam muitos recursos para cá, alguns bilhões de reais. Talvez, essa seja a nossa melhor receita. Esses brasileiros teriam a possibilidade de manter contas no País em dólar?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Nós temos limitações hoje de abertura de contas em dólar no País. São casos muito restritos para organismos internacionais. Enfim, nós sempre fomos muito cautelosos nessa matéria. Por quê? Porque a moeda que o Banco Central controla e cria é o real, ou seja, nós não criamos moeda estrangeira. Outros países seguiram nessa direção. Alguns tiveram problemas em controlar esses dois meios de pagamento simultaneamente. Quer dizer, há casos muitos específicos, pontuais. Mas, certamente, muito tem sido feito na questão das remessas de pequeno valor. Então, creio que esse é um ponto importante para esse contingente que V. Ex^a mencionava. Agora, abertura de contas já é uma questão de política. Certamente, nós somos muito cautelosos com relação a essa possibilidade no Brasil.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Estou à disposição.

Há um questionamento do Senador Ataídes Oliveira a respeito das posições.

Não concordo, como V. Ex^a pode antecipar, mas, certamente, nós procuramos fazer o melhor trabalho possível para atingir o nosso objetivo.

Quero dizer que, nesses quatro anos, esse regime de metas de inflação tem uma estrutura já bem definida, que vem do Decreto nº 3.088, de 1999, de 22 de junho daquele ano, que diz o seguinte: se, ao final, a inflação, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ficar acima da meta mais o seu intervalo de tolerância, o Presidente do Banco Central escreverá uma carta aberta ao Ministro da Fazenda, explicando as razões por que isso aconteceu, a estratégia que vai ser utilizada para fazer com que essa inflação retorne à meta e o tempo que o Banco Central ou o Presidente estima que será necessário para que isso aconteça.

Quero dizer que, nesses quatro anos, eu não tive de escrever nenhuma carta para o Ministro da Fazenda, ou seja, a inflação sempre esteve dentro dos limites estabelecidos num decreto feito lá atrás. Obviamente, os níveis de inflação são definidos, como eu estava falando anteriormente, 18 meses antes pelo Conselho Monetário Nacional, mas eles têm ficado em torno de 4,5% com mais 2% ou menos 2%.

Então, eu não a escrevi ainda. É possível que eu a escreva no futuro? O futuro o dirá. Mas, enfim, existe um regime bem definido em relação a isso. Então, nesses quatro anos, eu não a escrevi, mas, naturalmente, V. Ex^a sabe que essas definições de equipe não são definições nossas aqui.

Em relação ao *swap*, eu queria simplesmente repetir o que eu já disse agora para o Ex^{mo} Senador Crivella. Olhando de forma integrada, faz todo sentido o administrador de reservas ter um pedaço que proteja as próprias reservas, que proteja o balanço do Banco Central de uma flutuação importante, em contrapartida permitindo que o restante da economia consiga, digamos, navegar num ambiente de mudança de condições financeiras, como estamos vivendo no mundo inteiro. Está refletido aqui. V. Ex^a, creio, mencionou aqui a flutuação do dólar também.

Então, é isso. Se, de um lado, existe um resultado negativo, do outro, um resultado expressivamente positivo, em função do fato de que o nosso balanço, em reais, eu tenho que transferir para o Tesouro Nacional qualquer valorização, por conta da taxa de câmbio, nas reservas que hoje montam em torno de US\$370 bilhões.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ministro Tombini, a única pergunta que lhe fiz diz respeito à troca da produtividade por essa elevação danosa da taxa de juros. Aí, coloco, como exemplo, os Estados Unidos.

No final de 2007, se não me falha a memória, eles estavam com uma taxa de juros de 4,25%. Logo no início de 2008, explode a crise. Chega-se ao final do ano com uma taxa de 0,25%, e o Governo chama as indústrias e diz: “produzam.” Eu gostaria de ouvir a resposta. O senhor não acha que o remédio sem efeitos colaterais para o nosso povo, para o nosso País não seria a produtividade, em vez de se elevar a taxa de juros? Esse último relatório do Copom deixou extremamente claro que a elevação dessa taxa de juros deve continuar crescendo.

Eu gostaria de ouvir essa resposta.

E, pegando uma pequena réplica, em uma declaração, o ex-Presidente do Banco Central, Celso Pastore, disse que V. Ex^a nunca cumpriu a meta. De repente, V. Ex^a dá uma resposta desastrosa, eu vejo assim. V. Ex^a se arrepende da resposta que deu ao Celso Pastore?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem. Quero, primeiramente, concordar com V. Ex^a e dizer que produtividade é fundamental, quer dizer, ao lado da oferta e da economia, certamente fornece flexibilidade para as outras políticas operarem. Então, sou pela produtividade. O que puder ser feito para aumentar a produtividade, o país certamente colocaria o Brasil numa situação melhor.

Nós estamos tratando de curto prazo e de administração pelo lado da demanda e olhando para fontes de pressão inflacionária, como, por exemplo, as expectativas inflacionárias; há a questão da inércia e há a

questão também dessa mudança de preço relativo importante no câmbio. O que o Banco Central está fazendo hoje. É até olhar através disso tudo, mas evitar conter os efeitos de segunda ordem. Nós vimos um pouco disso acontecer nas expectativas de inflação, ou seja, há uma deterioração de curto prazo, mas o médio prazo, já começando no ano que vem, está, de certa forma, ancorado.

Então, quero concordar consigo sobre a importância da produtividade na economia, mas a política de curto prazo, essa política de contenção dos efeitos de segunda ordem, ou seja, o espalhamento desses ajustes que estamos vivendo.

Em relação ao ex-Presidente, o que eu tinha que dizer já disse.

Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradeço, Sr. Presidente.

Mas, como medidas de curto prazo, sendo que nós estamos já, há quatro meses...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ataídes, conclua, por favor, porque V. Ex^a não tem direito à tréplica.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Estou terminando, Sr. Presidente. Estamos com sucessivos aumentos, e o relatório deixa claro que nós vamos continuar com essa ascensão da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a, Sr. Presidente, não tem obrigação de responder, porque foi a tréplica, e o Regimento não atende.

A SR^a MARTA SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de ouvir a minha resposta, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pode, sim.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado pelas questões, Senadora Marta Suplicy.

Bom, de fato, quando falo da questão de conter os efeitos desses preços que estão se movendo, por exemplo, o dólar, que se move no mundo inteiro, mas particularmente aqui, que é o que nos interessa, quando falo daquele realinhamento de preços administrados, nós estamos trabalhando para conter as repercussões disso sobre o restante da economia. Ou seja, não é aqui um excesso de demanda necessariamente em que estamos batendo. Nós estamos contendo efeitos de outros canais que levam à inflação.

Então, a nossa política recentemente tem comunicado justamente que está sendo usada para conter os efeitos de segunda ordem de preços relativos que estão se movendo de forma significativa, como é o caso do dólar e de alguns preços importantes, preços administrados.

Quanto à questão de trajetória de inflação, que V. Ex^a mencionava, se não seria o caso de fazermos uma narrativa. Um pouco disso foi feito neste dia de hoje, nesta oportunidade. Acho que isso é importante que se diga.

Primeiramente, vimos que, a despeito da elevação das expectativas no curto prazo, nós estamos vendo ali... Está certo que as inflações esperadas de janeiro para março, para 2016, 2017 e 2018 vêm, de certa forma, caindo a despeito dessa inflação maior em 2015. Isso é expectativa do mercado que nós divulgamos toda segunda-feira.

Ou seja, a intensificação do ajuste de preço relativo está batendo na inflação de mais curto prazo e as políticas macroeconômicas – quero crer que não só a política monetária, mas também a fiscal – estão atuando para controlar e abaixar as expectativas de mais longo prazo. Não estamos esperando chegar em 2018, não. Como eu falei aqui inicialmente, o próprio Governo e as empresas que financiam dois, três, quatro, cinco anos, dez anos até, o Governo, no caso. Então, esse impacto na expectativa de inflação reduz os prêmios inflacionários que são cobrados embutidos na taxa de juros quando o Governo capta. Essa política já tem impactos que têm repercussões imediatas. Não é que vão esperar até 2018 para ver o resultado disso, porque hoje você já está captando pré com algum prazo. Esse é um ponto importante ser mencionado.

A boa notícia é que daqui a dois dias vamos apresentar o relatório de inflação, no Banco Central, na quinta-feira, o relatório trimestral, que basicamente faz isso. Viu-se o que aconteceu no último trimestre, qual a projeção para um ano ou até dois anos, no caso da inflação. Então, ali vamos explicitar qual a projeção do Banco Central. Há também toda a questão da política monetária, a racionalidade dela. Isso será apresentado em dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na próxima rodada, a palavra ficará inicialmente com a Senadora Lúcia Vânia; em seguida, com o Senador José Serra e, em terceiro lugar, com o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Tombini; Sr. Diretor de Administração, Altamir Lopes; Sr. Diretor de Política Econômica, Luiz Awazu; Sr^s e Srs. Senadores, eu

quero aqui externar, a exemplo do que já fez aqui o Senador Tasso Jereissati, a nossa admiração por sua trajetória, por sua correção e, acima de tudo, pelo seu espírito público.

Ministro, pelos *e-mails* que temos recebido durante a sua fala, a gente pode perceber a expectativa do povo brasileiro em relação a essa fala que, na visão de muitos, está sendo necessária para apontar os rumos do futuro da economia brasileira, principalmente da sua recuperação.

O fio de esperança que ainda tem o povo brasileiro está centrado no alinhamento das três áreas: Planejamento, Fazenda e Banco Central. Eu acredito que esse alinhamento é que devolve a esperança de que possamos ter um resultado positivo de tudo o que estamos passando.

Mas eu gostaria de dizer a V. Ex^a que uma das coisas que preocupam o povo brasileiro, a população, é a inflação. V. Ex^a já colocou aqui em sua fala que está sendo tomada uma série de medidas importantes, como o realinhamento dos preços – aí V. Ex^a coloca que iniciou em 2014, que 2015 está sendo mais abrupto, o que gera uma tremenda reação da população. Mas eu queria dizer a V. Ex^a que isso faz com que nós tenhamos que ter, por parte do Governo, uma grande austeridade, para que possamos ter a confiança de que as coisas vão acontecer.

O Ministro Barbosa esteve aqui semana passada, quando ele colocou parte do ajuste que está sendo feito, e pudemos ver que não havia nenhuma sinalização ali em relação à contração da máquina pública e a uma inovação mesmo na gestão. Pelas medidas provisórias que chegam aqui para o ajuste, dá para perceber perfeitamente que há um grande problema de gestão no Governo. Houve uma concessão de benefícios excessiva, sem controle, e isso, naturalmente, demandou esse ajuste e acarretou o desequilíbrio que nós tivemos nas contas públicas. Então, em função de tudo isso é que se demanda essa austeridade, que acredito que o Governo precise demonstrar para o povo e, principalmente, para o Congresso Nacional, para que possamos ter força para ajudar a superar este momento, momento sofrido.

Então, eu perguntaria a V. Ex^a o seguinte. Na ata do Copom de março, considera-se um superávit primário estrutural de 1,2% do PIB em 2015 e de 2% do PIB em 2016. Essa trajetória é compatível com a meta que V. Ex^a já colocou aqui, de 4,5% em 2015, para a inflação? E num cenário desfavorável, em que porventura o superávit primário não seja atingido, quais são os prognósticos do Banco Central, quais são os impactos que isso terá na inflação?

A terceira pergunta. Eu queria saber se terminaríamos 2015 bem acima da meta da inflação e como é que ficaríamos em 2016. V. Ex^a afirma que ficaríamos com 4,5%. V. Ex^a poderia justificar essa confiança de que atingiríamos essa meta? Também estamos correndo o risco de observar taxas acima do teto da meta?

Em entrevistas, alguns economistas têm argumentado que o superávit primário necessário para colocar a dívida em trajetória de queda seria de pelo menos 3% do PIB. O que V. Ex^a pensa disso?

A última pergunta. Na visão do Banco Central, qual é o patamar de taxa de câmbio que proporcionará o equilíbrio das contas externas, balança comercial e déficit em conta corrente, e a retomada da competitividade das empresas brasileiras?

Eram essas as minhas perguntas. Agradeço a V. Ex^a e mais uma vez reafirmo a nossa confiança no seu trabalho e, principalmente, exalto a sua aquiescência em estar sempre aqui na Comissão de Assuntos Econômicos – sempre que solicitado, V. Ex^a nunca se negou a colocar com transparência a sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho, Senador José Serra. Atendendo ao que prevê o Regimento, no art. 398, XI, a palavra agora será dada ao Senador José Medeiros e, em seguida, ao Senador José Serra, porque o Regimento exige que haja intercalação entre os partidos.

Em seguida, V. Ex^a terá a palavra; depois, o Senador José Serra e o Senador Flexa Ribeiro, neste bloco, porque são só quatro Senadores. Vamos fazer este bloco com quatro Senadores.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, V. Ex^a se baseou num artigo do Regimento para não conceder a palavra ao Senador José Serra. V. Ex^a vai descumprir o Regimento quando, depois do Senador José Serra, me passar a palavra, pelo mesmo motivo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador José Serra sabe da estima e da amizade que tenho por ele. Foi apenas um deslize que cometi aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então conceda a palavra ao Senador José Serra, como estava previsto na ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador José Serra concorda? (*Pausa.*) Então, com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Vai ser curtinho, Senador.

Sr. Presidente, este ano, estamos visualizando o realinhamento dos preços administrados e o aumento do dólar. Apesar da queda dos últimos dois dias, o dólar ainda se encontra em um patamar bastante elevado. O que a autoridade monetária pretende fazer para impedir os efeitos de segunda ordem na inflação em um

cenário em que até mesmo a inflação projetada pelos economistas no Boletim Focus voltou a apresentar alta para o ano de 2016?

Com que tamanho de repasse da alta do dólar para o IPCA o Bacen trabalha?

Tendo em vista o histórico de insucesso nos últimos quatro anos, o que nos leva a acreditar que agora finalmente a inflação pode voltar para o centro da meta?

Outra pergunta, ainda sobre a alta do dólar, mais especificamente sobre o *swap* cambial: quando o programa foi instituído, no ano passado, o Bacen falava que a razão da sua existência era proteger os agentes de mercado e minimizar os movimentos abruptos do câmbio. Neste mês, no entanto, o Bacen indicou que não rolaria integralmente o estoque que vencia no final deste mês, ou seja, que não revenderia todo o estoque de dólar, mas isso justamente em um momento de alta volatilidade e de pressão sobre o real. Qual a razão dessa atitude? Não parece contraditório o Bacen reduzir sua intervenção em um momento agudo e de agito no mercado? É possível concluir que o Bacen teria queimado o cartucho antes da hora? Ou seja: logo agora, que precisamos, estão com falta de bala na agulha? Ou houve uma intervenção alienígena, vamos dizer assim, uma falta de autonomia para o Banco agir? Ou seja, ingerência política mesmo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meu amigo Raimundo Lira, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, vou fazer aqui quatro ou cinco perguntas. Gostaria de dissertar sobre os temas, mas não há essa possibilidade pelo tempo disponível.

A primeira questão é a seguinte: quero saber se o Presidente Tombini concorda ou discorda da ideia que tenho de que existe uma grande deformação na política de metas de inflação no Brasil. A Política de meta de inflação, em geral, pressupõe ajustes finos na taxa de juros. No Brasil, são ajustes cavalares que têm implicações fiscais como não há praticamente em nenhum dos países civilizados do mundo. Quando se fala em subir juro, descer juro, é meio ponto, 0,25, são tendências. No Brasil, apenas nesses meses após a reeleição da Presidente Dilma, a taxa de juros já foi elevada em 1,75 pontos percentuais, para que se tenha uma ideia. Na verdade, hoje, a administração do déficit público é muito mais complexa em função dos juros.

E é interessante, muito brevemente, citar alguns dados a esse respeito que mostram o nível de comprometimento das despesas fiscais provocadas pelos juros.

No caso brasileiro, cerca de 6,1% do PIB, isso no ano passado, foi empregado para pagamento de juros. Esses percentuais são, no caso do Chile, 0,1%; China, 0,5%; Colômbia, 2,3%; Ásia, como um todo, 1,2%; Europa, 1,3%; Estados Unidos, 2,1%. O Brasil, caro Raimundo Lira, é uma grande anomalia nesta matéria. No entanto, fala-se de metas de inflação como se estivessem trabalhando com a economia canadense, australiana ou mesmo norte-americana.

Não tenho a menor dúvida da importância da política de juros no controle da inflação, mas são ajustes finos que têm a ver inclusive com o efeito dos juros na demanda agregada, no esfriamento da atividade econômica. Esse não é o caso do Brasil. Aqui, a política de juros foi usada para subvalorizar ou impedir maior sobrevalorização da moeda, ou o contrário, ao longo de anos, com sérias implicações fiscais. É uma utilização oportunista da política de juros. Não é porque detenha demanda agregada. Agora mesmo, os juros subiram e a demanda agregada está caindo. O objetivo não é esse, na verdade.

Há ainda com relação aos juros, devo dizer, caro Presidente Tombini, uma espécie de doença a que o Pêrsio Arida, uma vez – e não foi ele que inventou o termo, mas foi ele que inovou na utilização – se referiu como autotelia. É um nome que se dá a um processo que passa a ser um fim em si mesmo. Faz-se porque faz. O caso mais típico foi a tragédia do governo Lula, a partir de 2008, com a ampliação do diferencial de juros com relação ao exterior, do arrocho monetário em circunstâncias em que o mundo inteiro fazia o contrário. O Brasil diminuiu sua taxa em menos de 50% de juros, enquanto o mundo diminuía em várias vezes, 100%.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essa é uma questão. A outra é a respeito do custo do dinheiro.

Tenho por hábito, talvez herança psicológica do meu pai, não fazer dívidas. Tenho horror de dever. Portanto, quero dizer que nunca usei nenhuma das quatro modalidades de crédito que vou mencionar aqui: rotativo do cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal e empréstimo consignado. O empréstimo consignado, que é a taxa mais baixa, é de 2% ao mês. Isso deve dar uns 33%, 34% ao ano. Não é a taxa de juros Selic; é aquela que está na ponta para ser paga pelo consumidor, ou mesmo pelas empresas, embora um pouco menor, e é, em disparada, a mais alta do mundo.

O sistema financeiro brasileiro não tem nada de concorrencial. O Banco Central fala a mesma história há décadas: tem que ver o problema do custo dos financiamentos, a taxa de juros é muito alta – a taxa de juros para quem toma empréstimo. Eu queria saber qual é a política. O Tombini está lá há vários anos. Pergunto: Tombini, quais são os progressos obtidos nessa matéria? De fora, não dá para ver nenhum. Não estou nem focalizando a sua gestão. Pode incluir também gestões anteriores. Isso é uma aberração, do ponto de vista do funcionamento da economia.

Uma terceira questão refere-se às operações compromissadas.

Na verdade, o Tesouro procurou se desfazer das LFTs, que pressupunham uma taxa presa à Selic, mas foi substituído, nessa função de gerenciamento da dívida, pelo Banco Central, que tem as operações compromissadas, que garantem um *overnight*, pode se dizer, que hoje atinge mais de R\$900 bilhões, com um custo de R\$117 bilhões. Só quero lembrar que o orçamento da saúde no Brasil é da ordem de R\$100 bilhões. Agora, o que vejo é que, de fato, se trocou seis por meia dúzia: antes, Tesouro com as LFTs e, agora, Banco Central com as compromissadas. Uma troca de seis por meia dúzia. Pergunto ao Presidente Tombini, que já tem tantos anos no Banco Central: por que não criar uma estratégia conjunta de gestão da dívida pública que inclua dívida federal e dívida sob responsabilidade do Banco Central?

Isso não existe hoje.

Outra questão a que eu gostaria de fazer referência é um dos itens das operações compromissadas, que são as operações de *swaps*. Na verdade, creio que o aspecto mais arrebatado da política econômica no Brasil é a política cambial, que tem implicações fiscais gravíssimas. Ora, aumentam-se as reservas para impedir maior desvalorização do câmbio, ou melhor, para impedir que o câmbio se valorize muito e não comprometa o nível da atividade econômica. Isso se faz através do aumento de reservas. As reservas custam, no Brasil, algo superior a R\$100 bilhões por ano, talvez algo próximo a R\$130 bilhões. Por quê? Porque, para cada dólar que vai para a reserva, emitem-se reais, e esses reais são enxugados através da dívida pública, que custa a Selic. As reservas não rendem nada. É um rendimento simbólico, exceto a correção cambial, que se pode aplicar.

Essas reservas que temos custam R\$130 bilhões por ano. Quero comparar, de novo, com as despesas da saúde, que são da ordem R\$100 bilhões, para que se tenha uma ideia da magnitude do problema. Ora, para impedir uma desvalorização que considera excessiva, faz-se operações de *swaps*. Creio que fui o primeiro a chamar a atenção no ano passado ainda, ou no começo deste ano, para o prejuízo de mais de R\$20 bilhões que tivemos no ano passado. E é uma esquizofrenia na sociedade brasileira e até do Governo. Por quê? Porque há uma fixação, uma cisma com os subsídios dados ao BNDES para financiamentos de investimentos a longo prazo. Essa fixação é, a meu ver, correta no que se refere ao fato de que não há uma política transparente e clara de prioridades nesses financiamentos, mas não o financiamento em si. O financiamento a longo prazo é subsidiado ou não vai existir. Ou o BNDES faz isso ou não há investimento nenhum. Outra coisa é que financie frigoríficos, ou campeões, ou exportações de capital e tudo mais.

Agora, é curioso que, no caso dos *swaps*, ninguém abre a boca. No ano passado, o prejuízo foi de mais de R\$20 bilhões. É um prejuízo, em última análise, fiscal. Neste ano – dei o número outro dia, o Tasso Jereissati aprimorou o cálculo hoje – são R\$45 bilhões. Isso não entra nas contas públicas. Vão dizer: “ah, mas não dá para prever”. Nem o do BNDES dá para prever. Tem que haver um instrumento de registrá-lo nas contas públicas e passá-lo pelo Congresso também, dentro de possibilidades de variação.

Quero dizer que a loucura em matéria de despesas, na esfera do Banco Central, chega a tal ponto que o custo do aumento dos juros do Governo Dilma, anualizado, já é da ordem de R\$27 bilhões. A meta de superávit primário é R\$66 bilhões, ou seja, o custo só do aumento dos juros equivale a mais de 40% do resultado primário. É que o resultado primário não inclui a despesa. Na verdade, o País ficou fixado na história de resultado primário – acho que é uma questão mais ideológica – e esquece que o que interessa, e isso está em todos os manuais do primeiro ano de economia, é o déficit nominal, o déficit agregado. Esse é o que tem impacto na atividade econômica e é deixado de lado. E os juros passam com inocência dentro desse contexto de despesas explosivas. Ou seja: a meta de superávit primário é corroída, em mais de 40%, só pelo eleito aumento dos juros.

Não estou dizendo, com isso, que se deve aumentar ou não. Não estou nem entrando nisso. Só estou falando da grave implicação, na política fiscal, da questão dos juros, que tem sido solenemente ignorada.

Com as operações compromissadas com prejuízo, neste ano, mantido; ou seja, se daqui em diante o prejuízo ou ganho fosse zero, teríamos R\$45 bilhões mais R\$27 bilhões, o que dá a soma de R\$72 bilhões, se não me engano, de despesas superiores ao aumento ou a melhora do resultado primário neste ano, e a meta é R\$66 bilhões. É incrível isso. Acho que devemos nos deter nesses aspectos, analisando, para avaliar bem as questões fiscais no Brasil.

Eu, aliás, estou preparando, com autorização do Presidente da nossa Comissão, o Senador Delcídio, um relatório a respeito de projeto do governo – projeto antigo que foi arquivado e que desarquivamos a meu pe-

dido, com assinatura dos Senadores –, pondo limites ao endividamento da União em todas as suas modalidades. Isso é algo para ser bem debatido aqui no Congresso.

Pois bem. Chamo a atenção para esse aspecto e pergunto ao Presidente Tombini se ele acha que isso é irrelevante, porque, de fato, há um remédio que cura a doença matando o doente. É uma moleza isso. Ou, pelo menos, aumentando a gravidade da doença. Não funciona? Então, dobra-se.

O último aumento de juros havido é curioso. Fiquei prestando atenção nos argumentos. Numa economia que está em recessão, não se aumentam os juros. Numa economia cuja inflação é de preços administrados, reajustados pelas autoridades, basicamente, os juros não têm nada a ver.

Fiquei me perguntando a razão. Expectativas? Aí, caímos naquela coisa da autotelia, com implicações brutais nas despesas públicas. “Ah, não, é para atrair recursos.” A gente sabe que para esse movimento ser muito mais forte ou menos não vai depender dessa pequena diferença em relação ao ritmo da desvalorização cambial e aos juros. Na verdade, caímos na autotelia, na má economia e na ideologia, para fazer essa explicação.

Gostaria de ter explicações mais convincentes, porque, até agora, por relatórios de Banco Central, declarações, etc e tal, não consegui vislumbrar. E aí caímos, insisto, naquele fenômeno da autotelia.

Eram essas as questões. Na verdade, gostaria pudesse haver um debate, um diálogo, etc, mas passo aqui preocupações que são minhas.

Quero apenas dar um último dado, Presidente, que é o seguinte: se eu pegar o déficit nominal, que é o que interessa,... Toda vez que vem esse negócio de resultado primário e não se fala de déficit nominal agregado estão escondendo os aspectos efetivos, que têm implicações econômicas dos problemas.

Mas quero dizer que os juros explicam hoje ou explicaram no ano passado 90% do déficit agregado. Não é uma proporção que se reproduza no resto do mundo. Ela é de pouco mais de 7% no Chile; de 46% na China; de 39% nos Estados Unidos. A gente pode ter uma ideia, e isso equivale a mais de 6% do PIB. Portanto, há um fenômeno de causação circular aí. Eu nunca vejo esse problema da causação circular ser mencionado, abordado, nem haver propostas a esse respeito.

Essas são as questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Evidentemente, eu adoraria fazer uma tréplica. Por isso, quero pedir ao Presidente Tombini que cite meu nome, pois aí o Regimento permite. Ouviu? Se citar meu nome, eu posso pedir. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele vai dizer que um certo Senador de São Paulo... *(Risos.)*

Agora, por último, mas não menos importante, meu querido Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, passo a palavra ao Ministro Tombini.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Delcídio do Amaral, Senador Raimundo Lira, Ministro, Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; senhores diretores do Banco Central Altamir Lopes e Luiz Pereira da Silva, Sras Senadoras, Srs. Senadores.

Ministro Tombini, já foi repetido aqui por vários Senadores o conceito que nós, até na oposição, temos de V. Ex^a. E a sua permanência no Banco Central, com a ida do Ministro da Fazenda Joaquim Levy e do Ministro do Planejamento Nelson Barbosa, a princípio, nos passou uma ideia de que a parte fiscal e da economia do Brasil estava entregue em boas mãos.

V. Ex^a disse há pouco que está há bastante tempo no Banco Central e que nunca foi preciso fazer uma justificativa ao Ministro da Fazenda por não ter atendido à meta de inflação.

Mas V. Ex^a reconhece que o povo brasileiro sente a inflação no bolso, não nos índices que são divulgados.

E todos nós sabemos que a inflação de 2014 extrapolou a meta de 6,5% e muito. Os preços administrados, talvez até por uma questão do período eleitoral, trouxeram um prejuízo à combalida Petrobras, por outros motivos, que teve que sustentar prejuízos de bilhões de reais por mês para manter o preço do combustível defasado.

A tarifa de energia, também por motivos eleitorais, foi administrada para que não fosse elevada ainda no período eleitoral, mas o foi logo em seguida do processo, o que está trazendo esse clamor das ruas. O clamor das ruas, que a Presidente lamentavelmente ainda não entendeu, não é só pela condição da economia brasileira e de como nos encontramos neste momento; é muito mais por aquilo que foi dito no período eleitoral e que foi feito ao contrário. Ou seja, é a credibilidade que foi perdida junto à sociedade brasileira.

Então, se fez um movimento em março, está sendo programado outro em abril e não sei onde nós vamos parar. Até porque, Presidente, temos ali, para 2015...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...que não vamos cumprir a meta de inflação de 6,5%. E 6,5% é o teto. A meta é 4,5%, variando dois pontos percentuais para baixo ou para cima. Só que, há muito tempo, para o Banco Central e para o Governo, a meta foi fixada em 6,5% e nunca mais se falou que é 4,5%. A busca é sempre não ultrapassar os 6,5%, ou seja, cumprimos a meta de inflação.

O Senador Serra já deu, aqui, uma aula de economia ao fazer os questionamentos a V. Ex^a, mas o que preocupa a todos nós é que a dívida interna brasileira tem crescido assustadoramente ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores e isso traz um reflexo, evidentemente. O Governo toma recursos à sociedade a uma taxa diferente da Selic e transfere para a economia parte disso, porque a dívida não é toda ela de responsabilidade do aporte de recursos do BNDES.

Como disse, somos totalmente a favor de uma política de incentivo, com subsídios para uma política industrial do nosso País e que nós não temos.

Então, o que faz o BNDES? Escolhe, a seu “critério” – entre aspas –, quais as empresas que devam receber volumes de financiamentos para se tornarem *players* mundiais, concentrando o risco.

Nós temos procurado saber, abrir essa caixa-preta que se tornou o BNDES. O próprio TCU, agora mesmo, disse ao BNDES que, se não respondesse às questões que estava fazendo, que iria multar o Presidente, se não me falha a memória, em algo em torno de R\$10 mil, por falta de respostas. Ele alega o sigilo bancário para não fazê-lo.

Nós vamos fazer uma audiência aqui exatamente para ver se podemos, pelo menos nesses empréstimos externos, transferência de recursos para determinados países, em que há a barreira de sigilo... Então, não sabemos quais as condições do empréstimo para o Porto de Mariel, em Cuba; do metrô, no Panamá; dos empréstimos para a Bolívia; enfim, são todos sigilosos. Então, acho que não deve haver sigilo para o Senado Federal. E nós vamos tentar ver se abrimos isso.

Em artigo que saiu no *blog* do Boechat, a jornalista Mary Zaidan, num parágrafo, refere: “Ainda que o completo desacerto da economia tenha sido provocado pelos governos petistas – Lula que não aproveitou a bonança e Dilma que nada sabe e arrota todo o saber...” V. Ex^a concorda em que o Brasil está no caminho correto para voltar ao desenvolvimento ou entende que estamos num transatlântico em rota desconhecida e que pode encontrar um *iceberg* que vai provocar um desacerto total na economia do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Agora, com a palavra o Ministro Tombini para responder às últimas perguntas do Plenário da CAE.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Creio que são uma Senadora e três Senadores a quem eu tenho de responder neste bloco. Então, começo, pela ordem, com a Ex^{ma} Senadora Lúcia Vânia.

Em primeiro lugar, obrigado pelas palavras de apoio à instituição Banco Central. Certamente, é preciso demonstrar austeridade neste momento de ajuste. Creio que todo o governo, incluindo o Banco Central, tem que fazer a sua parte neste período.

V. Ex^a indagava sobre a viabilidade das metas estabelecidas pelo governo, pelo Ministro da Fazenda, em relação ao superávit primário de 1,2%, em 2015, e 2%, em 2016, e queria a opinião sobre se isso era compatível com a meta de inflação. A senhora disse 2015, mas acho que se referia a 2016.

Nós vimos, aí, em 2015, nesse período quando, inclusive, a expectativa de inflação tem sido revisada para cima. Nós temos ali, naquela tabela, inclusive, o último número do mercado. Mas, enfim, eu quero dizer que sim: em relação a 2016, já fixamos aqui como orientação.... Obviamente, há o regime de meta de inflação: é definido; não cumpriu, explica, enfim, fornece toda a lógica de porque não cumpriu e diz como var fazer para cumprir. Mas nós estamos fixando dezembro de 2016 para um melhor entendimento sobre como o Banco Central age nesse período em relação à política monetária. E eu creio que sim: 1,2%, neste ano, e 2%, no ano que vem, ajudam, sim, no cumprimento dessa meta.

Nós vimos num exercício de mais longo prazo. Com os parâmetros de hoje, está em torno de 2%, talvez um pouquinho acima disso, o primário requerido para estabilizar a dívida líquida do setor público. Então, é compatível num horizonte temporal mais largo.

Caso não seja cumprido – acredito que será... Há determinação da Presidente da República, do Ministro da Fazenda, enfim, dos Ministros da área econômica, certamente de todos, de procurar buscar esse ajuste que, como eu falava anteriormente, tem várias dimensões, inclusive uma dimensão que está sendo apreciada aqui, nesta Casa, no Congresso Nacional, que é aquela das reformas mais estruturais no seguro-desemprego e na pensão por morte.

Mas, enfim, tem redução de despesa, tem redução de despesa para-fiscal quase fiscal nas transferências, tem ajuste nas taxas de algumas dessas instituições que foram mencionadas, instituições públicas de crédito, tem realinhamento e alinhamento de preços administrados, que está trazendo a inflação neste momento... Es-

tamos sentindo o pico de inflação, mas, obviamente, isso remove uma incerteza, e vemos isso refletido também nas expectativas. Ou seja: mais realinhamento hoje significa menos necessidade no futuro, e o futuro, como eu mencionava, já impacta as condições financeiras hoje, porque não captamos no *overnight*. As empresas e o Governo captam ao longo do tempo. Então, já se beneficiam, digamos, de um prêmio de inflação que não está fora do controle. Ao contrário, tem diminuído para os anos vindouros.

Então, acho que, sim, é compatível, acreditamos nesse cumprimento... Caso haja desvios, certamente, o Ministro da Fazenda irá procurar ajustes para cumprir essa meta. Acho que há alguma repercussão. Nós vemos, nas avaliações externas da economia brasileira, que há uma confiança nessa reorientação, digamos assim, da política macro, em particular da política fiscal, e isso já está sendo refletido na percepção daqueles que põem dinheiro no País. E imagino que num curto espaço de tempo veremos mais resultado do ponto de vista da confiança na economia brasileira.

Bom, sobre 2016, elenquei alguns elementos que achava que dariam suporte à ideia de convergência para a meta, entre elas o próprio caráter da política monetária, que está vigilante e vai continuar vigilante nesse período justamente para conter essas mudanças de preços relativos, que têm sido importantes, têm sido elevadas, para que isso não repercuta no resto da economia.

Tem o canal da demanda, tem o canal do crédito, tem o canal das expectativas, tem o próprio canal do câmbio e tem a inflação, digamos assim, a inflação passada, a inércia, que a gente precisa quebrar e está sempre quebrando porque, se não quebrar, na briga entre comércio e indústria quem acaba pagando a conta é o consumidor. Então, é importante que a política monetária esteja vigilante e permaneça vigilante para não sancionar essas passagens desses aumentos de preço para terceiros e contenha isso. Nós já estamos vendo algum resultado: piora da inflação no curto prazo e melhora nos horizontes de médio e longo prazos. Então não é uma política, nós não estamos enxugando gelo. Já tem algum resultado para mostrar. Então, este é um ponto.

Segundo, o alinhamento da política fiscal com a monetária ajuda a aumentar a potência da política monetária, preocupação do Senador Serra, em que eu vou entrar em seguida, de reduzir o custo de uma política de contenção da inflação. Então, as duas atuando... Por mais que esse custo pareça elevado ou seja de fato, comparado com outras economias, não podemos fazer as coisas por analogia, mas, enfim, uma condenação de políticas reduz o custo desse reequilíbrio.

Falei também da questão da distensão do mercado de trabalho, taxa de participação, ou seja, a população economicamente ativa voltando com mais força para o mercado de trabalho. Independentemente da evolução da população ocupada, nós temos uma distensão ali e isso também ajuda a antever menores pressões inflacionárias ali na frente.

Outro elemento que eu mencionava seria a questão do próprio repasse cambial, que é grande o movimento no câmbio, o repasse nem tanto, entre 5% e 10% num período de 12 meses, mas a variação do câmbio é grande, e, então, nós precisamos cuidar para que isso não se alastre para os outros segmentos da economia. É por isso que a política monetária nesse aspecto tem que permanecer vigilante. Mas nós também queremos crer que esse repasse é mitigado por alguns fatores, entre eles, primeiro, a própria posição da economia no ciclo – nós não estamos crescendo –, segundo, o fato de as *commodities* não estarem subindo de preço – na realidade, têm caído de preço – e, terceiro, o fato de que não é só o real que está se enfraquecendo perante o dólar, pois o euro, a segunda moeda mais importante, também teve uma desvalorização forte.

Então, no comércio bilateral com a Europa, isso não é tão marcado. Essa depreciação pode mitigar – isso é um efeito de segunda ordem – um pouco esse repasse do dólar mais forte para a inflação. Então, são alguns elementos, começando pela política macro, que dão essa ideia de por que o Banco Central está trabalhando com essa convergência em 2015.

A inflação ainda, pelo mercado, está 100 pontos acima dessa meta; 110 para ser mais preciso.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – O superávit é suficiente? Não precisa chegar a três, como têm falado alguns analistas?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. O superávit, para estabilizar a dívida líquida, as nossas contas, às condições, aos parâmetros presentes, é na faixa de 2, 2.2. Então, é isso que pensamos em relação a isso.

Bom, do Senador José Medeiros. A taxa de câmbio de equilíbrio é flutuante. Enfim, acho que aqui eu vou também adentrar essa questão respondendo às perguntas do Senador José Serra.

Muito bem. O Ex^{mo} Senador José Medeiros também fez algumas indagações sobre realinhamento de preços, dólar, evitar o repasse, o que fazer, o que estamos fazendo, enfim, se não seria incoerente perdemos a capacidade de fazer a intervenção no câmbio. Não. Nós sempre falamos, primeiro, que o *swap* não é para segurar o câmbio em nenhum nível, certo? Do ponto de vista do Banco Central, sempre foi – e isso pode ser visto nas comunicações, nas minhas comunicações de Presidente e da Diretoria – um instrumento para assegurar a estabilidade financeira e econômica no Brasil, ou seja, já antevendo: desde 2013 havia a percepção de mudan-

ça nas condições financeiras e monetárias no resto do mundo. Partiu de lá dos Estados Unidos e aconteceu, de fato, já em maio de 2013, uma mudança na linguagem em relação à política monetária naquele país, e isso gerou repercussões nos mercados financeiros internacionais. As moedas se mexeram, e se mexeram muito. Depois, acalmaram. E agora há a expectativa, digamos, da normalização da política monetária mais convencional, ou seja, taxa de juros. Há incertezas, enfim, mas está chegando perto esse momento da normalização.

Mas sempre dissemos que esse instrumento é cumulativo. Não é assim: fez 100, quando chegar a hora tem de fazer 200. Não. Esses 100 ficam. Eles ficam girando, reciclados. Já falei aqui que o Banco Central não tem pressa, faz todo o sentido do ponto de vista da proteção das reservas internacionais. Então, entendemos – também falei no meu discurso inicial – que esse valor é um valor significativo para oferecer *hedge* ou proteção contra mudança abrupta. Não é para segurar o câmbio. É para permitir que o setor privado, principalmente no financeiro, consiga viver e não saia quebrando ao primeiro soluço do câmbio. Quer dizer, isso nós estamos conseguindo alcançar. Então, não é incoerência, absolutamente. Nós já vínhamos, desde o final do ano passado, dizendo que esse nível é mais ou menos significativo, enfim, não há incoerência, como V. Ex^a acho que sugeriu ou perguntou em relação ao que está acontecendo em março, não é isso? Então, não, não nos parece que seja isso. Não há autonomia e interferência em relação a essa questão.

Bem, passando às questões, ao debate do Ex^{mo} Senador José Serra, primeiro, a questão da autotelia, ou seja, se existe uma grande distorção em relação ao sistema de metas de inflação no País.

Acho que V. Ex^a, se eu entendi... Esse sistema funciona no *fine-tuning*, ou seja, mudanças pequenas na taxa de juros e, no caso brasileiro, dada a nossa história e, enfim, uma série de condicionantes, entre outros, o fato de que há várias taxas de juros que não respondem a um instrumento de política monetária, como sabemos – estou não fazendo um juízo de valor a respeito disso, mas uma constatação, ou seja, há várias taxas de juros que não reagem ao instrumento de política monetária –, então, acho que a minha visão sobre o sistema de metas é o de que é um sistema que tem ajudado na seguinte visão: o câmbio, vamos deixar flexível, tomando conta do balanço de pagamentos. Eu não falo da balança comercial. Tem muita gente aí dizendo que precisa de um câmbio cavalgar para ajustar a balança comercial. Não necessariamente. Não falo também da conta corrente: “É preciso de um câmbio tal para ajustar a conta corrente”. É o câmbio que ajusta o balanço de pagamentos.

V. Ex^a bem sabe que uma mesma conta corrente, dependendo das condições financeiras, pode ser mais bem ou menos bem financiada. Se as condições estiverem mais duras, isso vai se refletir na taxa de câmbio.

Houve episódios, V. Ex^a vai lembrar, em que, apesar de um déficit em conta corrente, havia um fluxo tão forte que tivemos que recorrer a medidas, digamos, de preço, medidas de controle ou de administração da conta de capitais. Por quê? Porque obviamente os fluxos eram tão intensos que, apesar de o balanço de pagamento estar em equilíbrio, tínhamos repercussões sobre o restante da economia, e, como V. Ex^a mencionava em outras oportunidades, certa valorização excessiva da moeda que, depois, na virada, pode virar uma desvalorização excessiva.

Então, essa suavização ocorria no passado, como V. Ex^a mencionou, por meio de acumulação esterilizada, por meio de acumulação de reservas, por meio de intervenções esterilizadas no mercado de câmbio. Chegou-se a um momento em que era tanto dinheiro entrando, que isso não era suficiente. E recorreu-se a um conjunto de medidas de administração de capital.

Conseguimos, inclusive, que o FMI mudasse aquela visão que eles tinham de uma proibição total sobre o controle de capitais. Nesse caso, não era controle, eram medidas para segurar, porque lá fora havia políticas extraordinárias de injeção de liquidez, com efeitos extraterritoriais que batiam aqui, que acabavam gerando uma desorganização. E tivemos que recorrer a isso.

Imagino que V. Ex^a até concordaria em que era preciso complementar, porque... Mas, em condições mais normais, estamos caminhando no mundo da normalização. Acho que aí o câmbio tem que tomar conta do balanço de pagamentos – não é da balança comercial, não é da conta corrente; é do conjunto. E, se houver financiamento, ele vai..., como estamos hoje financiando 70% com investimento estrangeiro direto.

Enfim, não há um desequilíbrio ali. Naturalmente, não podemos entender que essas condições vão permanecer. Na realidade, elas devem mudar, já estão mudando.

Então, isso se reflete na taxa de câmbio, que desvalorizou, o dólar andou, fortaleceu-se no mundo, e não foi diferente aqui. E isso vai ajudar a ajustar o balanço de pagamentos, mas a política monetária fica centrada no controle da inflação. Não estamos usando os juros, para segurar o câmbio; o câmbio está andando. Há esse programa de *swap* cambial, como falei, para a estabilidade financeira, para não sair quebrando todo mundo que se endividou em dólar, quando não havia nenhum ofertante na economia de proteção.

Então, ofertamos; há um nível satisfatório grande e vamos focar a política monetária, para controlar os efeitos secundários dessa desvalorização cambial. Mas acho que, divergindo um pouquinho, Senador, esse regime é bom no sentido de...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qual regime?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O regime de metas de inflação, ou seja, deixar o câmbio tomar conta do balanço de pagamentos e usar, focar os juros não para atrair dólar, mas para segurar os efeitos secundários dessa desvalorização cambial que temos no momento. É isso que gostaria de dizer em relação ao seu primeiro ponto.

Acho que há questões que V. Ex^a coloca que são mais questões estruturais e delas não discordo, ou seja, seria melhor se estivéssemos trabalhando. Se eu colocar um gráfico aqui, V. Ex^a vai ver que as mudanças de juros hoje são bem menores do que da última vez em que o câmbio esteve na faixa de 3,30. Naquele tempo – V. Ex^a lembra – a faixa de juros do Banco Central estava entre 21% e 26,5% na última vez em que passamos por ali, que foi em 2004.

Hoje, estamos com uma política diferente, já estamos economizando trocado, mas, enfim, acho que a política monetária tem que fixar na meta de inflação e deixar o câmbio flutuar, para ajustar o balanço de pagamentos. Está sendo refletido, porque as condições monetárias financeiras globais estão mudando.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não sou contra o regime de metas da inflação. O que perguntei ao Presidente do Banco Central é se ele reconhecia que, no Brasil, ela tem uma deformação, por suas implicações fiscais, como não tem em nenhum outro lugar do mundo. Isso é um fator que limita a potência da política de metas de inflação e que precisa ser levada em conta naquilo que se faz.

Quanto à autotelia, eu disse que, muitas vezes, sobem-se os juros, sem se saber dar uma explicação convincente, porque hoje há queda de demanda agregada, há inflação de preços administrados.

Não há efeito direito sobre desaquecimento, a esse ponto, da atividade econômica, porque ela está caindo... Na verdade, a política de juros... Quando falei de autotelia, insisto que é um conceito lembrado pelo nosso querido Pêrsio Arida há muitos anos, mas garanto que ele não pensa diferente.

A autotelia é assim: é como aquele marido – argentino, vai – que bate na mulher todos os meses; ela pergunta por que, e ele fala “você que deve saber”. Então, a questão dos juros fica um pouco assim: aumentam os juros, não há muita explicação, e dizem “você devem saber por quê”. Não sou nem contra, *a priori*, um aumento de juros, se houver realmente um diagnóstico e uma causa que o justifique.

Por outro lado, o que eu queria saber também – e me desculpe a pergunta, que deixa um pouco sem saída – é se o Presidente do Banco Central, Tombini, acha que o custo do aumento dos juros mais o custo da política de *swaps* – a que eu também não sou contrário, só que houve muita aplicação especulativa, e não só para ajustar importadores, exportadores, etc. –, se o custo dessas políticas é bem superior à melhor... A meta de superávit primário do Governo é uma coisa chocante. Eu fico chocado. Não vou pedir que o Presidente do Banco Central declare a mesma coisa, mas pode ao menos dizer que o fato de eu estar chocado é razoável; que não lhe surpreende isso.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Dando continuidade, Senador, de fato, acho que essa preocupação é relevante, e nós temos esse exercício aqui, e não só aqui. Diariamente estamos fazendo esse exercício sobre as repercussões das nossas políticas.

Quanto a essa questão do *fine-tuning*, obviamente, se tivéssemos uma taxa de juros mais unificada nos diversos segmentos, talvez tivéssemos uma política mais de *fine-tuning*.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu proporia que, em outro momento, nós analisemos só essa questão das taxas de juros diferenciadas, o que vai me permitir fazer uma intervenção mais longa a esse respeito, porque é um grande mito que se cria para explicar a taxa de juros sideral.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A questão do custo do dinheiro é um processo contínuo. V. Ex^a já deu, mais ou menos, a sua visão a respeito; que não é de hoje que o Banco Central tem as suas iniciativas. V. Ex^a, se eu bem depreendi, entende que pouco foi feito nisso. Eu diria que algumas mudanças estruturais foram importantes. V. Ex^a mencionou uma modalidade de crédito, por exemplo, a do crédito consignado, que reduziu muito o custo do dinheiro; mencionou outra coisa que é mais peculiar nossa, que é a questão do rotativo; o cartão de crédito, de fato – mas o cartão de crédito é um conjunto que inclui algo que só existe aqui no Brasil, que é o parcelado sem juros, que é maior que o rotativo. Quando se colocam essas duas modalidades, não fica tão diferente do resto do mundo.

Mas, enfim, é um processo que temos de continuar trabalhando essa questão de aumento da concorrência, portabilidade das contas – V. Ex^a conhece bem a portabilidade das contas –, salário, que foi uma medida importante para aumentar a concorrência. Enfim, há uma série de outras aqui, mas não vou me alongar.

Eu queria falar das operações compromissadas. V. Ex^a tem uma preocupação, que acho bastante pertinente e que nós também temos, em relação à operação compromissada, a operações de *swaps*. Mas eu queria dizer que a transparência está à disposição, quer dizer, há grande transparência em relação a isso. O que acontece? A carteira do Banco Central de títulos que o Tesouro aporta historicamente, porque há essa regra de cobertura de resultado negativo e transferência de resultado positivo do Banco Central para o Tesouro, existe

uma carteira de títulos. V. Ex^a bem sabe que nós temos restrição, o Banco Central, pela LRF. Então, com essa carteira de títulos, nós fazemos a operação.

A operação compromissada nada mais é que uma operação eminentemente de controle da liquidez, uma operação monetária. Agora, aquela dívida que o Tesouro Nacional aportou à carteira do Banco Central, ela já está na dívida mobiliária do Tesouro Nacional.

E uma questão que podemos discutir, sim – acho bem interessante esse assunto –, é que, no Brasil, temos o Banco Central dentro das estatísticas do setor público. O FMI, por exemplo, considera o Banco Central fora das estatísticas fiscais do setor público. Em que sentido? No sentido de que as transferências são consolidadas aqui dentro. Então, por exemplo, na nossa estatística, o título do Tesouro em carteira do Banco Central não está sensibilizando a dívida pública do Governo central.

Quando ela sai, para lastrar uma operação compromissada... – V. Ex^a bem se referiu aos valores dessa operação compromissada, que nada mais são do que o reflexo de uma política de administração da dívida do Tesouro. Acho que V. Ex^a também mencionou isso, ao longo do tempo. E essa liquidez que sobra, na nossa função de controlador da liquidez, de regulador da liquidez, usamos essa carteira que já está na dívida imobiliária do Tesouro.

Portanto, não há falta de transparência, já está sensibilizando a dívida imobiliária do Tesouro. Quando ela sai da carteira do Banco Central e vai para o mercado, para enxugar a liquidez, passa a ser dívida geral do Governo central. Então, aí entra na estatística da dívida bruta.

Esses juros que pagamos na compromissada estão lastreados por uma operação do Tesouro. Se fôssemos, por exemplo, colocar a operação compromissada de novo na estatística fiscal, haveria dupla contagem na nossa visão, porque o Tesouro aportou títulos no Banco Central, e por esses títulos o Tesouro paga juros ao Banco Central. Então, estão lá pagando, mas, como é o Governo consolidado, se ficar só na carteira, o Banco Central recebe os juros e, depois, transfere na forma de resultado para o Tesouro Nacional. Então, não há problema; está dentro do Governo, porque aqui a gente considera o Banco Central dentro; lá no FMI, fora.

Quando esse título sai para enxugar a liquidez, temos que remunerar esse detentor do título. E a remuneração em 2014 foi de R\$69 bilhões e não foram os cento e poucos que V. Ex^a mencionava – a gente pode bater esses números. Enfim, R\$69 bilhões foi essa remuneração das compromissadas, pagamento a título de compromissada, para enxugar a liquidez do mercado em 2014. Quando pagamos juros nessa compromissada para enxugar a liquidez, de certa forma, isso está batendo com os juros que recebíamos do Tesouro Nacional. Então, já está compreendido dentro do gasto do Tesouro com o financeiro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu me referia às operações de *swaps*, ao prejuízo delas, no final do ano passado e agora.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ah!, sim, perdão.

Enfim, não eram esses números; não eram esses números. Vamos partir do pressuposto de que seja essa ordem de grandeza, já indo para o *swap*. Então, se houve prejuízo, como V. Ex^a falou, de R\$70 bilhões, houve três vezes mais lucro do outro lado, na valorização das reservas internacionais em reais. E esse dinheiro é transferido para o Tesouro, esse dinheiro vai abater a dívida do Tesouro Nacional em mercado.

Quer dizer, esses recursos, a valorização do ativo em moeda local, que é o nosso balanço, tenho que transferir para o Tesouro Nacional. E esse valor é utilizado prioritariamente para resgate de título. Então, ele bate.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Presidente vai me perdoar, mas aí, evidentemente, o rendimento dos dois é completamente diferente: o das reservas e o dos juros da Selic. Isso provoca uma perda, não é?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, mas o *swap*... O que é o *swap*? O *swap* é uma troca de fluxos, não é uma dívida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não disse que era dívida – eu não disse que era dívida!

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu sei, mas...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Uma operação.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Então, só voltando para o *swap*, para nós o *swap* é uma troca de indicadores. O Banco Central paga a desvalorização do real mais o cupom cambial, que é, digamos assim, remuneração numa aplicação em dólar, num País em que não existe; mas é um sintético. Então, pagamos isso e recebemos, do outro lado, a Selic. Está certo ?

É uma forma de haver uma remuneração de Selic nas reservas. Por isso que falei que, do ponto de vista dos 30%, como temos hoje, em menos de um terço, faz todo o sentido do ponto de vista de administração da reserva. Diminui o risco de termos uma reserva no balanço. Por isso que disse, Ex^{mo} Senador Serra, que, do ponto de vista do Banco Central, estamos confortáveis por essa posição e podemos mantê-la 10, 20 anos nesses níveis

que estão aí. Não significa que vamos fazer, nem que é uma política, mas, do ponto de vista do administrador da reserva, é uma forma de você, digamos assim, fazer proteção numa parte da reserva.

Então, é isso, e essas questões são fundamentais. Acho que até o próprio posicionamento do Banco Central, dentro das estatísticas, é algo em que, como mencionava, há diferenças. O Fundo Monetário considera fora. E aí, mesmo aquela dívida, quando vai ao Banco Central, já entra na dívida do Governo central.

Aqui nesse caso, quando vira compromissada, ela entra, é uma passo adicional, mas quem paga a remuneração acaba sendo Tesouro.

O Tesouro remunera aquele título que está no Banco Central, e o o Banco Central usa o título para enxugar liquidez e tem que pagar uma remuneração para o mercado. Então, não está havendo substituição de... No fim das contas, quando encontramos essas contas, não há financiamento ao revés. É nesse sentido.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – No caso da dívida (*Falha na gravação.*)

do BNDES também se poderia fazer o mesmo raciocínio (*Fora do microfone.*)

se for considerada a dívida bruta.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Mas o BNDES é para despesa primária; isso aqui é para controlar liquidez. Então, estamos tratando de uma questão eminentemente de controle na liquidez, mas é algo com certa complexidade.

Acho que encerrei.

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro, com “2014”, acho que V. Ex^a estava se referindo a 2015. Em 2014, a inflação encerrou o ano a 6,40 no ano, ou seja, abaixo do top de 6,50.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, em função dos preços administrados.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Os preços administrados. Esse foi um ponto importante que V. Ex^a colocou. Os preços administrados ficaram em torno de 1% em 2013; em 2014, aumentaram 5,3; e, agora, estão na faixa aí de 10, por exemplo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas deveriam ter aumentado os 10 lá atrás.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Enfim, mas essa correção já vem... abaixo de 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ela foi mais uma maquiagem em relação aos preços administrados. Seguraram o preço para não extrapolar o limite de 6,5, e aí V. Ex^a não teve que se reportar ao Ministro da Fazenda.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bem, sobre o comentário, enfim, creio que...

Bem, esse realinhamento da política macro está gerando esse custo no curto prazo e está melhorando a perspectiva para o médio prazo. Nós vemos uma economia, este ano, fraca; melhor no segundo semestre do que no primeiro, melhor para o final do ano; e vemos – os mercados indicam essa direção – uma economia já crescendo com um pouco mais de vigor em 2016.

Do ponto de vista da inflação, vemos esse processo que ocorreu muito rápido, de aumentar a expectativa de inflação para este ano, mas manter ou reduzir para os anos vindouros. É algo que também dá uma ideia de que a política já está funcionando. E isso aqui não é um horror sem fim; é algo em que estamos chegando a um teto em relação à definição de políticas. Então, estamos trabalhando com um cenário desafiador de curto prazo, melhorando as perspectivas para o médio e o longo prazo, já a partir do final do ano, a partir de 2016.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um esclarecimento? Questão de números: o custo de carregamento de reservas, a estimativa que eu apresentei, de R\$130 bilhões, é a Selic de hoje e é o câmbio de hoje. Não é da média do ano passado, em que o câmbio era muito inferior e a Selic também. Se V. Ex^a verificar, vai ver que o número do custo de carregamento é mais perto de 130, e não de 70, como no ano passado. Analisado, naturalmente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Sim, analisado.

Essa conta eu não tinha feito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, eu, como brasileiro, espero que V. Ex^a tenha razão nas decisões que está tomando. O que os indicadores demonstram é exatamente o contrário: uma deterioração da economia do nosso País, com perdas de postos de trabalho, com desindustrialização. Preocupa-nos, particularmente, que não aconteça no Brasil o que houve nos Estados Unidos com relação ao setor imobiliário, que está entrando em uma crise seriíssima, porque foi liberado o crédito, lá atrás, como uma medida anticíclica, e com isso endividaram-se as famílias brasileiras, e hoje elas estão tendo dificuldade de cumprir com as suas obrigações. Então, essa bolha eu não sei quando vai estourar, mas de que ela está em um caminho preocupante acho que ninguém tem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Terminadas as perguntas e respostas do Ministro Tombini, eu gostaria de encerrar os trabalhos, comunicando que amanhã, quarta-feira,

excepcionalmente às 12h, teremos uma reunião extraordinária para deliberar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº2, de 2015, que tramita em regime de urgência constitucional: trata-se da questão da biodiversidade, projeto extremamente relevante, extremamente importante.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito relevante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É complexo, Presidente. Está sendo pedido vista em todas as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Em todas as Comissões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E será aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com absoluta convicção, já estou vendo que V. Exª vai pedir vista.

E, na próxima terça-feira, dia 31 de março, às 10h, teremos a presença do Dr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda. À 10h, terça-feira próxima.

E quero adiantar também que, na terça-feira, dia 7, receberemos aqui o Ministro da Previdência, o Ministro Gabas, e também o Ministro Manoel Dias, do Trabalho, para que os dois falem e respondam aos questionamentos dos Senadores e Senadoras com relação a essas medidas provisórias no que tange à previdência e no que tange também ao Ministério do Trabalho.

Quero agradecer, Ministro Tombini, meu caro Diretor Altamir Lopes, meu caro Luiz Awazu Pereira, pelas presenças, pela paciência, já que estamos aqui há quase cinco horas. Foi um debate extremamente importante, muitas dúvidas esclarecidas, algumas ponderações que aqui foram feitas vão nos levar a outros debates, como disse aqui, com relação aos juros, o Senador Serra.

E quero, mais uma vez, agradecer e, acima de tudo, dizer que a nossa Casa aqui está à disposição do Banco Central, como sempre esteve. O Banco Central nunca faltou a esta Casa, sempre esteve muito presente.

E esperamos que em abril, depois dessas agendas, dessas quatro agendas fundamentais com os Ministros da área econômica e também com os Ministros da Previdência e do Trabalho, façamos a sabatina dos diretores, meu caro Raimundo Lira, meu Vice-Presidente, dos diretores do Banco Central, dos dois novos diretores do Banco Central. Quero agradecer aos senhores e às senhoras, agradecer a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 28 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos, do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **João Alberto Souza**, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Edison Lobão, Otto Alencar, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Paulo Paim, José Pimentel, Walter Pinheiro, Wilder Moraes e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Maria do Carmo Alves, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição da Presidência e da Vice-Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2015/2016. São eleitos por aclamação o Senador Edison Lobão e a Senadora Maria do Carmo Alves para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Às nove horas e trinta e oito minutos assume a Presidência o Senador Edison Lobão. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Paulo Paim, Wilder Moraes e as Senadoras Angela Portela e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Alberto Souza**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais (Art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a instalação dos trabalhos desta Comissão e eleição do seu Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2015-2016.

Eu me sinto muito honrado presidindo esta reunião em que se elegem os dirigentes da mesma.

Foi registrada, até o momento, a indicação do Senador Edison Lobão para Presidente.

O Senador Edison Lobão foi governador do Estado do Maranhão e é Senador desde 1986. Deixou esta Casa por um período de apenas quatro anos para dirigir o Estado. Depois, voltou e foi Presidente do Senado Federal. É um dos Senadores atuantes e um dos ex-Ministros no Senado Federal, nesta Casa.

Para Vice-Presidente foi indicada a Senadora Maria do Carmo Alves. A Drª Maria do Carmo Alves foi Secretária de Estado do Estado de Sergipe e é esposa do grande Ministro João Alves, que foi governador do Estado de Sergipe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ele é que é esposo dela, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem! A Senadora Grazziotin tem toda razão!

Sinto-me muito honrado de ser amigo do marido da Senadora Maria do Carmo Alves.

Consulto o Plenário se poderíamos elegê-los por aclamação, haja vista só haver uma chapa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que V. Exª não poderia ter sugerido algo melhor. Todos aqui estamos de acordo. As indicações não poderiam ser melhores e nós, todos, aqui, estamos ainda enrolados com audiências públicas em várias Comissões. Estou aplaudindo a proposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, vou fazer a eleição por aclamação.

Aqueles que estiverem de acordo com a eleição...

O Paim está muito apressado, não é? (*Risos.*)

Aqueles que estiverem de acordo com a eleição do Senador Edison Lobão e da Senadora Maria do Carmo Alves para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão permaneçam como estão. (*Palmas.*)

Aprovados, por unanimidade.

Convido o Senador Lobão para tomar posse e que dê posse, em seguida, à Vice-Presidente.

Passo a Presidência da Mesa para o novo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Convido a Senadora Maria do Carmo Alves para ter assento à mesa como Vice-Presidente eleita. (*Palmas.*)

Srªs e Srs. Senadores, Senador João Alberto, que nos deu a honra, a mim e à Senadora Maria do Carmo Alves, de presidir esta reunião que, por aclamação, nos consagrou Presidente e Vice-Presidente da CAS, esta é uma Comissão contemporânea dos fatos sociais presentes no Brasil. Ela cuida, precisamente, de questões dos Ministérios da Previdência, do Trabalho, da Saúde e de tudo quanto diga respeito às questões mais diretamente ligadas ao social.

As comissões técnicas são exatamente aquelas que estudam os projetos, dão andamento a eles e depuram-nos até que possam ser submetidos, em caráter final, ao Plenário do Senado Federal.

As audiências públicas, que não são iniciativas antigas, mas, sim, de um certo tempo a esta parte, têm contribuído significativamente para a informação de cada projeto que tramita e nas demais comissões.

Eu já presidi quase todas as comissões técnicas do Senado Federal. Eu sou, hoje, junto com o José Agripino, o Senador mais antigo desta Casa, com quatro mandatos de Senador. Fui também, como acentuou o Senador e Governador João Alberto, um dos Presidentes desta Casa e Deputado Federal. Tenho, portanto, a impressão de que, ao longo desses anos, pude acumular alguma experiência, até como fundador, aqui, no Senado, da Comissão de Fiscalização e Controle e ser seu primeiro Presidente, para a condução de um órgão técnico dessa envergadura.

Eu garanto aos Srs. Senadores que a Senadora Maria do Carmo Alves e eu próprio estaremos sempre à disposição dos membros desta Comissão, agindo incansavelmente para que as suas tarefas fundamentais, essenciais se cumpram de acordo com o Regimento e com a Constituição da República.

As reuniões, aqui, se realizam às quartas-feiras, às 9h. Isso pode ser mudado pelo Plenário da Comissão, se assim se decidir, mas penso que deveremos prosseguir desse modo até que a experiência demonstre, se for o caso, uma outra necessidade.

Eu agradeço a todos o voto de confiança que nos deram.

Fica franqueada a palavra. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão, Senadora Maria do Carmo, primeiro, quero dizer da satisfação, porque V. Exª foi, inclusive, Vice-Presidente do Senado da República no período em que eu aqui chegava. V. Exª passou por todos os espaços do Executivo e do Legislativo sempre na linha de fazer o bem para a construção de um País melhor para todos. Neste momento, V. Exª, em minha avaliação, assume uma das comissões mais importantes do Senado da República, porque aqui nós tratamos do social. E nós sabemos da responsabilidade que temos com a questão social neste País.

Por isto, ao cumprimentar V. Exª, já me sinto no direito e na responsabilidade de apresentar uma sugestão que não iria na linha de uma audiência pública. Sugiro que V. Exª, consultando o Plenário, enfim, ou por decisão da Mesa, convide, e não convoque, o Ministro Nelson Barbosa para que ele faça uma exposição, como ele e o Ministro Levy estão fazendo em outras comissões, como ele fez na Comissão de Economia, sobre as MPs nºs 664 e 665. Preocupam-nos muito essas duas medidas provisórias. Tenho demonstrado minhas preocupações na tribuna do Plenário, nas reuniões da nossa Bancada – o Senador Paulo Rocha e a Senadora Angela Portela são testemunhas disto – e também em reuniões que já tivemos com alguns ministros. Há uma preocupação muito grande, porque elas tocam na questão social. É importante que o Ministro venha a esta Comissão e faça sua exposição, como fez em outras Comissões, para que a gente possa, a partir daí, discutir, ampliar...

Eu sou daqueles que acreditam que o Governo não vai estabelecer um processo de negociação com o Congresso Nacional. Tenho dito, e reafirmo aqui, neste momento, que as duas MPs não passarão como estão. Não passarão! E o Governo sabe que tem que dialogar, que tem que conversar. Eu tenho conversado com alguns ministros e percebo que há essa vontade. Se há essa vontade, esta Comissão pode contribuir muito, Sr. Presidente. Em um momento tão importante, tão delicado da conjuntura nacional, esta Comissão da Casa, da chamada Câmara Alta, que representa, efetivamente, a questão social do nosso País, não pode deixar que o tema seja discutido somente em outras comissões e vá direto para o Plenário. Sei que este também é o seu entendimento. Eu apenas falo aqui, eu diria, até em nome da Comissão – acho que todos aqui concordarão com isto – da importância de nós ouvirmos o principal Ministro, que é da área da Fazenda e do Planejamento, que são os Ministérios que estão tratando desse tema. Já adianto que vamos ouvir, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, o Ministro do Trabalho, o Ministro da Previdência e, provavelmente, alguém da Secretaria-Geral da Presidência da República, com esse mesmo enfoque, mas não vamos ouvir, por questão de agenda, o Ministro que está tratando diretamente do tema no aspecto da macroeconomia, do que chamam de responsabilidade fiscal.

Por isso, acho que esta Comissão, chamando esse Ministro, vai ajudar muito, até para o que todos nós queremos, que é construir um grande entendimento, um grande diálogo, como tem dito a Presidenta, com humildade, com tranquilidade e com a grandeza que o momento exige de todos nós não só em defesa do social, mas até em defesa do processo democrático brasileiro.

Este é o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – ... fundamentais do País, e, como não podemos tomar nenhuma deliberação nesta reunião, que é extraordinária, peço a V. Exª que formalize o seu requerimento para que possamos examiná-lo já na próxima reunião.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em seguida, Senadora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, parabéns! Temos certeza de que sua condução, por toda sua experiência e sua história, vai transformar esta Comissão num grande fórum de debate das aspirações da nossa sociedade, principalmente no que tange a essas questões que envolvem a obrigação da nossa Comissão.

Parabenizo também a Senadora Maria do Carmo.

Eu queria dar umas opiniões e sugestões sobre o funcionamento. Nosso Regimento é bem sábio nessa questão, pois, para funcionamento e produção maior na questão legislativa, prevê agregar os vários Parlamentares, os vários Senadores nas suas atividades mais afins, e as subcomissões cumprem um papel importante neste sentido. Eu mesmo tenho interesse em tratar, em uma das subcomissões, do grande debate que ainda envolve a relação entre capital e trabalho no que tange ao envolvimento do debate sobre o acidente de trabalho, que ainda é muito forte nessa relação, principalmente para os trabalhadores, porque seiva vidas e mutila

muitos trabalhadores. Acho que é um tema recorrente e a gente precisa criar ou produzir leis mais adequadas que vão ao encontro dessa questão. Também quero discutir a questão do trabalho penoso, do chamado trabalho escravo, do trabalho degradante, algo também fundamental para a gente avançar ainda mais numa legislação mais eficaz e mais dura para enfrentar essa chaga que envolve o interior do nosso País. Principalmente na minha região, na Região Amazônica, no Estado do Pará ainda é muito recorrente esse tipo de relação entre capital e trabalho.

Portanto, eu vou também, nos próximos momentos, quando da decisão da Comissão, propor o funcionamento das subcomissões para provocar debates tão importantes e prementes para a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha, um político cuja experiência será de extrema utilidade para o andamento desta Comissão.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela sua eleição, por aclamação, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. V. Exª é um homem com grande experiência, que, como bem colocou aqui, passou por quase todas as comissões, e, sem dúvida alguma, sua liderança só vai enriquecer os debates aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre as políticas públicas da previdência social, da saúde, enfim, de todas essas políticas públicas tão importantes para o aperfeiçoamento e o aprimoramento.

Esta Comissão tem, ao longo dos anos, demonstrado uma participação muito ativa de todos os Senadores. Penso que, com a liderança de V. Exª e da Vice-Presidente, Senadora Maria do Carmo, vamos dar continuidade a este trabalho bonito, dedicado, que tem demonstrado avanços no Senado Federal, principalmente neste momento, Senador Edison Lobão, em que o nosso País passa por transformações muito fortes, momento em que vamos discutir e aprovar, como foi colocado aqui pelo Senador Paulo Paim, as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que propõem alterações nos direitos trabalhistas e previdenciários.

É de suma importância e relevância – e aqui quero me somar ao Senador Paulo Paim neste pleito – aprovarmos a vinda do Ministro Nelson Barbosa a esta Comissão para que S. Exª possa prestar esclarecimentos e abrir o debate com Senadores e Senadoras da Comissão com a finalidade de um entendimento melhor, para que possamos apresentar nossas emendas e sugestões para o aprimoramento dessa legislação que vai alterar a vida do trabalhador brasileiro.

Sei que a reunião é extraordinária, mas quero propor também, considerando todas essas mudanças do momento político que vivemos, a vinda da Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Vou apresentar um requerimento para que também ela possa vir aqui mostrar as estratégias, as metas, os programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, focando no Bolsa Família.

Acho interessante estarmos acompanhando de perto cada passo desta política pública tão importante, que tem contribuído para diminuir as desigualdades sociais, para incluir socialmente a população de baixa renda do nosso Estado.

Então, eu queria parabenizá-los, Senador Edison Lobão e Senadora Maria do Carmo e pedir para que todos nós da Comissão nos coloquemos à disposição para trabalharmos juntos, a fim de que a nossa Comissão avance e dê os resultados desejados ao povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Angela Portela, agradeço, em meu nome e em nome da Senadora Maria do Carmo, as palavras elogiosas, gentis, amáveis. Não tenho dúvida de que, com seus dotes de ponderação e prudência, poderemos ter aqui reuniões suavizadas, com essas qualidades que V. Exª exhibe.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo. Pela vasta experiência que V. Exª tem, pois, como V. Exª já ocupou todas as comissões, a presidência, já foi ministro e governador, tenho certeza de que a condução desta Comissão vai ter muito êxito. Eu também gostaria de parabenizar a Vice-Presidente, do meu Partido, Senadora Maria do Carmo, talentosa, como se diz aqui, esposa, “marida” do nosso irmão de Sergipe, prefeito. Então, tenho certeza de que esta Comissão vai ter muito êxito.

Parabéns a V. Exªs!

Vamos estar juntos na trajetória deste mandato.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Wilder Moraes. V. Exª haverá de ter uma atuação permanente e densa nesta Comissão. Estaremos sempre, portanto, a sua disposição.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero associar-me aos demais colegas Senadores no sentido de cumprimentar V. Exª e parabenizá-lo. É mais uma responsabilidade que V. Exª assume,

uma vez que tem um currículo de relevantes serviços prestados ao Brasil e ao seu Estado. Evidentemente, esta Comissão está muito bem representada com V. Exª na Presidência.

Embora eu não tenha participado da aclamação, quero dizer que, mesmo à distância, fico muito feliz e satisfeito pelo companheiro, correligionário e amigo, pelo ex-Ministro, enfim, por tudo o que V. Exª representa hoje no Senado Federal.

Como membro titular desta Comissão, despertam-me especial interesse as questões relacionadas à saúde. Eu queria, de antemão, pedir o apoio de V. Exª nessa questão, porque entendo que saúde é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e viver melhor, e nós não podemos poupar recursos, nem esforços, muito menos investimentos, para oferecer ao povo brasileiro uma estrutura básica necessária para que o cidadão possa, no mínimo, ser atendido em tempo real, porque saúde não é papel; não pode esperar.

Se nós deixarmos para atender o cidadão brasileiro, no dia seguinte, ou na semana seguinte, talvez seja tarde demais. Então, essa é uma questão, como falei, que provoca em mim um grande desafio, para que a gente possa aqui ampliar a discussão, para que possamos criar uma logística capaz de atender os Municípios brasileiros, sermos parceiros do Estado e cobrarmos da União os recursos e a gestão necessários para atender o nosso cidadão brasileiro. E para que, efetivamente, não observemos o que sistematicamente observamos no dia a dia, que são hospitais superlotados, não atendendo as pessoas com a dignidade de que elas precisam, quando mais fragilidades elas enfrentam, que é o momento em que estão com sua saúde debilitada.

Então, a saúde é um patrimônio que o ser humano tem. Se não estivessemos com saúde, com certeza, não estaríamos aqui trabalhando, razão pela qual quero aqui, em primeiro lugar, neste primeiro momento, hipotecar meu amplo e solidário apoio a V. Exª. E espero também a retribuição de V. Exª para essas causas que julgo justas e legítimas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª terá em mim e na Senadora Maria do Carmo Alves dois aliados nesta luta em favor da saúde no Brasil.

É bom lembrar que as agências reguladoras que hoje têm papel transcendental no nosso sistema governativo passarão por aqui os seus membros para serem sabatinados. Vamos avaliar a capacidade de cada um deles para, somente então, aprovarmos ou não a indicação de todos, para que, no exercício dessas funções de reguladores pelas agências, possam desempenhar bem o seu papel.

Não há dúvida, Senador Dário Berger, de que a saúde é um dos pontos fundamentais, estelares desta Comissão. V. Exª estará atento, assim como nós todos também, a essas questões.

Muito obrigado a V. Exª.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, convocando a próxima para quarta-feira da semana seguinte às 9h.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos, do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Edison Lobão** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Romário, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Paulo Paim, Benedito de Lira, Roberto Rocha, Vicentinho Alves; e das Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 69, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de Auditoria realizada para verificar a regularidade na formalização dos contratos com os prestadores de serviço de saúde ao SUS, e informa que o referido documento ficará à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. É proposto pela Presidência e aprovada pelo Colegiado a retirada definitiva de todos os requerimentos apro-

vados por esta Comissão na Legislatura anterior – 54ª, referentes à realização de audiências públicas, na forma do art. 93 do Regimento. A Presidência comunica que, nos termos do art. 96-B, incluído no Regimento Interno do Senado Federal pela Resolução nº 44, de 2013, cada Comissão Permanente deverá selecionar e avaliar duas políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo; solicita que sejam enviadas por e-mail sugestões de políticas públicas em vigor; e informa ainda que fica previamente agendada para a próxima reunião a escolha das duas políticas públicas que o Colegiado decida avaliar. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 1984 – Não Terminativo – Autoria:** Comissão de Relação Exteriores. Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Jorge Afonso Argello. Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Romero Jucá. Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, para estabelecer que as atividades próprias da profissão de economista são, nas circunstâncias que menciona, consideradas típicas de Estado. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Waldemir Moka, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 530, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, e a Emenda nº 1- CAS. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 8, de 2014. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Pedro Taques. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 13 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 2015 – Autoria:** Senador Paulo Paim. Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à *aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014*, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso para o pescador, etc., para tanto, sugiro que seja convidado: 1. Ministro Nelson Barbosa – Ministério do Planejamento. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2015 – Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência

pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a comercialização de órteses e próteses no país. Para tanto sugiro sejam convidados: • Representante do Ministério da Saúde; • Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); • Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); • Representante do Conselho Nacional de Saúde Suplementar; • Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); • Dr. Nilson Luiz May, Presidente da Federação Unimed/RS; • Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS); • Representante do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça; • Representante do Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor (FEDC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2015 – Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado Nº. 56 de 2014 que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT). – Representante do Ministério da Saúde – Representante da Anvisa; – Prof. Dra. Solange Cristina Garcia – Professora de Toxicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Prof. Dr. Fábio Bucarechi – Centro de Informações e Assistências Toxicológicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); – Prof. Dra. Marlene Zannin – Centro de Informações Toxicológicas da Universidade de Santa Catarina (UFSC); – Sr. Daniel Junqueira Dorta – Presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOx). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2015 – Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório das pesquisas clínicas de produtos para a saúde, alimentos e cosméticos no país. Para tanto sugiro sejam convidados: – Representante da Anvisa; – Representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); – Dra. Greyce Lousana – Presidente Executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC); – Dr. João Carlos Basilio – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC); – Dr. Paulo Henrique Fraccaro – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO); – Dr. Edmundo Klotz – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2015 – Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados: • Representante do Ministério da Justiça; • Representante do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná – SICRIDE; • Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida – Mães da Sé; • Dr. Ricardo Paiva – Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina; • Camila Pitanga – Atriz e Diretora Geral do Movimento Humanos Direitos (MHuD); • Representante do UNICEF no Brasil. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2013; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014; e Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014.** Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Roberto Rocha, Eduardo Amorim; as Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, Regina Sousa, Lúcia Vânia, Marta Suplicy; e o Senador **Edison Lobão**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há Expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 69, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de Auditoria realizada para verificar a regularidade na formalização dos contratos com os prestadores de serviço de saúde ao SUS.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Com o intuito de sanear os nossos trabalhos para essa nova Legislatura, proponho aos Srs. Senadores a retirada definitiva de todos os requerimentos aprovados nesta Comissão, na Legislatura anterior – 54ª, referentes à realização de audiências públicas, na forma do art. 93 do Regimento.

Com base também nos arts. 211 e 256, do Regimento Interno, ficam retirados definitivamente todos os requerimentos da Legislatura anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta Presidência comunica que, nos termos do art. 96-B, incluído no Regimento Interno do Senado Federal pela Resolução nº 44, de 2013, cada Comissão Permanente deverá selecionar duas políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para que sejam aqui avaliadas.

Solicito a V. Ex^{as} que enviem a esta Secretaria *e-mail* contendo sugestão de políticas públicas em vigor, para que possamos, de forma colegiada, aprovar duas políticas públicas e, em seguida, formalizar requerimentos de autoria desta Comissão para os quais, após aprovados, será designada Relatoria. Dessa forma, estaremos cumprindo a exigência regimental.

Nos termos do artigo 96-B, §4º, do Regimento Interno, o resultado dessa avaliação anual constará em um relatório a ser apresentado no final da presente Sessão Legislativa.

Fica previamente agendada para a próxima reunião a escolha das duas políticas públicas que esta Comissão decidir avaliar.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, DE 1984

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Autoria: COMISSÃO RELAÇÕES EXTERIORES

Relatoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, se V. Ex^a me permitir, faço um rápido comentário sobre o tema e, depois, vou solicitar a V. Ex^a, se possível, retirá-lo de pauta. Explico, Sr. Presidente.

O Projeto da Convenção nº 87, na verdade, está em debate no Parlamento Brasileiro desde 1949. Eu não tinha nascido ainda. O destino e a vida quiseram que eu, como sindicalista e hoje Senador, tivesse nas mãos um projeto que começou a ser debatido no Rio de Janeiro. Vejam a complexidade do projeto. A Convenção nº 87, da OIT, trata, na verdade, da liberdade e do pluralismo sindical, mas o próprio movimento sindical brasileiro está superdividido, tanto na parte do empregado como na dos empregadores. Não há entendimento. A própria OIT pediu, inclusive, uma conversa maior sobre o tema, e é de lá que vem a Convenção Internacional nº 87.

Devido a isso, Presidente, atendendo o apelo inclusive de setores do Governo, de inúmeros Senadores que me ligaram – e V. Ex^a citou um Senador que também ligou para V. Ex^a –, com a maior tranquilidade, vou pedir que seja retirado de pauta. Podemos fazer algumas audiências públicas, talvez, na tentativa de construir um entendimento, chamando a OIT, empresários, trabalhadores que tratam da liberdade e autonomia sindical na sua amplitude, tanto de empregador como de trabalhador.

Essa é a complexidade deste projeto, que está – digamos – em pauta há 66 anos e não foi votado. Se possível, vamos votá-lo mediante entendimento, senão buscaremos o caminho que for mais fácil para a compreensão do mundo sindical e dos próprios trabalhadores, empregadores sobre o tema.

Só com este pequeno relato, eu solicito a V. Ex^a, a pedido do Relator, a meu pedido, que ele saia de pauta. Entrarei com o pedido de algumas audiências públicas, sob apreciação do Plenário, para aprofundarmos o tema no momento adequado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim, entendo que é de extrema prudência a proposta de V. Ex^a. Por ocasião da apresentação deste projeto, não havia sequer sido regulamentado o direito de greve neste País. A Constituição de 1946 estabelecia o reconhecimento do direito de greve a ser regulamentado. Como isso só veio a acontecer em 1964, a rigor, as greves que então existiam eram

todas ilegais. O que V. Exª faz agora é propor que se ouçam, em audiências públicas, interessados, entidades para que pelo menos se atualize uma medida legislativa de 66 anos passados.

Portanto, com a autorização do Plenário, retiro de votação este item, este projeto, para que V. Exª tenha a oportunidade de propor as audiências públicas necessárias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2012

– Não terminativo –

Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Benedito de Lira, que se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei e da Emenda que apresenta.

– Em 18.03.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para proferir a leitura do relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já bem definiu V. Exª na ementa do projeto, no decorrer da instrução, o projeto teve a sua tramitação regular, passando pela Comissão de Educação, vindo para esta Comissão e será definitivamente terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso, nós passamos a fazer a análise da matéria.

A matéria insere-se na competência desta Comissão, pois diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles relação de trabalho e seguridade social.

A participação das empresas na inserção de jovem no mercado de trabalho tem sido bastante tímida infelizmente. No Brasil, com raras exceções, as empresas não têm a cultura de se comprometer com a sua função social, conforme preconizada pela Constituição Federal.

Aliamo-nos com o autor da proposta, que enfatiza, com muita propriedade, que a obtenção de um emprego, com a relativa estabilidade para ele proporcionada, representa fatores relevantes de promoção pessoal e de bem-estar social. Ademais, constitui importante sinalizador do nível e do modelo de desenvolvimento de um País. Dessa forma, as políticas públicas devem adotar medidas que favoreçam situações de pleno emprego, inclusive com foco no sistema de formação e qualificação profissional.

Com o objetivo de qualificar os jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação para o mercado de trabalho, essas instituições já buscam hoje parceria com o poder público, associações, ONGs e empresas e, assim, oferecer uma possibilidade para esses jovens buscar uma mudança de vida por meio do trabalho.

Com o incentivo fiscal previsto pelo projeto, estamos convencidos que mais empresas se disponibilizarão em oferecer capacitação profissional aos jovens infratores. A renúncia fiscal a ser feita pelo Estado seguramente reverterá em menor reincidência no cometimento de infrações por esses jovens, para quem o trabalho passará a ser o resgate de uma aceitação por parte dos que o cercam e a ocupação de um lugar diferenciado na sociedade.

A medida preconizada pelo projeto é, portanto, meritória e necessária, pois a falta de perspectivas e de expectativas para melhorar suas condições de vida pode, sem dúvida alguma, levar parte significativa deles, filhos de famílias mais pobres, a continuar se envolvendo em processos de delinquência no meio em que vivem.

Nesse sentido, a proposta dá um grande passo para tornar mais efetiva a responsabilidade social da empresa, na medida em que chama o empresariado para participar ativamente na oferta de educação e na formação profissional da mão de obra juvenil.

Ações articuladas entre governo e empresas trazem, geralmente, bons resultados e maior abrangência aos programas e ações governamentais, minimizando os grandes problemas de ordem social e possibilitando o enfrentamento das demandas emergentes.

Finalmente, com o intuito de aperfeiçoar o texto da proposição, apresentamos, ao final, emenda para suprimir os §§ 3º e 4º do art. 2º, onde há previsão de isenção de recolhimento das contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social relativas à remuneração do jovem empregado durante os 12 primeiros meses. Como se sabe, a seguridade social, por determinação constitucional, é financiada por toda a sociedade. As contribuições sobre a folha de salários são obrigatórias, sem exceções, tanto para o empregador, quanto para o trabalhador.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 305, de 2012, com a seguinte emenda: “Suprimam-se os §§ 3º e 4º do art. 2º do PLS nº 305, de 2012”.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse é um tema que temos trabalhado e cuidado com muito carinho. Nós todos aqui, tenho certeza, todos nós, somos apaixonados pelo ensino técnico, que é o que garante a formação da nossa juventude, e de lá que eu vim. Se não fosse o ensino técnico, eu não teria sido técnico nas empresas metalúrgicas na área em que eu atuei, ganhado em torno de 10 salários mínimos, e nunca chegaria ao Senado da República.

Esse projeto do Senador Gim Argello vai na linha de conseguir incentivos para a recuperação de jovens em abrigos ou casas de reabilitação. O Senador Benedito de Lira apenas aperfeiçoa o projeto, melhora o projeto. Mas eu quero, também, fazer justiça à Senadora Ana Rita, que apresentou um substitutivo, mas também não era aquilo tudo que nós gostaríamos. Por fim, ela apresentou um projeto de lei que vinha mesma linha.

Eu quero, neste momento, cumprimentar o Senador Gim Argello e, principalmente, o Senador Benedito de Lira, pelo relatório que fez com algumas alterações. Voto com muita tranquilidade, porque entendo que é um avanço. O projeto apresentado pela Senadora Ana Rita, que também está nesta Comissão, dá outro passo, mas em outro momento. Então, votarei com tranquilidade no relatório do Senador Benedito de Lira, que, além do ensino técnico normal, busca a recuperação daqueles jovens que estão, eu diria, em uma situação de vulnerabilidade. Via ensino técnico, eles podem ser recuperados e voltar à atividade normal no mundo do trabalho.

Meus cumprimentos ao Senador Benedito de Lira, como também ao autor da proposta, e à Senadora Ana Rita, que, com outro projeto, dá mais um passo à frente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua a discussão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu também gostaria de parabenizar o Senador Gim Argello, pela autoria do projeto, e o Relator Senador Benedito de Lira, porque é um projeto de extrema relevância, uma vez que visa à capacitação profissional de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas nas casas, nos abrigos de reabilitação. Eu acho que isso é muito relevante, considerando a situação em que se encontra o sistema educacional, bem como a situação do atendimento desses jovens infratores que estão cumprindo medidas educativas em todo o País – em torno de 70 mil jovens. Então, o projeto é muito relevante.

Eu queria aqui declarar o meu apoio incondicional, votando favorável.

Quero, também, dizer que o PLS 241, de 2014, apresentado pela ex-Senadora Ana Rita, encontra-se atualmente, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, aguardando relatoria. Eu gostaria de pedir ao Presidente da Comissão para que eu pudesse relatar esse projeto, cujo conteúdo é semelhante a esse que estamos apresentando agora e que visa, também, apoiar com educação, com capacitação profissional os nossos jovens que estão, nas casas, nos abrigos, cumprindo medidas socioeducativas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrando a discussão, em votação o parecer favorável do Relator Benedito de Lira com a emenda que apresenta.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório, portanto, foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, para estabelecer que as atividades próprias da profissão de economista são, nas circunstâncias que menciona, consideradas típicas de Estado.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.*
- *Votação simbólica.*

A Senadora Lúcia Vânia não se encontra presente. Eu pediria ao Senador Moka, que, em nome da Senadora Lúcia Vânia, profira parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, do Senador Romero Jucá, que “altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, para estabelecer que as atividades próprias da profissão de economista são, nas circunstâncias que menciona, consideradas típicas de Estado”.

A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia.

O relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, de autoria do Senador Romero Jucá, tem por objetivo acrescentar o art. 3º-A à Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para considerar atividades típicas de Estado, aquelas realizadas por economistas ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, exigido o registro no Conselho Regional de Economia da circunscrição.

A justificação da proposta é no sentido de que o projeto de lei é resultado de um longo período de discussão no âmbito do funcionalismo público, sob a liderança da Associação Nacional dos Servidores Economistas e Estatísticos do Poder Executivo Federal (ANSEEFE), com o apoio de outros representantes da categoria.

O autor da proposição também destaca que a presença do economista é de fundamental importância para garantir qualidade à elaboração de políticas públicas típicas do Estado, que são objeto de diretrizes e bases fixadas no art. 174, e da política de desenvolvimento urbano, definida no art. 182, ambos da Constituição Federal. Além disso, a exigência de habilitação técnica e científica do economista seria de suma importância para o desempenho adequado dessas atividades tipificadas como naturais do Estado.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

Inovações legislativas sobre a regulamentação de profissões – no caso a dos economistas – inserem-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo específico estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei. A matéria seguirá posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual outros aspectos constitucionais e jurídicos da medida serão ampla e profundamente analisados.

A modificação oferecida pela proposição, se aprovada, gerará direitos e vantagens merecidos pelos servidores economistas, que podem ser acolhidos no âmbito desta Comissão, por serem compatíveis com os dispositivos constitucionais relativos ao Direito do Trabalho.

Não cremos que seus termos sejam incompatíveis com a iniciativa reservada ao Chefe da Nação, pois o que se pretende é tão somente enquadrar os referidos servidores entre aqueles que desenvolvem serviços típicos do Estado. Com essa medida, o projeto valoriza profissionais cujo trabalho é imprescindível para o desenvolvimento econômico e para o bem estar da sociedade.

Nesse sentido, consideramos a proposição afinada com os postulados magnos que buscam aprimorar a administração pública, cuja eficiência figura como corolário a ser alcançado pelos Poderes de todos os entes federativos, de acordo com o art. 37 da Lei Maior.

O projeto é altamente meritório, pois o trabalho dos economistas é fundamental para a fixação de políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento nacional, entre as quais se destaca a sustentabilidade e as políticas públicas tendentes a levar o Brasil a figurar como país de primeiro mundo.

Pensamos, ainda, que o projeto não apresenta incongruência com nenhuma norma infraconstitucional vigente e mostra-se redigido em boa técnica legislativa.

Portanto, nada há que desaconselhe a sua aprovação.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014.

Esse é o relatório da Senadora Lúcia Vânia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Moka.

Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o projeto não é terminativo.

Eu faço aqui, de público, um depoimento. No momento em que ele foi votado na CCJ, eu havia votado contra, porque havia um desentendimento sobre o tema, relacionado a outro projeto, entre este Senador e o Senador Romero Jucá. Os economistas, que são muito organizados, foram ao meu escritório, no Rio Grande do Sul, no mínimo, uns trinta dirigentes do meu Estado, e me justificaram, explicaram detalhadamente, elegantemente, a importância da aprovação do projeto. Lembravam eles, inclusive, que há um projeto semelhante, que inclui os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos entre as carreiras típicas de Estado, nos moldes que o relatório apresenta. Eles me convenceram, Sr. Presidente.

Por isso, quero aqui dizer que estou assumindo um compromisso que, no meu Estado, eu já havia ajustado. O meu voto aqui não poderia ser diferente. Voto com os relatores da matéria, com o autor da matéria, favorável, para que a matéria continue tramitando, até porque aqui não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer da Senadora Lúcia Vânia, que é pela aprovação do projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Item 4, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, tem por relator o Senador José Pimentel, que, aliás, não se encontra presente, tem caráter terminativo. Como não temos, a esta altura, quórum para votação terminativa, eu adio a votação. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Item 4, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, tem por Relator o Senador José Pimentel, que, aliás, não se encontra presente, e é terminativo. Como não temos, a esta altura, quórum para votação terminativa, eu adio a votação.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações:

– *Votação nominal.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Gostaria de saber, Sr. Presidente, sou a relatora do Item 9, que é terminativo, se eu poderia fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª pode fazer a leitura.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Como há projeto em exame na Comissão anterior ao Item 9, peço a V. Exª que ouçamos o seu parecer logo após o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª poderá ler o relatório, sucintamente, e deixaremos a votação para a próxima reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, se V. Exª concordar, eu preferia não ler o projeto, porque eu gostaria da presença, inclusive, da autora, Senadora Vanessa Grazziotin. Como a Senadora Angela se prontificou a ler o item 9, eu acho que não haveria prejuízo. Agradeço a preferência que V. Exª deu, mas prefiro ler na próxima reunião ou quando houver quórum, para já discutir e votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Retiro, portanto, de pauta o projeto objeto do item 8.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2014

– Terminativo –

Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 8, de 2014.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para proferir a leitura do seu relatório, ficando a votação do projeto para a reunião seguinte.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014, de autoria do Senador Blairo Maggi, que analisamos em caráter terminativo, altera o §3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir entre os legitimados a reduzir o horário de alimentação e repouso do empregado, ao lado do Ministro do Trabalho e Emprego, o empregador e o acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Ao justificar sua iniciativa, argumenta a atual redação do mencionado dispositivo que tem causado muitas dificuldades às empresas que não vem encontrando respaldo nas decisões do Judiciário, o qual, reiteradamente, tem entendido que a redução do intervalo para repouso e alimentação, ainda que pactuada coletivamente entre empregadores e empregados, é inválida, por tratar-se de norma de higiene, saúde e segurança do trabalho, não podendo, portanto, ser objeto de derrogação pelas partes.

Análise do projeto.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

No mérito, entretanto, muito embora compreendamos as preocupações do autor, discordamos de sua proposta. As normas destinadas à delimitação da jornada do trabalho, alimentação e repouso estão essencialmente relacionadas à segurança e à saúde do trabalhador e guardam, portanto, a normatividade de ordem pública. Isso significa dizer que são normas imperativas, de obrigatoriedade inafastável; diferentemente daquelas normas de ordem privada, que tem caráter supletivo, vigorando somente quando a vontade dos interessados não dispuser de modo diferente do previsto pelo legislador.

Desse modo, não há o menor reparo a se fazer ao entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciado no inciso II, da Súmula nº 437, que assim dispõe:

É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inenunciável à negociação coletiva.

À medida que se propõe no projeto flexibilizar os legitimados a reduzir o intervalo de descanso e alimentação do empregado, não pode ser acolhida, por apresentar grande possibilidade de danos à saúde dos trabalhadores. Essa mera possibilidade que se abriria na lei se afigura mesmo inconstitucional, vez que o inciso XXII,

do art. 7º da Carta Magna expressamente dispõe ser direito, no caso, indisponível do trabalhador a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de higiene, saúde e segurança. O intervalo de descanso e alimentação é um momento destinado ao reequilíbrio das forças físicas e psicológicas do trabalhador e, por isso, sua redução somente poderá ser realizada sob forte rigor e ponderação, o que é mais bem aferido pela autoridade governamental, por intermédio de parecer técnico realizado por profissionais especializados e imparciais.

Essas são as razões que nos levam a concluir que a legislação, tal como se encontra em vigor atualmente, não deve ser alterada.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 8, de 2014.

Esse é nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O parecer é, portanto, pela rejeição.

Não havendo quorum para votação nominal, suspendo a votação e a discussão que ficarão para a próxima reunião.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Não se encontrando presente o Relator, peço à Senadora Regina Sousa que o relate em nome do Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sou Relatora do item 7, uma matéria também terminativa. Nós já estamos no item 10. Então, sei que esta é terminativa, mas também o item 10 terminativo...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, o Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Já ouço V. Exª. Responderei a questão de ordem da Senadora Ana Amélia.

Sucede que V. Exª havia solicitado, anteriormente, a retirada do projeto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria reafirmar a solicitação de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não, está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, DE 2013

– Terminativo –

Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 530, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 20.05.2014, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Votação nominal.)

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O Senador Humberto Costa gostaria de ler seu relatório. É favorável, mas ele gostaria de ele mesmo fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ele próprio... Está bem, Senadora.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014

Observações:

- Votação nominal.

A Senadora Lúcia Vânia poderá ler seu parecer.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014, pretende alterar o texto do inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, para prover a movimentação do FGTS quando o trabalhador, ou quaisquer de seus dependentes, for acometido de doença grave, nos termos do regulamento. A legislação vigente prevê essa movimentação apenas nos casos de pacientes em estágio terminal.

Segundo o autor, essa exigência de um estágio terminal não é razoável: “A intenção do disposto no inciso é apoiar o trabalhador e sua família a custearem o tratamento de doença grave, que, por isso, precisa despende gastos maiores em busca de uma sobrevivência”. Registra, em seguida, que as dificuldades financeiras para o tratamento de doenças graves começam antes que esse estágio seja atingido e exigem cuidados especiais e gastos elevados com medicamentos.

Na justificação está consignado também o direito constitucional à saúde e indisponibilidade de tratamentos eficazes, em muitos casos, na rede pública de saúde. Há registro ainda de que a jurisprudência entende serem meramente explicativas as hipóteses de saque do FGTS, previstas no artigo que se pretende modificar.

Finalmente, o autor aponta outras normas legais que beneficiam pessoas portadoras de doenças graves, sem exigir, entretanto, que os pacientes estejam em estágio terminal. Essa exigência, de resto, não estaria em consonância com a dignidade da pessoa humana.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, é a norma principal no que se refere ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e insere-se no campo do Direito do Trabalho. Proposições a este respeito são de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há, portanto, impedimentos à tramitação da matéria no que se refere aos ditames constitucionais.

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõe o art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, discutir e votar, em caráter terminativo, proposições com essa temática.

No mérito, cremos que é difícil contestar os argumentos do autor. Afinal, para que servem os recursos financeiros quando a pessoa humana encontra-se em estágio terminal de uma doença? Talvez sirvam para evitar prejuízos aos parentes e herdeiros ou às empresas que operam serviços ligados à saúde. Mas o principal interessado, na imensa maioria dos casos, não será beneficiado, enquanto que, em se tratando de doenças graves, sempre resta uma esperança de cura, que tem, certamente, mais possibilidades de ocorrer com o aporte de um crédito que acabará por beneficiar a todo o núcleo familiar.

Por outro lado, o FGTS é um recurso associado ao trabalho do titular do direito e uma reserva que deve servir justamente para os momentos de dificuldade. Outras hipóteses de utilização desses valores teriam muito

menos razões de ser como, por exemplo, a integralização de cotas do FI-FGTS ou mesmo o investimento em habitação. Nada é mais importante do que a saúde, diz a sabedoria popular.

Difícil também é encontrar argumentos mais consistentes do que aqueles expostos pelo autor no momento em que justifica a proposição. Está em questão a dignidade humana e a manutenção da esperança para os trabalhadores e seus dependentes com doenças graves. Sabemos que pequenos gestos podem fazer grandes diferenças, e, em muitos casos, o saque dos recursos do fundo pode significar a cura ou uma sobrevida digna.

Ademais, o que é uma doença grave hoje pode tornar-se tratável em pouco tempo, e precisamos evitar, a todo o custo, que as sequelas sejam irreversíveis. Vejamos o exemplo dos portadores do vírus HIV, que podem movimentar o FGTS, nos termos do inciso XIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990. Antes, tratava-se de uma síndrome condenatória, e hoje, embora submetidos a controle intensivo, os portadores podem prorrogar a sua existência por prazos indefinidos.

Por todas essas razões, não cremos que a aprovação da proposta em análise possa ser objeto de contestação. A regulamentação da norma poderá ser atualizada com mais eficácia e agilidade do que as normas legais podem fazer, permitindo que sejam maximizados os benefícios do uso dos recursos do FGTS para tratamento da saúde.

Voto.

Com essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão a matéria.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero parabenizar o Relatório da Senadora Lúcia Vânia e o autor do Projeto, o ex-Senador, agora Governador, Pedro Taques.

Realmente, é um projeto com muita sensibilidade, mas eu gostaria, Senadora, de saber o que V. Exª pensou que poderiam ser as doenças graves. Concorro que a dignidade humana não tem preço. Uma pessoa, uma família pode ser acometida com uma pessoa doente, uma doença grave, e não precisa ser terminal, e, nesse ponto, eu acho que o projeto coloca muito bem, mas uma doença que necessite cuidados, e cuidados que, às vezes, o Sistema de Saúde não consegue prover. São remédios difíceis, caros. Realmente, eu acho que, para uma pessoa que vive essa situação, não tenho nenhuma dúvida, o dinheiro que foi acumulado no seu Fundo de Garantia a vida inteira tem que estar lá, presente nesse momento. Nesse ponto, não há nenhuma dúvida da excelência do projeto. O que eu gostaria de saber, e, realmente, eu não tenho essa informação, quem vai dizer qual é a doença grave, como é regulamentado isso na Caixa, porque sabemos que pode acontecer de tudo. Teria que ter uma precaução realmente.

É uma pergunta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu acredito que o Ministério da Saúde teria essa função de estabelecer quais são as doenças que se enquadrariam nesse dispositivo legal. Eu acho que seria temerário da nossa parte indicar essas doenças, pelo menos é o meu ponto de vista.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com certeza, mas nos coloca numa situação de cheque em branco.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Uma vez aprovado o projeto, o Ministério da Saúde regulamenta a ação. Tem que regulamentar. Não seremos nós que vamos indicar...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não estou achando que seremos nós, de jeito nenhum. Acho que ninguém aqui, mesmo os que são médicos ou que teriam competência, se propõe a isso. Eu vou votar a favor, mas tenho, também, essa preocupação. Mas eu acho que é uma preocupação infundada – agora, pensando em voz alta –, porque o Ministério, se ainda não queria fazer isso, vai controlar direitinho. Pode pecar ao contrário das doenças graves.

Obrigada.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, só para contribuir, eu vou na direção da Senadora Marta. Eu creio que é fundamental, primeiro, reconhecer o mérito da iniciativa do Senador Pedro Taques e o belo Relatório da Senadora Lúcia Vânia. Contudo, nos parece, realmente, um cheque em branco, como foi dito, aprovar o projeto nos termos em que se encontra. Ele apenas inclui quando o dependente for acometido por doença grave, nos termos do regulamento. Claro que o Executivo vai regulamentar esta lei e definir o que é doença grave, por decreto.

Eu só faço lembrar que quem definia isso, até há pouco tempo, no âmbito do Executivo, era o Ministério do Trabalho, para efeito de aposentadoria. Contudo, foi editada uma medida provisória, revogando essa regra do Ministério do Trabalho. Então, criou um vácuo. Não há definição, atualmente, do que é doença grave, de tal modo que eu levo à consideração da Relatora a possibilidade, inclusive, se for o caso, de nós pedirmos vista, por uma reunião, para que possamos melhor definir, entre nós, aqui, na Comissão, um texto que possa facilitar a adoção da iniciativa, para que essa medida legislativa possa ser exequível, porque, senão, o que é doença grave? De repente, hoje, obesidade pode ser considerada uma doença, porque leva à diabetes, leva à hipertensão, e o Planeta gasta trilhões de dólares por ano com isso.

Acho que é interessante que a gente pelo menos reflita um pouco mais sobre essa preocupação da Senadora Marta, que também é a minha.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, posso... Presidente, eu gostaria... Presidente, peço vista.

Acho interessante essa proposta porque podemos, eventualmente, até ampliar de outra forma, porque a doença pode não ser tão grave assim, mas a pessoa é tão carente que não tem condições de sobrevivência com aquela doença porque não tem comida em casa.

Então, talvez devêssemos pedir vista e ampliar exatamente esse projeto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Eu não sei se temos número para pedir vista coletiva. Senão, a gente pede individualmente, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, a gente vive num País onde, embora o direito à saúde esteja garantido constitucionalmente – e o princípio que norteia todos os outros princípios da nossa Constituição é o da dignidade da pessoa humana; está insculpido, escrito na nossa Constituição que saúde é obrigação do Estado –, não vemos isso presente em muitos cantos do nosso País. Para que vai servir o Fundo de Garantia do cidadão se, depois, ele não poderá nem se tratar, nem se cuidar, pois, às vezes, o Estado é omissor não lhe dando o mínimo necessário para se manter vivo, nem da porta do hospital para fora, com segurança no trânsito, nas ruas, nem, muitas vezes, dentro do hospital?

Quanto a esse limite do que é grave ou não, isto é facilmente perceptível, facilmente determinado, delimitado. Quem faz Medicina – eu e o Moka fizemos – aprende isso nos bancos da faculdade. Acho que é o momento de nos colocarmos no lugar desesperador, na situação desesperadora do cidadão, que tem o mínimo e o Estado não lhe dá o direito de utilizar esse benefício, esse seu direito de e sacar o Fundo de Garantia no momento mais difícil da sua vida.

Então, isso é fácil, sim, basta querer colocar limite em tudo isso. E nós da Medicina sabemos o limite. Mas é lógico que em todas as categorias existem os bons, os ruins, os que têm princípios, os que não têm, mas temos, sempre, que nos nortear pelos bons princípios.

Acho que o projeto é meritório. Parabéns à Relatora, Senadora Lúcia Vânia. É necessário, principalmente na situação que nós vivemos hoje no País, onde, embora o direito seja, muitas vezes, garantido constitucionalmente, o Estado é omissor em muitas questões, faltando efetividade. E a área da saúde é uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado a vocês.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, eu entendo a preocupação da Senadora Marta de que seria necessário uma regulamentação. Podemos até propor uma lei. “O Ministério da Saúde definirá o que é uma doença grave”. Mas ela vai ficar esquisita, pois o que é grave no momento?

Por exemplo, o sujeito foi esfaqueado. O cara está ali e, às vezes, está precisando ir para um centro maior depois de acudido. O sujeito está com câncer e precisa de tratamento. O SUS não dá condições de fazer aquilo. Nesse caso, vai se caracterizar a necessidade de o paciente retirar o Fundo de Garantia. Eu acho que o projeto é muito justo, mas, se tentarmos regulamentar, aí é que vamos criar uma burocracia e esse cara nunca mais vai conseguir tirar o Fundo de Garantia. E como disse o Senador Eduardo Amorim, para que vai servir o Fundo de Garantia depois que o paciente alcançar o êxito letal, ou seja, falecer?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Moka.

Portanto, retiro de pauta por uma semana, a pedido do Senador Roberto Rocha, da Senadora Marta Suplicy, da Senadora Angela Portela. Neste caso, vista coletiva, de acordo com o art. 32 do Regimento Interno.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos Senadores que pediram vista que eu me encontro à disposição para a gente discutir o assunto.

Agora, quero aqui, mais uma vez, reforçar o que foi dito aqui pelo Senador Moka e pelo Senador Eduardo sobre a importância desse projeto. É um projeto extremamente importante. O FGTS pertence ao trabalhador, e ele não poder dispor disso no caso uma doença grave é cruel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa, seja bem-vindo!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, eu havia...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Bom, já temos número regimental e, então, vamos proceder à votação de alguns projetos que são terminativos.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria, agora, havendo quórum, se V. Ex^a permitir, de retomar o Item nº 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Fá-lo-emos, então.

Item nº 8.

Senador, vamos votar primeiro o Item nº 9, que já foi lido, e, em seguida, o Item nº 8.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2014

– Terminativo –

Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 8, de 2014.

Observações:

– Votação nominal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, esse projeto não foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não foi discutido?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Ex^a quer discuti-lo?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto. A Senadora Angela Portela fez um minucioso relatório fazendo um *link* com a questão dos direitos trabalhistas, que é fundamental, com a legislação trabalhista, sobre o descanso dos trabalhadores. O autor tem algumas atualizações do projeto. E, mais do que isso, hoje, quando nós aprovamos aqui o Estatuto do Caminhoneiro – o Senador Paim teve um trabalho muito intenso na questão do Estatuto do Caminhoneiro –, o que se fez no caso do Estatuto do Caminhoneiro? A legislação foi atualizada para uma específica categoria de trabalhadores e em nenhum momento se criou um prejuízo a ela distinguindo-a na questão relacionada ao seu descanso.

Eu estou usando esse exemplo dos caminhoneiros – agora, no dia 26, haverá uma definição sobre o movimento que o Brasil inteiro acompanhou – para atualizar, para dizer que também nessa iniciativa do Senador Blairo se pode aprofundar o debate, o exame, a análise dessa matéria.

Então, por isso, a despeito de ter apreciado muito o trabalho da Senadora Angela Portela na relatoria, penso que, com o apoio do autor e de outros Senadores que tenham interesse nessa matéria, inclusive o Senador Paim, se possa fazer um aperfeiçoamento para não se perder de vista exatamente uma atualização numa questão tão relevante como, em primeiro lugar, a da manutenção do direito trabalhista com a atualização de atividades que vão mudando a sua natureza.

Na área de serviços, na área de informática, por exemplo, a mudança que a tecnologia trouxe em relação ao trabalho exercido também requer uma atualização desses direitos para efeito de descanso, por exemplo, para alimentação ou para outro tipo de descanso, até para uma ginástica laboral, para a pessoa, dependendo da atividade que exerce, ter a possibilidade de ter resguardado esse direito.

Então, eu pediria vista, Senador Lobão, com respeito à Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Também peço vista, Sr. Presidente. É um projeto muito interessante que, concordando plenamente com a Senadora Ana Amélia, pode ser melhorado, sim, antes de simplesmente o rejeitarmos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Na forma do art. 132 do Regimento, concedo vista coletiva aos Srs. Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto voltará a discussão e votação na próxima semana.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**Relatoria:** Senador Waldemir Moka**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, e da Emenda que apresenta.**Observações:**

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 1, de 2014, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. É de autoria da eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

A proposição visa a assegurar o devido reconhecimento profissional aos arqueólogos. Na sua parte substancial, o projeto prevê as condições para o exercício profissional, as atribuições, a responsabilidade profissional e a autoria de projetos e a participação de arqueólogos brasileiros em expedições ou missão estrangeira de arqueologia.

Em sua justificativa, a autora afirma que a regulamentação da profissão permitirá a identificação dos profissionais competentes, facilitando para a Administração Pública e para a iniciativa privada a contratação do profissional certo para aquele projeto, programa ou exploração específica.

Além disso, a realização de grandes obras de infraestrutura acentuou a demanda e a necessidade de profissionais competentes, para identificar o que merece ser preservado e o que não pode ser tocado.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

No mérito, importante salientar que o inciso 13 do art. 5º da Constituição Federal estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Assim, resta evidente, pela sua importância e complexidade, que as atividades de pesquisa arqueológica exigem do profissional uma habilitação específica, que agora a lei passa a reconhecer.

Entretanto, o projeto merece uma emenda, apenas para aperfeiçoar a redação do art. 6º, uma vez que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a do Superior Tribunal de Justiça são no sentido de que os requisitos para o cargo devem ser comprovados na posse, e não quando da inscrição em concurso público.

Como bem salientou a autora, esse projeto de lei excluiu os vícios e a inconstitucionalidade anteriormente identificados no Projeto de Lei nº 2.076, de 1988, do saudoso Deputado Álvaro Valle.

Essa regulamentação já foi vetada em ocasião anterior pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que fundamentou o veto basicamente na inconstitucionalidade por vício de iniciativa (art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal).

É que, inicialmente, estava prevista a criação de conselhos federais para a fiscalização da profissão, o que enfrenta impedimentos constitucionais.

No projeto reformulado pela Senadora Vanessa Grazziotin, foram excluídos todos esses dispositivos de conteúdo administrativo, sanando-se, assim, o apontado vício de iniciativa existente.

Com os ajustes ora implementados, a proposta merece prosperar. É fato incontestável que o Brasil necessita de profissionais qualificados e bem formados nessa área da ciência, ainda mais se considerarmos que o País tem mais de seis mil sítios arqueológicos já identificados e que devem ser bem administrados, protegidos e supervisionados por técnicos competentes.

Não podemos colocar em risco parte relevante da história de nosso País que envolve sua cultura, valores e, mais importante, o conhecimento científico que se extrai do trabalho de pesquisa da arqueologia.

Além disso, a regulamentação profissional colaborará com a Administração Pública na solução de inúmeros impasses que impedem o avanço de importantes obras de infraestrutura e que impactarão, positivamente, no desenvolvimento regional e na vida das pessoas quanto mais céleres e antecipados forem os estudos técnicos.

A própria autora cita a necessidade de regulamentação e destaca que, desde o ano de 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) demonstra preocupação com o tema.

Dessa forma, acreditamos que a regulamentação desta profissão contribuirá para que a arqueologia seja mais respeitada e valorizada no Brasil e para o desenvolvimento de mais pesquisas e projetos nesta área, o que é importante para todos.

VOTO

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 1, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

O art. 6º do PLS nº 1, de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º. A condição de arqueólogo será comprovada, nos termos desta lei, para a prática de assinatura de contratos, termos de posse em cargo público, pagamento de tributos devidos pelo exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a ela inerentes.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra, para discussão do projeto e da emenda, à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero parabenizar o Senador Moka pelo parecer e a Senadora Vanessa pela excelência do projeto.

Acredito que a profissão de arqueólogo tem uma importância extraordinária na elaboração, na catalogação da nossa cultura, nas escavações, e um povo não tem futuro se não consegue ter o seu passado reconhecido e prestigiado.

Como ex-Ministra da Cultura, pude ver o trabalho dos arqueólogos, não só no Ibram, mas também no Iphan, que defende o nosso patrimônio público. Então, parece-me extremamente importante a aprovação da regulamentação dessa profissão.

É só isto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua em discussão.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu acho o projeto extremamente meritório, uma grande iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, reconhecendo, Senador Benedito de Lira, uma atividade tão importante que nos traz para o presente aquilo que realmente faz parte da nossa história. Acho muito meritório e parabeno o Senador Moka pelo seu relatório e pela emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, Sr. Presidente, quero dizer que nunca foi contra regulamentação de profissão. É um debate que vem se travando desde a Câmara dos Deputados e que se trava aqui no Senado também. Acho que é legítimo que profissões importantes como a do arqueólogo sejam regulamentadas. Tínhamos, na Câmara dos Deputados, e temos, aqui, no Senado, um debate que levamos para o Ministério do Trabalho, que, em tese, eu sei que é contra, mas que nunca apresentou uma proposta alternativa que pudéssemos ter encaminhado. Consequentemente, eu voto, com a maior tranquilidade, favoravelmente ao relatório do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Moka, pela relatoria do projeto, e a Senadora Vanessa Grazziotin, pela autoria.

Sem dúvida nenhuma, esse projeto vem reforçar as pesquisas e fortalecer os projetos que, de certa forma, vêm também dar força ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrada a discussão, encerro-a e anuncio a votação, que será nominal.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto e a emenda dirão “sim”; os que rejeitam dirão “não”.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Senador Waldemir Moka já votou, com o Relator.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando-o pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente, e com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O projeto e a emenda foram aprovados pela unanimidade dos presentes.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, e a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, concluímos a pauta de hoje.

Quero pedir a atenção dos Srs. Senadores.

Esta Presidência informa que os requerimentos de audiência pública somente serão lidos com a presença do autor, conforme preceitua o art. 242 do Regimento Interno do Senado. Após lidos e aprovados, serão agendadas as datas para realização das respectivas audiências públicas, com antecedência mínima de uma semana, para viabilizar os preparativos pela secretaria desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ouvirei V. Exª em seguida.

Srs. Senadores, eu queria fazer uma observação para a qual eu gostaria de ter a atenção dos Srs. Senadores e, se for o caso, uma decisão comum.

O instituto da audiência pública não existia nos anos 60. Havia convocação de autoridades para as Comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos, tanto na Câmara como no Senado. Depois de certo tempo, introduziu-se na prática esse instituto do exame legislativo das matérias apresentadas. Penso que foi uma prática salutar, positiva, até porque, através da audiência pública, informa-se melhor o exame e a votação do projeto em causa. Sucede que o número de requerimentos para audiência pública é sempre enorme, imenso. Se, por um lado, isso ajuda no exame da matéria, por outro, prejudica o andamento normal das sessões. As audiências públicas – o Senador Moka, que acaba de ser Presidente desta Comissão, sabe disto – tomam um tempo exagerado de todas as comissões. Com isso, atrasam-se as votações dos respectivos projetos sob exame nas comissões. Há uma reclamação generalizada do País em relação ao fato de que os projetos não andam nas comissões. Então, se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras estão de acordo, não vamos proibir, não vamos suspender as audiências públicas, mas penso que cada qual deveria fazer o seu autoexame no instante de apresentar o requerimento de audiência pública.

Nós temos, aqui, por exemplo, vários requerimentos de um só autor. Se não puderem fazer a correção desses requerimentos, nada impede que eles sejam apresentados, votados e examinados e que tenham consequência.

Eu apenas estou pedindo a atenção dos Srs e das Srªs Senadoras para o fato de que a grande pletera de requerimentos obstrui o andamento da pauta.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria, até usando o meu caso, dizer que, quando eu aqui cheguei, esta Comissão de Assuntos Sociais era presidida pelo Senador Jayme Campos e foi, depois, presidida pelo Senador Moka. Nos dois casos – e será assim com V. Ex^a, porque sei do seu compromisso com as questões sociais –, todas as audiências públicas tiveram efetividade, ou seja, apresentaram algum resultado.

Eu vou lhe dizer que aqui, nesta Comissão, nasceu, e, para minha alegria, já está em vigor, o projeto da quimioterapia oral fornecida pelos planos de saúde. É um projeto nascido nesta Comissão em uma audiência pública.

Elas têm tido, Presidente Edison Lobão, um valor técnico de fundamentação para as iniciativas que tomamos. E essa lei nasceu de uma audiência, como consequência do debate sobre o combate ao câncer, sobre, na verdade, produtos para tratamento oncológico. E essa lei, a Lei da Quimioterapia Oral, foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff sem vetos.

Ela nasceu aqui – eu fui a autora do projeto – da participação de vários segmentos da sociedade: dos pacientes, dos especialistas, de todos os setores. Os planos de saúde falaram. Os Senadores Moka e Jayme Campos aqui estiveram.

Então, eu penso que, independentemente disso, posso, nos requerimentos, solicitar e todos os Senadores apoiam. Todos os Senadores que estão nesta Comissão – eu sou testemunha disso – vêm participar, todos se empenham.

Então, o fato de fazermos mais ou menos audiências públicas... Ela também tem uma participação da sociedade, porque o sistema de comunicação do Senado está em *link* e as pessoas fazem a discussão disso. Nesta Comissão mesmo, discutimos a situação grave que foi o excesso, o grande número de acidentes envolvendo motocicletas, e a Secretaria sabe dos milhares de manifestações que esse tema suscitou. Tanto que tivemos até um seminário no Auditório Petrônio Portela com muita participação.

Também foi produzida uma lei em relação a esse tema, inclusive do Senador Humberto Costa, sobre a questão dos *air bags* para motos. Alguns temas são polêmicos, claro, mas a Comissão evoluiu nessa questão.

Hoje, por exemplo, estou apresentando aqui, extrapauta, e peço o apoio dos senhores, porque começa hoje, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa de Criança Desaparecida. Olha que tema! Ela acontece de 25 a 31 de março. O número de crianças desaparecidas no Brasil é muito grande. As novelas, na ficção, abordaram esse tema. Supermercados e empresas colocam as fotos. Imagine o sofrimento das mães de crianças que desapareceram!

Nós estamos pedindo porque existem movimentos, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, de mães que formaram organizações não governamentais e que estão alcançando resultados extraordinários. Por que não trazemos esse tema para formular para o Brasil um trabalho nascido dessa iniciativa da sociedade para buscar recuperar crianças desaparecidas? Por que não?

Apenas estou salientando. Compreendo a sua preocupação, acho que V. Ex^a tem toda razão. Acho que podemos estabelecer o critério de que os requerimentos devem ter o apoio de pelo menos três Senadores para as audiências públicas, mas penso que elas são extremamente necessárias, e esta Comissão revelou-se, digamos, bastante produtiva em relação a isso, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não.

Senadora Ana Amélia, eu fiz apenas uma observação e acrescento ao que disse o seguinte: nós temos hoje um grande comparecimento à esta Comissão. A prática, todavia, demonstra que comparecem às reuniões de audiências públicas dois ou três Senadores com a presença do autor, sendo que às vezes nem ele comparece.

Portanto, é algo sobre o que penso que deveríamos refletir.

Eu não estou propondo a suspensão das audiências públicas; estou apenas pedindo a atenção dos Srs. Senadores para o fato concreto.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Primeiro o Senador Paim, depois V. Ex^a e, por fim, o Senador Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu confesso que, quando cheguei ao Senado, há 12 ou 13 anos, de fato, não havia a participação intensa, nas audiências públicas, do nosso povo, da nossa gente, das entidades. Eu vim com esse espírito da Câmara e fui um dos defensores aqui, confesso a V. Ex^a.

A exemplo do que disse a Senadora Ana Amélia, a Lei dos Autistas surgiu numa audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos.

O projeto dos aeronautas foi construído aqui, com o Senador Moka, mediante um amplo entendimento, chamando as partes para instrução do projeto, o que foi muito positivo.

Então, o fato de chamar a população para um bom debate nas audiências públicas já foi incorporado, eu diria, à vida das comissões, principalmente desta Comissão de Assuntos Sociais. A população quer se posicio-

nar, quer falar. Eu sei que V. Exª não é contra, que V. Exª quer é achar uma forma de mediar, e que isso aconteça com a presença dos Senadores.

V. Exª e todos nós estamos muito envolvidos com as MPs nºs 665 e 664 e o Moka fez, inclusive, uma reunião ontem à noite com ministros para discuti-las.

O Ministro, no caso, que eu estaria convidando, via requerimento que está na mesa, já esteve na Comissão de Assuntos Econômicos. E, como essas duas medidas tocam, em muito, a alma, o coração do mundo social, do trabalho e da previdência, eu encaminhei um requerimento convidando um Ministro, somente ele, para que venha expor aqui na nossa Comissão. Eu estou dando um exemplo desse tema, mas não porque eu dei o exemplo.

Mas já acho que, se nós combinarmos dia de votação e dia de audiência pública... Na Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, temos dia de votação, que é hoje. Depois, naturalmente, de terminar aqui, eu vou para lá, a partir das 11h 30min, mas marquei dia específico de audiência pública, onde os Senadores apresentam requerimentos e fazemos o bom debate com a sociedade.

Eu concordo com V. Exª, é inegável. V. Exª tem razão. Nas audiências públicas, não ocorre a mesma presença que vimos aqui hoje, o número de Senadores é bem menor. Mas, assim mesmo, pela força dos meios de comunicação do Senado, a sociedade organizada se vê representada naquela audiência pública quando ela fala com o Brasil, inclusive de forma interativa, porque eles podem, pelo 0800 ou pelo sistema aqui montado, participar com propostas, com críticas. Eu acho que contribui para a formulação final da legislação que todos nós queremos que a população se sinta representada por nós.

Eu entendo bem V. Exª. V. Exª não está aqui proibindo audiência pública, mas, sim, levantando preocupações que não sejam exageradas. Eu até proponho que façamos em parceria algumas que sejam idênticas. Eu, por exemplo, falei com o Senador Romário que tenho algumas proposições na Comissão de Direitos Humanos, da qual sou Presidente, que têm tudo a ver com a atuação dele na Comissão de Educação. Já fizemos aqui, com o então Presidente Moka, inúmeras audiências também conjuntas.

Mas eu acho que o recado de V. Exª vai nessa linha, até para que não se repita a mesma audiência em duas ou três comissões com o mesmo objetivo.

Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Racionalização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy. Em seguida, Senador Moka e Senadora Lúcia Vânia.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acredito que as audiências públicas realmente têm uma importância muito grande, porque aqui nós todos temos formações diferentes e aprendemos com as audiências públicas. A orientação para o voto fica muito mais clara do que realmente nós consideramos que possa ser o melhor.

Agora, eu tive uma ideia quando V. Exª falou da sua preocupação, com a qual eu concordo, em parte, pois entendo – o Paim colocou muito bem – que, às vezes, há apenas duas ou três pessoas e você convida um monte de gente importante, que se desloca para Brasília. É constrangedor para o Presidente. Eu já estive em algumas exatamente na situação que V. Exª colocou. Agora, não sei se a sugestão que vou dar é tão boa, mas me ocorreu que pode ser uma solução: se a maior parte dos membros da Comissão assinar, ela será uma audiência pública no horário que nós trabalhamos aqui. Se não, será na quinta-feira a tarde ou num horário em que estejamos mais disponíveis, e aí ficam mais os interessados. É outra possibilidade.

Não sei como é que funcionaria, mas nós faríamos audiência pública porque, às vezes, tem um ou dois Senadores que têm uma preocupação imensa pelo tema e querem se aprofundar, mas não é também de interesse de todo mundo, ainda mais em uma hora que nós temos várias coisas acontecendo. Então, fazemos as que não conseguem mais da metade das assinaturas em outro horário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora, é uma contribuição e acho que nós devemos recolher todas as contribuições para, ao final, quem sabe, chegarmos a uma conclusão feliz.

Quero só informar que hoje é a primeira reunião de votação que realizamos e que já temos 14 requerimentos de audiência pública.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu estive aí e convivi com esse dilema. Talvez eu entenda mais que qualquer outro. Mas quero dar um testemunho positivo: esta Comissão, Sr. Presidente, pelo menos durante os dois anos, não era transmitida ao vivo, o que é algo que sempre chama. Mas, em compensação, os Senadores e Senadoras tinham o compromisso muito grande com esta Comissão.

V. Ex^a dificilmente terá dificuldade de quórum porque, como pode ver, num determinado momento, naturalmente, a Comissão dá quórum. Eu cheguei no final do ano com uma pauta praticamente...Chegamos a ter reunião em que havia, normalmente, dez projetos e se colocava cinco ou seis, tamanho o compromisso e a determinação dos Senadores.

Não vejo, então, prejuízo na tramitação dos projetos. Isso não! Quando há projeto polêmico, a melhor forma de dirimir é a audiência pública, porque se coloca o projeto e se coloca gente contra e gente a favor, e o Relator, ainda que esteja sozinho na audiência pública, tem o raio X de corpo inteiro do problema. Isto sem falar que as audiências públicas, por exemplo, dos aeronautas, dos cuidadores de idosos, do tratamento oral de quimioterapia lotavam aqui e davam uma discussão muito rica.

A minha experiência mostra que essas audiências públicas na terça-feira ou na quinta-feira funcionavam. A gente guardava a quarta-feira para as reuniões ordinárias e, fazia as audiências públicas nas terças e quintas. Mas vai ter dia em que V. Ex^a, assim como eu... Às vezes, a gente, como disse a Senadora Marta, convoca audiência pública e sequer o autor do requerimento que convocou a audiência pública está presente. Isto é muito desagradável. Isto realmente é uma coisa muito, muito desagradável. Mas eu acho que V. Ex^a, com a experiência que tem, enfim... Eu faria um esforço no sentido.

Agora, eu acho que o que V. Ex^a coloca vai dar mais responsabilidade para aqueles Senadores que vão propor audiência pública, pois saberão que é importante – virão pessoas de fora – que a gente tenha um número pelo menos razoável de Senadores para ouvir essas pessoas.

Esta é a contribuição de alguém que esteve aí, sentado nessa cadeira, às vezes solitariamente, até o ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É valiosa a contribuição de V. Ex^a, pela experiência que acumulou.

Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Senador Presidente, eu acredito que V. Ex^a tem toda a razão de propor um limite na questão das audiências públicas. Eu também já estive sentada nessa cadeira. Agora, é preciso se levar em conta que esta Comissão tem especificidades especiais. É uma Comissão que lida com o cotidiano das pessoas. Quer dizer, os projetos de lei que nós discutimos aqui mexem com o dia a dia das pessoas.

Na questão trabalhista, por exemplo, nós precisamos do contraditório, de ouvir o empresário e o trabalhador, para que possamos, realmente, ter uma visão global do problema. As questões de saúde também são muito específicas. Não temos formação nessa área. Então, é necessário que haja audiência pública para elucidar dúvidas, como a que foi levantada aqui com relação à questão de doenças graves. É uma coisa justa. Qualquer Parlamentar que ler aquele projeto vai ver que ele é extremamente justo, mas que suscita dúvidas em relação à aplicação da lei.

Portanto, V. Ex^a tem razão. Acho que os projetos que são mais contraditórios merecem uma atenção especial. Não podemos fazer audiência pública simplesmente pelo fato de fazer. É claro que existem temas que exigem isso, mas outros temas poderiam passar sem essa necessidade.

Agora, quero aqui evidenciar: não existe nada mais constrangedor para um Presidente de comissão que ele deslocar pessoas dos seus Estados, especialistas do mais alto gabarito, que perdem o seu tempo para vir aqui, e o Senador não chegar aqui, a sala estar vazia. É uma inquietação. Acho que isso não é bom para o Congresso Nacional. As pessoas que chegam aqui levam uma imagem totalmente distorcida do trabalho que fazemos nas comissões, das votações que temos.

Acho que normatizar e racionalizar audiência pública é um dever de qualquer um de nós do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia, eu sou o Senador mais antigo desta legislatura, com quatro mandatos. Saiu o Senador Sarney, que tinha cinco mandatos. Já fui Presidente de quase todas as comissões. Esse constrangimento ao qual nós todos nos referimos agora esteve presente ao longo desta minha caminhada, da caminhada de V. Ex^a e dos demais Senadores que presidiram comissões. Eu acho que, quando a autoridade que convidamos chega aqui e vê a comissão com dois ou três Senadores, até a inspiração dela se esvai.

Então, ao longo das próximas semanas, vou me encarregar de recolher sugestões dos Srs. Senadores. Quem sabe encontramos o território adequado para resolver esse problema. Concordo com todos que audiência pública é, muitas vezes, essencial, fundamental, transcendente nas decisões da comissão, mas há outras que poderiam até ser solicitadas por escrito, quem sabe, como subsídio ao Relator. Autoridade não deixa de ser ouvida, não deixa de emitir sua opinião, mas talvez por escrito. Ajudará muito o relator.

Bom, dito isto, vamos votar alguns requerimentos cujo autor esteja presente. É uma exigência regimental a presença do autor.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso para o pescador, etc., para tanto, sugiro que seja convidado:

1. Ministro Nelson Barbosa – Ministério do Planejamento.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

As Sras e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado.

Requerimento da Senadora Ana Amélia:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a comercialização de órteses e próteses no país. Para tanto sugiro sejam convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB);
- Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Representante do Conselho Nacional de Saúde Suplementar;
- Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Dr. Nilson Luiz May, Presidente da Federação Unimed/RS;
- Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS);
- Representante do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça;
- Representante do Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor (FEDC).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

Senador, nesta matéria até faço justiça ao nosso combativo colega Paulo Davim, do Rio Grande do Norte, do Partido Verde, que desenvolveu nesta comissão um trabalho extraordinário.

Ele, médico cardiologista, ainda exercendo com muita dedicação a profissão, fez um requerimento para esta audiência pública bem antes de toda a matéria investigativa publicada no Fantástico, que mostrou, eu diria, as atrocidades praticadas nesse setor.

A audiência não foi realizada porque foi uma iniciativa feita já no segundo semestre de um ano de campanha eleitoral, o que dificultou a sua realização.

Nesta Casa, foi pedida também, por iniciativa do Senador Magno Malta, uma CPI para investigar o mesmo tema. Mas eu penso que uma audiência pública pode, pelo número de pessoas envolvidas, ter um resultado mais rápido para tratarmos.

Eu apresento a proposta dessa audiência pública porque o tema é extremamente relevante, não só do ponto de vista dos pacientes, que recorrem a essas órteses e próteses, mas também do sistema de saúde público e privado, porque o SUS é que paga, e também da própria classe médica, para a preservação, separando o joio do trigo.

Então, esse é o motivo desse requerimento neste tema tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, que convida dez autoridades para essa audiência pública.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Requerimento também da Senadora Ana Amélia.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado Nº. 56 de 2014 que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).

– Representante do Ministério da Saúde

– Representante da Anvisa;

– Prof. Dra. Solange Cristina Garcia – Professora de Toxicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

– Prof. Dr. Fábio Bucarechi – Centro de Informações e Assistências Toxicológicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);

– Prof. Dra. Marlene Zannin – Centro de Informações Toxicológicas da Universidade de Santa Catarina (UFSC);

– Sr. Daniel Junqueira Dorta – Presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOx).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado.

Requerimento da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Prometo que serão os últimos deste ano, Senador Presidente. Serão os primeiros e os últimos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Requerimento da Senadora Ana Amélia.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório das pesquisas clínicas de produtos para a saúde, alimentos e cosméticos no país. Para tanto sugiro sejam convidados:

– Representante da Anvisa;

– Representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP);

- Dra. Greyce Lousana – Presidente Executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC);
- Dr. João Carlos Basilio – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC);
- Dr. Paulo Henrique Fraccaro – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO);
- Dr. Edmundo Klotz – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA).

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os Srs. Senadores que queiram discutir podem fazê-lo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado.

Requerimento da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, quero que este seja em homenagem às mães das crianças desaparecidas, porque esta é a semana de que falei há pouco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Requerimento.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados:

- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná – SICRIDE;
- Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida – Mães da Sé;
- Dr. Ricardo Paiva – Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina;
- Camila Pitanga – Atriz e Diretora Geral do Movimento Humanos Direitos (MHuD);
- Representante do UNICEF no Brasil.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra os Srs. Senadores que desejarem discutir o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, me permite pela ordem? Só um esclarecimento. Não é mais um requerimento.

É que o Senador Moka me perguntou porque só esse Ministro para discutir as MPs. Acho que foi uma boa pergunta. Os outros três Ministros que tratam do tema já estiveram comigo, na Comissão, para debater a mesma coisa. Eu só não havia convidado esse Ministro, mas acho importante que ele venha à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

Os demais requerimentos têm por autores Senadores que não se encontram presentes neste momento. Assim, deixam de ser apreciados nesta reunião da CAS.

Srs. Senadores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço o comparecimento dos ilustres membros desta Comissão.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique, Ronaldo Caiado, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Jorge Viana, Paulo Paim, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Alvaro Dias, João Capiberibe, José Medeiros, Blairo Maggi, Elmano Férrer e das Senadoras Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Aécio Neves e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: Eleição. Assunto/Finalidade: Promover a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2015/2016. Resultado: Foi eleito, por aclamação, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2015-2016, o Senador José Pimentel. 2ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2015 – Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em substituição ao Tenente-Brigadeiro do Ar José Américo dos Santos. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pronto para deliberação pela Comissão. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos do art. 383, II, b do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 21, de 2015 – Não Terminativo. Indica, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pronto para deliberação pela Comissão. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos do art. 383, II, b do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2014 – Não Terminativo. Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura. Autoria: Deputado Newton Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011 – Não Terminativo. Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011 – Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever o crime e a infração administrativa de venda de bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, de redação. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012 – Terminativo. Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo. Autoria: Deputado Mauro Mariani. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012 – Terminativo. Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros. **Autoria:** Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do

Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013 – Não Terminativo. Altera o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011 – Não Terminativo. Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e onze minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 9) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2014; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014; ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício (Senadora Marta Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Marta Suplicy**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número legal, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendida a dispensa da leitura, atendido o pedido do Senador Pimentel.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata relativa à reunião anterior.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira, destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão; e a segunda, destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 16 da presente pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de propor a V. Exª, ouvido o Plenário, que nós fizéssemos a eleição do Vice-Presidente por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo a apresentação e o consequente registro de apenas uma candidatura, a do eminente Senador José Pimentel, atendo o pedido de V. Exª, *ad referendum* do Plenário.

Penso que todos estão de acordo, já que nós estamos aqui para a escolha, por aclamação – este é o acerto entre todas as bancadas –, do nome ilustre do Senador José Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito, por aclamação, o Sr. Senador José Pimentel Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para o este biênio.

Convido o Senador eleito para ocupar o seu lugar à Mesa e, em seguida, usar da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero agradecer aos nossos pares a confiança em nosso nome para a Vice-Presidência desta importante Comissão de Constituição e Justiça.

Quero registrar que já tive oportunidade de trabalhar com o Senador José Maranhão em outras matérias, tão complexas como as que tramitam por esta Comissão, a exemplo do Orçamento Geral da União, de 2007 para 2008, quando nós tivemos a perda da CPMF, o que representou a retirada de R\$40 bilhões. E, sob a coor-

denação do nosso Senador José Maranhão, nós fizemos toda uma tratativa com os três Poderes da República de modo a aprovarmos, por unanimidade, naquela fase tão difícil, o Orçamento para o ano de 2008.

Por isso, quero, ao seu lado, Presidente José Maranhão, trabalhar, juntamente com os nossos Pares, para que possamos ter, ao final do período, uma boa produtividade e, acima de tudo, a aprovação de boas leis.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª é um homem feliz, não só pela trajetória exitosa na vida pública nacional – e eu tive a oportunidade, durante vários mandatos como Deputado Federal, de ser seu colega e de reconhecer a forma competente e dedicada como sempre atuou na outra Casa do Parlamento –, mas por V. Exª, agora, na sua Presidência, contar com o reforço de um homem metódico, disciplinado, competente, que vai à raiz dos problemas quando tem alguma missão a desempenhar.

Assim, meus parabéns a V. Exª e ao Senador José Pimentel.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Presidente, eu quero ter a oportunidade de cumprimentar V. Exª, em primeiro lugar, pela condição de Presidente desta importante Comissão do Senado Federal, bem como de cumprimentar o meu colega e amigo, Senador José Pimentel.

Eu também posso dar o meu testemunho. Nós, que já convivemos por uma ocasião em uma mesma comissão, a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional – V. Exª, Senador Maranhão, Presidente; eu, na condição de Deputado, Vice-Presidente; e o nosso Senador José Pimentel, na condição de Relator-Geral do Orçamento da União –, aprofundamos muitos debates, andamos pelo País e, ao final, apresentamos um documento bom para o Brasil, que é a lei mais importante, a Lei Orçamentária.

Então, eu quero dizer da alegria, da satisfação, da honra de estar aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça, ao lado de V. Exªs, para que, durante este ano e o próximo, juntamente com nossos colegas, possamos enfrentar os mais diversos assuntos e problemas que chegarão a esta Comissão.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique e ao Senador Roberto Rocha pelas referências feitas a mim pessoalmente.

Assino embaixo, concordo em gênero, número e grau com os conceitos que aqui foram expendidos a respeito da personalidade do Senador José Pimentel, que acaba de ser eleito Vice-Presidente desta Comissão. O destino novamente nos colocou lado a lado.

Tive a grata satisfação e o prazer de usufruir do trabalho, da dedicação, da experiência e da competência do Senador José Pimentel quando, juntos, dirigimos a Comissão de Orçamento. Naquela época, foi um grande desafio, porque tivemos que fazer dois orçamentos no mesmo exercício, ou para o mesmo exercício, já que a queda da CPMF, por decisão do Congresso Nacional, retirou aproximadamente R\$40 bilhões da receita tributária do Orçamento Geral da União. Estávamos com o orçamento já concluído, em fase de ser remetido ao Plenário do Congresso Nacional, quando o Congresso Nacional decidiu provar a lei que modificou completamente o esquema do equilíbrio orçamentário, a relação receita/despesa. Esse foi um grande desafio.

Tínhamos pela frente, como fatores limitantes, o tempo e o cansaço. Tínhamos acabado de elaborar o orçamento normal e fomos como que desafiados a, em tempo recorde, fechar – V. Exª estava lá e colaborou muito conosco – o novo orçamento sem a presença de recursos tão volumosos, o que modificou completamente a composição. Graças à dedicação de todos os membros daquele órgão técnico e à dedicação especialíssima do então Deputado José Pimentel, em menos de 30 dias, fechamos a nova versão do orçamento. Essa foi uma experiência valiosíssima não somente no que diz respeito à parte técnica, à parte institucional, mas ao fato de nos ter ensinado a lidar, com habilidade e respeito, com nossos pares.

Está ali também a Senadora Rose de Freitas, naquela época Deputada Federal, uma das grandes e ativas participantes desse trabalho. S. Exª já está aí como candidata de todos para a próxima Presidência da Comissão de Orçamento.

Desejo-lhe, Rose, muito sucesso, muito êxito. Sua experiência naquele órgão técnico naturalmente vai lhe valer muito.

Vamos agora ao primeiro item da presente pauta. (*Pausa.*)

V. Exª pediu a palavra?

Desculpe-me Senador, eu estava muito atento à presença da nossa Presidente da Comissão de Orçamento e não vi V. Ex^a, do lado oposto, pedindo a palavra.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador José Maranhão, muito me honra fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão coração da Casa. Sinto-me mais honrado ainda em ter, à frente dessa Mesa, dois Senadores do mais alto conceito na Casa.

Estou chegando agora no Senado Federal e posso dizer a V. Ex^{as}, Senadores José Pimentel e José Maranhão, que a fama de vocês os precede. Aqui sabemos que existem a conversas de corredor. E tive a oportunidade – vamos nos informando, conhecendo as pessoas – de ouvir acerca de vocês dois, a grata satisfação de ouvir, e vou dizer de público: “Dois homens que são sérios e cumprem compromissos”. Isso é muito importante. Estão à frente da principal Comissão da Casa e eu digo que estamos bem servidos com a escolha de V. Ex^{as} como Presidentes. Sinto-me honrado de tê-los à frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado ao Senador Medeiros pelos conceitos generosos que acaba de expender a nosso respeito.

Quero dizer que o que mais me orgulha – se é que orgulho podemos ter, acho que antes deveríamos ter humildade – é que assumimos a Presidência deste órgão técnico sob uma expectativa positiva. E peço a Deus, todos os dias, como já o fiz hoje ao me levantar, que me inspire, que me dê forças e energia para conduzir esta Comissão técnica com equilíbrio, com bom senso, sobretudo para honrar essa expectativa positiva.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em substituição ao Tenente-Brigadeiro do Ar José Américo dos Santos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação pela Comissão.

Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu venho, há quatro anos, lutando para que a nossa Casa se adapte aos novos tempos e se aproprie das novas tecnologias que estão à disposição da humanidade. E tenho manifestado a minha insatisfação com o custo semanal da impressão desses avulsos.

No final da Legislatura passada, eu fiquei muito feliz quando a Mesa inaugurou o sistema informatizado na Comissão de Assuntos Econômicos. E, naquela ocasião, nos foi informado que a mesma providência beneficiaria todas as Comissões já no início desta Legislatura.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que, junto aos outros presidentes de Comissões que não receberam ainda esse importante avanço, em gestões junto à Mesa, nós possamos ter imediatamente instalado esse sistema para que a Comissão tenha seus trabalhos totalmente informatizados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acho que V. Ex^a tem inteira razão e eu diria que não conheço essa resolução, estou chegando agora ao Senado. Se é um resolução do Plenário do Senado, esta Comissão terá que se submeter ao seu império. E, evidentemente, procurarei, se assim for, fazê-lo dentro do menor espaço de tempo possível, de maneira a que esta Comissão se modernize, se informatize.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que designasse um relator para o Projeto de Lei nº 554, de minha autoria, que foi apresentado em 2011 – estamos em 2015! – sobre audiência de custódia.

A adoção desse mecanismo no Estado de São Paulo, no mês de fevereiro, até o dia 23 de março, importou no seguinte: dos presos que foram levados à presença do juiz e do promotor, 40% foram liberados por causa

da audiência de custódia que foi adotada lá em São Paulo. Se em nível federal nós adotarmos essa solução que impede tantas injustiças cometidas por este País afora, as cadeias, que estão abarrotadas de presos, ficarão mais vazias. Isso é menos gasto para o Estado e menos injustiça contra aqueles que estão presos muitas vezes sem responder a nenhum processo.

Por isso, eu gostaria que V. Ex^a adotasse a providência, o mais rápido possível, de nomear um relator, uma vez que essa matéria é atual e vem ao encontro de várias entidades, instituições voltadas para os direitos humanos, não somente o Ministério Público Federal, mas juízes, entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos e Ministério da Justiça. Gostaria que V. Ex^a nomeasse o mais rápido possível um relator para o Projeto de Lei nº 554, de 2011, que está nas gavetas desta Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu até diria que faço minhas as palavras de V. Ex^a, porque na minha condição de advogado não militante – desde que entrei na vida pública tive de fazer uma opção pela atividade política Parlamentar e no Executivo, portanto, não sou um advogado militante, mas tenho conhecimento desse fato –, ainda ontem, em audiência com o Ministro Lewandowski, eu tive de ouvir de S. Ex^a o mesmo apelo que V. Ex^a repete aqui agora, assim como de vários juízes e membros do Ministério Público que se encontravam na antessala. A conversa de mais de dez minutos versou sobre esse tema.

Realmente a experiência de São Paulo pode ser um espelho para o resto do Brasil. Muitas injustiças e muito sofrimento já foram evitados ali em função da adoção desse sistema, de maneira que informo também a V. Ex^a que esse projeto já está com Relator nomeado: o Senador Humberto Costa. É uma notícia boa que dou a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Ótima notícia! E agradeço a celeridade com que V. Ex^a houve nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria acrescentar a V. Ex^a e aos presentes que adotamos o seguinte critério em relação aos projetos já distribuídos na Legislatura anterior, cujos autores ainda não tinham feito seu parecer: consultei os autores para que decidissem se pretendem continuar com a relatoria – dentro de um prazo razoável essa resposta terá que vir –, porque se porventura os atuais relatores não pretenderem continuar com a relatoria, nós vamos escolher outros, dependendo também da manifestação do interesse dos nossos pares.

Essa medida visa a agilizar os trabalhos desta Comissão e torná-los os mais práticos possíveis, de maneira que é uma informação que dou a V. Ex^a, porque realmente esse exemplo que V. Ex^a acabou de citar é uma prova de que precisamos fazer alguma coisa para garantir celeridade ao processo técnico de pareceres apresentados e discutidos, aprovados ou não, nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta do item 3, que está submetido à minha responsabilidade para relatar. É um projeto da maior importância que trata de um novo marco para autorização de biografias, independente de autorização prévia, Sr. Presidente.

Quando nós apresentamos o nosso parecer nesta Comissão, nós não tínhamos, ainda, deliberado sobre o novo Código de Processo Civil, que nós votamos, aqui, no final do exercício parlamentar de 2014. Então, considerando a aprovação do novo Código de Processo Civil, que já foi, inclusive, sancionado por Sua Excelência a Presidente, nós estamos fazendo as adequações para que o nosso parecer possa estar em linha com as importantes iniciativas que foram adotadas no novo Código, que traz uma enorme expectativa com relação à redução de recursos, com relação à velocidade e à celeridade da Justiça brasileira.

É o encaminhamento que faço a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, eu diria que esse assunto já está virtualmente resolvido, porque o Presidente do Senado encaminhou expediente solicitando a retirada de pauta e a remessa, a volta à Mesa do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desse projeto, sim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, para essa matéria foi requerida urgência pelo Presidente da Casa?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não entendi, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu também não entendi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não entendi. Solicitou para que outras Comissões possam ser ouvidas, é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É, exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ah, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou ler aqui...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ah, então, já foi repassado a outras Comissões, às quais foi solicitada a discussão do assunto. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu estou, agora, aqui, com a origem dessa decisão da Mesa do Senado. A Mesa do Senado atendeu a um requerimento do Senador Agripino e de outros que subscreveram o requerimento, pedindo a retirada. Essa é a origem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Está bem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Logo, esse projeto não está sob tramitação nesta Comissão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está, sim. Veja bem, ele está em tramitação, agora, eu estou atendendo a um pedido da Mesa do Senado para a leitura do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Mesa do Senado vai submeter ao Plenário do Senado...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... se o Plenário entende que outras Comissões possam ser ouvidas com relação a esse tema?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente. É o que V. Ex^a quer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por isso que eu digo que o seu pedido está, virtualmente, resolvido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, do item 6, de que eu sou Relator, estou pedindo, também, a retirada de pauta para reestudar o parecer. Item 6.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o Projeto de Lei nº 8.069, de 13 de julho. Ele altera esse projeto de lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é isso?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não, é o PLS 655, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É 8.069.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É isso mesmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendido o Senador José Pimentel.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu sou Relator da PEC 54, que trata de recálculo e correção de aposentadoria.

Como está chegando da Câmara a PEC 56, que trata da mesma...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou pedir silêncio aos presentes, para que possamos ouvir os oradores que estão se manifestando.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu sou Relator da PEC 54, que trata de correções de aposentadoria.

Está chegando a PEC 56, da Câmara dos Deputados, que trata da mesma matéria também. Então, eu estou solicitando que se retire de pauta, para que a gente possa unir as duas emendas constitucionais e, a partir daí, fazer uma votação única, para não haver, de certa forma, posições díspares de assuntos que são correlatos.

Então, eu pediria, também, que fosse sobrestada a matéria.

Vou pedir a devolução do relatório, exatamente, e peço, inclusive, já, que possa ser relator da PEC 56, também, que trata da mesma matéria, para que a gente possa, de certa forma, concluir o trabalho rapidamente, já que é uma matéria extremamente importante para a sociedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendido o pedido de V. Ex^a. É o item 11.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, poço fazer uma consulta a V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quantos projetos estão sob a responsabilidade da Presidência para a designação de relatores?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Secretário da Comissão informa que nós temos, aproximadamente, mil projetos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, Sr. Presidente. É em torno desse tema que eu quero indagar a V. Ex^a, que está iniciando no exercício como nosso Presidente, alguma medida para que nós

possamos encontrar um formato para dar celeridade a esse conjunto de projetos que precisa receber designação por parte de V. Ex^a. Um deles, Sr. Presidente, de minha autoria, parece da maior urgência e relevância que nós possamos tratar, porque é um projeto de decreto legislativo que visa sustar os efeitos do Decreto nº 2.735. Nós apresentamos esse projeto de decreto legislativo ainda no mês de setembro ou outubro de 2014, para sustar um decreto legislativo que está no núcleo, no centro dos episódios da Operação Lava Jato, da Petrobras.

Em 1998, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio desse decreto, naquele momento em que a Petrobras buscava a sua globalização, aumentando muito a sua participação no mercado global de exploração de petróleo e gás, adotou um conjunto de medidas para simplificar compras de produtos e serviços por parte da Petrobras. Isso foi feito para que a Petrobras, naturalmente, pudesse ter agilidade, considerando a necessidade que tinha – e tem – de competir com os seus concorrentes.

Ocorre, Sr. Presidente, que esse método, que era para ser considerado uma excepcionalidade, portanto, uma exceção, se transformou em regra, e, nos últimos dez anos, Sr. Presidente, a Petrobras, por meio desse sistema simplificado, adquiriu, entre produtos e serviços, aproximadamente, R\$220 bilhões. No núcleo disso está a formação do chamado “Clube das Empreiteiras”. Então, o Senado precisa, a meu juízo, enfrentar esse debate, Sr. Presidente, e sustar os efeitos desse decreto.

Assim, o apelo que faço a V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, é que designe um relator, para que nós possamos fazer o debate desse tema, que não pode ser adiado, uma vez que está no núcleo dos escândalos que nós estamos observando na Operação Lava Jato. Isso sem considerar, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas da União já proferiu, já emitiu, já consagrou mais de uma dezena de acórdãos condenando esse tipo de atividade por conta da Petrobras.

Portanto, sustar efeitos de decretos que são nocivos ao interesse público – e esse me parece um decreto que, no tempo, revelou-se nocivo ao interesse público – parece-me ser uma decisão inadiável desta Comissão.

Então, o apelo que faço a V. Ex^a é que designe um relator, para que nós possamos enfrentar e votar esse tema aqui na Comissão e que, depois, de maneira soberana, o Plenário do Senado possa decidi-lo.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu acho inteiramente pertinente o apelo que V. Ex^a faz, até porque V. Ex^a é o autor do projeto. Evidentemente, se não fosse o autor do projeto, pelo seu interesse, pelo conhecimento de causa, eu iria designá-lo relator, mas peço a V. Ex^a que me ajude no sentido de oferecer uma sugestão indicando o companheiro que seria a figura mais indicada para esse fim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Ronaldo Caiado teria grande presteza...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Com o maior prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...em ser designado relator para fazer uma avaliação desse decreto legislativo. Se V. Ex^a pudesse honrá-lo, eu tenho certeza de que ele será muito célere e veloz.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza. Vamos, então, indicar o Senador Caiado para que ele relate esse projeto que, conforme V. Ex^a está acabando de demonstrar a todos nós, é inteiramente adequado para a boa funcionalidade de uma empresa, que é a maior empresa brasileira e uma das maiores do mundo.

Eu diria a V. Ex^a que, na minha experiência de executivo, quando passei pelo governo do Estado, tínhamos essa grande dificuldade sempre que queríamos agilizar o processo gerencial das empresas públicas. É que, pela própria necessidade de garantir a essas empresas a devida transparência e sobretudo a segurança de suas operações, elas são lentas.

A legislação que disciplina a realização de licitações, por exemplo, deixa sempre a empresa pública em desvantagem em relação à empresa privada. Esse foi um dos argumentos que o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso usou, entre muitos outros, para deflagrar um processo de privatização de muitas empresas no setor elétrico e no setor, inclusive, bancário. Parece que a experiência foi frutífera. No meu Estado, por exemplo, tínhamos uma empresa, uma sociedade de economia mista, portanto, uma empresa pública, responsável pela distribuição de energia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O problema é que a exceção virou regra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E a empresa tinha uma série de deficiências, não sei se por mera coincidência ou em função mesmo do sistema, da lei, das amarras a que já me referi. Depois que foi privatizada, a empresa experimentou uma eficiência notória.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O problema é que a Petrobras se valeu dessa exceção como regra e acabou utilizando esses mecanismos para contratar 90% dos seus fornecedores, serviços e produtos. Ou seja: passou a definir quem, na avaliação dela, tinha condições de fornecer esse serviço e esse produto, impedindo que uma competição saudável no mercado fosse desenvolvida para participar desse certame. É exatamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O caso da Petrobras é exemplo de um adágio popular: criar dificuldades para vender facilidades. Lamentavelmente, a legislação, que é uma legislação que impõe cautelas, precauções no processo gerencial das empresas públicas, muitas vezes serve para se praticar irregularidades, atos desonestos como esses que foram denunciados e que estão escandalizando a opinião nacional e internacional.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me designe relator. Aceito a função e estarei, o mais rapidamente possível, entregando o relatório para ser apreciado pela Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não. Conforme já informei a V. Ex^a e à Casa, V. Ex^a acaba de ser designado Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, cujo autor é o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, o Senador Pimentel para iniciar a leitura do relatório do item 1 da nossa pauta, já lido aqui.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Excelentíssima Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 2, de 2015 (nº 22, de 2015, na origem), o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Francisco Joseli Parente Camelo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea “a”, e 123, da Constituição Federal de 1998, regulamentados pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio aos presentes para ouvirmos o relatório do Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, os membros do STM serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha; quatro dentre oficiais-generais do Exército; três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira; e cinco dentre civis, os quais serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o citado Ato nº 1, de 2007, e com o art. 101, inciso II, alínea “i”, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, também por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Francisco Joseli Parente Camelo encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir. O indicado atualmente é Tenente-Brigadeiro-do-Ar, oficial general de último posto, portanto, da Força Aérea Brasileira, com mais de quarenta anos de carreira e experiência de mais de cinco mil horas de voo nas aeronaves T-23, T-37, AT-26, C-42, C-95, VU-9, VU-93, VU-35 e VC-96.

Dentre inúmeras outras atribuições, foi instrutor de voo e Chefe de Pessoal do 1º/5º Grupo de Aviação de Caça, instrutor de voo e Comandante da Esquadrilha do 2º/5º Grupo de Aviação, Chefe da Seção de Instrução do 6º ETA, assistente do Comandante do VII Comar e do Comandante do IV Comar, onde também foi Chefe do Serviço de Comunicação Social. Foi, ainda, Comandante do 4º Esquadrão de Transporte Aéreo, Comandante da Base Aérea de Salvador, Assessor de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Coordenador Substituto da Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional, Adido de Defesa e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Argentina, Assessor-Chefe para Assuntos de Aeronáutica na Subchefia Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, onde também foi Secretário de Coordenação e Assessoramento Militar.

Convém destacar, ainda, as condecorações recebidas pelo indicado, dentre as quais: Ordem do Mérito da Defesa (Grau de Grande Oficial), Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Grã-Cruz), Ordem do Mérito Naval (Grau de Grande Oficial), Ordem do Mérito Militar (Grau de Grande Oficial), Ordem do Rio Branco (Grau de Grande Oficial), Ordem do Mérito do Judiciário Militar (Grau de Alta Distinção), Medalha da Vitória, Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha Mérito Tamandaré, Medalha do Pacificador, Medalha Mérito Operacional Brigadeiro Nero Moura, Ordem Real da Noruega (Grau de Grande Oficial), Ordem da Legião de Honra (França), Ordem do Mérito Nacional (França), e Medalha Piloto “Honoris Causa” da Força Aérea Argentina.

No tocante às exigências constantes do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando a inexistência de cônjuge, companheiro ou parente no exercício de atividades vinculadas a sua atividade profissional. Declarou, ainda, que não participa nem nunca partici-

pou, como sócio, cotista ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal e distrital, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes. Também declarou que não figura como autor ou réu em ações judiciais e que não atuou nos últimos cinco anos em juízos ou tribunais.

Em relação à argumentação escrita exigida pelo inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o indicado ressaltou que há 46 anos pertence à Força Aérea Brasileira, tendo iniciado sua carreira militar em 1969, quando foi admitido no Curso Preparatório de Cadetes do Ar. Desde então, já galgou todos os postos como Oficial da Força Aérea Brasileira.

Ainda destacou os distintos cargos que ocupou e os diversos cursos que realizou, salientando que sua atuação e sua formação técnica, profissional e cultural, forneceram-lhe conhecimento e visão em diferentes áreas de formação, como Psicologia, História, Geografia, Direito Constitucional e Direito Penal Militar.

Por fim, o indicado se diz satisfeito por todo o caminho já percorrido e faz questão de asseverar a sua certeza acerca de sua capacidade de cumprir as tarefas que lhe forem confiadas como Ministro do STM, com o mesmo entusiasmo e conduta que teve ao se dedicar por tantos anos à Força Aérea Brasileira.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, considerando tratar-se de deliberação que resultará de voto secreto, limitamo-nos a este relatório, acreditando termos fornecido às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes da CCJ elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Francisco Joseli Parente Camelo para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu sei que não está em discussão, até porque ainda haverá a sabatina, mas eu quero apenas corroborar as palavras do excelente relatório do Senador José Pimentel, registrando a grande folha de serviços prestados pelo Brigadeiro Joseli ao País.

Portanto, mais que merecida, a indicação é extremamente competente para suprir e honrar o Superior Tribunal Militar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O assunto continua em discussão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, conheço o trabalho do nosso querido amigo Joseli e acredito no parecer do Senador Pimentel, que, alias, fez um parecer com inúmeras citações acerca dos trabalhos prestados.

O indicado, acompanhando a Presidenta da República, por várias vezes esteve conosco e todas as vezes em que foi necessário o apoio da Aeronáutica, tanto em seca como em grandes enchentes, em nosso Estado, ele sempre foi uma pessoa muito presente e colaborativa.

Tenho certeza de que essa nova missão ele a cumprirá com muita honestidade, como é próprio do seu caráter, e poderá ainda mais contribuir para este País, a fim de que se faça justiça por meio do cargo que vai exercer a partir de agora.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria, mais do que cumprimentar pelo relatório o eminente Senador José Pimentel, de sugerir que a gente pudesse adiantar essa sabatina, uma vez que essa matéria já está aqui desde dezembro e o Superior Tribunal Militar aguarda, com expectativa, essa providência do Senado. Desse modo, a gente tem, antes da Semana Santa, apenas a possibilidade de fazê-lo nesta própria quinta-feira, amanhã, ou na próxima terça-feira. E assim, fazendo a sabatina, poderemos efetivamente votar.

Essa é a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero informar ao Senador Rocha que nós temos de submeter o relatório à apreciação da Comissão por cinco dias úteis após sua leitura, que está ocorrendo hoje. Então, eu posso já, atendendo o apelo de V. Exª, marcar para a próxima reunião, que seria dia 1º, na Semana Santa, quando nós sabemos que, na prática, não vai funcionar. A reunião seguinte seria no dia 7, que é uma quarta-feira – uma reunião extraordinária. A reunião ordinária é dia 8. Isso atende a V. Exª?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Dia 7?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim; dia 7.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sim; essa é, regimentalmente, a data...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O quinto dia cairia no dia 1º, mas é Semana Santa. Não adianta nutrirmos a esperança de que se vai quebrar uma praxe do Congresso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Havia uma instrução, um ato normativo da Comissão, segundo o qual poder-se-ia fazer a sabatina em conjunto com a leitura do relatório. Eu

creio que a gente tem que voltar a discutir essa possibilidade; porém, o fato é que não existe atualmente. Então, respeitando o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O que acontece é que a matéria está rigidamente disciplinada no Regimento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Isso! Perfeito! Está o.k.! Acho que está bom.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a reunião futura do dia 7 do mês de abril o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Indica, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: a ser apresentado.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registramos o encaminhamento do Ministro Presidente do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, quanto ao nome do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no biênio 2015-2016.

O Ministro Lelio é natural de Niterói, no Rio de Janeiro. Nasceu em 3 de julho de 1965. É bacharel em Direito pela UnB e mestre em Direito Internacional pela Universidade de Essex, na Inglaterra. Participou de diversas ações internacionais, inclusive de trabalhos na Organização Internacional do Trabalho (OIT). É professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (Enamat). É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 2003, onde exerce também a função de Presidente da 1ª Turma e Presidente da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ainda em relação à experiência profissional, além de Ministro, exerceu anteriormente a função de assessor no próprio Tribunal Superior do Trabalho. É especialista em Educação e Oficial de Programas para a América Latina da OIT. E foi membro do Ministério Público do Trabalho entre 1989 e 2003, onde ocupou o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho, entre outros.

Portanto, Sr. Presidente, o currículo é extremamente intenso. A experiência do Ministro Lelio é extremamente comprovada. Sem dúvida alguma, é uma indicação que honrará o CNJ e o Tribunal Superior do Trabalho.

Nosso parecer é favorável, para que possa ser feita a sabatina e para que seja apreciado por esta Comissão o nome do digníssimo Ministro Lelio Bentes Corrêa para o biênio 2015-2016 do CNJ, representando o Tribunal Superior do Trabalho.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira participar da discussão, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

O próximo item da pauta seria o item 4. Todavia, como o Relator não está presente, passamos ao item 7, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 95...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, quero dizer do item 4. Eu estou presente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a é o Relator?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estou me referindo ao autor, o Senador Randolfe.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, o autor é o Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas há um voto em separado, cujo autor é o Senador Randolfe.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O voto em separado já foi objeto, Sr. Presidente, do meu parecer. Foi rejeitado no meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acontece que o processo não se acha aqui, segundo informa a assessoria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Está aqui, no avulso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto se V. Exª poderia esperar um pouco a chegada do Senador Randolfe, que gostaria de participar desta discussão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu creio que a gente poderia começar a discussão e o Senador, chegando, participa dela.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, item 4.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2011

– Não terminativo –

Altera o §6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: favorável à proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

– em 14/11/2012, foi apresentado o voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues contrário à proposta;

– em 10/12/2014, a Presidência concedeu vista aos Senadores Francisco Dornelles, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Não está presente. Então, a gente pula essa parte, já que o Senador está em trânsito para cá.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que já concordou em abrir a discussão e fazê-la durar até a chegada do Senador Randolfe. Parece que é isso. Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para as suas considerações.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção dos novos membros desta Comissão, dos ilustres novos membros desta Comissão, que não acompanharam a discussão realizada em relação a esse projeto na Legislatura passada, porque ele tem uma relevância extraordinária. Ele tem um viés pacificador nas relações entre ocupantes de terras indígenas e os indígenas do País. Por quê? Porque cria a possibilidade de indenização das benfeitorias e da terra ocupada de boa-fé por pessoas que se instalaram em terras indígenas munidos de títulos de reforma agrária e de outros títulos de posse concedidos pelos Governos Estaduais e mesmo pelo Governo Federal.

Eu vou reler aqui alguns itens do meu parecer para conhecimento dos novos integrantes desta Comissão.

A proposição suprime a parte final, e eu quero fazer uma homenagem ao Senador Paulo Bauer. O Senador Paulo se encontra em restabelecimento de uma cirurgia coronária e, em sua homenagem, eu quero inclusive fazer a defesa veemente deste projeto.

A proposição do Senador Paulo Bauer suprime a parte final do §6º do art. 231 da Constituição Federal, que veda indenização ou ações contra a União em decorrência da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, exceto com relação a benfeitorias resultantes da ocupação de boa-fé.

No mesmo sentido, a proposição acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar indenização, com base no valor estimado da terra nua e das benfeitorias úteis, necessárias realizadas de boa-fé, aos possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Portanto, é uma indenização para ocupantes de terras declaradas indígenas que se verificou antes da vigência da atual Carta Magna.

Na justificação, o Senador Paulo Bauer estabelece que se devem conciliar as justas pretensões daqueles que, de boa-fé, detêm títulos dominiais relativos a terras ora reconhecidas como indígenas com o direito fundamental dos índios às terras que, histórica, cultural e tradicionalmente, lhe competem.

Ou seja, o Projeto de Emenda à Constituição exalta o direito dos povos tradicionais à ocupação dessas terras, mas preserva o direito daqueles que, de boa-fé, recebendo títulos dominiais do próprio Poder Público, lá se instalaram.

É importante assinalar que a aprovação desta PEC beneficiaria milhares de pessoas, índios e não índios, sendo indispensável que ofereçamos uma solução que tenda, como já falei, a produzir justiça e paz e não acirre os conflitos já existentes.

É objetivo do projeto e é forçoso notar que muitas das posses atuais se assentam em títulos dominiais expedidos pelo Poder Público, como já frisei, em favor de particulares, tendo gozado por anos e anos da presunção de legalidade e legitimidade. Ao declarar esses títulos nulos, sem indenizar seus detentores, o Estado brasileiro promove indisfarçável injustiça, pois não honra a posse civil e a propriedade que reconheceu e mesmo criara, provocando grave insegurança jurídica, ainda que seja legítima a prevalência da posse indígena.

A PEC do Senador Paulo Bauer não pretende – eu quero relevar este fato – opor esses títulos à posse indígena, de maneira nenhuma, e não fere direito algum dos povos tradicionais. Tampouco busca coonestar a suposta ação de particulares “cientes das legítimas pretensões dos índios, que eram facilmente atropelados pelo ‘espírito bandeirante’ de outrora”, como ponderou, compreensivelmente, o Senador Randolfe Rodrigues, a quem presto todas as minhas homenagens. Ao contrário, a ampla maioria dos particulares que se estabeleceram em terras indígenas tiveram o amparo legal e material do Estado brasileiro, que então promovia a colonização do interior. Caso exemplar deu-se em Mato Grosso do Sul, da nossa Simone Tebet, na década de 1940.

A justa preocupação do Senador Randolfe é que essa PEC venha amparar aqueles mal-intencionados, desonestos, usurpadores da terra indígena, aqueles que as ocuparam clandestinamente, aqueles que as ocuparam ilegalmente.

O argumento de que a nulidade e a extinção dos títulos dominiais não podem gerar efeitos indenizatórios não se sustenta diante do próprio §6º do art. 231 da Constituição, que permite a indenização das benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé – e aqui nós estamos querendo beneficiar aquelas pessoas honestas que foram lá lavrar terras indígenas sem saber que eram terras indígenas. O fundamento jurídico para indenizar a posse da terra nua em boa-fé é o mesmo que a Constituição admite para as benfeitorias, e não pode ser mitigado pela leitura seletiva do comando constitucional.

Mas não é só: cuida-se, substancialmente, de compreender que a responsabilidade estatal, aqui, neste caso, não decorre nem da declaração do caráter da terra indígena nem da nulidade dos atos jurídicos decorrente desse procedimento, mas, sim, do dano causado pelo Estado a terceiros – repito: agricultores familiares, pequenos agricultores de boa-fé – como consequência da expedição de títulos de domínio ou legitimação de posse em favor deles.

No caso, o Estado – e é o caso de Santa Catarina, onde, no Governo Celso Ramos, criou-se um órgão de reforma agrária que titulou esses agricultores, que já estão lá nessas terras há várias gerações, há quatro ou cinco gerações –, ao emitir títulos e legitimar posses de áreas posteriormente declaradas indígenas, tratou a terra, equivocadamente – no que fez incorrer em erro milhares de famílias –, como se bem dominical (isto é, sem destinação pública específica) fosse, tornando os atos correspondentes dignos de toda credibilidade, como, aliás, ocorre, por presunção, com todos os atos de Estado.

Verificam-se presentes, pois, os elementos caracterizadores da responsabilidade estatal e hábeis a deferir a reparação em favor dos prejudicados: fato ou ato administrativo causador de dano (a expedição de títulos dominiais de que resultou a posse colona), o dano propriamente dito (a expropriação sem indenização pela terra) e o nexo causal entre uma e outra coisa.

Bastam esses argumentos, Sr. Presidente, que expendi no meu relatório para solicitar a aprovação da proposta de emenda à Constituição, nos termos do substitutivo que apresentei e que aprimorou, pelo debate com os senhores integrantes desta Comissão, substancialmente, o projeto.

Peço, pois, aos meus pares a aprovação deste projeto, que, como digo, é pacificador das relações entre colonos e índios e que tem um grande viés de justiça e de paz no campo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O projeto está em discussão.

Com a palavra, o Senador...

Peço vênia à Senadora, porque já há um orador inscrito, o Senador Omar Aziz, a quem concedo a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Senador Luiz Henrique; Srªs Senadoras, historicamente, isso vem acontecendo em nosso País, principalmente na região onde há uma po-

pulação indígena maior. O Estado do Amazonas tem mais de 70 etnias diferentes, em torno de 200 mil índios. Muitos produtores foram convidados pelo Governo, nas décadas de 60 e de 70, para se instalarem lá e produzirem e, hoje, veem dificuldades não só na questão das terras indígenas, mas também na questão ambiental.

Por isso, acho que chegou o momento de aprovarmos uma lei que não permita ao Estado cometer, muitas vezes, um crime contra pessoas. Manda-se uma pessoa para morar dentro da Amazônia, e, depois de 10 ou 15 anos trabalhando, ela ainda espera sua regularização fundiária. Hoje, os grandes problemas que nós temos de desmatamento na Amazônia – vamos deixar bem claro – e os grandes problemas relativos ainda a mortes no campo se dão por falta de regularização fundiária. Isso é muito claro para todos nós. Se não houver a regularização fundiária, estaremos sempre no embate de quem é proprietário ou não é proprietário.

Isso acontece não só no meu Estado, como também em outros Estados brasileiros. Há aquela forma de não se ter responsabilidade, de se fazer o assentamento de famílias que ali vão para trabalhar, para produzir e para gerar riqueza. E, muitos anos depois, essas pessoas são surpreendidas quando dizem: “Olha, depois de amanhã, vocês têm de sair daqui, porque essas terras não são suas. Vocês as estão ocupando.” E aí começa o conflito. A partir do momento em que o Governo não se posiciona, começa o conflito.

Então, acho que essa medida, essa lei é saneadora e é muito pedagógica, para que não se façam futuramente novas investidas no assentamento de famílias, porque essas pessoas podem ter problemas futuros. Isso acontece com o pequeno e com o médio produtor, que já têm grandes dificuldades de produzir e de escoar a produção para poder vender. E ainda há os problemas jurídicos que eles têm de enfrentar no dia a dia com a não solução desses problemas.

Quando o Estado se vê obrigado a indenizar pelo erro que cometeu, ele terá mais cuidados no futuro, para que não faça isso novamente. Que não faça isso novamente! Até agora, eles não têm prejuízo, mas uma coisa tem de ser colocada. E não sei se isso será feito nesta Comissão, porque a Comissão aqui não está discutindo o mérito da matéria. Nós estamos discutindo se ela é legal ou não é legal. Mas também é preciso dar prazo para o Governo indenizar essas famílias. Não se pode tirar uma família do lugar, mandá-la embora, porque, depois, passam-se anos e anos para ela receber essa indenização.

Outra coisa muito séria que também vou trazer ao debate no Senado é a questão mineral da nossa região. Nossa região é muito rica em minerais, e a população indígena poderia muito bem estar usufruindo da extração mineral dessas terras. Não sei por que razão os projetos que existem aqui, no Congresso Nacional, não andam no sentido de que possamos explorar sustentavelmente os minérios e as riquezas que temos na nossa região.

A região do Amazonas – o Rio Negro, especificamente – é muito rica em minérios, e 80% a 90% das terras estão em terras indígenas. Muitos desses, hoje, vivem em condições precárias. Poderiam estar tendo uma qualidade de vida melhor se essas riquezas que temos no nosso País estivessem sido tiradas sustentavelmente. Não é feito isso, não sei a razão, não vejo nenhuma vontade de se fazer esse tipo de investimento no nosso País. Espero que isso possa acontecer.

Por isso, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, sou favorável à indenização das pessoas que foram enganadas. Não vamos chamar essas pessoas de grileiros, de invasores. Essas pessoas foram enganadas. Por uma razão ou outra, foram levadas a uma localidade para poder produzir e, agora, estão tendo essa dificuldade para continuar a produzir em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de mais nada, quero parabenizar o autor dessa PEC, o Senador Paulo Bauer, igualmente o nosso querido Senador Luiz Henrique, Relator dessa matéria da mais alta relevância para o Brasil, principalmente para a zona rural.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que a PEC foi apresentada em 2011. Talvez, daí a preocupação do Senador Randolfe Rodrigues em relação a essa questão. Naquela época, realmente, esse projeto não estava maduro para ser aprovado. De lá para cá, muita coisa aconteceu, e houve um amadurecimento tanto da parte dos proprietários quanto da parte das aldeias indígenas, índios e não índios, depois de exaustivas reuniões feitas no interior deste País e aqui, no Ministério da Justiça. Eu mesma, como Vice-Governadora, participei de algumas dessas reuniões.

Primeiro, quero dizer que esse projeto de forma alguma prejudica. Ao contrário, ratifica e confirma o direito dos povos indígenas em relação às suas terras. O que simplesmente essa PEC faz é, pacificando essa questão, resolver um problema grave de omissão do Governo Federal, da União. A omissão e a morosidade na regulamentação dessa questão, descumprindo-se o preceito constitucional que estabelecia que, após a Constituição de 88, o Governo Federal teria cinco anos para efetivar e regularizar as áreas consideradas efetivamente indígenas, criaram essa situação. Aí, não tenho dúvida em relação à responsabilidade objetiva e subjetiva do Estado. Pela omissão, subjetiva; pela ação, ainda que correta, ao dar áreas consideradas indígenas a proprietários, a possuidores que, agindo de boa-fé, produziram, plantaram e ajudaram na riqueza deste País, o Governo

do Estado, o Governo Federal, como qualquer cidadão, têm responsabilidade em relação a isso. E esse projeto nada mais faz do que, agora, através de uma PEC, corrigir, talvez, o dispositivo da Constituição, que impedia a indenização da terra nua.

Eu gostaria aqui apenas de dizer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior reserva indígena deste País. Só estamos atrás do Amazonas. Nós temos mais de 70 mil índios. Em conversa, inclusive, com diversas etnias do Estado, eles falaram para mim, junto do Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardozo, que não são contra a indenização. Eles querem simplesmente a área. E os proprietários rurais, que até há algum tempo tinham dificuldade em sair dessas áreas, hoje veem que esse conflito prejudica eles próprios.

A terra hoje está desvalorizada, a violência no campo aumentou. Nós temos dados de que, nesses últimos dez anos, fechando de 2002 a 2011, nós tivemos mais de 500 índios assassinados no Brasil. Só em Mato Grosso do Sul, houve 55% desses assassinatos, sem contar os suicídios – e aí há outra omissão do Governo Federal, porque há desassistência geral em relação aos povos indígenas.

Então, os conflitos relativos a direitos territoriais serão solucionados, em grande parte, com a aprovação desta PEC.

Eu finalizo minha participação em relação a esta questão sentindo-me muito confortável para dizer que, tendo participado de diversas reuniões com índios e não índios e o Governo Federal, esta matéria atende o Governo Federal, os índios e os proprietários rurais, que agora vão poder, através da indenização da terra nua e das benfeitorias, adquirir outra área, plantar e produzir para o bem deste País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bem.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, para falar sobre o assunto.

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente José Maranhão.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar pelo trabalho exaustivo, tecnicamente, politicamente, legalmente muito bem fundamentado da relatoria do Senador Luiz Henrique, e lembrar que este projeto não é terminativo na CCJ. Ele foi submetido ao pedido de vista de vários Senadores. Portanto, já estamos em condições de apreciar a matéria.

Os chamados títulos dominiais têm a presunção, como bem disse o Senador Luiz Henrique, da legalidade e da legitimidade. Afinal, o Estado, como ente público, é que os concedeu. E, agora, o que se estabelece com este projeto é tão somente o marco legal para definir, retirando a preocupação e até os aspectos muito bem citados pela Senadora Simone Tebet, geradores de insegurança jurídica, de violência e de uma relação desnecessariamente conflituosa entre comunidades indígenas e produtores rurais, pequenos produtores rurais ali localizados, com o objetivo, à época da concessão dos títulos, de ocupação do Território brasileiro para finalidades desenvolvimentistas e da própria segurança nacional. Os critérios que àquela época vigoravam não são os mesmos de hoje, mas essas comunidades de agricultores ou de populações indígenas precisam exatamente do resguardo desse direito que o projeto está assegurando.

Ao cumprimentar o Senador Luiz Henrique, eu também queria dizer que esta proposta, sem ferir os direitos das comunidades indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, conforme previsto no art. 231 da Constituição, evita injustiças decorrentes de erros da Administração Pública em épocas passadas, que alienou equivocadamente terras que posteriormente foram declaradas como indígenas pelo desrespeito ao prazo de cinco anos estabelecido no art. 67 da Constituição Federal para a conclusão das demarcações, e ao aditivo, por meio de indenização às pessoas que adquiriram terras de boa-fé e que depositaram confiança no Estado brasileiro.

Então, o Senador Luiz Henrique foi muito feliz em toda a fundamentação que usou para o seu relatório, com esse substitutivo.

Meu apoio integral à iniciativa do Senador Paulo Bauer, que foi aperfeiçoada pelo substitutivo do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar também em favor do relatório do Senador Paulo Bauer, porque vejo, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, região que mais conheço, uma insegurança jurídica muito grande em razão dos inúmeros acontecimentos que ocorreram e que ocorrem. Há famílias que estão, às vezes, não há 10, 15, mas há 100 anos na da terra, e continuam com essa insegurança jurídica porque, de repente, vem um laudo antropológico e diz que aquela é uma terra indígena. E sabemos que, tradicionalmente, o Brasil inteiro era terra indígena. Essa que é a grande verdade.

Então, o que ocorre? Eu não posso compactuar com o fato de que possamos fazer uma legislação, legislar aqui pela exceção, não aprovarmos esta lei porque alguém poderá usá-la de má-fé. Eu penso que está na hora – nós temos este desafio – de começarmos a legislar pelas pessoas normais, pelas pessoas de bem.

E eu aqui abro parênteses: ontem nós aprovamos o fim das coligações proporcionais, mas muito mais pelo efeito Tiririca do que propriamente por uma questão geral. Quantos Tiriricas há no País? Eu vi que o grande argumento era o seguinte: vamos aprovar porque uma personalidade se elege e leva outros. Mas quantos nós temos aqui, dentre os mais de 600 Parlamentares? São casos esporádicos, mas cria-se uma comoção e aprova-se uma legislação devido àquela exceção.

Neste caso também eu vejo aqui muita preocupação em fazermos a legislação, e há algumas correntes pensando em não indenizarmos porque alguém vai usar de má-fé. Ora, se formos nos preocupar com isso, vai ficar difícil, porque vamos começar a legislar pelas exceções.

Para concluir, Sr. Presidente.

Penso que isso trará uma segurança jurídica, como já foi falado aqui, há muito demandada neste País. Hoje nós temos produtores que não investem, estão em sua terra há dez, quinze ou vinte anos, e não investem porque não sabem se amanhã ou depois vão ser retirados, podendo levar só as tábuas do curral. Essa preocupação é urgente, mas é urgente também deixarmos bem claro que a retirada do proprietário da terra acontecerá depois que a União pagar. Senão, o proprietário vai sair, isso aí vai entrar *ad eternum* e ele não recebe nunca mais.

Essa aprovação é importante porque vai trazer mais responsabilidade quanto a essa questão de estar demarcando e declarando terras – quanto a isso tenho minhas ressalvas, mas isso é para outro debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua facultada a palavra.

Não havendo mais oradores, passa-se à votação do relatório.

Em votação o relatório, favorável à proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Passamos agora ao Item nº 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, DE 2011

– Não terminativo –

Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

– Em 10/12/2014, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais.

Consulto a Senadora Gleisi Hoffmann sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*) A Senadora não se encontra no plenário.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para suas considerações finais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu peço a retirada de pauta do item 7.

Essa matéria eu quero reestudar para apresentar novos argumentos na próxima reunião. Se V. Exª puder...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendido o requerimento de V. Exª, que é regimental.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria já foi objeto de discussão e tratativas nesta Comissão.

Na verdade, entendemos, por fim, que as obras destinadas à segurança nacional devem ser dispensadas de demonstrar sua sustentabilidade socioeconômica. Tendo em vista a grande quantidade de obras de engenharia que vêm sendo realizadas pelas Forças Armadas, acreditamos que a conjugação da atividade militar com a sustentabilidade econômica e social será de difícil evidênciação, especialmente junto aos respectivos órgãos gestores.

Cumprе salientar que o PLS nº 739 vem vazado em boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto é, sem dúvida nenhuma, pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Apresento a emenda: “Estão dispensadas da obrigação de que trata o *caput* as obras destinadas à segurança nacional.”

Então, Sr. Presidente, eu acho que a matéria já foi objeto de discussão no momento lá atrás, tendo em vista o pedido de vista da Senadora Hoffmann. Como não houve voto contrário ou contrapondo ao relatório, eu convido os Srs. Senadores para a aprovação dessa matéria, a fim de que a gente possa, exatamente, encaminhá-la à outra Comissão, se necessário for, à Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, em votação.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Eu quero comunicar ao Plenário que, da nossa pauta, não temos mais relatores presentes. Portanto, vou encerrar a discussão da pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia primeiro de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Blairo Maggi e das Senadoras Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Não havendo quórum regimental para deliberação, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e trinta e dois minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quinze, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2014; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 7) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício (Senadora Marta Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Marta Suplicy**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Há número regimental para abrir os trabalhos, ou seja, um quinto – nós somos 11 Senadores e Senadoras –, mas não há número para deliberar; precisaríamos de 14 Senadores e Senadoras.

Em face disso, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e uma boa Semana Santa!

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Marta Suplicy, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o relatório é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à *Jornada Mundial da Juventude – 2013*, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é prejudicado por 13 (treze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, com a abstenção do Senador Otto Alencar. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que “Altera dispositivo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para permitir o acesso ao programa a estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval, que “Inscribe os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Prosseguindo, as Senhoras Senadoras Lídice da Mata e Fátima Bezerra usam da palavra para relatar a participação, como membros desta Comissão, no XXXV Salão Mundial do Livro, realizado na cidade de Paris (França), no período de 19 a 23 de março. A presidência parabeniza as senadoras pela honrosa participação no evento. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **Enador Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Lídice da Mata, para leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, é com enorme satisfação que vemos V. Exª dirigindo novamente esta Mesa, após a crise de coluna que o acometeu semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Espero que esteja bem.

Sr. Presidente, eu queria solicitar a retirada de pauta deste projeto, já que trata da Lei Rouanet, e o atual Ministro e o Ministério da Cultura têm a pretensão de apresentar um projeto de lei mais global a respeito desse assunto. É um debate que se iniciou há dois anos e seria muito importante que pudéssemos ouvi-lo.

Eu recebi um pedido do Ministério da Cultura para que eles venham aqui apresentar essa nova proposição, a fim de adequarmos essa legislação para acomodar o interesse de fazer avançar muito mais a proposta de fortalecimento da cultura nacional. Por isso, solicito a retirada de pauta desse projeto, para que, efetivamente, à luz desse debate, façamos uma legislação que realmente avance o fomento à cultura e ao consumo de cultura em nosso País e a sua promoção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Essas pessoas do Ministério da Cultura viriam aqui através de um requerimento de V. Exª?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não. Não seria necessário. Eles fariam uma reunião aqui na Secretaria da Comissão, conosco.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

A matéria é retirada da pauta atendendo à solicitação da Relatora.

Item 2. Na reunião anterior, em 17/03/2015, a matéria já foi lida e iniciada a discussão. Quando houver quórum a colocamos para deliberação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, DE 2012

– Terminativo –

Altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

Passo a palavra à Relatora, Senadora Lídice da Mata, para leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, na verdade trata-se de um projeto de lei do grande Senador Paulo Paim que altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970, como V. Exª já anunciou.

O projeto determina que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação e, conforme determina o Regimento Interno da Casa, é um projeto terminativo em nossa Comissão.

Na justificação, o autor questionou o caráter impositivo da redação do art. 64 da Lei nº 12.663, de 2012. Os alunos não poderiam ficar todo o período da Copa sem aulas pelo fato de sua realização no País. Os jogos ocorreriam apenas em algumas cidades e, na maior parte das vezes, com número reduzido de partidas, não se justificando as férias durante todo o período e em todo o território nacional. O Senador Paim lembrou, ainda, que a mesma lei dispunha sobre a possibilidade de feriado nacional nos dias de jogos da seleção e de ponto facultativo nos dias de realização dos demais jogos, nas respectivas cidades de sua realização.

O projeto tem decisão terminativa, como disse, e não há vícios de constitucionalidade e juridicidade. O seu texto encontra-se redigido em boa técnica legislativa, contudo, ocorrida a Copa do Mundo, não cabe mais apreciar o conteúdo do PLS nº 451, de 2012, pois a matéria perdeu a oportunidade e ficou prejudicada.

Em face ao exposto, a nossa proposta é pelo arquivamento do Projeto de Lei, mediante a recomendação de declaração de sua prejudicialidade, com base nos arts. 133, inciso III, e 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quórum, a matéria será sobrestada para a próxima reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de V. Exª passar ao próximo item de pauta, eu queria apenas dar conhecimento a V. Exª e à Comissão de que eu e a Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Fátima Bezerra, nesses dias 19, 20, 21, 22, e ela também no dia 23, participamos do Salão Mundial do Livro, onde o Brasil foi o homenageado principal. Foi uma atividade extremamente produtiva. O *stand* do Brasil foi promovido pelo Ministério da Cultura do Brasil, pela Embaixada do Brasil na França e pela Câmara Brasileira de Livros. Foi uma experiência extremamente positiva e, posteriormente, nós duas apresentaremos a esta Comissão e à Casa o relatório dessa viagem.

A Senadora Fátima Bezerra já apresentou à Casa um projeto fundamental que foi ponto de grande discussão nessa feira, o projeto que estabelece o preço fixo do livro no Brasil. Eu creio que a proposta legislativa da Senadora será motivo de debates intensos e longos, ou pelo menos de médio prazo, nesta Casa, e considero que terá um impacto e uma importância muito grande na indústria editorial do Brasil. Esta não é uma indústria pequena, é uma cadeia importante e consolidada da chamada economia da cultura ou economia criativa, no Brasil, e espero, em outra oportunidade, podermos debater esta questão. Se não me engano, a Senadora Fátima já apresentou, ou vai apresentar, nestes próximos dias, uma proposta de seminário para o debate do seu próprio projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Primeiramente, agradeço a presença de V. Exª nesse evento. Com certeza, de uma forma ou de outra, estava representando também esta Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – A Senadora ainda não apresentou esse requerimento, mas, com certeza, será apreciado aqui.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2012

– Terminativo –

Altera dispositivo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para permitir o acesso ao programa a estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

Passo a palavra à Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, para a leitura do relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente já leu o projeto.

Vou passar à análise.

Compete a esta Comissão, em face do pressuposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as matérias de natureza educacional, como é o caso do objeto do presente projeto. Ainda por conta dos citados RIFS, notadamente no seu art. 91, tal exame terá caráter terminativo a exigir assim manifestação deste Colegiado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

A esse respeito, a matéria sob exame está sujeita à competência legislativa da União, já tendo sido inclusive submetida à análise do Congresso Nacional, em oportunidade pretérita, por meio da Medida Provisória nº 203 de 2004, a qual deu origem à Lei nº 11.096, de 2005, que o projeto pretende modificar. Com efeito, tendo em mente o disposto no art. 48 da Constituição Federal, não resta dúvida quanto à legitimidade da presente iniciativa.

No que tange particularmente ao mérito, vemos a medida proposta com alguma cautela. É que o projeto altera um dos critérios fundantes do ProUni, qual seja o da concessão de bolsas de estudo a estudantes procedentes de escolas públicas. Essa regra geral é excepcionada apenas pela admissibilidade de atendimento a estudantes oriundos de escolas privadas beneficiários de bolsa integral.

O que se deflui da lei é uma política de valorização da escola pública, com intuito claro de lhe trazer de volta, no futuro, estratos sociais formadores de opinião que dela se afastaram nas últimas décadas.

Ademais, dando o caráter de generalidade da lei, é forçoso apontar o critério baseado na procedência do aluno como o mais democratizante, afinal, quase 90% dos alunos matriculados no ensino médio estão vinculados a escolas públicas. A opção pelo referido critério de concessão de bolsas, vale lembrar, não foi aleatória. Há muito o ensino médio das escolas públicas, a exceção das federais e de poucas estaduais, é frequentado quase exclusivamente por filhos de famílias reconhecidamente pobres ou pouco aquinhoadas economicamente. Grande parte desse público não tem acesso à universidade pública gratuita e de melhor qualidade, cujas vagas, em maioria, têm sido reservadas àqueles em condições de pagar o ensino privado preparatório para o exame de acesso a essas instituições.

Em adição, a maioria dos que têm essa possibilidade econômica acaba se tornando detentora das vagas dos melhores e mais reputados cursos superiores, sonho distante da maioria dos alunos de escolas públicas.

Importa lembrar ainda que com vistas a assegurar o efetivo acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos às vagas criadas pelo ProUni, o critério de procedência é colaborado por critério adicional de corte de renda familiar.

Trata-se, contudo, de difícil aferição e controle, que poderiam trazer muitas dificuldades operacionais para o ProUni se não fossem controlados pelo critério de comprovação de origem escolar. Na prática, a adoção da renda familiar do candidato à bolsa como critério único poria em risco o efeito inclusivo do programa, sujeitando-o a fraudes e desvirtuamentos. A esse respeito, auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União já apontou a dificuldade de controlar o critério de renda, fator em que se detectou o maior número de falhas nas concessões de bolsas à conta do ProUni.

Por tudo isso, em que pese a correção do projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposição aniquila o principal elemento indutor de melhoria da escola pública de educação básica presente no ProUni. Por isso mesmo, não vemos mérito na medida proposta, razão pela qual, em nosso sentir, o projeto não deve prosperar.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, colocaremos em votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocaremos em votação.

Vamos proceder à votação nominal. *(Pausa.)*

Bem, como vota a Senadora Fátima Bezerra?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – “Sim”. Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto “sim”, com a Relatora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – “Sim” é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – É pela rejeição o “sim”.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. *Fora do microfone.*) – Pela rejeição.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. *Fora do microfone.*) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com a Relatora, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, até para justificar o voto, acho o projeto na teoria muito importante e interessante, mas na prática, realmente, conforme o relatório da Relatora, nós temos uma questão intransponível, ao meu ver. Por isso os dois critérios têm que andar juntos, a questão da renda familiar aliada à origem escolar, que é de escola pública. Por uma única razão acompanho a Relatora: a dificuldade que nós teríamos para efetivamente acompanhar e impedir qualquer fraude em relação a essa questão. Por isso eu acompanho o voto da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Como vota a Senadora Sandra Braga?

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Deputado Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dário Berger, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Presidente.

Você já mudou de Casa, hein?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – É o hábito. *(Risos.)*

A Senadora Maria do Carmo Alves.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) –

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com a Relatora, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acompanho a Relatora, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a Relatora, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a Relatora, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O projeto foi rejeitado.

Voltamos ao item 2, Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011, terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2011

Inscribe os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria,

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Na reunião de 17/3/2015, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Continua em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A votação...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Como uma das autoras, só para justificar aos Senadores que não tiveram oportunidade de ouvir o relato, trata-se de heróis que de alguma forma tiveram um papel destacado na luta pela independência do Brasil, na Bahia, luta essa que consolidou a ideia da independência do Brasil. Foi o único lugar em que ocorreu uma luta armada para consolidar a independência.

Teve a participação de diversos exércitos – naquele momento era assim que se organizavam – como o de Minas Gerais, de Alagoas, de Pernambuco, até mesmo de nacionalistas do Maranhão, que se incorporaram ao Exército dos Periquitos, na Bahia.

Maria Quitéria foi a principal heroína dessa batalha política, porque, como mulher, vestiu-se de homem para se alistar no Exército. É reconhecida pelo Exército Nacional e, portanto, puxa essa lista dos heróis da Independência do Brasil, juntamente com Joana Angélica, uma freira que foi assassinada por não permitir a entrada das tropas portuguesas no Convento da Lapa, na Bahia, e Maria Felipa e João das Botas, heróis negros, heróis populares daquela batalha política.

É nessa circunstância que a Bancada baiana solicita o reconhecimento desses nomes no livro Heróis da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Fátima Bezerra?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Vota com o Relator.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com o Relator, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Favorável ao projeto, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O seu colega, o peito de aço, que fazia os gols de placa, parava no ar. Voto com a Relatora, Sr. Presidente, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, queria registrar que a união de uma Bancada, a da Bahia, da legislatura passada, a Senadora Lídice, que chegou aqui em 2011, o Senador João Durval, que encerrou o mandato, e o Senador Walter Pinheiro constituíram um compromisso, porque é a Casa da República e a iniciativa é de três Senadores de partidos diferentes, que tiveram essa iniciativa coletiva.

Eu penso que a Bahia, dessa forma, deu um exemplo aos demais Estados brasileiros do compromisso do resgate e da valorização de história tão importante, porque se tratou da Independência do Brasil e da contribuição baiana a esse grande momento histórico de nosso País.

Então, queria cumprimentar a Bancada da Bahia pelo gesto coletivo de resgatar esses valores.

Voto com o Relator, Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – A matéria, então, foi aprovada. Parabéns, Senadora Lídice da Mata.

Voltamos ao último item da pauta, item 3. É o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012. A Relatora é a Senadora Lídice da Mata e o relatório é pela prejudicialidade.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Voto com o Relator, Presidente. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Donizete Nogueira.

O SR. DONIZETE NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com a Relatora, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone.*) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Presidente. Beleza. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a Relatora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.

Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acompanha a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bem...

A matéria foi aprovada pela prejudicialidade.

A declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Só faltou meu voto, Senador Romário.

Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Perdão, Senador. Está registrado o voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu queria, após o término da pauta, fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Tem a palavra, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, eu quero aqui, Sr. Presidente, me associar à Senadora Lídice, que já fez aqui um breve registro da missão oficial que nós desempenhamos em nome do Congresso Nacional, em nome do Senado e em nome desta Comissão, nessa semana que passou, na cidade de Paris e a convite do Ministro da Agricultura, quando participamos do XXXV Salão do Livro de Paris, a chamada Feira do Livro.

É considerado, Senador Romário, um dos eventos de caráter literário de maior efervescência do mundo. Dizer de nossa alegria de ver, pela segunda vez, o Brasil ser homenageado, Senadora Angela. No pavilhão, a tenda do Brasil estava muito bonita. Foram mais de 40 autores convidados. Repito: pela segunda vez, Senador Anastasia, o Brasil é homenageado em um país que é um dos que cediam um dos maiores eventos literários do mundo, que é a Feira do Livro de Paris.

Quero dizer aqui que tanto para mim como para a Senadora Lídice também foi de muita valia esse encontro, porque lá tivemos oportunidade de participar de debates acerca exatamente do tema do livro.

Eu já dei conhecimento a esta Comissão de que apresentei um projeto de lei que tem por objetivo instituir a lei do preço fixo no Brasil. Essa lei já existe em alguns países. Um dos países onde a lei mais avançou, mais pegou, vem tendo mais eficácia, Senador Romário, é exatamente a França. Por isso, foi muito oportuno, porque lá participamos de painéis sobre esse tema, contando com a participação nada mais nada menos do representante do Presidente da câmara francesa do Livro. Em Paris, tivemos oportunidade de trocar ideias com pessoas que acompanharam toda a tramitação da lei e, depois, no âmbito do executivo, com pessoas que tiveram oportunidade exatamente de trabalhar no que diz respeito à questão da implementação da lei.

Nesse painel, também vale aqui mencionar a participação, com muito destaque, dos representantes brasileiros: do Luís Torelli, atual Presidente da Câmara Brasileira do Livro, e do Marcos Jardim, atual Presidente do sindicato nacional das editoras. Eles também participaram desse painel. O Ministro da Cultura, Juca Ferreira, na coletiva que deu à imprensa, também fez questão de ressaltar esta iniciativa no âmbito do Legislativo brasileiro, que é o nosso esforço para que possamos ter também a chamada lei do preço fixo no Brasil.

Eu dizia lá que o que nos move ao apresentar essa iniciativa é tão somente o desejo de ajudar. Eu não vou tomar iniciativa nenhuma para atrapalhar, mas tomar iniciativa no sentido de ajudar a chamada cadeia produtiva do livro para que o consumidor tenha mais condições de acesso ao livro no Brasil. Em outras ocasiões, eu já disse que, até pela condição de professora que sou, cada dia, fico mais convencida de que a questão do livro, da leitura e da biblioteca é estratégica. Não há como separar isso da questão da educação de maneira nenhuma. A leitura é fundamental para a nossa formação, para o processo de conscientização, para o acesso ao conhecimento.

Então, movidos por esse desejo, estamos apresentando esse projeto de lei, que será objeto de um amplo debate aqui com todos os colegas Parlamentares.

Eu e a Senadora Lídice aproveitamos a ocasião lá para fazer o convite às autoridades francesas para participarem do seminário que vamos realizar aqui no Brasil, se Deus quiser, em junho, para conhecermos melhor a experiência da França – ou seja, da lei do preço fixo na França – e extrair aquilo que tem de melhor e que possa ser adaptado exatamente à realidade brasileira.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu já havia parabenizado a Senadora Lídice da Mata antes e estendo a V. Ex^a esse parabéns. Esta Comissão foi honrosamente representada por V. Ex^a. Parabéns!

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando para a próxima terça-feira, dia 31 de março, às 10 horas, reunião extraordinária destinada a ouvir o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira, que prestará informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério para o biênio 2015-2016.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Marta Suplicy, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Antonio Anastasia, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mes-

ma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicia a deliberação da pauta. Neste momento, o Senhor Senador Telmário Mota, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 4**). **Item 2: Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Denomina Espaço do Servidor Dona Maria Rondon a praça de alimentação localizada na área de estacionamento do Senado Federal”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o mês de março como o ‘MÊS DA POESIA’”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é pela rejeição do projeto. Neste momento, a Senhora Senadora Ângela Portela, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de instrução à matéria, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 5**). Logo após, a Senhora Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 6**). Em seguida, a Senhora Senadora Simone Tebet, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Itens 7 a 12**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 4: Requerimento do Senado Federal nº 190, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer “... com fundamento no inciso I, § 1º, art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o desempenho de missão de representação da Casa no 1º Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas, a realizar-se no período de 07 a 11 de abril de 2015, na cidade de Cuiabá – MT”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 5: Requerimento da Comissão de Educação nº 19, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que requer “... nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 343/2011, que institui o mês de março como Mês da Poesia, à luz da Lei nº 12.345/2010, que trata dos critérios para instituição de datas comemorativas. Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011, fica sobrestado até a realização da audiência pública. **Extra-Pauta, Item 6: Requerimento da Comissão de Educação nº 20, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “... nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 7/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), como expositor da primeira mesa do Ciclo de Audiências Públicas destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil que discutirá o tema ‘FUN-DEB: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 7: Requerimento da Comissão de Educação nº 13, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, de autoria do Senador José Agripino, que ‘Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências’, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 8: Requerimento da Comissão de Educação nº 14, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que ‘Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório’, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 9: Requerimento da Comissão de Educação nº 15, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2015, de autoria do Senador Romário, que ‘Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência’, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 10: Requerimento da Comissão de Educação nº 16, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015, de autoria do Senador Romário, que ‘Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências’, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento da Comissão de Educação nº 17, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, de autoria do Deputado Osmar Terra, que ‘Dispõe sobre as políticas públicas para a

primeira infância, altera a lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de Setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de Junho de 2012, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento da Comissão de Educação nº 18, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Simone Tebet, que requerem “... nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que ‘Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 146 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de trote estudantil e incluí-lo no rol dos crimes hediondos se resultar em morte, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, as Senhoras Senadores Fátima Bezerra e Ângela Portela usam da palavra para parabenizar a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Roussef, pela escolha do Professor Renano Janine, como o novo Ministro de Estado da Educação. Fica adiada a seguinte matéria: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012**. Em seguida, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

O Item 1...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Srª Presidente, uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Fiz um requerimento e queria que V. Exª incluísse extrapauta.

Vou ler o requerimento, se V. Exª permitir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – V. Exª quer incluir o requerimento na...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Então, submeto aos demais colegas o requerimento extrapauta, de autoria do Senador Telmário Mota.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado, Srª Presidente; obrigado, Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Srª Presidente, o meu requerimento está pautado no Regimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, com fundamento no inciso I, § 1º, art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o desempenho de missão de representação da Casa no 1º Fórum de Políticas Públicas de Es-

porte e Lazer para os Povos Indígenas, a realizar-se no período de 07 a 11 de abril de 2015, na cidade de Cuiabá – MT.**Autoria:** Senador Telmário Mota**Relatório:** Pela aprovação

O evento, promovido pela Secretaria Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério de Educação em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), reunirá representações indígenas de todos os estados brasileiros, em ocasião propícia para o desenvolvimento participativo de políticas públicas a eles endereçadas na área do Esporte e do Lazer. Por considerar relevante a presença do Senado brasileiro nesse movimento coordenado, penso que este evento contribuirá sobremaneira com os trabalhos legislativos desenvolvidos na Casa em benefício dos povos indígenas brasileiros.

Portanto, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, essa é a minha solicitação, para que possamos representar o Senado nesse evento tão importante para a população indígena, na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr^a Presidente, só queria parabenizar o Senador Telmário pela aprovação desse requerimento, porque está em sintonia, em consonância, com o seu trabalho em Roraima.

Ele sempre foi um caboclo roraimense, macuxi, sempre muito comprometido com a causa indígena do nosso povo.

Nós temos, em Roraima, oito etnias indígenas, e o nosso Senador Telmário tem uma afinidade, uma identificação, um trabalho muito voltado para o bem-estar dessas populações indígenas de Roraima.

Ele sabe que tem uma parceria aqui comigo para que possamos participar mais ativamente de todos quantos foram os encontros, debates e assembleias indígenas para estarmos assegurando o direito dos povos indígenas do nosso Estado de Roraima e do nosso País.

Então, eu queria parabenizar o Senador Telmário pelo convite para participar, em Mato Grosso do Sul, desse importante seminário.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu também quero me associar à Senadora Angela e saudar aqui o Senador Telmário por essa iniciativa.

Seguramente, Senador, esta comissão vai estar honrosamente representada por V. Ex^a.

É um encontro muito importante. Se eu tivesse agenda, eu iria lhe fazer companhia também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Infelizmente, não tenho agenda. Mas é um encontro muito importante. Quem esteve conosco foi a Andréa, que é a Secretária Nacional de Esporte e Lazer de Inclusão Social do Ministério dos Esportes.

É um fórum para lá do caráter regional, é um fórum nacional. Vamos ter representação de todos os Estados brasileiros. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, também terá uma delegação. É claro que é um espaço muito especial para que possamos exatamente atualizar o debate e definir as políticas públicas voltadas exatamente para os povos indígenas.

Então, esta Comissão estará muito bem representada através do senhor, Senador Telmário.

Dando continuidade à nossa pauta, item 2:

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, DE 2014

– Não terminativo –

Denomina Espaço do Servidor Dona Maria Rondon a praça de alimentação localizada na área de estacionamento do Senado Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agora, passo a palavra à Relatora, Senadora Angela Portela, para a leitura do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É o Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2014, não terminativo.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Vamos à leitura do Relatório:

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 34, de 2014, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

O referido projeto propõe que a praça de alimentação localizada no estacionamento do Senado Federal seja denominada Espaço do Servidor Dona Maria Rondon.

Na cláusula de vigência, estabelece que a futura resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria destaca a importância dos servidores do Senado Federal para as atividades e história da instituição. São lembrados, ainda, fatos da vida da servidora Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, que trabalhou por quarenta anos nesta Casa, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 1946 e 1986.

Por fim, o autor reitera que a homenagem pretende alcançar o conjunto de servidores que ajudam a construir a história do Senado Federal.

Após a análise desta Comissão, a matéria segue para exame da Comissão Diretora, em atendimento ao que determina o inciso IV do art. 98, do Regimento Interno do Senado Federal

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, RISF, compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso da proposição em análise.

Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, ou Dona Maria Rondon, como era conhecida, nasceu em 15 de julho de 1919, em Cuiabá-MT. Ingressou no Senado Federal no dia 7 de janeiro de 1946, na cidade do Rio de Janeiro, exercendo a função de datilógrafa.

Veio para Brasília por ocasião da transferência do Congresso Nacional para o Planalto Central, tendo se aposentado em 28 de fevereiro de 1986, após 40 anos de serviços prestados. Em Brasília, exerceu por 26 anos a direção da então Subsecretaria de Administração de Pessoal, órgão que deu origem à atual Secretaria de Recursos Humanos.

Foi sob a inspiração de Dona Maria Rondon que a Seção de Seleção e Aperfeiçoamento dos Servidores do Senado Federal transformou-se numa escola para capacitação dos servidores, onde eram ensinados Português, Datilografia, Processo Legislativo, Direito Constitucional, Regimento Interno e Regimento Comum. Esse projeto foi o embrião de órgãos de capacitação interna, como o atual Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

A justa homenagem à servidora Dona Maria Rondon é também uma homenagem que se presta a todos os servidores do Senado. Como bem salientou o autor na justificação de sua proposta, os servidores desta Casa são peças fundamentais na condução das atividades aqui desenvolvidas. Entretanto, raramente recebem homenagens como a que presta o projeto em análise.

O PRS nº 34, de 2014, não afronta a legislação relativa à matéria. A Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Seu art. 1º proíbe a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza. A homenagem na proposição em análise faleceu em cinco de junho de 2013.

Também não existem no Senado Federal proposições que disponham sobre a denominação do espaço que é objeto do projeto em análise.

É sugerida uma emenda de redação apenas para a adequação do texto do art. 1º da proposição.

Por fim, registra-se que o PRS nº 34, de 2014, atende às regras da boa técnica legislativa, tramitou de maneira regular e não viola dispositivos constitucionais.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2014, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do PRS nº 34, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 1º A praça de alimentação localizada na área de estacionamento do Senado Federal, próxima ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), passa a denominar-se Espaço do Servidor Dona Maria Rondon.”

Este é o nosso relatório, Srª Presidenta. Não poderia deixar de destacar a importância e a relevância deste projeto, principalmente para os servidores do Senado Federal. Aqui nesta Casa, há servidores altamente qualificados, preparados para atender aos Senadores em todos os níveis. Então, gostaria de parabenizar o autor, Senador Rodrigo Rollemberg, atual Governador do Distrito Federal, e homenagear D. Maria Rondon e todos os servidores do Senado Federal. Sem dúvida nenhuma, os Senadores se sentem muito bem preparados. Obtemos boas respostas quanto às consultas que fazemos aos consultores. Todos os servidores deste Senado Federal, inclusive os que realizam atividades de assessoria nas comissões, no plenário, merecem esta homenagem. Os servidores têm, sem dúvida, assessorado o Senado, as Mesas, as comissões de forma muito qualificada.

Eu, como Relatora deste PRS, gostaria de estender a minha homenagem, por intermédio da D. Maria Rondon, a todos os servidores e servidoras deste Senado Federal.

Obrigada, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Parabenizo a Senadora Ângela pelo relatório, bem como toda a equipe da Consultoria.

Passamos agora à fase de discussão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

Pois não, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tomo conhecimento neste momento, por parte do brilhante relatório da Senadora Angela Portela que parece que não há proposição que trata a respeito das denominações dos espaços públicos do Senado.

Então, diante do relatório, eu concordo plenamente com a Senadora sobre a importância que os servidores e servidoras públicas do Senado têm, não só para o desenvolvimento do nosso trabalho, mas principalmente para o fortalecimento da instituição do Senado Federal. Quem sabe poderíamos na próxima reunião ouvir os demais membros desta Comissão, para que saísse daqui uma sugestão da Comissão de Educação para a Mesa Diretora do Senado, solicitando um projeto de resolução por parte da Mesa, para que todos os espaços aqui do Senado pudessem ter denominação exclusiva de servidores efetivos do Senado que têm relevantes serviços prestados a esta Casa.

Acho que é mais do que justa a homenagem. Os agentes públicos, Senadores, Deputados, Governadores, autoridades podem ter seus nomes nos logradouros públicos, em prédios públicos e em áreas externas do Senado. Então, talvez, levar essa sugestão para que a Mesa Diretoria pudesse avaliar, no mérito, em relação a essa questão, e a própria Mesa, quem sabe, deliberar por meio de um projeto de resolução. É apenas uma sugestão que faço. Claro que teria de ser discutido esse questionamento na própria sessão quando tivermos mais membros presentes desta Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Senadora Simone, é...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em tempo, Srª Presidente. Fui informada que poderia até ser este projeto de resolução – não sabia disso, porque é uma decisão mais interna da Casa, achei que deveria de ser pela autoria da Mesa – de autoria da Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu sugiro que V. Exª pudesse exatamente pensar... Já que V. Exª está fazendo essa sugestão, pudesse, então, formular a proposta que, posteriormente, seria objeto de discussão.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Em relação ao item 3 da pauta, eu gostaria de solicitar uma audiência pública para a realização de um debate mais intenso a respeito desse projeto que é de autoria do Senador Paulo Paim. O projeto propõe que seja instituído o mês de março como o Mês da Poesia, em homenagem ao grande poeta Thiago de Melo. Aqui o relatório da Senadora foi pela injuridicidade.

Eu entendo que, se nós realizássemos essa audiência pública para discutir a questão e para cumprir o motivo principal rejeição do projeto, que é a falta de juridicidade, nós poderíamos aprovar posteriormente esse projeto, porque foi realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) uma audiência que teve o objetivo de discutir uma data comemorativa. Não foi uma data comemorativa como propõe o projeto. Foi para debater o tema da poesia e sua correlação com os direitos humanos. Por essa razão, a Senadora Maria do Carmo pediu a rejeição do projeto.

Eu acredito que, se nós realizarmos uma audiência pública para discutir exclusivamente a questão, a necessidade de definição de datas comemorativas, aí o projeto passa a ter juridicidade e, portanto, poderá ser aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E essa audiência pública seria realizada no âmbito da nossa Comissão...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – De nossa Comissão. Eu apresento o requerimento agora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – E a gente discute melhor o projeto por meio dessa audiência pública para suprir a necessidade de juridicidade para a aprovação dessa proposta que é do Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, porque a iniciativa é mais do que pertinente, é válida. Saudar não só Thiago de Mello como todos os poetas e poetisas do Brasil. E é natural que seja o mês de março, porque dia 14 de março é o Dia Nacional da Poesia. Eu, inclusive, desde já, quero, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e da Leitura, subscrever seu requerimento.

Vamos organizar essa audiência...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – E a gente pode aprovar o requerimento agora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Inclusive, vamos fazer um sarau aqui nesse dia: o Dia da Poesia. Viu, Senadora Simone!

Exatamente...

Você não tinha como trazer Thiago de Mello, Senadora Angela. Vamos fazer um sarau nesse dia da audiência. Que beleza, não é?

Homenagear a poesia trazendo os poetas, Senadora Simone, e as poetisas para cá. Vamos organizar. Eu quero subscrever, como Coordenadora da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Certamente. Vamos subscrever, então. Se a Senadora Simone quiser, a gente pode também subscrever.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Será o maior prazer, Senadora. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu quero, então, submeter ao plenário a inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Angela Portela.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 19, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 343/2011, que institui o mês de março como Mês da Poesia, à luz da Lei nº 12.345/2010, que trata dos critérios para instituição de datas comemorativas. Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão.

Autoria: Senadora Angela Portela

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Agora, quero também subscrever aqui extrapauta um requerimento nosso.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 20, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 7/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), como expositor da primeira mesa do Ciclo de Audiências Públicas destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil que discutirá o tema “FUNDEB: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na verdade, esta mesa, nós não havíamos inicialmente colocado a CNM porque a Undime Nacional já estava na mesa. É aquele ciclo, Senadora Simone, Senadora Ângela, dos quatro debates que a gente vai fazer sobre a questão da educação. Como o Paulo Ziulkoski está naquela mesa que vai tratar da atualização da Lei do Piso Salarial do Magistério, nessa outra mesa estaria, repito, a Professora Cleuza Repulho, que é a Presidente da Undime. Mas, uma vez que ele solicitou, sem problemas, muito pelo contrário.

Antes de terminarmos, quero aqui anunciar que, dando início ao Ciclo de Audiências Públicas destinadas a debater alternativas para o financiamento da Educação Básica, nós já vamos ter a primeira, que será na próxima quarta-feira, às 10 horas, cujo tema é Fundeb: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer. E no dia 22 será a do artesanato, Senadora Simone, Senadora Angela. No dia 22, duas mesas sobre o artesanato. Na próxima quarta-feira, vamos dar início ao Ciclo de Debates sobre o Fundeb.

Por fim, queria aqui, é claro, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, saudar a Presidente Dilma pela escolha do novo Ministro da Educação. Acho que a Presidente Dilma foi muito feliz em tê-lo convidado e por ele ter aceitado, o Filósofo, o Professor Renato Janine Ribeiro. Nós já estamos recebendo, inclusive, convite... Aliás, eles anunciaram que vão mandar o convite, Júlio. A posse está marcada para segunda-feira.

Acho que a escolha foi muito feliz, primeiro, pela trajetória brilhante que ele tem, pela carreira acadêmica dele. Entre os cargos que o Professor Janine ocupou estão o de Presidente da Comissão de Cooperação Internacional da USP e Secretário e Conselheiro da SBPC.

Ele também já tem uma experiência de gestão, foi o Coordenador, aliás, o Diretor de Avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), entre 2004 e 2008.

Naquele momento, por exemplo, ele avaliou, Senadora Angela, mais de 2,5 mil cursos de mestrado e de doutorado no Brasil. Como bom filósofo que é, o Prof. Renato Janine tem ideias avançadas para o setor. Recentemente, em sua coluna no *Valor Econômico*, da qual se afastou na última segunda-feira, defendeu que a educação deixe de seguir currículos rígidos, tornando-se mais prazerosa e criativa. Ele também considera essencial a contínua atualização dos profissionais e a oferta de cursos abertos, que contribuem, na opinião do novo Ministro, para alargar o horizonte dos cidadãos e para lhes dar mais liberdade.

O Ministro também já adiantou, em entrevista no último fim de semana, que considera essencial que os programas sociais do Governo Federal que dizem respeito à educação possam ter, cada vez mais, um maior protagonismo. Ele destacou, por exemplo, a questão da importância do Pronatec. Aqui, também destacamos a expansão da educação profissional via Rede Federal de Educação Profissional.

Ele tem colocado, é claro, que o acesso universal à educação com qualidade é considerado um dos principais mecanismos para democratizar e distribuir renda no País. A experiência histórica mostra que os países que priorizaram o investimento em educação alcançaram um padrão de desenvolvimento mais elevado.

Quero também aqui destacar, Senadora Simone e Senadora Angela, a boa repercussão que vem tendo a escolha do Prof. Renato Janine como novo Ministro da Educação. É uma repercussão muito positiva.

Por exemplo, Daniel Cara, que é o coordenador nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – essa campanha é uma rede muito importante e congrega dezenas de entidades representativas da luta em defesa da educação em nosso País –, disse claramente ontem – abrem-se aspas:

Em primeiro lugar, é uma surpresa, é uma boa surpresa. É um excelente intelectual, que teve boa experiência de gestão na Capes e que tem a primazia dos direitos humanos como princípio. Ou seja, minhas expectativas são as melhores. O desafio dele será o de tirar o PNE do papel em um contexto de crise econômica. Isso significa que, com diálogo, será preciso revisitar o PNE para construir caminhos para cumprir as metas e estratégias. O que não pode ocorrer é se ignorar o plano, o novo Plano Nacional de Educação. Esse é o desafio do novo Ministro da Educação.

Foi o que disse Daniel Cara.

Quero aqui também destacar a declaração de Alejandra Meraz Velasco, que é coordenadora de outro importante movimento, que é o movimento Todos pela Educação. Ela também citou o PNE como um dos desafios do Ministro. Disse ela:

Já é uma boa notícia a de que a nomeação tenha sido rápida. O Renato é interessante, porque ele tem uma interlocução de longa data com muitos dos setores necessários para a articulação política, que costuma ser prejudicada por descontinuidades com a substituição de Ministros. Como Ministro, enfrentará, mais do que

a questão orçamentária, a definição da base nacional comum e do currículo de formação de professores, que estão atrelados ao Plano Nacional de Educação.

A Profa Cleuza Repulho também se associou às manifestações de satisfação com a escolha do Prof. Janine para estar à frente do Ministério da Educação, porque, segundo ela, coloca-se ali um professor, alguém que tem um histórico importante na educação.

O sociólogo Simon, que foi Presidente do IBGE, também considerou o Prof. Renato Janine uma boa escolha.

Enfim, ao mesmo tempo em que desejamos sucesso ao novo Ministro em seu novo desafio – provavelmente, esse é um dos desafios mais especiais da brilhante e talentosa carreira do Prof. Renato Janine Ribeiro –, quero destacar que ele, Senadora Angela, vai contar, sem dúvida nenhuma, com a parceria desta Comissão, que estará aqui de portas abertas para recebê-lo muito em breve, para que possamos, exatamente, dialogar com ele, no que diz respeito às diretrizes e metas da sua Pasta, ou seja, à frente da Educação.

É claro que esta Comissão não medirá esforços para que possamos estar juntos nesse desafio e nesse sonho, que é o sonho da população brasileira, Senadora Simone, transformar o Brasil em Pátria educadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para solicitar a esta Comissão a inclusão extrapauta de seis requerimentos do Presidente desta Comissão, o Senador Romário, todos eles referentes à inclusão, para que possamos apreciar, nesta Comissão de Educação, seis projetos de lei que estão tramitando em outras Comissões, que, a princípio, não passariam pela Comissão de Educação, devido à importância, inclusive, do tema, e são temas diretamente relacionados à educação e à cultura do País.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 104, de 2015, de autoria do Senador José Agripino, que “Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 14, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 117, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 2015, de autoria do Senador Romário, que “Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senador Romário e outros

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 69, de 2015, de autoria do Senador Romário, que “Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senador Romário e outros

ITEM 11**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 2015, de autoria do Deputado Osmar Terra, que “Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, altera a lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de Setembro de 2008, e a Lei n.º 12.662, de 5 de Junho de 2012.”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senador Romário e outros

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 18, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 118, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que “Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 146 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de trote estudantil e incluí-lo no rol dos crimes hediondos se resultar em morte.”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Autoria: Senador Romário e outros

Todos são projetos de lei diretamente relacionados à educação e à cultura do País. Acho importante, e concordo com o Presidente, que essas matérias sejam apreciadas por esta Comissão. Por isso a solicitação de incluir extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Senadora Simone.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, eu gostaria também, seguindo a sua sugestão, de parabenizar o Prof. Renato Janine. Acho que a Presidenta Dilma fez uma boa escolha para o Ministério da Educação.

Obviamente, o Prof. Renato Janine vai enfrentar grandes desafios, diante da dificuldade de limitações orçamentárias no Ministério da Educação, mas sabemos que, por sua experiência, por seus conhecimentos, por sua vivência na gestão pública, administrativa, no Governo Federal, na Capes, no Ministério da Educação, ele vai conseguir administrar essas limitações financeiras, orçamentárias e vai conseguir impulsionar o Pronatec. Inclusive, na sua entrevista, esse foi um dos programas que ele colocou como prioritário na sua gestão para continuar a capacitação, a formação da mão de obra do nosso País. Nesse momento, o Governo propõe mudanças no Fies, no ProUni. É importante haver uma pessoa equilibrada, conhecedora, como Renato Janine.

O Proinfância também. Sabemos que por meio do Programa Proinfância, do Ministério da Educação, a Presidenta Dilma muito claramente disponibilizou recursos para a construção de seis mil creches em todo o País. O Proinfância é um programa que considero de extrema relevância porque vai em sintonia com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação, quando prevê aumentar até o final da vigência do Plano Nacional de Educação em 50% as vagas para as crianças de zero a cinco anos de idade.

E aqui, considerando que tenho uma atuação forte no meu Estado com esse programa, o Proinfância, nós conseguimos, Senadora Simone Tebet, colocar recursos, para os 15 Municípios de Roraima, para a construção dessas escolas de educação infantil.

Sem dúvida nenhuma, nós precisamos trabalhar intensamente em parceria com o Ministério da Educação para que, diante desse momento de ajuste fiscal, de limitação orçamentária, esses programas tão relevantes não sejam prejudicados. É preciso encontrar uma forma, uma maneira de remanejar recursos e manter o funcionamento do Programa Proinfância.

As alterações no programa são muito bem-vindas para facilitar a transferência de recursos da União para os Municípios. O Governo Federal, inclusive, dois anos atrás, encaminhou medida provisória da qual fui relatora-revisora, a medida provisória relativa ao Programa Brasil Carinhoso, que facilitou o repasse de recursos federais para as prefeituras terem condições de construir essas escolas de educação infantil como maior agilidade.

Em breve, o novo Ministro estará aqui conosco para debater esses programas todos, programas já existentes no MEC, visando a implementação do Plano Nacional de Educação.

Era isso, Sr^a Presidenta. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Quero, mais uma vez, parabenizar a Presidenta Dilma pela feliz escolha.

E me associando, Senadora Angela, ao que V. Ex^a acaba de mencionar, entendo que o grande desafio do novo Ministro é exatamente este: como tirar do papel as generosas e desafiadoras metas do novo Plano Nacional de Educação, tendo como foco neste momento a questão da educação infantil – como mencionou a Senadora Angela.

O Programa Proinfância precisa de protagonismo, precisa ser ampliado, até porque o novo Plano Nacional de Educação trata disso. Outra agenda urgente e muito importante para a educação brasileira é o debate do ensino médio, da reformulação do currículo, enfim, da reformulação do ensino médio. E há a agenda de valorização do magistério brasileiro.

Enfim, quero dizer que nós já estamos entrando em contato com o novo Ministro da Educação para em breve termos uma data para recebê-lo.

O Ministro da Cultura também ficou de vir hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... mas está sugerindo agora o dia 28. Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião. Obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra, Humberto Costa, Sandra Braga, Blairo Maggi e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o tema "Biodiversidade: crises e perspectivas", em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2015-CMA, de autoria do Senador Otto Alencar. Comparecem como convidados: **Antônio César Bo-**

chenek, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE; **Izabella Teixeira**, Ministra de Estado do Meio Ambiente; **Senador Jorge Viana**, Relator na CMA do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015; **José Antonio Marcondes de Carvalho**, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério de Relações Exteriores; **Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; **Hélio Gurgel Cavalcanti**, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; **Ana Luiza Avila Peterlini Souza**, Secretária de Estado do Meio Ambiente; **Eugênio Spengler**, Secretário de Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia; **Kamilla Botelho do Amaral**, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; **Jonathan Hughes**, Diretor Presidente do Scottish Wildlife Trust; **Mohammad Shahbaz**, Pesquisador-Chefe da Rede Inter-Islâmica de Desenvolvimento e Manejo da Água; **Marina Von Weissenberg**, Conselheira do Ministério do Meio Ambiente da Finlândia; **Spencer Thomas**, Embaixador para Tratados e Convenções Ambientais de Granada. A Presidência concede a palavra aos convidados. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador Jorge Viana, que tece comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir: Biodiversidade: Crises e Perspectivas, em atendimento ao Requerimento desta Comissão de nº 3, de 2015, de minha autoria.

Devo aqui ressaltar a iniciativa louvável do Ministro Herman Benjamin, que procurou esta Presidência no intuito da realização do presente colóquio.

Por uma feliz coincidência, estamos apreciando, neste momento, um projeto importante, que é o novo marco regulatório da biodiversidade, que tramita aqui no Senado em regime de urgência e que trata da diversidade biológica e do acesso aos recursos genéticos do nosso País. Já fizemos duas audiências públicas conjuntas e agora realizamos esta que, embora não estando inserida formalmente no procedimento de instrução do projeto, certamente trará grande contribuição à formação do nosso conhecimento e na tomada de decisão sobre o tema. A participação ativa do Relator da matéria nesta Comissão, Senador Jorge Viana, no presente evento, por si só, já o demonstra.

Chamo atenção para o fato de que o número de palestrantes não permite a acomodação de todos os convidados à mesa. Portanto, vou anunciar sua composição:

- Exma Srª Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, que está aqui a minha direita;
- Exmo Sr. Antonio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que está a minha esquerda;
- Sr. Ministro Marcus Vinícius Furtado Coelho, Presidente Nacional da OAB;
- Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Ajufe;

e do Senador Jorge Viana, Relator desta matéria tão importante que tramita aqui no Senado Federal: o marco civil da biodiversidade e do acesso ao patrimônio genético.

Os demais participantes serão convidados à mesa no momento das suas falas.

Informo que contaremos novamente com o serviço de interatividade, no Senado Federal, para participação dos cidadãos que estão assistindo ao vivo, pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pela TV Senado.

O cidadão poderá enviar comentários ou perguntas para o portal e também pelo Alô Senado no número 0800-612211, além das redes sociais, Twitter e Facebook.

Informo também que essa reunião conta com serviço de tradução simultânea.

Passaremos, então, às exposições dos convidados, e, após, abriremos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para questionamentos e considerações.

Então, iniciando as falas, informo que, por questão regimental, já que às 11h30 teremos sessão do Senado, sessão plenária; teremos esse espaço limitado até às 11h30.

Início, passando a palavra ao Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

A SRª ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Bom dia a todos. Gostaria de saudar o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e, na pessoa dele, saudar todos os Parlamentares, Sena-

dores e Deputados aqui presentes. Também saúdo o Senador Jorge Viana, intenso articulista desta Casa, que tem produzido bons resultados ao nosso País.

Cumprimento também a Ministra de Estado Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, na pessoa de quem cumprimento todos os representantes do Executivo. Cumprimento também o Ministro Antonio Herman Benjamin, do STJ, um exemplo de Ministro, não só de conhecimento e aplicação jurídica no seu dia a dia, mas, também de um envolvimento social, especialmente com o meio ambiente, de notoriedade reconhecida no Brasil e no mundo. E, em nome dele, cumprimento todos os representantes do Judiciário.

Também gostaria de cumprimentar a todos os servidores desta Casa, os servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário, os presentes, aqueles que nos assistem, a imprensa que também aqui faz a cobertura desse importante evento.

Falar sobre a biodiversidade no início de uma fala com tantas pessoas, tantos nomes de especialistas na matéria, realmente é uma dificuldade muito grande.

Mas o Ministro Antonio Herman Benjamin pediu para que pudéssemos fazer uma introdução e trazer um pouco do pensamento dos juízes federais a respeito desse tema.

E, desde 1992, nas convenções do Rio de Janeiro e na declaração do Rio de Janeiro, da Convenção de Biodiversidade Biológica, temos assistido a uma evolução deste tema e desta matéria. Há um envolvimento cada vez maior da sociedade, tanto por conscientização quanto por necessidade acerca desse tema.

A utilização sustentável dos recursos e a conservação, a preservação, são temas e questões importantes a serem tratadas. E o Judiciário brasileiro tem, sobretudo, uma importante missão ao julgar essas demandas, ao julgar essas causas, ao trabalhar para que possamos ter bases fundamentais ou reconhecimento de princípios fundamentais da biodiversidade, princípios essenciais para uma reflexão daquilo que possamos conhecer do passado e projetar o futuro.

Mas, para tanto, é preciso fazer a diferença no presente, ou seja, parabenizar aqui o Senado brasileiro, ao abrir espaço dentro desse processo legislativo, de tomada de decisões do processo legislativo, que vão discutir temas com especialistas brasileiros e de toda parte do mundo sobre questões importantes da biodiversidade. Que essa reflexão de agora, do presente, sirva para nortear os caminhos desse Legislativo acerca do que queremos em relação à biodiversidade.

Gostaria, para já encerrar a minha participação nessa fase inicial, de tratar e trazer duas questões que nos parecem muito importantes: a biodiversidade, a conservação, a preservação são pontos essenciais à nossa vida futura. Entendemos que muitas pessoas lutaram e lutam para que até hoje tenhamos essa conservação. E as comunidades tradicionais, no nosso caso brasileiro, especialmente os quilombolas e as comunidades indígenas, foram aquelas comunidades e pessoas que mais preservaram a biodiversidade no seu todo. Muitas vezes, hoje, por suas condições até de inferioridade em relação a um plano total, não têm as mesmas condições de igualdade. Portanto, precisamos – a biodiversidade exige ter uma atenção especial principalmente àqueles que sempre se dedicaram por conservar e preservar a biodiversidade.

De outro lado, temos o elemento humano, fundamental e essencial na nossa vida em sociedade, em uma sociedade contemporânea, que nos implica trazer uma atenção especial a essa interculturalidade.

Meu professor do doutorado, Boaventura de Souza Santos, sempre dizia e diz ainda: “é preciso fazer uma tradução entre as culturas de modo que possamos preservar e possamos caminhar para uma evolução desses temas”.

E ainda cito uma frase que ele sempre fala, o professor Boaventura: “Temos direitos de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e direitos a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Com essas breves palavras, desejo a todos um excelente colóquio. Que possamos sair daqui com reflexões importantes para o futuro da biodiversidade do Brasil e do mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a participação do Dr. Antônio César e, em seguida, passo a palavra ao Ministro Antonio Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Sr. Presidente, inicialmente agradeço o convite que me foi feito, mas, ao mesmo tempo, agradeço também a V. Ex^a e à sua equipe da Comissão de Meio Ambiente, do seu próprio gabinete, pela organização impecável deste colóquio.

Para aqueles que nos visitam, do exterior – e aqui está uma delegação de alto nível da UICN, os conselheiros que integram o Bureau Executivo –, o Senador Otto Alencar é do belíssimo Estado da Bahia.

É médico e tem uma história longa de dedicação à causa ambiental. Ele ocupou praticamente todos os cargos possíveis no Estado da Bahia, desde Governador a Parlamentar. Hoje, está no Senado e, há três semanas, foi eleito Presidente desta Comissão.

Eu me recordo muito bem do trabalho que o Senador Otto Alencar estimulou, ele ajudou na proteção do Parque Nacional da Chapada Diamantina, que é um dos lugares mais exuberantes do nosso País. Então, deixo a V. Exª, Presidente Senador Otto Alencar, o meu agradecimento pessoal mas, também, à equipe, repito, do seu gabinete e desta Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria agradecer, ainda, na perspectiva do Senado, ao Senador Jorge Viana, que é o Vice-Presidente do Senado. Está aqui a minha esquerda e é uma dessas figuras mais extraordinárias que temos no Parlamento e na vida pública brasileira. Ele é engenheiro florestal, foi Governador do Acre, um Estado em plena Amazônia, duas vezes, e fez uma revolução naquele Estado, sobretudo porque, no seu primeiro mandato, trouxe como proposta de governo a ideia de florestania, ou seja, governar e administrar um Estado daquela dimensão não contra a floresta, mas incluindo a floresta na perspectiva as políticas públicas.

Hoje ele é Vice-Presidente do Senado brasileiro e, como sempre digo, está na linha de frente de todos os movimentos de transformação do nosso País. E nós, realmente, precisamos de pessoas como ele. Eu queria agradecer, também, ao Ministério do Meio Ambiente. Está aqui a Ministra Izabella Teixeira. Eu sou bem suspeito para falar a respeito dela, porque a conheço de muitos anos, e ela tem essa capacidade enorme de cobrir todas as áreas e confins da grande agenda ambiental. E vai além dela para incluir a perspectiva social, a perspectiva econômica. Como Ministra, vem fazendo, não há dúvida, uma gestão extraordinária, que todos nós festejamos.

A Associação dos Juízes Federais, aqui representada pelo seu Presidente, Antônio César Bochenek, é uma demonstração de que os juízes brasileiros estão muito atentos às suas missões e aos seus deveres e responsabilidades no que se refere à proteção do meio ambiente. Isso coloca o Brasil em uma situação, não digo única, mas peculiar no mundo todo, porque temos um profundo envolvimento, tanto da Magistratura federal como da Magistratura dos Estados no tratamento do tema da biodiversidade.

Promove também evento a Abema, e vejo aqui o seu ex-Presidente, o novo Presidente e vários secretários que a integram. Eu queria deixar o meu agradecimento, também, a essa importante instituição e, evidentemente, aos órgãos federais aqui representados pelos seus presidentes. Vejo o Ibama e vejo o Instituto Chico Mendes, com os seus dois Presidentes.

Termino agradecendo à Ordem dos Advogados do Brasil. O Presidente, ontem, nos recepcionou a todos e hoje viaja para Porto Seguro, no Estado da Bahia, para a I Conferência Brasileira dos Jovens Advogados. Portanto, eu acredito que o Presidente Marcus Vinícius não terá condições de participar desta abertura, já que tem o voo para Porto Seguro.

São essas as considerações iniciais, eminente Senador Otto Alencar. E o meu último agradecimento é exatamente aos especialistas e a todos que estão aqui nos assistindo.

Agradeço, de novo, a V. Exª e a sua equipe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu que agradeço ao Ministro Herman Benjamin e passo, agora, a palavra à Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, para que possa para que possa fazer o seu pronunciamento.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos, eu estou perguntando ao Senador Otto quanto tempo eu tenho. Ele falou que eu tenho dez minutos. Então, além de falar da biodiversidade, da gestão, da crise, perspectivas, ou seja, o divã do Herman Benjamin, como eu gosto de brincar, terei 10 minutos para fazer isso. Eu falo rápido; quem for traduzir, *I'm so sorry. I do apologize. But I have to speak fast.* Mas terei tolerância e resiliência, espero.

Obviamente, é um desafio e uma grande oportunidade retornar a esta Casa, que é uma Casa que acolhe a agenda ambiental. Saúdo aqui não só o Senador Otto Alencar, desejando a ele uma ótima gestão e uma parceria na Comissão de Meio Ambiente do Senado, como também saúdo aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. O Ministério do Meio Ambiente está completamente de portas abertas para o diálogo com os senhores, não só com os senhores do Legislativo, mas também com os representantes da Justiça Federal, particularmente o Dr. Antônio César, e também ao diálogo e parceira cada vez mais forte com os Poderes constituídos no Brasil além do Poder Executivo.

Isso mostra a importância, a envergadura política da conservação da biodiversidade, o engajamento e a relação disso com as políticas públicas de desenvolvimento central do nosso País.

O País é um país continental, então falar da biodiversidade do Brasil também não é trivial; é quase falar da biodiversidade global. Então, os números do Brasil são sempre impactantes para o bem e para o mal. Quando falamos de perda da biodiversidade, as pessoas ficam surpresas, como também quando falamos dos ganhos. Por exemplo, do maior programa de áreas protegidos no mundo, que é o programa Arpa, em que a meta do Brasil é atingir, em 2020, 60 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia. Nós vamos atingir esta meta este ano.

Qual o país do mundo tem 60 milhões de hectares de áreas protegidas no seu território, viabilizando desenvolvimento e inclusão social e inclusão política? Então, é óbvio que os números do Brasil não são números tímidos. Pelo contrário. Portanto os desafios de interlocução e de formulação e de renovação de uma agenda de conservação da biodiversidade são imensos. Se os senhores me permitirem, vou falar em três perspectivas. A primeira, estreitando um diálogo com o Senador e com o Senado Federal, também com o meu amigo Senador Jorge Viana, que é mais do que um parceiro, é um cúmplice. Obviamente, sempre encontrei aqui, no Senado Federal, essa cumplicidade com vistas à consecução dos objetivos comuns do desenvolvimento sustentável e proteção e conservação da biodiversidade.

Do Herman Benjamin, eu falo no final. Desculpem, eu o chamo de Herman. Desculpem a informalidade, mas é impossível fazer a pompa com ele. Nós somos amigos, realmente, de longa data, e tem sido mais do que uma questão de amizade, tem sido sempre uma referência. Mais do que isso, um grande formulador de saídas, perspectivas e de inovação no quadro da legislação brasileira e de soluções na gestão pública no Brasil. Então, é extremamente interessante entender essa dinâmica e a parceria com os juízes federais. Estou vendo aqui o Presidente do Ibama, com o Presidente do Instituto Chico Mendes. Como isso é importante para consolidar essa agenda.

Falarei, então, rapidamente sobre os principais desafios, e, com isso, falarei dos principais problemas.

A primeira instância que temos que olhar quando se fala de acesso... Vou fazer uma coisa de baixo para cima, não de cima para baixo. Vamos falar da questão de acesso a recursos genéticos, de repartição de benefícios. Esse é um capítulo importante, um dos tripés da convenção da diversidade biológica, que o Brasil foi exitoso na negociação, em 2010, para a consolidação do chamado Protocolo de Nagóia. E o Brasil tem um grande desafio de aprovar a legislação nacional, a nova legislação nacional com base na qual ele poderá ratificar o Protocolo de Nagóia. Então, as coisas não estão dissociadas.

Pelo contrário: há um grande objetivo estratégico de que o País tenha um novo patamar de investimentos em proteção, considerando o acesso a recursos genéticos, a repartição de benefícios, o reconhecimento daquele conhecimento tradicional das populações tradicionais, a transparência na tomada de decisão, os colegiados para a tomada de decisão, formulados, dialogando com a demanda, não só das populações tradicionais detentoras de conhecimento mas também daqueles que são agentes econômicos da transformação para o bem, do uso sustentável desses recursos genéticos.

Nós temos uma legislação no Brasil, atual, que é de 2001, voltada ao combate à biopirataria. Ela pune o pesquisador que quer gerar conhecimento.

Hoje eu tenho pesquisadores das grandes universidades brasileiras multados por biopirataria, multados porque foram fazer pesquisa científica. E tenho indústrias, empresas, patentes brasileiras ameaçadas, porque não tiveram autorização para ter o acesso ao recurso genético.

A legislação foi voltada para punir, dar foco no malfeito, e não tem o outro lado da legislação, que é induzir as boas práticas e reconhecer os avanços necessários em relação ao quê? A repartir, a pagar o que é devido, e a viabilizar o desenvolvimento sustentável com geração de emprego, com inclusão, e dar sentido, cada vez maior, às áreas protegidas, à pesquisa *in situ* e à pesquisa *ex situ*.

Então, foi feito um grande desafio nos últimos quatro anos. E mais do que isso, nós tivemos de fazer toda a regularização de acesso a recursos genéticos dentro do Ministério do Meio Ambiente.

Quando eu assumi o Ministério, tínhamos mais de cem processos sobrestados, processos paralisados. Isso é ameaça de patente; isso é ameaça de competitividade; isso é ameaça de não se viabilizar a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento da bioindústria e fazer com que a Amazônia brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado e os outros biomas possam ter uma indústria que seja compatível com a conservação da biodiversidade e com a geração do conhecimento e a inovação tecnológica.

Nós somos o País que detém a maior biodiversidade, uma das maiores do mundo, e temos sempre de ter papel protagonista na inovação e na formulação de novos caminhos para viabilizar o tal desenvolvimento sustentável, na prática, e, obviamente, para eliminar o malfeito. O que é eliminar o malfeito? Contratos que são feitos de gaveta.

Nós tivemos de falar com a Advocacia Geral da União para cancelar investidores estrangeiros que fizeram contrato com populações indígenas, completamente ilegal, completamente fora do quadro normativo brasileiro, gerando mais insegurança.

Então, a proposta de lei foi debatida e consolidada, envolvendo quatro Ministérios – Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Indústria e Comércio, e, depois, consultando o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento.

A que veio a esta Casa não envolvia, no primeiro momento, a questão de alimentos. Na Câmara, por conta de uma grande disputa entre a Convenção da Diversidade Biológica e o Protocolo Tirfa, da FAO, sobre acesso

a recursos genéticos e alimentares, na Câmara, nesta Casa, resolveu-se fazer um acordo e incluí-la. E agora a matéria está sob apreciação do Senado Federal.

Então, estamos sob a Relatoria do Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, e de outros Relatores trabalhando, e a importância do debate que houve na Câmara dos Deputados.

A ideia é: se aprovada, com salvaguardas, o que for necessário, etc, nós teremos mais de vinte regulamentos infralegais – para vocês terem ideia da complexidade que é regulamentar isso no Brasil –, obviamente para dotar o País de um novo quadro jurídico, com segurança, de tal maneira que você possa colocar gestão de acesso a recursos genéticos em um outro patamar.

Então, isso talvez seja realmente um ponto de inflexão em que torna obrigatório o pagamento, com a repartição de benefícios para o conhecimento tradicional, e cria um fundo para alocação desse recurso, quando o conhecimento tradicional é, como falamos, espreitado ou não associado à população a, b, c, de domínio geral.

Portanto, isso significa rearranjar a lógica da gestão pública em relação a acesso a recurso genético e rearranjar os fundamentos da política de conservação da biodiversidade em face do desafio do desenvolvimento sustentável deste País.

Então, o primeiro foco, as notícias que me vem do Parlamento são sempre quentes, os debates estão acontecendo, e isso é importante porque legitima os próximos passos em relação a esse novo desenho legal sobre conservação da biodiversidade.

O segundo patamar de um olhar – eu vou fazer aqui um olhar tradicional, como bióloga, para facilitar – é obviamente a questão das espécies, a proteção das espécies, a velocidade de extinção das espécies, particularmente caracterizada no século passado, e obviamente a estratégia de podermos trabalhar com programas mais eficientes de prevenir a extinção de espécies e, por outro lado, recuperar as espécies que estão classificadas como vulneráveis, em perigo ou ameaçadas de extinção em último grau.

Fizemos um esforço enorme no Governo e instituímos um novo programa que se chama Programa Pró-Espécies, aperfeiçoamos a aplicação dos critérios da IUCN, no Brasil – desde 1968, o Brasil tem lista de espécie ameaçada de extinção –, estabelecemos o arranjo institucional das instituições que têm competências para agirem nisso.

Então, no caso da Fauna, o Instituto Chico Mendes; no caso da Flora, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que coordenam as listas nacionais. Foi feito um esforço de mais de cinco anos envolvendo mais de mil pesquisadores do Brasil. Nós inventariamos todos as espécies conhecidas, vertebrados, no Brasil. de fauna. Foi o maior esforço de inventário de fauna do mundo que o Brasil fez. E isso resultou numa revisão da lista de espécie ameaçada de extinção obviamente e, certamente, retiram-se espécies dessa lista e incluem-se outras espécies a partir do momento em que se trabalha também e concomitantemente com os planos de recuperação de espécies. Esse talvez seja, Senador, um dos grandes desafios do País. Nós temos uma grande capacidade instalada hoje de, fazendo planos em relação às espécies de fauna, não necessariamente na mesma magnitude em relação à espécie de flora. Obviamente, precisa-se avançar nesse processo. O pessoal do Jardim Botânico está trabalhando nisso.

Além dos planos de ação, o Ministério do Meio Ambiente, com relação às espécies ameaçadas, coordenou esse trabalho técnico-científico. Isso está em banco de dados publicado em Internet, com georreferenciamento de onde essas espécies estão, com todo o conhecimento científico no País acumulado a respeito delas. Isso dialoga, por exemplo, diretamente com licenciamento ambiental. Quem for fazer um empreendimento e quiser saber se, naquele nicho onde será seu empreendimento, há uma espécie ameaçada de extinção, consulte, porque a informação está georreferenciada em todo o País.

Então, dizer que não há informação disponível não é algo que se aceita no processo, porque foi trabalhado para tornar essa informação disponível. Obviamente, é um processo de constante renovação, reavaliação, revisão em face do novo conhecimento adicionado sobre o domínio dessas espécies. É realmente o maior inventário de fauna já feito no mundo. É um grande inventário feito do ponto de vista da flora. As notícias boas é que saíram lista espécies como a baleia jubarte, a arará azul grande, o peixe-grana, mas a notícia ruim é que entra o macaco-prego galego, o peixe cascudinho. Enfim, há essa dinâmica e uma avaliação do que acontece dos biomas brasileiros.

Há outra coisa extremamente importante a ser vista. Nós, segundo os critérios da FCN, avaliamos o risco biológico. Nós não avaliamos o uso econômico das espécies. Nós avaliamos o risco biológico. A minha competência como Ministério do Meio Ambiente, como o ponto focal da conversão universidade biológica é avaliar o risco biológico. E é isso que nós fizemos com rigor técnico-científicos, segundo os critérios, segundo os trabalhos com mais de mil incentivos desenvolvidos, mais de 300 instituições científicas deste País, com painéis independentes internacionais de validação da lista. Daí a complexidade do trabalho.

Nós temos hoje o Cerrado e a Mata Atlântica trazendo o maior número de espécies ameaçadas. Nós estamos falando de 677 espécies ameaçadas no Cerrado e 1.331 espécies ameaçadas na Mata Atlântica, o que confirma obviamente a sinalização da ameaça desses biomas e a situação grave que existe muitas vezes de uma degradação, um desmatamento cada vez mais progressivo nesses biomas, que estão orientados para uma recuperação e deverão ser recuperados em face do Código Florestal.

Terceiro patamar dessa abordagem. Há espécies madeireiras. Eu posso deixar esta publicação aqui, esta breve apresentação mostrando os números. Posso seguir? É porque eu estou aqui *the flash*. Imaginem como é que estou. Estou parecendo o tal brasileiro que correu, estreou e ganhou na Fórmula 1. sou eu. Mas eu sou disciplinada. Então, é óbvio que temos desafios de estabelecer onde há espécies ameaçadas de extinção, já que há pouco conhecimento. Isso é outro lado. Então, o foco da ciência, da pesquisa...

Ontem mesmo eu fiz uma reunião com o Ministério da Educação, com a Capes, com um novo programa de indução de pesquisa e conhecimento científico, com a nova rede de instituições científicas deste País, em que o Ministério do Meio Ambiente aloca dinheiro junto com a Capes para produzir novas pesquisas de mestrado e doutorado dentro do programa de pós-graduação, consolidando a rede de pesquisa nas unidades de conservação.

Então, vamos começar a dizer efetivamente como é induzir pesquisa na direção de consolidar essas áreas protegidas no Brasil, e não pesquisas que não necessariamente são importantes, mas não dialogam com as prioridades de conservação da biodiversidade no Brasil. Isso só é possível fazer porque temos um programa de capacitação no Ministério considerado modelo na Esplanada e porque o Ministério do Meio Ambiente estruturou-se com funcionários de carreira nos últimos cinco anos da minha gestão, todos com concurso público feito todos os anos. Então, em vez de termos cargos de confiança, temos funcionários de carreira.

Aprovamos nesta Casa, ano passado, para concurso edital a ser lançado ano que vem. São 1.400 vagas adicionais ao Ibama, Instituto Chico Mendes. Então, serão novos funcionários de nível superior, concurso público adicional ao que tenho hoje nos quadros de funcionários. Isso tudo para falar de unidade de conservação, de espécie ameaçada de extinção e qualificar esses funcionários para trabalhar com seu senso de pesquisa e em parceria.

Vamos, então, para o desafio, além das espécies obviamente, de olhar para duas situações que são absolutamente importantes: as áreas protegidas. O Brasil tem um sistema de áreas protegidas, um sistema nacional de unidades de conservação, que é uma lei federal e tem competências institucionais distribuídas nas três instâncias do poder federativo, da competência da Federação – Estados, Municípios, União. Portanto, coordenar esse sistema é talvez um dos maiores desafios que o Ministério tem, porque criar uma unidade de conservação neste País não é comum. Vou citar um dado. Nós últimos quatro anos, nenhum governo da Amazônia criou uma unidade de conservação. Nenhum governo estadual o fez. No Brasil, nós tivemos cerca de 360 mil hectares de áreas protegidas criadas por Estado, dos quais uma unidade fica no Estado de Minas Gerais, de 312 mil hectares, uma área de proteção ambiental. Todas as áreas de proteção integral foram criadas pelo Governo Federal. O que foi criado na Mata Atlântica de conservação estratégica foi feito pelo Governo Federal.

Portanto, isso mostra obviamente o desafio que temos de buscar novos locais para criar essas áreas e ter um modelo de gestão integrado com mosaicos, com tudo aquilo que são instrumentos colocados em prática pelo Governo Federal, pelos governos estaduais, pelos governos municipais.

Por outro lado, tivemos avanços expressivos na criação de áreas particulares, interesse cada vez maior de detentores de propriedade em criar essas áreas ou proporem as chamadas reservas particulares de patrimônio natural. Então, há que se entender como é que essa dinâmica acontece nos biomas em face daquilo que estamos propondo de avanço em relação a áreas protegidas.

Um segundo aspecto da área protegida é acabar com o conflito que existe de usos e de interesses de governos estaduais, de governadores – todos legítimos, todos eleitos democraticamente – e prefeitos, e se propõem, às vezes, à criação de áreas protegidas com populações residentes naquelas áreas, ignorando a existência daquelas populações. Resultado: você vai gerir com um passivo porque terá que retirar aquelas populações e, com isso, tira o acesso a políticas públicas dessas populações. É preciso entender de dinâmica de território.

Então, nós partimos para uma estratégia que é criar sem conflito e, na Amazônia, particularmente, fomos para uma estratégia de regularização fundiária das áreas, transferência para o Ministério, e criação já com regularização fundiária.

A Presidenta Dilma criou ano passado a primeira unidade de conservação, a unidade Maués, no Amazonas, 100% regularizada do ponto de vista fundiário. E vai criar agora mais de cinco milhões de hectares – nós estamos estudando isso –, fechando a meta do Programa Arpa de 2020 para agora. Nós vamos antecipar o resultado, consolidando 60 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia, incluindo áreas 100% regularizadas.

Eu sou informada de que há população. Vamos ter que discutir o que existe lá. Sou informada de que autorizaram o plano de manejo em área devoluta da União. Isso não pode acontecer. Então, há órgãos estaduais fazendo isso. Nós temos que entender a complexidade jurídica disso para criarmos as unidades sem conflito e, obviamente, ampliar as áreas de proteção, particularmente no Pantanal – estamos fazendo estudos para isso –, na Mata Atlântica e no Cerrado. Por quê? Porque estamos assegurando os serviços ambientais e uma estratégia mais eficiente de contenção do desmatamento.

Vou para a minha reta final de comentários. O Brasil ainda sofre uma pressão muito grande em termos de perda de espécies da fauna e da flora, por conta do desmatamento. É óbvio que temos um programa importante, estratégico de redução de desmatamento legal e do fim do desmatamento legal no País. A Amazônia é o principal símbolo disso. Nós somos um País com 29 mil km² de desmatamento por ano, e hoje nós estamos a 4,848 mil de uma meta de 3,925 mil para 2020. Essa meta deve ser atingida ano que vem, espero eu. Isso obviamente não é suficiente. É intolerável haver desmatamento. Não precisa haver desmatamento no Brasil e muito menos desmatamento ilegal. Mas o Brasil também tem supressão de vegetação como mecanismo legal. O Brasil é o único país que eu conheço no mundo que impõe uma restrição à propriedade privada de até 80%; o proprietário não pode mexer em 80% da vegetação nativa se a propriedade for na Amazônia.

E, se houver área de preservação permanente, mais um tanto. Nenhum país do mundo impõe esse tipo de restrição. Nós o impomos do ponto de vista de valorizarmos a conservação e assegurarmos que a conservação as leve a um incremento de produtividade no caso do uso da terra. Essa é um pouco a estratégia que nós estamos procurando dialogar com a implementação do Código Florestal.

Meu comentário final: faço um reconhecimento público ao Congresso Nacional, particularmente ao Senado, porque foi aqui no Senado que nós fizemos esse debate. Tenho 30 anos de política ambiental neste País. Sou servidora pública. Acabei de completar esse tempo. Ou seja, perdi meu caráter de jovem. Mas efetivamente, como gestora pública e funcionária de carreira que sou, eu tenho um setor todo engajado em consolidar uma política de conservação, que é o setor agrícola engajado em fazer o cadastro ambiental rural. Foi a primeira vez que uma norma alinhou um setor produtivo com um setor de meio ambiente. Todas as lideranças políticas do setor da agricultura, todas – eu não estou falando de questão político-partidária, estou falando de questões políticas – estão engajadas da agricultura familiar ao agronegócio, com a consecução do Cadastro Ambiental Rural.

A responsabilidade disso é dos Estados e Municípios segundo a lei. E nós teremos que fazer o Cadastro Ambiental Rural para colocarmos em prática o maior desafio que este país tem: o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planaveg. O cenário mais conservador nos dá um número em torno de 21 a 22 milhões ha que deverão ser recuperados neste país, por obrigação de lei, fora o que a gente pode induzir de reflorestamento, de recomposição. Então, o desafio de fazer esse alinhamento como conservação da biodiversidade.

O Brasil avançou nos quatro anos nessa nova base não só legal, normativa, mas institucional de olhar essa integração com os setores produtivos. Isso dialoga diretamente com a proposta de mudança do clima para 2015, com vistas a 2020, 2030, 2040, além dos outros setores produtivos envolvidos e talvez seja o exemplo cristalino de integração entre a conversão da diversidade biológica, a conversão de clima e a conversão de fundamentos econômicos e sociais de desenvolvimento sustentável, por intermédio da política de agricultura de baixo carbono.

E o Código Florestal nos provoca nessa direção. isso vai reinventar – vou dizer algo que o Elmo vai me matar – as relações federativas na gestão ambiental. Esse federalismo cooperativo que nós cantamos tanto em verso e prosa no sistema nacional do meio ambiente terá que acontecer na prática também sob a perspectiva econômica e social, que é o caso de transformarmos a agricultura brasileira não num programa de agricultura de baixo carbono, mas de termos na agricultura brasileira uma agricultura de baixo carbono.

Então, os mercados competidores brasileiros, quando forem subsidiar sua agricultura, vão ter que se lembrar que isso vai contribuir para efetivamente termos desmatamento. Quando você tem uma agricultura de baixo carbono e o Código Florestal em prática, a agricultura brasileira vai incrementar a produtividade e não vai desmatar mais. Então, querem proteger a Amazônia? Ajudem-nos a ter uma agricultura de baixo carbono neste País. O resto é tratar agricultura com competitividade, com transparência e, obviamente, valorizar, por instrumentos econômicos, os serviços ambientais, tudo aquilo que o Código prevê.

O Código fez uma série de avanços. É importante desestigmatizar o processo político do Código. Lembro que, quando começou esse processo na Câmara, não ia haver mais reserva legal, não ia haver APP nenhuma, e todos os estatutos foram mantidos. Aqui o reconhecimento final ao Senado, ao debate na Câmara, a todos que dele participaram, à Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas particularmente aos Senadores Jorge Viana, Luiz Henrique, Eduardo Braga, que foi o Relator na área de ciência e tecnologia, e obviamente meu cúmplice estratégico, o Ministro Benjamin, que trabalhou incessantemente nas comissões dentro desta Casa, para que nós pudéssemos viabilizar soluções que pudessem levar a esta situação política, um setor, de fato,

comprometido, como nós esperamos, com um instrumento que mudará a realidade de produção de alimentos e de recuperação ambiental neste País.

Por isso, se há um apelo pela biodiversidade do Brasil, façam o Cadastro Ambiental Rural, entreguem o Cadastro Ambiental Rural. Falando aqui para o novo Presidente da Abema, que é um parceiro nisso, e para o antigo: trabalhem dedicadamente no cadastro, se a gente quiser fazer toda essa envergadura, esse novo desafio para o Brasil de recuperação de ecossistemas, eliminar o desmatamento e recuperar de vegetação nativa neste País, gerando emprego, fazendo inclusão social e, como o senhor diz, tratando as populações tradicionais com o respeito que merecem.

Muito obrigada.

Foi o máximo que consegui. Não falei nem 10%. Agora, Senador, o senhor é não sustentável me fazendo correr feito uma doida, mas foi muito tolerante ao me dar de 20 a 30 minutos.

Muito obrigada.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Dei a V. Ex^a a maior tolerância desta Comissão. Dez minutos de tolerância, quando, no máximo, seriam dois minutos.

Quero registrar aqui a presença do nobre Deputado Federal Átila Lira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado pelo Piauí; da Senadora Sandra Braga e do Senador Douglas Cintra, que também é desta Comissão.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, do Acre, Relator do Marco Civil da Biodiversidade, e que tem debatido conosco essa questão. Essa é a terceira ou quarta audiência pública que fazemos sobre esse tema.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, que preside este colóquio internacional sobre biodiversidade. Cumprimento V. Ex^a, todos que compõem, a Senadora Sandra Braga, o Senador Douglas Cintra, Deputado Átila, que preside a Comissão de Meio Ambiente na Câmara e, de modo muito especial, a nossa Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, uma querida amiga que colocou aqui, como sempre faz, com competência não só um relato da realidade brasileira, vinculada à biodiversidade, mas também algumas provocações e desafios. Quero cumprimentar o Dr. César Bochenek, presidente da Ajufe e os representantes da IUCN que estão aqui. É um privilégio para esta Comissão do Senado tê-los aqui participando desse colóquio internacional sobre biodiversidade, principalmente na hora em que o Senado Federal, o Congresso brasileiro, o Governo brasileiro, estabeleceram como ano de um novo regramento para acesso à biodiversidade brasileira e também para compartilhar os benefícios com as populações tradicionais.

Então, é um momento muito especial que o Brasil está vivendo. É um prazer recebê-los aqui. Queria cumprimentar a todos, funcionários públicos, dirigentes, pesquisadores, toda a comunidade ligada, representantes de entidades não governamentais, toda a comunidade ligada ao meio ambiente, especificamente ao tema da biodiversidade.

Queria aqui colocar algo, já que tenho o privilégio do bom amigo, Ministro Herman Benjamin, que nos ajuda tanto a fazer reflexões e debater. Penso que não dá para discutir biodiversidade sem pensar um pouquinho, mesmo que seja rapidamente, sobre o que está acontecendo no mundo. Temos 7 bilhões de pessoas ocupando o mundo, usamos, de forma abusiva os recursos naturais, de forma irresponsável estabelecemos um modelo e um padrão de produção e consumo absolutamente insustentável.

Então, a biodiversidade do planeta está ameaçada por conta de uma espécie, da nossa atividade humana e isso o relatório do IPCC tem esse consenso e estamos alterando, por conta da maneira que ocupamos o planeta, que usamos os recursos naturais, estamos alterando o clima. Sou de um Estado, vou daqui a pouco para lá, que está experimentando cheias que nunca tivemos, ou seja, aquele sobe e desce de secas e cheias que se mantinham numa certa faixa, o ponto agora saiu fortemente e não tem uma outra explicação a não ser que algo novo está acontecendo.

Com a seca de 2005, tivemos incêndios florestais numa floresta tropical, em 250 mil hectares de florestas! Eu nunca tinha visto. Como engenheiro florestal, sei que o fogo é parte da ecologia do cerrado, mas nunca foi e não tem teoricamente como ser, parte da ecologia de uma floresta tropical na Amazônia. Impossível e impraticável, mas nós vivemos incêndio florestal na Amazônia, numa região muito especial que é a região do Acre, na cabeceira dos rios. Então, esse é um primeiro aspecto.

O segundo – e é quase uma provocação – que chamo à reflexão. Estamos discutindo biodiversidade brasileira. O nosso País tem a maior biodiversidade do planeta, seja do ponto de vista animal, seja do ponto de vista vegetal, mas o interessante é que toda atividade produtiva nossa, seja animal e vegetal, que é base da economia e do PIB brasileiro é com espécies estranhas à nossa biodiversidade. Os senhores já pararam para pensar

que a soja não é brasileira, a cana muito menos, o café também não. Se formos para o pasto, o gado também não. Então, como pode o País que guarda a maior biodiversidade do planeta não ter benefícios direto dela?

As atividades que desenvolvemos, Sr. Presidente, econômicas, que são tão importantes para nossa economia, o agronegócio é baseado em uso de espécies animais e vegetais estranhas à nossa biodiversidade. Isso talvez nos leve à reflexão: o que está acontecendo com este País. Nós, durante décadas, trabalhamos uma lógica – desculpem-me o termo – burra de primeiro destruir o que temos e o que não conhecemos e usar o solo para atividades estranhas ao ambiente que temos.

Esse é o panorama que vivemos. A outra lógica nossa de uso de recursos naturais não tem sustentabilidade nenhuma. Começamos explorando o pau brasil e exportando matéria prima. Depois, fomos para uma coisa muito mais valiosa, para o ouro e exportamos matéria prima, o ouro como matéria prima. Manda embora. Algo muito valioso. Minério de ferro. A lógica nossa sempre foi essa.

Depois fizemos isso com a madeira. O certo é que o PIB brasileiro, vinculado ao uso de recursos florestais, não chega a 1%, é perto de 1% hoje. O PIB vinculado a pesca – olhem o potencial que temos – não chega a 0,5%. Então, são os aspectos que colocamos. Aí, como o tempo não é muito grande, vou fazer um corte, falar um pouquinho da história do meu Estado, para chegar no projeto de lei que estamos debatendo aqui que estabelece regras de acesso à biodiversidade, que estimula o conhecimento, a pesquisa, que estimula a busca de produtos, de criar mercado e compartilhar benefícios.

Olhe que estamos no século XXI e agora que estamos fazendo esse debate num país que guarda a maior biodiversidade do planeta. Então, temos que refletir nesse colóquio internacional o quanto perdemos de tempo – e não só perdemos tempo – mas danificamos o nosso patrimônio e agora estamos fazendo aqui um debate sobre o regramento de uso desses recursos e de proteção obviamente, porque as regras de uso estabelecem a proteção.

No caso do Acre, que tem muito a ver com esse debate, porque foi a Senadora Marina, eu era prefeito de Rio Branco, em 1993, a Marina era deputada estadual, nós sempre trabalhamos muito juntos. Naquela época estávamos muito juntos. Agora recentemente a Marina está buscando, com absoluta legitimidade, um caminho diferente, mas que é muito parecido com o que todos buscamos também. Lançamos a Marina como candidata ao Senado. Parecia uma coisa inalcançável, inatingível, parecia até uma afronta um grupo como o nosso quisesse ter um mandato de Senador, porque tínhamos uma história, um compromisso de vida com os ideais de Chico Mendes, das populações tradicionais.

Nós trabalhávamos com algo que não dava voto, nunca havia elegido ninguém. O meio ambiente não elegia ninguém, no começo da década de 90. Aliás, você corria risco de morte se o defendesse. As populações tradicionais não eram motivo de nenhuma plataforma política. Isso poderia colocá-lo em risco se você estabelecesse como plataforma a defesa de populações tradicionais. E lá na Amazônia, no Acre, nós começamos isso e invertemos essa lógica, rompemos com esse paradigma, rompemos.

Eu diria que avançamos muito, ganhamos. Aliás, estamos ganhando desde aquela época, fazendo a defesa do meio ambiente, com compromisso com populações tradicionais e procurando inovar em políticas.

Na Prefeitura de Rio Branco, mesmo, criamos cinco parques. O Parque Chico Mendes foi um deles, porque o Chico é o exemplo maior do risco que se corria neste País em defender o meio ambiente, porque ele perdeu a vida, e nós trabalhávamos juntos. Nós sentimos muito a perda dele.

Uma das ideias do Chico muito forte é o que estamos propondo neste colóquio aqui, discutir a biodiversidade, o que a Ministra Izabella acabou de falar: como vivermos com a floresta e da floresta, para substituir a ideia de retirada da floresta, a ideia de que floresta é um problema e que a Amazônia precisa ser ocupada. Foi isto que no Acre nós tentamos fazer.

Quando assumi o governo, nós radicalizamos mais um pouco em 1999. Todo mundo cria *slogan* de todo tipo para governar. Mas alguém tem coragem de criar um *slogan* assim: governo da floresta? Sabe o que é que diziam para nós? “Vão agora implantar um governo para a onça, para o macaco, para os bichos, e não para as pessoas?” Eu sofri isso. Nós criamos um *slogan* chamado “governo da floresta” e estabelecemos conceitos como o de florestania, que é uma coisa inovadora. Não de cidadania, de querer o desenvolvimento e copiar no Acre o que acontecia em São Paulo.

Aliás, ainda bem que não copiamos, São Paulo está com sede hoje. Há quanto por cento de Mata Atlântica em São Paulo, no Sudeste? Há 50 milhões de pessoas com uma crise que não é hídrica, é uma crise de falta d’água para beber. Cinquenta milhões! Setenta por cento do PIB brasileiro está nessa região entre Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Cinquenta milhões de pessoas têm risco de não ter água potável para o consumo. E quantas mil ou milhões de nascentes foram eliminadas nessa área? Quanto de floresta protetora de curso d’água foi retirada nesse período? E parece que esse era o caminho, porque ali é que está o PIB brasileiro.

Nós não seguimos esse caminho. Nós preferimos ter um PIB pequeno, um PIB não mensurável, porque o trabalho que faz uma população tradicional, que fazem as comunidades indígenas não é quantificado. O que nós protegemos de floresta, Senadora Sandra – no seu Estado, a senhora trabalha, e também o Eduardo, nessa linha –, não é mensurável, não é ganho, não tem benefício para as populações, para os 25 milhões de amazônidas.

Então, eu peço licença ao Presidente, não preciso mais do que dois ou três minutos para concluir, para falar da Lei de Acesso à Biodiversidade.

A Marina então apresentou um projeto, em 1995. Esse projeto começou a ser debatido. Estou falando exatamente de vinte anos no Congresso. Esse projeto começou a ser debatido. À época, tínhamos o recurso das medidas provisórias; elas tinham validade de 30 dias. Esse projeto virou parte de uma medida provisória no governo Fernando Henrique e foi reeditado 16 vezes, depois ganhou uma eficácia de lei por conta de uma mudança na Constituição, em 2001, salvo engano. Depois, em 2003, se criou o CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético). De 2003 para cá, apenas um contrato foi assinado com populações indígenas, só e tão somente um contrato de repartição de benefícios – o termo correto é este.

O que nós temos de lá para cá, nesses anos todos? Cientista não pode fazer pesquisa básica, é criminalizado. Qualquer atividade de busca de uso dos recursos da nossa biodiversidade é biopirataria. De cara, as populações tradicionais estão empobrecendo. Só não estão numa situação de penúria por conta dos programas sociais do Governo Federal criados no governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, senão estariam na miséria, passando fome. E nós estamos num debate sobre a Lei de Acesso à Biodiversidade, que eu espero tenha fim este ano.

O Brasil era um dos responsáveis e principalmente vinculado à destruição dos recursos naturais de florestas pelas emissões de gases de efeito estufa e não é mais, não ocupa os primeiros lugares, está fazendo o seu dever de casa. Estamos trocando a nossa agenda de destruição dos recursos naturais por uma agenda que eu acredito, de buscar fazer uso sustentável desses recursos.

Eu tenho muita esperança de que encontremos aí uma mediação, Deputado Átila, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Muito provavelmente esse projeto voltará para a Câmara, porque nós pretendemos fazer algumas modificações, e o Senador Douglas também. Mas eu espero que até julho o Brasil tenha uma lei que possa valer, que possa funcionar.

A que nós temos não pegou, ela envelheceu sem ter sido usada, com todo o mérito, com todo o respeito que tenho a todos que tentaram com essa legislação atual, que não é usada nem pela indústria, nem pelas populações tradicionais, nem pela comunidade científica, muito menos pelo Governo.

Então, eu concluo dizendo que um evento como esse é uma oportunidade que temos de firmar um pouco mais nossos compromissos, para tirar o Brasil dessa situação e colocar o Brasil como um protagonista no mundo, um país que parou de destruir seus recursos naturais e começa a apontar caminhos do uso sustentável, responsável e inteligente dessa riqueza que é fantástica.

Em um mundo que está implementando um modelo insustentável de produção e consumo, quanto vale esse patrimônio genético que nós temos, essa biodiversidade que nós temos, vegetal e animal? Quanto pode gerar de uma economia sustentável? Quanto pode gerar de uma economia de baixo carbono, uma economia nova? Quanto podem ficar ricas do ponto de vista da felicidade? Porque eu não estou querendo mensurar. Tem muita gente na Amazônia que não está querendo dinheiro, só está querendo ser feliz, viver melhor. Quanto nós podemos ter de felicidade se tivermos uma lei boa, novos produtos sendo desenvolvidos, regras sendo respeitadas e nós definitivamente entendendo que não é – Ministra, uma frase que acho que você usou e que eu repito sempre – uma maldição ter a maior biodiversidade do Planeta. Não é uma maldição ter a Amazônia. É um privilégio, é uma vantagem comparativa extraordinária, que, lamentavelmente, o nosso País, o nosso povo, a nossa economia ainda não aprendeu a transformar em vantagem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço e parabeno o nobre Senador Jorge Viana.

Vamos iniciar, agora, a série de conferências. Para tanto, convido a tomar assento à Mesa, para proferir a sua palestra, o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Chefe da Subsecretaria-Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores, para falar sobre a posição do Brasil nas negociações internacionais sobre biodiversidade.

A SRª JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande satisfação participar deste evento.

O senhor vai concordar comigo que é muito difícil falar depois da Ministra, do Ministro Benjamin e do Senador Jorge Viana, mas eu tentarei, de alguma maneira, incorporar algumas dessas falas na minha exposição.

Eu tenho alguns aspectos que eu gostaria de ressaltar. O primeiro aspecto é a questão – e aqui eu já emulando ou copiando o que mencionou o Senador Jorge Viana – de que nós somos quicá o maior país megadiverso, e essa biodiversidade tem que ser entendida como um ativo nacional. A biodiversidade representa e deve representar um dos maiores ativos econômicos e sociais do nosso País. Esta é a primeira mensagem que eu gostaria de repassar.

A segunda mensagem que é importante repassar e que de alguma maneira foi mencionada aqui é a importância da biodiversidade para os três pilares do desenvolvimento sustentável, no âmbito econômico, ambiental e social.

A redução da biodiversidade, como foi mencionado, e menciono eu também, compromete essa sustentabilidade e a disponibilidade de alimentos e recursos naturais.

O exemplo que nós temos tido da crise hídrica é um elemento importante, um alerta fundamental, que tem que ser necessariamente escutado. E a conservação e o uso sustentável da nossa biodiversidade, além de tudo isso, resulta em benefícios incalculáveis, diretos e indiretos.

O terceiro aspecto que eu gostaria de mencionar, Sr. Presidente, é a questão da participação do Brasil no contexto internacional da biodiversidade.

Nós participamos ativamente, fomos decisivos na concepção, negociação e firma da Convenção da Biodiversidade – parece algo já histórico, não é, Ministra? –, em 1992, na histórica conferência do Rio de Janeiro. E parece outra época! Mas vejamos como foi fundamental a negociação da biodiversidade na conferência do Rio de Janeiro, a conclusão das negociações, e como ela representa um pilar fundamental na elaboração do marco internacional e o seu reatamento aos processos internos.

Essa construção da Convenção da Biodiversidade não terminou no Rio de Janeiro, ela continuou, ela avançou, e sob sua égide nós negociamos uma série de protocolos. Negociamos o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – o Brasil participou também ativamente, como foi mencionado aqui –, e todo o trabalho que vem sendo desenvolvido internamente para a incorporação do Protocolo de Nagoya e todos os outros trabalhos que vêm sendo desenvolvidos.

Mas aí eu entro com o quarto elemento que eu gostaria de mencionar na minha rápida exposição, Sr. Presidente. Eu prometo que falarei menos que a Ministra Izabella Teixeira...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Está aprendendo.

A SRª JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Eu estou aprendendo. A concisão eu aprendo com o Ministro Benjamin; mas o entusiasmo e o comprometimento, sempre com a Ministra Izabella Teixeira.

A questão da biodiversidade não é uma discussão que deva estar restrita ao ambiental. Ela tem que estar inserida num debate muito mais amplo do desenvolvimento sustentável. Este é o quarto elemento que eu gostaria de trazer aqui à nossa conversa.

Um quinto elemento que eu gostaria de trazer à nossa conversa é a questão da possibilidade de reverter a tendência de perdas da nossa biodiversidade. Ela é uma possibilidade, mas ela vem com o sexto elemento que eu gostaria de trazer, que é a necessidade, mencionada aqui, de forma muito eloquente, pela Ministra e pelo Senador, mas também ela deve envolver, ela demanda o engajamento político muito mais amplo e o engajamento político de todos os atores envolvidos, incluindo o Poder Público, a sociedade, seja no campo, seja na cidade. Este é o sexto elemento que eu gostaria de trazer à nossa consideração.

O sétimo elemento que eu gostaria de trazer aqui se refere um pouco às Metas de Aichi que são metas que foram acordadas justamente pela Convenção da Biodiversidade, nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. São uma série de metas. Elas foram internalizadas para metas nacionais na Conabio. E aqui eu trago o meu sétimo ponto: a questão da perda não pode ser vista só de maneira direta. Não há políticas de reversão da perda da biodiversidade se elas se restringirem apenas à vertente ambiental. Elas têm que estar dialogando, como gosta de dizer a nossa Ministra, de maneira muito mais ampla, com os nossos planos de desenvolvimento e as nossas políticas públicas de maneira absolutamente transversal. A conservação, o uso sustentável da biodiversidade não pode ser uma discussão focada apenas na vertente ambiental, ela tem que ser muito mais ampla.

O oitavo elemento que eu gostaria de trazer à nossa consideração, Sr. Presidente, é a questão de que nós estamos hoje trabalhando aqui, internamente, engajados numa negociação internacional de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 que nós temos que adotar um novo modelo de desenvolvimento que incorpore a vertente ambiental, de maneira transversal, em toda a nossa estrutura de políticas públicas e do nosso estamento jurídico e legal.

O nono e penúltimo elemento que eu gostaria de trazer aqui, que foi mencionado, é a necessidade – eu até seria um pouco mais enfático –, o imperativo da revisão dos padrões de produção e de consumo. A sustentabilidade tem que ser o norte dessa revisão dos nossos padrões de consumo.

O último elemento que eu gostaria de trazer aqui à mesa é a questão de que a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico, eles não podem ser concebidos ou entendidos como temas antagônicos. Nós temos que poder superar essa discussão.

Aqui foi relatado todo o esforço que vem sendo feito pelo Governo, todo o esforço que vem sendo feito pela sociedade, os debates que têm ocorrido aqui no Congresso Nacional, de termos a sabedoria de poder conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação e o uso sustentável de um grande e gigantesco ativo no nosso País que é a nossa megabiodiversidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu agradeço a participação.

Passo a palavra, agora, ao Ministro Herman Benjamin, que falará sobre o marco legal de proteção da biodiversidade no Brasil.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Agradeço, Sr. Presidente. Eu também pretendo ser extremamente breve e espero que com a objetividade e o conteúdo do Embaixador José Antônio Marcondes. Mas é muito difícil bater, derrotar este querido amigo quando se trata de fazer uma apresentação que diz tudo e consegue cumprir o prazo pela metade como ocorreu exatamente aqui.

Eu queria dizer que, na linha daquilo que já trouxe a Ministra Izabella e o Senador Jorge Viana, o Brasil não tem uma legislação nacional de proteção da biodiversidade como alguns países. Mas isto não deve ser entendido como falta de um regime legal, adequado e moderno de proteção da biodiversidade.

As normas que o Brasil tem – portanto, uma proteção fragmentária, e não holística, da biodiversidade – são muitas. Aqui já foi citado o Código Florestal. Nós podemos citar a Lei de Proteção à Fauna, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – em inglês, áreas protegidas, para ajudar na tradução. Nós temos também uma Lei de Proteção aos Recursos Hídricos, uma Lei de Proteção à Mata Atlântica. Enfim, há um mosaico de normas que, a meu juízo, se aplicadas essas normas, nós teríamos condições adequadamente de proteger a nossa biodiversidade.

Agora, evidentemente, um sistema fragmentário de proteção da biodiversidade, tanto no plano federal como no plano estadual, e sobretudo nos Estados que têm maior riqueza de florestas... E aqui vejo a Senadora Sandra Braga, cujo Estado do Amazonas sozinho talvez seja, em termos de unidade política, o maior detentor de biodiversidade no mundo, mais de um milhão de quilômetros quadrados de floresta tropical. Então, em todos esses níveis, federal, estadual e municipal, o modelo fragmentário cria dificuldades, tanto na implementação administrativa como na implementação judicial.

Não poderia também deixar de mencionar que a Constituição brasileira protege diretamente a biodiversidade. E, utilizando essa linha de raciocínio biológico da Ministra Izabella Teixeira, que partiu dos três níveis estabelecidos na Convenção da Biodiversidade de 1992, a nossa Constituição, que é de 1988 – portanto, anterior à Conferência do Rio, a ECO 92, como dizemos no Brasil –, trata desses três níveis: protege os chamados fundamentos da vida – vale dizer: o nível mais elementar, o nível genético da biodiversidade –, protege as espécies e protege os ecossistemas. Ou seja, o arranjo desses três níveis, na nossa Constituição, que antecede a Convenção da Biodiversidade, reflete essa Convenção, que só seria promulgada quatro anos depois. Portanto, um avanço extraordinário. E aí festejamos a Assembleia Constituinte de 1987 e 1988.

Lembro ainda – e aqui falando especificamente das dificuldades para o Poder Judiciário – que o fato de termos um mosaico de leis que protegem a biodiversidade ou, se quiserem, protegem os elementos componentes da biodiversidade traz dificuldades para o juiz no momento de aplicar a norma, porque o juiz brasileiro que se defronta com o litígio afeito à biodiversidade terá que analisar não apenas uma norma, um código, uma lei específica, mas fazer um diálogo entre todas essas normas. Daí a necessidade, primeiro, de esse magistrado, esse juiz ter o descortino de todo o microsistema de proteção do meio ambiente, mas também de entender a principiologia jurídica que orienta, de um lado, a proteção do meio ambiente, de outro, a proteção da biodiversidade e, no caso específico de fauna, flora e áreas protegidas, a legislação que cuida daquela matéria particularmente. Não é um exercício fácil.

Agora, a boa notícia é que os juízes brasileiros, tanto os juízes federais como os juízes estaduais – o Brasil é uma Federação; portanto, temos dois sistemas judiciais –, vêm se defrontando cada vez mais com questões, processos, litígios no campo ambiental.

Só no Superior Tribunal de Justiça, no meu tribunal, a estatística do ano passado foi de mais de 300 recursos, apelações – enfim, tem um nome próprio: recurso especial – que cuidam diretamente – não é indiretamente – de temas afeitos à biodiversidade. Eu repito o número, que é extraordinário: mais de 300 recursos, desde os aspectos genéticos ao licenciamento no campo florestal, desmatamento, espécies ameaçadas de extinção e até mesmo diálogo com os tratados internacionais.

Termino exatamente com os tratados internacionais. O nosso País – e não gostamos de reconhecer isso – não valoriza os tratados internacionais. Se há algo que não devemos seguir do modelo dos irmãos do norte, é exatamente essa ideia de que os tratados internacionais não precisam ser seguidos pelo Poder Judiciário.

Nós fizemos um levantamento da jurisprudência brasileira e não encontramos praticamente nada de citação dos tratados internacionais. Eu me refiro especificamente à Convenção da Biodiversidade, porque, em alguns casos, Senador Otto Alencar, Embaixador José Antonio Marcondes, o juiz se dava o trabalho de pesquisar a literatura estrangeira sobre a definição de biodiversidade quando bastaria ir à Convenção da Biodiversidade, onde temos uma definição que é aceita pela comunidade científica internacional. Isso se aplica a outros tratados internacionais, como a Cites, a Convenção de Ramsar, que protege as áreas úmidas, a Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. São pouquíssimas as referências a esses tratados internacionais no Poder Judiciário.

Então, a tarefa que temos aqui é lembrar aos juízes. Temos lembrado, em todas as ocasiões de cursos de capacitação para os juízes, que os tratados internacionais não se dirigem apenas ao Poder Executivo, que os tratados internacionais não se dirigem apenas ao Poder Legislativo, mas que os tratados internacionais não só podem, mas devem ser utilizados pelos juízes brasileiros.

Eu vejo, no Itamaraty, no Ministério de Relações Exteriores, um esforço muito grande de levar a posição brasileira aos fóruns...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – ... em que esses tratados e convenções são negociados na expectativa de que esses tratados venham a ser aplicados no Brasil pelo Poder Judiciário. Portanto, o dever é nosso. Eu falei por 9 minutos e 12 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem tolerância.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Não utilizei meus dez minutos. Era uma questão de honra nessa concorrência que faço com o Embaixador José Antonio Marcondes. Ele ganhou de mim, mas eu não utilizei inteiramente os meus dez minutos.

Agradeço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Ministro do Superior Tribunal tem tolerância.

A Ministra Izabella Teixeira vai deixar a Mesa porque vai cumprir missão determinada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Bom desempenho na missão!

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu espero que sim.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de voltar a esta Casa, Senador Otto Alencar. Mais uma vez, conte com o Ministério do Meio Ambiente. Ministro Benjamim, Luciene, Jorge e toda a parceria, seguimos juntos.

Realmente, as notícias deste ano são muito promissoras para a conservação da biodiversidade a partir da apreciação desse novo marco legal e também de uma estratégia que estamos buscando conciliar efetivamente, a partir do Cadastro Ambiental Rural, o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Isso vai dar uma nova robustez, uma nova base de economia florestal para o País e, obviamente, a conservação da biodiversidade alinhada a isso.

Quero agradecer e pedir desculpas a V. Exª por ter que ser tolerante comigo, mas a missão foi quase impossível. Peço desculpas à tradutora, porque deve ter sofrido muito comigo falando, correndo. E agradecer aos que participaram. Peço licença porque, realmente, tenho que substituir a Presidenta em um evento e, em seguida, eu viajo para São Paulo.

Muito obrigada. Fica aqui o Presidente do Instituto Chico Mendes e o pessoal do Ministério, o coordenador, o Secretário de Biodiversidade interino. Toda a equipe técnica do Ministério está aqui. O Presidente do Ibama teve que se retirar por causa do vazamento de óleo que tivemos ontem no Rio de Janeiro lamentavelmente.

Muito obrigada a todos e bom dia! *(Palmas.)*

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – V. Exª me permite, Presidente?

Aproveitando a menção da Ministra Izabella sobre o vazamento de óleo no Rio de Janeiro, eu já apresento ao Senador Otto Alencar as desculpas do Secretário de Estado do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, André Corrêa, que, neste exato momento, está sobrevoando a área do vazamento de óleo no Rio de Janeiro. Ele, quealaria sobre Mata Atlântica, infelizmente, não poderá estar aqui conosco.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu estava com André no telefone, pelo whatsapp.

Deputado Átila Lira, por favor, eu teria o maior prazer de estar com o senhor, como também com os Senadores e Presidentes das Comissões para podermos combinar uma estratégia de diálogo e de debate aqui, no Senado Federal, e na Câmara dos Deputados.

Herman, sobre vazamento, parece que está sob controle. O Ibama já atuou desde ontem. Mas eu já estou operando com o André.

Obrigada a todos e um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Dando seguimento, nós vamos convidar, agora, o Dr. Hélio Gurgel Cavalcanti, que é Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, e vai fazer uma palestra sobre o Bioma Caatinga. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Dr. Hélio Gurgel.

O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Muito bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar todos os Parlamentares, os membros da Casa e os membros da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que se encontra, desde ontem, sob novo comando, pelo Presidente eleito, o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Eugênio Spengler, aqui presente também.

E, cumprimentando todos os senhores, as equipes de governo e todos os operadores ambientais que fazem parte dessa grande discussão, cujo tema de hoje é a biodiversidade, venho abordar, em determinados momentos aqui, em cada uma especificidade, um dos biomas brasileiros. A mim, coube trazer as informações da Caatinga, que são copiosas, que são disponíveis e que é um problema secular essa fotografia do que temos no Nordeste brasileiro.

Nós temos, aqui, dentro desse conjunto de palestras a serem colocadas, a abordagem dos biomas do Cerrado, que será feito pelo Eugênio. Nós teremos, também, sobre a Mata Atlântica, o André Corrêa, que já justificou sua ausência, Dr^a Camila, Secretária do Amazonas, abordando o Bioma Amazônia, Dr^a Ana Luiza falará sobre o Bioma Pantanal e a nós coube a tratativa sobre a Caatinga.

Nós traremos, aqui, informações que fazem o conjunto desses registros, em que abordamos um bioma tipicamente brasileiro, aliás, o único exclusivamente brasileiro, não se situa em fronteira com nenhum outro, envolvendo 11 Estados, considerando, aí, o nordeste de Minas Gerais e uma nesga do Espírito Santo.

Esse Bioma Caatinga está contido, temos, aqui, essa linha vermelha que caracteriza o limite de todo o Semiárido e o limite da Caatinga, que é representado, aqui, nos seus 751 mil quilômetros por essa área mais verde, está contida dentro do Semiárido.

Então, o Semiárido nordestino abriga, também, nesga do Cerrado, aqui, expresso nesse tom de verde mais escuro, e da Mata Atlântica, em alguns segmentos, em alguns resquícios restantes, principalmente, da proximidade do litoral.

Essa é uma constatação de que se trata de um bioma única e exclusivamente brasileiro, que tem 27 milhões de habitantes e ocupa 11% do Território Nacional, sendo um bioma que abriga, em biodiversidade, 178 espécies de mamíferos; 591, de aves; 179, de répteis; 79, de anfíbios; 241, de peixes; e 221, abelhas. Portanto, um bioma considerado riquíssimo e com características próprias, unicidades que são encontradas.

Dentro dos recursos hídricos encontrados, nós temos, aqui, como o rio da integração nacional, o Rio São Francisco, cuja extensão, 2,830 mil quilômetros e com vazão na foz, vem se transformando, nos últimos anos, como uma esperança para solução hídrica da questão de todo o Semiárido, porque ele tem, na sua bacia hidrográfica, uma área de 634 mil quilômetros e vazão na foz de 2,7 mil metros cúbicos por segundo.

Há um projeto, não é um projeto novo, é um projeto que vem sendo aperfeiçoado, um projeto que nasceu desde o Império e já foi aventado por várias vezes, de transposição do Rio São Francisco, cuja transposição teria dois eixos, um eixo leste e um eixo norte, servindo, aqui, basicamente, todo o bioma e distribuindo o recurso de água.

Mas, nessa abordagem, nós vamos ver que, apesar da riqueza biológica, a Caatinga é um bioma brasileiro menos protegido, e menos pesquisado, e nós adotamos, aqui, para efeito dessa apresentação, um conceito que é afirmado por Edgar Morin, que é o da ciência nova, que é compreendido como um clássico para o complexo do Semiárido, um contraponto a essa ciência clássica, de extrair para uma análise um determinado assunto, mas, sim, de integrá-la dentro de um contexto.

Como nós vimos, aqui, o Semiárido abrange não somente a Caatinga, como também a Mata Atlântica e parte do Cerrado, fazendo com que esse complexo deva ser visto como concorrente e influente entre suas características próprias. A Mata Atlântica que é abrangida dentro do Semiárido tem características de proximidade com a própria Caatinga. No entanto nós temos registrado escassez de projetos que integrem o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente, a baixa precipitação pluviométrica e a escassez dos recursos hídricos que trazem o secular problema das secas.

E, apesar de perda de 50% da vegetação, a Caatinga, no Semiárido, é um bioma que possui cerca de 4,5 mil espécies diferentes de plantas, cujo potencial biotecnológico é muito grande e muito pouco usado e muito pouco pesquisado.

É um detalhe que não haveria de deixar de ser considerado que, dentro da antropização, das considerações da antropização da região do Semiárido e da Caatinga, deixamos de recorrer à colonização histórica, que se deu, de uma certa forma, com atipicidades que fogem à regra do restante do Brasil.

O Nordeste foi descoberto, praticamente, como o início do território brasileiro, vindo o português a se instalar no Nordeste do Brasil, e, daí, nós tivemos um período em que, antes de degredados, antes de condenados, vêm para cá expedições, logo que se criaram as Capitanias Hereditárias, historicamente, que se dedicaram a povoar e a colonizar.

Assim, Duarte Coelho trouxe em suas equipes de colonos os agricultores que se dedicaram à cana-de-açúcar e muitos pecuaristas que trouxeram o gado junto com eles da Europa. Essa questão trouxe a necessidade de separar a pecuária do plantio de cana, uma vez que a cana-de-açúcar era um pasto fácil para a predação daquele rebanho bovino, principalmente, e aconteceu de o gado, em sendo um incômodo, em sendo um impeditivo para plantação da cana-de-açúcar, tem uma carta régia, já, que normatizava o afastamento dos rebanhos do litoral.

Ora, uma vez em procura de aguadas e de melhores pastos, encontrando aqueles rios secos, que são os rios intermitentes e são os dominantes na área da Caatinga, como verdadeiras estradas de adentramento ao Sertão, o gado foi sendo seguido pelo seu pastor, pelo pecuarista de então, que levava consigo todo o pessoal de manejo do gado e ali fazia uma instalação, um povoamento.

(Soa a campanha.)

Esse povoamento se dava, sobretudo, dentro de uma região, que era requerida como Sesmaria, que era um sistema jurídico adotado em Portugal para evitar, exatamente, esse êxodo rural e fazia com que, dentro de uma instalação local, eles viessem a desenvolver uma cultura própria que Ariano Suassuna definiu como cultura armorial.

Essa cultura armorial se desenvolveu ao longo de séculos isoladamente, explorando aqueles meios naturais dentro da biodiversidade da Caatinga, buscando em suas medicações vegetais, buscando em mezinhas, buscando em chás, soluções para as questões de saúde, solução para as questões, até mesmo, de curas de animais, e isso trouxe, com uma seca após outra, a resiliência que caracterizou essa tradicional população nordestina, na utilização dessa biodiversidade.

No entanto, as secas levaram a uma necessidade de um êxodo daquela área atingida de muitas populações não assistidas, criando refugiados ambientais, que foram retirantes que dali se ausentaram em busca de recursos de sobrevivência, principalmente, explodindo demograficamente as capitais, porque encontrou-se aqui, dentro do Semiárido e dentro da Caatinga, dos menores índices de desenvolvimento humano do Brasil e dos menores do mundo.

Nós temos, aí, índices entre muito baixo, baixo e médio, com raríssimas ocorrências de índice IDH alto, a ponto de, hoje, vermos que as crises são esses vetores de desertificação, as secas periódicas seculares, o aumento populacional, que é uma explosão da própria população, o uso insustentável dos recursos naturais e a desertificação que atinge, hoje, um desmatamento de 46% do bioma.

Pela exaustão dos recursos naturais, a par de ausência de manejo adequado, gerações seguidas, explotando de uma forma predatória, reduzindo, conseqüentemente, fauna e flora, que trouxe, dentro dessa área, uma área suscetível de desertificação, nas áreas do entorno, 712 mil quadrados suscetíveis de desertificação, e uma área já afetada pela desertificação em grau muito grave de 81 mil quilômetros quadrados em toda essa área contida dentro do Semiárido dentro da Caatinga.

Isso torna-se uma questão fundamental.

Hoje é o dia 19 de março. O dia 19 de março para o nordestino é o Dia de São José. Ele tem a crença de que, se chove hoje, vai haver um bom inverno, pela previsão das secas, e isso aí, em várias tradições religiosas, ocorre, mas, na verdade, na meteorologia nós temos isso explicado, porque é exatamente a condição que tem de encontro dos ventos alísios que provocam a chuva. E, para a felicidade dos nordestinos, nós percebemos que a previsão para hoje, 19.03, pelo INPE, é de que, no litoral, a partir do litoral do RN, possibilidade de chuva com nebulosidade variável e pancadas de chuva isoladas, e, nas demais áreas da região, muitas nuvens. Isso é um bom augúrio dentro dessa previsão.

Nós temos, aí, então, essas perspectivas como, dentro dessa região, uma possibilidade de trazermos um forte apoio ao que vem sendo o desenvolvimento do Parlamento brasileiro, notadamente, Sr. Presidente Otto, a aprovação da Lei da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, que é a

matéria do PL nº 01, de 2015, e esperamos que o Executivo cumpra com a regulamentação da Lei Complementar nº 140, que distribui aos Municípios a competência de sua regência ambiental.

Esse pacto de recuperação do bioma é necessário, porque, como instrução de inclusão no ordenamento constitucional, a gente precisa ter, também, a Caatinga assim definida. A Caatinga não entrou como patrimônio nacional na Constituição de 1988.

E, finalmente, uma criação dos instrumentos regulatórios de incentivo a Unidades de Conservação Sustentáveis.

Obrigado pela atenção, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu quero agradecer ao Dr. Hélio Gurgel e dizer que a exposição que ele fez me toca profundamente, porque eu sou filho da Caatinga. Eu posso dizer, até, que eu sou um sobrevivente da seca.

Eu nasci na região mais seca da Bahia, que é a região da Chapada Diamantina, e, desde jovem, com meu pai, cuidando de cacimba para ter água de beber, água, inclusive, que não era tratada na época. E, todas as vezes que eu vejo uma referência ao Rio São Francisco, que é o chamado rio da integração nacional – ele nasce lá, na Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, no Município de São Roque de Minas, passa, aí, por Minas, por Bahia, e vai desembocar lá, entre Sergipe e Alagoas –, e esse rio, que é o rio mais importante para o Nordeste brasileiro, só a solução virá dele e está em um processo de transposição de suas águas, e eu tenho procurado estudar isso, há muito tempo, e conheço todo o trajeto do Rio São Francisco, devo dizer ao Dr. Hélio Gurgel, que é nordestino como eu, e, se não houver uma ação forte, imediata, do Governo, não haverá transposição do Rio São Francisco. Ou seja, a obra vai ficar pronta, o canal vai ficar pronto, e nós não vamos ter água para fazer a transposição, porque houve, completamente, uma inversão no planejamento estratégico e no projeto de transposição do Rio São Francisco.

Na época, Vice-Governador do meu Estado da Bahia e até Governador, fiz muitas críticas, achando que era necessário, antes de qualquer coisa, se fazer a revitalização do Rio São Francisco para, depois, fazer a transposição.

Esse rio de 2,8 mil quilômetros de extensão, com 1,3 mil quilômetros de área navegável, hoje, tem, praticamente, no meu Estado, todos os afluentes da margem direita mortos, rios que eram perenes, que, hoje, são lembranças e que, no futuro, serão apenas um retrato na parede. Podia citar, aqui, rapidamente, assim, lembrando, três rios perenes com as suas nascentes, que morreram completamente, que é o caso do Rio Paramirim, na Bahia, o Rio Santo Onofre, o Rio Verde, o Rio Jacaré, e outros tantos morrerão.

Então, a minha preocupação nessa questão do meio ambiente no meu País é que eu ouço, todos os dias, através de representantes dos Governos estaduais, e até do Governo Federal, se falar em grandes adutoras, em grandes transposições de bacia, e não ouço falar na revitalização de nascentes, de riachos, de afluentes.

Então, essa Caatinga que ele mostrou aí, com essa população de 27 milhões de habitantes, esse povo está condenado a não ter água se não houver uma ação efetiva, pragmática do Governo para a revitalização da bacia. E nós só temos esse rio, inclusive formado 75% dele no Estado de Minas, com seus principais afluentes no Estado de Minas, com sedimento de esgoto em quase todos eles, com, também, sedimentos de afluentes líquidos e sólidos das fábricas que estão em torno desses rios, e a situação é uma situação de uma gravidade inimaginável.

Na minha presença aqui, no Senado, e no meu Estado, eu coloquei isso de forma muito clara, Sr. Hélio Gurgel. A minha presença aqui é em defesa dos interesses do Brasil, porque o Senado defende a Federação, mas, no caso específico, é em defesa da revitalização do Rio São Francisco. Ou o Governo Federal toma uma decisão – ou os Governos estaduais –, ou, então, como disse há pouco, aqui, dentro de dez anos, vinte anos, o Rio São Francisco vai ser, apenas, um retrato na parede, uma lembrança de um rio que está morrendo de forma e com uma velocidade inimaginável.

E isso me preocupa muito, Senador Jorge Viana, o senhor é da região das águas, mas o Rio São Francisco, também, já teve uma vazão média, no início do século XIX, século XX até, uma vazão média de 5.700m³/s, e agora, nós estamos com 1.100m³/s. Uma vazão, quase que cinco vezes menor em função do desmatamento das nascentes de forma criminosa, do desmatamento das mata ciliares dos riachos e rios afluentes, que eram perenes e, hoje, são temporários. E tem que se tomar uma providência urgente! Não é muito, não custa muito revitalizar, desassorear o Rio, tratar o esgoto das cidades ribeirinhas.

Então, o que me preocupa muito é que a Mata Atlântica – aqui está o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, onde nós temos, lá, três biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica; inclusive um que a gente considera que é o litoral: a área de mangue e de beira de costeiro – então, a Mata Atlântica, hoje, é uma grande lembrança na Bahia: você apenas tem a mata de cabruca, que é a que preserva o cacau; todas as outras árvores foram, praticamente, destruídas, e eu poderia dizer, citar aqui: caviúna, que é uma árvore muito bonita;

cerejeira; baraúna; imbuia; pau d'arco; soba; juazeiro; jatobá; pau-ferro; angico; gameleira; aroeira; todas essas árvores destruídas da Mata Atlântica e que não existem mais. Então, ou se toma uma decisão de Governo, estrategicamente de Governo, para preservar a nossa biodiversidade, ou, então, o nosso País, sobretudo a minha região, o Nordeste, nós vamos ter dificuldades com abastecimento humano, animal e industrial.

Eu estava, há pouco, lendo uma matéria do grande cientista norueguês James Lovelock, onde ele diz que o aquecimento global, a destruição da Natureza neste século vai levar seis bilhões de pessoas à morte – estava lendo e acho, até, quase que o profeta do apocalipse, mas ele tem autoridade para dizer isso.

E, no nosso País, ou se toma uma decisão dessa natureza, ou, então, nós teremos uma situação muito ruim. E a Caatinga, o Cerrado e a Mata Atlântica já são as vítimas dessa ação do homem contra a Natureza.

Portanto, eu fico muito preocupado! E quando falo em Rio São Francisco, parece que se fala na minha alma, no meu espírito, porque eu sou da Região e me preocupo muito com isso.

V. Exª queria falar, Senador Jorge?

Eu vou passar a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só mais para reforçar e agradecer a exposição.

E, também, Senador Presidente Otto, V. Exª, desde que eu o encontrei, começamos a conversar sobre a sua possível vinda para cá, para a Comissão, e V. Exª disse: “Eu vou ter, como uma das missões do meu mandato e da minha Presidência na Comissão de Meio Ambiente do Senado, procurar cuidar do São Francisco.” Eu quero estar junto.

V. Exª está falando de uma vazão, hoje, de 1.100, 1.200m³/s que já foi 5.000m³/s. O Rio Madeira, a média de vazão no Rio Madeira na cheia é 45.000, 46.000m³/s, mas chegou a 57.000m³/s – 10.000m³/s a mais do que qualquer série histórica que se tinha. Então, nós estamos vivendo uma situação... A água do Planeta, ela vai faltar aqui, sobrar num outro lugar, ela vai mudar de endereço, a movimentação vai estar presente.

Então, eu acho que nós temos que tratar, sim, com muito cuidado, com muita dedicação, de temas como este que nós estamos abordando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Seguindo a lista dos palestrantes, eu quero passar a palavra à Drª Ana Luiza Ávila Peterlini Souza, Secretária do Meio Ambiente do Mato Grosso, que falará sobre o Bioma Pantanal.

Drª. Ana, por favor, a senhora pode tomar assento. (*Palmas.*)

A SRª ANA LUIZA AVILA PETERLINI SOUZA – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite do Senador Otto Alencar e do Ministro Herman Benjamin, e dizer que é um prazer e uma honra poder participar deste seminário e contribuir, de alguma forma, com as informações que nós temos do Bioma Pantanal.

Eu sou Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, e é importante para nós, inclusive, aproveitar esta oportunidade para falar um pouco sobre o nosso Estado.

Eu preparei uma apresentação, ela é, até, bem ilustrativa, e, ao menos, se não servirem as informações, as fotos vão ficar registradas, certamente, na memória de vocês.

Onde é que passa? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA AVILA PETERLINI SOUZA – Está o.k.

Bom; Mato Grosso possui três biomas bem definidos. Nós temos o Bioma Amazônia, que ocupa a maior extensão do Estado, com 53%; temos o Bioma Cerrado, também extenso, ocupando 40% do nosso Estado; e o Bioma Pantanal, ali a sudoeste, ocupando apenas 7%, o que não significa que ele seja menor, já dada à sua grande importância, não só para o Estado, como para o próprio Brasil.

Este daqui é um mapa: o Pantanal está inserido dentro da Bacia do Alto Paraguai. Nós podemos observar que a área alagável corresponde a 141.510km². Essa é uma área que a gente considera como a maior planície inundável do Planeta. Ela, praticamente, confere com o Bioma Pantanal. E ela é toda circundada por planaltos. Essa parte marrom são os planaltos, que ocupam boa parte desse território.

Bom, o Bioma Pantanal, também, não se restringe ao território nacional: nós temos 40% dele no território da Bolívia e do Paraguai, sendo 20% em cada um deles. No Brasil, também, nós temos 40% do território no Estado do Mato Grosso, e 60% dele, no nosso vizinho, o Estado do Mato Grosso do Sul.

Dada a importância do Pantanal, ele já recebeu diversos títulos conferidos pelo mundo. Primeiramente, ele é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como um Patrimônio Nacional. Em 2000, a Unesco reconheceu o Pantanal como Reserva da Biosfera. Também em 2000, a Unesco reconheceu, como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, o Parque Nacional do Pantanal, que está inserido dentro desse bioma, e a RPPN Dorochê, no Mato Grosso, a RPPN Acurizal, no Mato Grosso do Sul, e a RPPN Penha, também no Mato Grosso

do Sul. O Sítio Ramsar, em 1993, também reconheceu o Parque Nacional do Pantanal e a RPPN Sesc-Pantanal como uma área úmida de grande importância.

O Pantanal é considerado uma área úmida, e, em razão de ser conceituado como área úmida, o Brasil, em 1993, assinou a Convenção Ramsar. Assim, hoje, o Brasil é signatário dessa Convenção internacional e tem, como obrigação – não é? – exercer uma política nacional para a gestão inteligente e para a proteção das áreas úmidas e sua biodiversidade.

Daí, dizer para os senhores, como disse o Ministro Herman, que nós temos que nos valer dos tratados e convenções internacionais, que têm força de lei para o nosso País e nos coloca, como obrigação, na defesa dessas áreas úmidas.

E o que significa “áreas úmidas”? Áreas úmidas são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos. Eles estão permanente ou periodicamente inundados; as águas são rasas; os solos estão constantemente encharcados, são doces, salobros ou salgados; e há uma infinidade de comunidades de plantas e de animais que são adaptadas a essa dinâmica hídrica, tanto a dinâmica aquática, como a dinâmica terrestre.

E o que move o Pantanal? Qual que é a importância do Pantanal? É, justamente, esse pulso de inundação: esse período em que o Pantanal fica, parte do ano, alagado e, parte do ano, seco. Isso faz com que a gente tenha a oportunidade de ter, no Bioma Pantanal, um dos biomas mais preservados, justamente porque o uso acaba sendo restritivo, sendo que, parte do período, acaba ficando alagado por conta desse pulso de inundação.

Nós temos no Pantanal, por conta dessa importância e, principalmente, por conta desse pulso de inundação, uma grande biodiversidade. Nós temos cerca de 263 espécies de peixes. Nós estamos vendo, ali, foto de dourado, temos pintado, piavuçu, piraputanga. Temos cerca de 650 espécies de aves, como tuiuiú, garça e a própria arara. Temos, também, 132 espécies de mamíferos: temos uma foto, ali, de uma onça-pintada, macaco, capivaras. E cerca de 150 espécies de anfíbios e répteis. Esses dados foram tirados do Ministério do Meio Ambiente, são dados oficiais, e, claro, que pode haver uma variação nesse número de espécies.

Aqui, eu acho interessante: a gente traz imagens da paisagem do Pantanal. Nós temos um período de seca e um período alagado, onde vocês podem notar a grande biodiversidade de flora. Nós temos cerca de 2.000 plantas catalogadas. Ali ao fundo, no primeiro eslaide, a gente pode ver a piúva, que é a árvore símbolo do Pantanal; aquela amarela é o ipê – não é? –; e, abaixo, a gente vê a vegetação típica das áreas alagadas, das áreas de campos. E, na verdade, o Pantanal acaba sendo um cerrado baixo que passa boa parte do seu tempo sujeito à alagação.

Nós temos, também, unidades de conservação dentro do Bioma Pantanal: 8,5% do nosso Pantanal são áreas protegidas, são unidades de conservação. Nós temos oito áreas protegidas, sendo dois parques estaduais, um parque nacional, que é o Parque Nacional do Pantanal, três estradas-parque e três Reservas Particulares de Patrimônio Natural.

A Secretaria tem feito mapeamento dos ninhais, que são grandes locais de reprodução das aves. Nós temos uma quantidade muito grande de aves e, constantemente, a Secretaria de Meio Ambiente faz o monitoramento para garantir a preservação e a reprodução dessas espécies. Esses ninhais, também, acabam sendo focos de turismo de observação: nós temos muitos turistas que vão ao Pantanal para fazer esse turismo de observação.

Uma outra grande riqueza do Pantanal é a pesca...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA LUIZA AVILA PETERLINI SOUZA – ... são os recursos pesqueiros que nós temos. E, também, fazemos um monitoramento constante para que a gente possa definir exatamente o período de reprodução e, em razão disso, definir os períodos de piracemas, que são os períodos de defeso para a pesca. Hoje, esses períodos de defeso são definidos de outubro a fevereiro... Não, desculpem: de novembro a fevereiro, são quatro meses. Mas há intenção de aumentar esse período para seis meses – estudos estão sendo feitos nesse sentido.

Bom; como todo bioma, nós temos a crise também em razão, por exemplo, da qualidade de água. Nós fazemos um monitoramento, só que a gente pode observar, por esse eslaide, que temos alguns rios que são os principais afluentes do Pantanal, como o Rio Cuiabá, o Rio Paraguai e o Rio Vermelho, também, que eles cortam grandes áreas urbanas. Então, quando o rio passa por essas áreas urbanas, infelizmente, eles recebem grande quantidade de esgoto. Cuiabá, por exemplo, nós só temos, por enquanto, 30% de rede de esgoto, e esse esgoto acaba indo para o Pantanal. É assim também com Várzea Grande, que é uma das maiores cidades, e Rondonópolis.

O Pantanal sofre o desmatamento, mas, ainda, não é expressivo. A gente pode perceber, pelos números, que, tanto o Bioma Amazônia, como o Bioma Cerrado, acabam, em razão do uso, sendo mais desmatados. O Pantanal, hoje, ele tem 24%, apenas, da sua área desmatada. Isso acontece também porque ele passa boa parte do tempo alagado, como eu já lhes disse.

Alguns momentos, principalmente quando os períodos de cheia não são intensos – não é? –, o Pantanal está muito sujeito aos incêndios. Então, nós temos um grande número de incêndios florestais quando a gente tem períodos de seca mais prolongados.

Grande parte do impacto, também, que tem sofrido o Pantanal acontece, principalmente, na região do planalto. Nós temos cerca de 75 usinas hidrelétricas em operação e em instalação, sendo que 4 são hidrelétricas e 71 são PCHs. Isso, realmente, traz preocupação, não por serem as Pequenas Centrais Hidrelétricas nem tão impactantes, mas pela quantidade delas ao longo de um mesmo rio.

A agricultura, também, na região de planalto, que é a região onde se localizam as principais nascentes e as cabeceiras do Pantanal, a agricultura é intensa e isso tem causado preocupação. Inclusive, amanhã, nós temos um seminário, em Cuiabá, para que a gente discuta um pacto pela proteção das nascentes da Bacia do Alto Paraguai.

A pecuária, também, causa, evidentemente, determinados impactos.

E, ali, é uma foto do lixo sendo colhido nas baías que ficam próximas ao Pantanal, depois de já ter passado pela região de Cuiabá e Várzea Grande.

Quais as perspectivas – já estou encerrando; mais 30 segundos – para o Pantanal? Atividades sustentáveis. E, talvez, a mais sustentável delas seja, de fato, a pecuária extensiva – não é? Ela já existe na região há mais de 300 anos, e ela garante essa sustentabilidade porque, primeiro, em razão de passar boa parte do tempo alagado, não é possível a colocação de muitas cabeças de gado, porque, no período das águas, essas cabeças de gado precisam ser colocadas em áreas mais elevadas e que são essas áreas secas. A pesca, também, é intensa, mas nós precisamos fazer um trabalho, porque, de fato, hoje, a pesca é profissional, ela ainda não está sustentável; temos muita pesca predatória. E o turismo de observação, o ecoturismo e o turismo de pesca mostram-se como usos sustentáveis para esse espaço protegido, assim como o turismo cultural.

Eu agradeço a todos, e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Eugênio Spengler, Secretário de Meio Ambiente do meu Estado, o Estado da Bahia, que falará sobre o Bioma Cerrado.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Primeiramente, agradecer o convite do Senador Otto e do Senador Jorge Viana. Faço uma menção, aqui, ao Ministro, que, também, esteve envolvido na organização deste evento. Cumprimento os outros Parlamentares aqui presentes, na pessoa do Deputado Átila, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Eu, agora, estou numa função, substituindo o Dr. Hélio, na Presidência da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema). E tanto em relação à Comissão de Meio Ambiente do Senado, quanto em relação à da Câmara, a gente gostaria de manter a relação, que sempre foi estreita nesse período. E manter essa relação porque nós temos uma agenda importante, de interesse dos Estados, e que o Congresso Nacional, necessariamente, pode nos ajudar. E isso desde questões legislativas, como também no apoio a alguns projetos que são estruturantes e que estão relacionados à questão da biodiversidade.

O meu convite foi para falar um pouquinho sobre o Bioma Cerrado.

Alguns números importantes.

O Cerrado abrange 2,1 milhões km² do Território Nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Eu não tenho apresentação, Deputado. Eu não sei falar com apresentação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Então, me desculpa, mas, realmente, quando coloca uma apresentação para mim, eu me perco totalmente.

Ele abrange 2,1 milhões km² de área e o território de catorze Estados e do Distrito Federal. E, desses catorze Estados, três deles... Na verdade, além do Cerrado que a gente conhece aqui – Sudeste, Centro Oeste, Nordeste –, nós temos três Estados que têm área de cerrado, que é o Amapá...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Piauí.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – E, sim,... Não, mas aí é Nordeste. Eu estou falando que, além da Floresta Amazônica, nós temos Cerrado no Amapá, Roraima e, também, algumas regiões do próprio Estado do Amazonas, que têm área de cerrado, porque, quando a gente fala de Cerrado, desconsidera essa peculiaridade e essa característica desse bioma.

Dos 2,1 milhões km² de área de cerrado, nós já temos, segundo dados oficiais do próprio Instituto Chico Mendes, 700 mil hectares com ocupação antrópica, principalmente com atividade agrícola e pecuária – obvia-

mente, tem cidades em cima, mas a grande ocupação é dada pelas atividades “agrosilvopastoris”, e por aí vai. Ele representa em torno de pouco mais de 22% do território nacional.

E, um outro dado importante, retirado do Instituto Chico Mendes, é que 8% da área do Cerrado são constituídas de unidades de conservação. Então, nós precisamos aumentar, obviamente. O ideal é que a gente tenha, pelo menos, 10%, mas estamos com uma concentração bastante boa, e acho que se tem que atingir, aí, no próximo período, o que está acordado.

Uma outra questão importante – é importante salientar aqui: nós temos três grandes bacias hidrográficas que dependem do Cerrado: a Bacia do São Francisco, que já foi referenciada aqui pelo Senador Otto Alencar e pelo Dr. Hélio Gurgel; a Bacia do Prata; e a Bacia do Tocantins/Araguaia. Observem que o Cerrado se constitui numa grande caixa d’água e ele impacta a questão de recursos hídricos de todas as regiões brasileiras.

O Aquífero Urucuia, que tem uma boa parte da sua localização no território baiano, mas abrange Tocantins, Piauí, um pedaço de Minas Gerais, e, também, me parece que pega uma faixa de Goiás – me ajudem aqui, por favor –, mas, o mais importante que eu quero dizer é que, em alguns períodos do ano, ele pode contribuir com até 90% da água do São Francisco. E nós estamos com um processo extremamente intenso de uso da água desse aquífero para atividade econômica. E eu não estou me manifestando, aqui, contrário.

O grande desafio é: como é que se equaciona o uso econômico do recurso hídrico com uma estratégia que garanta recarga para termos a quantidade e a qualidade de água necessária para garantir a sustentabilidade do Aquífero e de todas as bacias hidrográficas penduradas nesse Aquífero?

. Esse é o aspecto central. Do ponto de vista da recarga de aquífero, há alguns estudos que apontam que a supressão de vegetação não afeta, de forma definitiva, a recarga do aquífero. O que se precisa garantir é o manejo adequado do solo, com curvas de níveis, terraceamento, barraginhas para permitir a infiltração da água, o cuidado com o assoreamento, com erosão, alguns cuidados importantes e, obviamente, a proteção das principais nascentes, ou das nascentes, o que vai garantir o equilíbrio desse processo.

É fundamental salientar, Senador Jorge Viana, que a toda a água superficial, principalmente nos 150.000Km² de Cerrado que estão na Bahia – aproximadamente isso –, a água subterrânea e a água superficial são a mesma água. Os rios do cerrado baiano, principalmente – e essa é uma característica dos rios do cerrado –, mantêm um equilíbrio bastante próximo do período de chuvas que se registra agora – e nós estamos no final deste período, no cerrado – e no período de seca, que entra a partir de maio, principalmente, e vai até outubro, novembro, variando ano a ano o período climático. Isso porque, justamente, são os aquíferos que mantêm vivos e abastecem esses rios e todo o recurso hídrico superficial.

Então, é importante esse detalhe. Uma característica fundamental é essa.

A outra característica importante é que nós temos, segundo dados do Chico Mendes, mais de 10 mil espécies vegetais catalogadas, chegando a 11 mil e qualquer coisa, ultimamente, espécies vegetais; mais de 800 espécies de aves catalogadas e mais de 160 espécies de mamíferos já catalogados, todos igualmente fundamentais para a questão do equilíbrio e da biodiversidade.

Só uma complementação: se a supressão de vegetação não é tão determinante para recarga do aquífero, segundo dados de estudo, ela é extremamente impactante em relação ao equilíbrio da biodiversidade como um todo. Isso para não ficar informação incompleta aqui, nesse aspecto.

Então, esse são alguns dados que a gente precisa ter bem presentes quando se discute.

Em relação ao projeto de lei que está em discussão, aqui no Parlamento brasileiro, eu gostaria de salientar algumas coisas importantes. E aí, me desculpem, eu não tenho todos os dados dos Estados; eu vou acabar focando um pouquinho mais em algumas coisas da Bahia.

Nas áreas de veredas, que são as áreas mais úmidas, nas áreas mais próximas aos rios, é muito comum a ocupação dessas áreas por comunidades de feches de pasto. São comunidades cujas áreas, a grande maioria delas, são de uso coletivo; que vivem ali há 100, 150, 200 anos. Eles foram se estabelecendo ali trabalhando, inclusive, na fazenda, e o fazendeiro permitia que eles ocupassem o fundo da fazenda. Havia o aspecto de moradia, de produção de algum alimento e, também, segurança da própria fazenda, evitando caça, roubo e uma série de fatores. Assim, esses grupos foram se estabelecendo. E eles são responsáveis por grande parte da proteção e do conhecimento acumulado em relação ao uso de ervas medicinais, às chás e determinados alimentos que hoje são industrializados, inclusive, por determinadas indústrias, que acabaram até patenteando isso. Ocorre que essas pessoas não têm o retorno desse benefício que construíram e desse conhecimento acumulado que eles têm e que contribui, fundamentalmente, para a questão da nossa biodiversidade.

Então, é um problema fundamental. No nosso caso – o Dr. Otto foi Vice-Governador e eu estou lá há cinco anos como Secretário de Meio Ambiente –, nós estamos mapeando essas comunidades, esses grupos. Normalmente, essas áreas são áreas devolutas do Estado; são áreas pertencentes ao Estado. O Estado da Bahia tem um grupo de trabalho, na Procuradoria-Geral do Estado, que está fazendo levantamento fundiário do Estado,

para identificar quais são as áreas, não só do cerrado, mas de todo o território baiano, que são áreas devolutas, para que a gente possa ter uma estratégia voltada para a conservação dessas áreas e a regularização fundiária, assim por diante. Então, esse é um aspecto importante, que a gente gostaria de ressaltar.

O outro aspecto, na minha opinião, que é fundamental e que a gente precisa ter em conta é a identificação agora, principalmente, para os atos autorizativos. Veja bem, o Estado da Bahia, e eu não vou mentir aqui... A maior fronteira agrícola do mundo está no cerrado brasileiro. Isso, também, ninguém esconde. E não vamos imaginar que nós vamos resolver o problema ou que vamos conseguir atingir o desmatamento zero. Nós estamos perseguindo desmatamento ilegal zero, porque é uma área de expansão agrícola, a principal área de expansão agrícola, e o que a gente precisa fazer – e esse é o grande desafio – é o zoneamento do cerrado.

O Governo Federal fará o zoneamento do cerrado todo; nós concluímos o zoneamento do Estado da Bahia, inclusive o do cerrado; e nós precisamos, através do ordenamento territorial, da organização do território, estabelecer quais são as áreas para garantir corredores de biodiversidade, a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, e presença de espécies ameaçadas de extinção, da flora, da fauna, do conjunto da biodiversidade, levando em consideração a presença de comunidades tradicionais, fundo de pasto, feche de pasto, povos e comunidades indígenas, e assim por diante, e áreas prioritárias para conservação, áreas importantes para recargas de aquífero, e, assim, fazer um mapeamento para estabelecer, aí, o limite da expansão econômica.

Garante-se, com isso, uma parcela fundamental de cota de reserva ambiental; e o Código Florestal nos dá um instrumento importante da cota de reserva ambiental, a fim de compensação da reserva legal, dos 20%, – no caso do cerrado não amazônico, são 20%; no cerrado amazônico é 30%. Possibilita a garantia de corredores de biodiversidade, a garantia de equilíbrio alimentar e reprodução das espécies e, fundamentalmente, o reconhecimento do acúmulo de conhecimento, em relação à biodiversidade, de povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores que contribuem, fundamentalmente, para o desenvolvimento de conhecimento social da biodiversidade e para a preservação desse patrimônio.

Era isso, basicamente. Eu já passei bastante do meu tempo.

Agradeço o convite e coloco sempre, tanto a Abema, como o Estado da Bahia, à disposição dos senhores, no Senado e na Câmara.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço ao Dr. Eugênio e convido a Dra Kamilla Botelho do Amaral, Secretária de Meio Ambiente do Amazonas, para falar sobre o Bioma Amazônico.

A SRª KAMILA BOTELHO DO AMARAL – Bom dia, Senador. Agradeço pelo convite, pela oportunidade de apresentar aqui o Bioma Amazônico. É um desafio, mas eu espero que a gente consiga passar alguns números, e os convidados aqui, da Comissão de Meio Ambiente, vão poder ver os superlativos dos Estados que compõe a Amazônia.

Obrigada.

Bom, como o tema é Bioma Amazônico, eu não poderia deixar de falar sobre todo o bioma, contemplando assim todos os países que compõe o nosso Bioma Amazônico.

Temos 7,7 milhões de km², com nove países compondo o que é chamada de Panamazônia.

Os Estados brasileiros, que são nove, chegam a mais de 5 milhões de km². Então, visualmente, a gente consegue perceber que os Estados brasileiros são os que mais têm espaço na Panamazônia.

Muitas pessoas acham que só há um tipo de floresta, a Floresta Amazônica, mas já há estudos que demonstram que há identificados até 22 tipos de florestas que compõem o Bioma Amazônico.

Então, é uma diversidade. Isso corresponde só aos estudos no bioma brasileiro, na Amazônia brasileira, onde há uma composição de florestas, várzeas, campinaranas. Há uma diversidade que compõe esses nove Estados brasileiros.

A gente também precisa destacar o trabalho feito para a proteção dessas áreas. Todos os Estados da Amazônia possuem 315 áreas protegidas. Isso significa dizer que há 179 áreas protegidas estaduais e 136 federais.

Eu queria apontar para vocês que essas áreas que estão aqui em cor meio alaranjada são Unidades de Conservação federais. Então, dá para perceber quanto é abrangente a proteção de áreas federais no Bioma Amazônico. As áreas em azul são as Unidades de Conservação estaduais, e as áreas aqui em vermelho, também. Vocês podem observar aqui uma concentração.

A gente já vai explicar que cada trecho de área desse tem uma explicação, uma composição de áreas. Eu fiz uma sobreposição aqui de áreas protegidas *versus* desmatamento. Este aqui é um mapa do desmatamento consolidado, Senador Otto, até o ano de 2012.

A gente pode verificar como as áreas em vermelho estão avançando nos Estados. Há concentrações muito específicas, e isso é muito em razão do uso do solo. É muito fácil conseguir notar como as áreas protegidas, essas que estão aqui em linhas brancas, essas divisões brancas, conseguem conter o desmatamento.

Dando um *zoom* aqui neste espaço, a gente consegue verificar, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, aqui na região do Pará, em Mato Grosso, que, onde há áreas protegidas, são essas exatamente o limitante do desmatamento, mesmo que estejam próximas a grandes rodovias federais, demonstrando-se, assim, o resultado positivo que criações de áreas protegidas trazem, para que consigamos realmente que haja a conservação ambiental. É uma resposta realmente muito positiva.

Lembro que, nos Estados amazônicos, há 43% de áreas protegidas, somando-se as áreas indígenas e as Unidades de Conservação federais e estaduais.

Como se têm dado a ocupação e o uso do solo nesses Estados? Existe uma área com uma pressão muito forte, uma pressão humana consolidada especialmente pela agropecuária, pelas estradas; a área urbana, que é pequena; e especialmente o desmatamento.

Mas existe uma lógica para isso acontecer. O desmatamento ocorre primeiro pela retirada de madeira, a primeira riqueza a ser retirada; depois disso, há a consolidação com a agropecuária, com a passagem de estradas. E há, nos nove Estados amazônicos brasileiros, 19,25% de pressão humana consolidada.

A área em amarelo – vocês conseguem verificar aqui que é uma área bastante extensa – é a nossa preocupação: é a pressão humana iminente, onde se tem a expansão da agropecuária, a expansão do desmatamento, a expansão da ocupação humana. Então, é bastante preocupante verificar uma grande concentração – a cor amarela aqui, que vocês podem verificar – pressionando essa área verde de floresta, que é de 46,45%. Para chegar aos 100%, a gente não pode deixar de destacar a porcentagem de água, 2,1%.

O que está em risco, com essa pressão e com essa retirada de floresta, com essa substituição do solo da floresta por agropecuária, por área de pastagem? Nós temos uma biodiversidade com 30 mil espécies de plantas, 1,8 mil espécies de peixes, 1,3 mil de aves, 311 mamíferos e 163 anfíbios e ficamos depois da Mata Atlântica em números de espécies. Isso não significa que estejamos realmente em segundo no *ranking*, mas, sim, pela falta de pesquisa.

A Região Norte do País, a Região Amazônica, é onde menos se tem concentração de pesquisadores, onde se tem menos levantamento de todo o Brasil. Existe um começo, ainda, de levantamento de dados. Então, esses números podem ser muito maiores.

Nós estamos na lista, com 23 espécies em extinção, e o risco iminente é que, por mais que exista uma oscilação – não é Vicentin? – e que se tire da lista... Mas, quando se tira da lista de extinção, isso não significa que eles saíram da ameaça. Eles voltam para um nível abaixo, e ficamos sempre correndo e tentando...

Como sempre alerta, o problema não são somente os animais que estão na lista de extinção ou os que estão ameaçados. O problema são aqueles que a gente não conhece, que nem identificou, que ainda não tem catalogados. Essa é a nossa grande preocupação.

E centenas, dezenas de animais, de espécies podem ter sido perdidas pela nossa falta de pesquisa e pela nossa falta de proteção territorial. Esse é um alerta.

A hidrografia, como falei, são os nossos superlativos. Nós temos o maior rio do mundo, que começa desde os Andes peruanos e que vai até a foz no Oceano Atlântico. E temos a maior concentração de rios navegáveis, com 25 mil quilômetros quadrados.

Isso significa dizer que, através desses rios, as populações se comunicam, o comércio se comunica. E a gente poderia também investir bastante, para que os Estados amazônicos tivessem transporte em 25 mil quilômetros de rios navegáveis. Faça questão de repetir.

De toda a hidrografia do Bioma Amazônico, 66%, essa faixa azul aqui, da *pizza*, é nossa, é brasileira. E os outros oito países dividem aí os 40%, sendo a maior concentração no Peru e na Bolívia.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode continuar.

A SRª KAMILA BOTELHO DO AMARAL – Obrigada.

Nós temos 25 milhões – infelizmente nosso Senador do Acre não está aqui; ele falou de 5 milhões de amazônidas, gostaria de enfatizar isso – divididos em 775 Municípios, 16% da população nacional.

E um dado que preciso muito registrar é que quase 70% da população amazônica é residente urbana e que apenas 30% residem em área rural. Esse número tende a diminuir, porque há um êxodo rural na Região Amazônica. As pessoas estão saindo das áreas rurais e indo para as sedes dos Municípios, para as áreas urbanas.

Então, muitas pessoas pensam que, na Amazônia, há pessoas morando somente na área rural, mas esse é um dado que a gente precisa corrigir.

A grande questão, para ir finalizando, falando de crises e perspectivas, é a questão fundiária, ressaltando aqui a fala da Ministra Izabella Teixeira. Nós não temos – e a gente tem enfatizado muito isto – como fazer a regularização ambiental, sem fazer a regularização fundiária.

E a questão fundiária amazônica é uma das mais problemáticas, Senador, do Brasil. Enquanto o Brasil não encarar a questão fundiária amazônica, a gente vai continuar perdendo floresta, vai continuar perdendo biodiversidade, vai continuar lutando contra a ilegalidade.

Então, esses números são: 35 milhões de hectares de área em posse. Isso significa que 52,8% do Brasil que está em posse se concentra na Região Amazônica. São pessoas que não têm nenhum tipo de documento, nada, não têm nenhuma concessão de direito real de uso, nenhuma documentação de terra, apenas a possuem, apenas estão lá, apenas existem, apenas estão lá naquela área.

Desse total, é importante também dizer que 283 mil, o que significa 95%, têm até 400ha, o que significa que são os pequenos, a agricultura familiar; e 5% são os chamados latifúndios. Repetindo o número, a questão fundiária só não é mais grave, porque 43% do nosso território amazônico está em terras indígenas e áreas protegidas, federais ou estaduais, o que não significa dizer que as áreas protegidas já estão regularizadas, mas, pelo menos, já estão identificadas e delimitadas, precisando ser regularizadas.

Quais são os desafios? Senador, eu tive a ousadia de elencar alguns pontos que, com certeza, não são os únicos desafios, mas são os principais:

Melhoria da qualidade de vida. Infelizmente, a população amazônica se encontra com os menores IDHs do Brasil, o que é um grande absurdo, porque, se temos os maiores números – o maior rio, a maior floresta, a maior biodiversidade –, é inaceitável que Municípios estejam ainda com IDH de 0,2, com números tão incipientes para saneamento e uma qualidade de vida tão abaixo do padrão médio brasileiro.

É necessário que a gente faça um ordenamento territorial ecológico e econômico. Existe uma proposta de várias instituições, de vários pesquisadores, para que sejam feitos polos econômicos regionais onde se possa concentrar o desenvolvimento econômico em algumas regiões, para que não se fique com aquelas áreas espalhadas. Por exemplo, se existe um polo moveleiro, um polo madeireiro, um polo de produtos extrativistas, se faz uma concentração, ordena e consegue fazer com que o crescimento seja menos desordenado, como funciona hoje.

Regularização fundiária e ambiental. O cadastro ambiental rural está impulsionando muito a regularização fundiária. Eu espero que a gente consiga caminhar junto com essas duas agendas.

Investimentos para a proteção ambiental. Manter uma área protegida é caro – o Vicentinho sabe disso, o ICMBio sabe disso, os Estados do Amazonas, Amapá, Acre, os Estados amazônicos sabem como é caro ter áreas protegidas –, em razão do risco do aumento de animais em extinção, que é gritante, é a maior preocupação na agenda ambiental do Brasil hoje.

O desafio da segurança hídrica. Se a gente não conseguir, realmente, ter áreas protegidas, a gente está colocando em risco a maior quantidade de água existente no Brasil, tendo reflexos no Sudeste brasileiro e na economia nacional.

Por fim, ao longo da minha fala, eu trouxe muito isto: a pesquisa científica e a qualificação técnica, nós precisamos investir em pesquisa científica na Amazônia, e os extremos climáticos. Senador, os números dos extremos climáticos de seca e cheia na Amazônia estão trazendo prejuízos econômicos para o Brasil quando se precisa pagar auxílios imediatos em razão da cheia, quando se perde agricultura. Na última cheia, no ano passado, houve animais boiando na cheia. Isso demonstra que nem os animais estão conseguindo acompanhar as mudanças climáticas extremas.

Então, era isso o que eu queria colocar para vocês. Agradeço e finalizo, trazendo um trecho do hino do Amazonas que fala: “Amazonas de bravos que doam, sem orgulho nem falsa nobreza, aos que sonham, teu canto de lenda, aos que lutam, mais vida e riqueza”.

É um pouquinho da Amazônia para vocês. Espero que eu tenha conseguido trazer esses números e essas informações.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Parabéns.

Eu queria, agora, dando seguimento, convidar, para fazer a sua palestra, o Dr. Jonathan Hughes, Diretor-Presidente do Scottish Wildlife Trust, pelo tempo de dez minutos.

Mas, Kamilla, complementando, eu acho que a natureza do nosso País, os rios são como os generosos: fazem muito mais pelo Brasil do que o Brasil por eles. Então, temos que inverter essa lógica.

O SR. JONATHAN HUGHES (Tradução por profissional habilitado.) – Muito obrigado pela oportunidade de falar aqui, hoje, durante este evento tão importante. Meus agradecimentos a Antonio Benjamin, por organizar este evento, e aos tradutores, pelo trabalho muito bom que estão fazendo.

Nós ouvimos alguns discursos apaixonados, hoje, de vários representantes eleitos aqui, no Brasil. Eu gostaria de ouvir a mesma paixão dos meus políticos do Reino Unido. Evidentemente, há uma comunhão e uma

compreensão, um relacionamento, no Brasil, entre o povo brasileiro e o próprio meio ambiente, e isso está claro aqui, hoje pela manhã. Foi muito bom ver isso.

Vou falar um pouco sobre capital natural. Qual é a diferença entre isso... Qual é o conceito, e como é diferente do ambiente natural, dos ativos naturais, os recursos naturais? Para mim, isso vai além do conceito, o conceito de capital natural vai além da ideia do ambiente sendo apenas um ativo ou um recurso a ser explorado.

Volto ao que Senador falou: nós temos que ir além do PIB. Quais são os resultados que estamos buscando, como uma sociedade, para o nosso ambiente? Precisamos tratar o meio ambiente como um sistema vivo que nós temos que nutrir, temos que recuperar, e, se assim fizermos, ele vai continuar beneficiando o homem. Isso causou uma mudança na nossa visão sobre o meio ambiente, nos últimos anos, e no nosso programa internacional, que fala sobre soluções baseadas na natureza. A natureza não é algo a ser consertado, exige recursos e investimentos em dinheiro, mas ver o meio ambiente como algo que fornece muitos benefícios e soluções para a raça humana.

Então, capital natural é um termo que significa viver com as nossas contas, digamos, de capital nacional e saber como recuperar isso, como utilizar esses benefícios enquanto conservamos e protegemos isso contra as consequências. Essa é a minha mensagem para os Ministérios da Fazenda do Planeta, e não apenas para os ambientalistas, por causa das decisões que são tomadas e que afetam o meio ambiente, mas que não são tomadas nos Ministérios do Meio Ambiente.

O que é, então, o capital natural? Eu vou colocar uma definição na tela, daqui a pouco, mas quero mostrar algo que fizemos, recentemente, para a Burns Night. Para aqueles que não sabem – eu moro na Escócia –, Burns Night é uma celebração ao poeta Robert Burns.

As pessoas tomam muito uísque, na noite de Robert Burns, dia 27 de janeiro. Bebem uísque e comem *haggis*.

E nós perguntamos como que nós podemos mostrar a ligação entre o uísque como produto e o capital natural? O que tem no uísque? Vai ter água, claro, ouvimos muito sobre água aqui hoje, nós temos cevada, árvores do tipo *oak* também para os barris... É preciso sistemas também para criar o produto final. O que precisa é um sistema, é uma paisagem em que funcione o sistema de água, para poder fazer o uísque. A próxima vez que vocês forem a um Free Shop que vende um uísque 12 anos, pensem em mais de 10 mil anos, porque levou muito tempo para formar as turfas, esse tempo todo.

Então, isso, as turfas... Isso é uma coisa um pouco mais interessante do que a definição técnica, devíamos chamar de uísque de 10 mil anos, porque é exatamente isso.

Então, a definição técnica é o estoque dos ecossistemas naturais da terra, incluindo o ar, a água, a terra, o solo, a biodiversidade e os recursos geológicos também. É esse estoque que fundamenta a nossa economia, a sociedade, a produzir valor para as pessoas, tanto direta quanto indiretamente. Mas coloquem nesses termos aqui e pensem no exemplo do uísque.

Então, nesta apresentação tão breve, eu quero considerar três coisas: por que capital natural? Por que ver desse jeito? Quais são os mecanismos disponíveis nesse paradigma de capital? E quero deixar vocês com algumas ideias de políticas que vocês podem olhar ou não no futuro. Talvez estejam fazendo já aqui no Brasil.

Então, por que capital natural? Até 2050, a produção agrícola vai crescer cerca de 60%. Vamos chegar a uma população em torno de 10 bilhões em 2050. E com isso nós vamos ter demanda de produtos de carne, com crescimento de 76%. Isso vai exigir o aumento, a curto prazo, na área dedicada à agricultura, de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados. Isso vai exigir a conversão de áreas para esse uso. As plantações de dendê, por exemplo, devem aumentar de aproximadamente 6 milhões de hectares agora para 20 milhões em 2030. E isso utilizando as turfas e as florestas.

Olhando onde isso vai acontecer, onde estão as maiores pressões, vão ver que o Brasil está no meio do gráfico, com um aumento na década de 2020 e depois uma pequena diminuição. Mas, evidentemente, vai haver pressões imensas no sistema brasileiro.

Esses são dados da Organização de Desenvolvimento e Cooperação Econômica. E vamos ver isso em várias partes do mundo. Austrália e Brasil são dois dos mais altos. China também está lá em cima.

Então, mais do que metade das bacias hidrográficas do mundo contendo 2,7 bilhões de pessoas vão enfrentar, já enfrentam falta de água pelo menos uma vez, pelo menos durante um mês por ano hoje. São 2,7 bilhões de pessoas. Isso representa uma das maiores ameaças que o homem enfrenta hoje em dia.

Então, continuar como está não é uma opção quando discutimos o capital natural.

Por trás da ideia de capital natural está pensar o valor real de como nós dependemos e impactamos o ambiente natural. Este gráfico, que foi produzido pela equipe para publicação em 2010, dá um bom resumo. As barras verdes são sistemas de conservação e as marrons são os ecossistemas que estão sendo convertidos para monoculturas.

Se você olhar isso em termos de dólares de um sistema contra o outro sistema, em toda a metodologia, no mundo inteiro, temos estudos e a conclusão é que o valor atual de todos os serviços que temos desses sistemas é sempre mais alto do que a monocultura.

Então, não faz sentido converter sistemas naturais em áreas para monoculturas. Nós temos que aprender a trabalhar com a natureza e não contra ela.

Houve estudos no Brasil também, a Conservation International trabalhou nisso nas plantações de dendê. Esta apresentação eu espero esteja disponível para vocês depois. A conclusão são as barras cinzas que mostram o valor, a valoração monetária que existe nessas plantações.

Não faz sentido, como negócio, destruir o ecossistema em que a plantação depende e modificar o sistema resultando uma mudança na cadeia de fornecimento do produto. Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos, até um certo ponto, abandonando ou nós temos que fazer o argumento para isso. Sempre há uma necessidade. Nós estamos criando um imperativo socioeconômico de proteção à natureza. Não é questão só do meio ambiente, mas é questão de proteger as nossas sociedades e as nossas economias.

Então, quais são os mecanismos disponíveis? Há várias ferramentas que estão aparecendo. Algumas relacionadas com o mundo de negócios e que estão associadas com a ideia de capital natural.

Vou passar algumas. Há a valoração e o mapeamento de capital nacional, movimentos liderados pelo Estado. E as Nações Unidas estão trabalhando com isso em nível internacional, o Banco Mundial também está fazendo a mesma coisa, criando valores para os ecossistemas.

Alguns países estão olhando o sistema de reforma radical de subsídios, o quanto é dado para os subsídios de gás e de carvão todos os anos, e muito pouco o quanto está sendo dado para os subsídios agrícolas. Temos que aprender a usar os subsídios para coisas positivas do meio ambiente e não o contrário. Também biodiversidade e outras formas de compensações.

Isso aí é uma área em que eu trabalho e é um assunto muito complicado, mas há maneiras de tirar benefícios disso. Esse sistema de compensação, com dez bilhões de pessoas no Planeta em 2060, vamos ter que ter isso.

Deslocamento das políticas de investidores. Isso é muito importante, se os bancos começarem a olhar os seus perfis de risco e ver que as empresas estão esgotando o capital natural rapidamente, aumentando o preço do financiamento. O que está acontecendo com o Banco Nacional da Austrália? Eles estão olhando o perfil de risco dos fazendeiros e aumentando o custo de financiamento. Isso pode provocar uma verdadeira revolução em termos de como administramos nossas empresas.

Aqui a questão de exposição ao risco. Estamos ficando mais inteligentes e entendendo melhor qual é o risco a longo prazo para o capital nacional. E as empresas estão olhando também na contabilidade do capital natural.

Temos o protocolo de capital natural, que é uma maneira de olhar o mundo de negócios, olhar sua cadeia de suprimentos, para ver como é que eles podem melhorar o uso desse capital natural com maior eficiência em nível global.

Então, para terminar, apenas algumas ideias de políticas governamentais e o trabalho que estamos fazendo no Reino Unido. Nós estamos trabalhando com o governo da Escócia, que é quase que independente do Reino Unido, mas eles têm uma estratégia econômica diferente de nós. Eles acreditam em três fundamentos de prosperidade. Capital natural é apenas um. O capital social é muito grande, mas a ideia de capital nacional, sustentabilidade, competitividade e igualdade são as três pernas do desenvolvimento sustentável. E há vários caminhos para chegar lá e que a meta é uma Escócia próspera.

Então, nós estamos olhando isso e tentando instalar solidamente o conceito de capital natural no Governo e nas estratégias econômicas do governo da Escócia. E olhando as melhores opções em termos de prioridades governamentais e buscar essas prioridades em primeiro lugar. E o Conselho Mundial de Negócios está buscando isso em termos de desenvolvimento, olhando a eficiência e as diversas intervenções governamentais. E a grande bolha do lado direito é a reforma do sistema de subsídios. Isso é o mais importante. Eu falei isso antes no outro eslaide, pagar pelas coisas boas do meio ambiente. Não as coisas ruins do meio ambiente. E compensando os conceitos de perda de meio ambiente.

Eu não quero que vocês leiam tudo isso aqui, mas é apenas um indício dos trabalhos que estamos realizando agora. Há algumas coisas lá que nós consideramos pioneiras: o estabelecimento de indicadores de saúde do ecossistema; as condições, os *habitats* naturais e a sua conservação; o grau de fragmentação da paisagem; as perdas ou sequestro de carbono e outros indicadores como penetração de espécies e erosão do solo e os índices. Juntando isso tudo, nós vamos ter uma boa ideia daquilo que está acontecendo numa dada área, escala que é muito importante.

Poderia fazer isso para o Brasil, mas acho que isso não forneceria as ferramentas necessárias para os tipos de intervenções que são necessárias. Isso tem que ser feito na escala correta.

A Austrália já fez isso. Este é um mapa muito difícil de ver, mas a ideia aqui é que são *catchments*, áreas de água, represamento de água. Há algumas áreas aqui, áreas de captação de água que são mostradas aqui e isso se mede pelo sistema de índices de saúde do ambiente

Então, as recomendações seriam olhar para ver o que é aplicável no Brasil, refletir as unidades onde isso poderia ser aplicado e estabelecer metas para melhoria, combinado com a determinação de valores econômicos para essas melhorias.

Eu vou encerrar aí, ninguém vai conseguir ler isso, mas eu vou deixar os eslaides com vocês aqui, se alguém quiser ver depois, mas eles são as três recomendações que eu faço: Valor e mapeamento do capital nacional no nível local de captação e em nível nacional, criar ciência para desenvolver os ecossistemas de indicadores de saúde de ecossistemas e incentivar as instituições de financiamento para trabalhar com as áreas de classificação econômica.

Essa é a linguagem que nós temos que abraçar se nós vamos fazer mudança.

E, finalmente, focar sem descansar nas ameaças chave à biodiversidade brasileira e regular melhor, e implementar melhor para proteger o capital nacional contra os danos de curto prazo e danos violentos que ocorrem a curto prazo.

Muitas vezes, esses sistemas são absolutamente destruídos por interesses particulares em período de tempo muito, muito curto, com os seus efeitos, na economia e nos países.

Eu espero que tenhamos perguntas mais adiante.

Muito obrigado.

Nosso centro é em Edimburgo e eu espero ver vocês, todos vocês, lá para o nosso próximo evento.

E muito obrigado em nome da Scottish Wildlife Trust pelo convite tão gentil de falar aqui hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos passar agora a palavra ao Dr. Mohammad Shahbaz, Pesquisador-Chefe da Rede Interislâmica de Desenvolvimento e Manejo da Água, da Jordânia.

Com a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. MOHAMMAD SHAHBAZ (Tradução por profissional habilitado.) – Muito obrigado, Presidente Alencar, por essa fantástica oportunidade de compartilhar com os senhores esse tema tão importante que os senhores estão discutindo neste fórum de hoje.

Eu Sou Mohammad Shahbaz, sou da Jordânia. A Jordânia é um país muito pequeno, que corresponde em torno de 5% do Brasil, entretanto nós estamos lá sendo uma encruzilhada de civilizações, já há 7 a 10 mil anos. Estabelecemos, portanto, muito conhecimento e muita tradição.

Eu gostaria também de agradecer ao Ministro Benjamim por me proporcionar a minha primeira visita a este lindo país, que é o Brasil. Infelizmente, eu estou viajando há dois dias e meio, o que me deu apenas de cinco a seis horas para conseguir dormir. Então, é muito difícil focalizar a atenção sobre aquilo que estamos falando aqui hoje.

Eu serei extremamente breve; evidentemente compartilhei toda a informação que eu pude compartilhar. Então, mais uma vez, Antonio, muito obrigado por esta fantástica oportunidade de estar aqui neste país lindo.

Eu preciso dizer que é uma lástima que o legado biológico do Brasil não seja apenas um tesouro nacional para os senhores. É uma preocupação gigantesca também para o resto das pessoas no mundo inteiro, porque é tão importante para cada pessoa que vive no Planeta. E é por isso que estamos aqui todos, a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza). E é por isso que há tanto interesse no Brasil e é por isso que nós estamos nos unindo ao Antonio tentando dar suporte ao Brasil.

Eu não estou aqui tentando dar aos senhores uma solução mágica, não estou aqui tentando cozinhar uma mágica. Na verdade estamos aqui para cooperar. Estamos aqui para aprendermos uns com os outros, conseguindo oferecer algum tipo de suporte e assistência, uns para os outros. E é assim que nós vamos abrir o diálogo e canais para que isso seja possível.

Na verdade, eu estou profundamente interessado naquilo que os senhores criaram aqui, principalmente nas deliberações que ouvimos hoje de manhã.

Na verdade, os senhores já têm uma lei, os senhores já têm o braço legislativo, o executivo e o judiciário juntos, falando uns com os outros, de forma horizontal e não vertical, um olhando para o outro, conversando um com o outro, criando um diálogo. Isso é extremamente importante pelos seguintes motivos: é importante que os senhores estejam sincronizados. Essas instituições enormes do seu país têm que estar sincronizadas ao redor de um tema de grande importância, que é o tesouro mais importante do Brasil, que evoluiu durante milhões e milhões de anos e que existe para ser usado de forma racional.

É muito importante também tentar diminuir as diferenças, a concorrência intergovernamental entre essas diferenças, é muito importante reduzir essas diferenças. Então, seria importante um falar com o outro, um olhar para o outro de forma vertical, com grande transparência.

Outro ponto: os senhores podem avançar, com base nisso, para o futuro. E avançar rapidamente. A biodiversidade é um domínio gigantesco. Se eu quisesse falar sobre isso, nem eu nem ninguém aqui poderia falar durante uma sessão ou duas, na verdade, levaria dias. Entretanto, o que estou tentando fazer aqui é apresentar a minha humilde experiência, um componente pequenino, que é o seguinte: o que estamos fazendo com as populações locais, com o conhecimento tradicional etc? Que seja importante para todo o conhecimento que desenvolvemos, do ponto de vista científico, no século XXI e globalmente. Como tudo isso pode ser integrado? Até que ponto tudo isso é importante? O que estou sugerindo aqui é que o conhecimento tradicional e as leis tradicionais são muito importantes. É uma lacuna que precisa estar relacionada às convenções internacionais. É uma forma muito fácil, um custo muito eficiente de administrar as coisas de forma simples. Nós precisamos de soluções simples, nada complexo para o manejo dos recursos de biodiversidade.

Portanto, as políticas internacionais, os arcabouços de cooperação estabelecem metas para os países do mundo, considerando uma solução que seja boa para todos. É uma situação muito difícil, não é possível encontrar uma solução que seja boa para todos. É um critério de extrema dificuldade. Há sensibilidade entre os países a esse tipo de abordagem e há um dilema a ser solucionado, principalmente no domínio da biodiversidade, em que toda localização geográfica sobre o globo é singular em termos de seus recursos naturais. Então, uma solução que sirva para todos não possibilita o manejo de recursos naturais. Como resultado desse argumento, existem muitas lacunas nos tratados ou convenções de cooperação. Nenhuma instituição, nenhum país pode fazer isso sozinho. Tem que ser uma abordagem de cooperação coerente.

A diversidade dos sistemas naturais apresenta a capacidade de uso desses recursos, capitalizando sobre os diferentes níveis que existem ali, como, por exemplo, a cadeia alimentar. É por isso que a diversidade é tão importante. Se não fosse pela diversidade consistente, as espécies jamais sobreviveriam, porque um é alimento para o outro. É uma cadeia.

A questão é como nós conservamos. Não é por que nem onde; é como. O aspecto mais importante, na minha opinião, são questões que tem a ver com governança. Os senhores podem ter todas as informações que quiserem, os senhores podem dispor de todos os procedimentos que quiserem, de todas as convenções; é como se governam esses sistemas, como os senhores tomam as suas decisões, no final das contas.

Ao mesmo tempo, a grande maioria das pessoas que se beneficiam desses recursos naturais são pessoas e comunidades que usam esses bens e esses serviços oferecidos pelos sistemas naturais e pelos ecossistemas. Historicamente, essas comunidades criaram as normas mais práticas a serem observadas pelos indivíduos ou grupos para acesso e uso dos recursos naturais. Normas que existem, na verdade, há milhares de anos e que jamais falharam, como estruturas sociais e leis tribais.

Esse tipo de governança é oriundo da necessidade de existir da parte das pessoas e das comunidades, quando percebem que todo *habitat* natural tem a sua capacidade. Se essa capacidade for excedida, o ecossistema vai se quebrar e os beneficiários perderão oportunidades. Os legisladores deixaram passar essas leis comuns. Não é responsabilidade deles escavar essas leis; é responsabilidade dos órgãos técnicos encarregados do manejo dos recursos. O legislador, na verdade, deve ficar satisfeito com as iniciativas que precisam de um esforço e de um trabalho mínimo. O Estado deve acomodar as comunidades e as partes interessadas, cooperando para que tudo funcione. No lado dos receptores, as partes interessadas devem ficar satisfeitas em manter seus interesses vivos. É isso o que os senhores chamariam de situação ganha-ganha: nenhuma parte perde.

Eu continuo ou não? Paro? Continuo? Muito bem.

Então, é isso o que chamamos de uma situação de ganha-ganha. Nenhuma parte perde com um interesse que tem importância na sobrevivência das pessoas ou na governança dos recursos.

Eu quero apresentá-los a um sistema de governança antigo de recursos, que foi desenvolvido na minha parte do mundo. Para dar um exemplo da vida real, o sistema de governança de Hema – *hema* significa, em árabe, proteção e conservação – foi criado na comunidade árabe de conservação. Foi inventado por pessoas e foi executado também pelas pessoas. O Hema foi construído sobre três pilares: a lei tribal, o judiciário tribal e o monitoramento e execução. Considerando o exemplo dos pastos para animais, a lei diz: “Não se deve deixar que um animal paste uma planta antes que ela esteja completamente crescida, para sustentar o ciclo natural de reprodução”. Para monitorar a situação, há guardas tribais que monitoram como os recursos naturais, na verdade, estão sendo manejados, mantêm olho vivo sobre as pastagens, tentando garantir que a lei não seja infringida. Se a lei for violada, eles falam com o xeque da tribo. Em seguida, o xeque reúne o tribunal tribal; o juiz tribal garante que a violação seja tratada de forma adequada.

Há tantos exemplos no mundo que podem servir como modelo a parcerias com comunidades locais pela conservação da natureza.

Senhoras e senhores, permitam-me que eu resuma o que eu acabo de apresentar. A capacidade de conservação da natureza, em parceria com as partes interessadas e com as comunidades é algo muito válido. A

conservação, a governança reside na parceria com os usuários das comunidades locais. Essa é uma situação de ganha-ganha. Vamos passar do monólogo para o diálogo. Esse é um conceito muito importante. A questão de considerar esse tipo de parceria não deve se afastar das iniciativas internacionais e globais, nem de convenções, como a CVD e outras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra a Sr^a Marina von Weissenberg.

A SR^a MARINA VON WEISSENBERG – Bom dia e muito obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui, não é a primeira vez no Brasil, mas a primeira vez em Brasília. Também quero agradecer ao Antonio Benjamim pelos arranjos.

Tenho muita experiência no trabalho com as convenções de biodiversidade. Em dez minutos, quero falar um pouco sobre as conclusões e algumas propostas para o futuro.

O conteúdo de apresentação vai ser este: o SDG e o pós-2015 em biodiversidade. Não vamos falar nisso, mas é um momento muito importante, olhar os alvos 14 e 15 de todos os SDGs, biodiversidade marinha e terrestre. Isso começa em Nova York, na semana que vem.

Quero dizer apenas que, em relação ao SDG e pós-2015, é muito importante neste momento. Então, as seis convenções de que vamos falar são estas que estão na tela, de importância para implementação e fazem parte da política de biodiversidade. São estas: a Convenção de Diversidade Biológica; a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, de 1973; a Convenção sobre Espécies Migratórias; o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos; a Convenção de Áreas Alagadas; e a Convenção do Patrimônio Mundial.

A cúpula mundial, até um certo ponto, é uma coincidência, mas essa decisão muito importante tomada aqui no Brasil, no contexto da política agora para todas as convenções, é importante observar que os alvos para 2020 foram adotados para todas as convenções. De uma forma ou de outra, cada país está criando suas estratégias, mas a biodiversidade, a ação necessária, em todos os níveis. De acordo com os peritos, milhares de espécies de plantas e animais estão sendo ameaçados hoje. A perspectiva de biodiversidade mostra que, dos 20 alvos, o alvo 11 foi discutido aqui, de áreas protegidas, ou o alvo 12, de espécies ameaçadas também. Nós estamos, todos os países estão indo bem nesses dois pontos. Mas o alvo 5, por exemplo, subsídios prejudiciais, não estamos alcançando nem de perto esse alvo. Acho que estamos indo em marcha ré. Isso tem a ver com outras questões. Se não conseguirmos os alvos em biodiversidade, ou envolver os negócios de biodiversidade no setor econômico, ou na área tecnológica, ou na área de infraestrutura, ou de uso do solo, não vamos alcançar as metas. Essa é a questão principal que estamos enfrentando.

A Ministra Izabella falou a mesma coisa. Temos que continuar, no campo ambiental, a invadir, a penetrar, digamos, os outros setores dos países. Essa é a nossa meta.

Mas, agora, a perda de biodiversidade, como o GBO-4, se continuarmos desse jeito, não vamos alcançar o alvo. Do ponto de vista político, é uma falha muito grande e tem que ser levada a sério.

Também a ligação com a mudança climática e também os serviços dos ecossistemas. Os serviços têm que ser garantidos em 2050 – isso também está no planejamento. O conceito de serviço e de ecossistema é algo que vou mencionar mais adiante e que considero muito importante. Não temos terminologia legal para esses serviços e a definição desses serviços.

Qual é a capacidade de sustento para muitos países? Essa é questão que estamos enfrentando nas negociações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A necessidade e capacidade, a perda da biodiversidade está custando anualmente 700 bilhões, 750 bilhões por ano. Essa é a questão que temos que enfrentar, porque isso é muito ligado com a saúde humana e com o bem-estar humano.

Já mencionei que a integração dos setores é o desafio. Trabalhando no Ministério do Desenvolvimento diariamente, a questão principal é que o Ministro, esse Ministério é sempre visto como fraco, em comparação a outros ministérios, de comércio, de finanças – esses são os Ministérios fortes. Isso é um desafio. A mudança de clima e degradação dos solos são outros ares. Temos que entender as linkagens e negociar, em termos de Kyoto e Paris, em 2015. No campo de biodiversidade, temos situações em que só se pode ganhar quando implementamos essas duas convenções, que não são separadas, são ligadas uma com a outra.

A questão da mudança climática, trabalhando com a biodiversidade também, que é a solução, temos que o Global Environment Facility, o IUCN tem seu mandato agora no projeto, para facilitar isso, que é uma medida muito importante, uma tarefa importante, temos que mobilizar as finanças, os recursos, em benefício da biodiversidade. O papel do setor privado e do mundo dos negócios é muito bem conhecido. Devo dizer que, em Curitiba, por exemplo, o Brasil foi muito ativo, envolvendo o setor privado e as empresas. Temos que continuar com isso, porque há muito trabalho a ser feito nessa área ainda e também com suporte para implementação. E também o contexto para os relatos, como os relatos são feitos, quais são os indicadores necessários, quais são os problemas, incluindo a preparação desses indicadores. Muitos países vêm preparando indicadores. No

meu próprio país, temos um contexto já na internet, temos aproximadamente cem indicadores que medem os alvos de saúde dos ecossistemas.

Então, com essas oportunidades, embora nós tenhamos uma crise de biodiversidade e tenhamos falhado em termos do alvo de 2010, acho que há uma grande oportunidade, ao mesmo tempo, dentro do marco legal institucional, para o desenvolvimento sustentável da Rio+20. Tudo isso tem que funcionar. Temos que aumentar a cooperação e as sinergias, tanto em questões problemáticas quanto na maneira de enfrentarmos as questões, especialmente as questões em nível nacional e local.

Temos agora o IPBES, que também tem sido muito importante como base científica. Estabelecemos também na área IPBES, que é a plataforma de biodiversidade e serviços de ecossistema, que vou mostrar daqui a alguns minutos quais os produtos que teremos no período entre 2014 e 2017, porque estamos mobilizando milhares de cientistas por trás desse movimento. A falta de capacidade significa que temos que compartilhar e cooperar mais ainda. A proteção da biodiversidade exige integração de setores. Já falei isso três vezes e vou falar mais umas dez vezes, porque sei da sua importância.

O que significa que a legislação tem de estar em dia. Por exemplo, na Finlândia, a primeira lei de proteção ao meio ambiente foi em 1926 e foi renovada somente em 1996. Então, essa ligação com essas questões com a legislação é uma ligação muito importante.

Então, a avaliação de impactos é muito importante para o planejamento do uso dos solos e a indicação dos indicadores de saúde, um dos maiores desafios que nós estamos vendo agora. O maior problema que eu acho é a ausência de vontade política. Há muitos interesses competitivos entre si na sociedade. E aqueles responsáveis pelas decisões começam a deixar a biodiversidade para depois enquanto tomam outras decisões. Os incentivos, os subsídios, em grande parte, têm efeitos negativos em biodiversidades. Não sei qual o poder que nós temos para mudar isso, mas acho que isso tem de ser modificado, e o PIB tem de ser um dos conceitos que se deve levar em consideração na questão de biodiversidade. Isso tudo é marcado pela fragmentação... Não há fragmentação da legislação quando se tem um bom sistema nacional. Finlândia, por exemplo, no meu País, nós temos um sistema bem fragmentado. Então, temos legislação... Não conseguimos ainda a integração que nós desejamos ter. Nós não precisamos de uma lei de biodiversidade. A situação é bem semelhante no Brasil neste sentido: problemas sociais e os povos indígenas. É importante... No meu país nós temos nossos povos indígenas no norte do país. Isso foi discutido na semana passada em uma reunião específica nas Nações Unidas sobre essas populações. Temos de continuar essa discussão, falando sobre bens e serviços também.

Em termos de estabelecer valor de biodiversidade e o serviço de ecossistemas, precisamos promover o uso mais amplo de ferramentas e de enfoques para a biodiversidade. E há espaço para o desenvolvimento aqui. A questão de ligar isso à saúde e com o bem-estar humano, eu acho que deve ser o próximo passo do futuro. E o IUCN está tratando muito bem disso. A questão de integração dos valores naturais também em transformar isso em políticas e em decisões como, por exemplo, no caso do PIB, e também melhorar a compreensão de capital nacional e seu relacionamento com a biodiversidade. Isso tem de ser um dos tratamentos fundamentais. E, em último lugar, nós temos de aprender a comunicar melhor. Comunicar e compartilhar o conhecimento para as crianças, para os jovens.

Eu estou tentando entender essas gerações, mas vocês são muito melhores nisso do que eu. Mas nós precisamos ensinar às futuras gerações por meio da educação. Isso é um papel de grande importância. Só para mencionar essa questão do IPCC. A avaliação tem a mesma informação que nós temos.

Como eu prometi, vou deixar esses eslaides para vocês, mas nós vamos ter esses seis produtos vindo das avaliações de IPBES por nação e por coordenadores associados com a produção de alimentos, a análise de cenários e biodiversidades serviços de ecossistemas, conceituação de valores de biodiversidades, benefícios da natureza para as pessoas, degradação dos solos e sua recuperação, a invasão de espécies alienígenas e, finalmente, o uso sustentável e a conservação da biodiversidade, um assunto em discussão entre milhares de cientistas.

Só para mostrar, os serviços de ecossistemas essenciais, nós temos indicadores que podem ser utilizados.

A parceria de indicadores de biodiversidade já está usando esses indicadores. E isso mostra o tipo de pensamento que nós precisamos ter. Temos esses temas dos relatórios que já foram publicados e nós temos de fazer isso entrar mais simplificado para podermos nos preparar para nosso trabalho com a biodiversidade.

No futuro – esse é último eslaide –, eu acho que a ligação entre os serviços de ecossistemas e a economia verde, capital natural, têm de ser incluídas as decisões econômicas e formulações de políticas. Temos de olhar as causas fundamentais da perda de biodiversidade – que é o homem.

Finalmente, desenvolver sinergias entre as convenções de biodiversidade. Se nós conseguirmos os recursos financeiros para o manejo e a administração de todas essas convenções, fazendo com que cheguemos a conclusões e a resultados melhores.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo agora a palavra ao Dr. Spencer Thomas, Embaixador para Tratados e Convenções Ambientais de Granada, para finalizar nossa palestra de hoje.

O SR. SPENCER THOMAS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Também gostaria de agradecer pelo convite e me unir a meus colegas e agradecer por esta ocasião. Além disso, eu gostaria de agradecer a Antonio pelos arranjos que estão excelentes.

Hoje, falamos sobre países de tamanho continental, falamos sobre milhões de quilômetros quadrados. Então, muito obrigado por permitirem um ponto de vista de um tipo diferente de um país. Estamos falando aqui sobre apenas poucas centenas de quilômetros quadrados, uma pequenina ilha.

Acho que este colóquio é realmente internacional quando podemos falar sobre países insulares e países de dimensões continentais. Então, vou dar o ponto de vista de uma ilha. Eu gostaria de sublinhar três pontos importantes, estabelecendo alguns vínculos entre eles. Meu primeiro ponto é o fato de que a biodiversidade e a mudança climática, quando combinados a desastres naturais, são a principal restrição para o desenvolvimento de pequenos estados insulares. Observamos que esses três aspectos têm um vínculo profundo. Na verdade, nós o chamamos de perigos tríplices para o desenvolvimento dos pequenos países insulares. Acreditamos que esses vínculos são muito claros.

O relatório de avaliação do IPCC-5 mostrou isso com muita clareza. Acharmos também que o relatório GBO-4 foi muito claro sobre a situação da biodiversidade. Ouvimos, muito nitidamente, que a mudança climática é real. Recentemente, houve uma discussão no Senado de outro país do norte em que, de 100 senadores, 98 disseram que a mudança climática não existia. Ao mesmo tempo, o principal debate é que nós não somos responsáveis pela mudança climática. Foi um Senado que disse isso também.

Nós vemos os vínculos fundamentais entre a mudança climática, a biodiversidade e os desastres naturais, que estão também ligados ao desenvolvimento socioeconômico dos países. Principalmente, a questão aqui é a proporção do PIB. Em vários desses estados insulares, as proporções com o PIB são de mais de 100%: 120%, 130% – e isso é muito nítido. A metade dessa dívida vem por causa das situações que têm a ver com a perda de biodiversidade, mudança climática e desastres naturais.

É muito claro que isso ocorra. Por exemplo, só em Granada, há um caso muito importante: a situação de que, durante 50 anos, não fomos atingidos por furacões e, em dois anos, nós tivemos dois furacões de categoria 3, um dos quais danificou o país até o ponto de 200% de nosso PIB.

Os danos chegaram ao fato de que 95% dos manguezais e 95% das áreas de floresta foram destruídos. Nossa biodiversidade foi sujeita a dificuldades. Esta é a situação. A questão é que, quando falamos hoje e ontem também na conferência no Japão sobre a redução do risco de desastres, quando ao mesmo tempo ciclones tropicais ou furacões atingem Vanuatu, causando um dano significativo, a reconstrução do país vem juntamente com uma dívida séria pela população de Vanuatu. A questão aqui é: será que há uma questão ética nos países que não contribuem para o problema climático? Será que eles não têm de responder ao problema climático em comparação às pessoas que causam a dívida e que têm de submeter suas populações a uma situação de austeridade.

Há um tema ético que nós gostaríamos de explorar: a regra dos poluidores em comparação com a regra das vítimas e a necessidade de repetir essa situação. Esse é meu primeiro ponto. O segundo ponto, a segunda questão é que a Agenda Global de 2015 nos dá oportunidades para enfrentar os problemas causados pela perda de biodiversidade, mudança climática e redução do risco de desastres. Nós temos uma meta de desenvolvimento sustentável e há um debate muito ativo na comunidade das Nações Unidas agora. Acabei de falar sobre a questão de redução do risco de desastres e na reunião que acabou de terminar no Japão. Mais cedo ou mais tarde, se não me engano em junho, nós teremos a reunião do financiamento para desenvolvimento, que é um fórum muito importante. Já temos a convenção sobre a diversidade e as metas IHT. Nós estamos entrando em uma década internacional sobre biodiversidade. Temos também o Tratado de Samoa, sobre países insulares, a estratégia para eles.

E, no final deste ano, teremos a Conferência da Cúpula de Paris, quando esperamos poder alcançar um acordo vinculante para podermos lidar com a questão de gases geradores do efeito estufa. Esses são um fóruns globais que podemos explorar neste ano. Essas questões têm um vínculo profundo. Eu acho que é a oportunidade para uma abordagem holística para a perda de biodiversidade, mudança climática e também a redução de riscos de desastres. Meu terceiro ponto tem a ver com... Para os pequenos países insulares, nós achamos que a estratégia para enfrentar os impactos da perda de biodiversidade, mudança climática e desastres naturais está na construção de resistência dos ecossistemas e nos sistemas econômicos sociais, naturais e políticos.

Eu gostaria apenas de usar um exemplo específico para, depois, concluir minha apresentação. As emendas constitucionais, uma questão que houve em Granada, muito já foi dito aqui hoje de manhã. Agradecemos muito ter ouvido a experiência brasileira sobre isso, porque Granada está considerando uma emenda a sua

Constituição para fazer referência específica à mudança climática e à perda de biodiversidade. Especificamente, o que a minuta mostra até agora fala sobre o dever de proteger recursos naturais, o meio ambiente, minimizando a contribuição e protegendo contra os impactos da mudança climática. Nós temos uma redação semelhante com relação à biodiversidade. Isso é um dispositivo constitucional e foi muito bom ouvir o que ouvimos aqui hoje de manhã. Estamos tentando entender onde no mundo isso existe, e eu imagino que o Brasil possa estar em uma situação singular e peculiar.

Eu acho que é verdade, porque nós estamos procurando muito onde encontrar dispositivos constitucionais e apenas alguns poucos me vêm à mente: o caso da República Dominicana, do Equador, da Tunísia, da Noruega, da África do Sul e da Índia. E, agora, evidentemente, o Brasil.

Então, nós temos algumas perguntas. Pergunta número 1: quais são as lições que esses países, com dispositivos constitucionais para mudança climática aprenderam ao longo dos anos? Será que houve dispositivos e como eles foram interpretados pelos tribunais? Eu espero receber informações sobre isso.

A questão da doutrina da escolha do público é também algo que foi muito examinado. A questão é: até que ponto é prática a doutrina da opção do público e até que ponto nós podemos aplicar isso? Ouvimos do Equador a questão da filosofia. Até que ponto isso é prático, até que ponto isso é possível em nível internacional. Será que essa regra pode ser importante na mudança climática? Será que devemos recorrer à lei e a processos legais para tratar da questão da mudança climática? São questões com as quais estamos lidando para ver nosso arranjo constitucional.

Permitam-me concluir. Eu gostaria de dizer que começamos esse processo há muito tempo, biodiversidade e mudança climática, na década de 80. O relatório do IPCC foi publicado em 1990. Tivemos a Convenção do Rio também em 1992. Mas eu acho que poderemos classificar a situação como um fracasso geral em termos de tratar o problema do clima. Tivemos a COP 21, a Conferência das Partes de Paris. Qual é o prognóstico? O que está em jogo? Eu tenho de afirmar que há muito em jogo. Talvez seja essa nossa última chance.

Na negociação, queremos defender a universalidade da ação. Todos os países devem participar. Será que podemos estar assim tão granulares ainda? Todo tribunal, toda jurisdição, toda legislação tem de ser parte. Todos devem agir. A COP de Paris, a Conferência das Partes e também o Clube de Paris, para nós, tudo está vinculado quanto ao desenvolvimento dos pequenos países insulares. Portanto, a Conferência das Partes de Paris e o Clube de Paris estão profundamente vinculados para os pequenos países insulares. Nós achamos que os pequenos países insulares vão ter que continuar a pagar aos poluidores. Essa é a ideia que estamos ouvindo... Será que isso é ético? Eu gostaria de dizer que se a Conferência das Partes de Paris achar que precisamos de um tribunal especial, talvez não em Paris, para lidar com a questão da mudança climática? Para nós, essa é uma questão existencial, não é uma questão de vida, mas uma questão de morte.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Quero parabenizar a todos os palestrantes e dizer de nossa satisfação de tê-los recebidos aqui no Senado Federal, na Comissão de Meio Ambiente. Destaco aqui a presença do Ministro Herman Benjamin, que tem colaborado muito com nosso País e também é um grande defensor da biodiversidade. Coloco-me à inteira disposição para outras palestras que queiram que aconteçam para debater esse tema, que é muito importante para nosso País, sobretudo meu Estado da Bahia, que tem uma biodiversidade muito grande e que passa por problemas muito graves.

Espero, aqui no Senado, colaborar para conter essa situação que preocupa o Brasil e preocupa o mundo.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Lasier Martins, Delcídio do Amaral, Luiz Henrique, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Rocha e Walter Pinheiro. Deixa de comparecer a Senhora Senadora Lídice da Mata. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à PAUTA. ITEM ÚNICO) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2015 – Não Terminativo. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição

Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva do projeto por 24 horas, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. Usam da palavra os Senhores Senadores Reguffe, Ronaldo Caiado, Luiz Henrique, João Capiberibe, Donizeti Nogueira e Walter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Registro aqui a presença regimental para a abertura desta reunião, que aprecia o novo marco regulatório da biodiversidade, destacando aqui a presença do Vice-Presidente da Comissão, o Senador Ataídes Oliveira, o Senador Donizeti, o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Douglas Cintra.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para que ele possa fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, colegas Senadoras, Senadores, não fosse já a difícil possibilidade de administrarmos o tempo nosso nas terças, quartas e quintas-feiras aqui no Senado, tendo que estar em várias comissões ao mesmo tempo, lidando com temas sensíveis, com legislações que implicam modificações na vida do País e dos cidadãos deste nosso Brasil, nós temos situações ainda regimentais que nos impõem uma agilidade ainda maior.

Esse PL 2, de 2015, chegou ao Senado Federal com a chancela de um regime de urgência, estabelecido, conforme a Constituição, pelo Executivo. É uma matéria da maior importância para o País, e não posso iniciar sem antes agradecer a confiança do Senador Otto Alencar, de me dar o privilégio, indicando-me para a relatoria dessa matéria.

Tão importante quanto o conteúdo desse projeto de lei, que trata do acesso ao patrimônio genético e da biodiversidade, é também o procedimento adotado aqui para apreciarmos essa matéria. Ela tem origem no Executivo, inspira-se num debate de 20 anos aqui no Senado, no Congresso, melhor dizendo, numa medida provisória editada em 2001, que tem vigência até hoje, e mais um conjunto de regramentos que vieram com decretos e normativas.

Mas tão importante quanto o conteúdo desse matéria é encontrarmos um procedimento aqui que respeite os colegas Senadores, já que é uma matéria que está tramitando simultaneamente em cinco comissões do Senado. Há comissões que já apreciaram e votaram. A Comissão de Ciência e Tecnologia acabou de fazer a apreciação e tomar conhecimento do relatório.

Eu agradeço, já de antemão, o empenho da equipe tanto aqui desta Comissão, que nos apoiou em tudo, Senador Otto Alencar, a equipe que lhe assessora, como também a equipe do meu gabinete, que não teve fim de semana, não teve quinta, não teve sexta, não teve sábado, não teve domingo e emendou, inclusive, ontem até a madrugada de hoje, para que pudéssemos trazer o relatório.

Quero agradecer também de modo muito especial ao Senador Douglas Cintra, que é Relator desta matéria na Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos trabalhando juntos, fazendo o mesmo acolhimento das proposições e apresentando um relatório muito parecido.

E, ainda há pouco, tivemos uma conversa com o Líder Caiado, com o Presidente da Comissão e com o Senador Douglas Cintra. Eu estou apresentando no meu relatório agora uma ideia que também se soma a um esforço de Senadores, inclusive do Senador Aloysio Nunes, Senador Walter Pinheiro, Senador Caiado e de outros Líderes da Casa, que estava na Comissão de Ciência e Tecnologia, tirando um encaminhamento, que eu penso ser importante para todos que estão aqui, sobre como vamos proceder com essa matéria.

Então, a Comissão de Ciência e Tecnologia acabou de conhecer o relatório. Eu vou dar ciência aos colegas desta Comissão, de mérito, do meu relatório. O Senador Douglas vai fazer o mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos. E nós estamos tirando um procedimento no sentido de que, por estar em regime de urgência, portanto, com pedido de vista por 24 horas, como está estabelecido na urgência, nessas 24 horas vamos ver as modificações propostas e qual entendimento, para termos um relatório que possa, já no começo da semana, quem sabe terça-feira, ir a plenário, dependendo do entendimento que possa vir desse prazo que temos.

Eu conversava com o Senador Caiado foi na busca desse procedimento que facilite o trabalho e a apreciação desta matéria. Supondo que tenhamos entendimento sobre alguns dos pontos apresentados e que tenhamos diferenças sobre um ou dois pontos, podemos também ter um relatório comum apresentando e recepcionando esses pontos que não têm objeção. Podemos fazer isso nessas 24 horas e já apreciarmos, amanhã, um relatório comum com os devidos destaques dos colegas Senadores ou dos partidos que não entrarem em um entendimento; portanto, podemos destacar e levar a plenário para fazermos o bom debate, a boa apreciação.

Então, Sr. Presidente, vou iniciar a leitura, antes informando aos colegas que preparei uma pequena justificativa mais objetiva sobre a importância da apreciação desta matéria. E minha assessoria, dentro de no máximo cinco minutos, trará algo que penso ser fundamental, pois a experiência minha e a do Senador Luiz Henrique na relatoria do Código nos possibilitou construir.

Vou entregar uma tabela com as 15 alterações que estou propondo no meu relatório ao relatório que veio da Câmara. Há uma modificação que o Senador Acir Gurgacz fez, que é só uma mudança. Eu já estou recepcionando no meu para poder já buscar o entendimento.

Vou passar essa tabela que traz o projeto como era originalmente, que veio para cá, e qual a modificação que estamos propondo e a sua justificativa. Com isso, cada Senador poderá com suas assessorias tomar conhecimento de qual alteração do conteúdo e da minha justificativa para apresentar essa alteração.

Acho que isso facilitaria muito a própria leitura. O relatório que veio da Câmara já está disponibilizado há algum tempo, mesmo que seja pouco. Mas as modificações que estou fazendo, eu estou trazendo-as num anexo, numa tabela simples, de fácil leitura que ajuda no processo, seja para concordar ou divergir.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Jorge Viana, vou ter sair porque vai começar a audiência com o Presidente do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos, na qual estou inscrito para falar. Eu gostaria de fazer dois questionamentos. Primeiro, não será votado na manhã de hoje esse projeto? V. Exª apenas lerá o seu relatório, e, depois, todos os Senadores terão acesso a ele?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Essa é a proposta que estou trazendo para buscar um entendimento.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se V. Exª puder apenas adiantar como ficou a questão de anistia de multas a empresas. Se está constando do seu relatório, porque é algo que pessoalmente sou contra. Penso que anistia fiscal a empresas que descumpriram a legislação não é algo positivo, não só economicamente para o Governo, como também pedagogicamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu acho que o procedimento que nós estamos adotando, Senador Reguffe, possibilita exatamente que cada um, com as suas preocupações, possa estar junto comigo, com a minha relatoria, fazendo as suas observações com este propósito, ou seja, de aperfeiçoarmos o texto. Eu só não queria abrir o debate sobre os pontos, antes de apresentá-los para o conjunto dos Senadores, para ganharmos tempo. Como nós temos tempo, e V. Exª fez a primeira pergunta – vai ser votado agora? Não, nós provavelmente vamos ter que apreciar essa matéria amanhã, numa reunião extraordinária, que pode ser feita simultaneamente nas três Comissões que estão faltando. Temos 24 horas para tentar um entendimento. Aí vamos fazer um debate mais aprofundado.

As multas aplicadas a quem tem alguma relação com essa matéria – só para adiantar isso para V. Exª e para que fique tranquilo – somam, salvo engano, R\$240 milhões. Foi pago até agora 0,092%, ou seja, absolutamente nada, porque eu tenho que tratar dos centavos. Então, por enquanto a anistia nós já temos. O que nós temos que ver é como é que deve ficar isso para que o Brasil possa multar, cobrar, estabelecer regras. Então, a preocupação de V. Exª dá um bom debate e tem toda pertinência.

Então, esse é o procedimento que o próprio Presidente nos orientou que adotássemos. Essas foram só algumas observações que fiz, algumas justificativas. Obviamente, estou pedindo o voto e a confiança dos colegas, pois essa é uma matéria muito delicada.

Eu passo agora à apreciação do relatório, e tão logo cheguem aqui as tabelas V. Exªs vão ter a oportunidade de ver o que estou propondo modificar no texto.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, e o Projeto de Lei nº 7.735, de 2014 (na origem), do Poder Executivo.

Eu vou dispensar essa leitura e vou tentar dar alguma objetividade. No fundo, essa proposta revoga a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Não custa repetir que nós estamos tratando da matéria – e aí já é parte do meu relatório, que estou explicando – que trata do acesso à nossa biodiversidade e ao nosso patrimônio genético. E já há até uma diferença entre patrimônio genético e material genético. Eu estou adotando “patrimônio genético”. O Brasil tem 20% da biodiversidade do Planeta, tanto animal quanto vegetal. O nosso acesso a essa biodiversidade é nenhum

praticamente. Todo o agronegócio brasileiro, hoje, que é tão importante na composição do PIB brasileiro, na geração de emprego, toda a produção agropecuária brasileira tem sua base mais forte em espécies exóticas. Nós temos muita força na soja, na cana, no café, e nenhuma dessas espécies são nativas do nosso País. Com relação aos animais é a mesma coisa, ou seja, com os frangos e com toda a nossa raça bovina que tanta contribuição nos dão. Isso por si só já mostra o desafio que nós temos pela frente. Não é possível que o País que tem a maior biodiversidade do Planeta tenha a sua economia, que é uma das maiores potências agropecuárias do mundo, tenha a base dessa agropecuária em espécies que chegaram ao País. Ou seja, nós não conseguimos ainda desenvolver praticamente nada dessa vantagem comparativa que temos por conta de sermos um País megabiodiverso. São 17 os países do mundo que têm 70% da biodiversidade do Planeta. O Brasil é o maior deles. E eu, como sou da Amazônia, posso dizer que não tem sentido que, de 2003 para cá, quando se criou o CGEN – órgão que trabalha a condução dos protocolos para o acesso à biodiversidade –, desde lá, só um único convênio foi assinado com populações indígenas, por exemplo.

Então, está aqui no meu relatório, “fruto das audiências”. Fizemos aqui três audiências – Governo, comunidade científica, instituições de pesquisa, movimento socioambiental, representante dos povos indígenas, de populações tradicionais, da agricultura familiar.

A grita, a reclamação é uma só: o que nós temos hoje de regramento não atende a nenhum dos segmentos da sociedade e impede o Brasil de ter uma inovação importante na indústria, na sua produção agropecuária, na sua pesquisa, que vai do pequeno, do agricultor familiar, ao grande produtor.

Então, é com base nessa observação que nós estamos fazendo esse relatório; com base nessa leitura, que nós estamos trazendo o nosso posicionamento.

A proposta contém 51 artigos, divididos em nove capítulos.

Não sei se tenho de fazer a leitura.

O Capítulo I (arts. 1º a 5º) trata das disposições gerais. A proposição estabelece direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético do País. [...]

Os conceitos e definições, dispostos no art.2º, são essenciais à interpretação do Projeto de Lei. Adotam-se, por extensão, os conceitos e as definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

A origem da busca dessas normativas vem da Rio 92, quando 160 países assinaram um acordo, estabelecendo regras de acesso à biodiversidade. De lá para cá, muitos países se firmaram nesse tema, e o Brasil não.

Hoje, há quase um consenso de que as regras que temos são ruins para todo mundo. A comunidade científica, que ouvi aqui, e no Acre, em uma audiência pública que fiz, sente-se ameaçada. O tempo do CGEN, está aqui no meu relatório, para poder acolher uma solicitação média é de quase dois anos. Nós temos situações, que são corriqueiras, em que se demora seis anos para se ter uma posição. Ou seja, não se atende. Isso para que um cientista, um estudante, um doutorando possa fazer uma pesquisa. Então, isso inviabiliza, de cara, por conta das regras que guardam, de certa forma, uma insegurança jurídica que atinge quase todo mundo.

Eu não estou aqui focado só no passado. O nosso propósito aqui é construir algo novo. O mundo mudou muito nesses vinte anos e ele nos exige, num país como o nosso, megabiodiverso, uma posição mais definitiva.

Essa matéria chegou aqui no Congresso – lembro-me bem, eu era Prefeito de Rio Branco – com três propostas da Senadora Marina Silva visando a estabelecer regramentos para o acesso à biodiversidade. Ela não prosperaram. Elas viraram essa medida provisória de 2001, que foi reeditada 16 vezes, por conta da permissão do regramento das medidas provisórias. Depois, com a modificação que veio, através da Emenda Constitucional do Supremo, as medidas provisórias que estavam sendo reeditadas viraram lei. E é isso que nós temos até hoje, com alguns decretos, com alguns avanços, mas muito pequenos, diante das instituições de pesquisa.

Ouvimos aqui a Fiocruz, o Inpa, o Museu Emílio Goeldi, Empraba, SBPC. Enfim, há uma grita muito grande também da comunidade científica por conta de uma lei que possa permitir, dar garantia da segurança nacional, do patrimônio nacional. E o mesmo nós ouvimos das comunidades indígenas, dos agricultores familiares representados, do MST, da Via Campesina, do Conselho Nacional dos Seringueiros. Eu procurei conversar, levar em conta, ouvir, buscar a colaboração deles.

E penso que o entendimento para esta matéria não está longe, está perto. Se nós fizermos alguns ajustes, que é o que estou propondo, nós podemos ter um entendimento que vai do grande produtor à comunidade científica, e também às populações tradicionais.

É um projeto em cuja essência está a repartição de benefício. Está no *caput* dele a repartição de benefício.

Como vamos ter repartição de benefício do conhecimento tradicional dos povos indígenas, das populações tradicionais? Com vamos ter repartição de benefícios da nossa biodiversidade? Entendemos que o que vamos ter no final, se tivermos sucesso nessa empreitada, são regras parecidas com as que temos do acesso aos recursos minerais do subsolo brasileiro: seguir sendo patrimônio, como estabelece o art. 225 da Constitui-

ção, do povo brasileiro, da nossa nação, mas com regras de acesso que não sejam proibitivas, mas que também guardem aquilo que é tão essencial, o respeito às populações tradicionais e ao conhecimento que essas populações trazem.

O acesso a esse conhecimento é condicionado ao consentimento prévio e informado de seus detentores, ressalvados os intercâmbios e a difusão desses conhecimentos entre os próprios detentores. Também é dispensado o consentimento prévio informado quando se trata do conhecimento tradicional associado de origem não identificável, caracterizando, quando inexistente possibilidade de vincular a origem desses conhecimentos, a pelo menos uma população indígena comunidade tradicional ou agricultor tradicional.

O Capítulo IV regula o acesso e a remessa a exploração econômica do patrimônio genético, do conhecimento tradicional associado. E aí eu descrevo cada artigo vinculado a esse acesso.

Eu estou fazendo um resumo para facilitar a apreciação dos próprios colegas.

O Capítulo V disciplina a repartição de benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado. O que nós temos na lei hoje, simplificando, é que qualquer empresa que queira abrir um estudo, buscar a transformação de algum componente da nossa biodiversidade em produto, de antemão, é obrigado a assinar um acordo de partição de benefícios, se não tem ainda ideia se vai de fato ter algum produto. Isso já é proibitivo. Então, nós estamos numa situação que qualquer tentativa de buscar transformar a nossa biodiversidade num produto é tratada com desconfiança e, em muitos casos, como biopirataria, não sem razão – é verdade –, mas também por falta de regras claras.

Então, a disciplina na repartição de benefícios passa por modificação do que é hoje, mas mantendo a salvaguarda de garantia das populações que detêm esse conhecimento. As sanções administrativas são previstas no art. 6º da proposição. Segundo a proposta, configura infração administrativa toda ação ou omissão que viole as normas desta lei na forma do regulamento (art. 27). Trazemos, então, toda a descrição que já veio da Câmara dessas sanções que nós não modificamos.

Peço aos colegas. Chegou a tabelinha que traz o PL, o que estava escrito, a proposta...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, creio que o Relator foi extremamente didático.

Quanto à parte da redação para a montagem do projeto, nós ocuparemos nossa assessoria para que eles levem todos esses pontos, bem como o comparativo da tabela apresentada com a justificativa item a item. Evidentemente, não faço juízo prévio, mas não dá para considerar que foi uma simples mudança. Foi uma mudança significativa – acredito – em 15 itens, que provavelmente pelo conhecimento de V. Exª, tocaram em pontos que serão também debatidos e votados separadamente.

Com aquela tese que V. Exª expressou eu concordo plenamente. Pontos que são comuns e convergentes nós poderíamos caminhar para um acordo para que as demais comissões, como a Ciência e Tecnologia, a de Assuntos Econômicos e a de Meio Ambiente, pudessem trazer um relatório convergente.

Os outros pontos, com esse prazo de 24 horas, Sr. Presidente, acredito que ele terá que ser mesmo colocado em votação. E aí nós, se nós construirmos nessas 24 horas algumas convergências a mais, tudo bem. Do contrário, nós vamos ter que trabalhar essas matérias. Nós destacaremos as emendas que foram apresentadas, ou o texto original, e também faremos, assim, no Plenário do Senado Federal.

Nós não teremos outra maneira, que não seja essa, diante de um tema tão polêmico. Essa matéria se arrastou pela Câmara dos Deputados. Essa matéria foi, no final, construída dentro de um entendimento também com a Base do Governo, mas cada Casa tem a sua independência, a sua prerrogativa de ampliar, modificar, retirar o que desejar.

Então, eu acredito que o prazo é exíguo. Nós temos, com essa tabela, uma facilitação para a nossa assessoria para identificar os pontos em que vamos convergir e os pontos em que vamos manter o debate e a votação em separado.

Eu acho, nobre Relator, que V. Exª cumpriu exemplarmente, como é a rotina de V. Exª, a competência em relatar matérias. Agora, eu acho que pontos desses provavelmente nós teremos posições que elas terão que ser balizadas pela votação das comissões e de Plenário. Nós não conseguiremos aqui convergir esse texto, porque nós sabemos o que foram na Câmara dos Deputados as dificuldades.

Era essa a colocação que eu quero fazer, Sr. Presidente, e nessas 24 horas eu vou solicitar a toda a minha assessoria que se debruce sobre a matéria e estaremos prontos para dar continuidade, amanhã, à discussão e à votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, eu agradeço à contribuição do Senador Caiado. E esse é o propósito mesmo, nós não temos nada a esconder. Temos aí a possibilidade de alguns pontos termos convergência e, obviamente, há pontos que claramente nós vamos ter.

Eu só queria dizer que nós colocamos aqui, porque eu fiz questão de pôr quais emendas tratam do ponto, então cada folha ganhou uma modificação. Mas eu posso afirmar que há modificações que são absolutamente tranquilas de serem acatadas. E há outras, que pode ser uma modificação de uma palavra, que vão gerar, sim, um posicionamento diferente e isso é parte aqui do Parlamento. Mas o que eu fiz foi, com clareza, trazer aos colegas, inclusive quem tem posição divergente, uma facilitação de identificar, no meu relatório, esses eventuais pontos de convergência ou de alguma divergência.

E acho que o procedimento que o Senador Caiado tem reafirmado aqui, eu acho que é o melhor que nós podemos ter para o regime de urgência da matéria – já que não cabe a nós nem retirarmos nem estabelecermos o regime de urgência –, que é de termos um procedimento. Todos vão tomar conhecimento, as assessorias... São pontos conhecidos, não é? A gente tem 24 horas para tentar um entendimento nas comissões e, obviamente, podermos, inclusive, votar aquilo que for convergente e levar para o Plenário, em comum acordo, os pontos em destaque para – ou no plenário aqui ou no plenário do Senado, já que são três comissões que vão apreciar –, levarmos, termos o compromisso de levar os pontos de destaque para que eles venham a ser apreciados já, no mais tardar, semana que vem.

Então, eu acho que isso é um bom encaminhamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nobre Relator, eu pediria ao Presidente que, em relação à matéria tão polêmica quanto esta, que não fosse restritiva nos destaques. Eu acho que é um acordo que nós podemos construir para que não possa cercear aí a nossa iniciativa, que é daqueles pontos que nós achamos que deverão ser destacados por uma votação em separado, para que cada Parlamentar se posicione em uma votação que eu acho que aí sim é uma expressão real de cada comissão e de cada Senador.

Com isso eu vejo uma capacidade de nós caminharmos para um entendimento no texto que for aglutinativo com o apoio de todos nós. Aqueles que são divergentes, V. Ex^a garantir a nós os destaques e votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sem dúvida, será garantido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Isso é importante.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu... só para V. Ex^a ter ideia, foram apresentadas 129 emendas. Eu estou acolhendo, parcial ou no total, 62. Então eu estou compartilhando com os colegas Senadores. E eu estou propondo cinco alterações: as minhas são cinco. Isso de redação, tem cinco que são de redação. Dos 14 pontos que nós temos, cinco deles são de redação.

Então não é uma coisa tão complicada. Vamos ter pontos de divergência, sim. Mas acho que dá para trabalharmos, inclusive, como o Senador Caiado, um debate sobre cada ponto desse, garantindo, inclusive, levar até o Plenário aquilo que venha a ser destacado. Porque eu acho que é um bom procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nobre Presidente, Senador Otto Alencar, V. Ex^a estreia nesta Casa de maneira brilhante, sabendo identificar dentre nós aquele colega Senador que reunia as melhores condições para relatar esse projeto. O Senador Jorge Viana, por formação, engenheiro florestal; por vivência, a luta pela preservação ambiental e pela defesa do patrimônio biológico brasileiro.

Estou vindo da Alemanha. Participei de uma visita de informações promovida pelo Governo e pela Câmara dos Deputados daquele país, e o assunto era bioeconomia, a nova fronteira do conhecimento, a nova fronteira do desenvolvimento. O mundo vai transitar da economia fóssil para a bioeconomia. Energia, produção industrial, agricultura, pecuária, medicina, tudo que diz respeito à atividade humana neste novo século haverá de ser, nas próximas décadas, tocadas pelo marco da bioeconomia.

E o que eu verifiquei, Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Senadores? Eu verifiquei, primeiro, uma reverência plena das autoridades e dos cientistas alemães relativamente a essa biodiversidade brasileira. Eu quero esclarecer que presidi um grupo de sete integrantes, dos quais seis eram líderes da comunidade científica brasileira.

A satisfação que eu tive foi ao visitar, nos arredores de Colônia, o Instituto Jülich, famoso instituto alemão que trabalha na área de processos de desenvolvimento científico, na área agrícola, encontrar lá pesquisador da Embrapa e pesquisadores de várias universidades brasileiras, inclusive do meu Estado, trabalhando juntos, no sentido de prospectar o futuro em que a agricultura brasileira continue a sua missão de supridora alimentar do mundo, sem degradar o meio ambiente.

O grande desafio que tem a sociedade humana é como dobrar a produção de alimentos nos próximos 36 anos. Trinta e seis anos nos separam de 2050. Em 2050, a população salta dos 7 bilhões de hoje para 9,2 bilhões. Então, isso vai exigir, no mínimo, dobrar a produção agrícola. E como fazê-lo sem avançar nas florestas? Como fazê-lo sem degradar o meio ambiente, sem desmatar? Através da produtividade, a produtividade agrícola, a produção de sementes resistente às intempéries, de semente resistentes às pragas, para que não haja

quebra na produção, e, sobretudo, a regeneração da qualidade da terra. A terra que vai sendo desgastada tem que ser regenerada.

Então tudo isso foi objeto das discussões de que participei na Alemanha, e por isso não pude estar presente aqui na semana passada.

Mas eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana. Além de homem da floresta, que sabe caminhar pelos igarapés e voltar para casa, além de engenheiro florestal, além de estudioso da matéria, além de ter tido uma experiência fantástica como relator do Código Florestal, é exatamente o homem indicado para fazer essa articulação.

Na verdade o projeto que veio da Câmara está quase, quase próximo do ideal. Com as modificações que fizemos aqui, combinadas com a Câmara, para que o projeto não sofra novo atraso na sua tramitação, nós poderemos dar ao Brasil, como demos em relação à política florestal, uma lei excepcional e sinalizadora para o mundo e para que possamos fazer aquilo que sonhamos: transformar as florestas, transformar o nosso patrimônio genético num ativo econômico. Eu tenho dito sempre: no dia em que a árvore em pé valer mais do que a árvore serrada, deitada, as nossas florestas estarão salvas, e o mundo não viverá uma situação de exaustão dos seus recursos naturais daqui a 36 anos, quando, em 2050, atingirmos esse formigueiro humano malthusiano de 9 bilhões de habitantes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vou seguir com a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Queria primeiro parabenizar o Senador Luiz Henrique pela explanação que fez. Concordo plenamente com as colocações e vou passar a palavra ao Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, meu caro companheiro de cabeceira do rio, Senador Jorge Viana, eu considero essa lei fundamental para o desenvolvimento do nosso País, que como foi muito bem explicado, muito bem, didaticamente explicado pelo Senador Jorge Viana, a importância de termos uma economia da biodiversidade, de desenvolvermos alguns produtos a partir desses recursos de que nós somos detentores.

E eu queria acrescentar um desses, uma espécie da biodiversidade que nos últimos vinte anos, mesmo sem um marco legal, terminou entrando no mercado, que é o açaí. Talvez seja o único caso. Há outros com menor importância na economia, mas o açaí ganhou de fato uma importância muito grande.

E eu lembro, Senador Luiz Henrique – acho que os alemães têm inteira razão e estão na frente –, há vinte anos, o mundo da ciência, os pesquisadores já anunciavam as mudanças climáticas, enunciavam os impactos que o modelo de desenvolvimento humano produziam sobre a natureza. Só que os tomadores de decisões não davam a menor importância a isso e faziam cara de paisagem, como alguns fazem ainda hoje.

A lei é fundamental, essa lei é importantíssima, com muito atraso. Ela vai nos permitir pesquisa, desenvolvimento tecnológico e nos permitir colocar muitos produtos novos no mercado. Mas ela tem, eu diria, um pecado, que precisa, e eu acho que o Senador Jorge Viana está muito atento e vai corrigir. Ela promove o desenvolvimento desigual.

Ela promove, ela insiste em atender o segmento empresarial e deixa de lado aqueles que são detentores desses conhecimentos, que são as populações que vivem isoladas, que vivem distantes, como os povos indígenas, os quilombolas, as populações ribeirinhas, os agricultores familiares. O que me parece importante que se construa aqui é uma possibilidade de tornar equânime a utilização desse recurso. Há uma leitura muito clara de todos nós, todos os analistas políticos e econômicos sabem que o Brasil fundamentou o seu desenvolvimento assentado na desigualdade social, na exclusão social. Agora, não podemos mais seguir esse caminho. A preocupação do Relator, Senador Jorge Viana, que é nossa também, é de que todos sejam incluídos e que tenham o mesmo direito ao longo do processo, que uns não tenham mais direitos do que outros. Parece-me que esse é o tema fundamental.

Mas eu queria, Senador Jorge Viana – eu vi os itens que sofrerão algumas modificações –, ter acesso imediato ao projeto. É possível? Para ver como é que fica, como é que... O projeto já com essas propostas, o texto do projeto com as modificações. Aqui só tem um roteiro. Esse é o projeto com as emendas? Eu quero o projeto com as modificações, o texto consolidado, com todas as modificações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador, por isso que estou fazendo a leitura do relatório completo. Ele só tem sentido, se materializa, quando votado em plenário. Aí está o meu parecer com todas as modificações, as propostas de modificação estão nele, todas, assim como a tabela explicando cada uma das propostas que estou trazendo e recepcionando.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – V. Ex^a está submetendo o relatório, então?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim, o relatório. Por isso que tenho de terminar a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Capiberibe, para esclarecer, ele está lendo o relatório. Vou convocar uma reunião extraordinária para amanhã, às 9 horas, para se votar o projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com as modificações que estou propondo. No meu caso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª terá o texto ainda hoje ou amanhã de manhã.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Veja, não estou apresentando um substitutivo, estou apresentando um relatório com emendas. Esse parecer de relatório com emendas está na mão de V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Nós vamos receber logo?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já está aí.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Amanhã será votado o projeto?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós vamos estar votando o meu relatório com as emendas. Aí nós vamos ver quais delas vão ser incorporadas ao projeto ou não, como a gente estabeleceu o procedimento, qual delas pode virar destaque e vir para o plenário, que me parece ser o entendimento firmado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Convocarei uma reunião para amanhã, às 9 horas, para votarmos o relatório dele.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, vou seguir com a minha leitura, porque sem isso não podemos fazer a apreciação das emendas que apresento.

Então, Senador Capiberibe e todos os que nos acompanham pela *Rádio* e pela *TV Senado*, esse projeto foi apresentado pelo Executivo no dia 24 de junho de 2014, em regime de urgência constitucional. Tramitou na Câmara dos Deputados quase oito meses, até o dia 12 de fevereiro de 2015, e chegou ao Senado há exatos trinta dias, dia 24 de fevereiro. Então, nós tivemos, nesse período, a eleição do Presidente da Comissão, a designação da relatoria. Estamos trabalhando há menos de duas semanas no Senado, daí a importância de fazer essas ressalvas.

Então, da análise do projeto, a análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Sob o aspecto da constitucionalidade, a matéria se insere na competência legislativa privativa da União para dispor, mediante lei, sobre Direito Civil, Comercial, Agrário e de populações indígenas, nos termos do art. 22, inciso I e XIV da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o projeto está em harmonia com o art. 7º, inciso XXIII, da Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.

Do ponto de vista regimental, a proposição tramita em regime de urgência constitucional, solicitada pela Presidência da República. Por essa razão, é apreciada simultaneamente pelas comissões permanentes designadas pela Presidência do Senado, nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Também não devem ser feitos reparos à técnica legislativa do projeto. Entendemos, contudo, que o projeto merece aperfeiçoamento conforme análise e acatamento de algumas emendas oferecidas.

Eu volto a repetir, foram apresentadas 129 emendas. Estou acolhendo parte delas, 62 emendas. E fazendo 14 alterações, das quais cinco são de redação. Eu passo aqui a fazer um breve registro dos Senadores que apresentaram emendas que foram consideradas parcialmente ou levando em conta a intenção dos proponentes.

Senador Telmário Mota apresentou sete emendas.

Senador Randolfe Rodrigues: dezessete emendas estão sendo consideradas

Senador Paulo Rocha: estamos considerando seis emendas.

Senador Roberto Rocha: estamos considerando uma emenda.

Senadora Lídice da Mata: estamos considerando e levando em conta uma emenda.

Senador Humberto Costa: estamos considerando e apreciando três emendas.

Senadora Vanessa Grazziotin: estamos considerando e apreciando sete emendas.

Senador Antonio Carlos Valadares: estamos levando em conta duas emendas.

Senador Lindbergh Farias: estamos levando em conta seis emendas. Nós estudamos seis emendas do Senador Lindbergh.

Senador João Alberto Capiberibe: estamos levando em conta 11 emendas apresentadas. Consideramos e levamos em conta para vermos a maneira de recepcionarmos.

Senador Paulo Rocha: estamos considerando e apreciando duas emendas.

Senador Aloysio Nunes Ferreira: estamos levando em conta uma emenda.

Então, esse é um resumo da consideração que tivemos com as proposições apresentadas pelos colegas Senadores e Senadoras, obviamente buscando ali se há uma intenção de aperfeiçoar, de dar mais segurança jurídica, de modificar determinados incisos, parágrafos, enfim, dispositivos da lei, nós estamos fazendo.

Análise geral do mérito.

O Projeto de Lei nº 2, de 2015, propõe uma significativa mudança do modelo de marco regulatório relativo ao acesso ao patrimônio genético, conhecimentos tradicionais e a repartição de benefício conforme preceitua a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário.

A importância do tema eu não vou repetir porque deriva, por exemplo, do potencial de criação de cultivos agrícolas mais produtivos e de novos fármacos sintetizados a partir de produtos naturais das moléculas descobertas desde a década de 40, relacionadas às pesquisas de remédios contra câncer. Quase 50% originam-se, por exemplo, de produtos da natureza ou deles derivados.

Alteração das normas domésticas sobre acesso à repartição de benefícios não era sem tempo aliás. Como detentor da maior biodiversidade do Planeta, o Brasil muito pouco avançou em termo de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e, por consequência, a repartição de benefício em função do atual regramento.

Editada sem o necessário debate social, em função de um caso particular de biopirataria, a norma em vigor é alvo de crítica de todos os usuários: Governo, setor produtivo, academia, instituições de pesquisa, povos indígenas, comunidades tradicionais.

A principal delas, proveniente principalmente da comunidade acadêmica, é a imposição de critérios muito rígidos e excessivamente burocráticos que desmotivam a pesquisa com recursos genéticos, inibindo o avanço científico, a economia e, por consequência, a própria repartição de benefícios, uma vez que esses não chegam a ser produzidos.

Os dados falam por si: em 15 anos de vigência da Medida Provisória 2.186-16/2001, foram estabelecidos 136 contratos de repartição de benefícios, sendo apenas um firmado com comunidade indígena. Detemos 20% da biodiversidade mundial ao tempo em que nossa produção científica mal chega a 5% do que é desenvolvido mundo afora.

O próprio Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), órgão tão importante para a materialização desse marco regulatório, reconhece o enorme entrave burocrático. Conforme seu relatório de atividades de 16 de março deste ano, o prazo médio para a emissão de autorização de pesquisa e acesso ao patrimônio genético é de 550 dias. Também no âmbito das sanções administrativas (foi o que li ainda há pouco) os dados apenas demonstram a inócua legislação atual: apenas 0,09% das multas aplicadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis), em sua competência fiscalizadora, foram pagos.

O Projeto de Lei nº 2/2015 enfrenta essas questões, pois desburocratiza os procedimentos atuais, facilita o acesso à pesquisa dos recursos genéticos e fomenta o desenvolvimento de bioindústria no País. Por outro ângulo, assegura, por meio de um procedimento mais claro e ágil, a repartição justa e equitativa de benefícios com os provedores de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais, notadamente agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

De acordo com a proposta atual, o cadastro dos agentes interessados será totalmente eletrônico, devendo ser realizado antes do início do acesso. O pedido de autorização ou regulação poderá ser feito em um ano a partir da implantação do cadastro.

Então, nós estamos garantindo a segurança para quem detém conhecimento tradicional, para o patrimônio genético brasileiro, mas desburocratizando, criando regras claras, dando conhecimento à sociedade e estimulando a pesquisa e o acesso aos recursos naturais.

Também estamos trabalhando com conceitos. Dignos de relevo são os conceitos e as definições instituídas, assumindo-se aqueles trazidos à Convenção sobre Diversidade Biológica da qual o Brasil é signatário. O PL 2/2015 incorpora a evolução do conhecimento científico e tecnológico. De fato, uma vez que adotar o conceito de material genético (material genético!), assim era tratado na CDB, assinado há mais de duas décadas, atualmente restritivo o termo empregado no projeto em análise. Patrimônio genético é inovador por sua maior abrangência.

O projeto em tela aprimora a norma vigente no sentido da desburocratização e do fomento à participação e ao controle social ao assegurar, no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), o assento dos setores empresariais, acadêmicos e das populações indígenas e comunidades e agricultores tradicionais. Então, isto é fundamental: o órgão que vai estabelecer um parecer sobre o acesso à biodiversidade e ao patrimônio genético terá, em sua composição, no seu conselho, o assento do setor produtivo, mas também das populações indígenas e das comunidades de agricultores tradicionais.

Em suma, a aprovação do projeto, entre outros, trará ganhos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Fiz aqui uma série de argumentos que justificam o que estou afirmando. Vou fazer aqui um resumo.

No Capítulo III da proposição, o art. 8º estabelece a proteção do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Os §§2º, 3º e 4º do art. 8º incluem o conhecimento tradicional associado no patrimônio cultural brasileiro e enumeram as formas pelas quais esses conhecimentos serão reconhecidos.

O art. 9º condiciona o acesso ao conhecimento tradicional associado à obtenção de consentimento prévio, formalizado sob uma das modalidades previstas em seu §1º, garantindo a autonomia desses povos e comunidades, que podem receber assistência dos órgãos públicos competentes, mas não estão sob sua tutela, como ocorria na visão paternalista vigente no passado.

Então, são aspectos importantes que estamos recepcionando.

O art. 10 preserva os direitos, análogos aos direitos autorais, de indígenas e de comunidades e agricultores tradicionais sobre o conhecimento tradicional associado.

Os §§1º e 2º do art. 10 garantem o caráter coletivo do conhecimento tradicional associado, resguardando qualquer pretensão individual contra esse bem comunitário, e garantem o direito dos titulares do conhecimento tradicional associado de ter acesso ao patrimônio genético e às informações a ele pertinentes mantidos em coleções *ex situ* em instituições nacionais geridas com recursos públicos.

Tomados em conjunto, os dispositivos que integram esse capítulo estabelecem garantias e cautelas pertinentes, equilibradas e necessárias para a proteção do conhecimento tradicional associado, contemplando os direitos culturais e patrimoniais de índios e de comunidades de agricultores tradicionais.

Evidentemente, há lacunas na proposição, mas deve-se levar em conta que não convém fixar rigidamente os pormenores relativos aos processos de consulta.

Esta proposta vai remeter a mais de 20 regulamentos. E, no estabelecimento dessa regulamentação, estamos garantindo a participação das populações que guardam conhecimento tradicional.

Então, eu penso que é um avanço quando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresenta tão importante matéria.

Um dos grandes avanços da proposta encontra-se regulamentado no Capítulo IV: o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

Desmantelam-se, assim, exigências de autorizações junto a diversos órgãos, de modo a incentivar a pesquisa e a geração de conhecimento sobre a biodiversidade nacional.

Então, o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, para fins de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, seguirá um procedimento ágil e sem a burocracia até então exigida. Isso é muito importante para que o Brasil estimule o conhecimento do seu corpo técnico-científico da biodiversidade que guardamos.

Merece destaque a previsão de instrumento de controle que estipula a possibilidade de atividades não previstas no art. 12 serem autorizadas, a critério da União e sob condições específicas. Nesse sentido, o art. 13 permite que seja concedida autorização para o acesso ou remessa do patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior, que, na nossa proposta, precisa estar associada à instituição nacional. Essa é uma recepção que estamos fazendo e que o projeto não previa.

O projeto define as modalidades monetárias e não monetárias para a repartição de benefícios, bem como regula a sua efetivação. Com relação à modalidade monetária, é importante destacar o estabelecimento da parcela de 1% do valor de receita líquida anual obtido com a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético.

Das sanções administrativas

No intuito de fixar as sanções administrativas ao descumprimento das normas da proposição, destina-se o Capítulo VI a regulamentar, seguindo o princípio da legalidade, as infrações administrativas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Fixa as sanções aplicáveis, com destaque para a suspensão temporária da fabricação e venda de produtos acabados ou do material reprodutivo derivado do acesso. Fixa, também, valores de multa que seguem a proporcionalidade e razoabilidade, ao diferenciarem se o agente infrator for pessoa física, com valores de R\$1.000 a R\$100.000, ou pessoa jurídica, com valores de R\$10.000 a R\$10.000.000.

O art. 29 define como órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e contra o conhecimento tradicional associado o Ibama – e nós estamos aqui, tomando uma decisão –; o Comando da Marinha, o Ministério da Defesa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Entendemos, contudo, que o Mapa deveria ser excluído desse rol.

Essa é uma proposta importante, porque, senão, teríamos que pôr outros Ministérios, fazendo parte dessa importante atribuição. Entendemos que o Ibama, com a Marinha e com o Ministério da Defesa já teriam a condição de cumprir o estabelecido nessa lei.

Das disposições transitórias para adequação e regulação de atividades em desacordo com a legislação em vigor.

Audacioso e importante passo será tomado com a aprovação desse novo marco normativo sobre a biodiversidade. Isso porque, além da desburocratização e agilidade no processo de cadastramento eletrônico junto ao CGEN, a proposta não foi omissa quanto à necessária previsão de disposições transitórias sobre a adequação e a regularização de atividades realizadas sob a égide da Medida Provisória. Então, estamos fazendo uma transição com disposições transitórias.

Das disposições gerais.

O art. 45 do Projeto é meritório, pois estabelece cláusula geral no sentido de que os tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil faça parte a respeito do tema serão respeitados nas atividades específicas desses atos institucionais.

Vou fazendo o devido resumo.

Das Emendas.

Como falei, estamos recepcionando, e já tinha relatado, emendas desse conjunto de Senadores e Senadoras.

Passo, então, Sr. Presidente, já que não queria fazer a leitura de emenda por emenda, porque vamos ter apreciação dessa matéria amanhã, quando podemos debater, e para que se possa agilizar essa reunião, eu queria, então, fazer, aqui, a minha leitura final.

Finalmente, oferecemos uma série de emendas, cujo intuito é conferir maior objetividade a alguns dispositivos, competência do CGEN para promover o estabelecimento e a manutenção do Centro de Assistência para provedores; supressão da possibilidade de a União autorizar pessoas jurídicas estrangeiras não associadas à instituição nacional de pesquisa a acessar o patrimônio genético – entendo que essa transição ainda é importante para o País, a fim de que tenhamos uma precaução –; isenção da repartição aos povos indígenas e comunidades tradicionais; período final de isenção de repartição de benefícios e previsão de elaboração de lista de classificação de repartição de benefícios; diretrizes sobre as formas de repartição de benefícios na modalidade não monetária; e processo de regularização para repartição de benefícios.

Então, o voto que apresento, Sr. Presidente, vem ainda com a proposta de rejeição das emendas apresentadas e pelo oferecimento das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CMA

“Suprima-se o inciso XVIII do art. 2º do PLC nº 2, de 2015, renumerando-se os demais incisos.”

Não vou fazer novamente a leitura de todas essas emendas, pois já são todas do conhecimento das Sras e dos Srs. Senadores. Concluo, então, a apresentação do meu relatório, fazendo essas propostas de alterações que, entendo, somadas... Está até aqui presente o Senador Walter Pinheiro, o Senador Aloysio está ausente, o Senador Caiado, assim, em conversas com o Senador Walter que, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, tem todo o interesse nesta matéria e tem contribuições importantes a dar, nós fizemos na abertura desta reunião uma proposição que foi acolhida pelos colegas, qual seja, de fazermos a apresentação do relatório, entregarmos uma tabela, um quadro comparativo de todas as modificações que estamos fazendo, como era o projeto que estamos propondo e a devida justificativa. Também vamos pedir que o Senador Telmário faça o mesmo, vamos ver que emendas são afins, que pontos podem ser acordados nessas 24 horas que temos até amanhã e que pontos vão ser recepcionados como destaque e podem até chegar ao plenário.

O importante é termos um procedimento, e nisso o Senador Walter ajudou muito, para encaminhar uma matéria tão complexa como esta.

Estou apresentando 15 pontos de modificações e de alterações. Estou recepcionando a intenção de 129 emendas, das quais já citei cada um dos Senadores que estão propondo. A ideia é trabalhar com os demais relatores de hoje até amanhã, tentando fechar pontos comuns. O Senador Douglas Cintra já acordou em fazer um relatório de acordo com o meu. Vou procurar o Senador Telmário, vamos reunir e amanhã, simultaneamente, vamos ter a apreciação nas duas Comissões dos pontos convergentes, os pontos consensuais. E quem queira destacar alguns deles para irem ao plenário, já na semana que vem poderemos levar um projeto que traga os pontos consensuais no Senado, nas Comissões, e que aqueles para os quais não se encontrou o devido consenso possam ser debatidos e votados no plenário.

Com isso eu queria encerrar e dizer que tenho satisfação de ter cumprido uma das missões nesta Comissão, como estabeleci aqui numa carta que estou encaminhando ao Presidente e distribuí a todos os colegas e até passo para o Senador Walter Pinheiro, ele que é um Senador muito preocupado e sabe a dimensão desta matéria. Ele não é titular nesta Comissão, mas é muito importante. Na carta que fiz ao Presidente Otto, agradeço a confiança que ele, como Presidente da Comissão, de ter me permitido trabalhar como Relator. Nela também faço um histórico desde a intenção da Senadora Marina Silva, da medida provisória do Governo e todas as mudanças. Mas devo dizer que na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que é a comissão de mérito, depois das audiências feitas, estabeleci como prioridade dois procedimentos.

O primeiro, levar em conta a voz da comunidade científica. Que senti que tínhamos ainda algo a aprofundar, mas, especialmente, a corrigir algo, que foi o encaminhamento equivocado no trato com as populações tradicionais.

Essa matéria trata do acesso à biodiversidade, ela trata do acesso ao nosso patrimônio genérico, mas ela, essencialmente, estabelece regra de repartição de benefícios. E o projeto do Executivo já trazia uma carência.

Um conjunto de quase duas centenas de entidades fizeram uma carta muito dura, crítica ao projeto. Não estou aqui concordando no todo da carta, mas estou levando em conta as preocupações nela estabelecidas.

Eu queria, inclusive, pedir essas entidades que pudessem apreciar o Relatório que eu estou apresentando, os pontos que eu estou trazendo. Porque eu entendo que vamos ter divergências no Plenário desta Comissão, divergências no Plenário do Senado. Esse projeto, como estamos propondo aqui – já que estamos propondo alterações – voltando para a Câmara, vamos ter divergências.

Mas a proposta que eu estou trazendo aqui, recepcionando emendas de mais de uma dezena de Senadores e Senadoras, desta Comissão e da Casa, incorpora muitos pontos importantes, colocados na carta das entidades, trazidos aqui nas audiências que tivemos. Audiências que foram emocionantes, porque pessoas contaram aqui suas histórias de vida, populações, representantes, como a Sônia Guajajara, como outros colegas que estiveram aqui, a representante do Conselho Nacional de Seringueiros, trouxeram aqui observações que eu entendo, como Senador da Amazônia, do meu Estado do Acre, tendo trabalhado uma vida com o Chico Mendes, tendo trabalhado com Marina Silva, como disse aqui o Senador Capiberibe, tendo sido Governador do Acre, eu entendo que eu não poderia me omitir, não poderia. E o Presidente Otto sempre me orientou: ouça, leve em conta e tente incorporar as observações que estão chegando.

E entendi que... essa matéria ficou na Casa Civil, durante meses, o tempo não foi usado para as audiências públicas, que poderiam ter ajudado em uma melhor formulação, do ponto de vista das populações tradicionais. Sou da Base do Governo, sou da Bancada do Governo, mas eu não posso fechar os olhos aos equívocos que cometemos, por divergência dentro do próprio Governo. O certo é que as audiências estruturadas não aconteceram.

Faço uma ressalva, com todo o respeito aos demais Ministérios, a SRI tem procurado dar a sua contribuição aos técnicos que estiveram comigo, mas ressalvo aqui o esforço do Ministério do Meio Ambiente de tentar ouvir, mas aí era um Ministério só. Porque há divergência em setores do Governo. Mas agora estamos aqui procurando uma convergência.

E eu digo que a maior parte dos pontos que estou recepcionando, no meu Relatório, que a Comissão de Meio Ambiente do Senado recepciona, ela vem das preocupações das populações dos povos indígenas, das populações tradicionais e das entidades que trabalham o movimento socioambiental brasileiro.

Então, eu tenho uma satisfação de registrar e agradecer a contribuição que deram. Não vi nenhum radicalismo no sentido de querer tirar direitos do setor produtivo, ao contrário, procuramos preservar os pontos que todo setor da indústria que aqui veio e apresentou sua posição, todos os pontos vinculados ao setor – do agronegócio, inclusive – estão preservados.

O que nós fizemos, no nosso Relatório, foi um trabalho no sentido de dar segurança jurídica, de garantir direitos, de garantir conceitos, de garantir um papel de protagonista, nessa lei, que não pode ser minimizado ou desprezado, para quem é objeto dela, que são as populações tradicionais que estão, diretamente, ligadas ao conhecimento tradicional e diretamente ligadas à uma parte importante da lei. Elas não terão acesso à biodiversidade, ao conhecimento tradicional se não acertamos a mão na repartição de benefícios.

Esse é o objetivo. Está estabelecido na Constituição quem é dono do patrimônio genético, no art. 225. E é exatamente isso, Senador Walter Pinheiro, meu querido colega, que deu hoje uma contribuição extraordinária, para que encontremos uma formulação, com a experiência que tem, de procedimento de uma matéria complexa como essa, que corre em cinco comissões.

E ainda temos um problema, Senador Walter, para o qual queria pedir a ajuda de V. Ex^a: nós não temos o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Constituição e Justiça obrigatoriamente tem de dar um parecer sobre esse projeto. Nós não temos nem presidente nem relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Temos de cuidar disso até terça-feira, para que essa etapa também seja vencida.

José Maranhão era o que estava sendo indicado. Vou procurar por ele imediatamente, encontrar um relator que possa nos ajudar, na confiança, a levar em conta as audiências coletivas que fizemos, para que, na terça-feira, quem sabe, havendo um entendimento amanhã, na votação de amanhã, possamos estabelecer o prazo, para que esta matéria chegue até o Plenário.

Então, esse é o relatório que apresento e faço isso em memória do Chico Mendes, em memória dos povos que trabalham, que cuidaram e cuidam da nossa biodiversidade, fazendo um apelo aqui, nesta carta que fiz aos Senadores, esperando o voto e a compreensão.

Os conceitos, os termos, as garantias que estamos trazendo não fazem parte de uma luta ideológica, fazem parte dessa formação da cultura, das tradições, do respeito ao meio ambiente, do respeito às populações tradicionais no Brasil.

Então, tomara que prevaleça o bom senso aqui na Comissão, nas demais comissões, no Plenário do Senado e na Câmara dos Deputados. Não vai ser fácil, porque, se o projeto for aprovado da maneira em que chegou aqui, ao Senado, há um mês, ele deixará numa insegurança muito grande uma parte importante desse projeto, que são as populações tradicionais; deixará uma insegurança muito grande no acesso à biodiversidade, ao nosso patrimônio genético.

Não estou tirando o mérito dele. Esse projeto, o PL nº 2, de 2015, avança muito em relação à legislação em vigor neste País – muito mesmo, muito mesmo –, mas tem defeitos na sua origem, que podem ser reparados. Há ajustes necessários a serem feitos.

E o que faço, com tranquilidade, sem nenhuma soberba, fruto de um trabalho que não foi meu, mas dos colegas Senadores que apresentaram emenda e também do movimento socioambiental, que me ajudou, e de todos da comunidade científica, o que faço aqui é apresentar o resultado, no meu relatório, de um trabalho coletivo feito nesses poucos dias em que tive a oportunidade de trabalhar.

Então, é isso. Fiz até uma audiência pública no Acre, fiz uma audiência pública com representantes de seis Ministérios, trabalhei com o Ministério do Meio Ambiente, com a comunidade científica, e trabalhamos intensamente com os representantes do tão rico movimento socioambiental brasileiro.

E hoje ponho à disposição da Comissão, da população em geral, dos Senadores o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Apenas para destacar o trabalho do Senador Jorge Viana. Fui testemunha do seu empenho e da energia que dedicou a esse relatório. Eu considero um relatório primoroso, porque abrange exatamente as preocupações de vários Senadores. E a minha expectativa...

Primeiro quero agradecer ao Senador Jorge Viana ter acolhido várias sugestões dos Senadores e dizer que realmente estou muito impressionado com a capacidade do Senador Jorge Viana, com a dedicação, com o trabalho. Ele ouviu as organizações da sociedade civil, que fizeram várias sugestões e que, inclusive, me apresentaram uma proposta de projeto.

Eu espero que consigamos chegar a um denominador comum, que esse relatório atenda, porque é importante para o País.

Parabéns, Senador Jorge Viana. Toda a minha admiração e meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria também destacar o trabalho do Senador Jorge Viana, um operoso relator, porque trabalhou intensamente, nesses últimos dias, para trazer aqui seu relatório.

Passo a palavra ao Senador Donizeti e depois ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, apenas para registrar a minha admiração.

A percepção que a vida e a minha família me ensinaram diz que o mundo é movido a trabalho e a paixão, e o Senador Jorge Viana demonstrou toda a paixão que tem por essa riqueza natural que herdamos de Deus e que precisa estar a serviço da humanidade como um todo, assim como todo o conhecimento, tudo o que a humanidade desenvolve.

No relatório, quero parabenizá-lo pela coragem, porque, desde o dia que iniciei, voltei minha atenção para esta matéria e o que vi é que ela tinha pressa, não deveria ser alterada, porque precisava ser aprovada com rapidez, para não voltar à Câmara. Senador Jorge Viana, meus parabéns, então. Estou aqui pronto para caminhar nesta trincheira da defesa do relatório, porque acredito que as coisas que foram acrescentadas por parte do Senador e por parte de V. Ex^a são muito importantes para a vida do nosso País.

Parabéns também ao Presidente Otto, que escolheu o homem certo para a hora certa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente Senador Otto Alencar, que, na verdade, terminou se deparando, na sua chegada, com uma das questões, Senador Jorge Viana, mais importantes dos últimos tempos. Lamentavelmente – esse foi o motivo até da nossa reunião, hoje de manhã, na Ciência e Tecnologia –, nós, no Senado, ficamos com o tempo muito curto para discutir uma matéria dessa magnitude, mas acho que a proeza, principalmente desta Comissão, Senador Otto, claro que o Relator desta Comissão –

não desmerecendo os outros, mas, até pelo seu perfil, pela sua história, pela vivência, experiência e convivência –, terminou trazendo grandes contribuições.

Os debates promovidos, Senador Otto, foram importantíssimos. Eu acessei o material, tive essa preocupação e acho que todas as contribuições foram convergindo para o que eu poderia chamar até de tripé da biodiversidade: o acesso; o benefício, como você faz a chamada repartição do benefício; e o desenvolvimento, que eu considero importantíssimo, uma área muito, muito cara para nós, Senador Otto.

Lamentavelmente, apesar, Jorge, de termos essa megabiodiversidade, essa oportunidade, temos um baixo nível de aproveitamento de desenvolvimento, e eu diria até de consequência desse cenário de biodiversidade que temos. Por que isso? Um dos pontos tem a ver com várias das abordagens feitas por V. Ex^a na questão não só do projeto, mas também na hora de aceitar algumas emendas, que foram os empecilhos colocados, ao longo dos anos, com relação à política de desenvolvimento para essa área.

Nós tivemos vários problemas, ao longo dos anos, no Brasil, acerca dessa questão, principalmente com os fármacos. Houve também o não aproveitamento das condições, Senador Otto... Vou dar um exemplo da nossa querida Bahia. Em Estados como Bahia, Rio de Janeiro e o próprio Rio Grande do Sul, nós potencializamos polos petroquímicos de grande excelência, mas fizemos a ligação entre esse polos e essa questão da nossa biodiversidade para o estímulo, por exemplo, à indústria de fármacos, eu diria, de forma muito tímida, muito rebaixada, e, por diversas vezes, perdemos essa disputa no cenário mundial e perdemos oportunidades.

Quando eu falo que essa área é muito cara, muito sensível, ela é também uma área de muita incidência. Portanto, se, por um lado, temos dificuldades na Amazônia, Jorge, Amazônia como um todo, não o Amazonas, do ponto de vista do desenvolvimento, a potencialização dessa questão da biodiversidade era um elemento decisivo, do ponto de vista econômico, para a redenção da própria região.

Acho que o ponto tocado pelo Senador Jorge Viana, do acesso, e, principalmente, essa expectativa de envolver as comunidades, com uma visão de tirar as travas, imaginar o desenvolvimento num horizonte cada vez mais, eu diria, combinado com o que está acontecendo no resto do mundo, antenado com o tamanho que temos e a necessidade de assumir o controle de diversas frentes, nessa área da biodiversidade, essa combinação toda nos coloca diante de uma responsabilidade muito grande.

Por isso, pegar essa matéria e devolver, exclusivamente, sem nenhum tipo de abordagem, sem aproveitar, inclusive, as contribuições que, ainda que muito rápidas, chegaram aqui, mas foram contribuições decisivas, seria um erro de nossa parte. Seria um erro. Alguém pode alegar que isso ficou parado durante muito tempo, mas o Governo não tem, Jorge – falo isso tranquilamente –, o direito de nos cobrar agora aceleração, quando isso ficou, de certa forma, muitos anos, muito tempo paralisado na estrutura de governo para vir para cá.

Então, é importante, ainda que esse tempo, e foi esse esforço que a gente fez ainda agora na Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Otto... Desde ontem, eu buzino o juízo do Senador Jorge Viana. Tentamos nos falar ontem diversas vezes. Hoje de manhã cedo, assim que desembarquei em Brasília, liguei para ele. Saí da minha casa hoje 4 horas da manhã para ir para o aeroporto, sei como é, o torcedor do Vitória sempre vai um pouquinho depois, chega depois... Vai chegar na frente, mas chega um pouquinho depois, mas isso é normal. Ele vem num voo mais tarde, de 6h20, eu vim no voo de cinco e pouco, então, tentamos, hoje de manhã, fazer um acordo, tanto é que o Jorge brincou comigo, perguntou se eu tinha dormido aqui. Mas a gente conseguiu, Senador Otto, fazer uma costura com as comissões. Não permitimos que o relatório de Telmário fosse votado na Comissão de Ciência e Tecnologia, não por discordar do relatório, mas para poder absorver num relatório só as contribuições das diversas comissões. Se, porventura, vamos produzir divergências, vamos destacar as convergências e levá-las ao Plenário, para que a gente possa ganhar tempo e, ao mesmo tempo, ampliar o leque de sugestões aportadas a essa matéria.

Portanto, acho que a gente conseguiu fazer um bom trabalho. Volto a dizer que esta Comissão deu uma contribuição decisiva, Senador Otto, porque aqui existe uma gama de experiências concentrada nessa área, pela presença de Senadores que têm uma longa vida nisso. Infelizmente, não pude fazer parte. Se o Senador Jorge Viana quiser dar uma contribuição maior ainda, ele pode preencher esse furo da CCJ, viu, Senador Otto. Há uma vaga de Vice-Presidente da CCJ para a Bancada do PT. Então, se o Senador Jorge Viana quiser assumir, ele já chega, como dizia o velho Romário, nem chegou direito, mas já senta na janela. Portanto, dá para ele ser Vice-Presidente da CCJ já assumindo, sentar com o Senador Maranhão e já assumir até a relatoria do projeto pela CCJ, o que já daria uma contribuição definitiva, já dá para a gente solucionar um problema na CCJ.

A expectativa nossa é que, agora de tarde, a gente consiga, Senador Jorge Viana, sob a sua coordenação, promover o encontro das diversas propostas, para que, até amanhã, a gente consiga arrematar isso nas comissões temáticas. Nós convocamos a CCT, extraordinariamente, para amanhã de manhã, na expectativa de que, na próxima terça ou na próxima quarta, a gente consiga já levar isso ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro.

Estamos concedendo vista coletiva para apreciação do relatório do Senador Jorge Viana e, antes de convocar uma reunião para amanhã às 9h, para a apreciação do Parecer do Senador Jorge Viana, quero submeter aos Srs Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior, que será publicada no *Diário do Senado Federal*, reafirmo aqui esta convocação para amanhã, às 9h, de reunião extraordinária par apreciar essa matéria e o relatório do Senador Jorge Viana.

Acredito, Senador Jorge Viana, que o seu trabalho foi muito bom, destacando aqui várias proposições que foram feitas nas audiências públicas. Acredito que algumas serão de consenso e outras, não, mas vamos apreciar e destacar aquilo que for conflitante com o seu relatório.

Está encerrada a reunião.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Benedito de Lira, Luiz Henrique, Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha e Hélio José. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Douglas Cintra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM ÚNICO) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2015 – Não Terminativo. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. Durante a reunião, foram apresentados novo relatório pelo Senador Jorge Viana; voto em separado pelo Senador Ronaldo Caiado pela aprovação do projeto e rejeição de todas as emendas apresentadas; e sete requerimentos de destaque, de autoria dos Senadores Ronaldo Caiado, Reguffe e João Capiberibe. Na discussão da matéria, usaram da palavra os Senhores Senadores Ronaldo Caiado, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Douglas Cintra e João Capiberibe. Em razão da apresentação de novo relatório pelo Senador Jorge Viana, é concedida vista coletiva do projeto, nos termos regimentais, sendo suspensa a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos e marcada a reabertura para as quatorze horas e trinta minutos. A reunião é reaberta às quinze horas. Colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1-U, 2-U, 7-U, 13-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 28-U, 29-U, 34-U, 36-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 48-U, 54-U, 58-U, 60-U, 61-U, 65-U, 66-U, 79-U, 84-U, 90-U, 95-U, 97-U, 102-U, 106-U, 107-U, 113-U e 120; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pelo oferecimento de 17 emendas de relator. Vencido o Senador Ronaldo Caiado, nos termos do Voto Em Separado. Rejeitados os destaques apresentados pelos Senadores Ronaldo Caiado, Reguffe e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço, por favor, que os senhores se acomodem e encerrem a discussão paralela no plenário para começarmos a reunião.

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Item único:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2015

– Não terminativo –

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto; das Emendas nºs 1-U, 2-U, 7-U, 13-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 28-U, 29-U, 34-U, 36-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 48-U, 54-U, 58-U, 60-U, 61-U, 65-U, 66-U, 79-U, 84-U, 90-U, 95-U, 97-U, 102-U, 106-U, 107-U, 113-U e 120; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pelo oferecimento de 17 emendas de relator.

Na reunião de ontem, o Senador Jorge Viana fez a leitura do seu relatório, dando prosseguimento à discussão.

Eu passo a palavra ao Relator para os esclarecimentos que julgar necessários.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tivemos hoje pela manhã um rápido encontro com o Senador Jorge Viana, e esta matéria teve um avanço em alguns pontos, dentro do entendimento das duas consultorias.

V. Exª sabe que a matéria foi sobrecarregada num horário em que nós temos, na mesma hora, o adiamento dela para as 11h cumulativamente com a Comissão de Constituição e Justiça.

O nobre Relator está apresentando aqui um novo texto para poder chegar a um entendimento.

A proposição que faço... Sei que ela está em regime de urgência, mas, já que nós chegamos ao texto final, em relação aos acordos e os avanços que poderão acontecer, nós não temos mais como avançar, ou seja, fora aquilo que está no texto do Relator, nós vamos agora destacar os outros pontos.

A proposta que faço é que, como há dúvida por parte nossa em relação aos pontos que foram alavancados ou alterados e em relação ao comportamento daqueles que não foram acordados, como tal, Sr. Presidente, V. Exª nos desse vista da matéria por duas ou três horas no máximo e convocasse uma reunião entre os Relatores e os demais colegas que compõem a Comissão, para que nós acertássemos o rito de votação, como ele será.

Temos os cinco pontos que o nobre Relator Jorge Viana discutiu com a nossa assessoria. Se esse ponto é convergente, ele já vem no texto. Fora esses cinco pontos, quanto aos demais dez pontos, V. Exª dará o destaque nominal de cada um?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É claro, sem dúvida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sem dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Isso é regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

Agora é exatamente meio-dia. É meio-dia e dois minutos. A Comissão de Constituição e Justiça, neste momento, está tratando de um assunto sobre indenização de terra indígena. Há uma PEC, neste momento, sendo votada na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu pediria a compreensão de todos. Acredito que duas horas não vão interferir em nada, nem a mais nem a menos. Os que não participarão de outra Comissão poderão almoçar. Nós vamos à Comissão de Constituição e Justiça. Voltaríamos aqui já acordados.

V. Exª acaba de me tranquilizar, dizendo que a Presidência garantirá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sem dúvida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...a votação dos destaques, das emendas destacadas, nominalmente. Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Inclusive, Senador, o art. 312 do Regimento é muito claro quando diz que os destaques serão votados em plenário, mas não especifica se isso se dá no plenário da Comissão ou no plenário do Senado. Pode ser aqui ou lá. Poderão votar de acordo aqui ou, então, lá no plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, já que estamos numa etapa da Comissão, acho que precisamos produzir...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu posso...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, hoje, tomei o cuidado de chamar um consultor experiente da Casa para exatamente levar em conta essa preocupação do Senador Caiado sobre qual procedimento vamos ter de votação. Eu, se puder, queria expor o que ouvi e que está baseado, salvo engano, no art. 300 do Regimento do Senado, que estabelece todo esse regramento.

No fundo, nós teríamos de votar aqui um texto base. Temos de votar o texto base. Votado o texto base, se há um entendimento do que é um texto base, há emendas que eu, como Relator, estou querendo recepcionar, além desse texto base acordado. Os Senadores podem pedir destaque dessas emendas por discordarem delas. Mas elas vão ter de ter um parecer aqui, na Comissão. Todas elas terão um parecer favorável ou de rejeição.

O que temos de fazer aqui, então? Votar o texto básico, ver as emendas que virariam destaques. E teríamos de fazer a apreciação delas aqui, na Comissão. Não há como não fazê-lo, porque são emendas apresentadas formalmente ao texto do projeto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Votado isso aqui, mesmo que essas emendas tenham sido rejeitadas, pode haver um entendimento no sentido de elas serem apresentadas num requerimento no plenário – falo do destaque dessas emendas – para entrarem no debate.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ou seja, podem-se apreciar por duas vezes as matérias que são objeto do destaque, mas tem de haver a votação aqui do texto básico.

O que é que a gente tem? Quero até entender um pouco melhor a sugestão do Senador Caiado.

Acabou de chegar... Eu tinha feito 15 propostas de alteração ontem. Algumas são de redação, de ajuste. Cinco delas têm um significado mais forte ainda de polêmica. Nós conseguimos chegar a uma formulação que, parece-me, pode fazer parte do texto base, se ficarem esses cinco pontos. Seriam reduzidos para dez os pontos sobre os quais teríamos de fazer um debate e discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, acho que isso é razoável. Ou seja, de ontem para hoje, em pontos importantes que envolvem questões centrais desse projeto, podemos ter um entendimento. Daríamos conhecimento disso aos colegas. E teríamos dez pontos que... Por exemplo, povos indígenas, populações indígenas, esse é um ponto em que não há entendimento. Teríamos de deliberar. Isso pode virar um destaque no plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sou o último orador inscrito na CCJ. Estão me chamando lá.

Eu faria um pedido a V. Ex^a: como o texto final está sendo redigido e como V. Ex^a vai apresentá-lo com o entendimento dos cinco pontos, eu pediria que nos desse exatamente essas duas horas. É só esse o fato. V. Ex^a nos daria duas horas, para que, nesse texto que V. Ex^a altera, pudéssemos exatamente chegar a um ponto de acordo.

E já viríamos com apenas dez pontos de discussão, e não quinze. Pronto. Só isso que peço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, esse projeto já foi discutido, rediscutido. Eu já deixei de colocá-lo em votação para votá-lo hoje. Então, acho que nós devemos votar esse texto básico, e, como sugeriu aqui o Senador Jorge Viana, as emendas e os destaques serão observados *a posteriori*. Acho que não temos mais como adiar essa votação, depois de tanta discussão. Foram três audiências públicas. Ontem, nós discutimos isso, adiamos para hoje. Esperei com toda a tolerância aqui. Marquei para às 11h e começamos agora, às 12h, praticamente, a discussão.

Então, acho que devemos votar esse texto básico, e os Senadores terão a oportunidade de apresentar os destaques das emendas para votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, só cumprindo o Regimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria um encaminhamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Apesar da tolerância de V. Ex^a, o Regimento me garante pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu sei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, como tal, em caráter de urgência... Eu quis fazer um acordo de procedimento, mas para não fazer nenhuma questão de ordem, nem requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Isso é regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Se houve alteração do texto, eu requeiro a V. Ex^a, então, a prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Se houve alteração do texto, V. Ex^a tem todo o direito de pedir vista. Esse é um direito regimental de V. Ex^a. Não tem nenhum problema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por isso que eu não queria perder a oportunidade, porque desde ontem nós estamos trabalhando, virando noite, tentando fazer o melhor entendimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como os próprios entendimentos que fizemos, nos cinco pontos, significam modificação no que apresentei ontem, o Senador Caiado tem todo o direito de pedir vista, porque há modificação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só que as modificações que estou fazendo de ontem para hoje são as que são objeto do entendimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aliás, já chegaram os cinco pontos com a redação, do jeito que verbalizei ainda há pouco.

Por isso, acho que o melhor, se ainda houver tempo, tendo em vista a importância dessa matéria, seria propor o seguinte: eu poderia iniciar aqui, Senador Caiado, tranquilamente, apresentando as modificações com a ausência de V. Ex^a; as modificações que estou trazendo nesses cinco pontos, que são objeto de acordo. Colocaríamos. Vamos demorar pelo menos uma hora ou quarenta minutos para expor esses aspectos, esses quinze pontos para os colegas. E, quando V. Ex^a retornar, nós faríamos a apreciação dos quinze pontos, que são os mesmos de ontem, cuja cópia já passamos para todos os Senadores, em que há uma divergência. Aí, certamente V. Ex^a vai pedir destaque, e nós poderíamos debater e votar separadamente cada um dos destaques que V. Ex^a apresenta.

Mas acho que o ideal era que conseguíssemos, aqui, um entendimento, já que trabalhamos tanto e já alcançamos alguns, inclusive, importantes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Caiado, como lá, na Comissão de Agricultura, houve uma questão dessa, houve modificação que permitia o pedido de vista, e, se não me falha a memória, a vista é por 24 horas, nós fizemos um acordo na Comissão de Agricultura, por consenso de todos, que essa vista fosse, por exemplo, por duas horas, para poder contemplar isso. E lá, na Comissão de Agricultura, a gente fez, retornou duas horas depois, e tocou o barco. Então, para evitar, do meu ponto de vista, que o Senador Caiado, de repente, peça vista por 24 horas, a gente poderia fazer esse acordo de pedir por 2 horas e retornar. Assim, a gente o atenderia e faria a votação hoje.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quanto a essa ponderação que faço, agradeço a posição de V. Ex^a.

Sr. Presidente, até porque sabemos, regimentalmente, que emenda de relator não tem número. E, como tal, emenda de relator não pode ser destacada. A preocupação que nós temos é que realmente a gente possa ler no texto o que está no texto.

Sr. Presidente, nós temos um pouco de experiência desde o Código Florestal Brasileiro. Então, nós já temos certa vivência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos suspender a reunião por uma hora, quarenta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Caiado, vou conceder a palavra ao Senador Reguffe.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Dentro daquilo que foi redigido, está no texto. Pronto. Temos acordo no texto, não precisamos destacar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, esse é um projeto, sem dúvida nenhuma, importante para a sociedade brasileira.

Quero aqui, primeiro, parabenizar o Senador Jorge Viana pelo trabalho, pelo relatório dele. Melhorou, sem dúvida, o projeto original, encaminhado pela Presidência da República. Também o PLC nº 2, de 2015, que contém a versão final, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O seu relatório apresentou medidas importantes, como, por exemplo: contemplou as emendas dos Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Telmário Mota, para fazer constar em todo o texto as expressões “povos indígenas” em vez de “populações indígenas”, reconhecendo a sua identidade cultural e sua autonomia, reconhecendo-os como sujeitos de direitos coletivos. Outra iniciativa importante é a que torna obrigatória, e não facultativa, a oitiva dos órgãos de defesa dos povos indígenas. Então, eu considero que houve avanços no relatório do Senador Jorge Viana.

Agora, eu queria fazer um apelo ao Relator para que eu pudesse votar favoravelmente ao projeto. Se esse apelo não for contemplado, eu vou ter que dar meu voto contrário a esse projeto.

Eu falei aqui, Sr. Relator, dos avanços do seu relatório com relação tanto ao projeto original da Presidência da República quanto ao projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Agora, eu não posso concordar com essa anistia de multas a empresas e organizações que descumpriram a legislação de proteção ao patrimônio genético e à biodiversidade brasileira. Com isso eu não posso concordar. Isso soma R\$214 milhões, que é um dinheiro que teria que ser recolhido aos cofres públicos, é um dinheiro do contribuinte portanto, porque o Estado brasileiro é do contribuinte. Apesar de menos de 0,01% ter sido pago ao Ibama... O que se mostra mais grave ainda, porque as empresas descumpriram a legislação e não recolheram as multas. Não pode o Congresso Nacional simplesmente dar uma anistia fiscal para essas empresas. Isso é um incentivo para que as empresas continuem com práticas que não são corretas em face da legislação vigente no País. Penso que não devemos nunca premiar o inadimplente, devemos sempre premiar o adimplente.

Então, eu não concordo com essa anistia a essas multas e faço um apelo: Sr. Relator – eu pediria só um pouco da atenção de V. Exª –: como V. Exª melhorou muito o projeto original que veio da Presidência da República, o projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e esse é um projeto importante para a sociedade brasileira, eu queria fazer o apelo que se retirasse isso do seu relatório. Não há por que dar uma anistia a empresas que descumpriram a legislação. Se essa anistia ficar, meu voto vai ter que ser contrário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para mim é uma satisfação enorme, uma honra, poder ouvir os comentários do Senador Reguffe, que, desde que chegou aqui, tem mostrado um alto grau de exigência em relação ao nosso comportamento, em relação à nossa atividade.

É um aspecto importante o que V. Exª resalta. É óbvio que a mim cabe, como Relator... Por exemplo, no Código Florestal não pude contar com o voto do Capiberibe, foram sete votos contra no plenário. Eu compreendi, mas fiquei sentido, porque temos uma história de vida.

Eu queria tomar a liberdade de... Eu vou solicitar ao Presidente um caminho, mas eu queria que usássemos um pouco do tempo que certamente vamos precisar para deliberar sobre a matéria para, inclusive, trabalharmos esse aspecto que V. Exª traz. Eu não tenho nenhum problema, mas, no fundo, nós temos uma soma enorme de notificações, de multas aplicadas em decorrência de uma lei ruim que nós temos de acesso à biodiversidade. Nesse aspecto eu não estou ponto culpa em nenhuma indústria, em nenhuma atividade industrial. Muita gente, inclusive, foi moralmente destruída, foi chamada de biopirata, mas estava com intenções boas, de ajudar a comunidade. Outros estavam com más intenções e foram pegos no meio do caminho, foram punidos.

O certo é que – reforçando até a tese de V. Exª –, até aqui, o pagamento não passou de 0,098% das multas aplicadas, ou seja, é um embate jurídico que não leva a lugar algum. É o pior dos mundos: o Brasil não arrecada, a pessoa que deveria ser punida não está sendo punida e há empresas sendo punidas sem uma base, por conta da insegurança que a lei traz.

No texto que nós estamos fazendo estão ficando bem claras as punições, os valores, as cobranças, nominalmente, quando ocorrer o seu descumprimento. Isso está, inclusive, na minha apresentação, na leitura das sanções administrativas, estabelecendo multas de R\$1 mil a R\$100 mil para pessoa física e de R\$10 mil a R\$10 milhões para pessoa jurídica. Isso está no novo texto.

O que V. Exª traz é como ficam as sanções aplicadas daqui para trás. Tanto é complexo isso que um dos pontos críticos é quem fiscaliza. Nós temos o Ibama como órgão que fiscaliza as atividades decorrentes dessa lei, mas há questões específicas em que o Ibama vai ter que trabalhar associado com a Funai. E há questões – esse é um ponto que estávamos trabalhando, inclusive com Senador Caiado, com o movimento rural – em que eles queriam que o próprio Ministério da Agricultura fiscalizasse, exclusivamente, que é o que está no texto vindo da Câmara. Eu discordo, porque creio que deve haver um órgão de fiscalização no Brasil exatamente por conta dos problemas gerados.

Só para concluir: no texto que estamos fazendo, reconhecemos que há atividades que vão ser desenvolvidas que dizem muito respeito ao Ministério da Agricultura, mas nunca o Ministério da Agricultura fisca-

liza sozinho, mas numa ação conjunta, como com a Funai. Em determinadas situações, Ibama e Ministério da Agricultura, a partir de um regulamento, vão atuar na fiscalização. Essa é a modificação de um quinto ponto, que fecha o entendimento. Ou seja, estamos modificando o que veio da Câmara, melhorando, mas mantendo, porque a espinha dorsal, o órgão fiscalizador é o Ibama. Em algumas exceções, associado, trabalhando junto com o Ministério da Agricultura e com a Funai.

Eu concluo dizendo que, na proposta apresentada, existem custos. Por quê? Porque há repartição de benefício, que é o grande objetivo. O grande objetivo não é arrecadar dinheiro multando uma empresa ou outra. O grande objetivo é que, quando houver acesso ao patrimônio genético, tem que ser com base na lei. Quando houver uso de conhecimento de populações tradicionais, tem que ter repartição de benefício. Esse é o aspecto central da lei. E nós estamos garantindo que, mesmo em casos pretéritos, ocorra a partição de benefício, que, do meu ponto de vista, não significa anistia.

Mas é importante a observação de V. Ex^a, e gostaria de ouvi-lo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só queria fazer um comentário, Senador Jorge Viana.

Se um contribuinte brasileiro, pessoa física, por não concordar, por exemplo, se eu achar que as alíquotas do Imposto de Renda deveriam conceder uma isenção maior para quem ganha menos, em vez de começar a tributar Imposto de Renda com relação ao que o Governo faz hoje, deveria começar a tributar um pouco mais em cima. Isso não permite que a pessoa deixe de recolher impostos ao Erário. Então, a empresa não pode, por discordar da legislação, não recolher seus impostos, porque isso não é permitido ao contribuinte pessoa física no Brasil. Não pode o Congresso Nacional, com uma canetada, simplesmente produzir uma anistia fiscal para as empresas que descumpriram a legislação vigente no País, independentemente de qual seja a legislação.

Eu queria realmente fazer esse apelo porque não considero pedagogicamente correto conceder anistia fiscal. Se quiser mudar a regra para frente, essa é outra história, outra discussão. Agora, conceder anistia fiscal para trás... V. Ex^a fez referência ao Código Florestal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Mas é só multa, Senador, não é anistia fiscal. Estamos falando de multas aplicadas numa lei falha. O Governo brasileiro e o Congresso não fizeram uma lei adequada nem para as empresas nem para as populações.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas que beneficia as empresas, prejudicando o contribuinte, porque teriam que ser recolhidos aos cofres públicos R\$214 milhões. O argumento de que menos de 0,01% foi pago ao Ibama é um argumento que penaliza ainda mais essas empresas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deixe-me apenas fazer um reparo: hoje, a lei é tão ruim, que está cheio de professores da UnB, da Fiocruz, do Inpa, do Museu Emílio Goeldi com multas!

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mudemos a lei, mas não demos anistia para as empresas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu sei, mas é o que eu estou dizendo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai prejudicar o contribuinte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Essas multas foram aplicadas e pesquisadores, cientistas estão sendo chamados de biopiratas sem ser, pessoas renomadas, porque a lei é falha. Eu não estou colocando... Então, o próprio Ibama não...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E não são todas essas autuações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, não são só empresas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas não são todas essas. Pode até ter autuações que talvez não deveria ter, mas muitas, possivelmente, são justas, e nós vamos simplesmente produzir uma anistia?

Então, assim, eu reconheci várias coisas de avanços no seu relatório, como a questão dos povos indígenas, como a questão de tornar obrigatória e não facultativa a oitiva dos órgãos de defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais sempre que se tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional.

Agora, com relação às multas, eu não posso concordar com isso. Eu acho que isso...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe, V. Ex^a pode apresentar destaque suprimindo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se V. Ex^a retirar isso do texto, V. Ex^a vai ter o meu apoio; agora, se não retirar, não tenho como.

No Código Florestal, eu votei contra o projeto do Código Florestal, e não só porque eu era contra a redução das áreas de preservação permanente, a redução das APPs, não só por isso, mas porque também tinha uma anistia fiscal para quem desmatou, e eu também acho que isso não era correto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria só deixar esse apelo, que se retirasse...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senador, eu, como estou relatando também esse PL na CAE, eu quero apenas acrescentar ao senhor, na linha que o Senador Jorge Viana já falou, que essas não são multas em tese reconhecidas. Em sua maior parte, elas são, além de...

Senador! Além de, ao nosso ver, elas serem injustas, tanto é que é consenso entre todos os participantes que elas não existam. Elas foram criadas por algo de segurança jurídica também. Não temos a certeza de que elas poderão ser cobradas. Então, independente de constarem ou não como anistia, elas, em sua grande parte, não serão recebidas. Então, nós estamos apenas criando e deixando demandas judiciais, criando mais gastos do contribuinte para trabalhar juridicamente sobre algo que efetivamente não vai existir.

Então, pedimos a compreensão do senhor. Se o senhor quiser, nós podemos mostrar alguns pontos específicos com relação a como isso aconteceu, a essa quantidade de multas por pesquisadores, por professores, por pessoas bem intencionadas. Então, o que nós queremos do senhor é que o senhor compreenda, que o senhor entenda o nosso projeto para que o senhor possa dar, dentro do seu raciocínio, que nós entendemos e concordamos, de proibidade, que o senhor possa concordar conosco. Só passando para o senhor que realmente foi uma construção que não foi de um dia, de um momento, foi de muito trabalho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só um esclarecimento. No texto da lei está colocado...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No texto da lei está escrito que uma empresa que foi...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – As conversas paralelas estão atrapalhando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Uma empresa que foi autuada e recebeu uma multa ou um pesquisador que também levou uma multa ou, enfim, uma organização, uma instituição. Eles têm que se regularizar com base na nova lei, junto ao CGen, junto aos órgãos competentes. Se houver alguma identificação de falhas que eles tenham cometido e eles tenham que fazer o reparo, fazer essa correção dessa falha, e aí – só aí – vai ser retirada a multa aplicada.

O sentido da multa é exatamente cobrar de alguém o cumprimento de normas, de regras estabelecidas, porque está causando prejuízo. Bem, como a lei é falha, e muitas multas injustas foram aplicadas – outras certamente justas – o texto está trazendo o seguinte: a pessoa que foi autuada, ou a instituição, ou a empresa, vai se regularizar com base no novo texto da lei. Se elas conseguirem essa certificação de regularização, se repararem eventual dano que tenham, cumprir determinados dispositivos que estavam sendo cobrados, aí, sim, aquela autuação dela será dispensada.

Então, isso está colocado porque vai estar garantida, nessa afirmação minha, a repartição de benefício. Então, é um caso que eu não diria... Eu também debati a questão do Código, mas eu acho que esse é um caso bem diferente, porque ele cria as condições e, sinceramente, é com base numa lei muito ruim, que criminalizou quem não merecia, que nós estamos tendo. Então, de alguma maneira, isso pode ser esclarecido.

Mas eu queria aqui pôr o seguinte para os colegas: o Senador Caiado estava aqui, com base no Regimento, poderia, imediatamente, pedir vista e suspender esta reunião. Eu estive com ele conversando, e ele, em vez de pedir vista e suspender esta reunião e atrasar a apreciação desta matéria – ele, que representa um segmento importante, que está com a posição igual ao projeto que veio da Câmara, querendo que aqui não haja alteração, essa é a diferença – e nós estamos fazendo alterações, como V. Ex^a disse, importantes, fazendo ouvir os movimentos socioambientais e fazendo algumas correções boas para os agricultores, e até para o agronegócio, nós estamos querendo fazer o melhor do entendimento. E ele concorda em não pedir vista, pelo menos foi o que ele colocou, em não atrasar a deliberação hoje desta Comissão, se nós pudéssemos suspender esta reunião até às 14h, e voltássemos para votar o texto base. E aí se ele tiver algum destaque para fazer, ele apresenta e o Plenário decide, delibera a favor do meu texto ou a favor da posição do Senador Caiado.

Mas que, pelo menos, a gente tivesse esses pontos acordados incluídos, que eu acho que é importante para o texto base ser votado, e ficariam só os nove ou dez pontos que ele discorda, como essa questão indígena, que ele vai defender que sejam populações indígenas, e não povos indígenas. E eu não vou abrir mão de pôr povos indígenas no meu texto, por exemplo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria só fazer um último apelo ao Senador Jorge Viana: o contribuinte vai ser lesado em R\$214 milhões. Se as empresas tem que recolher R\$214 milhões aos cofres públicos e não vão recolher, o contribuinte vai ser lesado em R\$214 milhões. Entendeu? Isso dá dois hospitais públicos de 200 leitos, equipados, para a população.

Então, eu não posso concordar com isso. Eu queria fazer o apelo para tirar esse ponto. Por que que não pode tirar esse ponto? Se esse ponto é tão irrelevante assim, por que é que não pode tirar do relatório? Não, retirar a anistia para as multas que vieram, que existem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe, V. Exª pode apresentar um destaque fazendo uma emenda supressiva a esse ponto e pôr em votação.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu poderia, também, pedir vista. Eu tenho direito de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode pedir vista também.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu poderia pedir vista de 24 horas, retardar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas pode também apresentar o projeto. Agora nós estamos aqui na quinta reunião discutindo o projeto.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu estou tentando aqui apelar ao bom senso, de que a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª foi o único Senador que colocou essa questão, aqui na Comissão. Ou outros todos concordaram em manter o texto como está.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E o contribuinte vai ser lesado em R\$214 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª pode apresentar um destaque para a votação.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Reguffe, em princípio eu tinha a mesma posição sua. Eu fui discutindo com um, com outro e, por princípio, a gente deveria ser contra isso. Porque, por princípio, a gente não pode abrir mão de receita, por princípio, a gente tem que punir o infrator.

Mas o que acabou me convencendo é que, primeiro, é uma expectativa de receita que na sua maioria não se confirmará porque não tem fundamentação que garanta. Segunda, a lei que levou a isso pune pessoas que não cometeram crime de biopirataria, por exemplo, mas estão multadas.

Acho que agora é uma questão de bom senso nossa, nesse sentido, talvez até melhorar o texto do Relator, se não está como ele colocou, que é a pessoa não tem, imediatamente, garantido o perdão, ele passa por um processo de credenciamento que vai observar os prejuízos, ele vai ter condição de ressarcir o prejuízo, sem aplicação da multa. Ressarce o prejuízo eventualmente causado, sem a punição da multa.

Então, eu penso que, nesse caso, nós precisávamos aqui do seu bom senso, no sentido de que é uma expectativa, que em boa parte não vai se confirmar. É a possibilidade das pessoas se retratarem, se reorganizarem para um processo importante para o País. Acho que a gente poderia abrir mão disso e, no limite, como você tem a posição contrária, fazer o destaque e a gente levar ao debate e à votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bom, a proposta do Relator, combinado com o Senador Ronaldo Caiado, é que suspenderíamos a reunião por duas horas.

Eu consulto os Senadores se concordam com a suspensão por duas horas, na busca de, mais uma vez, ter um entendimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Na verdade, o trabalho feito pelo Relator Jorge Viana faz modificações importantes no texto. Talvez fosse o caso de o Senador Jorge Viana apresentar um substitutivo. Eu estou achando que nós vamos ter dificuldades aqui de aprovar até o próprio texto básico com as modificações que o Senador apresentou.

Não seria o caso, Senador, e eu coloco essa questão, o trabalho que se tem feito é intenso, eu vi, eu acompanhei e, realmente, é um trabalho de profundidade, é um trabalho importante. E consulto se não seria o caso de apresentar um substitutivo? Aí daria para a gente discutir isso e trazer já um texto consolidado para cá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, eu sou mais otimista, mas valem as observações do Senador Capiberibe.

Nesse projeto, nós temos um texto base que veio da Câmara, que na Comissão de Agricultura do Senado foi votado da mesma maneira. O Senador Douglas Cintra é Relator e estamos trabalhando juntos as mesmas modificações, inclusive quero cumprimentá-lo, porque ele tem trabalhado, ontem à noite estava no gabinete.

A Comissão de Ciência e Tecnologia fez proposta de três alterações, apresentadas pelo Senador Telmário, também no entendimento conosco, no mesmo propósito, na mesma busca de aperfeiçoar o texto, como o Senador Reguffe colocou, e V. Exª também, Senador Capiberibe.

Eu queria, primeiro, aqui informar que as modificações que eu estou trazendo estão chegando para os Senadores, e eu queria que fossem consideradas também como lidas, porque eu estou tornando público e passando para os gabinetes dos Senadores. E aqui já já chegam as modificações que ontem eu apresentei,

que foram 15, modificações importantes, que atendem a um segmento importante da sociedade. Porque essa lei trabalha com três vertentes: acesso à biodiversidade; acesso ao patrimônio genético, que nós, inclusive, estamos chamando de patrimônio genético e não material genético, é patrimônio genético; e da repartição de benefício para populações tradicionais.

Isso é central na lei e, exatamente, os beneficiários dessa repartição de benefícios é que estavam se sentindo à margem. Por isso eu recepcionei muitas das propostas que vieram, Senador Randolfe, Senador Reguffe, Senador Paulo Rocha, Senadora Vanessa Grazziotin, são centenas de emendas apresentadas nesse sentido, e eu recepcionei 129 emendas. Em parte, porque elas são coincidentes, muitas delas.

Agora, como o Senador Reguffe está... Então, eu acho que nós temos que decidir, nós vamos ter que decidir, Senador Capiberibe, o Senador Caiado, provavelmente, – eu não posso falar na ausência dele – se ele concordar com os cinco pontos que nós estamos trabalhando, eles vão fazer parte do texto base meu. Mas, certamente, em outros dez pontos ele vai divergir. Ele tem dois caminhos, ou apresenta – como me parece que até já chegou aqui na Comissão – o voto em separado dele, apresentando o projeto de lei como veio da Câmara, porque eu acho que isso nós vamos ter que decidir, aí é o Plenário que vai decidir, ou ele, simplesmente, ele vai votar no meu texto incluindo os cinco pontos, que eu acho que seria o razoável, texto base virar os cinco pontos, e ele pedir para votar separado, nós apreciamos separadamente.

Essas emendas com que o senhor está preocupado, o Senador Reguffe, nós votaríamos uma a uma, ou em globo, essas emendas minhas, contra a proposta do Senador Caiado, ou de outros Senadores que se colocarem numa posição divergente.

Então, vejam só: é possível que nós tenhamos que votar o meu relatório versus o relatório que veio da Câmara, ou, também, votar o meu relatório com algumas modificações – com isso todo mundo está de acordo, inclusive o Senador Caiado –, e, separadamente, em voto separado, apenas os pontos que eles discordam, e que nós temos uma base aqui com afinidade com eles, como a questão dos povos indígenas e outros.

Então, eu acho que é o que vai acontecer. Não vai ser difícil votar isso. Agora, nós devemos, como quer o Presidente, e nós todos trabalhamos para isso, deliberar sobre esse ponto, porque, votando hoje aqui, vai para o Plenário, e lá é possível pedir destaque, em qualquer aspecto do projeto que veio da Câmara e do que está votado em qualquer uma das Comissões.

Então, acho que esse é um aspecto importante.

Agora, eu não quero voltar, Senador Reguffe, mas eu não diria de que existem R\$214 milhões do contribuinte, que nós estamos decidindo aqui.

Senador, o Brasil tem 20% da biodiversidade do Planeta. O Brasil é um dos maiores produtores do agro-negócio no mundo: produção de alimentos e derivados de animais e vegetais. Toda a nossa produção – toda é um exagero, mas a grande maioria da nossa produção agropecuária, toda ela – é de uso de espécies exóticas, seja animal ou vegetal. Cana-de-açúcar, soja, café, boi nelore, frango, nada disso são espécies nativas do Brasil. Nós não usamos a nossa biodiversidade para quase nada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, inclua o coco, que o pessoal pensa que é da Bahia, mas veio de Goa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vejam só, toda a base da principal fonte de renda e do PIB nacional é de espécies exóticas. Sabem por quê? Porque, em 500 anos, a gente não cuida da nossa biodiversidade, a gente não estuda a nossa biodiversidade, a gente não usa a nossa biodiversidade, porque falta regra, falta lei. E mais: os pesquisadores são tratados como criminosos quando tentam fazer um doutorado, fazer uma pesquisa. Isso foi fruto de debate que nós fizemos aqui.

Se há empresas também que agem à margem da lei, não estou questionando, mas há muitas que tentaram se estabelecer na minha Amazônia, na nossa Amazônia, ou aqui no Cerrado, e acessar a nossa biodiversidade, e não conseguiram por falta de lei. Isso gerou não R\$214 milhões do contribuinte. Eu comparo querer receber esse dinheiro, ou chamar isso de dinheiro, a vender terreno na lua, porque eu acho que não existem R\$214 milhões a serem recebidos. Sabe quando de multa o Ibama tem aplicado no Brasil? Cinquenta bilhões de reais aplicados, até onde eu acompanhei. Menos, muito menos de 10% se pagam. Agora, eu posso afirmar que esses R\$214 milhões não são dinheiro do contribuinte. Muito mais da metade disso... É absolutamente equivocada a aplicação desse regramento hoje. E mais: na proposta que deliberaremos aqui, só vai se livrar da multa, da penalidade aquele que partilhar benefícios, aquele que reparar eventual dano ou que se legalizar. No caso da comunidade científica, não tenho dúvida de que vão se legalizar.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu tenho que falar, até colocando o art. 14 do Regimento, eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, pode falar.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tenho direito de resposta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem direito, claro.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria dizer o seguinte: eu elogiei aqui o relatório feito pelo Senador Jorge Viana. Apenas questioneei um ponto. Não estou discutindo o seu relatório. Estou discutindo um ponto dele com o qual eu não posso concordar. Por que não posso concordar? Porque está se dando uma anistia, sim, de R\$214 milhões a empresas e organizações que não recolheram isso aos cofres públicos.

Agora, quando, por exemplo, vão se corrigir os limites de isenção da tabela de imposto de renda da pessoa física, aí não se pode dar nenhum desconto para o contribuinte, que não tem nenhuma ajudazinha. Não pode porque a crise é grande, etc, etc. Agora, o Congresso votar uma anistia a empresas e organizações que não recolheram R\$214 milhões aos cofres públicos, que deveriam ter recolhido, eu não posso achar isso justo. Na própria fala de V. Ex^a, V. Ex^a disse assim: “Vários são injustos, mas também há os que são justos.” Nós estamos fazendo uma anistia aqui para empresas que deveriam ter recolhido aos cofres públicos e não recolheram. Então, não tenho como concordar. Se esse ponto fosse retirado, eu votaria favoravelmente, mas, com esse ponto de anistia às empresas, eu não tenho como ser favorável e meu voto tem de ser contrário, respeitosamente, democraticamente, mas meu voto vai ser contrário.

Eu acho que este País... Isso aconteceu no Código Florestal também, em que, além da redução das Áreas de Preservação Permanentes, criou-se uma anistia fiscal para quem desmatou. Eu não tinha como concordar com isso e votei contrariamente. Acho que é um prêmio a quem agiu na ilegalidade, a quem não cumpriu a legislação. Se o contribuinte, hoje, recebe uma multa do Erário, ele tem de pagar a multa, não pode dizer que a multa é injusta, que não sei o que... Ele tem de pagar. Então, o Congresso, numa caneta, está simplesmente dando um benefício a empresas e organizações que o contribuinte da pessoa física não tem.

E pior: o argumento de que menos de 0,01% foi recolhido é mais grave ainda, porque mostra que descumpriram, ou seja, além de tudo ainda não pagam. Então, eu acho que, em vez de premiarmos o inadimplente, temos que premiar o adimplente, aquele que, com todas as dificuldades da lei, ainda assim faz tudo para honrar com as suas obrigações. É a minha posição, que, respeitosamente, eu tenho de colocar aqui. Eu acho que o contribuinte está sendo prejudicado e eu tenho de defender o contribuinte. É a minha responsabilidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como há um tempinho, eu acho que é um tema importante, e eu até agradeço, mais uma vez, essa ajuda que V. Ex^a está dando. Agora, nós estamos falando de multas. O que significa? Temos situações de multas, porque este projeto está sendo debatido há 20 anos, quando veio a primeira iniciativa da Senadora Marina de 1995 para cá.

Grande parte desses R\$214 milhões que a gente estima de aplicação já prescreveram, porque isso prescreve com cinco anos. Só agrava a situação, mas não há R\$214 milhões à espera de mudarmos um artigo nessa lei. Se tivesse, eu acho que eu estaria associado com V. Ex^a.

Segundo aspecto importante...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas por que não pode tirar esse ponto?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É porque ele está espalhado em pelo menos uns cinco dispositivos na lei. Por isso que é complicado, senão eu já chamaria V. Ex^a para... V. Ex^a está perguntando algo importante. “Bem, olha, eu não gostaria de estar pondo, e não colocaria meu nome se isso significar uma anistia.” Então, eu acho que a gente pode até, nesse intervalo, dar uma trabalhada nisso. Mas todas as pessoas físicas – um cientista, que sempre incluo, porque há muitos, são centenas – estão recorrendo à justiça para não pagar, porque eles acham que têm razão. As empresas também estão recorrendo. Então, não existe uma sentença de que aquilo se recebe ou não se recebe. É parte do processo legal brasileiro essa situação, e a lei traz um dispositivo que diz que: você pode se reparar a eventuais danos. Se se legalizar, pode alcançar até 90% do que estava devendo de multa; você pode realmente não pagar porque você passou a ser incorporado para a atividade, fazendo a repartição de benefícios. Mas aqueles que não fizeram nenhuma regularização vão seguir sendo penalizados.

Eu acho que a gente poderia pegar os dispositivos que tratam e... Não no sentido de convencê-lo, mas no sentido só de dar uma satisfação, porque o ponto que V. Ex^a... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou suspender a reunião, concedendo vista coletiva às modificações propostas pelo Relator. E convocar uma nova reunião para às 14h30 para votação do projeto.

(Suspensa às 12 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Mais cedo o Relator, Senador Jorge Viana, apresentou e fez a leitura do novo relatório, dado como lido, pela aprovação do Projeto nº 2, de 2015, das Emendas de nº 1-U, 2-U, 7-U, 13-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 28-U, 29-U, 34-U, 36-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 48-U, 54-U, 58-U, 60-U, 61-U, 65-U, 66-U, 79-U, 84-U, 90-U, 95-U, 97-U, 102-U, 106-U, 107-U, 113-U e 120; pela rejeição das demais emendas; e pelo oferecimento de 16 emendas de relator.

Informo que foi o Senador Ronaldo Caiado, não sei se ele vai apresentar o voto em separado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sem mais delongas, Sr. Presidente, eu passo ao meu voto.

O projeto em tela, durante oito meses em que tramitou na Câmara dos Deputados, foi fruto de um longo e amplo processo de negociação, envolvendo entes diretamente interessados na matéria, Governo e sociedade civil.

De modo semelhante, o mesmo cenário se reproduz no Senado Federal. O Ex^{mo} Senador Jorge Viana estabeleceu um estreito canal de negociação com as várias esferas interessadas no tema, aprimorando, sobremaneira, o texto oriundo da Câmara na busca pelo melhor consenso. Entretanto, três pontos restaram sem acordo, como detalho em breve síntese.

Primeiro: a expressão “populações indígenas”. O Senador Jorge Viana propõe a substituição de “populações indígenas” por “povos indígenas” ao longo de todo o texto. Entretanto, não podemos concordar com a proposta, vez que o Poder constituinte originário, na nossa Carta Maior, em seu art. 231, §5º, utiliza as expressões “grupos indígenas” e “população” no Capítulo que trata dos índios. Seria adotar terminologia diversa da estabelecida pela Constituição Federal.

Em relação ao item também citado pela Convenção da OIT, é importante que seja dito que convém notar que o uso do termo “povo” para designar comunidades indígenas e tradicionais é rejeitado também pelo Direito Internacional Público por suas implicações políticas. Tanto assim que a Convenção 169, da OIT, que é o único documento internacional que utiliza esse termo, traz logo em seu art. 1º a seguinte ressalva:

Art. 1º.....

3. A utilização do termo povos na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de acarretar qualquer implicação no que se refere a direitos que possam ser conferidos ao termo no âmbito do Direito Internacional.

Ou seja, está bem claro. Também, depois da Emenda Constitucional 45, esse termo de qualquer acordo internacional só passa a ser cláusula na Constituição por esses tratados internacionais se for de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, aprovado de acordo com procedimentos adotados para as PECs. Segundo ponto, no art. 2º, inciso XVIII do projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, deve prevalecer a definição de:

Art. 2º.....

XVII [...] elementos principais de agregação de valor ao produto [...] [que são aqueles determinantes] para a existência das características funcionais ou para a formação do apelo mercadológico [constante no projeto de lei da Câmara dos Deputados].

A proposta do Relator ao alterar a expressão “para elementos de agregação de valor ao produto”, que seriam aqueles cuja presença no produto acabado apenas contribui para a existência das características funcionais ou para formação do apelo mercadológico, acarretará não só o incentivo à utilização de produtos sintéticos, como também o aumento do custo dos produtores que utilizam, que exploram materiais reprodutivos oriundos de acesso ao patrimônio genético.

Terceiro ponto, art. 17 do §10 do projeto de lei oriundo da Câmara. Entendemos que a data limite de 29 de junho de 2000, que isenta da obrigação de repartição de benefícios, deva referir-se ao acesso ao patrimônio genético e não à exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo, sob pena de onerar de forma retroativa toda a pesquisa pretérita.

Essas são as razões pelas quais discordamos dessas três emendas propostas pelo Relator e entendemos que votaremos, ressalvados esses destaques, pela aprovação do texto final, conforme foi entendido com V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado. Ressalvados esses destaques, passo a palavra ao Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só queria antes um esclarecimento, Sr. Presidente. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode ser.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pelo que estou entendendo, o Senador Caiado está, de pronto, pedindo que se destaquem três dispositivos que fazem parte do meu relatório para que a Comissão aprecie esses três dispositivos em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Perfeitamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu também, Sr. Presidente, queria pedir que fossem destacados alguns artigos: o §3º do art. 38 e o art. 33, de acordo com o requerimento que eu protocolei também para votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Art. 43 ou 33? V. Exª falou 33. Acho que é 43.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O §3º do art. 38 e arts. 43 e 46.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

Então, destacadas as proposições do...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nos termos do art. 312, inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... do Senador Reguffe.

Eu passo a palavra...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu pediria só que, por gentileza, o Senador Reguffe, se pudesse, repetisse para qual dispositivo ele está pedindo destaque.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Requeiro destaque para votação em separado e rejeição dos seguintes dispositivos do PLC nº 2, de 2015: §3º do art. 38, arts. 43 e 46, que são os dispositivos desse relatório de V. Exª que fazem menção a essa anistia às empresas, que, na minha concepção, prejudicam o contribuinte deste País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiramente pedir desculpas porque, como Relator desta matéria, fui um dos que solicitaram ao Presidente adiamento, novos prazos... Mas agradeço a compreensão dos colegas Senadores e Senadoras. Inclusive, quero aqui fazer um reconhecimento da importância do próprio Senador Caiado, que tinha vários questionamentos ao meu Relatório, e, em comum acordo, estabelecemos um prazo, a pedido dele, na sua ausência, e foi acatado pelo Plenário, Senador Caiado, para que tivéssemos um tempo – sem prejuízo das posições que temos, que, em muitos casos, são divergentes – para que pudéssemos buscar uma convergência em pontos importantes desta lei que estamos apreciando. O mesmo faço com o Senador Reguffe. O Senador fez vários questionamentos, mas agora traz algo que nos ajuda a dar o tratamento adequado. Inclusive, a debater.

Então, nós temos quatro pontos que estão sendo destacados – quatro pontos não, são quatro destaques: um do Senador Reguffe e três do Senador Caiado. E acho prudente que, encerrada a votação do texto base desta Comissão, que é fruto desse trabalho, faça-se obviamente o debate sobre cada um desses pontos. O Plenário aqui tem o poder soberano de deliberar sobre cada um deles.

Mais ainda, nós temos a possibilidade – mesmo tendo aqui determinada posição, que atende a um lado, certamente, e não atende a outro – de termos espaço regimental de apresentamos os mesmos destaques no próprio plenário.

Então, acho que esse é um procedimento, porque há uma expectativa enorme do setor produtivo brasileiro quanto a esse potencial que a biodiversidade pode gerar. Eu acho que a Câmara fez um trabalho importante, mas ela teve oito meses para fazê-lo; nós não tivemos, estamos aqui fazendo em duas semanas. Isso foi muito prejudicial para o Senado. O Governo teve mais tempo ainda. Mas o certo é que o Brasil hoje tem uma lei que eu seguramente posso dizer, como Relator, depois de ter ouvido tantos especialistas na área, que é uma lei muito melhor do que o regramento que temos hoje. Daí, inclusive, essa insegurança jurídica levar a um número enorme de notificações, inclusive de multas.

Então, Sr. Presidente, eu já tinha apresentado o meu relatório e agora nós estamos acordando aqui que os pontos que apresento, que são 15 modificações, e passam a ser 12 modificações, que, de certa forma, resultaram num entendimento, esses pontos fazem parte do meu texto-base e, obviamente, ressalvados, vamos debater, apreciar e discutir, com as posições que o Senador Reguffe está trazendo, que são posições importantes, que requerem uma reflexão e uma decisão da Comissão.

Eu não sei se podemos dar o seguinte encaminhamento. O que eu peço é que se faça a apreciação do texto-base, incorporando, de pronto, 12 dispositivos que eu estou apresentando. E, obviamente, os três que

compõem os meus 15 serão apreciados de forma separada no destaque do Senador Caiado. A ordem é V. Exª quem vai estabelecer. E faríamos a discussão, a apreciação, o debate e a votação do destaque do Senador Reguffe.

Eu quero agradecer, porque sei que V. Exª já fez elogios que eu não mereço ao relatório, mas de fato V. Exª leu, compreendeu que o relatório avança muito, traz benefícios principalmente para espaços que V. Exª defende, dos movimentos socioambientais, deu mais segurança jurídica para o agronegócio em aspectos importantes, estabelecemos conceitos que vão fazer com que o Brasil possa, inclusive no plano internacional, negociar com altivez temas que esta lei absorve. Mas esse encaminhamento que V. Exª traz eu acho que dá uma melhor condução para termos aqui a apreciação dessa matéria.

Então a minha posição, já que esses pontos foram apresentados... Eu queria, se possível, fazer a leitura pelo menos de cinco pontos que foram fruto também desse trabalho que nós fizemos agora, nessas duas horas, para não perdermos tempo, já que os demais são de conhecimento. Como estamos ressaltando os três pontos que o Senador Caiado apresentou, eu poderia fazer só uma leitura das pequeníssimas modificações feitas, que são substanciais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para uma orientação, Sr. Presidente. Já que nós aqui vivemos uma agenda, na quarta-feira, em que dezenas de atuações nossas em várias comissões coincidam – é algo impressionante –, eu pergunto: já que houve a nossa concordância, assim como de V. Exª e do nobre Relator, em fazer com que esses pontos que não foram concordantes sejam destacados – eu creio que também do Senador Reguffe –, V. Exª vai fazer a leitura e iniciar, depois de feita a leitura, a votação do texto de S. Exª, ressaltados os destaques que foram apresentados, poderia dizer a ordem dos destaques que serão votados? É só para saber, porque, se for possível, eu pedirei apenas meia hora para me ausentar daqui só para fazer a abertura de um evento e retornar, não atrapalhando, de maneira nenhuma, o acordo que V. Exª fez.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª pode ficar tranquilo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu faço as observações do que alteramos, que são alterações importantes dentro desse acordo. São cinco pontos. Em alguns deles não houve alteração; houve a compreensão de quem divergia.

O art. 2º, inciso XXXI, já está naquele material que foi repassado de manhã. Ele trata especificamente... A proposta que eu trago é: no final do conceito de agricultor tradicional, acrescentar a expressão, incluir “agricultor familiar”, que estava fora. Essa é uma reivindicação do movimento social, do movimento da agricultura familiar, e foi acordado o aceite para que não se tenha que ir a voto por conta do entendimento.

Então fica assim o art. 2º, inciso XXXI:

Art. 2º
.....

XXXI – agricultor tradicional: pessoa natural que utiliza variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética, incluindo o agricultor familiar.

É isso que nós estamos fazendo. Com isso atendemos o movimento que representa a agricultura familiar no Brasil. Os que divergiam resolveram aceitar essa proposta. Com ela nós estamos atendendo a muitas emendas, dezenas de emendas de Senadores em várias comissões que tinham essa proposição. Esse é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pediria silêncio, por favor, o obséquio de fazerem silêncio no plenário para que o Relator possa ler com mais tranquilidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O ponto dois: art. 17 – o art. 17 é da maior importância –, art. 17, §9º. Tínhamos um ponto de absoluta divergência, que é o estabelecimento de lista positiva ou negativa para a repartição de benefício. Esse é um problema que se concentrava também dentro do próprio Governo. No texto que nós tínhamos estava estabelecido que seis Ministérios definiriam essa lista. No caso, tínhamos também uma divergência, uma lista positiva, e movimentos sociais apresentavam uma proposta de lista negativa, argumentando que, bem, como nós temos uma biodiversidade fantástica, uma megabiodiversidade, e nós não a conhecemos, como é que nós vamos definir que produtos vamos ter? Tendo repartição de benefício ou excluindo? Obviamente a exclusão, a lista negativa para alguns era o caminho mais adequado.

Nós fizemos uma alteração, porque, vejam só: outra questão clara a todos que nós consultamos é que dificilmente o próprio Governo teria editado essa portaria interministerial... Que fizesse um entendimento entre Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, porque não há aí uma compreensão. Dificilmente essa lista sairia.

A proposta que apresentamos, Sr. Presidente, é substituir, no art. 17, o §9º, não discutir neste momento lista positiva ou negativa e trazer a seguinte redação:

Art. 17

§9º A União estabelecerá por decreto a Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, com base na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Essa incorporação de “com base na Nomenclatura Comum do Mercosul” foi feita nessas duas horas que nós tivemos para chegar a um entendimento. Com essa formulação, não há risco de não ter lista, porque é um decreto do Governo, que vai ser pressionado seja por quem trabalha na atividade industrial ou empresarial de modo geral, no agronegócio, mas vai ser pressionado também pelos movimentos comunitários, pelas populações indígenas, pelas entidades não governamentais para que defina isso.

Então, em vez de fazermos opção por uma portaria interministerial que dificilmente sairia, um decreto tem mais força e pode ser feito a partir do Governo, de modo que resolva o conflito que há entre os seus Ministérios. Esse é o segundo ponto em que nós tivemos um entendimento.

O terceiro ponto. No art. 21, parágrafo único, nós tínhamos a oitiva dos órgãos de defesa dos povos indígenas e comunidades. Estamos fazendo uma alteração. Esse acordo também é importante. Altera a expressão “poderão” para “deverão” tornar obrigatória a oitiva. Está no parágrafo único: “para subsidiar a celebração de acordo setorial”. Então, veja bem, vai ter um acordo setorial, aí é bom que se diga, só num caso. Por isso não dá insegurança jurídica para outras situações, como, por exemplo, acesso ao patrimônio genético. Nós estamos falando no caso de acesso a conhecimento tradicional associado à origem não identificável. Quando se vai tratar de acesso ao conhecimento tradicional, aí sim terá que se fazer a oitiva. Esse foi o entendimento que nós fizemos. E: “Os órgãos oficiais de defesa dos direitos das populações indígenas e tradicionais” – apenas no caso de conhecimento tradicional associado não identificável – “e de comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento”. Então, como a nossa lei está remetendo para mais de 20 regulamentos, vai ser estabelecido como se dará essa oitiva. Mas isso dá segurança para as comunidades, e não tira, não atrapalha em nada, não interrompe nem cria dificuldades maiores, porque a gente está estabelecendo em que caso vão ser ouvidas as comunidades tradicionais. Isso também foi fruto de um entendimento, de um acordo agora.

O quarto ponto trata da competência do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a fiscalização de infrações à lei. Esse era um ponto que veio de lá, estabelecendo que em alguns aspectos só o Ministério da Agricultura fiscalizaria. Então nós tínhamos o Ibama fiscalizando a aplicabilidade desta lei, fazendo a fiscalização completa em toda a sua aplicação, e nós temos também uma referência de que, em determinadas situações, o Ibama, associado à Funai – quando se trata de áreas indígenas, ele se associa à Funai –, fazia a fiscalização. E tínhamos algo estranho, porque o Ministério de Ciência e Tecnologia podia pedir também para ele fiscalizar algo e outros Ministérios também. Havia uma divergência grande nesse aspecto. O MAPA, Ministério da Agricultura, não queria e não quer – e até tem razão, porque em algumas atividades é necessária a presença do Ministério da Agricultura, mas nós não podemos excluir o Ibama, porque senão fica uma lei que... Uma parte dela, a fiscalização e os pontos que V. Exª traz ficariam ainda mais agravados. Nós conseguimos chegar a uma redação: alterar para que a competência de fiscalização de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nas atividades agrícolas, seja exercida de forma articulada – só botamos isso – entre o MAPA e o Ibama. Não se exclui mais o Ibama como fazia o projeto que veio da Câmara. Com isso eu acho que se dá essa salvaguarda e não se tira a prerrogativa, porque algumas atividades dizem respeito, de fato, ao Ministério da Agricultura.

Aplica-se a mesma lógica – é bom que se diga – ao §2º, que já prevê a atuação articulada do Ibama com o órgão de defesa dos índios. Assim também se prevê a articulação do Ibama com o MAPA. Então nós nos inspiramos no que um dispositivo do §2º já traz nas questões que envolvem as comunidades indígenas.

Então fica o texto, a emenda que eu apresento, o art. 29, assim:

Art. 29

§ 3º Nas infrações que envolverem acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, em atividades agrícolas, a competência de fiscalização de que trata o caput será exercida de forma articulada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ibama.

Com isso a gente resolve um ponto muito importante, fruto de um conflito que não tinha fim.

O quinto e último ponto dos que foram negociados: Art. 47, *caput*. Nós estamos propondo suprimir o art. 47 e acrescentar o parágrafo único ao art. 45. Então, vejam só: aqui fala da aplicação de acordos internacionais na utilização de espécies introduzidas. Isso é muito sério e faz com que o Brasil esteja em melhor condição, porque nós estávamos adotando um mecanismo que nos levava a fazer um pouco do que a Europa faz com

o resto do mundo. E nós atuamos sempre contra esses mecanismos que a Europa usa. Com a formulação que estamos fazendo, eu acho que dá segurança para o Brasil atuar. Com a mudança, isenta-se de repartição de benefício, por exemplo, a cana utilizada para fins energéticos e a celulose utilizada para papel. Tudo isso está no conceito de atividade agrícola. São conceitos que a gente alterou. E não vamos romper a aliança que temos com países em desenvolvimento. Com isso nós vamos ter a redação apresentada no relatório, onde se limitava a isenção apenas à alimentação. Então nós estamos mudando para atividades agrícolas.

A redação fica assim:

Art. 45
Parágrafo Único. A repartição de benefícios prevista em acordo internacional não se aplica à exploração econômica de material reprodutivo para fins de atividade agrícola de espécie introduzida no País pela ação humana até a entrada em vigor desta Lei, ressalvada a obrigação prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

Essa inclusão do decreto nos ajudou a fazer o fechamento desse ponto.

Agora são os dez pontos.

O primeiro que estou apresentando no art. 2º, inciso II, diz respeito à terminologia, no PLC, “populações indígenas” ou “povos indígenas”. Como é parte do destaque e nós vamos apreciar daqui a pouco, eu passo adiante.

Art. 2º, inciso IV e demais dispositivos que utilizam o termo “comunidades tradicionais”. Aqui também nós recepcionamos muitas emendas e fizemos uma adequação para aquilo que os movimentos socioambientais, as comunidades tradicionais nos apresentaram. Acrescenta-se em todo o texto do PLC o termo “povos e comunidades tradicionais” em substituição a “comunidades tradicionais”. Isso está colocado. Inclusive a Lei nº 12.512, que é a Lei da Agricultura Familiar, trata exatamente assim – por isso é que houve acordo –: “povos e comunidades tradicionais”. E ela cita, inclusive, “povos indígenas”, mas eu não vou entrar no mérito, porque esse é um destaque.

O ponto dois, art. 2º, inciso XVIII, e art. 17, *caput*, definição de elemento principal, elemento cuja presença é determinante para a existência de características funcionais ou para a formação de apelo mercadológico, é um ponto também destacado. Vamos discutir quando o Senador Caiado chegar. Eu não vou fazer referência a ele.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu tenho um destaque sobre a mesa. É um destaque de supressão do §10 do art. 17. Gostaria que constasse para que a gente pudesse, mais tarde, debater.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, tem mais esse destaque do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Capiberibe, o destaque está aqui e será apreciado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu vou seguir então.

Art. 10, inciso V, remissão à lei de sementes e de cultivares. Também penso que aí – quero elogiar, agradecer às assessorias – nós chegamos a uma formulação importante que eu passo a ler. Estou apresentando uma modificação que vem com um acordo no art. 10. Exclui da vinculação à Lei de Proteção de Cultivares e ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças no segmento final do inciso V do art. 10, a partir de “observados os dispositivos”.

Então no art. 10 estava:

Art. 10. À população indígena e às comunidades tradicionais e aos agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

.....
V – usar ou vender livremente produtos [...] que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

Aí tinha: “Observados os dispositivos da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1999, e 10.711, de 5 de agosto de 2003”. Aqui estamos fazendo um entendimento que preserva o direito de comercialização pelos produtores com a seguinte alteração. E passa segurança jurídica também para quem detém e desenvolveu pesquisas nessa área: “Às populações indígenas, às comunidades tradicionais e aos agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimentos tradicionais associados são garantidos os direitos de”, exatamente igual ao que tínhamos antes, ao enunciado do artigo.

Aí vem o V, a modificação: “Usar ou vender livremente produtos” – aí vem uma modificação que nós fizemos, que deu o acordo –, variedade tradicional local ou crioula, raça localmente adaptada ou crioula – essa foi a alteração – “que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado”.

E tiramos a remissão para as duas leis porque isso dá segurança jurídica, garante um entendimento e atende também aos agricultores familiares. Então, com essa redação, resolveu-se a questão para o grande empreendedor do agronegócio, mas resolveu-se também preservar algo fundamental para os agricultores tradicionais e familiares.

Quarto, que, no fundo, já é o nono desses pontos todos: art. 3º, I e II, sobre acesso à remessa por pessoa jurídica sediada no exterior não associada a instituição nacional de pesquisa e tecnologia. Acho que aqui tem um grupo de Senadores e colegas Senadoras... O texto da Câmara traz a possibilidade de uma empresa estrangeira fazer remessa, mesmo que ela seja sediada no exterior, sem estar associada a nenhuma empresa nacional. Acho que para o acesso à biodiversidade, por precaução, é bom estabelecermos essa associação de uma empresa estrangeira com uma empresa nacional. Então, estamos propondo suprimir os incisos I e II do art. 13, para que pessoa jurídica sediada no exterior tenha que se associar a instituição nacional de pesquisa e tecnologia para realizar o acesso ou a remessa do patrimônio genético. Acho que isso é algo que é importante.

E a redação ficou da seguinte maneira: nós então suprimimos os incisos I e II. Temos, então, o art. 13 sem os dois incisos. Renumerando, fica: art. 2º... O art. 12 está justificando a exclusão que estou fazendo dos incisos I e II do 13. Então vou fazer a leitura:

Art. 12. Deverão ser cadastradas as seguintes atividades:

.....
II – acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada.

Como já está salvaguardado aqui, a gente elimina então os incisos I e II do art. 13 e atende.

O quinto ponto, art. 17, §5º, isenta da repartição de benefícios agricultores e suas cooperativas. Eu acho que aqui é importante, eu até pediria que o Senador Reguffe, o Senador Capiberibe, os Senadores todos e as Senadoras... Vejam só, parece pouca coisa, mas nós tínhamos no projeto, no PL da Câmara, a isenção de repartição de benefício, no art. 17, §5º, dos agricultores e suas cooperativas. E nós estamos acrescentando povos indígenas, comunidades tradicionais no rol, porque fica parecendo que aqui não estão atendidas aí, no caso, as comunidades indígenas nem as comunidades tradicionais. Então com a emenda que nós estamos apresentando, no art. 17, §2º, ficam isentos de obrigações de repartição de benefício, nos termos do regulamento, os agricultores familiares, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar.

Por que a gente está fazendo isso? Para ficar bem claro que quando for a própria comunidade fazendo a exploração dos recursos que elas guardam, não tem que fazer uma repartição de benefícios para terceiro. Isso já veio da Câmara, mas estamos aperfeiçoando e incluindo aqui povos indígenas e comunidades tradicionais que não estavam. Aliás, eles é que deveriam estar.

O sexto ponto, este está em destaque, é o art. 17, §10, de que o Senador Caiado pediu destaque.

Então, vou para o sétimo: art. 19, §2º: “Ato conjunto dos Ministérios disciplinará a forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético”. Então vejam só, isso aqui era importante, porque nós estamos substituindo ato conjunto dos Ministérios por ato do Poder Executivo, sob pena de novamente termos um impasse. Por essa modificação que estamos fazendo, o art. 19, §2º, fica:

Art. 19
§ 2º Ato do Poder Executivo disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.

Nós tiramos os Ministérios, e aqui acho que ficou tanto melhor.

Oitavo. O art. 19, §4º, faculta ao usuário indicar o beneficiário. Então, vejam só, o usuário do patrimônio genético, ele poderia, do jeito que estava no art. 19, §4º, indicar o beneficiário em caso de repartição de benefício na modalidade não monetária. Então, uma empresa cria uma fundação ou faz alguma coisa, e ela passa para ela mesma. Nós mudamos para indicar como beneficiário dessa repartição de benefício não monetário unidade de conservação da natureza, ou seja, quem nós dá, inclusive, a própria biodiversidade, unidade de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas, áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Então fizemos essa alteração.

O art. 19, §4º, fica assim, no caso de repartição de benefício na modalidade não monetária decorrente da exploração econômica de produtos acabados ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético... Estava assim: “O usuário indicará o beneficiário da repartição de benefício”. Isso nós tiramos, essa frase, e segue: “A destinação será feita para unidade de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas, áreas prioritárias para conservação da biodiversidade”. É uma mudança bem substancial que nós conseguimos acordar também.

Art. 48, discricionariedade do usuário acerca da repartição de benefício. Aqui tem algo que parece pouco, mas, pelo §4º do art. 49, o usuário que tiver iniciado o processo de regularização antes da data de entrada em vigor da lei poderá, a seu critério, repartir os benefícios de acordo com os termos da medida provisória e tal. Então, veja bem, tem um usuário que quer fazer a repartição de benefício, mas o termo que estamos usando aqui: “na entrada em vigor da lei” – a lei vai entrar em vigor 180 dias após ser publicada –, eu estou trocando para: “na data da publicação da lei”. Na data da publicação da lei, já temos a lei, quem quiser fazer repartição de benefício, que já está ali estabelecida no regulamento, vai poder fazer. Então, nós ganharíamos tempo e começaríamos a ter a vantagem de termos uma nova legislação. É uma alteração importante, e não houve discordância.

Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não tem destaque do Caiado aí?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, não. Nesse ponto, não. O Senador Capiberibe que apresentou agora.

E o último ponto do meu relatório, aí sobriariam...

O Senador Caiado chegou bem a tempo. Estou acabando de fazer a leitura. Então, o Senador Capiberibe apresentou um destaque, temos os três de V. Exª, o do Senador Reguffe e mais o do Senador Capi, e o último ponto que estou lendo para que possa ser votado o texto-base que apresento, fruto desse entendimento.

Não há dispositivo na proposição do centro de assistência aos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Nós estamos propondo – e é parte da minha proposta do texto-base – que o art.6º, §1º...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não. E o inciso VII:

Art. 6º

VII: promover o estabelecimento e manutenção de um centro de assistência para povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares com o objetivo de propiciar a conscientização e o respeito da importância dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado, bem como de outras questões relacionadas a acesso e repartição de benefícios.

Então, esses são os pontos.

Agradeço mais uma vez a compreensão de todos, assessorias técnicas, movimentos sociais e, de modo muito especial, os Senadores e Senadoras desta Comissão, que nos ajudaram a chegar a um entendimento. Numa lei complexa como esta, nós vamos discutir cinco pontos, graças à compreensão dos Senadores: três que o Senador Caiado está apresentando, e vamos debater aqui na Comissão os que o Senador Reguffe está trazendo, que são da maior importância também, e o que o Senador Capiberibe apresentou. Agradeço a todos.

Sr. Presidente, esse é o meu parecer.

Eu apresento, com essas modificações, o texto-base ao PLC 2, de 2015, fruto do entendimento, ressalvados os destaques. E peço a V. Exª que possa pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Coloco em votação o relatório do Senador Jorge Viana, ressalvados os destaques do Senador Ronaldo, três destaques, do Senador Reguffe e do Senador Capiberibe, portanto, são cinco destaques.

Em votação o texto que acaba de ser lido pelo Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Passo agora, então, a ler os destaques apresentados aqui pelo nobre Senador Ronaldo Caiado, que requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da emenda: expressão “povos indígenas”; também do art. 2º, inc. XVIII, do Projeto de Lei do Congresso nº 2, de 2015; e também do art. 17, §10, do mesmo Projeto.

Portanto eu passo aqui ao Sr. Relator os destaques do Senador Ronaldo Caiado.

Passo a ler o Destaque de nº 1 do Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, a sua assessoria me solicitou que, como são vários dispositivos, fizesse vários requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já recepcionei aqui.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então são três requerimentos: um que pede votação em separado e pede a rejeição do §3º do art. 38; outro, o art. 43; e outro, o §3º do art. 48.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ele fez uma correção importante, por isso tem que ser feito separadamente, assim como o do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

São, portanto, três destaques: §3º do art. 38 do Projeto de Lei 02, de 2015; art. 43 do mesmo Projeto de Lei; e §3º do art. 48 do Projeto de Lei 02, de 2015. E o requerimento de destaque também do nobre Senador Capiberibe que, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer destaque para votação em separado do §10, do art. 17, do Projeto de Lei nº 02, de 2015, lei que vem da Câmara Federal, e do Poder Executivo, que regulamenta o inciso II dos §§1º e 4º do art. 225 da Constituição, art 1º, alínea “j”; do art. 8º, alínea “c”; do art. 10º; art. 15; dos §§3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998, e dispõe sobre acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado sobre a repartição de benefício para conservação e uso sustentável da biodiversidade e revoga a Medida Provisória 2.186/16, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Passo ao Sr. Relator, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu recebi uma contribuição muito grande dos colegas. Pouca gente acreditava que nós faríamos uma votação melhorando inclusive esse texto que veio da Câmara, mas, com entendimento, nós conseguimos.

O procedimento normal para um relator seria pegar os três requerimentos que trazem três pontos importantes – eu já tenho opinião formada – do Senador Caiado e dar um parecer. Seria esse o procedimento normal. A mesma coisa em relação ao do meu querido Senador Reguffe – o do Senador Capi, eu vou observar ainda. Mas acho, queria sugerir, tendo em vista esse ambiente que nós construímos aqui, que, em vez de eu já dar um parecer de pronto, por exemplo, para os pontos que o Senador Caiado está apresentando, que são divergentes diretos do meu, em vez de dar um parecer já desfavorável a ele, pudéssemos ouvir os proponentes, porque só pode falar neste momento, regimentalmente, quem está apresentando o destaque e o Relator. Nós poderíamos aqui, nesse espírito de colaboração, ouvir os ... *(Falha na gravação.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E eu daria um posicionamento. Com isso, não só vou me prender ao que está sendo apresentado formalmente, mas eu me prenderia também a ouvir com atenção os argumentos de cada colega que está propondo esses destaques. Em vez, de pronto, de já dar aqui o parecer, faria uma inversão: ouviríamos primeiro os que estão formulando os destaques, obviamente o autor poderia, o Senador Caiado, fazer uma exposição de cada ponto que está apresentando, depois, eu daria meu parecer, e, aí, teríamos... Não sei se V. Exª concordaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª se antecipou. Eu ia passar a palavra aos proponentes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, não. Perdão, mas a assessoria tinha me informado que quem tem que falar primeiro sou eu; que eu, como Relator, tenho de dizer se aceito ou não o destaque, dar parecer. Estou propondo inverter e ficar por ultimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Daria a palavra para cada um dos proponentes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem de entrega dos destaques, o Senador Ronaldo Caiado, depois o Senador Reguffe, depois o Senador Capiberibe.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Na sistemática proposta pelo Relator, solicito a V. Exª que voltemos ao que foi acordado, ou seja, cada destaque votado em separado. Então, como o meu primeiro é em relação a uma expressão que está em vários pontos do projeto e, como tal, acredito que, seguindo a regra regimental, será o primeiro a ser discutido, eu gostaria de que cada tema discutido fosse também contraditado, a matéria fosse votada e passássemos para o segundo destaque.

Sendo assim, Presidente, então, em relação à expressão “populações indígenas”, eu quero dizer a todos os nobres Pares que essa posição não é uma posição do Senador Ronaldo Caiado, ela é uma decisão do Supremo Tribunal Federal. É importante que seja dito para que não fique parecendo uma luta partidária ou uma luta ideológica. Não. Isso está resguardado na Constituição brasileira – está certo? –, está bem claro que a Constituição brasileira não usa a palavra “povo” ao se referir a indígenas. Ela não usa essa palavra, ela não tem

essa linguagem de povo para referir-se à situação de indígena na Constituição; “povo” é para referir-se ao povo brasileiro como um todo. Esse é o texto e a linguagem constitucional.

O preâmbulo da Constituição está claro:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 1º.....

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Agora, buscando a decisão do Supremo no caso Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal confirma este entendimento e deixa claro que “desabona” – entre aspas –, estou trazendo aqui texto do Supremo Tribunal Federal, os vocábulos “povo”, “país”, “território”, “pátria” ou “nação” indígena, caso Raposa Serra do Sol. Para a Constituição, “povo” é usado apenas para se referir ao Brasil por inteiro. Então, essa é uma posição do Supremo Tribunal Federal quando essa matéria foi colocada, no momento em que uma área significativa do Estado de Roraima foi reconhecida como área indígena. Queriam, naquele momento, reconhecer como sendo “povo”, o povo yanomami, e o Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de julgar no Pleno essa matéria.

As “terras indígenas” [entre aspas] como categoria jurídica distinta de territórios indígenas. O desabono constitucional aos vocábulos “povo”, “país”, “território”, “pátria” ou “nação” [...], os “grupos”, “organizações”, “populações” ou “comunidades” indígenas não constituem pessoa federada. Não formam circunscrição ou instância espacial que se orne de dimensão política. Daí não se reconhece a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica a dimensão de instância transnacional. Pelo que nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatuto normativo para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como “Nação”, “País”, “Pátria”, “território nacional” ou “povo” independente. Sendo de fácil percepção que todas as vezes em que a Constituição de 1988 tratou de “nacionalidade” e dos demais vocábulos aspeados [...] foi para se referir ao Brasil por inteiro.

Decisão nº 3.388 do Supremo Tribunal Federal.

Em relação a uma tese de que há uma citação na Convenção Internacional da OIT, nessa convenção, é importante que nós possamos também explicar que, no momento em que foi redigido esse texto, quando se trata de direitos humanos, todos os tratados de que o Brasil é signatário só se transformam em norma constitucional quando têm a mesma tramitação que uma PEC, ou seja, a votação de três quintos na Câmara dos Deputados, em dois turnos, e também a votação de três quintos, em dois turnos, no Senado Federal. Não sendo assim, tudo aquilo que trata de direitos humanos passa a ser uma legislação supraordinária se não tiver essa tramitação, conforme a Emenda 45 à Constituição brasileira.

Bom, em relação a isso, Sr. Presidente, a OIT também teve cuidado para não colocar em dúvida aquilo que o Supremo Tribunal Federal também deliberou. E a OIT traz no seu art. 1º da Convenção 169 a seguinte ressalva:

Art. 1º.....

3. A utilização do termo “povos” na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional.

Então, a própria OIT deixou claro que ela não está, hora alguma, interferindo, nem criando situações de impor novos limites, criar novas nações, estipular novos idiomas. Pelo contrário, ela se retrai e desautoriza que seja utilizado esse termo, para que amanhã seja recorrida ao Direito Internacional essa condição.

Então, baseado, Sr. Presidente, em normas constitucionais, baseado numa decisão do Supremo Tribunal Federal, baseado numa decisão da OIT, é que peço para que os nobres pares deem apoio a esta matéria que propõe a substituição no texto do nobre Relator. Aquilo que é “povo indígena” que seja colocado “população indígena”. O objetivo final é exatamente esse.

Terminando, eu peço a compreensão e, ao mesmo tempo, o apoio para que possamos alterar apenas esse ponto, que tem o respaldo de todas as normas constitucionais, como também dos acordos internacionais e do Supremo Tribunal Federal, que acabei de citar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Relator quer contraditar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Podíamos consultar o próprio Plenário.

Senador Caiado, o Senador Capiberibe queria contraditar. Nós temos o Regimento, que estabelece que o autor pode apresentar, como V. Ex^a apresentou, com todo o tempo necessário... Então, é o Presidente que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Regimentalmente não há condição de conceder a palavra ao Senador Capiberibe para contraditar o Senador Ronaldo Caiado. Só se fosse o Relator. Então, eu vou colocar em votação o destaque do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Eu vou, então, como acordamos, primeiro ouvir os proponentes dos destaques e depois dar minha posição.

Eu ouvi atentamente o Senador Caiado. De fato, nós estamos diante de uma decisão que é uma escolha que fazemos. O País e o mundo vivem num permanente aperfeiçoamento. Eu tenho clareza de que, quando a Constituição brasileira foi concebida, o Brasil tinha uma maneira de ver suas populações, seus povos indígenas e hoje vê de uma maneira diferente.

Posso citar um exemplo. A política brasileira para as populações indígenas, para o povo indígena, era, se identificado qualquer povo indígena, fazer o contato, estabelecer esse contato e tirá-lo da sua cultura, da sua história de vida, fazendo com que a sua identidade cultural deixasse de existir e eles passassem a ser cidadãos como os não índios, com alguns direitos, é verdade, de território. No final da década de 80, o Brasil chegou à conclusão de que 70% dos povos indígenas contatados – e isso vale hoje, ainda – morrem nos primeiros três anos. O Brasil mudou e estabeleceu que, a partir dali, a política para lidar com povo indígena não contatado era de, a distância, protegê-lo. No Acre mesmo, nós temos hoje povos indígenas que estão ali vivendo. Nós cuidamos, protegemos e eles ainda sobrevivem esperando uma política mais adequada do nosso País para eles.

Então, eu queria só dizer, Senador Caiado, colegas Senadores, que temos, pelo menos, três exemplos do uso da expressão “povos indígenas”. Há a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, mas eu queria me referir à Lei 12.512, de 2011, votada no Congresso, na Câmara e no Senado, que traz “povos e comunidades tradicionais, povos indígenas”. Quero fazer uma ressalva também ao Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que trata também como povos indígenas. De nenhuma lei dessas foi pedida a inconstitucionalidade ou o Supremo faz qualquer apreciação nesse sentido. E é parte hoje de toda a estrutura jurídica que temos aprovada no Congresso.

Queria também dizer que, apesar de a Constituição utilizar a expressão “população indígena”, o Direito brasileiro, como eu acabei de afirmar, utiliza a expressão “povo” no sentido diverso de povo político. Não é mais o povo brasileiro. Nós já estamos adotando.

Eu sei que é uma matéria em que vários colegas no Senado têm uma posição bem clara, como o Senador Caiado, e eu só queria, como Relator, divergir e dizer que eu faço a opção de rejeitar a proposta do Senador Caiado e mantenho a minha proposta, acatando um número enorme de emendas. Cito aqui a dos Senadores: Telmário, Randolfe, Paulo Rocha, Senadora Lídice, Lindbergh, João Capiberibe. E eu recepciono a substituição do termo “população indígena” no texto desse PLC por “povos indígenas”.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, com o direito à replica, só quero dizer que, se nós somos seguidores da Constituição e temos que dar o bom exemplo, se somos seguidores de normas regimentais na Casa, nada mais correto do que que o nobre Relator colha as assinaturas para que a matéria seja votada em emenda constitucional. Eu acho que a instância correta dessa discussão não é esse projeto de lei. Esse projeto é um projeto de lei ordinária, ele não tem poder para mudar a Constituição brasileira. E nós não podemos... Com o respeito a todos os pares, eu posso achar uma coisa, eu posso ter uma opinião sobre uma coisa, agora, a minha opinião não pode se sobrepor à norma constitucional e nem a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é o guardião da Constituição. Como tal, eu acho que aqui não é a instância desse debate.

Acho que esse debate aqui não produz nada neste momento, até porque estamos tratando de outro assunto, não esse especificamente. V. Ex^a concorda comigo? Eu acho que esse tema é um tema em que as pessoas que são defensoras dessa tese têm toda prerrogativa de elaborar uma PEC, coletar as assinaturas e, aí sim, iremos para um debate na Comissão de Constituição e Justiça, e de Plenário.

É a ponderação que faço ao nobre Relator: reconheço que trabalhou fortemente para que nós chegássemos a esse acordo e entendo também a sua posição. Apenas solicito aos nobres pares que nos deem a chance de podermos voltar ao texto, de acordo com regras constitucionais e regimentais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Como há quórum para votação, eu quero até ler aqui o art. 310 do Regimento que diz: “Não terão encaminhamento de votação os seguintes requerimentos: de destaque de disposição ou emenda”. Eu estou deixando a discussão, porque estamos num clima de entendimento. Na verdade, se formos seguir a risca o Regimento, não daria. Mas, como há quórum para votação, eu vou colocar em votação nominal.

Está em votação o destaque do Senador Ronaldo Caiado.

Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Presidente, eu vou cometer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Só votação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vou cometer uma figura de linguagem aqui, um pleonismo. Senador Caiado, V. Exª foi insofismável e cristalino em todas as suas colocações. Eu voto com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu considero que a política é um instrumento de transformação e de mudança na sociedade. Portanto eu gostaria rapidamente de dizer que o povo brasileiro tem uma identidade, uma língua e tem culturas muito semelhantes no País como um todo, mas eu não posso falar isso dos Oiapoti, dos Galibi, dos Caiapó. Cada um fala uma língua diferente. Então, não podemos colocar todos num cesto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Estamos em votação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) –

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Roberto?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Claro, com o Relator, uma vez que sou autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, foi rejeitado o destaque do Senador Ronaldo Caiado.

Passa-se ao segundo destaque do Senador.

Senador Ronaldo Caiado para apresentar as suas razões do segundo destaque.

Só queria fazer um alerta de que teremos já, dentro de poucos minutos, a Ordem do Dia. Então, seria interessante que nós nos apressássemos.

Contra o voto do Senador Reguffe. Votou contra o Relator.

Eu quero demonstrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está registrado na nota.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu só quero demonstrar que sou pessoa de cumprir acordo. Regimentalmente, poderia pedir verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas há quórum suficiente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, com verificação, não temos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem quórum, sim. Tem quórum. Tem dez Senadores. O quórum é nove e temos dez Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quantos estão aí?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Temos onze, onze Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O importante é o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O quórum é de nove, o quórum regimental para votação é de nove. Nós temos dez Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São quantos os membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Três aqui, V. Ex^a, quatro, Roberto, são dez. Mas, Senador Ronaldo Caiado, eu tive essa preocupação. Antes de colocar em votação, eu tive essa preocupação de ver o quórum. Inclusive, na minha fala no início da votação, havendo quórum de votação, eu coloquei em votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, o destaque apresentado em relação...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Para uma questão de ordem, Senador.

Não dá para ouvir a defesa do Senador Caiado dos dois destaques e votar em bloco, em virtude do tempo que o senhor falou que nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O acordo foi feito para ser de um a um e vou seguir o acordo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Art. 2º, inciso XVIII, do projeto de lei. O que estamos discutindo aqui é um fato que realmente foi por demais já debatido e é de conhecimento de todos. A tese que nós defendemos é: prevalecer a definição de elementos principais de agregação do valor ou produto. Essa é a tese que nós estamos defendendo em relação à definição do que seria incidência da carga tributária, ou seja, se ele realmente é o elemento principal para poder agregar valor.

Agora, na proposta do Relator, ele simplesmente estende para a presença no produto acabado. Então, para que a gente possa rapidamente buscar um entendimento também, citando a área da saúde é mais fácil explicar. O boldo, por exemplo, é excelente anti-inflamatório. Bom, o boldo é o princípio ativo. Lógico, amanhã, a cobertura do comprimido com o princípio ativo do boldo, que é a molécula principal daquele comprimido, é lógico que tem que pagar 1% sobre o preço final do comprimido. É o óbvio. Se eu tenho, amanhã, uma situação como a do paracetamol, que tem tanto a condição de analgésico como parte também anti-inflamatória, esse paracetamol é sintético, se eu ponho uma cera de carnaúba para envolver essa drácea do paracetamol, como é que se pode cobrar 1% sobre o preço do paracetamol, do comprimido? A cera de carnaúba passa a ser um elemento que pode facilitar a absorção, a deglutição, melhorar o sabor, não ser um elemento sintético, mas ela não é o elemento principal.

Vamos para outra situação: amanhã, vamos dizer que a Embraer resolva colocar sisal no banco dos aviões. Por ter sisal nos bancos dos aviões, a Embraer terá uma carga tributária de 1%, porque ela usou o sisal. Então, o que nós estamos demonstrando é que passa a ser algo que extrapola toda e qualquer capacidade de o cidadão desenvolver e buscar esse princípio ativo em toda a nossa biodiversidade, porque ele vai ficar extremamente vulnerável a multas estratosféricas. Daí, eu vou ter que botar sisal no banco do avião ou vou botar espuma sintética.

Isso é algo que não traz nenhuma melhoria, que não traz nenhum incentivo para que se aumente a área de pesquisa e de utilização da biodiversidade. Como o Relator colocou, o Brasil tem hoje esse maior patrimônio genético no mundo e, de repente, nós ficamos aí com uma legislação que, ao invés de estimular e de nós podermos utilizá-la, vamos ficar com uma tese de cada vez mais dificultar ou impor uma carga tributária.

Esse projeto de lei, nobre Relator, não tem um objetivo fiscal. Esse projeto de lei, pelo que entendi de V. Ex^a, que vem da região, tenta buscar fazer com que, cada vez mais, o Brasil possa utilizar, preservar sua biotecnologia, mas também avançar nessa pesquisa. Não é um projeto de arrecadação. Isso aqui não faz parte do projeto do ajuste fiscal do Levy, não; não é, Relator? Então, tudo bem. Não é projeto de ajuste fiscal do Levy. Isso é importante que seja dito. Então, esse projeto não está no pacote do novo ajuste fiscal.

Esse é um projeto em que estamos discutindo exatamente o patrimônio genético, biodiversidade. Como tal, eu peço aos nobres colegas que realmente mantenham o texto anterior, ou seja, no momento, onde existe a participação ativa, naquele ponto ali, vamos pagar o tributo; fora dele, que não seja acrescida uma simples participação, onerando em mais 1% o produto final.

Essa é a posição que coloco e peço o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o nobre Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou direto ao ponto, tendo em vista que o Senador Caiado já fez a exposição da maneira dele, e vou rapidamente dizer que, da maneira como está estabelecido no art. 2º, inciso XVIII, e art. 17, *caput*, a definição de elemento principal: elemento cuja pre-

sença é determinante. Eu acho que isso aqui cria insegurança jurídica porque, quando houver um conflito sobre ter repartição de um benefício ou não sobre um determinado componente de um produto, é muito fácil para quem não quer ter nenhuma repartição dizer que aquele componente ou aquele produto não é determinante. E isso gera uma insegurança e um argumento de sorte que, com um bom advogado, você não vai fazer a repartição de benefício nunca, na minha percepção.

Eu entendo que, se nós tirarmos, primeiro, definição de elemento principal: elemento cuja presença é determinante – nós estamos propondo tirar o principal; imagine, principal e determinante –, só aí é que vai haver repartição de benefício. Nós queríamos tirar a palavra “determinante” e incluir “contribui”, e ficaria da seguinte maneira o art. 2º, inciso 18: “Elementos de agregação” – tirei o principal – “de valor ao produto – elemento cuja presença no produto acabado” – em vez de é determinante – “contribui para a existência de características funcionais ou para a formação do apelo mercadológico”. Porque não importa a participação que se dá, usou um produto com castanha, vai fazer uso do apelo mercadológico para se beneficiar economicamente com a castanha.

Eu estou deixando bem claro que nós estamos buscando segurança jurídica para que facilite a repartição de benefício. Não tem risco de haver dupla cobrança, porque um produto pode ter dois ou três componentes que vêm da nossa biodiversidade, por força do art. 17 e 43. E também como o termo que eu falei, determinante, é subjetivo, nós temos que deixar claro o seguinte: os produtos vão estar na lista e o CGEN é quem vai definir se vamos ter essa repartição ou não.

Então, a minha divergência com o texto que o Senador Caiado está defendendo, que veio da Câmara, é que eu acho que é impreciso, dificulta aquilo que nós queremos.

E quanto ao argumento de que se está criando uma dificuldade e, com isso, as empresas vão fazer opção pelo sintético, todos nós sabemos que quem quer montar algum negócio se tiver facilidade, um custo menor, mais facilidade de um lado, vai fazer a opção pelo sintético sempre. Ele só não vai fazer se ele tiver ganho, um possível ganho usando um recurso da nossa biodiversidade. Daí, ele vai usar um pouco daquilo se tiver ganho. Essa opção dele é preliminar. Ele jamais vai procurar usar um produto da nossa biodiversidade se ele tiver um sintético, que compra mais barato e faz.

Entendo que não há insegurança. A lista vai garantir os casos que alguém possa questionar.

E eu, sinceramente, acho que o ideal, o texto fica melhor, a lei fica mais clara, mais aplicável se tirarmos o “determinante” e pusermos “contribui”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para a réplica, Sr. Presidente, uma vez que sei que o resultado vai se repetir.

Eu só queria dizer o seguinte, Sr. Presidente, toda vez que dizem: “Olha, se a indústria vai optar pelo sintético e não por aquilo que são exatamente os recursos da nossa biodiversidade”, nós nesta Casa não deveríamos travar esse embate, nós deveríamos facilitar para que a nossa biodiversidade pudesse ser usada. Quer dizer, quando a gente trata desse assunto, a gente põe tanto empecilho no que é nosso que, de repente, nós estamos criando uma legislação igual à do pré-sal. Criaram tanta dificuldade para o pré-sal que o pré-sal está micado. O mundo inteiro já fez todos os acordos em Angola, na África, e o pré-sal está micado. Por quê? Tem que ser a Petrobras que tem que explorar, tem que ser empresa brasileira, tem que ser ciência brasileira. Acabou. O pré-sal micou. Acabou. Aí nós ficamos: “Ah, porque é biodiversidade, não pode isso, não pode aquilo, tributa e tal”. Daí a pouco todo mundo fala: “Tudo bem; se não quer”... O mundo inteiro também não vai ficar pensando: “Olha, precisamos pagar tributo a mais para produzir”.

Eu acho que isso é contraprodutivo. Nunca é o fato, nobre Relator, de ter que dizer assim: “Então, se é sintético, vai buscar”. Não, nós temos é que tentar ampliar a nossa capacidade de participar desse processo de produção nacional. Vamos diminuir essa carga tributária e vamos diminuir essa precarização na legislação que provoca insegurança jurídica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como há quórum suficiente para votação, vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque do Senador Ronaldo Caiado permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado o destaque do Senador Ronaldo Caiado.

Passo ao terceiro destaque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas todos levantaram.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Levantaram, mas eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o voto contrário do Senador Ataídes Oliveira.

Desculpe-me, Senador.

Terceiro destaque do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Art. 17, §10, do projeto de lei. Entendemos que a data limite de 29 de junho de 2000, que isenta da obrigação de repartição de benefícios, deva referir-se ao acesso ao patrimônio genético.

A condição que foi colocada no Senado é a exploração. Quer dizer, todo período de pesquisa que ocorrer será duramente penalizado porque ainda não se explorou aquilo. Se está ainda na fase de pesquisa, vão dizer: “Mas como é que nós vamos, então, saber em que momento ele vai começar a explorar, em que momento ele teve acesso?”. É importante que seja dito aqui na Comissão, Sr. Presidente, que acesso não é pegar simplesmente a folha de boldo. Pegar uma folha de boldo não quer dizer nada. Não é nessa hora que eu tenho o acesso. O acesso é na hora em que eu iniciar a pesquisa, que eu registrar a pesquisa, que eu cumprir todas as normas da legislação brasileira para depois poder explorar aquilo que desenvolvi, como exatamente recurso ao patrimônio genético.

Eu entendo que o correto é que essa legislação não penalize o cidadão que não explorou, mas que já acessou toda área de pesquisa para poder amanhã dar continuidade ao seu projeto de exploração.

Para essa posição peço, mais uma vez, o apoio dos nobres pares, para que possamos não inibir a pesquisa no Brasil e dar oportunidade para que o cidadão que está em fase de pesquisa não seja penalizado por não explorar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O texto que eu apresento já foi distribuído, é de conhecimento de todos, altera o fato gerador de acesso para exploração econômica, de modo que só haja isenção de repartição de benefícios quando a exploração econômica se der antes de 2000. Esse aspecto é importante, porque eu entendo que dá a segurança que nós buscamos. Segundo o art. 17, §10, a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo realizada antes de 29 de junho de 2000 fica isenta. Então, cria obrigação de repartição de benefícios mediante comprovação do usuário na forma do regulamento.

Essa é uma matéria que também virá acompanhada de um regulamento. Penso que não temos risco de apreciarmos e recepcionarmos este aperfeiçoamento que estou apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque do Senador Ronaldo Caiado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado pelos votos dos Senadores Reguffe, Paulo, Roberto, Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não estou entendendo como se deu a votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi rejeitado o destaque.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O destaque fica parado?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi rejeitado o destaque do Senador Ronaldo Caiado.

Agora é o destaque do nobre Senador Reguffe, a quem passo a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Jorge Viana, sem dúvida nenhuma, melhorou, na minha opinião, o projeto original encaminhado pela Presidência da República, bem como o projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLC 2, de 2015. Mas eu não tenho como concordar com essa questão de anistia a multas das empresas e de organizações, que consta neste projeto. Isso, na minha concepção, leva o contribuinte a...

Esta Casa, o Congresso Nacional negou uma correção dos limites de isenção da tabela do imposto de renda maior para o contribuinte deste País, argumentando que existe crise, que o Governo não tem caixa etc. Conceder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pediria silêncio ao Plenário, porque está atrapalhando a fala do Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Conceder uma anistia dessas não é, na minha concepção, algo justo. Além disso, nós não podemos ser juízes. Quem julga é a Justiça. Se há multas injustas, pessoas e empresas que entraram na justiça e ganharam, há também multas que são absolutamente justas e que a Justiça declarou como justas. Portanto, quem tem que julgar não é o Poder Legislativo neste caso, dando anistia

para as multas, de forma ampla, geral e irrestrita. Quem tem que julgar é a Justiça. Isso vai lesar o contribuinte, segundo uma estimativa do próprio gabinete...

Eu pediria silêncio porque fica difícil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu já pedi silêncio ao Plenário pela terceira vez. É até um ato de educação ouvir as pessoas que estão falando.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, isso vai lesar o contribuinte, segundo um estudo do próprio gabinete do Senador Jorge Viana, em R\$214 milhões. Não é brincadeira. É dinheiro do contribuinte.

A mim cabe, nesta Casa, defender o contribuinte brasileiro. Quem tem que julgar é a justiça. Mais ainda, fazendo um paralelo com o Código Florestal, o resultado do Código Florestal são três ADIns do Ministério Público com relação à anistia fiscal que foi feita. Portanto, não me parece correto simplesmente dar anistia às empresas, ampla, geral e irrestrita, causando esse dano ao contribuinte.

Há uma série de autos de infração feitos pelo Ibama. Se o argumento for: “Ah, pode ser menos ou mais”, não interessa; é o princípio. Para o contribuinte brasileiro, o Congresso Nacional se negou a dar uma correção dos limites de isenção da tabela do imposto de renda um pouco maior, e, para as empresas que desrespeitaram a legislação vigente, pode-se, com uma canetada, dar anistia. Isso não me parece nem correto, nem justo.

Eu queria fazer esse apelo ao Pleno desta Comissão, porque isso não é justo com o contribuinte deste País. Isso não é correto e isso não vai ser pedagogicamente positivo, até porque, na minha concepção, não temos que premiar o inadimplente, aquele que descumpriu as regras. Nós temos que premiar é o adimplente, aquele que, mesmo com todas as dificuldades, ainda assim, fez de tudo para honrar com as suas obrigações.

Então, eu queria pedir que o Pleno desta Comissão rejeitasse estes dispositivos, que são vários, que constam no texto do Relator: o §3º do art. 38, o art. 43 e o §3º do art. 48.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Relator, Senador Jorge Viana, que pode fazer as suas explanações sobre os três destaques.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com todo o respeito e agradecendo a contribuição que o Senador Reguffe traz ao debate, nós estamos aprovando uma lei com 51 artigos, 9 capítulos e uma infinidade de incisos e que vai remeter a pelo menos 26 dispositivos de regulamentação.

Hoje, Senador, nós já temos, no Decreto-Lei 5.459, de 2005, estabelecido que a assinatura do termo de compromisso leva à suspensão da cobrança de multas. Nós já praticamos isso, porque a multa tem um propósito: impedir que algo errado aconteça, que um dano aconteça. E ela, em algumas situações, precifica esse dano.

Eu não alterei nada que veio da Câmara nesta proposta. Há coisas que já estão consolidadas e que são boas para esta fase que estamos vivendo, de um país que tem uma lei que não pega para uma lei que nos possa garantir acesso com segurança à biodiversidade, ao patrimônio genético e repartição de benefícios para as comunidades.

Eu não uso o termo “anistia” porque, no regulamento, se for assinado o termo de compromisso, se for legalizado o que estava sendo questionado, pode haver uma redução de multa de até 90% em alguns casos. Boa parte dessas multas já prescreveram, porque prescrevem com cinco anos. Nós temos uma situação de comunidade científica, um doutorando buscando fazer sua tese, pesquisador do INPA ou do Museu Goeldi que tem multa. Nós não conseguimos identificar uma referência, os R\$200 milhões possíveis. Mas volto a afirmar: todos os que foram multados recorreram à Justiça. É um direito, de um lado, mostrar que o defeito está na lei, que eles não incorreram naquela ilegalidade.

Então, eu sinceramente penso que, da maneira como nós estamos fazendo, para aqueles que acessaram indevidamente conhecimento tradicional, não há nenhuma possibilidade, a não ser eles terem que pagar a infração que cometeram. Isso está garantido. Agora, num país como o nosso, que já pratica, no caso de multas, com a assinatura do termo de compensação, a eliminação, a retirada, a suspensão dessas multas, compreendo e respeito a posição de V. Exª, mas gostaria de, neste caso, defender o texto oriundo da Câmara, porque eu acho que ele já faz essa mediação e não permite, no meu juízo, anistia; ele estabelece as regras para que quem estava sendo questionado, inclusive pelo Ibama, possa se regularizar e fazer a repartição de benefícios.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, só a réplica.

O Senador Jorge Viana disse que não se fala de anistia. O art. 43 é claro: “Ficam remetidas as indenizações civis relacionadas a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional das quais a União seja credora”. Remissão é anistia. Portanto, há uma anistia. Isso vai beneficiar várias empresas em um valor estimado de R\$214 milhões, dinheiro que podia estar na educação, na saúde ou podia permitir ao contribuinte pessoa física deste País pagar menos imposto.

Então, não me parece correto premiar aquela pessoa, ou aquela organização, ou aquela empresa – há muitas empresas que estão sendo beneficiadas com isso – que não agiu na legalidade. Não me parece este um procedimento correto. Não me parece esse um procedimento pedagógico que esta Casa pode dar à população

brasileira. Vai simplesmente dar anistia a empresas que descumpriram a legislação vigente, um benefício que o contribuinte pessoa física deste País não tem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria fazer um esclarecimento, Sr. Presidente, respeitando mais uma vez o Senador. No art. 43, há uma pequena confusão. Não se trata de multas. Mas V. Ex^a tem razão na parte seguinte: “Ficam remetidas as indenizações civis relacionadas a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional das quais a União seja credora”. Então, no fundo são ações que a União representou contra quem estava desenvolvendo alguma atividade vinculada ao acesso à biodiversidade, e não se trata, nesse caso, das multas. As multas vão ter que ser trabalhadas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, é o §3º do art. 48. Mas as indenizações também são algo que se devem à União. O dinheiro da União é o dinheiro do contribuinte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O art. 38 é multa mesmo. V. Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o destaque do Senador Reguffe. Os Srs. Senadores que votam com o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque do Senador Reguffe.

Passo a palavra ao nobre Senador Capiberibe para que possa apresentar as razões do seu destaque.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, o objetivo do destaque é suprimir por inteiro o §10 do art. 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que dispõe o seguinte:

Art. 17.....

§ 10. A exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo realizado [...] antes de 29 de junho de 2000, fica isenta da obrigação de repartição de benefícios, mediante comprovação do usuário na forma do regulamento.

Como é possível observar, o §10 do art. 17 retira a possibilidade de adequação referente à repartição de benefícios de produtos decorrentes de atividades de acesso realizadas antes da primeira versão da atual MP, ou seja, 29 de junho de 2000.

O patrimônio genético é patrimônio da sociedade brasileira. Não é possível dar ao usuário o poder de declarar ao seu bel-prazer a data de acesso àquele patrimônio. Na prática, é um convite à fraude, uma vez que a data de acesso pode ser facilmente alterada pelo usuário. Com isso, as empresas poderão modificar o registro de acesso realizado no passado para uma data anterior à prevista no texto da lei, para ficarem isentas da repartição de benefícios, mesmo quando houver acesso a conhecimento tradicional associado.

Esse dispositivo diz respeito a diversos produtos que estão no mercado há mais de 15 anos e que utilizam espécie da biodiversidade brasileira em sua composição. Embora a atividade que gerou tais produtos tenha sido desenvolvida antes da norma que define acesso ao patrimônio genético, não se pode negar que a continuidade na fabricação de tais produtos somente é possível devido à utilização de recursos naturais, muitos deles provenientes do extrativismo realizado por comunidades tradicionais.

Não se trata, pois, de retroagir a norma para alcançar atividades realizadas antes da sua vigência, e sim garantir o seu cumprimento a partir da incorporação dos preceitos da CDB no ordenamento jurídico nacional.

Naturalmente, não faz sentido falar em adequação das atividades de acesso, mas não é isonômica a decisão de isentar para sempre da repartição de benefícios as empresas que exploraram recursos naturais de forma continuada.

A nova norma deve seguir questões que nunca foram regulamentadas pelo Poder Público, como a indenização, mas não deve criar tratamento diferenciado a ser dado às empresas que fabricam produtos e que possuem a mesma natureza.

Era isso, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com todo o respeito ao Senador Capiberibe, ele está fazendo uma proposição que se diferencia do texto que veio da Câmara, cujo entendimento aqui já foi difícil. Eu fiz uma mediação e nós conseguimos já apreciar por acordo esse item.

Gostaria de fazer a defesa da manutenção da maneira como nós apresentamos no art. 17, §10, a exploração econômica, porque eu não posso trabalhar criando um espaço que possa deixar em situação difícil aqueles que estão buscando fazer uso adequado da biodiversidade do patrimônio genético.

Então, creio sinceramente que a modificação que nós fizemos estabelece uma justeza nesse item. Prefiro manter a proposta fruto do debate que fiz, inclusive com representante dos movimentos socioambientais que me ajudaram muito a chegar a essa mediação do texto.

Portanto, para manter a coerência do fato gerador da repartição de benefícios, que é a exploração econômica e não acesso, eu defendo a manutenção do texto que apresento, sentindo não poder estar junto com o meu colega Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação, o destaque do Senador Capiberibe.

Como em outras oportunidades, será voto nominal.

Senador Roberto Rocha, como vota?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Eu voto a favor do destaque do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Empatou então? Quatro a quatro.

Com o Relator? Quatro a três com o Relator.

Senador Roberto votou com o destaque?

Então, empatou. Empatou: 4 a 4.

Senador Capiberibe, infelizmente, eu sei do compromisso de V. Exª com a biodiversidade, mas vou ficar com o Relator, porque ele trabalhou muito, esforçou-se, perdeu noite, trabalhou muito. Eu vou votar com o Relator.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Simone Tebet, João Alberto Souza, Antonio Anastasia, José Medeiros, Raul Góes, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Romero Jucá, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Eduardo Amorim; dos Senadores não membros da Comissão: Hélio José, Omar Aziz e Otto Alencar; e, ainda, do Deputado Federal Rogério Rosso. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, José Maranhão e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao RDR 4/2015 – CDR, de autoria do Senador Davi Alcolumbre que requer: “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta para os próximos anos”. Antes de conduzir o convidado à mesa o Presidente faz a leitura do RDR 10/2015-CDR, dando ciência da escolha da política pública a ser acompanhada pela Comissão em conformidade com o art. 96b do RISF. A Audiência Pública é realizada com a presença do seguinte convidado: Gilberto Kassab, Ministro de Estado das Cidades. Encerrada a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores: João Alberto Souza, Antonio Anastasia, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, Omar Aziz, Otto Alencar e Hélio José. Por deferência da presidência e o acorde do colegiado usam da palavra também o Deputado Federal Rogério Rosso e o Senhor Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. O Senador Hélio José, quando do uso da palavra, apresentou convite para a instauração, no dia primeiro de abril deste ano, às nove horas e trinta minutos, da Frente Parlamentar da Infraestrutura. O convidado, ao fazer suas considerações finais, sugere a realização de reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater a escassez de água nas grandes cidades. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa

de Carvalho, Secretário da Secretaria de Apoio da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Davi Alcolumbre**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Comissão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata, tendo sido aprovada, será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados.

Antes de nos atermos à pauta previamente divulgada, quero comunicar que esta Presidência apresentou o Requerimento nº 10, de 2015-CDR, para dar cumprimento ao previsto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que, até o último dia do mês corrente, na área de competência da Comissão, seja indicada uma política pública que, no decorrer do ano de 2015, será avaliada pela Comissão.

Para conhecimento deste Colegiado, faço a leitura do referido requerimento, que constará da pauta de nossa próxima reunião.

Requerimento nº 10, de 2015.

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2015, seja na área de Saneamento Básico, mais propriamente quanto ao Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que consiste no planejamento integrado do saneamento básico, com os quatro componentes: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas.

Justificação.

Política pública pode ser definida como programa ou conjunto de programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. O saneamento básico brasileiro é crucial para o desenvolvimento regional de nosso País. Certamente seu incremento propiciará saúde à população, que obterá melhor qualidade de vida e com isto teremos um ganho em cadeia tanto para o cidadão comum como para a Administração Pública nas três esferas.

O Congresso tem a sensibilidade política, a capacidade técnica e a autonomia institucional para produzir diagnósticos e sugerir aprimoramentos no rumo das políticas públicas vigentes, de forma a aumentar o bem-estar da população.

Dessa forma, esta Comissão pode oferecer uma grande contribuição ao País ao avaliar a política de saneamento básico brasileiro e apresentar sugestões para tornar mais eficiente sua implementação e o desenvolvimento regional.

Sala da Comissão, 24 de março de 2015.

Senador Davi Alcolumbre (Democratas/AP).

Em nossa 3ª Reunião, ocorrida em 18 de março de 2015, informamos a este Colegiado o recebimento de expediente emitido pelo Comando da Marinha, pelo qual somos convidados a conhecer o Programa Nuclear da Marinha, evento que ocorrerá entre os dias 9 e 10 de abril de 2015. Em face desse convite, informamos que, até o momento, há manifestação de interesse dos seguintes Senadores: Senador Donizeti Nogueira e Senador Paulo Rocha.

Comunicamos aos nobres Senadores e Senadoras que queiram participar que ainda estamos dentro do prazo.

Conforme comunicado expedido pela Secretaria da Comissão, aguardaremos novas manifestações de interesse até o final do dia de hoje.

Expediente da nossa reunião.

Senador Elmano, seja bem-vindo.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Cidades, Gilberto Kassab, que está conosco, nos termos do art. 397, inci-

so I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 50, inciso I, e art. 58, inciso III, da Constituição Federal, para nos apresentar as ações da pasta que comanda para os próximos anos.

Solicito aos Senadores Omar Aziz e Elmano Férrer que acompanhem S. Ex^a, o Sr. Ministro, à Mesa para compô-la. *(Pausa.)*

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Agradeço a presença do Vice-Presidente da Comissão, Senador João Alberto.

Repito: intercalando-se, na Comissão, os oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra ao Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, informo que as participações dos cidadãos em nossas audiências serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, nº 0800-612211.

É com muita satisfação, Sr. Ministro, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que nós agradecemos a presença de V. Ex^a neste importante encontro do Parlamento, no Senado Federal, para socializar as informações e evidenciar o planejamento estratégico da pasta que V. Ex^a dirige, que eu, particularmente – como opinião pessoal, mas também acredito que seja a da grande maioria dos Senadores e Senadoras –, tenho a convicção de que é um dos Ministérios mais importantes deste País.

A história de V. Ex^a também nos faz ter a confiança de que, com certeza, à frente desse Ministério, teremos um Ministro que será voltado para a solução dos problemas nas cidades brasileiras. V. Ex^a foi prefeito da maior cidade do Brasil e sabe que os problemas estão no bairro, no distrito, na avenida, na cidade, na rua. Temos certeza da importância significativa que o Ministério de V. Ex^a tem no desenvolvimento regional, no fortalecimento das cidades brasileiras, que passam por muitas dificuldades, dentre elas a principal, que é a dificuldade financeira, e não temos dúvida de que, com certeza, com o conhecimento que V. Ex^a traz, de gerir a maior cidade brasileira, e esse olho para a cidade, voltado para o desenvolvimento, para a estruturação, para o fortalecimento especialmente, da infraestrutura no que diz respeito ao saneamento, à pavimentação das cidades, que é muito importante. Temos a convicção de que o Ministério das Cidades, com certeza, dará uma resposta à sociedade brasileira e às cidades brasileiras.

Com isso faço, em meu nome e em nome de todos os membros desta comissão, o agradecimento. Logo que nós discutimos aqui o planejamento da vinda de autoridades a esta Comissão, para fazer a audiência pública e colocar o planejamento estratégico das suas pastas, quero tornar público o desejo de V. Ex^a, que, desde o primeiro momento, se colocou à disposição desta Casa, desta Comissão, dizendo: “Marquem a data, porque eu faço questão de ir à Casa do povo.”

Então, queria deixar registrado o agradecimento da referência e da deferência de V. Ex^a aos Senadores, a esta Comissão e ao País.

Concedo a palavra a V. Ex^a o Sr. Ministro Gilberto Kassab, para fazer a sua exposição em audiência pública, aprovada nesta Comissão.

O SR. GILBERTO KASSAB – Meu bom-dia a todos e a todas.

Quero, em especial, cumprimentar os Senadores desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – e o faço cumprimentando o Senador Davi Alcolumbre e o Senador João Alberto –, fazer uma saudação ao Líder do meu Partido, Senador Omar Aziz, a todos os membros desta Comissão, e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui com os senhores.

Estou acompanhado do Secretário de Mobilidade Urbana do nosso Ministério, Dr. Dario Rais Lopes, também do Secretário de Saneamento, Dr. Paulo Ferreira, e do nosso Chefe de Gabinete, Dr. Arley Ayres.

Quando o Senador Davi nos convidou, em nome da Comissão, para estar aqui presente, eu não poderia deixar de registrar a importância que tem para o Ministério estar próximo do Poder Legislativo, do Senado, da Câmara dos Deputados. É uma definição nossa atender todos os convites do Senado e da Câmara dos Deputados.

O Ministério das Cidades tem como regra básica a aproximação e a formulação de políticas públicas, da definição de investimentos, discutindo com os Parlamentares. É um Ministério extremamente importante para o futuro do País, idealizado a 12 anos atrás e mantido o ministério com a Presidenta Dilma no seu primeiro mandato e também no segundo. Nós temos nele a oportunidade de realizar investimentos muito importantes para as cidades médias, grandes, pequenas, em Estados, e, em especial, investimentos que têm dificuldades orçamentárias por parte dos Municípios e Estados, investimentos estruturantes, investimentos no campo da

mobilidade, da habitação, do planejamento urbano e do saneamento, que são os maiores investimentos de infraestrutura em qualquer Estado, em qualquer cidade. Essa é a razão da existência do Ministério das Cidades.

Todos sabem o quanto é difícil – aqui temos dois ex-governadores, Senador Anastasia e Senador Omar Aziz – o Estado investir em grandes projetos, em grandes obras, se não tiver parcerias com o Governo Federal, se não tiver oportunidades de contrair investimentos, com a aprovação do Senado, porque os orçamentos dos governos estaduais, das prefeituras, das cidades, portanto, nas últimas décadas, perderam muito o seu valor.

Enquanto não tivermos um novo Pacto Federativo no Brasil, em que seja rediscutida a questão orçamentária, a questão da distribuição das receitas fruto dos impostos e dos tributos, todos nós teremos que conviver com os Municípios e os Estados em dificuldade de realizar seus investimentos e com a necessidade de estabelecer parcerias com o Governo Federal.

Portanto, essa é a razão da nossa disposição de estar aqui dialogando com vocês, de permanentemente discutir novos programas, o aperfeiçoamento dos atuais nos quatro campos citados.

Vale registrar, Senador Davi Alcolumbre, que nós, nos últimos dois anos, tivemos a oportunidade de registrar a importância desse Ministério em algumas crises por que passaram o País.

Vamos aqui lembrar que há mais de um ano, quase dois anos atrás, nós tivemos uma grande manifestação popular, com brasileiros, uma imensidão, por todas as ruas do País, nas principais cidades, se manifestando por melhoria da qualidade do transporte público. Uma manifestação de milhões de brasileiros, espontânea. Na minha cidade, São Paulo, algo em torno de 2 milhões de pessoas nas ruas pedindo transporte público eficiente, pedindo metrô, pedindo trens, pedindo corredores de ônibus, e assim foi em todo o Brasil.

Naquele momento, os governos estaduais, as prefeituras, o Governo Federal, todos acabaram se entendendo e se conscientizando de que era hora de dar um basta e de melhorar a qualidade do transporte público, com mais rapidez e com mais eficiência.

Naquele momento, do ponto de vista, ou sob a ótica, sob a gestão, sob a responsabilidade do Governo Federal, nasceu o PAC Mobilidade, que tem como origem a definição de investimentos nas grandes cidades e médias cidades do País, com o Governo Federal financiando ou aportando recursos através do Orçamento Geral da União, num volume bastante grande que superava R\$50 bilhões. Esse programa está em curso. Diversas cidades ligadas aos Senadores presentes estão recebendo esses recursos, estão observando a execução dos projetos definidos naquele momento. A partir daquele momento, eu acho que o Brasil tem um divisor de águas no que diz respeito ao transporte público.

Nós não podemos, dentro do Ministério das Cidades – para ficar ainda no campo da mobilidade –, em nenhum momento, deixar de criar novos investimentos. Permanentemente, devemos dotar nossas cidades de infraestrutura de mobilidade e transporte público – nas grandes, transporte sobre trilho; nas médias, corredores de ônibus –, para que não precisemos conviver novamente com uma legítima manifestação popular pedindo a melhoria dos transportes públicos. Então, vejam a importância desse Ministério, em especial no campo da mobilidade, com a vinculação que têm hoje as obras realizadas.

Nós estamos à disposição, seja no gabinete, seja com as nossas equipes. Está aqui o Dario Rais, o Secretário, sempre que possível, sempre que necessário, convidado para discutir todos os investimentos item por item, cidade por cidade. É uma Secretaria bem estruturada, bem conduzida hoje e que tem a sua razão de ser, e a participação da Comissão nas sugestões, no perfeiçoamento, nos debates. Até faço uma sugestão: que tenha aqui um debate específico sobre mobilidade urbana, com a presença do Dario. Ela apenas servirá para justificar a existência desta Comissão e contribuir para que possamos trabalhar juntos nesse campo.

Ainda no campo da infraestrutura e em outra linha de ação no nosso Ministério, vamos citar aqui a área de saneamento. Para registrar, o Dario, nos governos Mário Covas e Geraldo Alckmin, em São Paulo, foi Secretário de Transportes. É uma pessoa com muita experiência, que ajudou a implantar o rodoanel e diversas obras de importância no Estado de São Paulo e hoje nos honra aceitando esse cargo.

Voltando para o saneamento, tendo à frente o Paulo Ferreira, que também tem experiência no Estado de São Paulo, tendo sido diretor de obras da Sabesp no governo Covas e secretário adjunto do Sr. Goldemberg, quando foi Secretário de Estado do Meio Ambiente, nós temos, hoje, eu diria, um dos pontos mais críticos do País. Os Srs. Senadores sabem disso – o Senador Omar Aziz é um privilegiado –, o Estado do Amazonas não tem esse problema de falta de água. Ao contrário, o problema lá é excesso de água. O Acre também não.

Esse é um tema muito importante, muito grave, Estados passando por dificuldades imensas no abastecimento de água para sua população, cidades que, infelizmente, ainda convivem com a ausência de esgotamento sanitário na sua totalidade, ou uma parte expressiva, que justifica essa preocupação do Governo Federal de dar apoio a Estados e Municípios, no sentido de levar obras e investimentos que ajudem na captação de água e levar o esgotamento sanitário para todos os cantos do País.

Temos, através da Liderança da Presidenta Dilma, nos últimos meses, comparecido em todas as situações emergenciais do País – Ceará, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais –, em todos os pontos críticos que, infelizmente, se apresentam por conta da questão hidrológica, mas também por conta da necessidade de novos investimentos para atender novas demandas. É fundamental que haja esses investimentos, é fundamental que o orçamento da área de saneamento no plano federal, estadual e municipal seja cada vez mais privilegiado. Eu considero essa uma das questões mais críticas do País, porque o ser humano não consegue conviver sem água. O ser humano não consegue ter dignidade sem tratamento de esgoto. E o Brasil está com índices bastante inadequados para nossas perspectivas e expectativas de crescimento e de desenvolvimento. Essa é a razão da prioridade que se dá no plano federal, e vai continuar no nosso Governo, no nosso Ministério, à questão do saneamento.

Quero registrar com satisfação os bons quadros concursados que encontramos no Ministério, o depoimento do Secretário Dario Rais, do Secretário Paulo Ferreira, que, com certeza, nos ajudarão nesse trabalho, em parceria também com o Senado, em especial com esta Comissão.

Mudando de foco, Senador Davi, para que, rapidamente, possamos encerrar esses 30 minutos e entrar na fase das perguntas, eu iria para o campo da habitação. Eu tenho dito que existe, é evidente, a Secretaria de Habitação, as políticas públicas de habitação, mas existe algo muito marcante, independente das outras atividades da Secretaria no que diz respeito a áreas de risco, remoção de famílias, atuação em favelas, levar dignidade a todos os cantos do País: o programa Minha Casa, Minha vida. As pessoas querem saber a razão do sucesso do Minha Casa, Minha Vida.

É interessante que, quando fui prefeito de São Paulo, eu convivi muito com uma pergunta que me faziam delegações de outros países e de outras cidades, que queriam saber os fundamentos do sucesso de um programa que nós implantamos em São Paulo chamado Cidade Limpa. E eu convivia na minha rotina, durante sete anos, na Prefeitura de São Paulo com essa pergunta. Qualquer que fosse o prefeito de uma cidade de São Paulo, delegações do Estado de São Paulo, do País, ou de outros países, sempre me faziam essa pergunta – o Arley lembra disso. Não havia uma cidade que não perguntava.

Desde que assumi o Ministério das Cidades, eu me acostumei a receber a mesma pergunta: quais são os fundamentos, Senador Anastasia, do sucesso do programa Minha Casa, Minha Vida? É impressionante como esse programa se tornou conhecido no Brasil e no mundo, porque é um *case*, é o maior programa de construção habitacional do mundo. Esse programa prevê a construção de 6.750 milhões unidades até 2018. Portanto, em nove anos, de 2009 a 2018, esse programa irá atender a 25 milhões de pessoas. É algo extraordinário, num país de aproximadamente 200 milhões de pessoas, em nove anos, 25 milhões de pessoas que moram em favela, em cortiço, na beira de córregos, em condições que não têm dignidade, água, energia, vão morar numa unidade de classe média, média baixa, com 50 metros quadrados aproximadamente, com banheiro, água, energia, conforto. É impressionante!

As pessoas perguntam: mas qual é a razão? E vamos fazer justiça. A razão é que nós tivemos um Presidente da República que nasceu numa condição muito próxima, com seus familiares muito próximos, e ele acreditou que esse era o caminho para levar dignidade às pessoas. Esse programa, com o apoio do Presidente Lula na época – a Presidenta Dilma era Ministra, conviveu; depois, quando assumiu a Presidência, continuou –, teve recursos. É um programa que tem muito recurso.

Os senhores sabem aqui, os senhores conhecem, cada Município no País é uma unidade com uns R\$20 milhões, outros de 40, outros de 30, muito bem bem gerenciada, muito bem estruturada, com uma participação muito competente da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades, muito bem integrada com a iniciativa privada, com muita transparência. Os custos são públicos. Como tem uma escala muito grande, é muito difícil fugir do padrão de qualidade porque a própria população fiscaliza.

Então, é um programa que vai continuar, é uma das prioridades do Governo – a Presidenta deixou isso claro no seu discurso de posse e na primeira reunião ministerial – e é algo que vai marcar a história do País. Eu digo porque todos nós que estamos na vida pública e tivemos vários cargos sabemos o que significa aquele momento para aquela pessoa humilde, aquela mãe de família, quando entregamos a chave daquela casa. Aqui, eu acho que não teve ninguém que não entregou uma chave na mão de uma mãe e ela chorou, porque morava numa beira de córrego com seus dois, três filhos, marido, ou sem marido, com pai, mãe, e passa a morar numa unidade com essa dignidade. Pois bem, serão 25 milhões de pessoas beneficiadas com esse programa, um oitavo da população do País.

Ontem, estive em São João do Meriti. Trezentas unidades; daqui a dois meses, mais 600 unidades lá. Na semana que vem, numa cidade vizinha a São João do Meriti, não vai dar porque não tem agenda. A Miriam, da Caixa, não pode ir, a Presidenta não pode ir. A cada dia é uma inauguração. Eu estou muito à vontade porque não tenho mérito nesse programa, estou chegando agora, eu não participei. Eu convivi, como prefeito de

São Paulo, tentando construir numa cidade em que o terreno é caro, mas encontrando, depois, uma fórmula de convivência do programa com o Estado e com o Governo Federal. Agora, o programa está deslanchando.

Eu posso dizer que esse é um carro-chefe do Ministério, que tem a participação de todos, porque a contribuição dos Deputados, Senadores, prefeitos é fundamental para nos apontar caminhos, diante do volume imenso de recursos, porque essa é uma meta. A meta é atender 25 milhões de pessoas em 9 anos.

Então, esse é o terceiro setor do nosso Ministério, um setor extremamente importante. Vale a pena também, assim como no saneamento, na mobilidade, eu sugiro aqui um dia específico para debater a questão. Na habitação, continua à frente da Secretaria, a convite nosso, por iniciativa nossa, a Secretária Inês Magalhães – convivi com ela enquanto prefeito de São Paulo –, uma pessoa competente, uma técnica que tem condições de atingir essas metas sob a sua liderança a Secretaria. Portanto, vale a pena, fica como sugestão, a reflexão desta Comissão, ter um dia especificamente definido, voltado para a discussão da habitação, com a Inês, assim como o saneamento, com o Paulo, e mobilidade, com o Dario.

Por fim, a Secretaria de Planejamento Urbano. Está à frente o Luiz, secretário que tem como políticas públicas vinculadas à Secretaria a elaboração de planos diretores, o mapeamento de áreas de risco, o planejamento do crescimento ordenado das cidades, a integração com as outras secretarias, para que os investimentos possam ser planejados e integrados com os outros investimentos do Governo Federal. Uma Secretaria muito importante e constatamos muito pouco utilizada, diante da sua importância, pelos prefeitos e governadores de nosso País. Vale a pena esta Comissão nos ajudar a dar visibilidade para esta Secretaria, para que fique claro a sua importância e ela possa conseguir apoiar mais os nossos Municípios e Estados.

Por fim, antes de encerrar estes 30 minutos desta fase inicial, Senador Davi, temos lá o Denatran. O Denatran mexe com a vida de milhões de brasileiros. Nós vamos adotar resoluções bastante rigorosas para que a população brasileira não seja surpreendida por medidas que tragam desconforto e não tragam segurança, porque o papel principal do Denatran é trazer aos usuários de veículos, aos proprietários, conforto e segurança. Esse é o carro-chefe, essa é a diretriz básica.

Isso está passando por um processo de reformulação, de enxugamento, mas evidente que atendendo as suas diretrizes da sua formação, e é também uma importante atribuição e responsabilidade que tem o nosso Ministério.

Enfim, essas são as principais observações e reflexões que eu queria fazer com os senhores nesta abordagem inicial. Agradeço pelo convite, mais uma vez, muito honroso e fico à disposição, conforme o senhor disse no início, dos Senadores e da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós que agradecemos a participação de V. Exª nesta Comissão.

Antes de iniciarmos o período de questionamentos, indagações, sugestões dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras, eu queria registrar, Sr. Ministro, a presença nesta audiência pública do Prefeito da cidade de Macapá, do meu Estado do Amapá, o Prefeito Clécio Luís, prefeito da capital do nosso Estado, que veio prestigiar esta audiência, sob a nossa Presidência. O Prefeito também é suplente do Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, Prefeito Clécio, à nossa Comissão. V. Exª, com certeza, tem muitos desafios à frente da Prefeitura da cidade de Macapá. A gente tem acompanhado de perto o trabalho, a dedicação de V. Exª. Honra-nos muito a presença de V. Exª na nossa audiência pública, na nossa Comissão. Sinta-se em casa.

Quero agradecer também, Ministro, a presença do meu colega que foi Deputado Federal e atualmente é Vice-Governador do Estado do Amazonas, o Vice-Governador Henrique Oliveira. Muito nos honra a presença de V. Exª nesta Comissão, V. Exª com quem tive a felicidade de conviver na Câmara dos Deputados, que, com certeza, ao lado do Governador Melo, do Estado do Amazonas, tem enfrentado desafios. A presença de V. Exª também nos fortalece e engrandece o papel desta Comissão. Da nossa Comissão e da minha parte, pessoalmente, desejo sucesso nessa nova empreitada do cargo que V. Exª ocupa.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Omar Aziz, Líder do PSD, como primeiro inscrito. Logo em seguida, o Senador José Medeiros. Vamos fazer a lista de inscrição.

Passo a palavra, então, ao Senador Omar e, logo em seguida, ao Senador Anastasia, e vamos iniciar, Sr. Ministro, a lista de inscrição.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, quero agradecer a deferência e agradecer aos Senadores.

Sr. Ministro Gilberto Kassab, sobre a experiência administrativa e principalmente da cidade com maiores problemas que o Brasil tem, que é São Paulo, São Paulo, aparentemente, é uma cidade rica, mas é uma cidade que deve muito e tem pouco crédito, tanto é que a discussão, ontem, na Câmara, tratava-se deste assunto, da renegociação de sua dívida para poder adquirir crédito.

Mas eu queria fazer alguns questionamentos que há muitos anos a gente vem debatendo, principalmente as cidades brasileiras, cinco mil e poucos Municípios, que têm que ter uma solução para os resíduos sólidos e sozinhas não têm condições de fazer esse investimento. Porque não é só fazer aterro sanitário sustentável da forma correta, é, depois, manter. E, para se manter um aterro sanitário desse funcionando, é necessário recurso, e as prefeituras, as pessoas que moram nos Municípios não pagam IPTU, não pagam alvará. Em cidade pequena, nós sabemos como funciona. Não dá para você comparar com uma grande cidade, que tem uma arrecadação própria. A grande maioria dos Municípios brasileiros não tem arrecadação própria, vive de recursos que não são de arrecadação do IPTU ou de alguma taxa de lixo ou coisa parecida. Esse é um problema que temos, Ministro Kassab.

Outro problema que temos é que, apesar de o Amazonas ser uma região que tem muita água, calhas de rios, temos problemas sérios como hepatite, porque a água tem que ser tratada. Também custa caro tratar essa água. Não é fácil você fazer a captação, o tratamento e a distribuição da água. E aí chega no cidadão e o cidadão tem dinheiro para outras coisas, não vai ter dinheiro para pagar esse financiamento, o abastecimento de água da sua casa.

Outra questão é que, na experiência que tive como governador, fizemos muitas casas do Minha Casa, minha Vida. O grande problema, hoje, que as prefeituras e os Estados enfrentam é para financiar infraestrutura, que é uma coisa que tem que ser tratada. Às vezes o valor da casa em si, que a Caixa Econômica está financiando, é só para construir a obra, mas a infraestrutura que requer no entorno dessas casas, os Estados, hoje, têm condições muito pequenas para fazer esse investimento. Eu gostaria de saber se haveria possibilidade de a gente fazer essa parceria também.

E, por último, qual é o valor que o Ministério das Cidades tem para investimento, para novos investimentos. Não é para os investimentos que já foram feitos e estão hoje no orçamento. São para novos investimentos. Para o ano de 2015, qual é o recurso que tem, realmente, o Ministério das Cidades para novos investimentos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Ministro, eu gostaria de sugerir que, a cada três ou quatro Senadores, V. Exª faça a intervenção.

Senador Anastasia e, próximo, o Senador José Medeiros.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Bom dia, eminente Presidente, Senador Davi Alcolumbre, meus cumprimentos; Sr. Vice-Presidente, Senador João Alberto; quero saudar a presença do Ministro Gilberto Kassab e todos os nossos pares, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Ministro Kassab, em primeiro lugar, eu não poderia deixar de registrar aqui meus cumprimentos pela trajetória de homem público de V. Exª, reconhecido, exitoso, testado e reconhecidamente um dos grandes gestores públicos de nosso Brasil. V. Exª, como fez com muito brilho na sua exposição, demonstrou temas extremamente complexos na pasta que ora administra, temas que hoje estão no cotidiano, na rotina e na faina diária de todos praticamente cidadãos brasileiros, já que hoje o Brasil é prevalentemente uma nação urbana, já não é mais rural. Então, desse modo, o tema das cidades torna-se uma preocupação constante dos governos nos seus três níveis da nossa Federação. Tratar de saneamento, de habitação, de mobilidade; dentro de saneamento, questões de abastecimento e, como bem lembrou o Senador Omar, a questão da destinação dos resíduos sólidos, hoje quase um pesadelo, especialmente para as cidades médias e pequenas, tudo isso faz do Ministério, de fato, um conjunto de problemas, aliás, como nós todos conhecemos, em geral, em um país em desenvolvimento. Então, o desafio não é pequeno.

E a minha intervenção, que será breve, permita-me, Presidente, eu não posso deixar de fazer aqui o registro de um tema que nos é muito caro em meu Estado e em minha capital, Belo Horizonte. V. Exª tem conhecimento pleno do assunto que se transformou quase em uma novela emblemática, que se chama metrô de Belo Horizonte, Trata-se de um tema de mobilidade em uma metrópole que é das maiores metrópoles do Brasil e terceira maior região metropolitana em termos de habitantes.

O metrô de Belo Horizonte, eminente Presidente, Senador Davi Alcolumbre, é um caso interessante. Ele foi iniciado em 1986 e foram implementados seus trens e suas estações até o ano de 2002. Em outubro de 2002, foi inaugurada a 19ª estação do nosso metrô. De lá para cá, lamentavelmente, não foi colocado um só metro de trilho e sequer uma só estação foi inaugurada. O metrô de Belo Horizonte é de responsabilidade do Governo Federal, de uma empresa denominada CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos). De 2003, portanto, até agora, 2015, houve uma grande mobilização social não só na capital, mas em todo o Estado, já que a mobilidade na capital reflete como um feixe de ações em todo o Estado de Minas Gerais, para questões relativas ao incremento desse metrô.

E os anos se passaram, Ministro. E V. Exª não tem nenhuma responsabilidade, está assumindo agora o seu posto, e tenho muita confiança em seu trabalho e a esperança de que agora, como se diz popularmente, a coisa ande. Mas, durante esses anos todos, lamentavelmente, entre 2003 e 2015, não avançou. O Estado foi

acionado pelo Governo Federal em 2012, fizemos um convênio em 2013, em maio de 2013, para que fizéssemos o projeto de expansão do metrô. Em 2013, foi assinado e publicado esse convênio e, em um ano, o Estado entregou, em maio de 2014, esses projetos.

De lá para cá, é claro que temos aí diversos temas – o ambiente político acaba que também sempre leva a algum tipo de esgarçamento –, mas o importante, a essa altura, é a relevância dessa obra, que é fundamental e que é responsabilidade do Governo Federal.

Então, aqui, o meu pedido, o meu repto, o meu apelo e a esperança que, V. Exª conquistou lá na Pasta das Cidades, consiga, de fato, avançar naquilo que é considerada a prioridade número um para a mobilidade de uma metrópole tão importante, que é Belo Horizonte – e volto a insistir –, que atinge milhões...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – ... de habitantes de toda a região metropolitana.

Agradeço muito o eminente Ministro e lhe desejo muito boa sorte na condução dos negócios de sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Próximo, Senador José Medeiros. *(Pausa.)*

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Prezado Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Vice-Presidente, Senador João Alberto, meu caro Ministro Gilberto Kassab, nós temos um conhecimento pessoal e político de mais de 25 anos, desde 1989, quando apoiamos a candidatura a Presidente da República do atual Ministro da Micro e Pequena Empresa Afif Domingos e, nesse período todo, sempre tivemos uma relação pessoal e política muito próxima. Então, fico muito feliz em vê-lo aqui e também quero parabenizá-lo pela explanação que fez há poucos minutos.

Também, de alguma forma, quero destacar a equipe competente que V. Exª colocou à frente das diversas Secretarias Executivas do Ministério das Cidades, não só pela competência, como também pela capacidade de atendimento sempre cordial e eficiente nas solicitações que estamos encaminhando. É uma coisa fundamental para quem dirige algum órgão dar atenção às pessoas mesmo que não tenha a solução imediata para dar aos problemas. Gosto muito disso, até porque, em todos os cargos que ocupei no meu Estado, o procedimento sempre foi este: dar atenção, dar retorno e conversar abertamente com aqueles que provocam algum procedimento, alguma obra nos diversos cargos públicos do Estado ou do Governo Federal.

E me chamou a atenção uma coisa que, na Comissão de Meio Ambiente, tenho procurado destacar e chamar a atenção do Governo de uma maneira geral, essa questão da água e do abastecimento de água, que V. Exª falou, há pouco, sobre sua cidade, São Paulo, e o Estado de São Paulo também.

O Governo Federal tem, de alguma forma, alocado recursos em convênio com os Estados e com os Municípios para saneamento dessas cidades, inclusive a nossa capital lá da Bahia, Salvador, e outros Municípios em convênio com o Ministério das Cidades já há algum tempo e também mantidos até agora.

Eu acho que, neste ponto, nesta questão do saneamento, seria fundamental – e São Paulo passa por isso – que o Ministério ou o próprio Governo tivesse um procedimento para chamar a atenção das empresas responsáveis pelo abastecimento de água e para o saneamento no que tange à perda de água. Segundo uma verificação, um relatório que nós lemos recentemente, e agora até publicado até nos jornais, em todas as capitais, há uma perda substancial de água. A cidade de São Paulo, por exemplo, de responsabilidade da Sabesp, perde em torno de 37% da água tratada que é oferecida à cidade de São Paulo. Então, 37% da água tratada que vai para a cidade de São Paulo é perdida. Na minha cidade, em Salvador, é em torno de 52%. Em todas as capitais, inclusive, em algumas delas, chegando a 72% de perdas com o abastecimento de água.

Então, eu queria colocar como se fosse um pré-requisito para financiamento de saneamento que os Estados tivessem responsabilidade nesta questão da melhoria nas redes de distribuição de água, porque, se está faltando água agora em São Paulo, nos seus diversos reservatórios, se não estivessem perdendo 37% de São Paulo, não estaria faltando água.

Hoje eu vi, inclusive, uma matéria, pela manhã, nas televisões, de que as pessoas estão na cidade de São Paulo puxando água com canos de borracha para as suas residências. Eu achava que qualquer financiamento que fosse ser dado para saneamento ou melhorias urbanas de qualquer finalidade deveria se chamar a responsabilidade das empresas de saneamento para melhorar essa distribuição e conter essa perda de água.

Vejo também com muita preocupação, no Brasil, como um todo, sempre a preocupação de fazer adutora, de fazer a transposição de bacias, e não vejo, de maneira nenhuma, nenhuma ação de Governo, e o Governo Federal deveria entrar nessa questão, na busca de renovação e revitalização de nascentes, de afluentes e desse condição de preservação.

(*Soa a campanha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Ex^a falou aí que a água é o bem mais importante para a vida das pessoas. Ninguém tem a menor dúvida disso. É mais importante do que o petróleo, que você pode substituir por etanol, por xisto, por nitrogênio, por energia eólica, por fotovoltaica. Agora, eu quero saber como vai se resolver o problema da água, a não ser com preservação ambiental, com revitalização de nascentes e também fazendo isso que acabei de falar. Em todas as capitais do Brasil, a menor perda é em torno de 37%, 40% da água tratada.

Então, o Ministério não deveria financiar absolutamente nenhum projeto sem que essas empresas se comprometessem a fazer a renovação, a melhoria e a modernização da distribuição da água nas diversas capitais e cidades de grande porte do Brasil. Isso é uma coisa que me chama muito a atenção.

Mas eu quero, de alguma forma...

(*Soa a campanha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... parabenizar pelo seu trabalho. Tenho absoluta certeza de que fará um bom trabalho no Ministério das Cidades. O programa Minha Casa, Minha Vida é um programa de grande relevância para as populações de menor arrecadação e de baixa renda. A Presidente Dilma está de parabéns. Ela trabalhou muito por isso. No meu Estado, no Governo Wagner, foram 230 mil unidades já entregues à população. O maior programa habitacional de toda a história do Brasil. Então, eu quero destacar esse compromisso da Presidente Dilma, e tenho absoluta certeza de que V. Ex^a vai tocar para que ele possa continuar dando soluções às habitações.

Parabéns! E conte com o nosso apoio aqui no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como próximo Senador, e aí fecharíamos o bloco de quatro Senadores, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Bom dia a todos! Acho que é dispensável qualquer comentário a respeito do nosso Ministro, mas quero dizer que ele está no lugar certo, porque quem administrou e governou São Paulo e hoje é Ministro das Cidades creio que tem todas as ferramentas para o enfrentamento dos problemas das cidades.

Entretanto, a minha pergunta, meu querido Ministro... Se o nosso Romero permitir, eu queria fazer uma pergunta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É uma audiência pública, não é? O Senador Romero está dando uma audiência.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Ministro, só se fala em contingenciamentos, não tem dinheiro para nada, estamos com três meses de gestão, não foram liberados recursos para os Municípios, para as cidades, para os Estados, principalmente em decorrência dos contratos, convênios e acordos com o PAC. Então, a minha pergunta: considerando as dificuldades que estão aí, do orçamento previsto para este ano, o contingenciamento que deverá acontecer, os cortes, já se tem uma ideia de quanto isso vai representar no cronograma de desembolso e de execução dos programas de projetos do Ministério das Cidades? Essa é uma pergunta.

A outra. Nós tivemos oportunidade de administrar uma cidade de quase um milhão de habitantes e, historicamente, temos visto todos os programas habitacionais empurrarem os pobres para o mais distante dos centros das cidades – os conjuntos do Minha Casa, Minha Vida – e sempre de forma horizontal. Isso é, pelo menos, o que ocorre na Região Nordeste, principalmente lá em Teresina.

Existe algum estudo com vista a evitar o *apartheid* social – como me refiro sempre –, o *apartheid* social em uma comunidade, em uma área de ocupação onde as pessoas nasceram, conviveram em família, em comunidade, frequentando a mesma escola, a mesma igreja e, em decorrência dos programas de governo, são levadas para distante daqueles locais onde nasceram, onde conviveram, ou seja, em um verdadeiro *apartheid* social?

Eu faço essa pergunta porque nós fizemos um projeto pioneiro dentro do PAC, hoje sob a responsabilidade do Ministério de V. Ex^a, no qual fizemos uma tentativa e avançamos em fixar as pessoas em habitações humanas, e não desumanas, como elas viviam até há pouco tempo, de forma não horizontal, vertical. A minha pergunta: existe algum estudo – principalmente através da Inês Magalhães, que há mais de 15 anos, parece-me, 20 anos, estuda essa área, tanto em ministérios, como também lá na Caixa Econômica Federal – que leva em conta esse aspecto social da vida das famílias e em famílias, com relação ao *apartheid* social?

São essas duas perguntas que eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Passo a palavra ao Sr. Ministro Gilberto Kassab para assim encerrarmos o primeiro bloco de questionamentos.

(Soa a campanha.)

O SR. GILBERTO KASSAB – Bom, obrigado aos Senadores pela participação.

Primeiro, quero dirigir-me ao Senador Omar Aziz e dizer que foram muito oportunas as suas observações em relação ao Estado do Amazonas e em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida, porque a questão do saneamento não é apenas onde falta água, a questão do saneamento é como levar qualidade de vida em relação a essa questão. E, em um Estado que tem dificuldades, como o Amazonas, do ponto de vista de investimentos, sabemos que a questão não é ter a água, mas é como captar a água, como tratar a água e como investir em um sistema de reservatórios. É fundamental que haja um aperfeiçoamento e um volume maior de investimentos do Governo Federal em Estados como o Amazonas. Até porque, são claros, e são colocados a público, os problemas pelos quais passa o Estado, nos períodos especiais de cheia. O Brasil inteiro convive, há décadas, com as imagens terríveis, tristes da população do seu Estado, com dificuldades de acesso a essa água, com dificuldades de acesso a programas importantes no campo da educação e da cultura.

Então, o nosso Ministério, no que diz respeito à Secretaria de Saneamento, tem uma visão voltada para Estados como o Amazonas, com a mesma intensidade como se volta para a Bahia, para São Paulo, que até hoje que vive o problema inverso, mas tão grave quanto o do Amazonas. Portanto, as suas observações são corretas. Em relação ao nosso planejamento, nós temos a mesma prioridade para Estados que convivem com a intensidade da presença da água, mas necessitam, tanto quanto os outros Estados, de um volume grande de investimentos.

Quanto ao programa Minha Casa, Minha Vida, também muito bem registrada a questão da falta de infraestrutura em alguns programas habitacionais ou a necessidade de dotar os programas de uma infraestrutura adequada. De nada adianta construir um volume grande de unidades habitacionais, mas que estejam distantes de transporte público, de creches, de escolas, de postos de saúde. E cada vez mais os projetos idealizados no Ministério, em parceria com as prefeituras, levam em consideração essa questão, e é fundamental que levem.

Então, tenha a certeza que essas duas questões exteriorizadas, aqui, pelo senhor são levadas em consideração e serão levadas mais ainda, a partir da nossa gestão, porque já está se esgotando o número de áreas disponíveis perto de centros urbanos que tenham equipamentos urbanos.

Cada vez mais, no programa Minha Casa Minha Vida, as áreas são distantes do núcleo central das cidades, e quanto mais distantes, mais necessário é dotar o programa, os projetos de infraestrutura ao lado da unidade construída. Então, muito bem colocadas as suas observações.

Quanto às observações do Senador Anastasia, é verdade. O programa de transporte público sobre trilhos, em especial na cidade de Belo Horizonte, sob a responsabilidade do Governo Federal, pouco avançou ou nada avançou nos últimos anos. A cidade carece da conclusão desses investimentos. Nós criamos um grupo de trabalho entre o nosso Ministério e o atual governador, o Governador Pimentel – é o que nos cabe neste momento –, para examinar os obstáculos e criar perspectivas de curto prazo de solução dos problemas para que os investimentos aconteçam.

Eu vou até, para enriquecer a nossa reunião – mas com a participação de dois minutos, porque, depois, ele pode vir especificamente, ou em visita ao seu gabinete, para relatar como estão os andamentos, ou aqui a esta Comissão, para que possa, sob o ponto de vista nacional, falar sobre mobilidade –, pedir ao Dario como é que está, hoje, a situação do metrô de Belo Horizonte, em dois minutinhos, para o Senador Anastasia não sair. Teve duas reuniões com o Governador e, inclusive, uma acontecerá amanhã, de que eu não participei e o Secretário Dario vai me relatar, depois da segunda, mas você pode, em homenagem ao Senador e à Comissão, resumir, em dois minutinhos, como é que está o estado da arte do...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Ministro, só para a gente cumprir a questão regimental, eu gostaria de consultar o Plenário sobre se a gente pode abrir essa exceção, já que o Regimento nos proíbe que, em uma audiência pública com a presença de Ministro, a gente possa ter outra participação.

Então, consulto se há unanimidade do Plenário.

O SR. GILBERTO KASSAB – Permite-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. GILBERTO KASSAB – Podia marcar depois. Eu pediria ao Secretário, no meu gabinete, e eu o receberei com muito gosto para a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não, Senador. Se o Plenário concordar, for unânime, a gente pode abrir essa exceção.

Havendo a unanimidade, a gente abre para o Secretário poder fazer, em sinal de respeito ao pedido do Ministro, as considerações ao Senador Anastasia.

O SR. DARIO RAIS LOPES – Bom dia a todos.

Senador, nas reuniões que nós já mantivemos com o Governo de Minas Gerais, a solução que está sendo desenhada inverte a responsabilidade da obra. Nós, Governo Federal, estamos propondo assumirmos a responsabilidade da obra. Essa última reunião e as próximas são para redesenhar a primeira etapa, que seria dedicada, única e exclusivamente, à linha 1.

Havia um projeto, para nós bastante ambicioso. Eu entendo, particularmente, que a gente consegue ter uma solução que dê a capacidade necessária ao cliente, sem um investimento tão grande como estava previsto. É esse o nosso foco agora.

Adicionalmente, nós também já “consensamos” que uma obra com essa complexidade não deve ser objeto de uma contratação através de RDC. A gente pretende fazer uma contratação mais convencional, de modo a ter uma garantia não só da contratação, mas da execução e entrega com qualidade.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Secretário.

Com certeza, o Senador Anastasia receberá uma visita, no seu gabinete, do Secretário, até porque a sua contribuição às tratativas e entendimentos é fundamental, diante da sua experiência e da sua qualidade de homem público.

Voltando, então, à questão do metrô CBTU – agora, o nosso querido Senador Otto Alencar –, quanto ao pré-requisito para financiamento, é uma ideia muito pertinente.

Vale, aqui, uma sugestão, se o Senador Davi permitir, de se fazer uma audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para que, com os convidados que a Comissão possa aqui ter presentes – me coloco à disposição também para estar presente junto com o Paulo Ferreira – se possa colher, ter contribuições para começar a criar, Senador Otto, uma regra para que nos permita, o mais rápido possível, direcionar os nossos investimentos nesse sentido.

Eu gosto muito da ideia, e vou compartilhar, dentro do Ministério, com nossos quadros técnicos, e procurar avançar bastante.

Eu convido o Paulo Ferreira, e peço para ele que faça uma visita ao seu gabinete, ao gabinete do Senador Davi, para que possamos caminhar nesse sentido, na parceria, na contribuição do Senado, junto com o nosso Ministério, para ouvir todos. É um assunto extremamente importante e delicado, mas eu acho que é uma solução que atende muito às necessidades do País. Acho que, à medida que o brasileiro – porque o dinheiro do Governo Federal é público, é teu, é meu – está ajudando a financiar solução de um determinado Estado, esse Estado tem que fazer a sua parte, e a sua parte é investir em medidas que evitem a perda de água, não é? Muito obrigado por sua contribuição. Já valeu por esta audiência.

Quanto, por fim, ao Senador Elmano, quero agradecer pela participação e dizer, Senador, que os cortes, nós não sabemos. O que nós sabemos é que a Presidenta Dilma e a equipe econômica têm, em todos os momentos, dito que existem alguns programas que são prioridade para o Governo e, entendem que, para o País. E parte desses programas estão no nosso Ministério: o Minha Casa, Minha Vida, o PAC Mobilidade, os investimentos em saneamento. Eu acredito que nós teremos cortes ou contingenciamentos mais suaves do que aqueles que acontecerão em outros ministérios.

Mesmo esse corte que deverá acontecer no nosso Ministério, e é correto que assim o seja porque o País precisa de ajuste na sua economia e o Governo precisa fazer a sua parte, qualquer que seja a sua dimensão, ele será menos perceptível para a sociedade brasileira, porque o nosso Ministério convive com investimentos de grande porte com prazo longo de implantação. Então, você pega um grande investimento de saneamento que demanda, da idealização até a conclusão da obra, às vezes, seis, sete, oito anos, e não serão seis meses que farão a diferença. Então, eu sempre uso a expressão que os passos sofrerão deslizamentos para o futuro. Não são nem adiamentos, portanto, muito pouco perceptíveis. Um cidadão que não tenha a sua casa própria – e num investimento grande de estado, porque estamos falando em bilhões de reais por todo o Brasil –, não serão três ou quatro meses de deslizamento que serão significativos. Porque, quando se fala em corte, se fala em adiamento, não em você eliminar o programa. E, no nosso caso, não é nem adiamento: é deslizamento – a palavra “adiamento”, eu não acredito que irá existir por conta da extensão do prazo, da longevidade dos prazos de implantação.

Quanto à questão do *apartheid* social, esse é o grande desafio, não é? Porque não é um programa para construir casas: é um programa para dar dignidade às famílias. E dar dignidade às famílias envolve você também identificar o melhor o local para elas viverem. Em especial e geralmente, as pessoas preferem continuar vivendo no local que elas já moravam. Tanto é que existe o programa Aluguel Social: em diversas cidades, você retira as famílias do local, constrói a unidade, e, enquanto isso, elas têm uma alocação social custeada pelo Estado,

pela prefeitura, e, depois, elas voltam para a unidade construída. Então, a questão do *apartheid* social é o foco principal de qualquer programa habitacional que queira levar dignidade às famílias. Porque a dignidade não é apenas construir: é você dar a elas oportunidade de morar com conforto e no local que elas se sintam bem, se sintam amparadas; e, geralmente, elas gostam de viver onde elas sempre viveram, não é?

Ontem, na cidade que fui inaugurar um conjunto habitacional, a senhora para quem eu dei as chaves é uma senhora – que tinha 50 anos de idade ou 45, por aí, imagino – com três filhas pequenas.

E ela, há 30 anos, morava há 1 km daquela localidade, à beira de um córrego, no mesmo barraco. Ela estava muito feliz, porque ela vai continuar morando lá. Essa é uma política social importante e que, para ser justo, tem sido observada desde o início do programa, eu percebo – e continuará a ser observada.

E, quanto à Inês Magalhães, concordo com as suas observações, é uma técnica competente, responsável, e que o Brasil merecer ter à frente da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Iniciando o próximo bloco, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente Davi, Ministro Gilberto Kassab, é uma honra tê-lo aqui dialogando conosco, com a segurança e a clareza com que tem discorrido sobre os programas do Governo Federal sob a sua gestão.

Nesses dois últimos anos, eu trabalhei muito na gestão do programa Minha Casa, Minha Vida entidade, empresas, prefeituras. Eu tenho observado, Senador Elmano, que o programa tem uma preocupação fundamental: ali tem que ter o posto, tem que ter o atendimento da saúde, tem que ter a infraestrutura. Inclusive agora está se exigindo a ligação ao local da moradia por pavimentação.

Acho que o programa vem evoluindo e evoluindo sempre para melhor. Nós temos uma Prefeitura que o PT já por 16 anos lá no Estado do Tocantins – vai para 16 anos agora –, que é Colinas, a qual tem um grande programa de moradia. Colinas está na BR-153, com ligação com o Pará, o Porto Seco ou Pátio da Ferrovia Norte-Sul, por onde chegam as carretas de soja que vêm do Mato Grosso, que vêm de parte do Tocantins. Então, é uma cidade que está em franco crescimento.

O crescimento da cidade de Colinas é acima da média do Estado. E estão em andamento cerca de quase duas mil unidades lá. Unidades em que hoje estão garantindo a água aquecida pelas placas de energia solar, em que está sendo garantida a infraestrutura toda. Essa preocupação de que o atendimento do serviço de saúde tem que estar lá e escola tem que estar lá. Então, eu penso que vem evoluindo.

Agora, essa questão do *apartheid* social é realmente uma preocupação. As áreas da especulação imobiliária nos centros das cidades impedem que o programa seja instalado lá ao custo que o viabilize.

Eu sou da cidade de Palmas, uma cidade, do ponto de vista aparente, muito bem planejada, porque ela é uma cidade muito bem traçada, mas tem grandes vazios urbanos, com os quais é uma luta pra gente poder fazer Minha Casa, Minha Vida dentro do centro da cidade. Agora, o atual prefeito, se não está fazendo no centro da cidade, está procurando dotar as unidades que serão construídas com a passagem do BRT, que é um grande projeto que nós vamos desenvolver lá agora com recursos do Ministério, do Governo Federal e de financiamento, sob o comando do Ministério das Cidades. Então, Ministro, eu penso que o gargalo principal que a gente tem não é mais o da moradia, é este dos aterros sanitários, que foram ditos pelo Senador Aziz; é o da água.

Eu aprendi com um sertanejo que onde se fala mais de saúde é no hospital e onde se fala mais de liberdade é na cadeia. E hoje nós estamos falando muito em água, porque não tem. A água não é um problema só de São Paulo, de Minas e dos grandes centros urbanos. No Estado do Tocantins, em que nós estamos ilhados por dois grandes rios: o Rio Tocantins e o Rio Araguaia...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ...e nós temos problemas sérios da água. Nós temos dois tipos de problema: o problema da ausência da água em alguns lugares e o problema de ter água de má qualidade.

Há um Município que tem 95% de atendimento de água, e a água lá é de péssima qualidade, não tem sanidade, é cheia de metais pesados, etc.

Então, a água deve ser, para o nosso Governo, para o seu Ministério, nesse próximo período, motivo de preocupação. E, com uma criatividade como essa do Senador Otto Alencar, nós deveremos superar, nesses próximos quatro anos, para garantir água em todos os lugares, como estamos garantindo a chegada do Luz para Todos, e de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Próximo orador, o Vice-Presidente desta Comissão, Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Davi Alcolumbre, Sr. Ministro Kassab, eu queria falar sobre a construção das casas.

No passado, o Governo Federal tinha um programa espetacular no Brasil, feito na criação do BNH, Banco Nacional de Habitação, que eram as casas populares, Cohabs, as Companhias Habitacionais.

Pagava-se, naquela oportunidade, pela casa, mais ou menos, 10% do valor de um aluguel corrente. O programa era fantástico. Era um fundo criado, rotativo, e esse pagamento representava a construção de novas unidades. O banco faliu. Houve má administração, e o programa foi-se embora.

Vê-se agora esse programa espetacular, que é Minha Casa Minha Vida – no meu entender, no início, muito bom. Mas, agora, Sr. Ministro... O senhor está chegando agora, e eu poderia até dizer que o que vou falar aqui é talvez para que haja algumas modificações na sua execução.

Primeiro, o programa é feito diretamente com o Governo do Estado ou do Município, e às vezes, não. O programa tem intermediários. Hoje, ele está servindo de meio de vida para os intermediários.

Tem-se de ter uma... As prefeituras têm de dar a licença da construção. Se elas não derem a licença da construção, as casas não são construídas. E, às vezes, nessa licença, há grandes problemas, que acontecem.

O material das casas, Ministro, em função dos intermediários, está de péssima qualidade. E ainda vêm, Ministro – não sei se o senhor já tomou conhecimento –, os atrasos no pagamento das empreiteiras. Ora, atualmente o atraso é de 45 dias, 60 dias.

Foi feito, no ano passado, em março, um acordo com o Tesouro Nacional, o Ministério das Cidades, para que esse atraso do pagamento não fosse maior do que 15 dias. Ora, a construtora vai buscar o dinheiro no banco, o valor de construção das casas é pequeno. Ela se acha com um lucro bem pequeno mesmo; se ainda tem de pagar esses juros, então o material da casa tem de ser de uma qualidade inferior.

Tenho feito visita a esses conjuntos criados: as ruas afundando; a coleta, o esgoto, péssimos; os moradores se unindo para tentar minorar as suas dificuldades.

Quando se procura a construtora, ela fala dos preços, dos atrasos e diz que não poderia fazer em condições melhores, mesmo com a Caixa testando, indo lá, recebendo. A qualidade – eu quero lhe dizer – não é boa. Agora mesmo, já fiz visita, neste mês, a casas construídas pelo Minha Casa, Minha Vida. Procuramos a construtora, para fazermos um acordo para que ela fizesse ajustes, para vermos o que é possível ser feito para melhorar. As reclamações são essas.

Mas o pior de tudo são os atrasos, Ministro. Há um atraso de 45 dias agora! Eu estava com o senhor aqui, na mesa, e fiz questão de telefonar para o superintendente da Caixa Econômica, para confirmar se, realmente, o atraso existia, e foi confirmado o atraso do Ministério, da Caixa e do repasse do Tesouro para com esse pagamento. Ora, Ministro, nós não podemos pensar em novas construções com atrasos, porque aí, inexoravelmente, a construção perde qualidade. Não há como deixar de perder qualidade, porque o empreiteiro não vai querer ter prejuízo. Ademais, Ministro, devemos dar uma olhada nos intermediários dessas construções.

Eu fui muito ao Ministério – não com V. Ex^a, mas no passado –, em reuniões com o ex-Ministro, e sempre ouvia, dentro do Ministério – dentro do Ministério – “Nós aqui estamos dando prioridade aos pedidos de associações e tal...” E aquilo, Ministro, me deixava assombrado, porque eu sinto, de perto, o problema, e isso está sendo um meio de vida para aqueles que pedem para viver das construções do Minha Casa, Minha Vida. Eu levanto esse problema porque, pela sua experiência... Eu também já fui Prefeito e Governador de Estado e sei como isso atrapalha um programa que foi feito, com tanta boa vontade, para se resolver o nosso problema habitacional.

Eu só queria fazer essa colocação, porque é um lado da minha vida política para o qual eu olho muito: o saneamento e a casa própria. O programa é muito bom. No meu entender, há que se fazer algumas correções necessárias em função da sua longevidade, do seu tempo, e correções sempre são importantes para melhorar as qualidades do programa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Hélio José, gostaria de registrar a presença do ex-Governador e Deputado Federal Rogério Rosso, Líder do PSD na Câmara dos Deputados. A presença de V. Ex^a honra esta Comissão e esta audiência pública.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer a V. Ex^a, Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão, Senador João Alberto, nosso Vice-Presidente, cumprimentar os nossos Senadores Elmano, Donizeti e o nosso Líder, Rosso, e parabenizar, cumprimentar e reconhecer o grande mérito do nosso Ministro Gilberto Kassab, pelo excelente trabalho, pelo desenvolvimento que está sendo feito no Ministério das Cidades, um Ministério importante, que concentra as esperanças de milhões de brasileiros e onde são desenvolvidos projetos importantes, como o Minha Casa, Minha Vida, os projetos de mobilidade urbana, de

saneamento básico e outros importantes, relativos ao Denatran e outras questões que são de fundamental relevância para o nosso País.

Creio que a Presidenta Dilma tenha confiado ao meu Partido, o PSD, na Presidência do nosso Ministro Kassab, essa possibilidade de conseguirmos levar melhor infraestrutura para as grandes cidades.

O Senador Omar estava até brincando aqui próximo de mim, dizendo: “Brasília não precisa de nada disso!”, falando para o Kassab.

Brasília precisa muito, Ministro! A 20 quilômetros de Brasília há uma cidade chamada São Sebastião em que um dos bairros chama-se Morro da Cruz. É um bairro grande totalmente sem urbanização, sem coleta de esgoto, sem o básico para que uma cidade, para que um cidadão possa sobreviver de uma forma digna.

Além disso, aqui em Brasília, o que mais se ouvia era Sol Nascente; Morro da Cruz, a que me referi, Porto Rico e Pôr do Sol. São exatamente essas grandes cidades em torno de Brasília que não têm urbanização alguma. Então, precisamos debater muito para viabilizar a urbanização desses setores tão importantes para a nossa cidade.

Além disso, quero registrar que estamos debatendo muito sobre a nova matriz energética, sobre a alternativa, sobre o melhor entendimento, sobre a questão do reuso de água, sobre uma série de inovações. Sei que o nosso Ministério, inclusive, tem pontuação diferenciada para projetos que pensem a sustentabilidade, que pensem propostas, Senador Davi Alcolumbre, que nos permitam, com a economicidade, com a eficiência, melhor atender o nosso povo.

Em debate recente com o nosso Ministro Gilberto Kassab, conversávamos sobre a necessidade de os próximos projetos do Minha Casa Minha Vida espalhados pelo País terem obrigatoriamente, ou de uma forma recomendada, fontes alternativas de captação de energia. Essa energia doméstica poderia gerar economicidade para os próprios condôminos daquela região onde seria feito o projeto e também amortizar a grande demanda energética nacional, que, em alguns momentos, até causa apagões por causa da pressão que está sobre o sistema, principalmente nos horários de ponta. Então, estou acompanhando. O Dr. Dário está aqui, assim como o nosso Secretário de Saneamento, Dr. Paulo Ferreira, além de outros Secretários com o Ministro Kassab.

Quero dizer que é com muita satisfação que estamos ouvindo V. Exª nesta Casa. Há alguns instantes, eu estava na Comissão de Infraestrutura da qual sou titular, e por isso não estive aqui desde o início, discutindo algumas coisas relevantes e importantes em termos da infraestrutura nacional. Lembrávamos, inclusive, que alguns Ministros serão devidamente convidados a poder mostrar todo o seu plano de trabalho e de recuperação do nosso País, com relação à infraestrutura. Inclusive, V. Exª foi citado como um Ministro importante da infraestrutura nacional, como outros Ministros que estarão expondo, na Comissão de Infraestrutura, a proposta de trabalho para o nosso País.

Finalizando, quero registrar, Davi, que é com muita satisfação que, pela primeira vez, utilizo a palavra aqui na CDR. Não sou membro, mas sei do trabalho excelente de V. Exª à frente desta Comissão. E quero dizer a V. Exª, Ministro Gilberto Kassab, que é com muita tranquilidade que a Bancada do PSD, composta por mim, pelo Senador Otto Alencar e pelo Senador Omar Aziz e pelo Senador Sérgio Petecão, está aqui trabalhando nesta Casa, sob a direção de V. Exª, levando a discussão para a melhoria da infraestrutura nacional.

Muito obrigado. Conte conosco sempre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como já encerramos os Senadores inscritos e tendo a oportunidade de o Deputado Rogério Rosso estar presente aqui na Comissão, eu gostaria de ceder também a palavra a S. Exª para que pudesse fazer as suas considerações como participante desta Comissão.

Logo em seguida, o Ministro irá fazer, respondendo os questionamentos, a conclusão da sua audiência pública nesta Comissão.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD – DF) – Bom dia, Senador Davi, Senadores, Ministro Kassab, senhoras e senhores.

É uma forma muito peculiar que o Ministro Kassab tem, na minha percepção, e que representa muito a necessidade hoje de um gestor e a forma de um gestor público trabalhar.

Olhando, Senador, o mapa atrás de V. Exª e vendo o tamanho do Brasil continental, o Ministro Kassab, que tomou posse no dia 1º de janeiro, já atravessou de norte a sul, de leste a oeste praticamente metade dos Estados, senão mais. E, na minha avaliação, é a forma melhor que a gente tem de colher as informações mais precisas, de estar presencialmente em contato com a população e com as demandas.

Portanto, é de uma forma bastante ativa que nós temos orgulho da forma de o nosso Ministro Kassab trabalhar. Parabenizar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo por esse evento que é fundamental, e quando vem um ministro de Estado aqui na Casa com essa forma didática...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD – DF) – ... presencial, amiga e se colocando à disposição, esta Casa se alegra. Muito obrigado e parabéns, Ministro Kassab.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com a palavra o Ministro, Sr. Gilberto Kassab, para fazer as suas considerações e aproveitar para encerrar a sua participação nesta audiência na nossa Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Só pela ordem, Sr. Presidente, para que eu possa agradecer a presença do Ministro. Eu sei das dificuldades que o Brasil enfrenta, mas sei da capacidade do Ministro para gerenciar isso. Ele é uma grande ajuda tanto do ponto de vista administrativo como político para o Governo da Presidente Dilma, e todos nós torcemos para que dê certo, a gente não está torcendo aqui para as coisas darem errado.

Mas o Ministro ficou me devendo uma resposta, e eu queria aproveitar para que ele pudesse... Qual é o valor que nós temos hoje para investimento este ano? Isso é que é importante, porque nós temos uma situação em que os investimentos são necessários no País, então, não são restos a pagar. Restos a pagar eu sei que há muitos aí, mas eu queria saber o que está realmente hoje programado no Orçamento para investimento, para novos investimentos nas mais de cinco mil cidades brasileiras?

Obrigado, Ministro.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Presidente Davi. Quero também registrar satisfação pela presença do Senador Dário Berger.

Primeiro, respondo aqui às considerações do Senador Donizete Nogueira, todas elas muito pertinentes e vinculadas à necessidade de investimento nos programas habitacionais vinculados, compatíveis e integrados com projetos de saneamento e com as questões ambientais. É evidente que a sua manifestação foi muito similar às manifestações do Senador Otto e do Senador Elmano no que diz respeito também à questão das famílias, da preocupação em haver investimentos que levem em conta a questão social. Então, eu quero publicamente agradecer ao Senador Donizeti por suas considerações.

Agradeço ao Senador Hélio José pelas considerações, pelas palavras, e quero dizer que a questão de Brasília é prioritária, sim. Temos pleno conhecimento da importância e ciência dos investimentos aqui em Brasília, e hoje, muito possivelmente com a sua presença, teremos a reunião com o Governador de Brasília – ao Líder Rogério Rosso, eu queria agradecer pela presença e cumprimentá-lo pelo trabalho, seja aqui em Brasília, seja dentro do Congresso, que aqui já lembrou das nossas viagens –, e hoje a gente faz a 14ª reunião com o governador e sua equipe. Visitamos já 13 Estados, semana que vem serão 16 Estados, reuniões muito densas, em que todos os investimentos são analisados, todos os projetos em andamento são discutidos, todas as obras que estão sendo executadas são avaliadas, e hoje, com a sua presença, teremos a oportunidade de avaliar a questão de Brasília. Muito obrigado por suas palavras, suas considerações.

Quero dizer, antes de voltar ao Senador João Alberto, nosso Vice-Presidente, ao Senador Omar Aziz, que os investimentos públicos serão da ordem de R\$30 bilhões, porém o significativo são os investimentos privados financiados, fundos de garantia, o que deverá chegar, este ano, tenho uma expectativa, a R\$100 bilhões, o que é bastante significativo. Incorporados aos investimentos do programa Minha Casa, Minha Vida, de saneamento, de mobilidade. Como são investimentos de longo prazo, eu diria que, para os próximos oito anos, mantidos os valores, mantida a média dos últimos oito anos, podemos levar em consideração que o Brasil poderá ter investimentos de R\$800 bilhões, nos próximos oito anos.

Essa é a importância das discussões e a participação do Senado, da Câmara nas comissões, porque são investimentos que não podem ter erro, são investimentos de longuíssimo prazo. O senhor, como ninguém, conhece o Estado do Amazonas, e vai nos permitir, ao longo dos próximos oito anos, com sua presença aqui, não errar, porque são investimentos muito altos, muito vultosos, nessas quatro áreas, que terão uma repercussão muito grande na qualidade de vida da população. Então, falo isso afirmando aqui que existe margem de erro, mas eu diria que podemos considerar em torno de R\$100 bilhões, públicos e privados, porque existem investimentos privados, inclusive fundos de garantia, envolvidos. Pelos próximos oito anos, porque é um investimento de muita intensidade e longo prazo, R\$800 bilhões.

Voltando agora ao Senador João Alberto, quero agradecer-lhe por suas considerações. O senhor é uma das pessoas, na vida pública, mais experientes do nosso País, do nosso Senado, uma reconhecida capacidade e talento político, que foram muito importantes para que a gente possa levar em consideração para aperfeiçoar o programa. O programa não permite intermediários, porque isso abala sua qualidade, isso onera sua qualidade. O programa precisa ter um acompanhamento muito próximo das prefeituras, muito próximo do Governo

Federal. A Caixa precisa estar ciente da importância da fiscalização, da eliminação dos intermediários, se existir em algum lugar.

Porém, vale ressaltar que é um programa com uma dimensão que talvez nenhum outro programa no mundo tenha tido. Então, é natural – e estamos no início de um programa tão ambicioso, estamos no quinto ano desse programa –, é um programa que permanentemente comporta aperfeiçoamentos. Se esperássemos o momento ideal para lançar um programa como esse, talvez ele nunca tivesse sido lançado. Então, permanentemente, com contribuições como a sua, vamos aperfeiçoando, vamos construindo um programa melhor e atendendo melhor as famílias, seja nos empreendimentos sob responsabilidade das empresas, seja nos empreendimentos sob responsabilidade dos movimentos, sejam eles urbanos ou rurais.

Agradeço muito, e a sua preocupação passa a ser a minha preocupação. Vou pedir para que a Secretária Inês Magalhães o visite em seu gabinete, para que tenha oportunidade de colher subsídios para aperfeiçoamento do programa.

Quanto à questão dos atrasos, o senhor tem total razão, porque é um programa que não prevê reajustes. Portanto, um dia de atraso é um recurso com que a empresa ou o movimento jamais contará, porque não há reajuste previsto. Essa é a razão da preocupação do programa em não falhar nos pagamentos: a credibilidade é fundamental. Quarenta e cinco dias, em determinada obra pública, é irrelevante, no Brasil, porque os contratos preveem reajustes; esse contrato não prevê reajustes. Existe um grupo de trabalho hoje formatando o Minha Casa, Minha Vida Fase 3, as empresas participam das discussões, os movimentos sociais participam das discussões, e a questão dos pagamentos é um dos principais pontos, e esse ponto que o senhor abordou aqui. Então, o senhor foi direto na questão de não haver intermediário e não haver atraso, se não abala a credibilidade do programa. Muito obrigado por suas considerações. E a qualidade, a credibilidade e a qualidade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, permita-me dizer ao Ministro.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ministro, eu também sou bancário. As empresas não poderiam descontar nos bancos essas medições já feitas, aprovadas. Elas entregavam um instrumento, porque isso, mesmo que pagasse ao banco 3% ou 4%, diminuiria o prejuízo delas. E os bancos ficam com receio de um atraso maior, e não fazem, mesmo porque não têm a garantia para dar, do pagamento.

O SR. GILBERTO KASSAB – Assumo o compromisso de avaliar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ministro, antes de V. Ex^a fazer suas considerações finais, o Senador membro desta Comissão Eduardo Amorim gostaria também de fazer suas colocações. Então, abro essa exceção.

Como último orador inscrito o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, colegas Senadores, Ministro, peço desculpa por chegar no final da reunião, mas é porque aqui a gente participa de várias comissões, todas ocorrendo ao mesmo tempo. Então, já estive na CCJ, na CAS, e em várias comissões.

O SR. GILBERTO KASSAB – Já foi cuidar dos problemas de Sergipe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Já fui cuidar dos problemas de Sergipe. Encontrei o Ministro logo cedo, no café da manhã. Mas aconteceram alguns imprevistos que me fizeram chegar atrasado, mas fiz questão de estar aqui presente.

Não vou fazer nenhum questionamento, Ministro, vou dar apenas uma sugestão. Nós vivemos um momento difícil na história do nosso País. O País de uma hora para outra entrou numa crise fiscal numa velocidade estúpida. Eu acho que tudo isso era previsível. E é estranho como não era previsível. Mas tudo bem.

Mas a crise não é só fiscal. A crise não é só econômica. A crise é de crédito, é de diálogo. O paciente, falando em linguagem médica, está muito grave, está mesmo. Enquanto a vê países vizinhos crescendo, crescendo bem, nós estamos indo realmente para um negativo e com uma inflação avassaladora, tirando o poder aquisitivo do pobre, do brasileiro a cada dia.

Mas, Ministro, a minha sugestão, o senhor, como é um homem político e uma dessas esperanças de todos nós, confio na sua missão, acredito na sua missão, sei que o senhor não irá nos decepcionar, faço parte hoje de um Partido que não é da Base do Governo, mas cujo direcionamento sempre foi de autonomia, de independência. Torcemos por quanto melhor, melhor. E fazemos as críticas justas e necessárias quando assim for preciso.

A sugestão que dou, Ministro, é que faça aquilo que o Governo não está fazendo, seja aquele interlocutor, seja um promotor do diálogo. Tenho certeza de que, se o Governo dialogasse mais com essas Casas, a gente ficaria livre de uma crise, que é a crise política. E essa crise política realmente não estaria patrocinando ou aumentando outras crises. A maioria das emendas, acho que de todos os Parlamentares aqui, está direcionada ao seu ministério. As minhas com certeza, e sua maioria, estão no seu Ministério.

Ministro, se possível, coloque na sua agenda, uma vez por mês, dialogar, conversar, ouvir as necessidades, para que a gente possa até defender com conhecimento de causa o Ministério, o que o Ministério está fazendo, quais os problemas, ou seja, até para ajudar.

Então, a sugestão que dou aqui, Ministro, se possível coloque na sua agenda um pequeno momento de diálogo com o Senado, com a Casa, com a Câmara. Que não haja entraves para alguma audiência, para alguma outra coisa. O senhor que conhece muito bem esse meio, com certeza vai estar ajudando, ajudando muito mesmo, a superar essa crise, que é a crise do diálogo.

O momento é difícil, mas o tratamento é muito simples, a meu ver: é dialogar.

Deixo aqui a minha sugestão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, Senador Davi, gostaria de só fazer um registro antes de o Ministro concluir.

Queria registrar nesta Comissão, e até convidar o Ministro, se possível, que no próximo dia 1º, quarta-feira, a gente vai lançar a Frente Parlamentar da Infraestrutura, no Salão Nobre desta Casa, com a presença do nosso Presidente Renan Calheiros. Vou convidar também S. Exª o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, e as pessoas ligadas à infraestrutura nacional.

Então, Ministro vou mandar o convite oficial, mas fica aqui, de primeira mão, registrado nesta Comissão que no dia 1º a gente vai lançar a Frente Parlamentar da Infraestrutura, nesta Casa, no Salão Nobre, de 9h30 às 11h30, e eu estendo este convite a todos os Senadores desta Casa e aos Deputados.

Essa frente será presidida por mim, com a Vice-Presidência do nosso Deputado Herculano Passos. E a gente vai mandar, oficialmente, o convite para V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Ministro, antes de passarmos às considerações finais, registrar que nós recebemos, em homenagem ao Senador Elmano Férrer, que é membro titular desta Comissão, que chega pontualmente às 9h da manhã, nós recebemos uma pergunta no Portal Cidadão, via Alô Senado, do Sr. Francisco Coutinho de Medeiros Filho, do Piauí. Ele gostaria de saber de V. Exª quais são as perspectivas de investimentos para o aperfeiçoamento das cidades que mais se destacam no setor do turismo e, em especial, no Piauí; e se há previsão de investimentos para o Parque Nacional de Sete Cidades, no Estado do Piauí.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador David.

Respondendo ao nosso companheiro do Piauí, eu não tenho os dados do turismo, que não estão afetos ao nosso Ministério. Mas posso dizer que tivemos uma reunião de trabalho com o governador, com diversos prefeitos de cidades lá no Piauí, fomos com a nossa equipe e definimos uma série de investimentos do Ministério das Cidades, do Governo Federal. A Presidenta Dilma já tem conhecimento dessa reunião. Os investimentos acontecerão no campo da mobilidade, do saneamento, da habitação. E eu tenho certeza absoluta de que, no que diz respeito ao Ministério das Cidades, nós vamos contribuir muito com o nosso trabalho, com a nossa parceria com o Governo do Estado e com os governos municipais, para melhorar a qualidade de vida nos aspectos do nosso Ministério.

Quero agradecer ao Senador Hélio pelas considerações, vou me esforçar para estar aqui no dia 1º.

Agradeço ao Senador Amorim pela presença, pelas considerações. Quero lhe dizer que vamos nos esforçar muito para corresponder a essa expectativa.

Quero pedir ao Senador Omar Aziz, se nos der esse prestígio, eu gostei da proposição do Senador Amorim, ele, como Líder do meu Partido, se pudesse, com o Senador Renan e com o Líder do Governo, construir uma agenda com o Chefe de Gabinete do Ministério, o Arley Ayres, que está aqui presente. Uma vez por mês eu me disponho a vir aqui na Presidência do Senado, o Senador Omar pode combinar com o Presidente Renan, ou na Liderança do Governo. Talvez a Presidência do Senado deixe os Senadores da oposição mais confortáveis, mas onde o Senador Omar definir para despachar com os Senadores e, com isso, fica muito mais fácil a relação dos Senadores. Não que eu não vá recebê-los no Ministério quando forem, mas fica, uma vez por mês, o Senador Omar constrói essa agenda com o Arley e com o Renan Calheiros, para que a gente possa estar aqui sempre presente.

Fica esse compromisso, da nossa presença com a nossa equipe, com os nossos secretários, uma vez por mês aqui no Senado para...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Só complementando, Ministro... Só um minuto, Presidente, eu sei que a gente está... Todo o nosso bloco, Bloco União e Força, nós temos uma reunião todas as terças-feiras. Desde já vamos marcar, para que o senhor possa – vários Ministros já estiveram: ontem estive o Ministro dos Esportes; já estive o dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues; da Indústria e Comércio, Armando Monteiro –, ser o próximo a vir, se for possível. Seria muito honroso da nossa parte.

Este é o caminho, é o remédio para tudo isso que nós estamos passando: dialogar, conversar. Mas, infelizmente, a gente não tem essa boa vontade de todos do Governo. Então eu sei que o senhor é um homem de diálogo e acho isso extremante salutar. E será um exemplo, não tenha dúvida, a ser copiado, e tomara que seja por outros, também, que têm essa obrigação em missões como a do senhor.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Amorim.

Quero agradecer a nossa equipe aqui presente. Cumprimentar e agradecer a presença do Flávio Melo, que é o nosso coordenador de imprensa; do Arley, Chefe de Gabinete; do Dario Rais e do Paulo Ferreira, Secretários de Mobilidade e de Saneamento; agradecer a presença da Senadora Lúcia Vânia, que nos honra aqui com a sua presença; agradecer a presença do Líder do meu Partido, Rogério Rosso, aqui presente; do Presidente em exercício nacional do meu Partido, Deputado Guilherme Campos. E que a gente possa, em inúmeras oportunidades ainda, juntos, construir um Brasil melhor.

Temos uma lição de casa dessa visita aqui hoje, Senador Davi. A visita do Paulo Ferreira ao Otto para construir audiência pública conjunto na questão da crise de água; a visita do Dario Rais ao Anastasia; a visita da Inês Magalhães ao João Roberto – eu pediria para o Arley que tomasse as providências para que acontecessem essas reuniões –; e a visita nossa, mensal, aqui a essa Câmara, coordenada pelo Senador Omar Aziz, com o Líder do Governo e o Presidente Renan, definindo o que fosse melhor: local, horário. Eu estou à disposição para que a gente possa construir essa relação.

Quero agradecer ao Davi, que nos dá essa oportunidade. Querido amigo, Senador, jovem mas muito experiente. Fomos Deputados juntos. A Comissão está de parabéns de tê-lo como Presidente, ter o Senador João Alberto como Vice-Presidente. E nos convida sempre que achar que é necessário. Estaremos prontos para atender, porque é o nosso papel. Sou um pessoa do Legislativo, minha vocação é a vida pública e o diálogo com pessoas tão experientes só nos ajuda a não errar e nos ajuda a aperfeiçoar a nossa conduta e as políticas públicas lá desenvolvidas, no passado ou no presente.

Obrigado a todos e considero encerrada a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bem, em nome desta Presidência, em meu nome e do Senador João Alberto, estendendo a todos os Senadores que participaram, Sr. Ministro, agradeço a sua equipe que participou, também, desta audiência pública – inclusive com intervenções importantes no sentido de responder aos Senadores de forma mais imediata alguns questionamentos, quebrando até o Regimento da Casa, mas com o consenso da Comissão.

Agradeço a todos os Senadores e quero dizer a V. Ex^a, Ministro, que, durante o decorrer da audiência pública, passaram nesta Comissão mais de 20 Senadores. Isso é sinal de prestígio, de reconhecimento ao papel fundamental e à missão que o Ministério das Cidades tem, como V. Ex^a bem colocou: a questão do saneamento, a questão habitacional como uma prioridade, a questão da pavimentação, da mobilidade urbana, Ministro.

Como falei no começo da audiência, os problemas estão na rua, no bairro, na avenida, no distrito, nas cidades. Em um país com mais de 5.570 cidades e com tantos desafios, com certeza a Pasta que V. Ex^a conduz na Esplanada dos Ministérios é uma das mais relevantes, senão a mais importante nesse contexto – no contexto de fortalecer a cidade, de fortalecer e construir a vida das pessoas que vivem ali. A gente fica muito feliz e reitera o agradecimento à sua equipe, em nome do Arley, que é o seu Chefe de Gabinete, pela forma cortês, solidária, e, também, pelas suas colocações, se colocando à disposição sempre que houver necessidade. Eu também relato isso na conversa informal que tivemos, no gabinete, antes de iniciarmos a reunião, quando V. Ex^a disse: “Presidente, quer que eu venha toda semana a esta Comissão? Quer marcar já um calendário?”. Então, isso é compromisso!

O SR. GILBERTO KASSAB (*Fora do microfone.*) – Também não exagera. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso é compromisso com esta Comissão, É compromisso com o Senado Federal. A gente respeita V. Ex^a, que já visitou o nosso Estado do Amapá, portanto, conhece a realidade da nossa cidade, Macapá, a capital do nosso Estado, cujo prefeito esteve presente, ainda há pouco, nesta solenidade de audiência pública.

Então, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, da nossa equipe, nós agradecemos a sua participação e saímos daqui muito felizes com o encaminhamento que V. Ex^a dá. V. Ex^a, além de fazer a audiência, de colocar as metas do Ministério, de colocar o planejamento estratégico da Pasta que dirige, V. Ex^a já encaminhou no sentido de definir algumas soluções para alguns problemas que foram apontados pelos Senadores e Senadoras.

Registro a participação de todos os Líderes que passaram por aqui, em nome do ex-Governador, Deputado Rogério Rosso, e cumprimento a equipe técnica da nossa Comissão. Cumprimento a todos e agradeço novamente a participação de V. Ex^a nesta audiência.

Chegamos ao final da reunião e, regimentalmente, esta Presidência agradece a participação de V. Exª novamente.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública que ouviu o Sr. Ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MARÇO DE 2015.

Às oito horas e seis minutos do dia dezanove de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, FLEXA RIBEIRO e DOUGLAS CINTRA**. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e José Medeiros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 5, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de conhecer as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a participação dos seguintes convidados: Sra **Kátia Abreu** – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Caio Rocha** – Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo; Sr. **André Nassar** – Secretário de Política Agrícola; Sra. **Tania Mara Garib** – Secretária de Produção e Agroenergia; Sra. **Tatiana Palermo** – Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio; Sr. **Marcio Candido** – Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária; Sr. **José Luis Ravagnani Vargas** – Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Sr. **Evaristo de Miranda** – Pesquisador da Embrapa. Os Senhores Senadores Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Acir Gurgacz e Donizeti Nogueira fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje, caros colegas, destina-se à apresentação da Ex^{ma} Srª Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quanto às diretrizes, bem como os programas prioritários da sua Pasta, nossa colega, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

Eu queria dizer que estão acompanhando a assessoria direta da Ministra Kátia Abreu, por um acerto prévio, o Sr. Caio Rocha, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo; Tatiana Palermo, Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio; André Nassar, Secretário de Política Agrícola; Tania Mara Garib, Secretária de Produção e Agroenergia; Marcio Candido, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária; e Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa.

Além da reunião com a Ministra, que fará uma exposição dos seus planos e políticas públicas, teremos também uma reunião deliberativa para apreciarmos o PLC nº 2, que trata da questão da biodiversidade. O Senador Acir Gurgacz é o nosso Relator desta Comissão. Tivemos duas ou três audiências públicas.

Penso que foi muito prudente de parte do Senador Jorge Viana ontem ter acordado, por proposição do Senador Acir Gurgacz, para cumprirmos o calendário regimental da votação dessa matéria, de dispensar uma terceira audiência pública, já que os temas haviam sido esgotados com muita competência pelos debatedores.

Então, eu queria até ouvir do Senador Acir Gurgacz sobre essa possibilidade de apreciarmos hoje na reunião deliberativa, logo após a exposição da Ministra Kátia Abreu, essa matéria tão relevante para o País.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, com muita honra nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Presidente Ana Amélia, demais Senadores, Senador Moka, Senador Blairo.

Debateremos amplamente, Presidente, com setores do Governo, com várias entidades, com a sociedade organizada brasileira. Também nos reunimos entre nós, Senadores, para tirarmos algumas dúvidas entre nós mesmos com os consultores, e entendemos que estamos aptos a continuar o debate. Talvez não seja possível votar hoje, mas o relatório estará pronto para, após a Ministra fazer sua apresentação à Comissão, iniciarmos o debate. Se pudermos votar hoje, temos condições de fazê-lo, mas o debate é amplo, realmente a matéria é importante, e toda matéria importante traz divergências. E esta é uma matéria relevante para a economia brasileira, para a ciência, e nós precisamos dar esse passo. A matéria está há 20 anos sendo discutida no Congresso Nacional. Chega agora aqui no Senado, tramita em regime de urgência na Casa, e temos um prazo até o dia 21 para debatermos nas comissões. Após o dia 21, já deverá ir a plenário.

Então, é importante iniciarmos o debate aqui na Comissão. Posso e vou ler o relatório que está pronto, hoje agora pela manhã, para que os demais Senadores e V. Ex^a tenham acesso também àquilo que entendemos prudente fazer. Claro que não vamos produzir uma lei perfeita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeita, claro.

A possível.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas vamos fazer aquilo que é possível.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A lei possível.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dentro do bom senso, atendendo a todos, ouvindo toda a sociedade que quis posicionar-se. Ouvimos todos durante esta semana. Ontem, foi o dia inteiro de reuniões, para que pudéssemos chegar a esse relatório, que entendemos seja o melhor para a população brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Parabéns pelo seu trabalho e pelo seu esforço, Senador Acir Gurgacz.

Ontem mesmo, conversava com o Senador Blairo Maggi sobre algumas dúvidas a respeito dessa propriedade, dos riscos de, eventualmente, o Brasil perder para alguma outra nação algum patrimônio genético que o Brasil tenha – já aconteceu com o açaí, não é, Senador Moka? –, e outras áreas da biodiversidade. Esses embates em temas complexos como esse são muito naturais. Vejam que, ontem, a gente percebeu que dentro do próprio Governo não existe sintonia e nem consenso em torno disso, dentro do próprio Governo, imaginem ao ampliar o leque para outros setores da sociedade. Lembro-me muito bem, porque trabalhava como jornalista, quando discutimos e aprovamos a Lei da Biossegurança, que incluía produtos geneticamente modificados e também a questão de células tronco. Então eram temas bastante polêmicos. E acabamos votando uma lei que, como disse V. Ex^a, se não é perfeita pela menos foi a lei possível de ser aprovada, e o Brasil deu um salto de qualidade em relação ao mundo. Então isso que vamos fazer com a apreciação desse projeto realmente é muito importante, projeto que tem alcance em todos os setores, como na pecuária de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, na área de grãos. Há grande impacto sobre isso.

Eu queria aproveitar a presença do Senador Donizeti Nogueira, porque S. Ex^a esteve também presente em nossa audiência pública que tratou de emplacamento de tratores. Lá em Não-me-Toque, na Expodireto, S. Ex^a pôde perceber o tamanho, o porte daquele evento. Todos os Senadores estão convidados, alguns já estiveram lá, e, novamente, no ano que vem faremos essa iniciativa.

Já estão agendadas audiências para o ciclo de debates. O Senador Acir Gurgacz, quando presidiu esta Comissão, teve a felicidade de criar um espaço de debate às sextas-feiras à tarde. Então, nós vamos usar e otimizar esse espaço e provocar os Senadores do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins. A próxima audiência será em Itabuna, na Bahia, um debate sobre a questão do cacau, por solicitação da Senadora Lídice da Mata. No dia 10 de abril faremos uma em Petrolina, em Pernambuco, por conta questão do Semiárido, o problema da seca e da água, que abrange não só a região do Semiárido. E amanhã, às 14h, sob o comando do Senador Acir Gurgacz, faremos um debate muito atual, que é a questão do CAR. Há uma queixa muito grande dos atrasos na confecção deste Cadastro Ambiental Rural, e é preciso também dar o grau de legalização para os agricultores. Cumprimento o Senador Acir pela iniciativa de amanhã debatermos o tema.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Donizeti pela presença em Não-me-Toque.

Penso que é a forma de a gente ativar a nossa atividade da Comissão de Agricultura, não é Senador Moka? Como disse o Senador Blairo, aqui, é o seguinte: quem chega mais cedo... Hoje o senhor chegou mais cedo, competindo com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aqui nós temos dois times: um é tirador de leite, mas tem o outro que ainda tem que pegar a vaca. Então tem que chegar mais cedo ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Tem que chegar mais cedo ainda, porque o pessoal que busca a vaca tem que chegar mais cedo ainda. *(Risos.)*

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu vou chegar para beber o leite. *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, o Senador Donizeti disse que vai chegar para tomar o leite. Então, nós vamos ter três categorias aqui.

Estamos aguardando a Ministra Kátia Abreu para iniciarmos os nossos trabalhos.

Combinamos com a Ministra que S. Exª fará uma exposição. Além de S. Exª, estarão também presentes os assessores de cada área, que terão um tempo de cinco minutos para fazerem suas exposições. A exposição da Ministra será por 30 min. Imaginamos que a gente possa concluir, porque existem muitos temas aí na área do seguro rural; na área do próprio CAR; na área da crise do leite; na área da questão hídrica, que é muito importante; na área de defesa sanitária animal e vegetal, para exportação. Há o impacto do setor das *commodities* – Senador Blairo Maggi – e a mudança do câmbio, que favorece a exportação, mas também traz uma preocupação, porque dependemos muito da importação de insumos. Quer dizer, o adubo, o fertilizante, em grande parte é importado. E aí a gente remete de novo ao porquê de o Brasil ainda não estar produzindo o seu fertilizante, tendo reservas minerais que sejam capazes disso.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Presidente, é sobre a nossa audiência de amanhã em que não só vamos discutir o CAR, mas há outra matéria que iremos debater, que é recorrente, principalmente no Estado de Rondônia, que é a regularização fundiária. O Programa Terra Legal é responsável pela regularização fundiária na Amazônia e, claro, no Estado de Rondônia, e nós vamos debater esse tema porque ele é recorrente. Nós precisamos avançar com relação à regularização fundiária na Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

Eu saúdo a chegada da Ministra Kátia Abreu, agradecendo a sua presença, como também a presença dos assessores.

Ministra Kátia, nós estávamos comentando aqui... Eu gostaria até que V. Exª concluísse, Senador Acir, o seu pensamento, para que os nossos telespectadores que estão nos acompanhando... Penso que o tema é relevante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Além de nós debater o CAR (Cadastro Ambiental Rural), que já é uma segunda etapa do que aprovamos aqui com relação ao Código Florestal, nós temos um problema sério na Amazônia, principalmente em Rondônia, que é a falta de documento das áreas. Então, a regularização fundiária é um tema recorrente. Nós já fizemos várias audiências públicas aqui em Brasília, no meu Estado de Rondônia em várias cidades – Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho –, mas as coisas não estão avançando no Terra Legal. Então, vamos debater também esse tema. É um tema importante. A população rural precisa ter o documento da sua área. A maioria dessa documentação é em favor das pequenas propriedades, da agricultura familiar. Portanto, nós não podemos deixar esse tema esquecido. Vamos retomá-lo novamente amanhã nessa audiência pública.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito importante. Estão todos os Senadores convidados.

Eu, de imediato, passo a palavra à Ministra Kátia Abreu, fazendo à Srª Ministra os nossos agradecimentos antecipados pela aquiescência pronta da aceitação do nosso convite. É uma colega nossa, Senadora, que tem uma atuação muito grande e dedicada, aplicada, ao desenvolvimento agropecuário brasileiro. Comandou a Confederação da Agricultura e Pecuária, a CNA, e, como Senadora, teve também uma atuação muito destacada no Código Florestal, quando examinamos essa matéria, e, em todas as áreas, na questão da logística, na área portuária, em todos os setores impactantes ela esteve diretamente envolvida.

Nós já anunciamos todos os seus secretários, Srª Ministra, e eu convidaria a senhora para fazer uma exposição por 30 minutos. Os secretários que a senhora considerar que, a cada tema, possam expor terão cinco minutos cada um nas suas respectivas áreas.

Então, com a palavra a Ministra Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU – Muito obrigada, Presidente Ana Amélia.

É uma alegria poder estar aqui agora na Casa de que eu faço parte como Ministra de Estado, Ministra da Agricultura, que, na minha avaliação, é, e sempre foi, um dos ministérios mais importantes do Brasil, pela atividade que representa, pela grandeza do agronegócio na economia nacional.

Eu devo confessar que, apesar das dificuldades que estamos vivendo no Brasil, dificuldades no campo político, ajustes na economia, eu estou absolutamente otimista, bastante encantada e fascinada a cada dia mais

com as perspectivas desse grande negócio. Nunca nesses três meses, praticamente, que estamos no Ministério, que seria uma coisa natural, ao contrário do pessimismo, tenho recebido os empresários sempre querendo ampliar, querendo investir, modelar situações que não estão adequadas para a sua produção. Nunca recebi nenhum setor que usasse uma palavra forte, negativa, que estivesse quebrando, que estivesse em dificuldades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone.*) – O Brasil real está andando, não é?

A SRª KÁTIA ABREU – Dificuldades pontuais do dia a dia, mas o mundo real está andando. Essa expressão é corretíssima. Eu acredito que nós iremos superar – não é o primeiro nem o último ajuste fiscal que o Brasil faz – e, em todos os casos, a agropecuária, o agronegócio, fez com que tudo isso fosse superado. Nós não fugiremos da raia. Mais uma vez, continuaremos trabalhando, acreditando neste País e superando as nossas dificuldades sem querer esconder as nossas crises. Todos os países passam por ela.

Eu inicio, então, pedindo a permissão dos meus colegas, colocando alguns pilares mais importantes que estamos desenvolvendo, porque são tantos os setores e cada um deles com as suas complexidades que precisaríamos ficar aqui muito mais tempo para falar sobre todos eles. Mas os pilares gerais do agro eu gostaria aqui de mencionar.

Eu trouxe os meus Secretários, os nossos Secretários das áreas diferentes para dar uma palavrinha, de três a cinco minutos cada um, sobre o foco que estão empreendendo.

Item 1. Eu gostaria de iniciar pela questão da gestão e da governança do Ministério da Agricultura. Nós estamos dando um foco prioritário para que o nosso Ministério possa acompanhar a mesma eficiência dada pela iniciativa privada. Nossas empresas do agronegócio, nossos produtores rurais se qualificaram, avançaram na sua gestão e administração e se ressentem da mesma agilidade, que não acontece no nosso Ministério. Apesar de os nossos servidores serem comprometidos, serem pessoas bastante entusiasmadas e otimistas com o nosso futuro, os processos de gestão e de governança precisavam ser atualizados, precisavam ser modernizados. Nós criamos uma subsecretaria de inovação e modernização no Ministério da Agricultura, que tem a importante função de administrar uma escola de gestão agropecuária dedicada exclusivamente aos nossos servidores de todo o País, não apenas aos que estão no Ministério, nas superintendências federais, mas também aos da Conab, da Ceplac, da Embrapa, do Inmet, que são todos os órgãos afins ao Ministério, para atualizar os nossos servidores em todas as pastas, em todas as áreas do Ministério. Essa escola está sendo modelada pela Cesgranrio.

Nós teremos gestão de processos, gestão de projetos e gestão de pessoas. Tudo será medido e toda burocracia, extinta. Nós seremos um Ministério sem papel, um Ministério eficiente, para dar uma resposta rápida aos empresários. Hoje, temos 4.936 processos, que nós encontramos no dia 1º de janeiro, das mais variadas áreas, tratando desde o registro de um produto até a mudança do endereço de uma empresa. Nós estaremos, com a força-tarefa nacional, entregando todo esse passivo respondido para os seus solicitantes no dia 30 de abril. E, a partir disso, já estamos, paralelamente, trabalhando novos processos, novo formato de protocolo e de análise desses processos no Ministérios.

O Item 2, que eu gostaria de mencionar, que é, talvez, uma das questões mais importantes a que vamos nos dedicar, trata da defesa agropecuária. Nós estamos finalizando uma abordagem que seria um plano nacional de defesa agropecuária. Não significa que o Brasil não tenha uma boa defesa. Absolutamente. Nós temos, sim, uma excelente defesa agropecuária, sanitária e fitossanitária, mas nós precisamos avançar. Cada ministro que chega precisa ter a função e a obrigação de melhorar todos os processos importantes da agropecuária brasileira.

Então, esse planejamento, que já tinha sido estudado pelas entidades de classe no passado, há mais ou menos cinco anos, e ainda não tinha tido a oportunidade de ser implementado no Ministério, nós o estamos revisando, com todos os secretários de agricultura, secretários de defesa dos Estados e toda a iniciativa privada, que vai cumprir esse plano e não pode ficar excluída disto, e estamos, então, dando um ordenamento bastante importante na defesa agropecuária.

E na distribuição dos recursos nós teremos, com muita presteza, à disposição do Congresso, o custo da defesa preventiva e, em caso de risco, em cinco áreas vegetais e cinco áreas animais. Então, nós saberemos quanto custará combater a aftosa por cabeça de boi e de vaca, nós saberemos quanto custará proteger a soja da “ferrugem”... Então, nós teremos, de fato, um orçamento para apresentar ao Congresso. Na verdade, se, hoje, nós, todos nós Deputados e Senadores da Frente Parlamentar lutamos pelos recursos da defesa agropecuária, nós o fazemos de forma muito empírica, sem um orçamento real que o Governo veja que não pode ser cortado porque está calculado de forma totalmente profissional.

Fora o Planejamento Nacional de Defesa Agropecuária, nós temos setores que serão cuidados com muita atenção com objetivos específicos. Eu vou dar apenas um exemplo: a tuberculose e a brucelose no gado leiteiro. Nós ainda não podemos exportar plenamente o leite em pó porque não temos os níveis exigidos pela OIE, que é de 0,2% de aceitabilidade dessas doenças. Estamos priorizando os cinco Estados maiores produtores de

leite do País, que correspondem a 70% ou mais da produção leiteira, que são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Minas Gerais, Estados em que queremos fazer um grande mutirão à frente para, em um tempo mais rápido possível, tirar essa doença, finalizar com essas duas doenças para que estejamos abertos a todo o mercado internacional, já que temos potencial para exportar muito leite.

Há outras questões, como a aftosa, que é um caso gravíssimo. Iremos fazer um fortalecimento maior nas fronteiras do País, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e daremos um apoio definitivo aos Governadores para que aquela divisa fique bastante protegida das dificuldades que vivemos no dia a dia, das nossas preocupações.

O terceiro ponto que eu gostaria de comentar refere-se à classe média rural brasileira. Estamos trabalhando nisso há tempos, mesmo antes de chegar ao Ministério, há mais ou menos cinco anos. Contratamos a Fundação Getúlio Vargas para um estudo baseado no censo agropecuário de 2006, que é o último que temos, e outros censos não tão abrangentes como esse, mas que nos dessem uma radiografia, Sr^a Presidente, da renda dos agricultores no Brasil. E não é diferente dos outros países: as classes A e B são responsáveis por quase 70% da produção. Não interessa o tamanho da terra; interessa a renda produzida. Há pequenas propriedades no Sul do País que produzem mais do que propriedades médias e grandes no Centro-Oeste brasileiro.

Esta é a divisão de renda: as classes A e B, com menos de 10% dos produtores, produzem 70% da produção; e as classes D e E, com 70% dos produtores, são responsáveis por 9% da produção. Portanto, estão invertidos os números e as quantidades. E a classe média conta com 12% a 15%. Fica faltando, a conta não fecha: há produtores que declararam que não produziram nada, que não tiveram renda nenhuma. Isso não significa que são pobres, paupérrimos; naquele ano da consulta, não tiveram renda, mas pode ser que, hoje ou no ano seguinte, esses produtores já tenham sido ativados. Houve muitos com renda negativa.

Portanto, essa classe média, dependendo da análise, se for renda bruta ou renda líquida, varia, mas podemos imaginar que seja de 500 mil produtores. Queremos dobrar essa classe média, manter os que lá estão e dobrar essa classe média.

O foco principal desse projeto, Sr^a Presidente Ana Amélia, é corrigirmos as distorções de mercado, as imperfeições de mercado que eles vivem no dia a dia. Se déssemos a eles a melhor assistência do mundo, recursos com juros negativos, se organizássemos essa área de qualificação e assistência técnica, se puséssemos armazéns, energia, enfim, mas eles continuassem comprando mal seus insumos e vendendo mal os seus produtos, não conseguiremos dar-lhes sustentação.

Então, é exatamente este o maior desafio: o cooperativismo é um processo interessante, mas também um processo de associações, inicialmente associações rurais, que estamos modelando, com vários consultores que trabalham nesse momento para colocar o projeto de pé. A ideia é utilizar fortemente a Conab, onde pretendemos fazer uma modernização bastante intensa para que ela possa, assim como o Ministério da Agricultura, estar pronta para atender aos desafios dos pequenos, dos médios e dos grandes produtores, cada um com o seu desafio. Então, a Conab, no nosso projeto, deverá ser usada como instrumento de compra dos insumos dos produtores, a serviços dos produtores. Não queremos um projeto de clientelista, de paternalismo; queremos que os produtores saibam decidir sobre suas vidas, sobre a sua produção, sobre como comprar e como vender.

Na verdade, o que queremos é ir de, porteira em porteira, atrás desses produtores que só esperam um pacote de oportunidades, que já estão à disposição. Nós temos crédito, nós temos excelência em assistência técnica; só precisamos organizar isso tudo em uma rede nacional de assistência técnica, o que está no projeto, para que as universidades também possam participar, como campo de estágio, nos cursos de ciências agrárias.

Item 4. Política Agrícola – e essa ordem não é de importância, pois todos os pontos aqui são importantes.

A nossa política agrícola estamos trabalhando com um grupo técnico de economistas da maior qualidade, para que nós possamos apresentar um modelo de lei agrícola para o Brasil a exemplo dos Estados Unidos e da Europa. Os Estados Unidos têm a *Farm Bill* e a Europa tem a PAC. E nós sonhamos também que o nosso agronegócio, com o apoio do Congresso Nacional, também possa votar a lei agrícola de período plurianual, para dar mais tranquilidade, sustentabilidade e possibilidade de planejamento aos empresários, às empresas, aos fornecedores de insumos, aos compradores de produtos e aos produtores rurais, a fim de que possam planejar as suas vidas por um tempo de modo semelhante a essas políticas do exterior.

E um dos itens mais importantes dessa lei – claro, todos vocês sabem – será o seguro agrícola. Estamos convidando personalidades importantes e experientes do Brasil para que nós possamos colocar um projeto minimamente de pé para a avaliação dos colegas Senadores e Deputados.

Aproveito a política agrícola para dizer que nós já estamos trabalhando o Plano Agrícola 2015/2016. Gostaria de dizer aos colegas Senadores que não se preocupem excessivamente com esse tema. Nós estamos vigilantes no que diz respeito, principalmente, ao custeio agrícola, para que nós possamos ter um custeio agri-

cola que não altere o crescimento de cada safra subsequente. Então, estou muito confiante. O diálogo com a Fazenda está muito maduro; eles têm a plena noção do que nós significamos, do que esse setor significa.

Na área de investimentos, nós poderemos fazer uma abertura e ceder um pouco mais por conta do ano que nós estamos vivendo, priorizando o custeio e abrindo um pouco mão de algumas áreas de investimento em termos de redução e de aumento de juros. Contudo, nos investimentos, nós pedimos e priorizamos com a Fazenda o Moderfrota, o ABC e o Programa de Armazenagem, que são três programas importantíssimos para o Brasil.

Como mais um item, temos a questão internacional, o mercado agrícola.

Nós vamos fazer várias frentes. Há assuntos que dependem, exclusivamente, do Ministério da Agricultura. Nesses, vocês podem ter a certeza e a convicção de que nós vamos cumprir a nossa tarefa, ou seja, o cumprimento dos acordos sanitários e fitossanitários entre países, ainda porque não dependemos de outros mecanismos de governo, de outros órgãos para fazê-lo, ou de outras decisões. Porém, o Chanceler Mauro juntamente com o Ministro Armando Monteiro já estiveram me visitando no Ministério da Agricultura, em reunião, para nós tratarmos desse assunto. Prioridade máxima a dez países, onde nós já estamos vendendo, mas nós estudamos e fizemos uma perspectiva das possibilidades de aumento das nossas exportações para esses países. Fizemos também um levantamento detalhado das dificuldades por país e a estratégia para vencer essas dificuldades. Agora, entre abril e maio, nós já estamos fazendo uma missão para a China e para a Rússia, e devemos passar na Malásia. Ainda estamos fechando tudo isso com as entidades de classe e com as empresas exportadoras. Nossa missão será bastante ampla. Nós queremos resultados específicos: resultados da empresa X, resultados da empresa A, da empresa B, o que já está em negociação, dependendo da presença do Governo brasileiro, da Ministra, para que as coisas possam prosseguir.

Então, nós estamos com um diálogo bem aberto tanto com todas as empresas exportadoras tradicionais como com as novas empresas que pretendem também ter a oportunidade de exportar. Nós estamos, inclusive, abrindo um *site* e modelando um treinamento e um facilitador de exportação para as médias empresas.

Os programas regionais, como o Matopiba, a certificação de origem geográfica para vários produtos e regiões do País, como o café – o café da Zona da Mata, o café de montanha, tanto do Espírito Santo, como de Minas Gerais; os orgânicos, que hoje estão num destaque enorme na região da serra no Rio de Janeiro; a uva, no Rio Grande do Sul. Nós temos um instrumento poderoso no Ministério, que é essa certificação de origem geográfica, como tem a região do Douro, em Portugal, cuja produção de vinho e azeite nós conhecemos. É uma certificação que agrega valor para os produtores, é um componente importante no mercado internacional.

Estamos muito focados no aumento das exportações de café, que está em franco processo de aumento de exportação, mas nós queremos fazer um trabalho e vamos fazer um trabalho, já fizemos quatro ou cinco reuniões com todo o grupo do café nacional, para ajudá-los a melhorar a produtividade e a competitividade, a certificação para que eles possam exportar cada vez mais e fazer frente à qualidade do café colombiano. Nós já fazemos frente, mas queremos que o mundo saiba que o nosso café é o melhor do mundo.

No Nordeste, estamos traçando uma estratégia diferenciada. O Nordeste sempre foi tratado como uma região única e nós estamos dividindo o Nordeste em três áreas: o Nordeste Cerrado, o Nordeste Semiárido e o Nordeste Mata Atlântica. O Nordeste Cerrado ficará no Projeto Matopiba, que é a última fronteira agrícola de Cerrado do mundo. Nós estamos na Mata Atlântica, que são produtores que têm uma renda maior, mas um pouco menor do que os produtores nordestinos do Cerrado, de alavancar projetos específicos regionais. E o Semiárido, trabalhar todo o perímetro irrigado, que são 150 mil hectares hoje de perímetros no Nordeste e que nós precisamos legalizar e colocar em pleno funcionamento.

Na Amazônia, o nosso sonho é certificar de origem a produção de peixes de água doce, para que o mundo todo possa conhecer.

Enfim, essas são as palavras iniciais e eu gostaria de, se a Presidente permitir, passar a palavra a Tatiana Palermo, para que ela possa falar em três a cinco minutos sobre a nossa estratégia do mercado internacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra a Drª Tatiana Palermo, para abordar o tema referido pela Srª Ministra Kátia Abreu.

A SRª TATIANA PALERMO – Bom dia a todos. Ex^{ma} Srª Senadora Ana Amélia, Ex^{mos} Srs. Membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, vou rapidamente falar sobre a atuação da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

A Secretaria é a unidade que negocia a abertura de mercados. E nós temos uma grande atuação que depende realmente do Ministério a negociação de documentos sanitários e fitossanitários para abertura de mercados, chamados de protocolos e certificados sanitários.

Além disso, os nossos produtos pagam altas tarifas nos mercados importadores e a outra frente é a negociação de acordos comerciais, que dependem de uma ação do Governo como um todo e também do próprio Congresso na retificação desses documentos.

Eu vou falar sobre os mercado que elencamos. Nós selecionamos os dez principais mercados que representam potencial para os nossos produtos agropecuários e agroindustriais: China, União Europeia, Estados Unidos, Rússia, Venezuela, Japão, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Índia e África do Sul.

Somente a União Europeia, Estados Unidos, China, Japão e Rússia importam do mundo cerca de US\$500 bilhões em produtos agropecuários. Isso sem considerar a agroindústria, comente produtos agropecuários. E nós exportamos cerca de US\$80 bilhões em produtos agropecuários e mais cerca de US\$20 bilhões em produtos da agroindústria.

Então, nós temos um altíssimo potencial de aumentar as nossas exportações de produtos agropecuários se removermos as barreiras nos nossos principais mercados. Eu não vou entrar em detalhes, mas nós temos várias restrições por parte dos países importadores, principalmente em relação às carnes, aos grãos, ao suco de laranja, que nós precisamos negociar para remover. Por exemplo, a União Europeia, até agora, não importa a nossa carne suína; com relação à China, nós estamos finalizando os documentos para retomar as exportações da nossa carne bovina, e assim por diante. Com todos os países nós estamos negociando a abertura do mercado e a retirada das exigências que estão para além dos critérios técnicos. Isso porque os países, muitas vezes, usam essas exigências sanitárias e fitossanitárias como manobra política para proteger os seus mercados.

Então, nós temos grandes desafios, nos próximos 60 dias, como a Ministra mencionou, de trabalhar com o passivo. Só na área internacional, nós temos cerca de 700 processos em aberto que dependem da Secretaria de Defesa Agropecuária, pois esta prepara os documentos e a nossa Secretaria Internacional é quem negocia com os países dos mercados importadores.

Então, nós estamos trabalhando agora com esses países, principalmente, nos próximos meses, com a Rússia e a China, como a Ministra mencionou, com a Coreia do Sul, para abertura da carne suína; com a Arábia Saudita, para abertura da carne bovina; e assim por diante.

Também é importante trabalhar a questão do *status* sanitário e fitossanitário. O Brasil, hoje, tem um reconhecimento internacional como país livre de febre aftosa, por exemplo. Nós temos que completar; nós temos ainda três Estados onde nós estamos completando agora esse processo para que se possa reconhecer, até 2016, o Brasil como um país inteiro livre de febre aftosa. Não vou entrar em detalhes, mas há outras doenças e pragas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada à Drª Tatiana Palermo, que é Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio.

Eu queria que a Ministra selecionasse agora...

A SRª KÁTIA ABREU (*Fora do microfone.*) – André Nassar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, com a palavra, agora, o Dr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola, por cinco minutos, para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Ministra Kátia Abreu, Senadores Donizeti, Moka, Blairo, Acir. É um prazer estar aqui.

Vou falar rapidamente para dar tempo de todos falarem.

É um prazer servir ao Governo brasileiro na Secretaria de Política Agrícola. Há muita coisa a ser feita. A política agrícola brasileira é uma política – e vou usar um termo que a Ministra usou – madura, desenvolvida, com muitos anos, mas tem um espaço enorme para inovação, para a criação de novos instrumentos e, principalmente, para aquilo que a Ministra disse, isto é, a busca pela maior estabilidade de planejamento para o setor.

A gente sabe que os produtos agrícolas são aqueles com a maior oscilação de preço que existe. Em nenhum outro setor os produtos oscilam tanto. Então, um sinal de que a política é estável, de que ela dá indicações do quanto a agricultura deve crescer tem de estar traduzido na política agrícola. E a ideia da Ministra de a gente procurar ter uma lei agrícola que dê, pelo menos, uns quatro anos de horizonte para o setor é uma ideia que a gente precisa atacar e trabalhar em cima. Agora, não há como não fazer isso sem a ajuda dos Srs. Senadores, quer dizer, será fundamental trabalharmos aqui no Congresso, aqui no Senado. É algo que a gente ainda está pensando como trabalhar. Nós já sabemos algumas linhas importantes, qual é o aprimoramento que tem de ser feito no seguro. Estamos trabalhando bastante nisso, para casar o seguro com os instrumentos de comercialização, uma vez que uma coisa reduz o risco da outra. Então, a gente consegue, olhando principalmente para esses mecanismos de mercado, dar um pouco mais de estabilidade.

Claro, todos sabem, que todo ano é uma luta para negociar valores, preços mínimos, enfim. Para tudo isso a gente espera ter um pouco mais de planejamento, e a gente gostaria de entregar isso, agora, daqui para frente, no Ministério da Agricultura, e teremos de trabalhar com o Senado nisso. Precisamos montar um gru-

po de trabalho nisso, para a gente entender quais são as possibilidades legislativas e qual é a nossa ideia do Executivo sobre isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Secretário André Nassar, titular da Secretária de Política Agrícola.

De fato, nós, aqui nesta Comissão, também estamos preocupados com essa questão de planos plurianuais. É uma projeção, Ministra, de mais longo prazo, de médio e longo prazo, porque hoje vivemos em sobressaltos: crise atrás de crise, e não há uma visão de futuro mais planejada e segura, como explicou bem o Dr. André Nassar.

A SRª KÁTIA ABREU – Eu gostaria só de fazer um complemento, Presidente, com relação à questão do preço mínimo.

Nós estamos trabalhando uma revisão da metodologia, porque há muitos dissabores, distorções. Os produtores estão sempre reclamando, na maioria das vezes, com razão. E a Conab tinha um instrumento de preço mínimo anual, o que é injustificável, porque o mercado oscila muito, e o preço mínimo é uma base importante das políticas públicas.

Então, estamos alterando essa história de cálculo de preço mínimo de um produto apenas uma vez no ano. E essa metodologia vai ser estudada junto com a Conab, é óbvio, que tem técnicos da melhor qualidade, mas estamos incluindo a Embrapa, as universidades de Lavras e Viçosa e Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), para essa modelagem ficar atualizada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Que é o novo exame da planilha de custos para definir o preço.

A SRª KÁTIA ABREU – Isso, uma metodologia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Diferenciada.

A SRª KÁTIA ABREU – Diferenciada e mais frequente, para que isso possa ser corrigido a todo tempo.

Por exemplo, em novembro, a Conab tinha calculado o custo do trigo e achou que esse cálculo era suficiente para fazermos a política agora. Então, o que fizemos? Calculamos novamente. Lá, em novembro, indicava um aumento de 2%, a Conab refez, ficou pronto ontem, e deu um aumento de 4,9% no aumento de custo de produção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É isso, uma atualização.

A SRª KÁTIA ABREU – É uma atualização. Então, agora, estamos mudando essa *performance* na Conab, que tem instrumentos muito eficientes para atender a nossa demanda.

Com relação ao zoneamento econômico, tinha sido feita uma licitação no final do ano, e pedimos o cancelamento, porque as nossas instituições conseguem fazer o zoneamento pela metade do preço. Então, vamos prestigiar a Embrapa e essas universidades. Em conjunto, vamos colocar o zoneamento agroclimático.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agora, V. Exª anuncia qual será o próximo Secretário.

A SRª KÁTIA ABREU – Caio Rocha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Caio Rocha, que é Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, grande representante do nosso Rio Grande do Sul na equipe da Ministra Kátia Abreu, com a licença dos Senadores que são de outros Estados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu senti uma certa puxadinha... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade, Senador Moka. Foi bem observado, mas faço isso saudando o Senador Wellington Fagundes, que está também prestigiando a audiência pública com a Ministra Kátia Abreu.

O SR. CAIO ROCHA – Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Exª e todos os Senadores que estão aqui. Agradeço à Ministra Kátia Abreu a oportunidade estar aqui, podendo utilizar a fala em nome da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, acompanhado de todos aqueles que são os nossos colegas.

Acho que a Ministra, na sua abordagem, falou de todos os nossos programas, deu as diretrizes de todas as atividades que estamos realizando lá. Vou apenas contextualizar a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Fazemos uma interface junto com a Embrapa, a Conab e a Secretaria de Política Agrícola.

Terminada a política de crédito, entra a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, onde estamos organizando um Programa Nacional da Melhoria da Competitividade Leiteira, o que foi exposto pela Ministra, visando às questões de crédito, de assistência técnica, de sanidade, da especialidade dos números de laboratórios, do padrão genético.

Então, toda essa questão de cadeia produtiva do leite, vinculado desde o produtor, da indústria, do transportador, visando à sua qualidade nesse trajeto desses cinco Estados que compõem um público de 706

mil produtores de leite. E, desses 706 mil, um público prioritário que vai ser de 152 mil. Mas isso hoje à tarde, Senadora, vamos discutir um pouco.

Também a questão do programa ABC, de agricultura de baixo carbono. Já temos 9,8 bilhões de crédito investido nesse programa. É o maior programa mundial esse que nós temos nesta área de sustentabilidade, isso é um orgulho para o nosso País, e, hoje, nós estamos, a pedido da Ministra Kátia Abreu, antecipando junto ao Banco Mundial os recursos que nós temos para aplicar no Cerrado, o Programa ABC Cerrado, que, a princípio seria um programa para ser efetuado em quatro anos, mas que será feito em dois anos. Certamente, na próxima semana a Ministra vai estar com a direção do Banco Mundial aqui do Brasil para poder fazer esse ajuste.

A questão da indicação geográfica. Nós temos uma demanda muito grande em relação à indicação geográfica, Senador Moka. São mais de 200 pedidos, em nível de País, lá, para que a gente comece a fazer esses estudos. Hoje, nós estamos com 74 trabalhadas, 28 já constituídas e queremos aprimorar, qualificar e potencializar esse trabalho, pela importância que vai representar na questão de agregação de valor.

A questão da assistência técnica. Faz 20 anos que o Ministério da Agricultura não faz a assistência técnica e extensão rural. Desde a extinção da Embrater e depois a criação do MDA, o Ministério da Agricultura não prestou mais assistência técnica, não destinou recursos a essa área. A partir de agora, estamos estruturando um programa coordenado pela Ministra que determinou, juntamente com a Secretária Tania, que, nos 27 Estados brasileiros, a gente possa trabalhar com 100 mil produtores rurais, 100 mil famílias para elevá-los à classe média rural, através de um grande programa de assistência técnica nesse primeiro ano. Isto está em fase final de estudo.

A política nacional de recursos genéticos é outro desafio nosso e outra participação efetiva da Secretaria. Ontem estivemos aqui no Senado, na Comissão, falando sobre a política de biodiversidade e recursos genéticos, que é um projeto do todo Governo, coordenado pela Casa Civil, tendo cada Ministério com a sua participação.

(Soa a campanha.)

O SR. CAIO ROCHA – Portanto – já esgotei meu tempo –, para concluir, quero dizer da questão da produção orgânica. Muitas vezes achamos que a produção orgânica e a sua questão de certificação está junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essa é uma responsabilidade do Ministério da Agricultura. Nós, na Esplanada, temos a responsabilidade de certificar, organizar e planejar a produção orgânica brasileira, hoje já com mais de 15 mil propriedades certificadas, agregando, portando, valor.

Eu também falaria a respeito do programa das moscas das Frutas, programa que atuamos juntamente com a Secretaria de Defesa, estruturando-o desde a questão da maçã no Sul do País até a mosca da carambola lá no Amapá, trabalhando, portanto, em um programa a ser apresentado.

Como eu já utilizei todo o meu tempo, coloco-me à disposição para qualquer interrogação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Secretário Caio Rocha, do desenvolvimento agropecuário e cooperativismo.

Convido, por recomendação da Ministra Kátia Abreu, a Secretária de Produção e Agroenergia Tania Garib.

A SRª KÁTIA ABREU – Srª Presidente, na verdade, Tânia Garib será Secretária Nacional da Mobilidade Social, porque ela vai cuidar da ampliação do programa do projeto da classe média. Apenas ainda não foi nomeada com esse título porque estamos fazendo alterações no organograma do Ministério do Planejamento.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão agradece a informação, em primeira mão, dessa alteração organizacional do Ministério, criando uma área nova: mobilidade da classe média rural brasileira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me, Presidente, a Tânia Garib é de Mato Grosso do Sul. *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Viram como é? Todos cantam a sua terra. É isso aí, Senador Moka.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Onde é que está o mato-grossense? *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O coração da Ministra...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Onde está o Décio? O Décio não veio? Mato Grosso também tem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ah, tem também...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A Ministra Kátia deu um jeito de botar os Estados produtores todos aí dentro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra a Secretária Tania Garib.

A SRª TANIA MARA GARIB – Bom dia, Senadora Ana Amélia.

Bom dia, Ministra Kátia Abreu.

Quero cumprimentar todos os Senadores, com destaque para o Senador Moka, do meu Estado.

Quero dizer que nós já estivemos juntas, Senadora Ana Amélia, na Comissão de Assuntos Sociais, discutindo drogas, discutindo direitos humanos, discutindo a política do idoso, e foi por causa da política social de assistência, trabalho e direitos humanos que a Ministra Kátia Abreu foi me fazer o convite e esse desafio tão grande para o Brasil.

Se todas as políticas públicas são para todos, não é justo que um grande segmento... Na verdade, quase 3,9 milhões de estabelecimentos são de pequenos produtores, de produtores com uma renda bem pequena, que poderia ser aumentada, e a Ministra Kátia Abreu descobriu esse grande desafio, que colocou para nós, analisando as estatísticas brasileiras.

Para essa proposta, esta Secretaria está sendo organizada com duas diretorias, uma para integrar as políticas públicas entre ministérios e também com Estados e Municípios e uma para conversar, dialogar com a sociedade e atuar fortemente nela, desde as federações até os movimentos sociais. A proposta desse grande programa O Campo na Classe Média é exatamente avaliar as 558 microrregiões brasileiras, construir indicadores sociais para essas microrregiões, atuando, no primeiro ano, junto a cem mil produtores, com a parceria de todas as secretarias, em primeira instância, do próprio Mapa e, depois, dos demais ministérios, e atuar fortemente naquilo que causa as imperfeições de mercado, como foi dito pela Ministra Kátia Abreu. Se dizem, e é concreto, que os pequenos compram mal e vendem mal, é necessário atuar nessas duas áreas fundamentalmente para que eles comprem bem e vendam bem. E é nesse sentido que nós estamos estudando, com o Pronatec, com o Senar, um amplo programa de qualificação profissional que vá aumentando, ano a ano, o número de produtores inseridos, até – Deus nos proteja para que assim seja! – que atinjamos os 50% que hoje estão na chamada classe pobre, que no Censo Rural, são cerca de 995 mil produtores, os 500 mil que, como a Ministra falou, lutamos para que ascendam.

E também com um grande programa de assistência técnica. A Anater está aí, como lei, precisa ser implantada e implementada, e há muitos recursos, neste País, que poderão atuar.

Junto a Municípios e Estados, nós temos que dialogar, discutir, mas temos que trabalhar muito a logística. Hoje, o Brasil, através de compras governamentais, pode adquirir uma série de produtos desses produtores. Nós temos alguns gargalos que a Ministra, positivamente, já nos determinou que resolvamos, como a questão do sistema de fiscalização, do SIF, do SIM, enfim, do Suase, e isso vai melhorar muito a possibilidade de os nossos produtores poderem fazer a sua comercialização. Esse é um grande desafio, mas também é um grande desafio levar as políticas de saúde, de educação, de assistência social para o campo. Hoje, elas atuam fortemente no mundo urbano, mas encontram barreiras na área rural.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Secretária Tânia Garib.

A senhora cunhou “compre bem e venda bem”; eu diria “compre bem e venda melhor”, porque aí vai aumentar a renda dessa classe média de que a senhora vai cuidar tanto.

Agradeço as referências.

Lembro bem que a senhora veio para a Comissão de Assuntos Sociais quando tínhamos a subcomissão que tratava de álcool e outras drogas, de dependência, e sua presença aqui foi convocada pelo Senador Moka, que falava muito do trabalho que a senhora fez no Mato Grosso do Sul nessa área. Então, está muito bem representada a equipe da Ministra Kátia Abreu.

Convido, pela relação que está aqui, para fazer uso da palavra o Secretário Marcio Candido, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária, um dos eixos do Ministério, dos mais importantes, porque todas as barreiras estão focadas nessa área quando se trata da área comercial.

Com a palavra, o Secretário Marcio Candido.

A SRª KÁTIA ABREU – Eu gostaria de justificar, Srª Presidente, que o Dr. Décio é do Mato Grosso, foi Secretário de Defesa Agropecuária em Mato Grosso, do Governador Blairo Maggi, e está fazendo uma palestra que já havia sido agendada há bastante tempo, em Santa Catarina, e resolvendo alguns problemas dos portos de lá. Então, o seu chefe de gabinete veio nos falar sobre os pilares do plano de defesa agropecuário.

O SR. MARCIO CANDIDO – Muito bom dia, Senadora Ana Amélia; bom dia, Ministra; bom dia, Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A Secretaria de Defesa Agropecuária tem como objetivos assegurar a sanidade vegetal e a saúde dos rebanhos animais, além de qualidade de insumos e a segurança dos alimentos. Esse volume do agronegócio, de US\$100 bilhões, tem que ser garantido com credibilidade e confiança para o mercado externo do nosso

produtos. Para isso, o maior projeto hoje do Ministério é desenvolver o Plano Nacional de Defesa Agropecuária, embasado nos seguintes pilares:

- revisão dos acordos sanitários assinados com outros países, atualizando os acordos mais antigos, citados aqui pela Dr^a Tatiana;
- consolidação da legislação de defesa agropecuária, que hoje é muito esparsa – temos uma legislação muito vasta no Ministério da Agricultura – apresentando ao Poder Legislativo a proposta de um código normativo agropecuário;
- capacitação do setor público e privado para questões de defesa agropecuária, com a criação e implementação da Escola Brasileira de Gestão Agropecuária. A criação da escola é um dos principais pilares de vocação da Ministra Kátia Abreu;
- fortalecimento da educação sanitária, ampliando a interação com o Sistema S e com o sistema de extensão rural através da Anater, do novo programa da Anater;
- elaboração de proposta para o financiamento do sistema de defesa agropecuário para garantia da sua sustentabilidade, não ficando à mercê somente do orçamento público;
- fortalecimento da fiscalização de fronteiras, ampliando as barreiras para entrada de pragas e doenças que possam prejudicar a produção nacional:
- ampliação de investimentos na informatização do Ministério da Agricultura, dos processos da defesa agropecuária, garantindo celeridade da informação para a adoção de ações em tempo adequado;
- consolidação da rede de laboratórios brasileira de defesa agropecuária, dando a estrutura adequada para garantir a qualidade dos seus diagnósticos;
- implementação de estrutura de análise de riscos para diminuir a ocorrência de emergências zoonos-sanitárias e de saúde pública;
- implementação de um plano geral de contingência, que contará com um *check list* de ações de serviços de defesa agropecuária para enfrentar possíveis emergências fito e zoossanitárias;
- implementação de um plano emergencial contra possíveis ataques por bioterrorismo.

Esse é o projeto de desenvolvimento do Plano Nacional de Defesa Agropecuária, o novo projeto da Secretaria de Defesa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada pela exposição, pelo tempo.

Agora, convido o último expositor da equipe da Ministra Kátia Abreu, que é o Dr. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa. Aí, vamos encerrar, então, o ciclo com a participação dos Senadores nos questionamentos à Sr^a Ministra e à sua equipe de assessores.

A SR^a KÁTIA ABREU – Sr^a Presidente, o Evaristo Miranda vai apresentar um programa de desenvolvimento regional apenas como modelo do que estamos fazendo com a Embrapa, mas já estamos iniciando o Nordeste e também a Região Norte. Vamos cobrir todo o País com projetos específicos, mas com estudo profundo de cada Região, não necessariamente a Região completa, como citei o Nordeste, mesmo na Matopiba, que é um pedaço de várias regiões, mas identificando regiões produtoras e fazendo um diagnóstico profundo das necessidades e das ausências.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ministra, os nossos telespectadores perguntam – falamos algumas siglas – o que significam. Matopiba é a soma das iniciais dos Estados do Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Matopiba é no cerrado.

Com a palavra o Dr. Evaristo.

O SR. EVARISTO DE MIRANDA – Pediria só se ele pode projetar o eslaide, porque vai me ajudar e é mais sintético, para sermos rápidos.

Senadora Ana Amélia, Ministra Kátia Abreu, Srs. Senadores, muito rapidamente, como foi dito, Matopiba é esse acrônimo composto pelas iniciais dos Estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Trabalho com a área de gestão territorial na Embrapa e há muitos anos trabalho nessa região.

Para os senhores terem uma ideia do que é essa região, isso aqui é um pedaço do oeste da Bahia, um trabalho do BNDES que eu fiz. Isso é o que havia de soja na data que os senhores estão vendo, que é 1990. Eu não estou vendo a data.

Próximo.

Dez anos depois, todo o vermelho é soja; todo roxo, piovôs, ou seja, é uma região onde está se expandindo a agricultura, a irrigação em uma velocidade muito grande.

Próximo.

O primeiro grande critério de delimitação do Matopiba são os cerrados. São regiões dominadas por cerrado, onde está se expandindo essa agricultura moderna, e isso se faz sem levar a grandes ou significativos desmatamentos, porque são áreas de pecuária que são convertidas para lavoura.

Próximo.

O segundo grande critério foi socioeconômico. Temos que ajustar as microrregiões porque a política agrícola, todo tipo de política se baseia em microrregiões, em Municípios, na rede bancária, no Pronaf. Finalmente – e vou deixar, no fim, o *site* onde existe esse estudo detalhado –, hoje para nós, como realidade operacional, o Matopiba é isso: são essas 31 microrregiões que cobrem aproximadamente 73 milhões de hectares.

Próximo.

Em resumo, toca os quatro Estados, abrange 31 microrregiões, 337 Municípios. Aí os senhores têm, muito resumidamente, a porção com que cada Estado contribui no Matopiba. As grandes contribuições são do Tocantins e do Maranhão e a menor, em termos de área, é a do Piauí.

Próximo.

Vou dar só dois exemplos aqui para os senhores verem o que é a evolução do Matopiba. A produção de soja do Matopiba, em 1993, era 770 mil toneladas; em 2011, foi 7 milhões. A produção de grãos, em 1993, no Matopiba, esse Matopiba que estamos operando naquela base que mostrei, era 2,5 milhões toneladas de grãos; em 2011, foi 12,5 milhões de toneladas de grãos; e, neste ano, a média de crescimento foi 18%. Isso se explica, e nos estudos que vou deixar as referências os senhores vão ver, por um crescimento simultâneo da área, da produção e da produtividade.

Próximo.

Mas, ao mesmo tempo, quando olhamos o PIB total do Matopiba, que é R\$47 bilhões, no qual a agricultura contribui com R\$10 bilhões – e vou levantar aqui para ver melhor, se me permitirem – e o PIB *per capita*, que, no Tocantins, é R\$12 mil/ano; na Bahia, R\$11,5 mil/ano, quer dizer, são muito parecidos; no Piauí, cai para R\$6,8 mil/ano; e no Maranhão, para R\$5 mil/ano... O PIB médio da região é R\$8 mil. Então, vejam, no Brasil, é R\$20 mil/ano; na Região Norte, R\$13 mil/ano; no Nordeste, R\$9 mil/ano; e no Matopiba, estamos com R\$8 mil/ano. Temos esse desafio que a Secretária Tania Garib já colocou: a pobreza dessa região e a necessidade de se trabalhar essa dimensão social, para que essa agricultura moderna não seja somente uma ilha ou ilhas ou um arquipélago de ilhas cercado de miséria.

Próximo.

O estudo da Embrapa, que não vou ter tempo de detalhar, mas os senhores vão encontrá-lo no *site*, detalha o quadro natural do Matopiba, o quadro agrário, o quadro agrícola, a infraestrutura e o quadro socioeconômico. Existem dez notas técnicas e mais de 400 páginas publicadas e um *site* com todas essas informações.

Só tenho mais dois eslaides, se me permitirem.

Próximo.

Esse *site* funciona assim. Existe a demanda – os Senadores estão interessados em informação, os Prefeitos, os Governadores, sobre essa região – e, do outro lado, muitos dados dispersos em diversos órgãos. Esse sistema que criamos, que está disponível na Embrapa, esse sistema de inteligência territorial une tudo isso e disponibiliza, para quem quiser, fazer consultas.

O último eslaide, por favor.

Esse sistema de informações permitiu... Já, preliminarmente, a Ministra tem reunido secretários, tem reunido os grandes atores dessa região, já em várias reuniões, e estão emergindo agendas: uma agenda para a questão agrária, uma agenda para a questão agrícola, agendas para a questão da logística. E tudo isso nos leva, hoje, a refletir sobre a necessidade de uma agência, com foco na agricultura, para desenvolver essa região, que teria mais ou menos essa estrutura que está aí.

O último eslaide é a referência. Se os senhores entrarem no *site* da Embrapa, basta por Gite (Grupo de Inteligência Territorial Estratégica), e verão que todas as informações estão lá disponíveis.

O meu *e-mail* é aquele. Eu respondo curtinho, mas respondo todos os *e-mails* que recebo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Evaristo.

Esse é o caminho para a inclusão e o aumento da renda. De fato, essa distorção social, a injustiça social... A distribuição mais justa só se dará através de uma expansão de toda a assistência e de uma política agrícola eficiente.

Ao encerrar a fase de exposições de toda a equipe da Ministra Kátia Abreu, passo agora à lista dos Senadores inscritos para falar. O primeiro inscrito é o Senado Moka; em seguida, os Senadores Acir, Blairo Maggi, Donizeti Nogueira e Wellington, se quiser se pronunciar.

Com a palavra o Senador Moka...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, com a palavra o Senador Blairo Maggi. É a gentileza do Mato Grosso do Sul para com o Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Vamos deixar os Estados menores falarem... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não deixe por menos. Se eu fosse o senhor, eu não aceitava a provocação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso não é provocação, não. O pai sempre tem que cuidar do filho. Não tem jeito! (*Risos.*)

É nosso filho; nós temos que cuidar.

Muito bem!

Bom dia, Srª Presidente; bom dia, colega Senadora e Ministra Kátia Abreu; secretários e secretárias aqui presentes.

Primeiramente, eu quero cumprimentá-los pelas palestras, em especial a forma muito clara como foi colocada, muito objetiva, o que demonstra, muito claramente, a forma como V. Exª conduz as coisas: com precisão, rapidez e eficiência. Foi assim aqui, durante o seu período como Senadora, e está sendo assim como Ministra. Eu tenho certeza de que isso fará com que o Ministério da Agricultura se modernize. Sei que este é um desejo da Presidenta Dilma. Aliás, ainda no seu primeiro mandato, logo após as eleições, fiz uma viagem com Sua Excelência para o Tocantins, em visita a Tucuruí, e ela me dizia que havia dois Ministérios em que ela queria promover uma grande mudança naquele período: justamente o Ministério da Agricultura e o de Indústria e Comércio, pois eles não representavam mais o pensamento e não representavam mais aquilo em que esses segmentos se transformaram no Brasil. Eles estavam atrasados e, portanto, precisariam sofrer um choque de gestão. Felizmente, V. Exª chegou como Ministra daquela Pasta e fará isso com toda a certeza.

Eu tenho apenas duas questões, Ministra Kátia; duas coisas que são ligadas à área de fitossanidade. Todos nós sabemos que o Brasil é um grande produtor, que luta com grandes dificuldades para manter esse *status* de sanidade. Na medida em que nós vamos avançando, novas exigências vão chegando. É a forma como os países têm de impor barreiras sobre a nossa atividade também. A gente sabe que não existem apenas barreiras comerciais ou financeiras, de preços, enfim, mas existem outras barreiras, como as ambientais e as fitossanitárias.

Então, nesse sentido, eu trouxe uma pergunta para fazer e uma sugestão para quando das revisões dos acordos fitossanitários que serão realizadas daqui para frente.

Como exportador, já tive, por várias vezes, de ir ao Ministério da Agricultura para resolver pontualmente questões dos exportadores. Por exemplo: quando nós mandamos soja para Rússia, nós temos um protocolo com aquele país que diz que não pode haver nenhuma semente de picão-preto (*Bidens pilosa* L.). Está escrito lá; eu não sei por que está escrito, mas o fato é que já aconteceu com várias empresas: o navio chega à Rússia, faz-se a inspeção, tem lá uma semente de picão-preto e eles não querem, porque está escrito no nosso protocolo que não pode ter.

Então, precisa, nessa revisão, haver tolerância para essas coisas. Esse fato é tão relevante na nossa pauta com a Rússia que a maioria das empresas não vendem direto para a Rússia, fazem uma operação triangular com outro país para poder fugir desse acordo. Se não o cara bota o seu navio boiando em alto-mar e o prejuízo é muito grande.

Gostaria de deixar como sugestão que, na revisão, a equipe do Ministério olhasse com profundidade esse assunto para ver o que há de exagero nisso e o que nós podemos retirar, renegociar, para facilitar essa questão do comércio internacional.

Aí vem a segunda parte da pergunta: quando e se nós teremos no Brasil zonas declaradas livres de febre aftosa sem vacinação? Aí pego mais uma vez o exemplo do Estado de Mato Grosso, que, há 24 ou 25 anos, não tem nenhum caso de febre aftosa.

Considero que nós poderíamos ser uma zona livre, como é Santa Catarina para exportação de suínos. Qual é o encaminhamento disso ou nós nunca conseguiremos, como país, ter essas regiões separadas?

Mais uma vez, Ministra, parabéns pela condução e conte sempre conosco nesta Comissão, da qual a senhora já fez parte também. E não só aqui como no Senado para ajudar o Ministério da Agricultura a ser um ministério eficiente e seja, de fato, produtivo e representativo da nossa agricultura e pecuária.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu penso que, para maior produtividade, Ministra, todos farão as perguntas. E eu acrescentaria a essa questão que certamente esse acordo foi escrito pelos russos e não pelos brasileiros.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

Então, eu acrescentaria apenas na defesa sanitária, Ministra, que a Secretaria de Defesa Sanitária informou à Controladoria-Geral da União, por ocasião do Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2014 relativo ao exercício anterior, sobre a carência de fiscais agropecuários para suas áreas técnicas e para as subunidades do Ministério, além de servidores de nível médio, afirmando que, mesmo com concurso público, que aconteceu em maio de 2014, as necessidades não seriam totalmente atendidas. Para se ter uma ideia da falta de profissionais, ainda com base em dados constantes do relatório da CGU, somente na Superintendência do meu Estado, o Rio Grande do Sul, foi estimada uma deficiência de 66 fiscais federais agropecuários e de 1.715 agentes de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal.

Tendo em conta essa carência, então, quando é que nós podemos imaginar – a gente tem falado com o Ministério do Planejamento – que os excedentes todos do concurso poderão ampliar a equipe que precisa estar na área de frente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Ana Amélia, como o critério aqui foi do menor para o maior, eu gostaria que a senhora me permitisse falar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O senhor está inscrito também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Rapidamente, até porque eu tenho uma viagem agora e vou de carro ao Mato Grosso, passando por algumas cidades, até para conhecer mais ainda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A licença tem que ser dada pelo orador, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como eu não sou um cara rancoroso, embora tenha sido aqui colocado como filho bastardo, o que eu quero repelir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É uma provocação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É uma provocação.

Eu quero dizer ao Senador Wellington que evidentemente o colega tem a minha... Passar a palavra a V. Exª é um prazer, uma satisfação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Retribuiu com uma gentileza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

E com certeza não vou me delongar.

Corroborando as palavras do Senador Blairo Maggi, temos hoje uma Ministra, além de tudo que ele disse, energizada com um casamento novo, com muito mais amor e esse amor, tenho certeza, vai ser distribuído para todo o nosso agronegócio brasileiro.

Quero apenas fazer uma observação, mesmo não sendo da área da Ministra. Nós, de Estados produtores, vivemos alguns problemas, principalmente com a equipe econômica. Tenho batido nisto aqui: a questão dos fundos de compensação, principalmente a Lei Kandir, o FEX. Já tive oportunidade, o Senador Blairo também, de falar com o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, que reconheceram primeiramente a dívida que têm os Estados exportadores, principalmente no nosso caso, do Centro-Oeste, que exportamos matéria prima, com pouco valor agregado, com distâncias muito longas. Para produzir no Centro-Oeste – no Mato Grosso, por exemplo, estamos no centro da América Latina, a nossa capital, Cuiabá, e no centro geodésico do Brasil, que é Barra do Garças –, as distâncias são muito grandes. Então, com essa dificuldade, o custo de produção é muito grande. Hoje nós temos o recurso da Lei Kandir do ano passado, que não foi devolvido aos Estados, e deste ano, que, pelo menos, votamos o orçamento e está no orçamento. Mesmo não sendo a função direta, digamos, do Ministério da Agricultura, penso que é preciso se envolver, Ministra, e a senhora liderar isso com os Governadores, porque, em tempo de cobertor curto, cada um tem que puxar um pouco, porque senão a gente não soluciona os nossos problemas.

Além disso, também, o setor sucroalcooleiro tem hoje um grande volume de recursos – mais de dois bilhões, o sucro e também o álcool –, nessa compensação necessária.

Outro aspecto que eu tenho me debatido muito é principalmente na Defesa Civil.

Nós temos problemas sérios no caso desses Estados produtores porque, como se mostrou aqui, abre-se qualquer estrada e aumenta-se a produção muito rápido. No caso do Mato Grosso, o Araguaia é uma região que está abrindo agora. Só o Araguaia tem condições de produzir tudo o que se produz em Mato Grosso. Mato Grosso tem condições de produzir tudo o que se produz no Brasil. Precisamos da infraestrutura. Quando a gen-

te vai à Defesa Civil, sempre o argumento é o mesmo. Quando tem problemas de enchentes, principalmente nos nossos Estados, os problemas não são com mortes de pessoas, são com a destruição das nossas estradas, principalmente as estradas vicinais, as nossas pontes, e o argumento da Defesa Civil sempre é “prioridade”, claro, quando a catástrofe envolve mortes, envolve casas que foram destruídas.

Então, eu só queria aqui observar, Ministra, e penso que a gente tem que mostrar isso para o Governo, que o Ministério da Agricultura tem uma função de Defesa Civil na área de produção, que é principalmente essa questão dos recursos para as nossas estradas vicinais e estaduais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Wellington. Com alegria, passo a palavra para o Senador Moka que foi o primeiro inscrito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só para dizer ao Senador Wellington que meu livro de geografia não está batendo com o dele, porque o centro geodésico do Brasil é Palmas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa discussão é boa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O Senador Wellington se refere ao centro geodésico da América do Sul, que é Cuiabá. O do Brasil pode ser Palmas. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um *upgrade* em todos.

Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Presidente, minha cara amiga Senadora Ana Amélia; Ministra Kátia Abreu, Senadora Kátia Abreu, aqui nossa amiga, nossa colega:

Eu primeiro quero registrar isso: duas mulheres, uma presidindo a Comissão de Agricultura e outra, Ministra da Agricultura. É importante registrar esse fato. Eu acho que a participação da mulher na política tem que ser cada vez maior e em posições de comando, de mando. Eu queria apenas registrar isso com muita alegria, porque ainda estamos no mês do Dia Internacional da Mulher.

Algumas observações importantes, Senadora Kátia Abreu.

É muito difícil um Ministro, no caso, uma Ministra, reunir todas essas condições que V. Exª reúne neste momento. V. Exª conhece o setor, e conhece profundamente; V. Exª tem apoio político, o que é importante aqui na Casa, no Congresso Nacional, e uma Frente Parlamentar que lhe ajuda, e eu a conheço, até porque faço parte; e V. Exª tem um canal direto com a Presidente da República. Evidentemente, o grande problema do Ministério era a dificuldade de fazer com que o Ministério pudesse se recuperar. É um Ministério estratégico, mas há uma dificuldade econômica, pois, na área econômica, sempre há aquele viés: “Não, mas este setor é um setor que está indo muito bem.” O que estamos vendo, pelos números aqui, é que há uma classe dentro do setor produtivo que tem uma renda muito pequena. É claro que o grande produtor resolve seus problemas. Eles estão ajudando o País. Nós temos aqui grandes exemplos: o Senador Blairo Maggi e o Senador Acir Gurgacz, que são grandes empresários e que, na verdade, ajudam, ajudam muito.

Mas é fundamental que V. Exª, que realmente reúne estas condições – apoio político, conhecimento e apoio do setor –, seja um canal direto, porque o canal com a Presidente vai influenciar diretamente a área econômica, que é onde sempre residiram os nossos problemas. Eu me lembro de que o último Ministro que tinha acesso direto à área econômica era o Ministro Pratini de Moraes, porque era amigo pessoal do então Ministro da Fazenda Malan. Ele foi, realmente, um Ministro que ajudou muito.

Então, eu queria registrar isso e dizer que, hoje, fiquei orgulhoso de V. Exª, porque V. Exª trouxe uma apresentação digna de um Ministro de Estado, colocando-se com clareza. Trouxe aqui seus secretários, que, em três ou cinco minutos, colocaram o que é fundamental.

Então, quero registrar essas coisas e apenas dar uma contribuição, Caio, diretamente. Nessa questão dessa demanda, eu queria acrescentar mais uma.

Nós temos um problema no Mato Grosso do Sul e no Paraná também. Nós já fomos grandes produtores de erva-mate, que, hoje, está começando a ser também uma *commodity* importante, com um acréscimo, com uma coisa a mais: como a erva-mate é uma árvore, ela pode ser usada na recomposição da área legal, da reserva legal, desculpem-me. Então, vejam: para o pequeno produtor, para aquele que tem 20 hectares, 2%, ou melhor, um hectare de erva-mate dá uma renda anual de R\$10 mil a R\$12 mil, sendo ela colhida na propriedade. Vejam como isso é importante!

Em Mato Grosso do Sul, na região de Ponta Porã, de Antônio João e de Amambai, a erva-mate é natural, é nativa. E aí, com o preço da soja, mesmo em terras de excelente qualidade, não temos mais a erva-mate. Estou fazendo um esforço grande exatamente para trazer de volta aquela que é uma cultura tradicional. Estou fazendo isso exatamente pegando os pequenos agricultores, porque eles podem ser beneficiados duplamente, primeiro porque vão recompor a sua reserva legal, porque são pequenas propriedades, e, segundo, porque vão ter uma renda. Com dois hectares de erva-mate, insisto em dizer, ele vai ter uma renda anual de mais de R\$20 mil, o que daria praticamente quase R\$2 mil por mês de renda.

Então, estou chamando a atenção para uma coisa que, é claro, é vista no contexto geral, falando-se de grãos, mas não quero ser repetitivo.

Eu queria só acrescentar isso e dizer para a Senadora Kátia Abreu algo sobre essa questão da vigilância sanitária. É o seguinte: a vigilância sanitária é uma obrigação do Governo Federal. Ele faz convênio com os Estados, e aí, na hora de se repassar o recurso do convênio, é uma briga. Aliás, há essa história de contingenciar esses recursos. Isso é prevenção. Se você não previne, depois que entra a aftosa, a ferrugem ou qualquer outra coisa, aí você já começa a gastar. Então, você tem de prevenir. E acho que, como prevenção, nós temos, junto com V. Ex^a, de lutar para que esse tipo de recurso não possa ser contingenciado. Acho que essa é uma coisa importante para o País como um todo. É preciso proteger, realmente, a nossa produção.

Em Mato Grosso do Sul, Senador Blairo Maggi, nós já fomos prejudicados duas vezes com essa história de febre aftosa e nós sabemos de onde ela vem e por que ela vem.

Então, eu queria apenas fazer esse registro.

Mais uma vez, quero dizer, Senadora Kátia Abreu, que fiquei muito orgulhoso da exposição que V. Ex^a fez aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, eu agradeço a referência às mulheres. Realmente, a Senadora Kátia Abreu, quando esteve prestando depoimento...

Não, Senador Blairo, chegou a vez, não é? Faz favor, não é? Se o senhor pôde falar bem do Mato Grosso, eu posso falar bem das mulheres, não é?

Ela esteve lá na Expodireto Cotrijal, que foi realizada em Não-me-Toque, uma feira de agricultura de alta precisão, e encantou todos com a exposição que fez. Conversar com um Ministro que conhece o setor facilita o trabalho: uma audiência que demoraria uma hora demora 15 ou 30 minutos. Foi o que aconteceu comigo ontem quando fui falar com o Ministro Armando Monteiro no MDIC, que o Senador Blairo Maggi... Você fala meia dúzia de palavras e ele já entende aquele assunto de que você vai tratar porque conhece profundamente o setor. Então, faço este registro agradecendo também a referência do Senador Moka. É confortável o destaque para as mulheres.

Saliento a presença do Senador Lasier Martins, do Senador Douglas Cintra, do Senador Dário Berger, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador José Pimentel e do Senador Donizeti, que já tinha falado, e agradeço a presença de todos. Temos um quórum altíssimo, Ministra Kátia Abreu, revelando o seu prestígio na Casa.

Então, convido para fazer uso da palavra o Senador Acir Gurgacz e, em seguida, o Senador Donizeti Nogueira e, posteriormente, os demais Senadores que quiserem fazer perguntas à Ministra.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Primeiramente, repito a minha saudação à nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, e minha saudação à nossa Ministra Kátia Abreu, nossa parceira aqui, no Senado, principalmente nesta Comissão de Agricultura, e faço minha saudação também aos Secretários que acompanham a Ministra e que fizeram suas explanações.

Eu não vou, Ministra, reclamar aqui da falta de presença de alguém de Rondônia no Ministério, onde já temos gaúchos, mato-grossenses, mato-grossenses-do-sul etc, porque entendo que, depois do seu Estado, o Estado pelo qual a senhora tem mais carinho é exatamente o Estado de Rondônia. Então, eu me sinto muito bem representado no Ministério com a presença de V. Ex^a lá.

De fato, como todos falaram aqui, Ministra, a senhora – eu entendo assim – é a pessoa que mais bem se encaixa no seu Ministério, o Ministério da Agricultura. Digo isso em relação aos demais Ministérios da Presidente Dilma. Todos têm lá a sua importância, mas, tecnicamente falando, em termos de quem tem mais aptidão para estar em seu respectivo Ministério, V. Ex^a é a Ministra que melhor atende as necessidades do seu Ministério. Sendo assim, nós aqui nos sentimos muito bem representados. A senhora viu a forma espontânea como todos se dirigiram a V. Ex^a, exatamente por terem um carinho especial para com V. Ex^a, pela sua atuação aqui no Senado.

A minha colocação, Ministra – a Presidenta já fez uma menção a isto também –, diz respeito à produção agrícola e pecuária do Estado de Rondônia, principalmente à produção e à exportação de carne de Rondônia hoje. Rondônia já é o quinto exportador de carne do País. No último ano, nós aumentamos 26%. Nosso Estado já atingiu quase US\$1 bilhão em exportação de carne e este ano deve passar essa linha de US\$1 bilhão.

O que nos preocupa é exatamente a falta de fiscais agropecuários para acompanhar e autorizar essas exportações. Temos, hoje, em Rondônia, apenas 18 fiscais agropecuários. Nós sabemos que o concurso público já foi feito e que não depende do Ministério da Agricultura, pois depende do Ministério do Planejamento. Nós sabemos disso, acompanhamos essa questão. Eu só gostaria de saber se a senhora tem alguma informação sobre isso, sobre se essas pessoas serão chamadas pelo Ministério do Planejamento para dar vazão a toda essa produção. Nós sabemos do aumento da produção em todo o País, em especial no nosso Estado de Rondônia, ao lado dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, que, claro, já são produtores há muito tempo.

Mas Rondônia tem crescido bastante na produção de grãos e de carne e também na exportação, tanto é que já é o quinto exportador. Para nós, a quinta já é uma posição bastante relevante.

Então, a minha colocação é nesse sentido, como já muito bem colocado pela nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, de saber se esses fiscais serão chamados para dar toda a atenção de que a classe produtiva precisa. Não é que não deem atenção, pois a atenção do Ministério é muito benfeita pelo Superintendente em Rondônia, que tem uma preocupação grande em atender às necessidades.

Minha colocação é apenas essa, cumprimentando, mais uma vez, V. Exª pelo excelente trabalho que faz à frente do Ministério da Agricultura.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Senador Acir Gurgacz, saudando também o Senador Davi Alcolumbre, do Democratas do Amapá. É o Brasil inteiro reunido aqui.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, que é do Estado da Senadora Kátia Abreu, Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia, Presidenta.

Bom dia, Ministra Kátia Abreu, Srs. Senadores, Srªs Senadoras e secretários aqui presentes.

Só para entrar no jogo do Mato Grosso do Sul com o Mato Grosso e também para dizer para a Senadora Ana Amélia, nós, no Tocantins, recebemos todas as naturalidades do Brasil por ser um Estado novo, que tem sido o último evento da marcha para o oeste do Getúlio Vargas, e a Ministra, certamente, procurou fazer no Ministério aquilo que é o espelho do nosso Estado, o Estado do Tocantins, com todos os brasileiros.

Eu não tenho razão nenhuma para ficar com ciúmes de os secretários serem de outros Estados porque o Tocantins tem a Ministra, que é uma grande Ministra.

Ministra, eu queria parabenizá-la pela exposição e pela impressão que V. Exª está criando em todos os públicos que levei para conversar com V. Exª. Eu levei o pessoal da Anffa Sindical, que são servidores fiscais agropecuários, e eles saíram muito animados. Essa convergência que há entre os servidores e o perfil da Ministra para este momento no Ministério da Agricultura é muito importante. O pessoal saiu muito animado com a audiência. Fui lá juntamente com a Unicopas, que reúne as cooperativas de agricultura familiar, as cooperativas de assentados, as cooperativas da economia solidária e as cooperativas de microcrédito e de crédito, e eles também saíram muito animados da audiência. Eu queria registrar isto para a senhora. Fizemos uma avaliação – eles quiseram vir ao gabinete para fazer uma avaliação comigo –, e eles estavam muito animados e estão acreditando que as coisas vão dar certo.

Eu quero registrar um sentimento meu. Eu tenho uma dificuldade de separar o pequeno negócio do grande negócio, com essa estrutura dicotômica de agronegócio, o grande, o pequeno e a agricultura familiar. Eu fiz meu curso de administração de empresas pela Universidade Federal, e minha monografia foi sobre a função social da terra: em qual modelo de propriedade ela cumpria a função social? Eu concluí que o modelo são todos. Seja a grande propriedade, a pequena propriedade, a propriedade privada, a propriedade pública, a propriedade comunitária ou a propriedade estatal, ela vai cumprir a função social. A pequena propriedade hoje não está cumprindo a função social, principalmente na nossa região, a Região Norte, porque os pequenos produtores não estão conseguindo ascender econômica e socialmente. Então, um dos gargalos é a assistência técnica. Na minha avaliação, o grande não precisa do apoio do Governo; ele precisa do crédito, ele precisa de um bom marco regulatório, ele precisa de um serviço sanitário e fitossanitário para garantir os seus produtos no mercado internacional...

Nós fizemos um evento no Tocantins no ano passado. O PT conduziu uma caravana chamada Encontros pelo Tocantins. Eu fiquei surpreso, pois o que os pequenos estão cobrando do Governo é a solução do sistema de sanidade de seus produtos. Eles querem a certificação para poder disputar mais o mercado. Aí, os dois gargalos principais que eu vejo são a assistência técnica, que está precária, e a falta de certificação dos produtos. Então, resolvidos esses dois gargalos... Porque há crédito, há vontade de trabalhar e as terras estão lá. Então, é hora de associarmos o conhecimento e a força de trabalho de cada homem e de cada mulher à terra para conseguirmos esse objetivo que a Ministra vem traçando de fazer crescer a classe média rural e acabar com essa separação entre o grande agronegócio e a agricultura familiar, porque todos são negócios. Eu acredito que o Brasil precisa muito disso.

No mais, eu estou muito satisfeito de estar aqui, Ministra. Fizemos uma parceria vitoriosa no Estado e, ao final, vimos que precisávamos uns dos outros lá para ver se colocamos o nosso Estado nos trilhos.

Termino convidando todas as Senadoras e todos os Senadores, assim como a Ministra – não sei se sua agenda vai permitir – para a inauguração de uma usina de etanol de batata-doce lá na Universidade Federal do Tocantins na segunda-feira às 9h. É uma tecnologia que surgiu a partir de um estudo desenvolvido pela Universidade Federal, pelo atual Reitor, que foi quem desenvolveu as variedades de batata-doce para o etanol.

Essa nova tecnologia vai revolucionar o campo, principalmente a agricultura de pequeno porte, porque a batata-doce produz um etanol de melhor qualidade do que o da cana, com maior produtividade por hectare – ela pode produzir duas safras por ano –, e tem um valor muito bom no mercado. Além disso, a usina que produz o etanol de batata-doce também pode produzir etanol de cereais.

Então, ficam todos convidados em nome do Reitor e da Universidade Federal. Gostaríamos de contar com vocês lá, especialmente com a senhora, Ministra, se for possível.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento o Senador Donizeti.

Saliento, inclusive, que a batata-doce agora é recomendada do ponto de vista nutricional, pois ela tem alta qualidade e poucas calorias, sendo muito saudável. Então, ela voltou a ser incluída no cardápio para dietas. Quem quer manter uma boa saúde deve ter a batata-doce em seu cardápio. Esse é mais um valor agregado à batata-doce, tão brasileira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A batata-doce não deixa resíduos. Ela é toda aproveitada, para o etanol, para proteína animal e até para proteína de consumo humano, como resíduo da produção do álcool.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

Antes de passar a palavra à Senadora Kátia Abreu, lembro, Senador Acir, Senador Blairo e Senador Moka, que nós discutimos muito aqui a questão da sanidade. Lembro bem de que nós discutimos, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, há pelo menos dois anos, a ideia de tornar impositivo, por um projeto do Senador Antonio Russo, todo o orçamento destinado à defesa sanitária.

No momento em que discutíamos isso, houve um pedido, da parte do Governo, expresso pelo Líder Senador Pimentel, que esteve aqui há pouco, no sentido de não haver uma excepcionalidade de orçamento impositivo para a defesa sanitária agropecuária. Em contrapartida, o Governo daria um aporte suplementar de mais R\$100 milhões para o setor. Nós acordamos em função disso. Agora, é preciso que também esse acordo seja relacionado.

Faço uma indagação à Ministra em razão de uma preocupação. A senhora falou muito da cadeia produtiva do leite aqui. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná viveram, há, aproximadamente, dois meses, uma crise bastante grande. Houve a tentativa de formar uma grande empresa, uma central produtora, com características voltadas para a exploração do mercado internacional, mas o projeto não foi bem sucedido e esse insucesso acabou provocando uma série de problemas, como o fechamento de empresas. Os produtores que haviam se preparado entraram em crise. O Ministério deu um socorro nas compras feitas pela Conab, mas eu queria saber da senhora se essa crise já está sendo superada e o que os produtores de leite podem esperar neste momento.

Também há outra preocupação, Ministra, que diz respeito ao seguinte. Quanto a esse ajuste fiscal, há uma informação corrente no sentido de que o Governo taxaria aquelas aplicações de letras de câmbio agrícolas, que são uma forma de investimento usado especificamente para a agricultura. Hoje, as pessoas, os investidores dos fundos, diretamente da compra desse papel... Esse papel foi criado para isso e, então, tem uma importância muito grande como fonte de recursos para financiar a agricultura. Ora, no momento em que houver uma taxa para o investidor pessoa física desse instrumento, certamente, ele deixará de ter o estímulo e poderá migrar para outros investimentos. Eu pergunto para a senhora, porque eu acho que isso estava no eixo da sua preocupação em relação a isso.

Basicamente, são essas duas questões, ratificando a questão da vigilância sanitária.

Também agradeço ao Senador Moka, pela questão da erva-mate. De fato, é um setor estratégico para diversificação, conservação e sustentabilidade.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra da Agricultura, já com antecipados agradecimentos de todos os Senadores que aqui compareceram para prestigiar esta audiência.

A SRª KÁTIA ABREU – Muito obrigada, Presidente Ana Amélia.

Eu gostaria de reiterar a importância deste dia, para mim, pessoalmente, para o Ministério da Agricultura e para os nossos secretários, para podermos debater e nos apresentarmos aqui, no Senado Federal. Nós tivemos e temos uma grande convivência, com um trabalho profícuo desta Casa e desta Comissão em prol da agricultura. Nós, que, num passado bem próximo, tínhamos apenas a força da Comissão de Agricultura da Câmara, hoje temos as duas Comissões que atuam fortemente em parceria, em conjunto, respeitando a independência.

Eu quero agradecer as palavras de estímulo que todos me deram e reiterar a importância do apoio político. De fato, o Senador Moka tem toda a razão. O apoio do meu Partido, o PMDB, foi fundamental, essencial para que eu me sentisse à vontade no Governo, no Ministério, para desempenhar o meu trabalho pelo País, também fazendo com que o PMDB pudesse ter um resultado positivo com a atuação de uma ministra peemedebista na agricultura. O apoio da Presidenta Dilma tem sido fundamental e encorajador. Eu acompanho o se-

tor e os governos, mas, respeitando todos os outros, pois acho que tudo tem o momento de acontecer, e vejo que a Presidente Dilma não tem se recusado, em nenhum momento, a avançar, a progredir, a inovar no setor do agronegócio desde que eu estava na Presidência da CNA, quando iniciou o nosso diálogo. Então, quero reiterar o que o Moka disse: nós estamos num momento feliz, em que estamos com apoio político-partidário, com o apoio da Frente Parlamentar, que eu já recebi, pois já começamos um diálogo, que é essencial, com o Marcos Montes à frente da nossa Frente, com o Deputado Irajá Abreu presidindo a Comissão de Agricultura da Câmara e com a Ana Amélia como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado. Então, graças a Deus, eu agora tenho de fazer a minha parte: trabalhar duro para fazer jus ao apoio político.

Respondendo aos meus colegas, quero dizer ao Blairo, especialmente, da importância da experiência dele no Ministério da Agricultura. Quero aqui dizer, de público, que, neste episódio, agora, dos caminhoneiros, o Senador Blairo foi da maior importância para encontrarmos uma solução. Como representante de uma *trading*, junto de seus outros colegas presidentes de outras *tradings*, ele foi fundamental, pois comandou esse processo com muito desprendimento. Então, eu quero agradecer a sua participação.

Nós estamos reavaliando principalmente os protocolos de 2005 para cá, porque, como eu disse há pouco, as mudanças do agro são constantes. Então, esses protocolos precisam ser reavaliados, e estão todos sendo reavaliados, um a um. Eu vou considerar especialmente esse protocolo que aqui foi mencionado. Do que nós estamos falando? Esses protocolos serão avaliados de acordo com os interesses do Brasil. Fiz um apelo aos Ministros de Agricultura do BRICS para que nós nos agarrássemos às normas e regras internacionais sanitárias e fitossanitárias. Quando nós abrimos exceção em um determinado protocolo, nós estamos perdendo a nossa razão, vamos assim dizer. Então, nós precisamos ter um marco balizador, nós precisamos ter um foco, e nosso foco é esse, e brigar até às últimas consequências em cima dessa norma, dessa regra internacional.

Com relação à zona livre de aftosa, eu acredito que, completando esses três Estados, nós também estaremos completando os países da América do Sul. Provavelmente, nós seremos o primeiro continente do mundo a ser livre da febre aftosa, as Américas. Então, nós ainda estamos com três países com dificuldade e com três Estados que já estão em franco desenvolvimento, para chegarmos, então, a atingir a totalidade do País.

Acredito que a partir disso, Senador, nós estamos trabalhando para também excluir outros Estados. Há Estados mais avançados, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul e o Paraná, que já estão em franca caminhada para se libertar da vacinação. Então, nós estamos atentos a isso, principalmente à aftosa, para que possamos findar esse processo e fazer esse avanço que o Senador Blairo mencionou aqui.

Com relação à Senadora Ana Amélia e também ao Acir, porque é a mesma questão, dos fiscais federais, eles estão cobertos de razão. Há duas crises fortes no Ministério: dos fiscais federais e do registro de agroquímicos.

Com relação aos fiscais federais, nós vamos ter que trazer essa discussão para o Congresso. O que acontece? A nossa legislação diz que existem duas atividades indelegáveis dos nossos fiscais no Ministério da Agricultura: de fiscalização e de inspeção. Então, a nossa ideia e sugestão à Frente Parlamentar, que repito aqui para os senhores, é alterarmos a lei e transformarmos a ação indelegável, a fiscalização, a auditoria, e a inspeção, que é ficar lá assistindo à matança de boi, à matança de frango, com horário de almoço... Há 3 mil fiscais no Brasil e nós temos, só de frigoríficos, 3,2 mil. Imaginem se cada um quiser trabalhar 12 horas por dia, fazer três turnos, trabalhar à noite! E nós temos a limitação trabalhista para nossos fiscais. Assim, é impossível acompanharmos isso no mesmo ritmo e não podemos ter a pretensão de ter o Estado brasileiro presente dentro de cada empresa do País. Isso é um absurdo!

Então, nós precisamos do apoio e do entendimento dos Parlamentares para separarmos isso, porque aí iremos reduzir enormemente os nossos problemas. O Sindicato – o Senador Donizeti estava presente – não se opõe e tem um pleito antigo, que eu acho justo, não num primeiro momento, pois não vai gerar despesas automaticamente para o Estado, que é o de ficarem só com a fiscalização, com o conceito de auditores fiscais, podendo desempenhar bem o seu papel.

Mesmo assim, nós estamos fazendo um mapeamento do País com a lei atual e com a possível mudança da lei. Ou seja, de quantos fiscais nós vamos precisar para fazer uma fiscalização por auditoria? Se existe alguma coisa eficiente neste País na área da Receita Federal, é a forma como eles fiscalizam as declarações de Imposto de Renda. É um processo estatístico que existe desde Aristóteles ou de antes que é o da amostragem.

No setor rural, as pessoas têm mania dos cem por cento: mania dos cem por cento do georreferenciamento, mania dos cem por cento da fiscalização de licença ambiental. É tudo cem por cento no setor agropecuário! É uma coisa inacreditável! Fiscalizar cem por cento dos abates no País! Isso tem que ser da empresa. Por quê? Vocês acham que BR Foods, JBS, Minerva, Aurora, para não deixar de citar uma cooperativa importante, vão colocar alguém que não seja de alta qualidade para fazer a sua inspeção, colocando seu nome em jogo, em risco, podendo perder o nome de cada uma delas? Muito ao contrário, eles terão os melhores técnicos na inspeção para zelar pelo seu patrimônio e pelo seu faturamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eles têm abates também no sistema muçulmano, não é?

A SRª KÁTIA ABREU – Claro!

Então, o que acontece? Nós precisamos inverter esse processo. Além das indústrias, nós temos os portos, nós temos os aeroportos para fiscalizar. Então, é impossível nós atendermos plenamente à demanda do agronegócio brasileiro se nós não alterarmos essa lei. Nós estamos fazendo um mapa minucioso da possibilidade da lei atual e da mudança da lei sobre o que é necessário para o País para mostrar a aberração que estamos vivendo.

Então, esse concurso que está aí não dá nem para o começo. Se mantivermos a lei como está, não dá nem para o começo. Duzentos já foram chamados. Não cobre as aposentadorias que estão aí.

Então, ainda estamos ajeitando, neste momento, o Porto de Itajaí. O Complexo de Itajaí tinha um fiscal federal; nós deslocamos mais quatro. A ALL, a ferrovia de Mato Grosso, também não tinha, pois ele foi transferido para o Acre, para o Amapá; tivemos que trazê-lo de volta. Então, por enquanto, estamos tapando buracos até esse mapeamento ficar pronto, para nos sentarmos com o Planejamento e com a Casa Civil a fim de demonstrarmos a importância da alteração da lei e mostrarmos que, se ela não for alterada, vamos encontrar o caos. E temos a concordância do Sindicato para que isso seja feito.

Com relação a PIS e Cofins, sobre o que falou o Senador Wellington, temos um acúmulo dos exportadores. Então, numa conversa com o Ministro da Fazenda, ele sinalizou para que apresentássemos uma proposta para o futuro. E o nosso Secretário André Nassar já sentou com as grandes empresas que têm os créditos para encontrar uma opção de como, por exemplo, monetizar esses créditos. Alguma solução deverá ser dada. Estou relativamente otimista com relação ao futuro desses créditos de PIS e Cofins.

Os empresários, nessa primeira reunião, deram três sugestões, que vamos levar ao Ministro da Fazenda nos próximos dias.

Com relação à erva-mate, Senador Moka, nós já estaremos finalizando, nos próximos dias, a estruturação da câmara da erva-mate lá do Ministério. Temos várias câmaras setoriais. Então, estamos reativando a da erva-mate, que existiu no passado, e vamos ter, em 30 dias, um programa feito por essa câmara temática, coordenado pelo Caio, para estimular esse produto tão importante, que deverá ser também demarcado com certificação de origem, para agregar valor a esses produtores, viu, Caio? E vai ser um grande filão para nossa classe média.

Com relação aos recursos, como eu disse inicialmente, da vigilância sanitária, da defesa, eu disse para o Ministro Joaquim Levy: “o senhor pode me tirar e cortar muita coisa, mas não podemos mexer na defesa agropecuária, não podemos mexer no custeio agropecuário e precisamos do seguro agrícola. Então, não podemos abrir mão desses três pontos. Podemos abrir mão de outras coisas, mas não disso aqui”. Estamos tendo uma interlocução muito razoável com o Ministro, bastante cordial e promissora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A propósito, Ministra, por favor, dessa questão do seguro, há um subsídio a mais do Tesouro para bancar o seguro agrícola e o sistema que opera nisso estaria com um rombo, pelo que sei, de 300 milhões que o Tesouro não repassou, colocando em risco as futuras operações, porque, claro, sem o pagamento desse valor, esse é um déficit que as seguradoras que estão operando com seguro agrícola não terão capacidade de suportar. Então, temos que saber se isso está dentro dessa sua conversa com o Ministro Joaquim Levy.

A SRª KÁTIA ABREU – Está, sim, Srª Presidente. Vamos pagar os 300 milhões. Disto não há a menor dúvida. Já foi sinalizado para as seguradoras. A única dificuldade é burocrática, administrativa, porque esse recurso não foi empenhado até o dia 31. Apesar de o Congresso ter feito sua parte, aprovando a medida provisória, o Ministério não conseguiu empenhar. Então, vamos ter que utilizar do Orçamento atual e fazer um crédito especial no segundo semestre para complementar o Orçamento deste ano. Isso já está praticamente solucionado.

E, Senadora Ana Amélia, com relação à LCA, que V. Exª muito bem lembrou, ela é um título que isenta pessoa física dos impostos. Por isso, houve um crescimento, pois é um atrativo muito grande. Só que desde o ano passado estávamos monitorando isso, a própria CNA, e – não sei qual é a palavra certa – talvez o foco não estivesse sendo bem utilizado e bem definido, que é o atendimento ao produtor rural. Então, não vai haver acréscimo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não vai haver taxação.

A SRª KÁTIA ABREU – ..., não vai haver taxação na LCA, mas vai haver um rigor maior para que o dinheiro vá para a finalidade.

Anteontem, o Vice-Ministro da Fazenda foi ao Mapa a fim de discutirmos o Plano Safra e nós demoramos um bom tempo discutindo a LCA. É um instrumento ótimo, mas, como tudo na vida, precisa de alguns ajustes.

Com relação à crise no Rio Grande do Sul, nós fizemos a compra do leite, como V. Exª mencionou, por solicitação do setor, e isso já está bem melhor. Se houver necessidade, nós compraremos mais uma quantidade, até ajustar o preço. Estou muito otimista com o progresso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ministra, só me permita...

Com relação a essa questão do leite, eu me lembro... O leite e os derivados lácteos são os produtos mais protegidos na esfera do mundo, comercialmente falando. Eu tenho só uma preocupação. Quando a gente aumenta a nossa produção aqui, a dificuldade de exportar a sobra é muito grande porque... Por exemplo, na Argentina e no Uruguai, que costumam inundar aqui com tudo, eles não deixam entrar. Eu estou só lembrando. É só uma preocupação. Nós tivemos uma experiência: quando você aumenta a produção e aumenta a oferta de leite, você deprime o preço, porque nós não conseguimos exportar, mas não é... Porque o leite e seus derivados são extremamente protegidos, no mundo inteiro.

A SRª KÁTIA ABREU – O Senador Moka tem razão, mas o mundo inteiro que protege chama-se Europa, que é extremamente protecionista. Já na Ásia, que teve um problema gravíssimo, pois teve até gente sendo enforcada por estar alterando, envenenando o leite – vários produtores foram enforcados, punidos com a morte, na China por conta desse episódio –, há uma falta de confiança no leite local que é impressionante. Então, a China demanda bastante a produção.

Quando eu fui à China pela primeira vez, levei todas as informações possíveis. Eu achei que estava completa. Mas não levei informações sobre o leite porque nós não tínhamos e ainda não temos condições de exportar por conta dessas questões sanitárias e por não termos produção para exportar. Pois o leite foi o produto sobre o qual mais fui questionada pelos importadores chineses.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Essa é uma novidade para mim. Fico contente em saber disso.

A SRª KÁTIA ABREU – A Rússia e toda a Ásia também são grandes demandantes de leite. Para você ter uma ideia, o México importa 80% do leite consumido, quase tudo comprado da Argentina.

Então, nós temos uma perspectiva e um espaço muito grande para crescer, mas precisamos corresponder às normas da OIE, de acabar com a tuberculose e a brucelose em níveis de 0,2, para termos sucesso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministra...

A SRª KÁTIA ABREU – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ..., só uma pergunta um pouco idiota, porque eu não sei se existe: existe uma espécie de preço mínimo do leite, como dos demais...?

A SRª KÁTIA ABREU – Não.

Com relação ao contingenciamento da defesa, Moka, eu tenho a convicção – por isso, estamos dando todo o nosso suor para calcular o custo disso – de que aí esses nossos problemas vão acabar. Nessa distribuição de recursos, eu ainda não consigo ter a precificação da defesa no País. Eu consigo até julho, quando termina a precificação feita pela nossa consultoria, a Dom Cabral. Então, aí, sim, nós vamos poder brigar com o papel na mão. Se falhar, a responsabilidade é de quem estiver contingenciando. Então, nós vamos ter todos os argumentos.

No ano de 2014, foi repassado zero de recursos para os Estados. No ano de 2013, foram repassados, se não me engano, R\$40 milhões ou R\$50 milhões. No ano de 2012, foram repassados R\$80 milhões. Foi diminuindo e chegou a zero no ano passado. Então, quero afirmar para vocês, com toda convicção, que este ano nós podemos não entregar os R\$80 milhões de 2013, mas afirmamos que de zero não será esse repasse. Estamos trabalhando em torno de R\$50 milhões apenas para os Estados, fora o gasto que temos no dia a dia.

Eu tenho muita vontade e quero comprar, por exemplo, dois helicópteros para a divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para fortalecer a polícia de fronteira, por conta daquela fronteira perigosa. Quero equipar as duas polícias de fronteira, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Isto é nossa maior prioridade. Então, fizemos um critério de distribuição neste ano levando em consideração adesão aos programas. Não estamos dividindo da nossa cabeça.

Depois, quando tivermos o custo exato da defesa, eu vou saber quanto temos que mandar, por hectare, para Mato Grosso, para a soja, quanto temos que mandar para o Rio Grande do Sul, para Estados que têm divisas... Então, estamos estabelecendo alguns requisitos para a distribuição mais justa possível dos recursos para defesa agropecuária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quando fala em R\$50 milhões, é em média por Estado ou é o total de recursos de que V. Exª dispõe?

A SRª KÁTIA ABREU – Em 2013, foram R\$40 milhões para o País inteiro, para aqueles convênios para os governadores equiparem os seus carros, combustível, diária... A estrutura existe, o dinheiro é para custeio dos Estados, o que não foi enviado para nenhum Estado no ano passado. É muito pouco. O ideal seria R\$100 milhões. Mas nós vamos retornar.

O Senador Donizeti tocou num ponto da maior importância: Sisbi/Suasa. O apoio dos senhores a esse ponto junto aos governadores é de muita importância. Na última reunião que eu fiz, eu até me emocionei no

Ministério e disse que é uma desumanidade o que se faz com os pequenos produtores pela ausência do Sisbi, que faz parte do Suasa.

O que é o Sisbi? O Sisbi é a possibilidade de os Estados terem uma equivalência na certificação dos produtos para transitar nos Estados. Imaginem nós do Mapa fazermos essa autorização para os pequenos produtores de São Sepé, no Rio Grande do Sul! Quer dizer, isso é insano! Então, o Suasa permitiu, através do Sisbi... O Suasa é um sistema geral e o Sisbi é especificamente essa possibilidade, que nós delegamos, de equivalência de fiscalização.

Então, os governadores precisam aderir ao Suasa. Por incrível que pareça, dois Estados não aderiram sequer ao Suasa, o que é um absurdo. Nós precisamos implantar o Sisbi para que ele seja efetivo, porque não pode acontecer de as pessoas que moram na cidade de Gurupi, em Tocantins, poderem comer o queijo que o Sr. João faz e as pessoas que estão na cidade vizinha de Cariri não poderem comer o mesmo queijo. Então, se as pessoas de Cariri não podem comer esse queijo, as de Gurupi também não deveriam estar comendo esse mesmo queijo. A divisa territorial não pode ser um empecilho para que esse produto artesanal... Na Europa, os famosos queijos franceses transitam ali e trazem uma renda altíssima aos seus produtores, mas isso é impossível no Brasil. Os pequenos produtores não podem transitar com seus produtos artesanais por falta de implementação e de adesão total dos Estados a este sistema.

Fico feliz em ouvir o Senador Donizeti fazer esse comentário sobre agricultura familiar e o agronegócio. Tenho dito a todos que vão ao Mapa: “aqui é o Ministério da Agricultura, da agricultura de todos, da agricultura de quem tem um palmo de chão...” É um ministério da agricultura urbana, que vamos implementar agora, porque queremos que as pessoas que moram nas cidades ponham as mãos na terra, para ver o quanto são extraordinárias as possibilidades que isso traz. A agricultura urbana contaminou La Paz e Bogotá. Nós vamos encher de verduras e legumes os jardins do Ministério da Agricultura.

Então, eu não faço essa diferença. Se tem um pedaço de terra, pode nos procurar, porque nós valorizar essas pessoas. Então, separar agricultura familiar... O conceito de agricultura familiar na França é o nosso conceito de agronegócio. O que difere a agricultura familiar francesa? O dono da terra, sua esposa, seus filhos, todos trabalham e são geradores de uma renda enorme. Eles são chamados de agricultores familiares porque não têm empregados. Eles é que tocam a fazenda, e, por isso, são nominados agricultores familiares.

Então, do que nós precisamos? De dar oportunidade para a agricultura familiar de subsistência entrar no mercado. Então, agronegócio não é para os grandes; agronegócio é para quem vende. E o Sisbi é que vai dar a esse agricultor familiar de subsistência a oportunidade de fazer *business* com uma tranquilidade enorme entre Municípios e entre Estados. Então, depende de nós, por incrível que pareça, dos Estados, da política, fazer com que esse sistema funcione para o cidadão sair da troca e passar a colocar dinheiro no bolso.

Acho que fiz todos os comentários necessários aos colegas, se eu não estiver enganada. Acho que respondi todos os pontos, não sei se a contento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Ministra.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Ministra Kátia, sei que V. Exª está trabalhando muito num assunto que tem preocupado muito os produtores, não só das porteiras das fazendas para dentro, mas também pela infraestrutura que se tem de construir no País, que é a questão indígena. Nós temos vários projetos em Mato Grosso, em Tocantins, no Pará, em Rondônia e no Amazonas, para falar mais no Centro-Oeste e no Norte, que estão impedidos de dar continuidade em função de demandas com os indígenas. A Funai coloca muita pressão sobre isso. Sei que V. Exª está trabalhando nesse assunto. Eu gostaria de ter uma resposta sobre isso, principalmente sobre as BRs 242 e 158, de Mato Grosso, que já foram licitadas no passado, mas cujas licitações foram tiradas. Enfim, há um problema bastante grande nesse entorno.

A SRª KÁTIA ABREU – Obrigada, Senador, por ter tocado nesse assunto.

O Brasil inteiro está com problemas.

Essas da área amarela são terras indígenas.

Vamos focar esse espaço, por favor.

Se puder abrir o mapa aqui, pois vou mostrar uma dificuldade.

Tem como ampliar?

Não?

Mas vai dar para entender.

No Ministério, estamos dando uma atenção mais do que especial à logística. Não é o Ministério dos Transportes? Não. A demanda é que gera logística, não o Ministério que a constrói. Então, o Ministério dos Transportes é o construtor das estradas e nós somos os demandantes. Então, temos de estar dentro do negó-

cio, demandando, para que o Ministério dos Transportes possa executar bem o planejamento. Estamos com um grupo de trabalho de hidrovias, planejamento, transporte, portos e Mapa para modelar definitivamente as hidrovias, focando Madeira, Teles Pires/Tapajós e o Tocantins, que são novas hidrovias. Madeira já opera bem, porque Deus já nos deu ela pronta, e o Blairo Maggi, com a Maggi, está transportando por ela há 20 anos, com muita competência. Então, especialmente Tocantins e Tapajós, que fica no Pará, estão sendo o foco principal para estabelecer essa modelagem que vai valer para o Brasil inteiro. As oito hidrovias são da maior importância.

Ontem, recebi a visita do Senador Dário Berger, de Santa Catarina, e sugeri a ele que se dedicasse à cabotagem, que deverá ser o nosso próximo foco de alteração de marco regulatório. A Presidente não abre mão de mudar esse foco e de trazer para o Congresso Nacional essa discussão. Antes de sair, protocolei alguns projetos, que estão tramitando na Casa, mas que ainda não são ideais e negociados, mas apenas os coloquei para discussão. O que queremos, Senadora Ana Amélia? Sair do Rio Grande do Sul com os nossos caminhões, com o motorista do mar, que vai ser um grande negócio que vai se abrir no País. Hoje, é mais barato trazer para Pernambuco o milho do Uruguai do que o do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque do Uruguai é considerado de longa distância e de cabotagem é considerada entre portos do mesmo país.

Só para falar um item, o combustível da longa distância é isento de PIS e Cofins e o combustível da cabotagem é tributado com PIS e Cofins.

Outro problema grave é que os portos do Brasil não estão preparados para receber a movimentação de cabotagem. Os portos do Brasil tratam o caminhoneiro brasileiro do mar como se ele fosse exportar. Então, ele pode sair de Tocantins com o caminhão de milho e chegar ao Porto de Paranaguá e entrar em outro caminhão, o da água, com a mesma nota fiscal, porque ele está em terra brasileira. Só que ele está em águas brasileiras. Então, a mesma nota fiscal deveria valer e ele deveria poder subir com o seu caminhãozinho do mar para entregar o milho do Tocantins lá no Rio Grande do Norte. Não, ele chega com esse caminhão de milho e passa a ser um exportador, e aí toda a burocracia é exigida.

Então, nós pensamos que – inclusive debatemos com o Governo à época – já poderíamos resolver sobre cabotagem na Medida Provisória dos Portos, nós pudéssemos já resolver cabotagem. Mas seria muito leão para matar no mesmo dia e a cabotagem ficou para depois, porque o debate sobre portos era muito bacana, com todo mundo intenso no debate, e isso movimentou muito o Congresso. Então, resolvemos os portos e agora precisamos resolver sobre cabotagem. Está nas mãos do Congresso Nacional.

Ali... Eu quero chamar atenção para o que o Blairo disse.

Cláudia, está faltando a estrada aqui. Não é esse mapa, não. Mas tudo bem. Pode parar aí.

Aqui é o Tocantins, Ilha do Bananal...

Pode parar, gente, por favor.

Aqui é a Ilha do Bananal – só para a gente se localizar –, aqui é Goiás, aqui é Tocantins, Rio Araguaia, Ilha do Bananal, e aqui está o Mato Grosso... Reservas indígenas e reservas indígenas. Estão faltando aqui as três estradas, e o Blairo comentou bem. A BR-080 passa aqui pertinho, mas não entra, e vem até aqui, no Estado de Goiás.

Quando entra no Estado de Goiás, os produtores têm a opção – já está completamente asfaltado – de pegar a Hidrovia Tocantins ou a Ferrovia Norte-Sul e ir embora despejar a sua carga.

Ele tem outra opção, que seria a BR-158, que atravessa esta aqui, já de terra, que tem que ser asfaltada, pois já está licitada, subindo até aqui, a BR-158.

Outra opção é a BR-242, que vem lá de Ilhéus, de Luís Eduardo Magalhães, e atravessa o Tocantins – deveria atravessar a Ilha do Bananal –, para chegar à BR-158, para os produtores terem outra opção.

Isto tudo aqui tem em torno de 3 milhões de toneladas de grãos, que têm um custo de R\$30,00 a R\$40,00 para levar aos Portos de Paranaguá e Santos, porque a questão indígena tem impedido essas estradas de serem realizadas. São obras que já estão licitadas, principalmente, a BR-158 e a BR-080.

Se esta questão toda da estrada for resolvida – o Blairo sabe muito mais do que eu –, esta região pode chegar a 20 milhões de toneladas, não é, Blairo? Porque ninguém é maluco de ampliar isso tudo com uma despesa de US\$30.00 a US\$40.00 a mais para chegar pela rota inversa.

Então, o que eu quero discutir com isso? O que nós estamos tentando fazer? Para atravessar aqui, Blairo, eles querem que se faça uma volta. É uma voltinha que vai passar a obra de 200 para 700 milhões, certo? Então, é uma questão de opção. É preciso definir isso, porque a Funai tem que ser ouvida na hora do licenciamento e sequer tem deixado o DNIT entrar nessas áreas para fazer os estudos.

Então, eu estou aqui numa área.

Abra o mapa de novo. Deixe-me mostrar outra área. Abra o mapa, por favor.

Aqui. Eu quero ver este lugar aqui, no Pará.

Aqui é outra estrada essencial, extraordinária, no Pará, e nós estamos...

Como é que ela se chama, Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – BR-230.

A SRª KÁTIA ABREU – Exatamente.

Olha o asfalto sem fazer.

É a Transamazônica.

Agora, vai lá para Roraima.

A única saída de Roraima é essa estrada. O único contato que Roraima tem com o mundo é essa estrada, a BR-174, que passa dentro dessa reserva indígena. E aqui há exigência exorbitante da parte indígena para reformar os buracos da estrada. A estrada já existe. É para reformar os buracos dessa estrada.

Você saiu do lugar. É lá onde você estava, bem aqui.

Isso aqui só está buraco.

Eu acho que não precisa haver briga entre as entidades federais, entre os órgãos federais; precisa haver um diálogo definitivo. Qual é a regra? O pai diz para o filho: “se você passar de ano, você vai ter a sua mesada; se não passar de ano, não tem mesada”. É uma regra. Então, a Funai tem que dizer o que é preciso fazer. Está aqui o *check-list*. Agora, não pode ser dez *check-lists* depois: cumpre um, tem mais um; cumpre um, tem mais um... Então, não pode virar um impedimento, não pode virar um impedimento ao desenvolvimento.

Quanto a atender às prerrogativas, às demandas, aos impactos, não tenho nenhum reparo a fazer, acho que é justo. Assim como repara para os produtores, repara para os índios, dá uma compensação... O Blairo negociou isso muito bem quando foi governador. Agora, é precisa haver uma regra, é preciso haver uma definição, e nós estamos caminhando para isso. O Governo está caminhando para esse diálogo, para ter uma questão definitiva de solução para essas demandas. Não pode ser uma demanda eterna.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

Com a palavra...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministra, aquela estrada da Ilha do Bananal...

A SRª KÁTIA ABREU – É ela, a 242.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, eu fico preocupado porque V. Exª conhece... Uma questão que me parece emblemática. Nós temos uma demanda na região que nós chamamos de Fazenda Buriti, no Município de Sidrolândia. Isso se arrastou, as propriedades foram... Os índios estão nas propriedades, os proprietários tiveram que sair, e iniciou-se uma negociação. O Governo topou fazer a desapropriação, e não expropriação, só que isso já tem anos e anos. Agora, neste ano, eu fui ao Ministro da Justiça, que se comprometeu a, após o Carnaval, ir lá no Mato Grosso do Sul para resolver a questão, porque a solução desse problema lá pode ser a solução dos outros no País inteiro.

Eu só queria que V. Exª reforçasse isso junto ao Ministro da Justiça, porque ali pode ser o início. O que é? Qual é o acordo? A indenização pelo valor da terra nua e das benfeitorias. E aí encerra esse problema.

A SRª KÁTIA ABREU – Senador Moka, está muito próximo da solução. O desembargador do TRF de São Paulo, que cuida da área de Mato Grosso do Sul e também do Mato Grosso... Não, só de Mato Grosso do Sul. Ele pega São Paulo, Mato Grosso do Sul e outros Estados de que não me lembro. Ele me garantiu, após uma visita que fiz a ele, inclusive com o Eduardo Riedel, numa ligação que ele me fez nesses últimos dias, que já estaria marcando com o Ministro Eduardo Cardozo a assinatura do acordo e disse, inclusive, que gostaria da minha presença. Então, eu acho que está muito próximo da solução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço a presença de todos os Senadores, Ministra Kátia Abreu, aqui, nesta audiência em que a senhora fez uma completa e competente exposição sobre todos os planos no comando do Ministério da Agricultura, para, com a citação dos nomes dos Senadores presentes, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Blairo Maggi, nosso Vice-Presidente, Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Dário Berger, Douglas Cintra, Davi Alcolumbre, Ronaldo Caiado e esta Presidente, revelar a relevância que foi dada à sua exposição, agradecendo, de modo especial, pelo seu tempo na sua agenda, mas, sobretudo, a presença de todos os secretários que acompanharam a senhora nesta exposição, dando sua contribuição o Secretário de Desenvolvimento Agropecuário, Caio Rocha.

Eu queria pedir à Secretaria...

Uma atenção, por favor, pois estamos encerrando essa primeira parte da nossa reunião.

Agradeço à Drª Tatiana Palermo, Secretária de Relações Internacionais, ao Dr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola, à Drª Tania Garib, do Mato Grosso do Sul, Secretária de Produção e Agroenergia, que mudará para Mobilidade Social, para ver a nova classe média rural ou do campo ou agrícola, ao Dr. Marcio Candido, que representou aqui a Secretaria de Defesa Agropecuária, porque o Dr. Décio está em Santa Catarina, como explicado pela Ministra, e ao Dr. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa. Todos fizeram uma brilhante exposição.

À Senadora Kátia Abreu, em nome de toda a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu agradeço imensamente por sua exposição aqui e digo que pode contar com esta Comissão.

Também quero dizer para a senhora que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária designou o Senador Blairo Maggi e o Senador Waldemir Moka representantes da Comissão no comitê de negociação com o Governo e a categoria dos caminhoneiros para, até o dia 26 deste mês, que é a data limite, encontrar uma alternativa de solução a esse grave problema. É uma categoria que merece atenção. V. Ex^a conhece bem o trabalho dos caminhoneiros. Então, os dois Senadores estão designados pela Comissão para representá-la nesse processo. Temos a convicção de que o diálogo, mais uma vez, será o melhor caminho.

Assim, mais uma vez, agradeço à Senadora Kátia Abreu e agradeço também aos Srs. Senadores, lembrando que, em seguida ao encerramento desta audiência pública, será realizada a 8ª Reunião da Comissão, com a finalidade de apreciarmos e discutirmos o PLC nº 2, da Câmara, que trata da biodiversidade, projeto que a Senadora Kátia Abreu também acompanha com grande interesse.

Muito obrigada a todos por enquanto, especialmente à Ministra. *(Palmas.)*

(Iniciada às 8 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MARÇO DE 2015.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, FLEXA RIBEIRO e DOUGLAS CINTRA. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e José Medeiros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à Pauta de Deliberação do seguinte item: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015 – NÃO TERMINATIVO – EMENTA: Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição das Emendas 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e rejeição das Emendas 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com duas emendas de redação propostas. 1- A matéria tramita com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c os arts. 122 e 375 do Regimento Interno do Senado Federal; com apreciação simultânea pelas CCJ, CCT, CRA, CAE e CMA. 2- Foram apresentadas 116 Emendas perante a CCJ no prazo de cinco dias, nos termos do art. 375, I, do RISF. 3- Foram apresentadas as Emendas 125 a 128 pelo Senador Paulo Rocha perante a CRA, nos termos do art. 122, I, do RISF. 4- Em 17 e 18/03/2015, foram realizadas audiências públicas conjuntas da CRA/CCT/CMA para instrução do Projeto. 5- A matéria será posteriormente encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Acir Gurgacz, os Senadores Waldemir Moka e Donizeti Nogueira usam da palavra. Resultado: Vista concedida ao Senador Donizeti Nogueira até às 15 horas desta data (art. 132, § 3º do RISF). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião agora destina-se a apreciação de matéria. O item único desta sessão deliberativa trata da discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, não terminativo, de autoria da Presidente da República, com urgência constitucional.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela rejeição das emendas 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e rejeição das emendas 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com duas emendas de redação propostas.

Observações:

1– A matéria tramita com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c os arts. 122 e 375 do Regimento Interno do Senado Federal; com apreciação simultânea pelas CCJ, CCT, CRA, CAE e CMA.

2– Foram apresentadas 116 Emendas perante a CCJ no prazo de cinco dias, nos termos do art. 375, I, do RISF.

3– Foram apresentadas as Emendas 125 a 128 pelo Senador Paulo Rocha perante a CRA, nos termos do art. 122, I, do RISF.

4– Em 17 e 18/03/2015, foram realizadas audiências públicas conjuntas da CRA/CCT/CMA para instrução do Projeto.

5– A matéria será posteriormente encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, que vai apresentar o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Srª Presidente, Ana Amélia, Srs. Senadores, esta matéria trata do novo marco regulatório para o acesso ao patrimônio genético nacional, o conhecimento tradicional associado e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização comercial dos recursos genéticos.

Como bem colocou a nossa Presidente, por estar em regime de urgência constitucional, a matéria tramita simultaneamente nas comissões CCJ, CAE, CMA, CCT e CRA. A pauta do Plenário do Senado será trancada a partir do dia 9 de abril de 2015 se não for votada até lá. A tramitação nas comissões tem um limite de ser feita até o dia 21. Portanto, como hoje é dia 19, nós temos até segunda-feira para tramitação. A matéria precisa chegar ao Plenário até o dia 1º, mas a tramitação nas Comissões é até o dia 21.

O PL substitutivo que veio da Câmara foi amplamente discutido com a sociedade, cientistas, pesquisadores e técnicos da agricultura e também da indústria.

Em relação ao projeto original, a proposta foi aperfeiçoada na incorporação de demandas dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Porém, existem ainda pontos divergentes, e temos que ter claro que as alterações propostas no PLC de 2015, se aceitas, voltarão à Câmara, para a Câmara deliberar se aceita ou não as modificações que porventura possam ser feitas no Senado.

Esse tema tramita no Congresso há mais de 20 anos, e é consenso que a atual dificuldade de aplicação da MP nº 2.186, de 2001, e de todas as suas regulamentações causa prejuízos tecnológicos e econômicos ao nosso País. Portanto, nós precisamos avançar com essa matéria, que já é debatida há 20 anos, com mais intensidade nos últimos cinco anos, pela Câmara dos Deputados, onde foram feitas várias audiências públicas, reuniões com a sociedade organizada, enfim.

Para se ter uma ideia, até hoje, 110 projetos foram aprovados pelo CGEN, que é o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, e apenas um beneficia a população indígena.

Uma questão que quero ressaltar é a necessidade de regulamentação, segundo especialistas, de 25 pontos na lei que devemos aprovar, onde poderão ser feitos ajustes e atendidas questões ainda pendentes. Porém, a regulamentação não deve engessar a lei e deve ser feita com vista à inovação, ao incentivo à pesquisas e à repartição dos benefícios.

Após ouvir as instituições que têm uma relação direta com esse tema, colocamo-nos em condições para debatermos e votarmos esta matéria, Srª Presidenta e Srs. Senadores.

O relatório é bastante amplo e está à disposição dos Senadores.

Pergunto aos Senadores se posso deixar de ler o relatório na íntegra, porque ele é muito extenso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Precisáramos de, mais ou menos, uma hora e meia, pelo tamanho do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mais ou menos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele foi distribuído para todos os Senadores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E como nós o discutimos ontem e novamente hoje, pela manhã, com os Senadores...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acho que está todo mundo bem ciente disso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ..., eu entendo que, de fato, como diz o Senador Blairo Maggi, todos estão bem cientes do que nós estamos votando e apreciando.

Nós temos, de todas as emendas que foram apresentadas, 116 emendas da CCJ e 4 da CRA, e entendemos que elas não devem ser acopladas, aceitas, porque já temos toda a matéria muito bem debatida na Câmara, e todos os temas nós entendemos, junto com os demais Senadores e também com a Consultoria, que estão inseridos nesse projeto.

Dessa forma, eu vou direto ao voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 2, de 2015, e pela rejeição das Emendas nºs 1-U a 116-U e nºs 125 a 128, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CRA

Renuncie-se o art. 49 do PLC nº 2, de 2015, para art. 51, renumerando-se os demais.

E também a emenda em relação:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao art. 4º do PLC nº 2, de 2015, a seguinte redação:

Art. 4º. Esta lei não se aplica ao patrimônio genético humano e às demais matérias reguladas pela Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005."

Então, esse é o voto, Srª Presidente, que eu peço que os nossos Senadores acompanhem para que possamos aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço imensamente, Senador Acir Gurgacz, pelo empenho que teve numa matéria tão complexa quanto esta, pelo seu envolvimento ouvindo todos os setores interessados, participando ativamente da audiência pública.

Então, eu queria informar aos Srs. Senadores que o Relator concluiu pela aprovação do PLC nº 2, de 2015, que é de iniciativa do Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de 1 a 116 apresentadas perante a Comissão de Constituição e Justiça, e das Emendas 125 a 128 desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Está em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra o Senador Moka para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, eu entendo que a matéria realmente é complexa. Minha assessoria, o Nelson caprichou num resumo aqui, Senador Blairo Maggi, mas a verdade é que nós precisamos dessa lei. Essa lei vai fazer com que... No fundo, nós temos uma legislação que está impedindo, porque é tão complexo o que nós temos, que o sujeito, hoje, para fazer um pedido de pesquisa, chega a demorar, em média, de dois anos e meio a três anos para iniciar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para iniciar o processo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para iniciar o processo de pesquisa. E, quando inicia o processo de pesquisa, sem saber se o produto da pesquisa vai dar algum resultado comercial, o pesquisador já tem que que comprometer um percentual do que será dividido.

Quer dizer, essas coisas têm afastado os interesses. A indústria de cosméticos, por exemplo... E nós temos que lembrar que nós temos na Amazônia, mas nós temos nos países vizinhos também. Então, há toda uma biodiversidade, que nós estamos deixando de gerar recursos.

Então, eu quero dizer – é claro que eu acompanhei isto aqui – que apoio o relatório do Senador Acir Gurgacz e dizer da importância que tem essa lei para o desenvolvimento. É claro que aqui nós temos que fazer com que esses recursos, uma vez obtido o produto... Então, é só para colocar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu coloco em votação o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Os Senadores que o aprovam...

Sim, Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidenta, Senador Acir, não tive oportunidade de ler o relatório e, por estar cumprindo outra função em outra comissão, não pude acompanhar sua leitura, mas gostaria de conhecê-lo melhor. Há algumas emendas que a nossa Bancada, que colegas Senadores apresentaram que, segundo fui informado, foram rejeitadas. Então, eu gostaria de pedir vista, se estiver em tempo, para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Donizeti, regimentalmente, como essa matéria tramita com urgência constitucional, a sua vista será por 24 horas, para podermos apreciar a matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu devolvo no prazo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Faremos, então, sua apreciação nesse prazo.

Agradeço aos senhores. Então, com vista por 24 horas para apreciarmos o relatório que foi aprovado pela maioria dos Senadores presentes nesta Comissão, uma vez que ele está, inclusive, disponível no *site* da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também nos demais órgãos de informação.

Então, V. Exª, regimentalmente, pede vista e em 24 horas vamos voltar a apreciar a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, já que foi concedido vista por 24 horas, está em votação.

Eu queria adiar a votação, porque foi dado vista por 24 horas, para apreciarmos amanhã, se possível, o relatório do Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Consulto os Senadores... Em 24 horas nós teremos um espaço maior. Eu não qual é a capacidade do Senador Donizeti, se S. Exª teria condições. Regimentalmente, o prazo é de 24 horas. Esta é uma Casa política. Portanto, se houvesse condições de, hoje, à tarde, a gente fazer uma reunião extraordinária para deliberarmos, em função de ela não ser terminativa na Comissão de Reforma Agrária e ainda ter que ser submetida a outras comissões e depois ter que ir ao Plenário do Senado, onde temos também muito espaço para o debate. Se ela fosse terminativa aqui, aí sim. Mas esse quórum não seria suficiente para a aprovarmos, porque precisaríamos de nove Senadores para aprovarmos o relatório.

Então, ela tem esse caráter. Regimentalmente, o Senador Donizeti tem o direito de solicitar, mas eu consultaria os demais Senadores e o próprio Relator sobre se haveria a possibilidade de fazermos esse exame ainda antes de encerrar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu acredito que, se o Senador Acir e eu discutirmos dois ou três pontos que considero importantes, a gente pode até chegar a um entendimento. Preciso de umas duas ou três horas para dar uma olhada. Aí, nos sentaremos para, de repente, chegar a um entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço, então, ao Senador Donizeti pela compreensão. Conseguimos, politicamente, fazer esse entendimento.

Poderíamos marcar as 14h? Senador Blairo? Senador Moka? *(Pausa.)*

Então, marcaremos para as 15h, para termos um tempo maior.

Portanto, às 15h, para que possamos, aqui mesmo, na Comissão, fazermos essa...

Peço à Secretaria da CRA para que providencie todas as questões regimentais.

Agradeço muito.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA****ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MARÇO DE 2015.**

Às quinze horas do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, WALDEMIR MOKA, RONALDO CAIADO, LÚCIA VÂNIA, BLAIRO MAGGI, LASIER MARTINS e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, José Medeiros e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à Pauta de Deliberação do seguinte item: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015 – NÃO TERMINATIVO – EMENDA: Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição das Emendas 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e rejeição das Emendas 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com duas emendas de redação propostas. 1- A matéria tramita com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c os arts. 122 e 375 do Regimento Interno do Senado Federal; com apreciação simultânea pelas CCJ, CCT, CRA, CAE e CMA. 2- Foram apresentadas 116 Emendas perante a CCJ no prazo de cinco dias, nos termos do art. 375, I, do RISF. 3- Foram apresentadas as Emendas 125 a 128 pelo Senador Paulo Rocha perante a CRA, nos termos do art. 122, I, do RISF. 4- Em 17 e 18/03/2015, foram realizadas audiências públicas conjuntas da CRA/CCT/CMA para instrução do Projeto. 5- Na 8ª Reunião da CRA, realizada nesta data, após a leitura do relatório, foi concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira até às 15 horas. 6- A matéria será posteriormente encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a discussão da matéria, após o encerramento do prazo da concessão da vista do processo, o Sr. Relator, Senador Acir Gurgacz, anuncia a adequação na redação da segunda Emenda de Redação do relatório para alterar a remissão ao PLC nº 2, de 2015: do art. 4º para § 1º do art. 6, em razão da melhor técnica legislativa. A Sra Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento da Emenda nº 129 de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que recebe parecer pela rejeição do Sr. Relator, Senador Acir Gurgacz; como também comunica a apresentação dos Requerimentos de Destaque nº 1, 2 e 3 para Votação em Separado das Emendas nº 126, 128 e 129, pelo Senador Donizeti Nogueira, que, em seguida, retira o Requerimento nº 3 referente à Votação em Separado da Emenda nº 129. A Comissão, em votação, rejeita os Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nº 126 e 128. Após a deliberação preliminar dos Requerimentos de Destaque, a Presidência anuncia a votação do relatório. Os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira e Ronaldo Caiado usam da palavra para discutir. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição das Emendas nº 1-U a 116-U, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, bem como das Emendas nº 125 a 129, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com as Emendas de redação nº 135-CRA e 136-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. A presente reunião, caros colegas Senadores, se destina à apreciação de matéria de um item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela rejeição das emendas 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e rejeição das emendas 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com duas emendas de redação propostas.

Observações:

1– A matéria tramita com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c os arts. 122 e 375 do Regimento Interno do Senado Federal; com apreciação simultânea pelas CCJ, CAE e CMA.

2– Foram apresentadas 116 Emendas perante a CCJ no prazo de cinco dias, nos termos do art. 375, I, do RISF.

3– Foram apresentadas as Emendas 125 a 128 pelo Senador Paulo Rocha perante a CRA, nos termos do art. 122, I, do RISF.

4– Em 17 e 18/03/2015, foram realizadas audiências públicas conjuntas da CRA/CCT/CMA para instrução do Projeto.

5– Na 8ª Reunião da CRA, realizada nesta data, após a leitura do relatório, foi concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira até às 15 horas.

6– A matéria será posteriormente encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu lembro à Comissão que o Senador Acir Gurgacz, Relator da matéria, realizou a leitura do relatório, concluindo pela rejeição das Emenda de nºs 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e rejeição das Emendas de nºs 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº2, de 2015, bem como das emendas de redação propostas.

Na 8ª reunião da CRA, realizada nessa data, após a leitura do relatório, foi concedida vista, em caráter de emergência constitucional, ao Senador Donizeti, até às 15 horas de hoje. Por isso, estamos aqui agora para discutir a matéria.

Encerrado o prazo do pedido de vista do Senador Donizeti, não foi apresentado voto em separado.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque para votação em separado das Emendas nºs 126 e 128, apresentadas pelo Senador Paulo Rocha perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O primeiro requerimento:

Nos termos do inciso II, do art. 302 do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 126, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que regulamenta o inciso II do § 1º, e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, art. 1º, alínea j do art. 8º, alínea c do art. 10º, o art. 15 e os §§ 3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Revoga a Medida Provisória nº 2.116, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Esse é um dos requerimento.

O outro requerimento:

Nos termos do inciso II, do art. 302 do Regimento, requeiro destaque para a votação em separado da Emenda nº 128, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº2, de 2015, que regulamenta o inciso II do § 1º, e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, art. 1º, alínea j do art. 8º, alínea c do art. 10º, o art. 15º, e os §§ 3º e 4º, e o art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de

1988, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Revoga a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Sobre a mesa também, ainda, Emenda de Redação nº 129, também de autoria do Senador Donizeti Nogueira, nos seguintes termos:

Substitua-se, onde houver, a expressão “população indígena” por “povo indígena”.

Justificação

A utilização do termo “povo indígena” por “população indígena” significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros.

Ressalte-se que a expressão “povo indígena” foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção:

- i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que “população” é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais;
- ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e
- iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam.

Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo “povo” para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de “identidade cultural” ou “identidade étnica”, diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Com a palavra, o Senador Donizeti, para encaminhar os requerimentos já referidos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidenta, Srs. Senadores, essa emenda que eu apresentei agora, embasada na observação da Convenção 169 da OIT, é uma demanda dos povos indígenas que eu gostaria que fosse atendida.

Do meu ponto de vista, em relação ao que está previsto na Convenção 169, a gente estaria consolidando, nesta matéria de importância para o País, o fato de o Brasil ter sido signatário desta Convenção e também do ordenamento jurídico que o País vem encaminhando. Então, eu gostaria que fosse atendida essa emenda e pediria aos Srs. Senadores e à Senadora que a gente aprovasse a emenda no relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu preciso, Senador Donizeti, do seu encaminhamento para os requerimentos também porque primeiro votamos os requerimentos, depois a emenda. São dois temas distintos. Dois são requerimentos e, depois, a emenda.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ah, sim. Os requerimentos estão justificados. Eu gostaria que a Comissão acatasse os requerimentos para que a gente pudesse, então, votar as emendas que estou destacando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Em votação os dois requerimentos de destaque. E queria...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para encaminhar a votação, então. Para encaminhar a votação, Senador Relator Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Isso, para encaminhar a votação. Muito bem. Nós conversamos com a consultoria, Srª Presidente e Srs. Senadores, e entendemos que não dá para incluir essas emendas.

E eu coloco aqui já a questão de nós colocarmos a palavra “povo indígena”. Ela contradiz com a Constituição brasileira. Eu vou ler aqui o parecer: “A Constituição Federal não usa a palavra ‘povo’ para referir-se a indígenas. A linguagem constitucional só usa ‘povo’ para referir-se ao povo brasileiro como um todo, que é o detentor da soberania nacional”.

Assim, por exemplo, o preâmbulo da Constituição:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a seguran-

ça, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias,, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Na mesma linha, o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, diz que povo é o titular do poder soberano do Brasil: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O Supremo Tribunal Federal confirma esse entendimento e já afirmou que a Constituição desabona os vocábulos “povo”, “país”, “território”, “pátria” ou “nação indígena”. Para a Constituição, “povo” é usado apenas para se referir ao Brasil por inteiro. Todos nós fazemos parte do povo brasileiro: indígenas ou não indígenas.

Essa é a conclusão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria também a manifestação de V. Exª, como Relator, sobre o acolhimento ou não da Emenda nº 129. Essa é exatamente a explicação que dá V. Exª, mas eu preciso saber do não acolhimento, em função das razões dos termos constitucionais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós não acolhemos exatamente em função dos motivos aqui citados. E pedimos o apoio dos demais Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu gostaria de consultar o Senador Donizeti, que é o autor dos requerimentos, se quer fazer um requerimento para destaque, para fazer a leitura.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu vou declinar do requerimento para este e manter os outros dois destaques, das Emendas nºs 126 e 128.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Infelizmente, eu cheguei atrasado e não ouvi a linha de raciocínio. Esse faz parte de que assunto especificamente, esse da justificação feita pelo Senador Acir?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria que o Senador Acir, como Relator do PLC 2, que trata da biodiversidade, reafirmasse a posição dele em relação à matéria.

Hoje pela manhã, realizamos uma reunião especial deliberativa para tratar do assunto. O Senador Donizeti Nogueira pediu vista porque, quando chegamos ao processo de votação, justificou que não havia tido tempo para a leitura da matéria. Como se trata de uma tramitação com urgência constitucional, a vista foi por 24 horas. Por um entendimento da Comissão e do próprio autor do pedido de vista, chegamos à conclusão de que deveríamos encerrar hoje ainda este processo, e marcamos para as 15h. Estamos fazendo isto agora. Foram lidos os requerimentos e também a Emenda nº 129, que trata da questão de substituir a expressão “população indígena” por “povo indígena”. E o Senador Acir Gurgacz, como Relator, estava fazendo exatamente a justificativa, do ponto de vista constitucional, sobre as razões dele para acolher ou não a emenda.

Mas prefiro passar a palavra ao Senador Acir para que dê a explicação ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bem, Senadora, a explicação já foi dada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Desculpa, eu não pedirei que a dê novamente. Mas quero dizer o seguinte, nobre colega: lógico que cada Casa tem a sua independência, e caberia aí, sem dúvida alguma, a maioria acatar ou rejeitar. A minha posição é a manutenção do texto como saiu da Câmara. A minha posição aqui na Comissão vai ser por aquilo que nós definimos lá. Porque este assunto foi plenamente debatido, e sei, tranquilamente, que isso vai extrapolar todo o tempo de urgência porque a discussão foi extremamente explicitada, e o termo “população” é que foi acordado e aprovado. Hoje estou aqui, com todo o respeito. Agora, a minha posição será contrária. E, regimentalmente, eu quero a prerrogativa de fazer a votação especificamente para que não haja a troca da palavra “população” para a palavra “povo”.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria explicar também aos Senadores que, aqui, este PLC não é terminativo. A última comissão por que ele passa é a Comissão de Meio Ambiente, que dará a palavra final nas comissões. Mas a palavra final mesmo será do Plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu quero acompanhar a tese do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, eu quero acompanhar a tese do Relator da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim. Certo. Então, o seu voto já está declarado.

Em votação o requerimento de destaque.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu reconheço toda a autoridade da Câmara. Só destaco que isso foi objeto de destaque pela Bancada do PT, lá na Câmara. Então, não foi um acordo geral. Foi um acordo que a maioria aprovou e derrotou o destaque. O Senado tem toda a autoridade para aprovar ou não o destaque que eu estou fazendo aqui.

A palavra está com a Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Donizeti, é evidente que é assim que acontece. Nesses processos é dessa forma. V. Exª está fazendo um esclarecimento a respeito de como se comportou o seu Partido e, eventualmente, outros grupos dentro da Câmara. A Funai poderia defender, na audiência pública, esse posicionamento.

Mas eu preciso agora submeter à votação pelo Plenário desta Comissão os requerimentos apresentados pelo Senador Donizeti Nogueira.

Então, os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O encaminhamento é não concordar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não concordar com os requerimentos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com os requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, os Senadores que não concordam manifestem...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não. Os Senadores que não concordam têm que se manifestar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Exato.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Os que não concordam têm que se manifestar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um momentinho.

Os que concordam com o requerimento, ou seja, ficam com a posição do Senador Donizeti, ficam como estão. Os que não concordam levantem a mão. *(Pausa.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pronto. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Rejeitados os requerimentos do Senador Donizeti.

Em votação agora, então, o relatório do Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois não, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu até agradeço o pedido de vista feito pelo nobre Senador Donizeti, que nos possibilitou fazer uma errata com a emenda de redação, que eu faço questão de ler. É uma emenda de redação exatamente para nós não termos que fazer esse projeto voltar à Câmara. Passo a ler:

A alteração da Emenda de Redação nº 2 ocorreu para alterar a remissão da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, do art. 4º, do PLC nº 2, de 2015, para o §1º do art. 6º, em razão da melhor técnica legislativa, em conformidade às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, já que esse dispositivo, o art. 6º, trata especificamente das competências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Além disso, objetiva dar maior clareza às atribuições de competências de cada órgão, CGEN e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), cada qual regulamentado por lei própria.

Então, é uma errata que nós estamos fazendo, Srª Presidente, para consertar o que nós poderíamos estar não fazendo corretamente pela manhã.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria me associar ao agradecimento que o senhor fez ao Senador Donizeti...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – No agradecimento ao Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... porque sairá desta Comissão, de uma forma absolutamente clara, para não restar dúvidas e não acontecer esse risco de uma matéria dessa grandeza ter que voltar à Câmara dos Deputados.

Com a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu não tenho nada a obstar. Estamos aqui para fazer o debate. Em um dia, ganhamos. Em outro dia, perdemos. Eu não me considero perdedor, porque estou contribuindo com o debate aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Claro, perfeito, exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Então, estou feliz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E ajudou na errata.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Essa oportunidade de poder contribuir com o Senador Acir muito me honra. Senador, muito me honra poder contribuir com o senhor num trabalho tão importante como esse do relatório de uma matéria tão singular e importante para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão ganha com isso, Senador Donizeti. Nós agradecemos muito a sua contribuição e a do Senador Paulo Rocha também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É regimental, Srª Presidente, que eu faça a leitura da nova redação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, a emenda de redação diz o seguinte:

Dê-se ao §1º do art. 6º do PLC nº 2, de 2015, a seguinte redação:

Art. 6º, §1º – Compete também ao Cegem, respeitadas as competências da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), de que trata a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Essa é a emenda de redação que deveria ser feita e, agora, sim, está, pelo menos, na errata, agradecendo, mais uma vez, ao Senador Donizeti, que nos proporcionou essa correção.

Muito obrigado, Srª Presidente, Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço a V. Exª o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vou colocar em votação a matéria. Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A alegação foi emenda de redação.

Era importante que a assessoria da Comissão dissesse realmente se não é uma emenda de mérito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não; é de redação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Bom, porque, se for de redação, tudo bem. Mas, se nós tivermos qualquer uma dessas interpretações amanhã que coloque em dúvida e que venha interferir no mérito, essa matéria volta para a Câmara.

Quer dizer, o que ela vai produzir de resultado? É lógico que é um detalhe cujos pontos específicos o Senador teve a oportunidade de ler, mas nós temos que saber se a interpretação também da assessoria da Comissão de Agricultura avaliza que seja de redação. Do contrário, eu votarei pela manutenção do texto do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É apenas uma emenda de redação; não altera o mérito do relatório do Senador Acir Gurgacz.

Essa errata foi exatamente para dar o esclarecimento, digamos, definitivo e claro, para evitar qualquer dúvida a respeito do mérito da matéria, Senador Ronaldo Caiado.

Então, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir do parecer desta Comissão, da CRA, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 116, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), rejeição das Emendas de nºs 125 a 128, apresentadas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, bem como das emendas de redação propostas, e pela rejeição da Emenda nº 129, que foi apresentada pelo Senador Donizeti Nogueira.

Está aprovado, portanto, o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE MARÇO DE 2015.

Às oito horas e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DONIZETI NOGUEIRA**, **DELCÍDIO DO AMARAL**, **WALDEMIR MOKA**, **DÁRIO BERGER**, **RONALDO CAIADO**, **JOSÉ MEDEIROS**, **WELLINGTON FAGUNDES**, **BLAIRO MAGGI**, **BENEDITO DE LIRA**, **VALDIR RAUPP**, **FLEXA RIBEIRO** e **DAVI ALCOLUMBRE**.

Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas e Lúcia Vânia. A Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão justificam a ausência, em razão do desempenho de missão no exterior, na 132ª Assembleia da União Interparlamentar em Hanói – Vietnã. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, cumprimenta os produtores de cacau em comemoração ao Dia Nacional do Cacau, 26 de março, data criada pelo Congresso Nacional, um dia especial para discutir propostas para a cultura cacaueteira no Brasil, bem como para estimular o consumo de cacau e de seu produto mais famoso, o chocolate. Após a breve homenagem, inicia-se a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 6, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de conhecer as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, com a participação do Sr. **Helder Barbalho** – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Benedito de Lira e José Medeiros fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação, por parte do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, das diretrizes bem como dos programas prioritários da sua Pasta.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu coloco aqui a importância deste dia, o Dia Nacional do Cacau. Comemoramos hoje, dia 26 de março, Senador Moka, o Dia Nacional do Cacau.

A data foi criada pelo Congresso Nacional para que pudéssemos ter um dia especial para discutir propostas para a cultura cacaueteira no Brasil, bem como para estimular o consumo de cacau e de seu produto mais famoso, o chocolate.

Os produtores de cacau e o mercado de chocolate em todo o Brasil adotaram a data e promovem nesta semana diversas atividades alusivas ao tema, encerrando esse ciclo de atividades e festividades justamente na semana da Páscoa, que tradicionalmente está associada ao consumo de ovos de chocolate, que, na cultura ocidental e cristã, simboliza a vida que renasce, numa alusão à ressurreição de Cristo.

É nesse espírito que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado realizará na próxima sexta-feira, dia 27 de março, em Itabuna, na Bahia – no dia 17 de março? Tem que ser de abril, pois março já foi. Então, no dia 17 de abril, em Itabuna, na Bahia, o 3º Seminário de seu ciclo de debates e palestras com o propósito de analisar o panorama da produção de cacau do Brasil, especialmente no que tange à sustentabilidade no meio rural, a logística de transporte, o sistema de armazenamento, a comercialização, a proteção do meio ambiente e o sistema tributário, também com relação à produção do cacau.

Em Rondônia, a perspectiva é de que a produção de cacau possa crescer em até seis vezes nos próximos anos, quando os novos clones que estão sendo distribuídos pela Ceplac começarem a produzir.

No início deste mês de março, cerca de 40 mil mudas clonadas de cacaueteiros começaram a ser distribuídas gratuitamente pela estação experimental da Ceplac, em Ouro Preto do Oeste, aos produtores de todo o Estado de Rondônia.

Com a nova tecnologia, que foi desenvolvida na Ceplac, a produtividade das lavouras de Rondônia poderá subir de quatrocentos e cinquenta quilos de amêndoas por hectare para cerca de três mil quilos por hectare.

Será um ganho de produtividade muito alto, que, certamente, irá proporcionar mais renda para todos e melhorar a qualidade de vida dos produtores de cacau, além de gerar mais riqueza para o Estado e os seus Municípios.

Portanto, neste Dia Nacional do Cacau e do Chocolate, deixo uma mensagem de estímulo aos produtores de todo o nosso País, especialmente aos produtores do Estado de Rondônia, para que se mantenham firmes nas suas atividades, pois as perspectivas para o setor são animadoras.

Técnicos da Ceplac e especialistas do setor nos afirmam que a crise do cacau, provocada em boa medida por fatores climáticos e doenças, como a vassoura-de-bruxa, detectada na Bahia em 1989, que contribuiu para a redução em até 60% da produção nacional, foi superada.

Foram décadas assistindo à vassoura-de-bruxa contagiar as lavouras, ao ritmo do sobe e desce das cotações internacionais. Famílias empobreceram e produtores se desesperaram com o rápido avanço da doença.

A praga tirou do Brasil o título de maior produtor de cacau do mundo, passando de exportador a importador da amêndoa.

O papel da Ceplac no desenvolvimento de pesquisas e de novas tecnologias, como os clones resistentes às pragas, está sendo fundamental para a superação da crise. Praticamente conseguimos erradicar a vassoura-de-bruxa e estamos consolidando um novo tempo para produção de cacau em Rondônia e no Brasil.

Meus cumprimentos, meus parabéns a todos que se mantiveram firmes nessa batalha. Creio que em breve veremos o Brasil retomar o seu posto de líder na produção do cacau, tornando-se novamente exportador agora, com mais qualidade e valor agregado.

Então, meus cumprimentos ao Dia do Cacau.

Agradeço a presença do Ministro Helder Barbalho.

Seja bem-vindo, Ministro, à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É com satisfação que o recebemos hoje em nossa Comissão, pois prontamente atendeu ao nosso convite para participar desta audiência que está sendo realizada devido ao requerimento da Senadora Ana Amélia – ela está ausente por motivo de viagem, está fora do País, em missão oficial –, para ouvir as diretrizes e os programas de Governo, com relação ao futuro da pesca no Brasil. O Brasil tem capacidade de produção, mas ainda é importador do pescado, nós ainda importamos o pescado.

Então, nós damos as boas-vindas a V. Ex^a, agradecendo a sua presença aqui. Nós procuramos fazer a nossa audiência logo pela manhã, porque temos espaço na TV Senado exatamente nesta hora. E os nossos colegas Senadores e Senadoras sempre chegam cedo. Eu costumo dizer que a Pasta da Agricultura não pode começar tarde. Os nossos agricultores começam bem cedinho. Por isso é que iniciamos os nossos trabalhos há muitos anos sempre pela manhã.

Agradeço a sua presença e a sua pontualidade.

Passo a palavra a V. Ex^a para que possa fazer a explanação sobre seu trabalho e sobre essa Pasta tão importante para o nosso País.

Muito obrigado pela presença, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Muito obrigado, Senador Acir. Agradeço a oportunidade, o privilégio e a honra de estar aqui nesta tão importante Comissão do Senado da República.

Quero cumprimentar o Senador Moka e dizer que é uma grande satisfação reencontrá-lo. Agradeço a esta Comissão o prestígio de trazer a nossa Pasta para as discussões; agradeço a audiência daqueles que acompanham, pela TV Senado, os trabalhos desta área tão pujante e tão importante para o nosso País.

Como V. Ex^a disse, meu caro Senador Acir, a área da pesca e da aquicultura no Brasil de fato ainda tem uma ampla oportunidade de crescimento, de desenvolvimento, podendo agregar-se a outras atividades da área do campo como nova fronteira de geração de emprego, de geração de renda. E é esse o papel que o nosso Ministério estabeleceu como central dentro da sua estratégia, da sua missão, dentro do seu planejamento.

A orientação da nossa Presidenta é que possamos, por um lado, ampliar, de forma decisiva e determinada, a produção para que o Brasil seja autossuficiente. E mais: não apenas nos tornarmos autossuficientes na nossa produção, como também, no decorrer do tempo, fortalecer as exportações para, com isso, garantir negócios para o nosso País, claro, com um olhar também para os trabalhadores e trabalhadoras que fazem essa cadeia de produção tanto na pesca extrativa, seja nas atividades da produção das espécies aquáticas que compõem a nossa aquicultura.

Desta feita, aproveitando não apenas a audiência desta Comissão, mas a audiência da TV Senado, temos buscado usar da estratégia de mostrar para o Brasil a capacidade com que a pesca e a aquicultura fundamentalmente podem se transformar em importante atividade econômica.

Temos um material a apresentar a esta Comissão, que estará disponível para que cada Senador e Senadora da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura possa usufruir, como também todos os Senadores da Casa.

Quando tomei a iniciativa de telefonar para a Senadora Ana Amélia – eu o fiz também na Câmara dos Deputados, telefonando e me colocando à disposição da Comissão, na Câmara, ao Deputado Irajá – foi exatamente com o intuito de, neste momento, apresentar, sem qualquer expectativa ou qualquer presunção de ensinar, mas, sim, na verdade, de mostrar as oportunidades da pesca e da aquicultura em nível nacional, fazendo um paralelo com a condição em nível mundial.

Vamos iniciar, portanto, a apresentação. Temos a oportunidade de trazer este material para a apreciação daqueles que aqui estão presentes.

Podemos começar, por gentileza.

Pesca e Aquicultura, trazendo indicadores mundiais. A produção mundial da cadeia de pescado, de acordo com a FAO, que é o organismo das Nações Unidas para alimentação, gerou uma produção de 160 milhões de toneladas/ano. Isso gerou uma movimentação, em dólar, de US\$60 bilhões/ano. Com um dado especificamente na exportação anual, são US\$136 bilhões. Portanto, uma movimentação de US\$600 bilhões, sendo desses US\$600 bilhões, US\$136 bilhões na ordem das exportações. São dados de 2013.

E aqui, por favor, não interpretem essa comparação com qualquer tipo de depreciação das outras atividades produtivas. Mas fiz questão de trazer esse dado, que envolve a comparação da atividade da pesca e aquicultura, fazendo a relação com a bovinocultura e a avicultura, por serem duas atividades em que o Brasil lidera, em nível mundial.

Portanto, em nível mundial, sob o aspecto de negócios, a pesca e a aquicultura representam sete vezes mais negócio que a carne bovina, da mesma forma que também representam nove vezes mais negócios que a carne de frango. São dados também da FAO, que nos baseiam nessas informações.

Exportações mundiais de proteína animal. Aqui há uma relação que demonstra que, em 2010, o azul é o pescado; porco, o vermelho; frango, amarelo; verde, o gado. Percebe-se a linha que a atividade que tem crescido mundialmente é exatamente a exportação de proteína de pescado.

Portanto, há uma tendência, em 2010, 2011, 2012 e 2013, de ampliação das exportações da proteína de pescado, em milhões de dólares.

Fazendo o quadro anterior em nível mundial e em nível nacional, quando se vai em nível nacional, percebe-se a quase irrisória e imperceptível linha azul, que é exatamente a do pescado. Portanto, há o absoluto inverso entre a atividade de exportação como o mundo a compreende e como o Brasil tem descoberto acerca dessa atividade de exportação, o que nos permite ter a certeza de que estamos tratando de uma nova fronteira, uma nova oportunidade.

Da mesma feita que o Brasil descobriu há anos a atividade da avicultura, da suinocultura e dos grãos, temos certeza de que essa percepção pode chegar para a atividade da exportação da proteína de pescado.

Valores de exportações brasileiras em proteína animal, como esta Casa sabe: carne bovina, 6,6 bilhões; carne de frango, 8,9 bilhões; carne suína, 1,6 bilhão; pescado, apenas 35 milhões de exportação de pescado, de acordo com as informações de 2013 da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Aqui há uma relação das exportações brasileiras: o que representa a proteína de pescado, em exportações de proteína, comparada com a soma de frango, gado e porco. Estamos aqui apenas com 0,1% apenas da fatia de todas as exportações da proteína animal no Brasil.

Ranking das exportações – Esta Casa sabe, o maior exportador mundial de boi, o maior exportador mundial de frango, 5º maior exportador mundial de carne suína.

Ranking mundial da aquicultura – É importante que sempre possamos fazer a separação do que é atividade aquicultura, do que é atividade da pesca. Somos o 12º, hoje, maior produtor em aquicultura e a nossa meta projetada é que, nos próximos cinco anos, possamos chegar ao 5º lugar, pelo menos na certeza de que, se continuarmos avançando nas nossas perspectivas, poderemos estar, em dez anos, entre os três maiores produtores, em nível mundial, de aquicultura.

Os 25 maiores produtores de pescado por captura do mundo o maior produtor é a China, o Brasil é o 22º.

Portanto, no eslaide anterior nós somos o 12º aquicultura, somos o 22º na pesca em produção.

Dados sobre a pesca no mundo: Três bilhões de pessoas no mundo dependem de recursos costeiros e marinhos para a sua sobrevivência. São pessoas que estão em volta da atividade da pesca.

Aqui é um outro comparativo, e sempre tenho a preocupação de jamais provocar os defensores entusiasmados da atividade da bovinocultura, mas apenas para mostrar que a capacidade de produção por hectare neste momento em que o Brasil e o mundo discutem a otimização dos espaços e a compatibilização da atividade da produção com a necessidade de ser sustentável. De acordo com dados da Embrapa Aquicultura e Pesca e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a cada hectare de terra, geramos 0,12 tonelada de proteína bovina, enquanto que, a cada hectare de tanque rede, temos possibilidade de produzir até 100 toneladas de pescado/ano.

Portanto, a capacidade de produção de proteína seguramente torna esta atividade extremamente interessante para quem deseja produzir, e óbvio, quando se produz mais, quando se oferta a proteína para a sociedade, diminui o preço e amplia a acessibilidade ao produto.

Aqui já entrando na nossa missão e na nossa projeção, ou seja, o que vamos buscar durante os próximos anos: o Ministério foi criado há seis anos, como todos sabem, em 2009, a nossa estimativa é que possamos aumentar a nossa produção até 2020, de forma sustentável.

Na pesca, nossa produção atual é de 765 mil toneladas e a nossa projeção é chegarmos em 2020 a um milhão de toneladas. E na aquicultura – e aqui está o nosso grande diferencial – é que possamos sair de 480 mil toneladas produção atual para dois milhões de toneladas, portanto, mais do que dobrando a produção geral, mas particularmente aqui quadruplicando particularmente a nossa produção na aquicultura.

Para isso, quais são os nossos desafios – os nossos desafios e naturalmente aquilo que desejamos como objetivo? Tornar a pesca e aquicultura brasileira competitiva em cenário mundial, aprimorar a cadeia produtiva. Para isso, tem que ter pesquisa, crédito, assistência técnica, infraestrutura e logística de transporte. Principalmente na área da pesca, um grande desafio é que possamos ter gestão pesqueira, A nível geral, que tenhamos estatísticas para termos domínio dos nossos conhecimentos prévios.

Aqui é uma rápida demonstração orçamentária do nosso Ministério. Tivemos uma ápice em 2010, de R\$775 milhões, mas como se vê, Senador Moka, Senador Acir, caros espectadores da TV Senado, temos aqui claramente uma baixa execução orçamentária. Mesmo nos momentos em que tivemos amplo orçamento, não fomos capazes de executá-lo.

O orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, na última semana, nos dá a oportunidade de dispor de R\$610 milhões – naturalmente, aguardando a sanção presidencial. E aí temos que ter clareza de que precisamos saber gastar, gastar com eficiência, gastar efetivamente naquilo que estamos planejando.

Aqui é a organização da atividade pesqueira. Na área da pesca, nós temos a pesca comercial e a não comercial. Na área comercial, está dividida em artesanal, industrial e ornamental. Na não comercial, em amadora – aqui entendam o envolvimento de pesca esportiva, científica e de subsistência. Na área artesanal, nós temos a atividade da pesca marinha e pesca continental. Na industrial, nós temos a pesca costeira e oceânica.

Na aquicultura, temos oportunidade de fazer aquicultura continental, estuarina, marinha ou aquaríofilia. Nós temos oportunidade também de realizar, em rios, lagos, acudes e no mar, viveiro escavado, tanque revestido ou tanque rede.

Vamos, agora, como disse anteriormente, dividir a nossa apresentação em pesca e, posteriormente, aquicultura.

Na área da pesca, os nossos números: como já disse, 22º colocado no âmbito mundial; número de pescadores registrados com o Registro Geral: 1,025 milhão; produção brasileira: em torno de 765 mil toneladas, no ano de 2013. É importante que se registre que esses dados são de 2013. A nossa expectativa é de que, até a virada do primeiro para o segundo semestre, já tenhamos a estatística de 2014 e, até o final do ano de 2015 e início do ano de 2016, estabeleçamos uma estatística equiparada ao ano, para, inclusive, colaborar com as nossas estratégias de gestão pesqueira.

A nossa meta de crescimento é sairmos de 765 para 1 milhão de toneladas até 2020. Para que possamos sair de 765 mil toneladas para 1 milhão de toneladas na área da pesca extrativa, precisamos agir da seguinte forma: primeiro, processo de gestão e aumento da rentabilidade dos nossos estoques. Hoje, não possuímos uma estratégia clara de planos de gestão. Inclusive informo a esta Casa que devemos assinar, provavelmente ainda esta semana, a Instrução Normativa nº 10, que é compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, que permitirá a implantação dos comitês permanentes de gestão. Eles haverão de viabilizar os processos de gestão por espécie, garantindo efetivo corte no novo horizonte que permita um planejamento, processos de gestão que garantam não só produção, mas que possamos garantir que os nossos estoques pesqueiros sejam preservados e estejam enquadrados na nossa estratégia de produção sustentável.

Por outro lado, é fundamental que possamos diminuir o desperdício do nosso pescado, da nossa captura com renovação de frota, como também envolvimento direto com tecnologia.

Hoje, a nossa perda é de 20 a 25% do pescado capturado só por não termos tecnologia e estrutura de acondicionamento dos nossos pescados na nossa embarcação. Por exemplo, a sardinha, o nosso principal produto de pesca extrativa, Senador Moka: de 20 a 25% do capturado, quando chegam a terra, já chegam comprometidos por conta de não haver acondicionamento devido nas nossas embarcações, com a utilização de tecnologia já existente em outros países, como a flutuação da espécie na embarcação, evitando que haja o achatamento das espécies inferiores no acondicionamento desses estoques nos nossos navios, nas nossas embarcações. Portanto, temos que inserir a garantia dessa tecnologia nas nossas embarcações.

Por outro lado, a renovação da nossa frota.

A média da frota brasileira já ultrapassa 40 anos sem tecnologia; portanto, gerando desperdício, e mais, gerando custo elevado, custo com combustível, custo com manutenção e daí por diante. Então é fundamental que possamos resolver esses dois gargalos que acarretam o desperdício do que se produz.

Por outra ordem, temos que explorar uma atividade que ainda está subexplorada pelo Brasil, que é a participação brasileira em pesca oceânica. E por que faço essa colocação em relação à pesca oceânica? Por constatar que temos limitações de ordem ambiental de ampliar a produção de pesca extrativa naquilo que

está concebido hoje nos termos nacionais, seja nas águas interiores, principalmente, e em áreas mais da nossa costa. Quando você vai para a pesca oceânica, ainda estamos com 8% apenas da produção do Atlântico, e nós podemos chegar a 15%. Inclusive estivemos, eu, na companhia do Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca, na última segunda-feira, anterior a esta semana, e participamos de reunião na Organização das Nações Unidas, exatamente quando se discutem as atividades de exploração em mares e particularmente a nossa relação direta com o Oceano Atlântico.

Muito obrigado. Quero agradecer ao meu vizinho, querido amigo, Senador Davi Alcolumbre.

Um outro ponto é a melhoria da infraestrutura de desembarque dos nossos pescados, e aqui eu falo particularmente dos nossos terminais pesqueiros públicos. Nós temos hoje terminais que estão com deficiência de operação e estamos buscando recuperar isso para garantir que esses terminais possam efetivamente ser um instrumento de infraestrutura para a nossa atividade pesqueira.

Quero agradecer a presença do Senador Blairo Maggi. Muito obrigado pela sua presença, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, aqui a gente diz que vai buscar a vaca cedo. Eu cheguei, e o Senador Moka olhou para mim e falou: “Olha, fugiu a vaca, estou atrás dela.”

O SR. HELDER BARBALHO – A vaca já está mugindo, que está doendo já, a teta dela está doendo. Mas o Senador Blairo Maggi chegou agora porque agora vai começar a apresentação da aquicultura, que é o que o Estado dele mais produz, e é por isso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, Ministro...

O SR. HELDER BARBALHO – A área da pesca não tem relação com o Estado dele, ele chegou exatamente na apresentação da aquicultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas isso é incomum. Ele é um dos primeiros a chegar. É por isso que eu não vou mandar cortar o ponto dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HELDER BARBALHO – Aqui rapidamente, só para uma demonstração, por curiosidade: aqui a área de pesca continental, a área amarela. A área vermelha é a área de pesca costeira, e aí são 8,5 mil km de costa que possuímos. E aqui está a área de pesca oceânica: são as áreas que são permitidas com a zona econômica exclusiva, o que representa 4,5 milhões de km² em águas internacionais, inclusive com os pontos mais à frente no oceano, que pertencem à jurisdição e permissão de pesca brasileira.

A participação brasileira no Atlântico: volto a ressaltar que esse eslaide talvez possa parecer estranho, mas estamos fazendo isso porque é efetivamente onde podemos crescer em produção de pesca. Estou fazendo apenas um registro: na área da pesca continental e pesca costeira, nós temos fortes restrições de ampliar a produção. Por isso, a nossa estratégia para ampliar a produção é o que disse nesse eslaide: a diminuição do desperdício, fortalecendo tecnologia, fortalecendo capacidade de acondicionamento.

Com isso, chego à minha perspectiva de ampliação de produção, que está aqui: sair de 765 mil toneladas para 1 milhão de toneladas. Onde podemos ter a ampliação da capacidade de captura é exatamente na pesca oceânica. Por quê? Porque nestas espécies, a Albacora Laje, a Albacora Branca, a Albacora Bandolim, Espadarte e Bonito Listrado, a nossa cota não foi atingida ainda.

Aqui é a produção atual, aqui é a cota, portanto, podemos ainda crescer consideravelmente. Aqui também podemos crescer, como também, nessas duas espécies, não temos uma cota restrita. Então, isso nos permite um crescimento considerável. Portanto, de maneira clara, onde nós podemos ampliar captura é em águas oceânicas. Onde podemos ampliar produção? Na área da pesca extrativa, com renovação de frota, investimento em tecnologia, diminuição de desperdício. Com isso, teremos efetivo resultado.

Agradeço ao Senador Dário Berger. Muito obrigado pelo prestígio da sua presença.

O destaque da produção brasileira são as espécies que hoje mais chamam a atenção na nossa atividade de captura, meu caro Davi Alcolumbre, como o nosso pargo, que começa no Amapá e vai até Sergipe, passando pelo meu Estado, o Pará; o camarão, em toda a costa brasileira; a piramutaba, com um olhar muito forte na Região Norte e na estuária da Bacia Amazônica; a sardinha do nosso Senador Dário Berger, com muita força no Estado de Santa Catarina e no Sudeste e Sul do Brasil; a lagosta, no Amapá e Espírito Santo.

Quero agradecer a presença do Senador Donizeti. Muito obrigado pela sua presença, pelo seu prestígio.

E também os demersais, que vivem no fundo do mar (pescada, corvina e cioba.) Essas são as principais espécies de captura de pesca extrativa no Brasil.

Aqui estamos entrando na área da aquicultura, atividade paralela, onde, efetivamente, a nossa perspectiva de crescimento é extraordinária. A aquicultura, em nível mundial, já representa 50% do consumo mundial de pescado. Portanto, a aquicultura já ocupa, em nível mundial, um patamar de absoluto equilíbrio com a pesca extrativa. Hoje, a produção total de aquicultura, no mundo, já é de 66 milhões de toneladas, portanto,

uma produção muito considerável. Essa produção sendo dividida em aquicultura continental e maricultura, chegando nessa produção em nível mundial. São dados da FAO de 2012. Portanto, são dados que necessitam ser atualizados. Estamos aguardando novos relatórios para podermos preenchê-los. Em valor, em milhões de dólares, como disse na primeira apresentação, US\$137 bilhões já envolvidos. A aquicultura no Brasil tem uma produção hoje bastante incipiente, 480 mil toneladas, dando uma rentabilidade de R\$3,055 bilhões, envolvendo 150 mil aquicultores.

A nossa projeção, Senador Blairo Maggi – e o seu Estado é fundamental nessa estratégia, como o Estado do Senador Moka, e não é diferente nos demais Estados, porque a aquicultura, no norte do Brasil, tem um papel decisivo também nisso – é sairmos de 480 mil toneladas para 2 milhões de toneladas em cinco anos. Como vamos conseguir chegar nesses números? O primeiro passo, o nosso primeiro corte é garantir licença ambiental, ordenamento ambiental e regularização fundiária. Sem isso não vamos chegar a lugar nenhum. É importante que se registre que esse licenciamento, como os senhores sabem, é de responsabilidade dos governos estaduais.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente já estabeleceu as resoluções. Necessita apenas que os Estados possam adequá-las às legislações estaduais e implementá-las.

Por outro lado, há o ordenamento ambiental e a regularização fundiária. Nós estamos lutando para que haja uma isonomia de tributação na cadeia produtiva. E a palavra é exatamente esta: nós queremos equiparar principalmente no que diz respeito ao PIS e Cofins da ração. Hoje existem benefícios fiscais para outras proteínas animais, para produção de outras proteínas animais. E ainda não foi estendido para a atividade da aquicultura. Como isso representa 70% do custo da nossa produção, há um impacto significativo no custo da nossa produção de aquicultura.

Há outro desafio: cabe seguramente a nós do Ministério concluir as licitações e processos de cessão. Para tal, estamos inclusive seguros através de utilização de decreto que permite a utilização para a aquicultura de águas da União.

Temos que facilitar o acesso ao crédito com a melhoria do Plano Safra. E aqui informo que o Plano Safra, lançado em 2012, em 29 de junho de 2012, teve sua implementação iniciada no segundo semestre de 2012 e ofertou para o setor da pesca e aquicultura R\$4,3 bilhões. Porém, os relatórios desse ano, daquilo que foi efetivamente recebido por parte da iniciativa privada, desde as empresas, chegando aos trabalhadores, mostram que foram apenas R\$1,6 bilhão. Portanto, ofertaram-se R\$4,3 bilhões e apenas se efetivou R\$1,6 bilhão.

Para que possamos ampliar a nossa efetividade do acesso ao crédito, estamos, a partir de agora, do final do mês de março, iniciando oficinas no Ministério da Pesca e Aquicultura, convocando os bancos de fomento, convocando pescadores, pequenas empresas, grandes empresas, as academias, as superintendências de desenvolvimento, pois queremos identificar quais foram os principais gargalos. Assim, buscando enfrentar esses gargalos, pretendemos efetivar o Plano. Nós devemos ofertar R\$2 bilhões por ano. Mas não adianta termos a oferta sem resolvermos quais são os gargalos que inviabilizaram num primeiro momento, no primeiro plano, esse benefício.

Só recapitulando: principalmente na área da aquicultura, o principal gargalo é a licença ambiental.

E o que estamos fazendo? Iniciamos nessa segunda-feira uma rodada com os Governadores dos Estados, inclusive iniciamos pelo Governo de São Paulo. Tive audiência com o Governador Alckmin, que se comprometeu a agilizar a efetivação dos licenciamentos de aquicultura no Estado de São Paulo. E devemos fazer, nestas próximas semanas, a visitação, iniciando...

Já fizemos São Paulo. Devemos, neste primeiro momento, nesse primeiro corte dentro das áreas que estão com maior facilidade de implantação por conta das áreas de reservatório, os Estados do Paraná, com destaque para Itaipu; o Estado de Minas Gerais, com destaque para Furnas; Goiás, com Serra da Mesa; Pará, com Tucuruí. Temos o Ceará com uma força muito grande não só na carcinicultura, mas também porque temos outras atividades em reservatório no Estado do Ceará. Temos também o Estado da Bahia com perspectivas reais.

Portanto, essas são as áreas vinculadas diretamente ao processo de aquicultura em áreas de reservatório.

Outro ponto que compreendemos ser muito importante é acelerar o nosso crescimento a partir das parcerias com o Sebrae, com a Embrapa, com a Emater e também com a assistência técnica de extensão rural e institutos federais para facilitar o acesso à tecnologia, ao conhecimento, com destaque à Embrapa que hoje está consolidando, no Estado do Tocantins, a Embrapa Aquicultura e Pesca que é importante instrumento de conhecimento.

Eu queria que vocês prestassem muita atenção nesse eslaide sobre a disponibilidade de água doce e produção de aquicultura. Aqui temos clareza de que o Brasil pode crescer e de que o Brasil está aquém desse objetivo.

Aqui nossa oferta de água doce, comparado com todos os demais países, e aqui a produção em amarelo. Portanto, olha a quantidade de água que o Brasil possui para a produção de aquicultura e o que o Brasil pro-

duz. Fazendo um paralelo com o Chile, nosso vizinho, a quantidade de água que o Chile possui e o que produz é algo absolutamente astronômico nossa possibilidade. Por isso, tenho buscado, por onde passo, convencer aqueles que podem colaborar nesse grande movimento de que o negócio da aquicultura seguramente é uma nova fronteira econômica inexplorada por nosso País.

Razões para acreditar no crescimento da aquicultura.

- 8,5 mil km de costa marítima e podemos fazer a aquicultura, a maricultura;
- 4.5 milhões de km² de zona econômica exclusiva;
- 5.5 milhões de hectares de terras alagadas;
- somos a maior reserva de água doce do mundo.

O Ministério da Pesca projeta que podemos chegar ao 5º maior produtor, até 2030, em aquicultura. Nós temos um potencial enorme de produção.

E aqui são áreas importantes para registrar, pois áreas já solicitadas já permitiriam a produção de 6,581 mil toneladas. Só para fazer um paralelo, hoje produzimos, Senador Acir, 480 mil toneladas. Nós temos solicitado 6,581 toneladas. Se incluirmos as demarcações dos parques aquícolas, são mais 820 mil toneladas/ano. Portanto, nós temos uma perspectiva sensacional.

Continuando nossas crenças: o Brasil conta com um grande número de espécies, quantidade de água, como já disse, e também a possibilidade de produção tanto em águas internas, as águas continentais, quanto no mar.

Este é seguramente um desafio: ainda temos um elevado número de pescadores com baixa escolaridade. Portanto, é um desafio o aumento, a elevação escolar, a capacitação e a qualificação.

Gostaria de agradecer ao Senador Benedito de Lira. Muito obrigado por seu prestígio.

Além disso, temos de ter um olhar atento para a área da saúde de nossos pescadores, por toda a exposição que o trabalho profissional acaba por requerer; garantir segurança e condição de trabalho para os pescadores e aquicultores brasileiros. Além disso, nós temos um programa que precisa ser aperfeiçoado que é o de subvenção do óleo diesel que precisa ser aprimorado.

Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado por sua presença; Senador Medeiros, muito obrigado também.

Também na subvenção do óleo diesel, estamos inclusive trabalhando no sentido de garantir que o pescador possa requerer a subvenção do óleo diesel direto para a colônia, mas também que ele possa ter facultada a possibilidade de ter um cartão que o permita ir até o posto de combustível sem que haja a necessidade de qualquer atravessador e, claro, com ampla divulgação para que haja uma adesão maior. Nós ofertamos, no último ano, cerca de R\$22 milhões em subsídio para o óleo diesel e apenas foram captado R\$7 milhões. Portanto, houve baixa adesão também a esse programa.

Esta é nossa apresentação. Se fosse um pouco mais tarde a reunião da Comissão, seguramente encerramento seria mais provocativo.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento, dizendo, mais uma vez, da grande honra de estar nesta Casa tão fundamental para a democracia e que tanto tem contribuído para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado ao Ministro Helder Barbalho.

Antes de passar a palavra aos Senadores, faço aqui algumas colocações, Ministro.

Tivemos, recentemente, uma reunião com os pescadores e Presidentes das Federações Estaduais – no caso, o Hélio Braga, de Rondônia, e o nosso amigo Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores. V. Ex^a esteve junto conosco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem de chegada, porque já estamos todos confirmados.

E a preocupação deles, Ministro, é com a Medida Provisória nº 665, que é o seguro-defeso. Depois, eu gostaria que V. Ex^a falasse alguma coisa sobre esse assunto.

Na sua explanação, o senhor coloca que, nos últimos anos, o Ministério da Pesca tem executado, aproximadamente – pela conta que fiz aqui rapidamente –, apenas 40% do seu orçamento. Por que não conseguiu aplicar o total do orçamento? E o que podemos fazer para executar esse orçamento como um todo hoje, já que há uma previsão de aproximadamente 600 milhões para este ano de 2015? No ano passado, eram 428; no ano retrasado, 630 milhões. Ano passado, dos 420, foram aplicados apenas 156, pela sua colocação. O que acontece e o que pode ser feito para que executemos esse orçamento, Ministro?

O SR. HELDER BARBALHO – Senador, é oportuna a sua pergunta. Eu, quando fui questionado, logo que assumi o Ministério, de que esta Pasta tinha um orçamento bastante tímido, fiz uma colocação de que acho que, mais que lutar por orçamento, temos que lutar para que haja a efetivação daquilo que é aprovado pela Casa e sancionado pela Presidenta. E tenho convocado a equipe do Ministério para que possamos ter eficiência e capacidade de executá-lo. É óbvio que não depende exclusivamente do Ministério, mas o Ministério deve fazer o seu dever de casa no sentido de garantir que a execução orçamentária seja a maior possível.

Nós tínhamos uma proposta de R\$254 milhões, que chegou até o Congresso Nacional, e esta Casa – e agradeço a esta Casa –, crendo que esta área pode ter uma ampliação forte na sua presença e no seu apoio – econômico e social ao País, dá um aporte – considero, inclusive, um crédito – para o nosso Ministério no sentido de adicionar de 254 milhões para 610 milhões.

Portanto, creio que a execução orçamentária caberá da capacidade do Ministério da Pesca e Aquicultura de ter eficiência no gasto e, inclusive, a partir dessa eficiência de gasto, do convencimento interno no Governo de que é uma Pasta que merece a atenção no sentido de garantir dotação, liberação, descontingenciamento daquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Dessas 480 mil toneladas, Ministro, só lembrando que 80 é de Rondônia, com uma expansão grande. Rondônia cresce bastante na produção de pescado com relação ao tambaqui e pirarucu.

O SR. HELDER BARBALHO – Sem dúvida. Inclusive, um dos principais projetos de pirarucu em cativeiro é do seu Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O que nos falta é exatamente infraestrutura, principalmente para a industrialização.

O SR. HELDER BARBALHO – A verticalização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Hoje, temos dificuldades de transportar o nosso pescado, a nossa produção para os outros Estados que precisam dele. Então, peço a gentileza de uma atenção especial à infraestrutura do Estado de Rondônia.

O SR. HELDER BARBALHO – Inclusive, há um detalhe, Senador, que é muito importante para nós: a nossa estratégia é ter no pirarucu uma espécie a ser vendida para o mundo como espécie da Amazônia e fazer, inclusive, do pirarucu uma grife, da mesma forma que o salmão se reporta ao país chileno, ao nosso vizinho, ou o bacalhau da Noruega.

Portanto, a nossa intenção é nos apropriar do pirarucu como uma espécie que, efetivamente, possa ser um cartão de visita da nossa diversidade de espécies amazônicas e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Como já outras vezes combinamos, Senadores, a inscrição é feita pela ordem de chegada, conforme combinamos outras vezes com os nobres Senadores.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. HELDER BARBALHO – O senhor quer que eu fale logo da medida provisória ou não?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Por favor. Seria importante, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Com relação à medida provisória, acho que o ponto central dela – a desinformação acabou por gerar, inclusive, uma busca por parte das entidades de representação a esta Casa e, também, ao Ministério e a outras Pastas – diz respeito ao item da medida provisória que estabelece que beneficiários dos programas sociais do Governo que recebem o seguro-desemprego do pescador artesanal estaria incompatível, seria incompatível e não poderia mais fazê-lo. O Senador Benedito de Lira, que tem sido um parceiro, e sempre a Confederação registra isso.

Já está esclarecido este tema. A verdade é que o seguro-defeso é uma atividade de preservação ambiental, não é um benefício social. O seguro-defeso é um instrumento de que o Governo se utiliza para garantir renda para que os trabalhadores, no momento em que se estabelece o defeso daquela região ou daquela espécie, possam colaborar com o Governo na sua estratégia de sustentabilidade, e os mesmos não façam captura naquela periodicidade.

Benefício social como o Bolsa Família tem como referência de credenciamento à recepção do benefício renda familiar. Portanto: seguro-defeso, atividade política de preservação ambiental; Bolsa Família: atividade de cunho estritamente social.

O que está sendo estabelecido é que, no período do seguro-defeso, portanto, de acordo com a espécie, se o defeso são dois, três, quatro ou cinco meses, naquele período em que o pescador está recebendo o seguro-defeso, como o valor do seguro-defeso é de um salário mínimo, esses R\$788,00 fazem com que ele tenha uma renda que não permite que ele esteja classificado nos critérios do Bolsa Família, já que o critério do Bolsa Família é um *per capita* de até R\$154,00.

Portanto, o que está combinado é que quem é Bolsa Família continua Bolsa Família; no período do seguro-defeso, ao receber o seguro-defeso, ele tem suspenso o Bolsa Família, porque ele extrapola a renda do critério do Bolsa Família. Nada além do que isso.

No momento em que acabar o defeso, ele retorna para o Bolsa Família, porque ele retorna ao critério de renda estabelecido anteriormente para o Programa Social.

Portanto, este é o ponto central.

Um outro ponto que foi levantado pela Confederação é a carência do prazo para quem se inscreve no registro geral do pescador. Até 2003, eram três anos. A partir de 2003, passou para um ano de carência.

Portanto, quem se registra nas nossas superintendências, recebe a carteira provisória e, a partir de um ano, pode apresentar anualmente o seu relatório de pesca para requerer o seguro defeso. A proposta da medida provisória passa para três anos. Nós estamos dialogando com a Confederação Nacional dos Pescadores para chegarmos a um equilíbrio, que não seja nem o atual um ano, nem três anos, mas que nós possamos chegar a dois anos para essa nova carência.

Eu creio que esses são os dois itens que causaram maior dúvida na categoria e que – compreendo pelo diálogo que temos feito de forma absolutamente constante, seja através do próprio Ministério, seja em audiências que envolvam outras pastas – nós conseguiremos chegar a um termo comum.

Por último, a transferência para o INSS da logística de atendimento. O Ministro Gabas inclusive já esteve aqui nesta Casa. Tem dialogado e assegura que o Ministério da Previdência tem a capilaridade, tem a capacidade inclusive de tratar e atender com maior eficiência do que hoje está sendo feito. Creio que são essas as três maiores angústias, vamos dizer assim, que estão já esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Passo a palavra, então, ao Senador Moka. Na sequência, Senador Davi, Blairo Maggi, Dário, Donizeti, Benedito de Lira, Caiado e José Medeiros.

Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, primeiro me desculpo porque a voz está...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Conversou muito ontem!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, nós tivemos que defender duro o indexador dos Municípios e dos Estados. Na verdade, eu estou muito gripado.

Primeiro, quero dizer ao Helder da alegria... Ministro Helder. É que eu conheço o Helder há tanto tempo! Ministro Helder, é uma alegria tê-lo aqui.

A Comissão de Agricultura sempre foi, aqui no Senado, uma grande parceira do Ministério da Pesca, até porque o ex-Ministro, o Senador Crivella, tinha aqui um relacionamento muito bom. Eu me lembro que, na hora de discutir emendas de comissão, o Ministério da Pesca estava sendo ignorado, porque era muito recente. Mas aí houve um acordo, a ponto de os Senadores retirarem – eram cinco emendas – uma das emendas e a destinarem ao Ministério da Pesca, como forma de reconhecer, de incentivar.

A minha pergunta é... Eu não sei por que isso acontece, mas eu quero dar um testemunho. Eu acompanhei o trabalho do Senador Crivella. Mato Grosso do Sul foi um dos Estados... O Governador André Puccinelli resolveu a questão ambiental. O Senador esteve lá, fez convênios. Chegou a anunciar lá aquele *kit* para estimular, realmente, a questão da construção de tanques com as prefeituras. Mas aí – eu tenho certeza disso –, tudo certo, na hora do aporte do dinheiro, esse dinheiro não chegou. Eu acho que isso é uma frustração, até dentro do próprio Ministério. Eu sou testemunha disso. O pessoal trabalhou, se empenhou, acreditou. Aí, na hora do recurso, começa aquela história. E isso é ruim para o Governo. Quando o Governo não tem dinheiro, ele começa a criar problemas burocráticos: “ficou faltando isso, ficou faltando aquilo”. E você fica em um negócio que não tem sentido. Então, primeira coisa: se são – eu vi ali – R\$610 milhões, eu acho que 90%, 95% desse dinheiro – o ideal seria 100% – tem que ser liberado, porque senão... Eu estou falando porque em Mato Grosso do Sul não temos pesca marítima.

O Ministério – é natural que seja assim – dá muito mais ênfase à pesca marítima, onde estão as grandes indústrias, mas acho interessante que o Ministério também possa ter uma preocupação com essa atividade de rio, de água doce, além dos tanques. Mas, fundamentalmente, Ministro, nós temos que garantir a execução do Orçamento.

Eu me lembro da frustração dos prefeitos. Era uma máquina. Eles chamavam de *kit*. Tudo pronto, uma lei aprovada na Câmara, porque exigia, porque era uma espécie de concessão. O Ministério comprava e cedia para as prefeituras. Isso simplesmente não aconteceu. Então, no Mato Grosso do Sul, ficou uma frustração. Eu

acho que, na primeira oportunidade em que V. Exª visitar Mato Grosso do Sul, teremos exatamente que fazer com que as pessoas acreditem nisso. Nós temos que dar credibilidade.

O segundo ponto que quero ouvir é a questão da comercialização, porque, na região da Grande Dourados, por exemplo, precisa haver também o frigorífico, porque, senão, haverá dificuldade na comercialização. É preciso, então, identificar esses pontos para que possamos estimular. Na hora em que se estimula, haverá uma produção, até porque vimos que, enquanto em um hectare dá para se criar um boi, Caiado, a diferença é enorme.

E nós temos um potencial muito grande. Eu acho que o Brasil não pode perder essa oportunidade de crescer. E, para crescer, o Ministério, fundamentalmente, tem que ter credibilidade, por parte da Presidenta e da equipe econômica. Eles têm que acreditar. É uma coisa muito forte. Eu acredito nisso. Acho que a economia do País pode ganhar muito com isso. E é um atrativo muito grande para a chamada agricultura familiar, até porque, com pequena extensão, você pode dar uma renda muito grande para esses pequenos agricultores.

Para encerrar, digo que aqui, na Comissão do Senado, V. Exª sempre terá uma recepção muito grande. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não temos a pesca marítima, não temos mar – só temos o Pantanal –, mas também não queremos trocar o Pantanal pelo mar. É importante que o Ministério dê ênfase também para os pescadores de água doce, de rios. Eu vejo o Ministério falando muito pouco sobre essa questão. Estou falando da pesca mesmo nos rios, e não em tanques. Estou falando especificamente disso. Não sei se fui claro nessa parte, mas agradeço a presença. Estou à disposição do Ministro aqui, na Comissão, e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra ao Senador Davi.

Gostaria de usar a palavra, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Exª me concede só um aparte, como do Centro-Oeste, a essa colocação feita pelo Senador Moka?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Garanto que não vou atrapalhar. É questão de poucos segundos, Senador Blairo Maggi.

Eu não tenho nada a acrescentar ao relato do Senador Moka, que tem uma experiência enorme, está na Casa há mais tempo que eu e teve essa oportunidade de caminhar o Estado, como tantos outros do meu Estado de Goiás tiveram e passaram por esse constrangimento que ele acaba de relatar. Ou seja, o estímulo que foi dado, a esperança que foi transmitida. Vários Deputados do meu Estado acompanharam o Ministro Crivella, também fizeram esse acordo, e nada ocorreu.

É lógico que nós, pescadores de água doce, temos essa – não vou dizer essa discriminação – menor relevância dentro da política do Ministério de Pesca em relação a essa área.

O que me preocupa – e eu quero ser bem objetivo para o Sr. Ministro, não só endossando as perguntas formuladas pelo Senador Moka – é em relação ao que V. Exª tem a dizer sobre a extinção proposta dos Ministérios, em que o primeiro que é colocado na pauta é o de V. Exª.

O Ministério da Pesca sempre passou a ser a referência quando se fala em extinguir Ministérios. Como a proposta também é do partido de V. Exª da diminuição para 20, se não me engano, ou 18 Ministérios, já é elencada a extinção do Ministério da Pesca. Com isso, não sei como é que seria esse ordenamento orçamentário e como é que ficariam aí os programas já definidos por V. Exª em relação ao atendimento tanto da política de proteção quanto também de incentivo, que V. Exª acaba de relatar a todos nós.

Pergunto isso já que, neste momento, paira, diante da sociedade brasileira, o sentimento de que – até por iniciativa do partido de V. Exª, e terá o apoio de uma grande maioria, já que é um clamor nacional – o Estado diminua a sua extensão de Ministérios, o seu número de Ministérios, como também de gastos públicos. Com isso, o Ministério de V. Exª é identificado em todos. É referência, não por mim, mas principalmente por Parlamentares da base do Governo, que sempre falam exatamente do Ministério da Pesca.

Então, como é que V. Exª está convivendo com isso e qual é a expectativa de V. Exª diante desse quadro que está aí para ocorrer, se for alterada, em uma emenda constitucional, a sua reformulação de números, dentro desse mesmo ano legislativo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Helder Barbalho também pela apresentação. Cheguei um pouco atrasado hoje; não é costume chegar atrasado aos locais, mas hoje eu me entretive lendo o jornal em casa. Levantei mais cedo, mas eu fiquei lá e perdi o horário.

Eu quero concordar aqui com V. Ex^a – cumprimentar também o Presidente, Acir – em que esta atividade é uma atividade muito importante. Está aqui nas lâminas que foram apresentadas, e todos nós sabemos. Agora, também nas conversas e nas coisas que foram ditas, está demonstrada a grande dificuldade que é arrancar esse setor e transformá-lo, como é a avicultura, suinocultura, bovinocultura no Brasil, em algo que tenha um potencial de gerar riqueza muito grande. O Brasil é muito importante nos mercados internacionais.

Então, nós, de fato, temos um problema de como fazer com que essa atividade seja uma atividade grande, importante, não menos que é hoje, mas importante economicamente. Eu tive uma experiência, como Governador do Estado de Mato Grosso, e o Senador Moka passou aqui, mais ou menos, pelo setor.

Nós precisamos fomentar, inicialmente, a construção dos tanques nas pequenas propriedades. Não vejo a aquicultura tendo grande importância, se os governos estaduais, municipais, obviamente regidos pelo Governo Federal, não chegarem à pequena propriedade. Esse é o tipo de atividade de pequena propriedade. No período em que eu fiquei como Governador, criamos lá os consórcios intermunicipais, e esses consórcios receberam equipamentos do governo do Estado: retroescavadeiras, principalmente retroescavadeiras, que são o equipamento ideal para esse tipo de atividade. Nos Municípios, esses consórcios, que eram administrados por um dos prefeitos de vários Municípios daquela região, fizeram um programa de piscicultura, principalmente na Baixada Cuiabana e nas regiões mais de assentamento.

Por isso, como V. Ex^a vê, Ministro, já há alguns números diferentes do Estado de Mato Grosso. Afora o Lago do Manso, que é uma concessão – tem demorado para sair as áreas para fazer os programas – o resto, todos são de tanques de criação desses peixes.

Então, devemos nos preocupar, primeiro, com a construção desses tanques, estimular o pequeno produtor. Isso, obviamente, passa pelo custeio, porque você faz o tanque, põe a água, põe os alevinos; o peixe tem que comer, ele não vai viver da natureza não: é soja, é milho, é ração – é ração e custa caro, então tem que ter um programa de custeio para isso.

A segunda parte – também já foi dito aqui – é estimular essa parte industrial, porque o pequeno produtor ou os produtores, até grandes produtores de peixes, não querem se envolver na parte industrial. Tenho primos lá, o pessoal da Bom Futuro, já estão lá, talvez, com mais de mil hectares de lâmina de água, de peixes, são grandes essa área. E tentaram fazer alguma coisa de ir direto à mesa do consumidor. Não funciona. Quando você começa a produzir, nem sempre o produtor consegue ser industrial e consegue ser distribuidor, são coisas diferentes, são tempos diferentes dentro dessa cadeia. Então, também precisa estimular essa parte industrial.

E como faz isso? Disponibilizar – creio que para trás havia isso – recursos, financiamentos, para que alguém da região, alguém de fora, olhando o potencial e a possibilidade do aumento desses tanques e o aumento da oferta de peixes no futuro, possa se estabelecer como o elo industrial. E esse elo industrial da cadeia é que vai dar a tranquilidade e a segurança, para quem está produzindo no campo, de que, no dia em que estiver com os peixes prontos, ele consegue vender, independentemente de ficar esperando a Semana Santa. No início, lá em Mato Grosso, era assim, você produzia peixe, e todo mundo vendia na Semana Santa, aí o preço caía muito e quebrava os agricultores.

Então, na minha avaliação, Ministro, precisamos focar nestas três coisas: o produtor, o elo industrial e, obviamente, o consumidor, o comércio. Mas este último, se houver oferta regular de peixe, tem o hábito de, no mínimo, uma ou duas vezes por semana, com preços acessíveis, de fazer esse consumo.

Outra coisa: se quisermos proteger – não é, Moka? Estamos falando lá do nosso Pantanal e também de outras áreas importantes do País – esses biomas, com pesca esportiva, que possa gerar outro tipo de renda – já vemos muito isso –, temos que ter uma oferta grande de peixes de cativeiro, compatíveis com o preço. O fato é: tem que proibir a pesca profissional nesses rios, para que ali possamos ter, então, atividades relacionadas ao turismo.

E o Estado de Mato Grosso é uma experiência muito interessante, acho que outros Estados também têm, mas o Mato Grosso do Sul ainda não fez essa parte, que foi de proibir, por algum tempo – já estamos no terceiro ano –, a pesca do dourado, por exemplo, que é um peixe maravilhoso, não só para comer mas para pescar – esportivamente, ele é muito brigador, chamado tigre do rio. Então, em três anos de proibição de pesca em Mato Grosso, pode ser em qualquer lugar, mesmo próximo de Cuiabá, ir a um daqueles ranchos de pesca, você não sai de lá sem pescar dez, quinze, vinte dourados numa manhã de pesca. A coisa ficou maravilhosa, sensacional, essa questão da proibição.

O seu Ministério tem que trabalhar nessa direção, é produtor, é industrial, parte comercial e, não é da sua área, mas a parte turística, que é a parte da pesca artesanal que também devemos estimular.

Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só queria pedir que o senhor levasse, por favor, essa minha apresentação; está ali em cima da sua mesa. Muito obrigado, muito agradecido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para finalizar, digo que tem potencial, tem política para isso e falta um pouco, às vezes, crédito para conseguir fazer isso. E, outra coisa, as licenças ambientais também são um problema, porque normalmente os tanques, os agricultores, os familiares, procuram fazer o mais próximo da água possível, do corregozinho, vamos chamar, do rego de água. E há também os impedimentos de nossa lei ambiental, do uso das APPs. Então, esse é um problema que tem que ser contornado.

Eu gostaria, Ministro, de deixar um pedido para V. Exª com respeito ao Lago de Manso. Conheço algumas pessoas que solicitaram fazer o seu parque pesqueiro, e o Ministério tem demorado muito, muito, muito mesmo para fazer essas liberações, essas autorizações. Não sei por que demora tanto. Se há um programa e você sabe onde quer chegar, com poucos passos, em pouco tempo, tem que haver a solução dessas coisas, a ponto de alguns empreendedores desistirem de fazer os investimentos porque a burocracia é muito grande.

Mas, de qualquer forma, eu quero cumprimentar V. Exª pela condução que está fazendo à frente dessa Pasta, e espero que realmente o Brasil se transforme num grande produtor de peixes e que possa, não só no nosso mercado interno atender, mas que também possa fazer parte da nossa pauta de exportações.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Passo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, quero inicialmente cumprimentar pelo requerimento formulado ao Ministro Helder Barbalho, o que ensejou a oportunidade de acompanharmos a apresentação que S. Exª fez, pelo que pude perceber um pouco mais dos objetivos e das expectativas, enfim, do programa de S. Exª à frente do Ministério da Pesca.

Percebi também que existem muitas dificuldades, o que, evidentemente, é natural e relevante. Entretanto, a minha manifestação aqui se dá, sobretudo, porque o Estado que represento é o maior produtor de ostras e de mexilhões do País. Então, é um Estado muito rico em produção de pesca e é um Estado que vem enfrentando inúmeras dificuldades, sobretudo de segurança jurídica para que o pescador possa efetivamente trabalhar com segurança e com tranquilidade para proporcionar um desenvolvimento sustentável nessa área.

O que se percebe hoje no Brasil é que existe, na minha opinião, até uma desintegração entre os próprios Ministérios, porque eles tomam algumas atitudes que afetam... No caso do Ministério de V. Exª, o Ministério de Meio Ambiente, por exemplo, transforma um probleminha num “problemão” de difícil solução, e nós afundamos os corredores dos ministérios e acabamos por ter dificuldades em resolver esses problemas.

Muitas vezes, iniciativas são tomadas sem uma posição científica mais adequada, sem uma discussão feita com os próprios produtores, e isso cria certa desesperança no mercado produtor de peixes no Brasil inteiro. E os resultados terão como consequências o desestímulo e a desesperança de um setor que, em minha opinião, pode ser uma alavanca importante e fundamental para o desenvolvimento do País.

Então, uma das coisas que eu queria pedir a V. Exª – e já tenho percebido que o senhor tem feito isso de maneira bastante peculiar – é buscar a integração com os outros Ministérios que tenham diretamente uma atuação nessa área para que os nossos pescadores possam, enfim, ter a segurança jurídica necessária para trabalhar.

Além do mais, eu acho que um ministro tem de ser uma pessoa como V. Exª, um animador, um promotor do desenvolvimento de políticas públicas – e percebo em V. Exª esse perfil –, para que possa levar o incentivo, o entusiasmo e a segurança, a fim de que aqueles que querem produzir e trabalhar possam, efetivamente, assim fazê-lo.

Por essa razão, eu quero hipotecar aqui o meu apoio a V. Exª. Conte conosco aqui no Senado Federal. E, ainda, quero lhe fazer uma solicitação, porque eu pude perceber que o Orçamento, desde 2003, se não me engano, não vem sendo executado, como, diga-se de passagem, o Senador Moka já explorou com muita categoria. Eu nunca entendi, no Governo Federal: essa questão de não conseguir realizar o Orçamento sendo que este, na minha opinião, para o Ministério da Pesca, é insuficiente para atender às necessidades. E o mais incrível é que, mesmo sendo insuficiente, o Ministério não consegue utilizar todo o orçamento que tem, mesmo que mínimo, para atender às necessidades.

Imagino eu que seja fruto das dificuldades, da burocracia, das exigências etc. Contudo, se a burocracia está tão ampla assim, quem sabe nós aqui, no Senado, possamos contribuir para simplificar métodos, encontrar novas alternativas para que, efetivamente, possamos produzir mais, melhor e mais rápido.

Um dos grandes problemas que eu percebo, hoje, no Brasil, é que o povo não suporta mais as instituições do jeito que elas estão atuando. Parece-me que elas envelheceram e não se modernizaram. Não se modernizaram no sentido de produzir, de efetivar políticas públicas de maneira rápida e objetiva.

E o nosso grande problema, Presidente, na minha opinião, é que todos nós sabemos disso, mas nós não encontramos ainda uma fórmula para fazer com que essas instituições públicas tenham efetividade real na sua execução, de maneira prática e objetiva. Mas temos que buscar o caminho, temos que ir em frente.

Eu tenho certeza de que V. Ex^a vai simplificar métodos, adquirir equipamentos, modernizar o sistema, simplificar exigências, conseguir atingir os objetivos de cumprir com seu orçamento, estabelecer a segurança jurídica necessária para que esse Ministério possa, ao final do seu mandato, ser um exemplo de desenvolvimento e de produtividade no País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Dário Berger. Passo a palavra, agora, ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Ministro Helder Barbalho, não vou pedir desculpas pelo atraso, porque aprendi com o meu irmão mais novo, há poucos dias, que ninguém pode tirar a culpa da gente, não é? Mas eu quero justificar o atraso, ainda porque, como mineiro, não gosto de me atrasar. É que hoje eu tinha um médico e isso fez com que eu me atrasasse um pouquinho.

Ministro, quero tratar de algumas coisas para chegar ao meu Estado. Primeiramente, essa ideia, que eu considero idiota, de querer reduzir o número de Ministérios como uma questão de contenção de custos. E por que é que eu considero isso? A aquicultura e a pesca só vieram para a pauta brasileira e cresceram depois da instituição da Secretaria Especial e, em seguida, da constituição do Ministério. Enquanto a pesca ficasse em uma caixinha lá no Ministério da Agricultura, ela não iria sair do lugar.

Este momento no País é um momento em que a existência do Ministério da Pesca é essencial para que essa atividade ganhe corpo e cumpra o seu papel na geração da riqueza do País.

Assim são as políticas sociais. A questão da mulher, a questão do negro, a questão dos direitos humanos. Essas políticas estão evidentes, estão na pauta porque existem as secretarias especiais com *status* de ministérios. Se não fosse assim, isso não estaria acontecendo.

Eu penso que há meios e condições de reduzir custos sem extinguir as Pastas. Para mim, seria um absurdo hoje extinguir o Ministério da Pesca, no momento que nós vivemos e com tudo o que está projetado, porque seria reduzir a atividade desse setor a um caminho que seria o da paralisia, seria o da diminuição da importância do setor.

O meu Estado, o Estado do Tocantins – meu Estado do coração –, tem um potencial de produção de pescado de 960 mil toneladas, segundo dados da Secretaria da Agricultura. Nós temos uma área de 550 mil hectares de espelho d'água. E temos hoje uma produção de apenas 1,5%. Porém, a ida da Embrapa Pesca para o Tocantins nos dá a esperança e a expectativa de que isso possa crescer muito.

Embora a produção ainda seja pequena, não suficiente para abastecer o Estado – nós recebemos muito pescado de fora, principalmente do Pará, o meu Estado –, eu penso que nós exportamos, lá do Município de Almas, pescado produzido em lagos naturais, de barramentos de córregos, não naquele sistema de tanque tradicional, mas em lagos, numa quantidade importante para o Estado.

Aí, eu penso que nós temos tido dificuldade na execução do Orçamento. E um ano como o ano passado é desastroso para o País em alguns aspectos. A eleição paralisa o País seis meses na execução orçamentária em muitos sentidos. E isso é ruim! Houve também uma diminuição da receita, e isso pode ter contribuído. Mas um dos problemas que também dificulta a execução orçamentária – e eu estou mexendo com isso há mais de 12 anos, porque fui Secretário de Captação de Acompanhamento da Prefeitura de Palmas, aqui em Brasília, por cinco anos e três meses, nessa questão da execução orçamentária, da relação e da dificuldade que os Municípios têm de cumprir com a burocracia... E, do meu ponto de vista, algumas coisas são exageros, seriam até desnecessárias em alguns aspectos. Isso dificulta. Então, fico com as palavras do Senador Dário Berger no que ele fala de tornar essa máquina mais ágil, mais eficiente para que os resultados sejam mais efetivos.

Ministro, o que eu percebo de gargalo na pesca nesses anos? De uma coisa o senhor tratou: a questão da licença ambiental. Nós temos poucos técnicos na área. Então, a assistência técnica é ainda, do meu ponto de vista, um pouco deficiente. E penso que, principalmente para os pequenos, existe a ausência do local para ele entregar o pescado dele, além de considerar que nós não temos, em nosso Estado, por exemplo, a certificação SUAS, que ainda não funciona. Às vezes você não pode transportar seu produto porque você não tem esse certificado.

No mais, eu quero dizer que a nossa expectativa, no Tocantins, com a sua presença no Ministério é muito grande. Pela capacidade que temos observado; acompanhamos a sua gestão lá em Ananindeua; a sua parceria com o nosso partido naquele Estado.

Eu espero que, nesses próximos quatro anos, com a ajuda do Ministério da Pesca, o meu Estado esteja produzindo, pelo menos, de 250 a 300 mil toneladas de pescado, o que poderá gerar cerca de R\$2 bilhões, quase R\$3 bilhões, de receita no PIB tocantinense. Então, é essa a nossa expectativa.

Quero parabenizar a Presidenta Dilma pela escolha.

Quero dizer ainda que, em relação ao defeso, acho que temos a oportunidade de sanar os problemas. É público e notório que houve um abuso no acesso ao benefício. Se corrigirmos esse abuso, a gente já terá muito a ganhar com essa medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, que também, com muita competência, presidiu esta Comissão de Agricultura.

V. Exª tem a palavra, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Eu não sei o que teria sido da minha gestão à frente desta Comissão se não tivesse ao meu lado V. Exª como o grande comandante.

Mas, meu caro Presidente, Srs. Senadores, caro Ministro, o senhor realmente vai se confrontar com uma tarefa não muito fácil. Eu estava conversando aqui com o Senador Blairo... E tenho conversado até com o Moka, que é uma das pessoas, nesta Casa e na outra, quando nós fomos Deputados... Aliás, eu, num primeiro momento, imaginava que o Moka fosse o maior latifundiário deste País, pela defesa intransigente que ele faz do setor primário. Porém, depois, eu soube que o Moka tem em formação em medicina, é médico. Muito bem, mas é um grande defensor do setor primário etc.

Para o Ministério da Pesca, para o Ministério da Agricultura, se o governo não tiver bons olhos para ambos, por mais que se esforce, não teremos resultados maiores. São dois Ministérios para os quais – e principalmente o Ministério da Agricultura, que é mais velho, porque a sua Pasta é jovem –, infelizmente, quando a gente vê, na organização do Orçamento, o volume de recursos alocados, percebemos que é insignificante, pelo que representam para o País, ainda porque são Ministérios responsáveis pela produção, responsáveis pela balança comercial.

Eu conversei muito com o Ministro da Pesca à época, o Crivella, e, depois, com o seu sucesso e tenho tido uma boa relação com a Confederação Nacional dos Pescadores.

A atividade pesqueira, todos nós sabemos, é a mais antiga de todos os tempos. E o que é que precisamos fazer para que este País possa realmente se colocar na sua posição como o maior produtor de carne bovina, de suínos, de frangos e, como teria de ser, de pescado também?

Nós temos uma costa extraordinária; nós temos rios, como acabaram de falar aqui o Moka e outros, lagoas. O meu Estado, por exemplo, tem uma das maiores lagoas do Brasil, mas onde, infelizmente, a atividade pesqueira não tem merecido, por parte do Governo – não é o governo atual, mas do Governo brasileiro –, uma ação mais efetiva no sentido de que possa dar maior atenção àqueles que produzem.

Há ainda uma outra coisa que a gente precisa destravar, Moka – e esta Comissão vai ser muito importante para isso, Acir: o Ministério da Pesca praticamente existe consentido pelo Ministério do Meio Ambiente. O Meio Ambiente trava. Nós não estamos aqui contra o meio ambiente; tem que valer a preservação. Agora, ações para desenvolver essa atividade param no meio ambiente.

Recentemente – e eu ainda era Presidente da Comissão –, recebi o presidente da confederação e presidentes de outras entidades de outros Estados do Brasil, e eles estavam preocupados, porque o Ministério do Meio Ambiente havia encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República uma lista com centenas e centenas de peixes cuja pesca teria que ser proibida. Não sei como foi feita essa aferição. Isso gerou, vamos dizer assim, uma preocupação considerável aos pescadores.

Pois bem; então, eu espero, meu caro jovem Ministro, pela sua história, pela sua tradição e pela disposição – e o senhor vai contar com a colaboração e com a contribuição desta Casa, particularmente desta Comissão –, que o senhor possa tocar os projetos que são absolutamente necessários para que se possa ter o desenvolvimento da pesca neste País.

Incentivar, proporcionar a oportunidades, organizar, por meio da sua Confederação Nacional, os pescadores do Brasil, para que, assim, organizados, possam ter realmente maior força para reivindicar e o Governo, sem dúvida nenhuma, possa perceber que esse setor pode ajudar a economia do País e, conseqüentemente, proporcionar emprego para aqueles que sabem como utilizar a pesca.

Eu era Presidente da Comissão e fiz uma viagem de trabalho, acompanhando o Ministro Crivella, para visita à piscicultura em Israel. Uma coisa fantástica! Quem não conhece imagina que Israel vive o tempo todo entrincheirado, em função das suas fronteiras. Ao chegar àquela região, mais precisamente em Jerusalém, eu não vi um policial na rua, uma criança na rua, um pedinte na rua. Vi uma cidade organizada, o povo vivendo bem. Fomos para a zona rural, que era o nosso objetivo. Fiquei boquiaberto: um país que não tem terra e não tem água é um dos grandes produtores de pescado do mundo. A agricultura daquele país – V. Exª deve saber, Senador Moka – é feita pelo sistema de gotejamento. A terra, lá, é imprestável, mas praticam uma agricultura que abastece o mercado interno e ainda têm uma pauta de exportação da ordem de mais de US\$5 bilhões.

Enquanto isso, nós temos a maior área agricultável do mundo, o maior potencial de água doce do mundo, e nós temos o mínimo de pescado, insuficiente mesmo para abastecer o mercado de consumo interno.

Então, Ministro, nós temos, todos juntos, de executar esse trabalho para que possamos, realmente, fazer com que as coisas aconteçam. Contudo, se não houver boa vontade, recursos, projetos, técnicos, pessoas qualificadas para ajudar o gestor do Ministério, que é V. Ex^a, nós vamos ter enormes dificuldades. Por isso, como membro desta comissão e como Senador da República, quero dar o meu testemunho e me colocar à disposição do Ministério da Pesca e também de V. Ex^a, para, juntos, alavancarmos esse setor, que é da maior importância para a economia do meu País.

Cumprimento V. Ex^a. Não tive oportunidade de ver toda a sua exposição, mas, pelo final, eu vi que foi da melhor qualidade. Vou levar isto aqui.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Vamos nos dar as mãos, Ministro, para alavancarmos esta grande missão, acalmarmos essa população que vive da atividade pesqueira e fazermos com que possamos ter uma produção consequente em face do tamanho do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros para fazer suas ponderações. É o nosso último inscrito. Na sequência, o Ministro retoma para responder os nossos Senadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Senadores aqui presentes, talvez o Brasil ainda não tenha descoberto a importância do Ministério da Pesca. Aliás, toda vez que ouço falar em diminuição da máquina, o primeiro ministério que ouço as pessoas citarem é o da Pesca. “Nós temos Ministério até da Pesca!” – é o que se ouve. Todavia, nesse trabalho muito bem feito por V. Ex^a, nota-se um potencial imenso que temos, para o Brasil crescer em termos de exportação, de desenvolvimento econômico, e que não aproveitamos,

Nós temos hoje, até por essa dificuldade, até por esse preconceito – eu diria –, um amontoado de gargalos e dificuldades para o setor se desenvolver.

Louvo V. Ex^a também pelo entusiasmo. Recebemos muitos Ministros aqui, e eu fico contente quando eu vejo um servidor público com entusiasmo por aquilo que faz. A gente sente isso nos números que V. Ex^a trouxe, no cuidado, na elaboração e no entusiasmo com que fala do assunto.

Eu vi os números, que são estupefacentes, A execução do Orçamento, por exemplo – e fiz alguns cálculos aqui, só com os números que V. Ex^a trouxe –, nos últimos cinco anos, só foi de 38%! E, aí, confirmo o que o Senador Moka disse: as ideias são boas, o Ministério se empenha, mas precisa, vamos dizer assim, dessa finalização. O filme está bom, o roteiro está bom, mas o filme não termina.

Eu vejo que temos campo para o desenvolvimento e vou dar um exemplo aqui – deixo até a pergunta, de repente até por ignorância minha: eu noto que nós temos um grande potencial de reservatórios, por exemplo, das usinas. E eu queria que V. Ex^a depois falasse se há algum projeto, se está sendo feito algum projeto, porque eu vou dar o exemplo do reservatório de Tucuruí.

Citou? Ah, já citou. É que eu cheguei depois.

Mas, só para citar – e não sei se o Ministro colocou aqui –, antes de haver a produção de peixes ali, Senador Moka, pelos números que eu tenho, a atividade pesqueira era algo em torno de 300 toneladas. Após o início do desenvolvimento dessa cidade, passou para 3000 toneladas. Então, dá para se ver o potencial que temos para desenvolver isso.

Mas eu noto que ainda precisamos avançar muito no fomento, porque eu vejo até os projetos se iniciarem nas Prefeituras... E aqui a gente tem que louvar os Prefeitos, que com muita dificuldade... Eu tive oportunidade de ver Prefeituras com aquelas pequenas maquininhas fazendo tanques e tentando desenvolver, mas essas pessoas começam com a atividade e esbarram naquele problema da industrialização, que o Senador Blairo Maggi disse aqui, dos frigoríficos.

Outro ponto que eu quero que o Ministro possa verificar: existe uma barreira – informação que o setor me passou – da distância entre... Se há um frigorífico aqui, num raio de 500km não pode haver outro. Então, essas pessoas, esses pequenos produtores, que já produzem com dificuldade, porque você tem que ter o custeio disso, às vezes ficam, Senador Moka, impedidos de comercializar o seu produto, porque, às vezes, estão distantes.

Então, eu acho que, nessas questões, o mercado poderia se regular. Deixa, abre! Eu não sei se esse impedimento é do Ministério, se é uma portaria, enfim, mas eu sei que existe esse gargalo também.

Então, eu quero que V. Ex^a – e eu creio que posso falar aqui por toda a Comissão – conte com esta Comissão, porque nós precisamos abrir e fazer o País abrir os olhos para esse setor e começarmos a produzir.

Eu vi os números em relação à produção de frango, em relação à produção de carne. Quer dizer, nós produzimos de peixe 0,53 – é um número irrisório comparativamente. E, quando V. Ex^a coloca aqui os números sobre a quantidade de pescado que se produz no mesmo 1ha em que se produz apenas uma vaca, a gente vê que nós precisamos mudar o entendimento.

Então, quero agradecer aqui, Sr. Presidente, pelo tempo.

Eu creio que V. Ex^a tem esse desafio, e nós, aqui nesta Casa, temos o desafio de ajudar no desenvolvimento desse setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Agradecendo a presença e a colocação de todos os Senadores, passo a palavra ao nosso convidado, o Ministro Helder Barbalho, para fazer as colocações e responder aos nossos Senadores.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores, por todos os questionamentos que foram colocados.

Senador Moka, de fato, é um desafio para nós, como disse no seu questionamento o Senador Acir, a questão da execução orçamentária.

E aqui eu me sinto profundamente à vontade, estando próximo de três meses à frente do Ministério, para dizer que nós temos de fazer o nosso dever de casa e que nós temos de fazer o *mea culpa* pela incapacidade que tivemos da execução orçamentária plena do Ministério.

E, desta feita, tenho convocado a nossa equipe para estabelecer metas de cumprimento da execução orçamentária, partindo do princípio de que você só pode lutar para crescer se, naquilo que te é colocado, você demonstra ter a capacidade efetiva de fazê-lo.

O fundamental é que, na concepção, os programas do Ministério estejam linkados naquilo que é a estratégia do Ministério. E aqui foi colocado, na nossa apresentação – e eu insisto que todos os Senadores possam ter efetivamente um olhar para esta apresentação –, que nós queremos ampliar a produção. E nós vamos direcionar as nossas ações para o aumento da produção, seja na aquicultura, seja na pesca.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ministro, permita-me. Eu queria deixar clara uma coisa: como eu acompanhei, eu notei que...

O SR. HELDER BARBALHO – Eu vou chegar no seu ponto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... o Ministério...

O SR. HELDER BARBALHO – Eu vou chegar no seu ponto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não; estou dizendo que o seu pessoal, os funcionários e servidores efetivamente fizeram, mas chegou a um ponto que era só ter o recurso, Ministro, porque o convênio estava pronto, a coisa estava pronta. Por isso que eu quero deixar isso claro.

Eu me lembro que o Ministro Crivella fez um esforço enorme e divulgou isso...

O SR. HELDER BARBALHO – Exato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... para o País inteiro.

O SR. HELDER BARBALHO – Essa é uma questão que tenho colocado para a equipe. Nós temos de ter muita serenidade no momento em que nós ofertamos determinados programas e políticas públicas e quantificamos essa oferta, tendo a certeza de que somos capazes de efetivá-las.

Digo isso porque o seu depoimento me tem sido uma das demandas frequentes durante esse período em que estou à frente do Ministério, solicitando que sejam liberadas máquinas que foram cadastradas, que foram selecionadas, em 2013, e que não foram efetivadas.

Portanto, o que eu quero colocar a esta Comissão é que estamos buscando ter a maior serenidade possível na apresentação e na projeção da oferta de políticas e de programas para que, efetivamente, correspondam àquilo que temos capacidade de atendimento.

E esse é um dever de casa que nós temos de fazer. Nós não temos de transferir responsabilidade para absolutamente ninguém. Nós temos de executar. Inclusive, isso vale para o prestigiamto que esta Casa e a Câmara derem ao nosso Ministério.

Emenda parlamentar deve ser prioridade não apenas do parlamentar que a disponibiliza. A mesma intenção, o mesmo interesse de um parlamentar em fazer a sua emenda ser empenhada e, posteriormente, liberada deve ser do Ministério, porque isso serve inclusive como uma referência para a repercussão e a adesão de novos colaboradores.

Com relação à comercialização – inclusive outros Senadores também aqui falaram a respeito, como o Senador Donizeti, o Senador José Medeiros e o próprio Senador Acir –, já está em fase avançada o diagnóstico da estratégia da cadeia produtiva, por Estado, do Brasil.

Nós devemos ter pronto, já no mês de abril, qual é a estratégia de produção em cada Estado brasileiro, porque essa estratégia de produção estará diretamente atrelada à proposta do Plano Safra da Pesca e da Aquicultura.

Nós não podemos... No momento em que o Governo se disponibiliza a ofertar 2 bilhões de crédito, esse crédito tem que estar diretamente ligado à estratégia da concepção das oportunidades de negócio que cada Estado possui. E a minha intenção é apresentar, para cada Estado, sua capacidade de produção e sua oportunidade na modalidade da pesca e da aquicultura, para que a iniciativa privada possa aderir, dentro dessa estratégia, e para que nós não incorramos no erro de aprovar determinado projeto com o qual não se consiga atrelar à efetiva capacidade de produzir.

Nós temos um exemplo no Mato Grosso, do Senador Blairo Maggi, onde há um investimento de mais de R\$100 milhões em um frigorífico, vinculado à família Furlan. Hoje, o frigorífico está subutilizado, porque não há espécie para ali ser beneficiada.

Portanto, a nossa estratégia é sinalizar para o mercado qual o negócio de cada Estado, para que, dentro dessa estratégia, nós possamos convergir à adesão.

O setor quer produzir. O setor deseja incluir inclusive aqueles que ainda não o fizeram. Mas o ambiente e o planejamento de negócios precisam ser apresentados. Acho que este é um dos *business* que nós, do Ministério, devemos fazer: dar esse subsídio da capacidade de produção, seja capacidade em tanque escavado, seja capacidade da pesca extrativa, seja capacidade dos nossos reservatórios.

Para isso, nós estamos iniciando, como disse na minha apresentação, no final do mês de março, as oficinas do Plano Safra exatamente para dialogar com o setor produtivo.

E volto a reafirmar: a licença ambiental é crucial, porque é o cartão de visita, é o cartão de apresentação para que o setor produtivo possa escolher em que Estado haverá de implantar a sua estratégia.

Eu queria, Senador Moka, apenas reafirmar... O senhor disse que, no seu Estado, não há a pesca extrativa oceânica em função da sua localização. Eu quero dizer a todos aqui que a atividade da pesca extrativa não se sobrepõe à atividade da aquicultura. São atividades que agem de maneira paralela. Agora, nós podemos crescer substancialmente na aquicultura.

Talvez o Ministério da Pesca e Aquicultura, no início da sua concepção, tenha estabelecido a atividade da pesca extrativa como seu ponto central. Hoje, na projeção dos próximos cinco anos, nós estamos falando em sair de 750 mil toneladas para 1 milhão, na pesca extrativa, e de 480 mil toneladas para 2 milhões, em aquicultura. Portanto, para nós, há equilíbrio e fortalecimento da aquicultura no nosso plano de expansão de produção, que ganha um *status* absolutamente de equilíbrio e de reforço, o que precisa ser compreendido. Isso envolve, como disse o Senador Blairo e os demais Senadores, a agricultura familiar com a inserção da aquicultura familiar; envolve os tanques escavados, os tanques rede, a exploração dos reservatórios; e envolve diversas atividades nessa composição.

Na expectativa de o Senador Caiado voltar, eu vou deixar para tratar, depois, da extinção ou não do Ministério.

O Senador Blairo falou sobre a cadeia do produtor. Eu já pude aqui falar sobre o assunto, mas quero reforçar algo em relação à cadeia do produtor. Esse diagnóstico que nós estamos construindo envolve a capacidade de produção de cada Estado, quais são as identificações, a composição da cadeia produtiva, porque nós temos reservatórios, como o Senador acaba de falar, de Tucuruí, que precisa ser habitado. Então nós precisamos ter centros de alevinagem que esteja atrelado a esses reservatórios para que haja espécie suficiente na capacidade estabelecida pela Agência Nacional de Águas.

Nós precisamos ter acoplado a essa cadeia produtiva a produção de ração, os entrepostos, o frigorífico, todos os beneficiamentos necessários. Portanto, a nossa lógica é, exatamente, nessa identificação, verificarmos quais são esses gargalos e atrelar a nossa oferta de financiamento a isto.

Pesca esportiva, como dito aqui pelo Senador Blairo, em relação às espécies que são proibidas. Eu falei há pouco da necessidade termos gestão pesqueira. Nós precisamos ter gestão pesqueira para saber, efetivamente, qual a capacidade dos nossos estoques, quais são as espécies e qual o patamar de captura de cada espécie. Só quem vai nos responder isso é a nossa capacidade de gestão pesqueira, que está atrelada a uma colocação feita pelo senador Benedito de Lira, que é o compartilhamento com o Ministério do Meio Ambiente.

Quando da criação do Ministério, quando da Lei da Pesca, em 2009, colocou-se uma expressão: "o compartilhamento das ações". Seguramente, se, em 2009, a palavra "compartilhamento" – e creio que esta Casa seja o ambiente para a discussão desse tema – era necessária para a viabilização das ações naquele momento, assim os legisladores conceberam e o governo, da mesma forma, o fez. Neste momento, nós vivemos uma nova etapa – e tenho cobrado da nossa equipe, está dentro das ações prioritárias –, e esse Ministério precisa investir em ciência, em conhecimento, em estatística, para consolidar o nosso plano de gestão. Sem o plano

de gestão, não temos capacidade de interagir, de debater, de dialogar, de subsidiar as informações necessárias para o bom debate do equilíbrio entre produzir e preservar, isto é, a nossa desejada produção sustentável.

Nós estamos atuando nesse sentido; a nossa expectativa é a retomada dos planos de gestão pesqueiras dos subcomitês científicos já agora no início do mês de abril. E aí me perguntam: “Ministro, o senhor já está há três meses, por que ainda não foi efetivado?” Porque pressupõe, para a efetivação, que nós estejamos a assinar a Instrução Normativa nº 10, que é, exatamente, a nova composição dos Comitês Permanentes de Gestão.

Inclusive, Senador Blairo, informo a V. Exª que, ontem à noite, chegou... Perdão, Senador Dário, ontem à noite chegou ao Ministério a resposta do Ministério do Meio Ambiente para que possamos assinar a instrução normativa, provavelmente no dia de hoje, o que é um divisor de águas na relação da gestão pesqueira no nosso País. Aqui um depoimento que o Presidente do Sindipi, ontem, fez – e o Senador Dário estava na audiência –, dizendo que esta IN-10 estava há três anos sendo discutida. Há três anos! E nós conseguimos, em três meses, estar a assinar essa instrução normativa, o que vai nos permitir fazer com que os Comitês Permanentes de Gestão possam ser efetivados no nosso País.

Com relação à pesca esportiva, apenas reforçando – não foi questionado aqui, mas acho que é importante dar tratamento –, nós estamos já com o nosso planejamento. No segundo semestre começaremos... Primeiro, vamos fazer uma ampla divulgação da pesca esportiva com uma enciclopédia de todas as atividades de pesca esportiva existentes no Brasil, para que estejam atreladas ao calendário e às ofertas de produtos das agências de turismo e das instituições turísticas estaduais.

Nós temos já assinado, há vinte dias, um termo de cooperação com o Ministério do Turismo. Hoje estou encaminhando para o Ministério do Esporte, porque o Ministério do Esporte ao saber da parceria do Ministério da Pesca com o Ministério do Turismo vai aderir. Nós vamos fazer no segundo semestre a primeira etapa nacional de pesca esportiva. No primeiro semestre do ano que vem a segunda etapa é nacional e no segundo semestre do ano que vem a primeira copa mundial de pesca esportiva, vinculando tanto espécies e pesca oceânica quanto em águas interiores.

Já respondi sobre IN 10, Senador Dário, e, de fato, essa questão da segurança jurídica é uma discussão absolutamente constante e nós estamos fazendo o nosso fortalecimento de argumentação. Enquanto houver o compartilhamento, nós continuaremos nesse convívio frequente com o Ministério do Meio Ambiente.

Temos buscado adotar um instrumento da serenidade e da responsabilidade e do diálogo franco e equilibrado com o Ministério do Meio Ambiente. Eles trazendo as informações da ciência, a que tem acesso; nós, por outro lado, fazendo o contraditório no sentido de que possamos chegar àquilo que nós desejamos. Mas acho que esta Casa também deve não só discutir o formato do compartilhamento, mas deve discutir outros instrumentos e outras questões que envolvem muitas das vezes essa insegurança jurídica que, de fato, gera muitos problemas para o setor fundamentalmente da pesca extrativa. E no seu Estado, o Estado de Santa Catarina, como maior produtor de pesca industrial do Brasil, no meu Estado, que é o maior produtor de pesca artesanal do Brasil, diretamente esta pauta, esta agenda é muito forte. E todos os Estados que permeiam os 8.500 quilômetros de costa estão diretamente, de forma muito frequente, com esta pauta demandada.

Eu queria informar ao Senador Benedito de Lira que nós estamos discutindo a Portaria 445, que reclassifica as espécies, que foi citada por V. Exª. Essa portaria reclassifica 489 espécies. Dessas 489, 87 têm interesse comercial. Então estamos olhando fundamentalmente essas que têm interesse comercial e estamos inclusive na construção, por orientação da Presidenta da República, no sentido de que esta avaliação em que se classificam as espécies em vulnerável, em perigo ou criticamente em perigo, a concepção dessa classificação possa estar pautada não apenas em informações de pesquisas que possam advir de organizações e daí por diante, mas que também possam estar complementadas por planos de gestão pesqueiros que são fundamentais nesse contraditório e nessa reclassificação.

Com relação aos nossos pescadores, eu disse aqui no *slide* que pude apresentar, nós temos um olhar muito atento aos nossos pescadores. Estamos falando de 1.025.000 pessoas que necessitam de formação desde a alfabetização, passando pela formação profissional. E temos que prestar serviços a eles. O nosso desafio, o nosso serviço para os pescadores não pode ser meramente cartorário com a emissão de registro de pescador. O nosso serviço ao pescador tem que avançar para a formação, para a qualificação, para implementação de novas estratégias que possam aumentar a sua renda familiar. E que nós possamos ter uma agenda de proteção social, com educação, com saúde, com assistência, mas que possamos também ter o apoio de produção para que isso garanta desde o pescador que usa da pesca como subsistência, mas também fazendo com que ele possa ser inserido na cadeia da produção, agregando valor e gerando as suas rendas.

Ao Senador José Medeiros, que esteve aqui há pouco, só para informar que a estratégia dos reservatórios, para nós, na aquicultura, é o nosso primeiro corte, porque são os reservatórios que nos permitem, com

baixo investimento, apenas com desburocratização, garantir rapidamente que nós possamos ter uma produção absolutamente extraordinária.

S. Ex^a citou aqui o lago de Tucuruí. Hoje, a piscicultura é incipiente no Estado do Pará. Se nós conseguirmos licenciar o lago de Tucuruí, nós teremos a oportunidade, de acordo com o que a Agência Nacional das Águas estabelece, nós teremos capacidade de produzir mais de 120 mil toneladas só no lago de Tucuruí.

Quando se fala, por exemplo, no nosso sonho de consumo na aquicultura, que é a liberação da tilápia para produção em Itaipu, nós temos que, só Itaipu, com os 3% que são permitidos de exploração em área de reservatório, nos permite ter a produção de aquicultura que já hoje o Brasil produz – só Itaipu! Nós estamos falando do Brasil produzindo 480 mil toneladas, e só Itaipu tem capacidade de produção de 400 mil toneladas.

Portanto, se nós conseguirmos o apoio dos Estados, o destravamento burocrático, só os nossos reservatórios já farão com que nos cumpramos as metas de pular de 480 para 2 milhões de toneladas.

É claro que nós temos que ter responsabilidade nessas projeções, porque dependem de diversas etapas e diversos fatores.

Queria...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministro...

O SR. HELDER BARBALHO – Por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só para dar uma informação lá do Estado.

Nós participamos de uma mesa que envolveu a Naturatins, a Prefeitura de Palmas, a Secretaria de Agricultura e o Ruraltins, com vistas a agilizar esta questão, também, do lago Lajeado.

O lago Lajeado tem 65 mil hectares de lâmina d'água, que abrange, se não me engano, seis Municípios. E só o Município de Palmas tem 117 quilômetros de margem. Porém, não temos conseguido avançar nisso, e os passos dados anteriormente foram inclusive equivocados. Contudo, o grupo de trabalho do Governo do Estado, junto com a Prefeitura de Palmas, acredito, vai fazer destravar isso lá e, assim, poder colocar aquele potencial de produção em andamento.

O SR. HELDER BARBALHO – O.k. Inclusive, o Governador já esteve conosco, junto com parlamentares, e nós já estamos discutindo essa questão do reservatório de Lajeado para a implementação.

Já houve licitações que permitiram a distribuição das concessões. Então, a nossa intenção é que, rapidamente, o Estado do Tocantins já possa aproveitar dos seus reservatórios para contribuir com a aquicultura.

Senador Donizeti, eu queria agradecer a V. Ex^a pelo depoimento a respeito da importância desta Pasta deste Ministério – e, lamentavelmente, o Senador Caiado não está aqui presente.

Esta Casa é uma Casa temática, particularmente esta Comissão. Eu tenho convicção – convicção! – de que, ao ler este material – por isso eu estimo que o façam –, cada Senador que compõe esta Comissão será o embaixador na defesa do nosso segmento.

Quando o Presidente Lula, em 2003, iniciou esta política, quando, em 2009, da criação deste Ministério... E registre-se: este Ministério não foi criado apenas com os votos do Partido dos Trabalhadores ou com os votos do PMDB; este Ministério foi criado com os votos do Democratas, com os votos do PSDB, com os votos da unanimidade desta Casa. Portanto, com este sentimento de que a pesca e a aquicultura representam uma oportunidade para o País, eu tenho certeza de que, se cada Senador e Senadora, se cada parlamentar desta Casa se inteirar do que o mundo descobriu e o Brasil pode efetivar, todos serão defensores e compreenderão que este Ministério está longe de ser um encargo para o governo, está longe de ser um encargo para o Estado, mas que é, sim, uma grande oportunidade para que o Brasil produza mais, gerando renda, garantindo emprego e fazendo com que a economia deste País se fortaleça.

Portanto, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado ao Ministro Helder Barbalho.

V. Ex^a tenha a certeza de que esta Comissão é uma defensora desse Ministério, e V. Ex^a pode contar com nosso apoio.

Nós sempre debatemos e discutimos aqui aquilo que é importante para melhorar a vida do agricultor brasileiro, e a pesca e a aquicultura são formas reais para que nós possamos melhorar a vida dos nossos agricultores. É o que exatamente está acontecendo no nosso Estado de Rondônia, onde a aquicultura tem crescido consideravelmente, exatamente pelo apoio do Governo Federal, juntamente com o apoio do Governo do Estado e das prefeituras municipais também.

Convido V. Ex^a a conhecer o nosso Estado. Nós teremos, agora em maio, a nossa Rondônia Rural *Show*, que de *show* não tem nada, tem só a aproximação dos governos Federal, Estadual e municipais com os agricultores, através da Emater, da Embrapa e do MDA, sempre presentes. Eu entendo que o Ministério da Pesca, pelo crescimento do setor que acontece em Rondônia, seria importante a participação. Fica aqui o convite.

Vou oficializar, mas é no final de maio, quando nós debateremos, durante quatro dias, tudo o que é importante para a agricultura, a pesca. E a pesca está na pauta de crescimento do nosso Estado.

V. Ex^a pode contar sempre com o apoio desta Comissão, de todos os Senadores que fazem parte desta Comissão. Todos aqui estão comprometidos, independente de cores partidárias, com a agricultura, com a pesca, com a aquicultura. É assim que nós trabalhamos.

Agradeço a sua presença.

Antes de encerrar esta reunião, lembro que, em seguida, nós teremos a 11ª Reunião, para tratarmos de apreciação de requerimentos. Convido, então, os Senadores a permanecerem, para que nós possamos aprovar os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE MARÇO DE 2015.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, BENEDITO DE LIRA, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e DAVI ALCOLUMBRE. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas e Lúcia Vânia. A Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão justificam a ausência, em razão do desempenho de missão no exterior, na 132ª Assembleia da União Interparlamentar em Hanói – Vietnã. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política de Defesa Agropecuária no País. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar o programa de regularização fundiária metas atingidas e a serem atingidas, entraves e demais problemas enfrentados pelo setor, com a presença de representantes das seguintes entidades: SPU – Secretaria do Patrimônio da União; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SERFAL – Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2015, seja a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira e Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – V. Exª gostaria de encaminhar, Senador Donizeti?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu gostaria apenas, Presidente, de pedir aqui o apoio dos colegas para que esta Comissão faça isso, pois considero de uma relevância extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A ausência da assistência técnica neste País tem travado o desenvolvimento do empreendedorismo rural, da pequena agricultura, dos assentamentos.

Então, nós poderemos, nesse acompanhamento dessa política, construir, a partir da avaliação, do acompanhamento, saídas e a quebra dos gargalos que têm impedido que essa política se efetive.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado.

De fato, a assistência técnica em extensão rural é de uma importância muito grande para os nossos agricultores, principalmente da agricultura familiar, que dependem de uma atenção especial dos governos, tanto o Federal quanto os estaduais e os municipais também.

Quando conseguirmos alinhar a atuação das três esferas de governos, daremos uma resposta muito mais positiva ao nosso agricultor.

Tenho certeza de que, com o acompanhamento de V. Exª, vamos evoluir ainda mais.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

De autoria do Senador Dario Berger e da Senadora Ana Amélia.

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política de Defesa Agropecuária no País.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Para encaminhar, com a palavra, o Senador Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, Presidente, a primeira experiência que tivemos de avaliação de políticas públicas nas comissões desta Casa ocorreu em 2014, quando, na oportunidade, coube

à CRA avaliar duas políticas importantes para o desenvolvimento agrícola nacional, que foi o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País e as estratégias públicas relacionadas à gestão dos recursos hídricos para a agricultura no semiárido nordestino.

Iniciamos, agora, em 2015, Presidente, o segundo ciclo de avaliações de políticas públicas no âmbito das comissões permanentes do Senado Federal.

Nesse contexto, entendemos que seria adequado a CRA avaliar as políticas de defesa de agropecuária no Brasil, especialmente no que diz respeito às responsabilidades dos entes federados no planejamento e na execução dessa política, bem como em relação aos desafios, para que se promova mais efetividade às estratégias de defesa agropecuária do País.

No que diz respeito aos desafios da política de defesa agropecuária, cita-se, por exemplo, o déficit de fiscais agropecuários no Poder Executivo.

Outro desafio diz respeito aos gargalos relacionados à gestão articulada da União, dos Estados e dos Municípios para o controle de enfermidades na pecuária e na lavoura nacional, por meio do sistema unificado de atenção da sanidade agropecuária.

O Estado de Santa Catarina, como V. Exª conhece e como os demais Senadores também conhecem, é hoje conhecido como modelo na execução de uma política pública de defesa agropecuária que representa o alicerce da sua produção e também da sua produtividade e da sua qualidade.

Por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), o Estado conseguiu mobilizar diversos segmentos da sociedade em torno de importantes programas de vigilância epidemiológica, de educação sanitária, de sanidade animal, entre outros.

Esses esforços garantiram a Santa Catarina, atualmente, a liberdade ou, vamos dizer, estar livre das seguintes doenças: febre aftosa, peste suína clássica, peste suína africana e doença da vaca louca. E, quanto à sanidade vegetal, o Estado também se mantém imune a diversas pragas, entre elas a mosca negra de citros, que ataca laranjas, bergamotas, limões e outros citros.

Portanto, resumindo, Sr. Presidente, ao ensejo Resolução nº 44-SF, de 2013, eu aproveito para apresentar este requerimento, pois é de grande oportunidade e de grande importância a abordagem técnica mais aprofundada sobre a definição e execução dessa política, a partir de parâmetros que consideram a sua economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Diante, então, do exposto conclamo os nobres membros desta Comissão a aprovarem o requerimento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Dário.

Essa matéria é importante, e V. Exª vai contribuir ainda mais com o seu trabalho com relação à política de defesa agropecuária do Brasil. É uma política que precisa realmente de um acompanhamento, e esta Comissão o fará. E, tanto com relação a este tema quanto também ao tema relativo à assistência técnica, faremos realizar várias audiências públicas, como todo o apoio da Consultoria, para que possamos produzir – e V. Exª produzirão com certeza – um trabalho importante para o nosso País.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item extrapauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para avaliar o programa de regularização fundiária, metas atingidas e a serem atingidas, entraves e demais problemas enfrentados pelo setor, com a presença de representantes das seguintes entidades: Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL).

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado pela presença de todos os Senadores e Senadoras.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (3ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (5ª REUNIÃO) E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (3ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2015.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezessete de março de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque, Dário Berger, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Edison Lobão, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Ivo Cassol, João Alberto Souza, João Capiberibe, Jorge Viana, Lasier Martins, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Omar Aziz, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Sandra Braga, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. O Presidente submete às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, atendendo aos Requerimentos nº. 01/2015-CCT, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota, nº. 05/2015-CCT, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, nº. 04/2015-CMA, de autoria do Senador Luiz Henrique, nº. 08/2015-CRA, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia, e nº. 12/2015-CRA, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Waldemir Moka, que requerem a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 02, de 2015, de autoria da Presidência da República, que *“Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”*. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, a Excelentíssima Senhora **Nilma Lino Gomes**, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; o Excelentíssimo Senhor **Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Garcia Brandão**, Assessor de Assuntos Setoriais da Subchefia de Organismos Americanos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; **e os Senhores Francisco Gaetani**, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA; **Rafael de Sá Marques**, Diretor de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; **Marco Aurélio Pavarino**, Assessor do Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA; **Paulo Sérgio Lacerda Beirão**, Diretor de Cooperação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; e **Hélcio Botelho**, Secretário Substituto da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Ana Amélia, Omar Aziz, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Jorge Viana. Neste momento, o Senhor Senador Jorge Viana requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jorge Viana, que solicita realização de audiência pública conjunta para instrução ao Projeto da Lei da Câmara nº. 02, de 2015, em 24/03/2015, às 09h, com abordagem limitada aos pontos de discordância e conflitos relativos ao projeto em tela. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, todas da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal, que se realiza nesta data, 17 de março.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das últimas reuniões da CMA, CCT e CRA.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da reunião conjunta, que é realizada em atendimento aos Requerimentos nº 4-CMA; nºs 1 e 5-CCT; e nºs 5, 8 e 12-CRA, todos de 2015, abrimos a primeira das duas audiências públicas destinadas a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, conhecido como Marco Civil da Biodiversidade e de Acesso ao Patrimônio Genético, sendo que, amanhã, nós teremos audiência pública começando às 8h, indo até às 10h, e, depois, outra de 10h às 12h, ou mais tempo, se for necessário.

Previamente, coube-nos compor a Mesa de expositores e temos a honra de convidar, com muita alegria, a única Ministra presente, a Ministra Nilma Lino Gomes, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Por favor. (*Palmas.*)

O Ex^{mo} Sr. Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, que representa a Ministra Izabella Teixeira, que não pôde comparecer por um outro compromisso pré-agendado. (*Palmas.*)

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Garcia Brandão, assessor de assuntos setoriais da Subchefia de Organização Americana do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, representando o Ministro Jaques Wagner. (*Palmas.*)

O Sr. Rafael de Sá Marques, diretor de tecnologias inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representando o Ministro Armando Monteiro. (*Palmas.*)

O Sr. Hécio Botelho, secretário substituto da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, representando a Ministra Kátia Abreu. (*Palmas.*)

Informo que contaremos com o serviço de interatividade do Senado Federal, para participação popular pelos cidadãos que estão assistindo, ao vivo, pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidania, ou pela TV Senado.

As participações também poderão ser feitas Alô Senado, no número 0800-612211, além das redes sociais (Twitter e Facebook), possibilitando assim ao cidadão que envie comentários ou perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados.

Convido o Sr. Marco Aurélio Pavarino, assessor do Ministério do Movimento Agrário, representando o Ministro Patrus Ananís. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão para tomar assento na primeira fila, porque não há mais lugar à mesa.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas sim quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Nada mais adequado possa a sociedade opinar numa discussão como essa, em torno da proposta que estabelecerá um novo cenário legal e regulatório para o acesso à biodiversidade e o patrimônio genético nacionais.

A proposta, que se iniciou por proposta encaminhada pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, onde tramitou sob o número de Projeto de Lei 7.735, de 2014, chegou recentemente a esta Casa e foi tombada sob o número de Projeto de Lei da Câmara 2, de 2015.

É importante informarmos, previamente, que a matéria tramita sob o regime de urgência constitucional, e daí a celeridade imposta para as discussões e deliberações em torno da proposição, motivo pelo qual realizaremos duas audiências, hoje e amanhã, e contaremos com um número relativamente grande de expositores.

Para a audiência de hoje, conforme Mesa já composta, foram convidados sete ministérios, que encaminharam seus representantes para apresentarem a esses colegiados de Senadores e Senadoras as suas posições quanto à matéria, e muito nos honra a presença da Ministra de Estado da SEPPIR, Nilma Lino Gomes, que certamente abrilhantará os nossos debates.

Já para a audiência de amanhã, que terá início às 8h, contaremos com 16 expositores, entre órgãos de governo, entidades privadas e da sociedade civil organizada. Por isso a reunião será dividida em duas partes, de forma a podermos estabelecer um bom debate para todos.

O tema em comento, que numa primeira análise nos traz unicamente a conotação da ciência e da pesquisa, abrange questões muito mais profundas e complexas, daí a pluralidade de entidades e especialidades aqui postas. Por isso mesmo deve-se franquear o debate e a palavra a todas as partes interessadas. E é o que nós vamos fazer aqui.

As diversas opiniões, por vezes conflitantes, são essenciais para que possamos nós, Senadores e Senadoras, das três Comissões, assim como as demais comissões por onde tramita simultaneamente a matéria, termos acesso a visões divergentes, o que é fundamental.

Poderemos então nos posicionar de forma embasada sobre a proposta, e produzir um texto que venha a sanear, pelo menos naquilo que for possível, os anseios da sociedade e de todas as partes envolvidas.

Destaco aqui o compromisso do Senado Federal, que mesmo ante um projeto que chega no início da Legislatura, e que tramita em regime de urgência constitucional, com prazos curtos e céleres, se dedica, como é sua atribuição, a estudar e melhor compreender a matéria, e por isso realizamos essas duas audiências em prazo tão curto e com grande número de expositores.

Teremos ricas discussões, e os Relatores do projeto na CMA, na CCT e na CRA, que ora participam das audiências, assim como a CCJ e CAE, que certamente nos acompanham, terão um bom trabalho pela frente.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com prioridade aos requerentes das audiências públicas. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Obedecendo à hierarquia, passo a palavra, então, com muita alegria – e agradecendo outra vez –, à Ministra Nilma Lino Gomes, da Seppir. V. Ex^a dispõe de 10 min., como é regimental.

A SR^a NILMA LINO GOMES – Bom dia a todas e a todos.

Gostaria de iniciar a minha fala dizendo da grande satisfação de estar aqui presente, neste momento. Para a Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, esse é um tema extremamente significativo, extremamente relevante. Agradeço à Casa pelo cuidado e pelo zelo da discussão sobre a biodiversidade e também sobre o nosso patrimônio genético.

Também inicio agradecendo imensamente o convite do Senador Otto Alencar e a sua gentileza ao me convidar para participar aqui neste momento representando não só a nossa Secretaria como os povos e comunidades que a Seppir cuida como Secretaria com *status* de Ministério. Também quero agradecer ao Senador Paulo Rocha, que apresentou duas emendas de inclusão que dizem respeito à Seppir. Quero agradecê-los imensamente.

Quero cumprimentar os meus colegas da Mesa, representando os outros Ministérios.

Acho que, primeiramente, seria interessante que a Casa entendesse o objetivo da Seppir. É uma secretaria de políticas de promoção da igualdade racial com *status* de Ministério do Governo Federal. O nosso objetivo principal é construir uma articulação e políticas fazendo uma articulação dentro do próprio Governo Federal e fora, com os movimentos sociais, no sentido de garantir a promoção da igualdade racial.

O Brasil é um país que tem na sua Constituição Federal o crime de racismo, que foi uma conquista dos movimentos sociais. O racismo hoje é um crime inafiançável e imprescritível, e isso tem desencadeado uma série de ações e leis do Estado brasileiro no sentido de garantir cada vez mais o direito das populações negras no Brasil, os direitos constitucionais, os direitos econômicos, os direitos sociais. O Brasil dá um passo à frente, considerando também outros países da América Latina, quando institui, como um Ministério dentro do Estado, uma Pasta para cuidar dessas questões.

Sabemos também que o Brasil é um país extremamente diverso, com uma intensa diversidade cultural e étnica, e isso nos dá um diferencial diante dos outros países do mundo, mas sabemos também que vivemos históricos de desigualdades e de discriminações. Então, um país com uma intensa população negra, mais de 50% da sua população, também tem que lidar com formas de proteger essa população de um fenômeno que é global, o racismo.

Mas por que, então, a presença da Seppir pensando o tema do marco legal da biodiversidade?

Gostaria de chamar a atenção das senhoras e dos senhores para um dos povos, um dos públicos que a Seppir cuida, que são os povos e as comunidades quilombolas, assim como os povos e comunidades tradicionais de natureza africana. A Seppir é organizada em três Secretarias e uma delas é uma secretaria que justamente cuida de políticas e articula políticas dentro do Governo Federal. Ela tem uma escuta para os movimentos sociais, os movimentos quilombolas e dos povos e comunidades de natureza africana. Escutando as suas demandas, a Seppir, na nossa responsabilidade de Ministério, tem que conseguir alcançar formas de garantir os direitos desses povos, dessas comunidades. O tema da biodiversidade, do patrimônio genético toca de

forma muito incisiva sobre esses dois públicos dos quais cuidamos: os povos quilombolas e as comunidades tradicionais de matriz africana.

Dando alguns destaques para as senhores e os senhores, esses povos e essas comunidades possuem conhecimentos e técnicas tradicionais. São possuidores ou detentores, digamos assim, de conhecimentos que, lamentavelmente, podem ser usurpados se o Estado assim não os acolher, não os proteger. Por isso, a importância da biodiversidade atinge esses dois públicos com os quais a Seppir trabalha.

São comunidades, em sua grande maioria, muito pobres, com poucos recursos financeiros e que, com todas as lutas que se vêm desenvolvendo ao longo da história do Brasil, são guardiãs do direito à sua própria terra, à sua memória, à sua ancestralidade, aos seus conhecimentos. Esses conhecimentos muitos de nós usamos no nosso cotidiano, mas muitas vezes nem sabemos quem são os seus guardiões na nossa sociedade: conhecimento das ervas, dos chás, das formas de curar através de recursos naturais que possuímos no Brasil com a nossa grande diversidade, e isso desde os tempos coloniais. Lamentavelmente, a escravidão foi uma forma de usufruir da mão de obra de trabalho de povos e comunidades africanas escravizadas no Brasil.

Mas esses povos e essas comunidades, tanto os quilombolas quanto os povos tradicionais de matriz africana, são povos de lutas e se organizam politicamente na sociedade brasileira. São várias formas de órgãos de representação que dialogam com a Seppir, dialogam também com outros Ministérios presentes nesta Mesa, e, dentro desse diálogo, há uma grande preocupação com a proteção da biodiversidade, com a proteção dos seus conhecimentos. Por isso, a discussão que o Senado desencadeia aqui bem como o nosso Projeto nº 2, de 2015, são importantes para a Seppir e para esses povos.

Nesse sentido, eu gostaria de solicitar, do Senado, apoio. A Seppir solicita do Senado, dos Senadores, apoio para a aprovação de duas emendas muito importantes, de inclusão, que foram apresentadas pelo Senador Paulo Rocha. Eu gostaria de destacá-las: uma é a emenda de inclusão, que inclui a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial no art. 17 § 9º. Eu gostaria, com a licença dos senhores e das senhoras, de ler esse artigo, para que compreendam a importância da emenda de inclusão apresentada pelo Senador. Diz o seguinte:

§ 9º A repartição de benefícios referente aos produtos acabados ocorrerá exclusivamente sobre os produtos previstos na Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, definida em ato conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com base na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme regulamento.

A nossa solicitação de aprovação dessa emenda é devido ao fato de que, tendo em vista o objetivo da Pasta, da Seppir, de promoção da igualdade racial, e, entre dos nossos trabalhos de promoção da igualdade racial, estão incluídos os quilombolas e povos e comunidades tradicionais, apesar de a Seppir participar de todo o processo de discussão, seria muito importante para essa Pasta essa aprovação porque poderemos também dar nossa contribuição ao Senado. Das discussões que ocorrerão na execução da lei, gostaríamos de participar ativamente, junto com os outros Ministérios, nesse momento.

A outra emenda de inclusão, para a qual também solicito apoio dos Senadores e Senadoras, é que, dada a importância e dadas as características das nossas comunidades quilombolas, dentro do que se está discutindo, desse marco legal da biodiversidade e questões do patrimônio genético, que também a própria palavra “quilombola” apareça no texto, logo após a expressão “indígenas”, que percorre todo o texto da lei. É uma solicitação para a aprovação da emenda de inclusão, porque não só participando, a Seppir poderá também contribuir com mais informações, com mais debates e mais diálogos. Assim, esse povos serão visivelmente expressos no teor da lei que estamos discutindo aqui.

Existe uma discussão muito interessante feita pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, em um de seus textos chamados “Sociologia das Ausências e Emergências”, que eu gostaria de compartilhar com os senhores e senhoras porque diz respeito a algumas coisas que estamos discutindo aqui. Ele vai chamar atenção para o fato de que alguns temas – ele está discutindo com a teoria sociológica, com a teoria geral, mas podemos trazer para a discussão dos movimentos sociais e das lutas por direitos no Brasil – na própria teoria sociológica, acabam não aparecendo, acaba não ganhando visibilidade.

Então, fica a pergunta é: por que será que eles não ganham visibilidade? Por que será que parece que eles estão subentendidos no que a própria teoria sociológica diz? E eu diria, no caso aqui, porque a inclusão da expressão “quilombola” juntamente com as demais, ou ainda, porque essa invisibilidade não é casual, mas, muitas vezes, ativamente produzida. Isso não significa que as pessoas estão mal intencionadas, de forma alguma; muitas vezes, significa que, dado o apagamento histórico nas relações de poder que certos grupos e povos sofreram, a própria visibilidade deles, trazida com outros sujeitos sociais, mostra a nossa posição, como Estado brasileiro, de corrigir desigualdades, de garantir direitos.

Então, eu diria que a presença da expressão aqui, a solicitação, é de que essa invisibilidade não se repita no caso dos quilombolas, dentro de uma discussão tão importante como a que estamos fazendo agora, e que tem a ver com os quilombolas e com os povos e comunidades tradicionais de matriz africana. E, aí, nas reflexões do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, está expresso que essa sociologia para procurar ausências também tem como par uma outra proposta sociológica, que é a de produzir emergências.

Então, o Estado de direito, o Estado democrático faz emergir e dar visibilidade a povos, sujeitos, temas que, historicamente, lutam por encontrar espaços na luta por direitos que nós tanto construímos e pela qual, eu sei, esta Casa zela.

O meu tempo terminou?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Ex^a ainda dispõe de mais dois minutos.

A SR^a NILMA LINO GOMES – Então, eu gostaria de finalizar a minha fala reforçando, para esta Casa, primeiro, o agradecimento pela oportunidade de estar aqui; reforçando, ainda, que a SEPPIR já vem tentando participar e discutir o tema aqui colocado e que é muito importante que nós possamos estar incluídos visivelmente, tanto a Secretaria quanto os povos quilombolas, no texto da lei, porque nós sabemos que podemos trazer contribuições interessantes, inclusive como escuta do que esses povos e comunidades têm a dizer para o Brasil e também para o Senado.

Gostaria de agradecer imensamente e me coloco à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o término da exposição da Ministra, pediria ao Secretário da Mesa que dê conhecimento aos Relatores das emendas propostas pelo Senador Paulo Rocha.

Passo a palavra ao Ex^{mo} Sr. Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, por 10 minutos.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Bom dia a todos e todas!

Eu queria agradecer, em nome da Ministra Izabella Teixeira, o convite para estar aqui presente discutindo com os senhores e senhoras essa proposta, que é preciosa para o Ministério do Meio Ambiente. Assim, é com muita satisfação que estamos aqui hoje para discutir o projeto.

Queria agradecer, particularmente, o convite do Senado Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, uma vez que esta é uma agenda estratégica para o País, uma agenda de interesse de todos os envolvidos para que a gente possa transformar o fato de o Brasil ser “G1” em biodiversidade em uma realidade concreta, em uma realidade que produza riqueza para o Brasil e que assegure repartição de benefícios aos envolvidos nessa condição.

O fato de nós termos as maiores reservas de biodiversidade do mundo, de termos as maiores reservas de água doce do mundo, de termos as maiores reservas de florestas tropicais do mundo tornam o Brasil um país único; agora, nós precisamos transformar esse patrimônio natural em riqueza nacional, em empregos, em benefícios para aqueles que detêm esse conhecimento, de modo a podermos explorar essa riqueza de forma sustentável. Esse projeto vai nessa direção.

As principais preocupações do Ministério do Meio Ambiente nesse projeto envolvem atualizar, melhorar, aprimorar uma legislação que data do início do século; uma legislação que surgiu como medida provisória, mas que, a despeito de suas boas intenções, não viabilizou um marco regulatório adequado para a exploração da biodiversidade brasileira.

Nós temos, hoje, a preocupação de viabilizar uma legislação que tenha aderência. Nós precisamos acabar com a tradição, no Brasil, de termos leis que pegam e leis que não pegam; leis que são cumpríveis e leis que não são cumpríveis. A legislação que nós estamos propondo procura equacionar essa situação.

Por quê? Porque a legislação atual é uma legislação cuja operacionalidade se tornou inviável. É uma legislação que, por um lado, criminaliza a bioprospecção e, por outro, inviabiliza repartição de benefícios. É uma legislação que não atende ao interesse do País. É uma legislação que foi forjada no contexto de uma preocupação muito grande com o combate à biopirataria, mas que, por outro lado, inviabilizou a exploração do nosso patrimônio genético de forma sustentável.

Entre os principais princípios dessa legislação, a gente queria destacar alguns.

Primeiro, a gente prevê, propõe uma legislação que tenha aderência, que seja operacionalizável.

Segundo, que ela incentive o acesso à nossa biodiversidade e à bioprospecção.

Aqui, eu queria abrir um parêntese. A bioprospecção, por si, não gera benefícios. A inovação se dá quando há comercialização da pesquisa, de modo que ela se mostre rentável. Mas o setor produtivo, melhor do que ninguém, sabe que muitos investimentos em pesquisa e desenvolvimento não, necessariamente, resultam em bens comercializáveis.

Terceiro, focar na garantia da rastreabilidade. Por quê? Porque é a rastreabilidade que vai assegurar aos detentores do conhecimento tradicional a repartição do benefício numa fase posterior.

Nós propomos também regimes de repartição de benefícios que sejam sustentáveis e personalizáveis, que não sejam idealizáveis, mas que, pelo contrário, sejam passíveis de serem concretamente colocados em prática.

A legislação reconhece a contribuição dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos povos quilombolas para a resistência da biodiversidade. Eles são os grandes guardiões, os grandes preservadores dessa riqueza nacional e precisam, no caso da exploração desse conhecimento tradicional, ter os seus benefícios repartidos de forma adequada. Nós precisamos assegurar que esses benefícios e esses direitos sejam respeitados de forma institucional pelo Estado brasileiro.

Algumas preocupações nós achamos importante destacar.

Primeira, redução dos custos de transação de modo a não comprometer a competitividade de setores-chave da economia brasileira.

Segundo, remeter para as normas infralegais o que for possível.

Esse projeto trata de uma legislação complexa, uma legislação inovadora, que não há em muitos países do mundo para o Brasil poder mirar. Nós precisamos trabalhar com a perspectiva de que muita coisa vai depender de regulamentação posterior, de modo que a gente possa aprimorar e refinar essa legislação através de instrumentos infralegais.

Terceiro, evitar enrijecer a legislação.

Incerteza jurídica não significa uma legislação detalhada. Combater a incerteza jurídica significa propor uma legislação que seja aderente, mas que seja passível de aplicação e, eventualmente, aprimoramento. Se nós enrijecemos a legislação, ela, rapidamente, se descola da realidade.

Quarto, trabalhar para que a gente possa aprimorar essa legislação ao longo do tempo, seja no aspecto infralegal, seja no aspecto de eventuais modificações legais posteriores.

Foi construído um clima de negociação nesse processo, uma negociação que, na verdade, foi uma legislação trabalhosa, uma legislação custosa, por todos os envolvidos. Esse processo levou a uma situação em que muitos de nós aspirávamos mais em relação ao conteúdo dessa proposta, mas tivemos que negociar os nossos interesses no âmbito do Governo, junto à sociedade, junto ao setor privado, no âmbito da Câmara, de modo que chegamos hoje a um projeto que é fruto de uma trajetória de muita discussão, e achamos que a gente tem que trabalhar para que a gente possa viabilizar uma legislação que reflita adequadamente o interesse da sociedade brasileira.

Em relação ao setor privado, eu gostaria de destacar também que a legislação nacional é o principal anteparo do País nas suas negociações internacionais. O que isto quer dizer? Quando nós falamos da legislação de Nagoya, do Protocolo de Nagoya, que o Brasil assinou, mas ainda não ratificou, quando falamos do Tirfa, nosso projeto relacionado ao Tratado de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, assinado também pelo Brasil, nós estamos falando de legislações que têm na sua legislação nacional o seu grande escudo, o seu grande instrumento protetor nas transações internacionais.

Nós procuramos, então, buscar elaborar uma proposta em consonância, consistente com essas legislações. Buscamos, também, na proposta, criar regras de transição para o estabelecimento de arranjos institucionais para um novo formato de exploração do patrimônio genético. Nós entendemos que a situação atual não atende ao interesse do País. Nós temos 15 anos de funcionamento de uma legislação, mas, se nós observarmos o que está acontecendo, veremos que, além de não termos pesquisas de desenvolvimento em relação à nossa biodiversidade, além de não termos repartição de benefício, nós temos uma situação onde, do universo de multas até hoje aplicadas pelo Ibama, apenas 0,098 delas foram efetivamente pagas. Houve uma judicialização disso, de modo que nós temos um marco regulatório que não é aderente à realidade brasileira.

Em relação à pesquisa, precisamos criar mecanismos para incentivar a pesquisa de desenvolvimento que não sejam inibidos pela legislação. Temos discutido com o Ministério da Ciência e Tecnologia como fazê-lo. Pretendemos avaliar as formas de incentivar esse trabalho.

Uma das iniciativas em discussão refere-se a estimular pesquisa de desenvolvimento também nas unidades de conservação, que são os maiores depositários da biodiversidade brasileira, os chamados *hot spots*, as áreas mais preciosas, os santuários do ponto de vista da biodiversidade do País estão localizados em unidade de conservação na Amazônia. E nós procuramos explorar essa biodiversidade de forma sustentável e adequada. Precisamos que a bioprospecção seja estimulada com custos reduzidos e que as universidades, as empresas e os institutos de pesquisa se engajem nesse processo de construção do interesse nacional.

Na área da agropecuária e da pesquisa, precisamos destacar o papel das feiras, das coleções e da desoneração das atividades relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento, necessários para que possamos avaliar eventualmente a possibilidade de comercialização do resultado desse investimento.

Finalmente, em relação à questão da repartição de benefício, cabe destacar que a pedra de chave, para que esse processo se dê de forma adequada, é a rastreabilidade. Não há como haver bioprospecção, sem que se identifique a origem desse conhecimento, em particular no que diz respeito ao conhecimento tradicional.

Estou consciente de que temos, no Brasil, um alto potencial de exploração econômica de forma sustentada relacionada ao conhecimento tradicional sociável. Este conhecimento, detido por famílias, comunidades, populações quilombolas, polos indígenas, comunidades tradicionais, ao longo do tempo, já vem sendo, de alguma forma, explorado, mas não necessariamente da forma adequada.

Muitas vezes, a repartição de benefícios que temos em mente, que consideramos justa, não está sendo observada, e precisamos criar mecanismos para que isso se dê de forma adequada.

O projeto deseja mecanismos que criam um ambiente de confiança, para que se facilite o acesso ao conhecimento tradicional associado, através do mecanismo de pesquisa e desenvolvimento, que garanta rastreabilidade e propicie repartição de benefício de forma adequada.

Essa reforma regulatória prevê também, nos casos de não ser possível apropriar a origem do conhecimento, a instituição de um fundo de uma política nacional de repartição, onde esse conhecimento seja difuso, mas não seja possível identificar a propriedade original desse conhecimento.

Essas regras de repartição e regularização são atrativas e estão em consonância com a legislação internacional. Estamos propondo também o funcionamento de um conselho patrimônio genético mais dinâmico, baseado em cadastros, em estrita sintonia com a área de ciência e tecnologia do País, para que possamos incentivar a pesquisa de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que asseguramos a repartição de benefício da forma mais estruturada.

É um projeto novo. É um projeto inovador. É um projeto que visa a simplificação do acesso. É um projeto que visa assegurar as condições de justiça e de repartição de benefícios aos detentores de conhecimento tradicional associado. É um projeto passível de melhorias, de aprimoramentos no presente, no futuro, mas cria condições, para que o Brasil possa efetivamente assegurar a exploração de sua biodiversidade de forma sustentável no interesse de toda a sociedade brasileira.

Temos consciência de que não é um projeto dos sonhos de ninguém, mas é fruto de muita negociação, de muita conversa, que agora chega ao Senado para a sua consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço ao Dr. Francisco.

Queria registrar a presença da Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura; do Senador Donizeti Nogueira, que está conosco; bem como dos Senadores Douglas Cintra, Jorge Viana, Lasier Martins, da Senadora Lídice da Mata e dos Senadores Waldemir Moka, Humberto Costa e Cristovam Buarque, Presidente também da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Passo a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Garcia Brandão, que representa o Ministro da Defesa Jaques Wagner.

O SR. PAULO CÉZAR GARCIA BRANDÃO – Ex^{mo} Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da CMA, Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, Presidente da CRA, Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da CCT, Ex^{mos} Srs. Senadores, Ex^{ma} Senhora Ministra Nilma Lino Gomes, MM. Sr. Secretário Executivo do Conselho do Ministério do Meio Ambiente, demais representantes da Mesa, senhoras e senhores representantes dos demais ministérios, órgãos, institutos de pesquisa, representantes de organizações da sociedade civil, é com muita satisfação que fomos convidados para colocar a nossa visão sobre o Marco Legal da Biodiversidade. Eu vou me ater àqueles tópicos que nos são mais caros para a defesa nacional.

A Política Nacional de Defesa identifica que a questão ambiental permanece sendo uma das preocupações da humanidade e que países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais, imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo, como é o caso brasileiro, podem tornar-se objeto de interesse nacional nem sempre claros.

Na ótica da defesa nacional, o acesso ao patrimônio genético, à proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia para a sua conservação e utilização elevam o conhecimento e o aproveitamento da biodiversidade no território nacional, contribuem para que o País possa dedicar-se ao seu próprio desenvolvimento e progresso e fortalecem o apoio às ações estratégicas voltadas para a efetiva ação do Estado no desenvolvimento socioeconômico, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente.

Dessa forma, ficam atendidos os preceitos da Política Nacional de Defesa especialmente no que se refere à adoção de medidas para a melhoria das condições de vida das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas beneficiadas, para a fixação das populações na faixa de fronteira e para a salvaguarda dos interesses marítimos nacional.

A Medida Provisória nº 2.186 dispõe sobre o acesso do patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso a conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefício. Conforme disposto naquela medida provisória, quando a pesquisa científica envolve a participação de estrangeiros, a sua autorização é feita pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o assunto é regido pelos dispositivos constantes do Decreto 98.830, de 1990, ou pelo Decreto 96.000, de 1988, quando a realização de pesquisas de investigação científica são realizadas na plataforma continental e nas águas sob jurisdição brasileira.

Em todas as hipóteses acima, a autorização da pesquisa que envolve a participação de estrangeiro impõe a necessidade de que haja, na atual medida provisória, a coparticipação e a corresponsabilidade de instituição brasileira de elevado e reconhecido conceito técnico e científico; a autorização do comando da Marinha, autoridade marítima quando a pesquisa se der em águas jurisdicionais brasileiras, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva; o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional quando o acesso ocorrer na faixa de fronteira; e a autorização dada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético onde o MD tem assento quando tratar-se de pesquisa para fins de bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico.

Ressalta-se que a argumentação utilizada por setores do Poder Executivo, inclusive por parte do Ministério da Defesa e pela Academia do Brasil, no sentido de se contrapor às críticas quanto à presença de estrangeiros nas pesquisas realizadas com o componente do patrimônio genético brasileiro, seja no Brasil ou no exterior, exaltava os ganhos de conhecimento e de tecnologia obtidos pelos pesquisadores nacionais em decorrência das cláusulas contratuais obrigatórias de cooperação e compartilhamento de informações. Portanto, consideram-se adequadas as medidas dispostas na legislação atual quanto às cautelas necessárias para o combate à biopirataria diante da presença de estrangeiros nas pesquisas realizadas em Território nacional, observados os ganhos obtidos pelos nacionais quando da presença de pesquisadores estrangeiros associados a instituições públicas nacionais.

Após seis anos de negociação, o Protocolo de Nagoya, adotado em 2010, promove e fortalece o terceiro princípio da Convenção sobre a Diversidade Biológica, sobre acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa de benefícios advindos da utilização daqueles recursos. Ao procurar estabelecer uma base para maior segurança e transparência legal, tanto para os fornecedores quanto para os usuários de recursos genéticos, o protocolo traz inovações significativas, o que inclui o apoio ao cumprimento da legislação nacional. Tendo entrado em vigor em 2012, o Protocolo de Nagoya ainda não foi ratificado pelos países com significativo avanço tecnológico e expressiva produção agrícola. O Congresso Nacional ainda não concluiu sua apreciação sobre aquele novo regime internacional de caráter vinculante.

O Projeto de Lei nº 7.735, de 2015, de autoria do Poder Executivo e seu substitutivo vão ao encontro do que prevê o Protocolo de Nagoya, ao consolidar as propostas dos Ministérios do Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e incorporar algumas sugestões de largo espectro do setor agrícola brasileiro, possui o mérito de buscar aproveitar as experiências adquiridas ao longo dos 14 anos de vigência da medida provisória. Contudo, a iniciativa do novo marco legal sobre o tema inova em alguns aspectos que são caros ao Ministério da Defesa.

No que tange à defesa da soberania, as ações estratégicas voltadas para a efetiva ação do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ao mínimo grau de controle e fiscalização sobre o Território nacional em eventos relacionados às pesquisas. Em primeiro lugar, cabe destacar que, como previsto na Constituição brasileira, textos como aqueles referidos aos tratados internacionais, em que o Brasil seja signatário, não podem orientar as atividades realizadas nos limites do Território nacional, enquanto aqueles tratados ou decisões de reuniões de países-membros não forem aprovados pelo Congresso Nacional e promulgados pelo Poder Executivo.

Textos desse teor são encontrados em três artigos. Sugere-se acrescentar a expressão “e promulgado pelo Poder Executivo” após a referências aos tratados que o país seja signatário. Ademais, o *caput* do art. 45 deverá prever que as atividades realizadas sobre patrimônio genético deverão ser efetuadas em conformidade com esta lei e não com as condições definidas em acordos internacionais, dos quais o País é signatário. Da mesma forma, no art. 47, sugere-se suprimir a expressão “previstas em acordos internacionais”.

O segundo aspecto de interesse da defesa refere-se às ações estratégicas voltadas para efetiva ação do Estado no desenvolvimento. Nesse contexto, ao prever que atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico podem ser realizadas por pessoas jurídicas sediadas no exterior, não associadas à instituição nacional, como no art. 13, a proposta cria oportunidade de que empresas estrangeiras possam pesquisar o patrimônio genético brasileiro a partir de remessas efetuadas ao exterior por meio de um simples cadastro anteriormente efetuado, não proporcionando qualquer avanço que contribua para a melhoria da capacitação de nossos pesquisadores ou para qualquer possibilidade de transferência de tecnologia – um dos preceitos básicos da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Recentemente o MD manifestou-se ao Conselho de Defesa Nacional favoravelmente à realização de importante pesquisa para combate à praga da agricultura e uma ação conjunta da Embrapa Florestas com o Museu Nacional de Basel, na Suíça, quando o prestigiado museu estrangeiro custeará as passagens, hospedagens e alimentações do pesquisador brasileiro para a Suíça nas três etapas de pesquisa até o final de 2016.

E é esse modelo que nós achamos importante que seja seguido e obrigatório em lei.

Por fim, quanto à necessidade de realizar um grau mínimo de controle e fiscalização sobre Território Nacional e que envolve consultas a vários órgãos de Estado que não fazem parte do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, sugere-se suprimir a expressão “a critério da União” para que seja obtida a anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional e da autoridade marítima, como previsto no *caput* do art. 13, haja vista tratar-se de instituições que têm suas responsabilidades nacionais, respectivamente sobre a faixa de fronteira e sobre as águas jurisdicionais brasileiras, e que não podem ter o exercício de suas atribuições constitucionais e legais condicionadas unicamente a pareceres exarados no âmbito de um Ministério ou de conselhos de gestão ou de convenções internacionais quaisquer que sejam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Queria registrar a presença dos Senadores João Capiberibe, Omar Aziz, Ivo Cassol, Paulo Rocha e Eduardo Amorim.

Passo a palavra ao Sr. Rafael de Sá Marques, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Bom dia.

Gostaria de agradecer, em nome do Ministro Armando Monteiro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o convite desta Comissão para que nós possamos detalhar um pouco mais e falar da importância desse PL.

Queria agradecer também a disponibilidade de todos os presentes e agradecer aos Senadores e cumprimentar os colegas da mesa.

Vou tentar ser um pouco mais breve tendo em vista os que me antecederam e, especialmente, o Secretário Francisco Gaetani, que está representando a Ministra Izabella, que fez um detalhamento bem abrangente da legislação nova. Vou me ater a alguns pontos que acho mais importantes, especialmente do ponto de vista dos setores produtivos.

Nós temos uma legislação, a MP 2.186 de 2001, que, entre outras coisas, trava o desenvolvimento tecnológico brasileiro no que se refere à pesquisa sobre biodiversidade, trava o desenvolvimento econômico de setores produtivos importantes da indústria nacional, do setor produtivo relacionado à agricultura. Inclusive, se a gente puder considerar também um outro setor produtivo muito importante, relacionado às comunidades tradicionais, também são setores produtivos.

Hoje, vou dar um dado que muita gente acha... Quando a gente fala que a legislação é ruim, é péssima, que todo mundo fala mal dela, basta ver que existe até uma expressão – se os senhores não conhecem – entre as empresas que fazem P&D, especialmente as empresas que usam o patrimônio genético no Brasil e que tentam respeitar a legislação, em cujos centros de P&D há uma expressão que é “Cegen free”. Ou seja, esse que é o produto bom, porque não dá dor de cabeça, não tem burocracia, não passa por uma série de processos que tem inseguranças jurídicas. Então, essa é uma MP, uma legislação muito ruim.

Temos um número importante para dar, para não ficar somente na avaliação de impressões. Em 15 anos da legislação, tivemos 110 contratos. Significa que 110 contratos de repartição de benefícios em 15 anos foram feitos, um com comunidade indígena. Então, essa MP existente hoje, além de prejudicar a academia e a indústria, também prejudica as comunidades tradicionais e os povos indígenas.

Em um país que tem, talvez, a sexta economia do mundo, uma economia diversificada, um país que tem uma academia que é a 13ª em publicações científicas no mundo, que tem um potencial de conhecimento científico, que tem instituições respeitadas no mundo inteiro; um país que tem uma grande biodiversidade a ser explorada; um país que tem conhecimentos tradicionais riquíssimos, a gente falar de 110 contratos de repartição de benefício é um desperdício, é quase um insulto ao nosso povo, à nossa população e à capacidade, que se poderia ter em termos de geração de renda, de empregos, de desenvolvimento econômico, de tudo isso.

As soluções que tentamos trazer, que o governo tentou construir nesse PL, o Chico Gaetani detalhou um pouco. Eu queria reforçar algumas delas, alguns princípios que nos nortearam nesse debate, que é complexo. A legislação, apesar de ter alguns princípios de fácil compreensão, como os que vou mencionar agora, desce a níveis de detalhes que, às vezes, dificultam o entendimento de como essas coisas vão se materializar. Agora, é preciso entender também que não vamos resolver tudo em legislação. Existe um grande número de previsões de regulamentação nesse processo. A nossa ideia é que, a partir da aprovação desse PL e a solução desse pro-

blema histórico que temos, possamos montar de uma maneira mais estruturada as consultas públicas que nos darão condição de aprimorar o marco legal no que se refere aos decretos, para efetivar a legislação.

O MDIC sempre se norteou, dentro desse processo negociador, nos últimos dois anos que vimos tentando reencaminhar essa discussão – é um debate antigo; há outras pessoas participando dessa tentativa de aprimoramento da legislação há mais de dez anos – pela desburocratização, porque hoje é, realmente, para quem conhece o processo, inequívoca a dificuldade gerada pela burocratização desse processo.

Vou dar um exemplo simples. Um pesquisador, às vezes um mestrando, para fazer sua pesquisa, que não está, a princípio, gerando valor econômico, mas aumentando o conhecimento que a sociedade brasileira tem sobre seu próprio patrimônio, está sujeito a ter que aguardar, hoje, uma autorização de outro órgão que é o Cegen. Ele não pode simplesmente dar início à pesquisa. E se ele não tiver conhecimento da legislação e der início, está sujeito a multa.

Então, hoje, nós temos pesquisadores, ICTs (Institutos de Ciência e Tecnologia) ligados a universidades ou a empresas públicas como a Embrapa; temos centros de P&D de empresas que estão sendo multados, muitas vezes, simplesmente porque estão pesquisando, querendo aumentar o nosso conhecimento sobre o nosso patrimônio.

Desburocratização é um ponto importante.

Agilidade nos processos. Mudar o conceito da legislação atual que a MP tem, que é uma legislação de controle, que surgiu muito a partir de casos de biopirataria, no início dos anos 2000, e que acabou nos privando do desenvolvimento tecnológico em cima dessa biodiversidade, para uma legislação de incentivo ao uso. Nós queremos que os nossos pesquisadores pesquisem isso. Eles são bons, produtivos, mas não podem pesquisar isso! Então, mudar o foco da legislação do controle para o incentivo ao uso, com responsabilidade, com rastreabilidade, com os mecanismos de que o Estado precisa para fazer cumprir a lei, para fiscalizar os usuários.

Segurança jurídica é outro ponto muito importante. A legislação, apesar de ter um foco muito grande em controle, tem vários pontos que geram insegurança jurídica. Então, esse PL visa a resolver isso também. E é a busca por uma regra de transição, de regularização que permita que todos esses atores que hoje são repelidos da construção de uma economia baseada em patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, busquem se integrar, busquem participar, desenvolver essa economia.

Nós temos plena convicção de que o Brasil tem um grande potencial para desenvolver uma economia forte, baseada em patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, mas, para isso, é preciso respeitar os direitos de todos os atores envolvidos. E eu acho que um dos principais problemas que nós temos hoje para alcançar o consenso é que todos os atores envolvidos ou aqueles que podem estar tomando conhecimento mais cedo ou mais tarde desse processo, cada um tem um projeto de lei ideal na sua cabeça. Mas o processo democrático é justamente esse exercício de encontrar o mínimo múltiplo comum.

A nossa experiência mostra a dificuldade que nós tivemos, nas várias oitivas que o Ministério do Desenvolvimento fez, para conversar com os diversos setores produtivos relacionados, o quanto foi difícil para esses setores, para as próprias empresas entre si, encontrarem o entendimento. E depois, quando a gente agregou também ao debate tanto as indústrias relacionadas à área de cosméticos, higiene pessoal, limpeza, fármacos com o setor do agronegócio, quando esses dois se sentaram juntos para participar – e isso foi uma coisa que ajudou o governo a chegar a obter, digamos assim, uma apreensão da realidade e dos posicionamentos desse setor produtivo, quando eles se organizaram para se manifestar e apresentaram ao Governo também suas preocupações –, a informação que nós temos é de que eles tiveram muita dificuldade em encontrar o consenso entre eles, o que dirá depois, quando o governo tiver, e teve, de fazer o exercício de contemplar também os interesses de todos os demais atores! E, aí, digamos, não é o foco da atuação do MDIC, mas a gente sabe que foi feito um trabalho muito grande, muito forte, um esforço muito grande para garantir também que as comunidades tradicionais, os povos indígenas e a academia se sentissem contemplados pelo PL.

Se um dos atores não se sentir contemplado, a coisa não funciona. Se as comunidades tradicionais e os povos indígenas, que detêm o conhecimento tradicional, não se sentirem seguros por uma legislação que trate do tema, eles não terão incentivo para compartilhar esse conhecimento com as empresas ou com a academia.

Então, para concluir, o apelo que nós do Ministério do Desenvolvimento estamos fazendo ao Senado Federal, neste momento, é que, em vez de ficarmos, talvez, digamos, tentando construir o PL ideal, nós entendamos a urgência da solução desse problema – e por isso ele veio em urgência constitucional.

Isso não quer dizer que a gente não possa continuar o debate de uma forma mais detalhada e descer na discussão disso, mas, principalmente por essa dificuldade do consenso e uma falsa polarização que acabou sendo construída, eu acho, criou-se uma ideia, que na nossa opinião é falsa, de que há uma polarização entre usuários e provedores. Isso não é verdade! A academia e as empresas não são opositores, não estão num lado polarizado em relação aos provedores de conhecimento tradicional – muito pelo contrário!

Todos nós só temos a ganhar com uma legislação mais moderna e que supere essa dificuldade que fez com que nós, em 15 anos, viéssemos a ter apenas 110 contratos; que nós possamos ter muito mais contratos! E só com a geração de desenvolvimento tecnológico e de novos produtos nós vamos ter a repartição do benefício.

O incrível é que, na legislação atual, a gente tenha previsão, inclusive, de repartição de benefício antes até de a gente saber se aquela pesquisa que um pesquisador está desenvolvendo vai gerar um produto ou não. Uma empresa, quando começa um processo de P&D, desenvolve dezenas de pesquisas que podem ou não gerar, às vezes, um produto. Se esse produto acontecer, sim, haverá repartição de benefício.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra agora ao Dr. Marco Aurélio Pavarino, assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente eu trago o agradecimento do Ministério Patrus Ananias, que infelizmente não pôde estar presente por um compromisso já agendado na cidade do Rio de Janeiro.

Queria dar um bom dia a todos os ilustres Senadores e Senadoras, em especial ao Senador Otto Alencar, e agradecer, em nome do Ministro Patrus, o convite para esta audiência pública, de fundamental, extrema importância, ao nosso ver, tendo em vista a exiguidade do prazo que os Senadores e as Senadoras terão para analisar toda essa proposta e, também, para votar, ao que parece, daqui a uns 20 dias ou algo em torno disso.

Queria cumprimentar a Ministra Nilma e, em seu nome, cumprimentar todos os demais colegas de governo.

Eu queria, aproveitando que os colegas que me antecederam já deram um histórico e um panorama mais abrangente, trazer aos Senadores e às Senadoras alguns subsídios em relação a alguns pontos específicos de preocupação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em relação à proposta que está sendo analisada por este Congresso. Acho que é um espaço importante e é importante que os Senadores e as Senadoras tenham também esse subsídio, pelo menos, da parte que concerne ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lembro que estes pontos que irei abordar já foram objetos de algumas emendas que, inclusive, foram apresentadas na Câmara dos Deputados, emendas essas consensuadas, a maioria, pelo governo.

O primeiro ponto.. Eu acho que o Congresso Nacional materializa conquistas do povo brasileiro. As leis que são estabelecidas são conquistas do povo brasileiro de vários setores. Uma das conquistas que a gente pode apontar, que foi materializada por esta Casa e pela Câmara dos Deputados também, foi a Lei nº 11.326/2006, que trata da política da agricultura familiar e define o conceito de agricultura familiar. Essa legislação traz uma série de conceitos que definem que o agricultor familiar, segundo algumas regras, se estabelece no atendimento dessas regras.

Essa nova proposição, trazida no âmbito desse projeto de lei, traz um conceito diferente desse; traz o conceito de agricultor tradicional. No conceito de agricultor tradicional está, claro, embutido o conceito de agricultor familiar, mas é um ponto que nós entendemos que deve ser visto com bastante detalhamento pelos Senadores e pelas Senadoras no momento em que a gente tem uma lei que consegue abarcar toda a política nacional da agricultura familiar já estabelecida em uma legislação e que poderia, sim, ser um conceito trazido na legislação, diferentemente do que a gente tem hoje estabelecido nessa proposta.

Outro ponto diz respeito ao conceito do que vem a ser uma variedade crioula, uma variedade tradicional local. Em palavras mais simples: uma semente crioula. Nós temos hoje... E é disso que trata essa lei. Lá no art. 10, inciso V (para que os senhores acompanhem), há lá uma definição de que a variedade crioula ou a semente crioula será aquela que observar aqueles dispositivos de uma lei já existente, a Lei nº 10.711. Para ser bastante sintético, nós já temos uma possibilidade de, cientificamente, sermos mais precisos para definir o que é uma variedade crioula ou não. Geneticamente isso já é possível. E é disso que trata essa lei: de conceitos de patrimônio genético.

Portanto, a proposta, apresentada anteriormente para a Câmara, traz esse conceito. O que nós entendemos é que uma lei, atualmente existente e que trate disso, conflitaria juridicamente com aquilo que está sendo proposto nesse PL.

O art. 17, no seu §9º, trata da lógica da lista de produtos que deverá ter a repartição de benefícios. A própria Ministra Nilma traz, como proposta, a inclusão da Seppir no conjunto de órgãos do governo que definirão essas listas. Nosso entendimento é de que essa lista, no momento em que traz quais os produtos cujos benefícios deverão ser repartidos, enquanto ela não tiver sido editada, enquanto ela não tiver sido definida, não haverá repartição de benefícios no que não está na lista. Portanto, é uma mudança simples na lógica de que seja uma lista que diga quais os produtos cujos benefícios não devem ser repartidos. Portanto, aqueles outros que não estiverem na lista deverão sim ser repartidos os benefícios.

Existe um tema bastante polêmico, que afeta diretamente povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, ou seja, como será dado o tratamento de quem teve acesso aos recursos genéticos ou

conhecimentos tradicionais antes de 2000. E por que o ano 2000? Porque é o ano da medida provisória que estabeleceu essa legislação que o colega Rafael trouxe. Temos total consenso de que a legislação que está aí é muito melhor, a proposta de legislação é muito melhor do que a atualmente vigente, que é, praticamente, inaplicável. Mas, ainda assim, a proposta que está sendo apresentada diz que os acessos realizados, a exploração econômica realizada antes do ano de 2000 está isenta de repartição de benefícios. Temos que olhar com bastante cuidado, porque a isenção antes do ano 2000 pode, sim, representar alguns pontos em que haja a não repartição de benefícios efetivamente.

Por fim, o País é signatário de vários acordos internacionais. E, se o País é signatário, deve respeitá-los; em especial o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação (TIRFAA), e ainda a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Então, respeitar esses tratados internacionais é de fundamental importância para garantir a credibilidade que o Brasil tem conseguido assegurar em âmbito internacional.

Portanto, no art. 47, entendemos que é necessário mudança em relação ao que está estabelecido, sob o risco de desconsiderarmos alguns tratados internacionais de que o País é signatário.

Na essência, entendemos que a legislação posta, a nova proposta, é uma proposta que, sim, vem aperfeiçoar e melhorar, e muito, aquilo que é hoje aplicado no País, com alguns cuidados.

Permita-me, Senador Otto, fazer uma leitura bastante rápida e simples nestes dois minutos que me restam. Trata-se de uma relato de uma agricultura familiar – isso está no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –, e é disso que estamos tratando também nessa lei, pois há toda a parte de aplicação de tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e comercialização, que é fundamental para o País, mas nós estamos tratando para além disso.

Diz o relato:

Depois de aprender na infância a importância de multiplicar as sementes crioulas, livres de modificação genética, Elisângela Ribeiro de Aquino, 43 anos, se considera uma guardiã da biodiversidade típica do Semi-árido. Ela organizou, junto com 20 famílias, um banco comunitário de sementes na zona rural de Riacho dos Machados, norte do estado de Minas Gerais. “O banco de sementes é um resgate da nossa história e, ao mesmo tempo, dá autonomia para o agricultor. Hoje sou guardiã de sementes crioulas e da biodiversidade”.

Segundo Elisângela, o banco comunitário – com 11 tipos de sementes – tem garantido a produção nos últimos anos. “Hoje produzimos para nossa subsistência e para manter o banco de sementes”, afirma ela, que já comercializou o excedente de sementes com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A ex-beneficiária do Bolsa Família ressalta que, além da autonomia, as unidades de estoque das sementes crioulas contribuem para a segurança alimentar. “Estamos multiplicando a vida, uma vida com mais qualidade”.

Para finalizar, a mensagem que deixarmos, Senador, é que não existiria nenhuma agricultura hoje, como conhecemos, caso a biodiversidade não tivesse sido mantida pelos agricultores tradicionais, povos e comunidades tradicionais desde o seu início.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, representante do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

V. S^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. PAULO SÉRGIO LACERDA BEIRÃO – Muito obrigado, Exm^o Sr. Senador Otto Alencar, em nome de quem eu cumprimento os demais Senadores aqui presentes.

Eu gostaria de cumprimentar a Ministra Nilma Gomes, na pessoa de quem também cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

É uma satisfação muito grande – e agradeço muito em nome do Ministro Aldo Rebelo – o convite para esta reunião tão importante. Eu diria que estamos vivendo até, do ponto de vista da pesquisa científica no País, um momento histórico porque temos oportunidade de remover um entrave muito importante que existe hoje para a pesquisa científica no País. Esse entrave fica claro quando comparamos alguns números.

O Brasil é detentor de cerca de 20% da biodiversidade do mundo, e parte dessa biodiversidade é compartilhada por outros países, Vou voltar a esse ponto mais tarde. A produção científica de conhecimento, e o reconhecimento dessa biodiversidade, não chega a 5% do conhecimento que é produzido no mundo. Por que existe isso? Será que a pesquisa brasileira está em decadência? Muito pelo contrário! Todos os indicadores mostram que a pesquisa brasileira tem crescido significativamente, mas nesta área tem decrescido. O que tem acontecido é que pesquisadores que têm uma excelente formação para o reconhecimento desta biodiversidade estão fugindo desse assunto, trabalhando, inclusive, com a biodiversidade de outros países, porque não conseguem lidar com a legislação vigente. Então, essa é uma situação muito grave. É um alento para o pesqui-

sador saber que existe essa iniciativa em debate agora no Senado. É claro, como já foi dito, que é uma proposta que pode ser aprimorada. Não é perfeita. Há pontos que podem ser aprimorados, mas representa um avanço enorme do ponto de vista da pesquisa no País.

Quero chamar a atenção para o fato de que, como parte dessa biodiversidade, especialmente a biodiversidade da Amazônia, não é exclusiva do Brasil, mas compartilhada também por outros países, como Peru, Guianas, Colômbia, Venezuela, ela tem sido apropriada por esses países sem a nossa participação. Já vemos alguns produtos... Inclusive ouvi dizer que tem açaí, vários produtos derivados do açaí, na Califórnia. E nós aqui? Isso demonstra claramente que essa legislação é inadequada, absolutamente inadequada. Ela surgiu de um ambiente até de escândalo e, por isso, foi muito superprotetora, tão protetora que nos protege de nós mesmos, que impede o pesquisador brasileiro de reconhecer essa biodiversidade, e esse reconhecimento tem impacto na possibilidade de gerar novos produtos. Quantos produtos hoje existem derivados da nossa biodiversidade? É muito aquém do potencial oferecido por ela.

Além disso, outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é que conhecer o valor dessa biodiversidade vai ajudar inclusive a preservá-la: preservar as nossas matas, o nosso meio ambiente, porque, como já se diz, a mata em pé tem mais valor do que a mata derrubada. Agora, precisamos saber desse valor, precisamos ter esse conhecimento, e isso é que está sendo impedido ao pesquisador brasileiro.

Como falei e reitero aqui, hoje há até fuga de muitos pesquisadores em função de eventos, de multas que têm sido impostas a eles porque, inadvertidamente, não tiveram ou não conseguiram passar por todos os obstáculos gerados pela legislação para ter tudo funcionando de acordo com a lei.

Nesse ponto, chamo a atenção para o fato de que essa legislação traz um aspecto muito importante no final, que é exatamente a possibilidade de reconhecer que esses pesquisadores que trabalharam honestamente não tiveram nenhum benefício pessoal. Formaram pessoal qualificado, eles produziram conhecimento, ajudaram o País a conhecer a biodiversidade e hoje estão criminalizados.

A legislação proposta permite dar a eles a chance de regularizar toda pesquisa que foi realizada. Isso não é uma coisa trivial. Isso vai tirar um fardo enorme da pesquisa brasileira.

Eu gostaria também de dizer que o CNPq se oferece como um órgão capaz de realizar o cadastro mencionado nesse art. 12. Por que estamos dizendo isso? Hoje o CNPq tem o cadastro de todos os pesquisadores em atividade no Brasil através de uma plataforma que é reconhecida internacionalmente, a chamada plataforma Lattes, e temos também o reconhecimento de quase toda pesquisa que é feita em todos os setores do conhecimento no País. Então, estamos perfeitamente capacitados a realizar esse cadastro e nos oferecemos – estou com autorização do Presidente do CNPq e do Ministro Aldo Rebelo – para dar esse suporte, que é tão importante para um aspecto que foi mencionado principalmente pelo Chico Gaetani, da rastreabilidade do que é feito no País.

Portanto, isso que está sendo proposto, ou seja, esse cadastro, não é uma coisa impossível de ser feito, nem mesmo difícil de ser feito. E nós até nos oferecemos a fazê-lo. Não sei se seria oportuno mencionar isso na lei ou não. Não sou legislador e não sei o que seria melhor, mas fica aqui o depoimento da nossa oferta para contribuir para isso.

Eu gostaria também de mencionar que achamos importante que as atividades envolvendo pesquisadores estrangeiros tenham também uma participação de pesquisadores ou entidades reconhecidas nacionalmente, entidades de pesquisas nacionais, como já foi mencionado pelo representante do Ministério da Defesa. Esse é um ponto que seria importante para a pesquisa, esse não será um entrave para a pesquisa do País. Temos competência já hoje estabelecida ao longo desses anos, nesse esforço que o País tem feito para desenvolver sua ciência e tecnologia. Temos competência em todas as áreas do conhecimento, inclusive competência de absorver os conhecimentos que serão trazidos pelos pesquisadores estrangeiros que eventualmente venham a trabalhar no Brasil.

Eu gostaria, então, de exortar a importância de que esse PL seja apreciado com todo o carinho que o Senado já está demonstrando no sentido de aperfeiçoar aqueles pontos que são necessários, mas fundamentalmente para que possamos dar esse passo, esse avanço importante para o desentrelaçamento da pesquisa do País na área da biodiversidade.

Vou concluir e agradecer muito por essa iniciativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra agora ao Dr. Hécio Botelho, representante do Ministério da Agricultura, e, em seguida à Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura. Pela ordem de inscrição, depois o Senador Omar Aziz, o Senador Telmário Mota e à Senadora Vanessa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Ex^a está inscrito logo a seguir. Depois da Senadora Vanessa, que está aqui inscrita, V. Ex^a.

O SR. HÉLCIO BOTELHO – Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer em nome da Ministra Kátia Abreu, a oportunidade que o Ministério da Agricultura tem de defender a importância desse PL que está sendo discutido dentro do Senado Federal.

Fazendo um pequeno resgate histórico, esse assunto vem sendo debatido dentro do Ministério da Agricultura desde o ano de 2008, porque nós entendíamos, já naquela época, que essa medida provisória, que ora regulamenta a pesquisa no País, não tem a musculatura necessária ou, pelo menos, a de que precisamos para o desenvolvimento da pesquisa agrícola da forma como ela se encontra hoje.

Então, para ser bem breve, reafirmo que é muito importante que os Srs Senadores deem bastante carinho, como já estão dando, ao tema, porque, no entendimento do Ministério da Agricultura, ele não só resolve os problemas da pesquisa agrícola no País, como dá a musculatura necessária para o seu desenvolvimento.

Nós, já naquela época – e me refiro ao ano de 2008 –, fazíamos um debate *interna corporis*, então a pedido da Casa Civil, para que pudéssemos desenvolver uma legislação, um marco regulatório para o acesso ao patrimônio genético. Importante se faz, pois, dizer que o documento, que ora tramita nesta Casa, tem o consenso e a aprovação da Casa Civil da Presidência da República, após inúmeros debates. Existe o consenso basicamente em cima dos alicerces em que os pontos estão pautados. E, portanto, uma ou outra alteração ocorridas pelo caminho estão dentro das normas e da função das Casas que compõem o Congresso Nacional.

Neste contexto, é importante frisar ainda que, ontem, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético emitiu um relatório de atividades onde diz, textualmente, que o prazo médio de autorizações no Cegen – e isso já foi citado por outros palestrantes aqui – é, na média, de 550 dias. A pesquisa agrícola brasileira não pode conviver com esse entrave, com essa burocracia. Nós temos de buscar mais celeridade quando se trata de pesquisa para alimentação e agricultura.

Dessa forma, quero registrar aqui o apoio do Ministério da Agricultura, consignado por outros Ministérios e amparado pela Casa Civil, após as inúmeras discussões que estabeleceram os alicerces dessa lei.

Estamos, desde já, à disposição dos senhores para discutir, da forma mais rápida e didática possível, e elucidar as dúvidas que, porventura, possam existir no âmbito desta nova legislação sobre o acesso ao patrimônio genético.

Reforço, ainda, que é muito importante que tenhamos um novo marco legal para a pesquisa no País. É muito importante que a pesquisa agrícola brasileira seja norteadada por uma nova legislação que dê celeridade a esses processos frente às necessidades que a pesquisa agrícola tem para o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a alimentação e a agricultura.

Muito obrigado.

É este o meu posicionamento, o posicionamento do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço ao Dr. Hércio e passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Otto Alencar, caros colegas Senadores e Senadoras, representação do Ministério da Ciência e Tecnologia, quero cumprimentar todos os convidados que compõem a Mesa pela exposição e dizer que esse tema realmente é complexo, que é um tema em que há muita divergência, como lembrou o Dr. Rafael, do MDIC. Mesmo dentro do próprio setor produtivo não existe consenso. E isso é natural. Isso aconteceu também quando discutimos aqui intensamente, há muito mais tempo, a Lei da Biossegurança. Então, quando entramos em aspectos que têm esse grau de relevância, é natural, e o melhor caminho é o diálogo, e por isso estamos aqui.

Eu tenho a honra de presidir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, que, em sua primeira audiência, que seria esta, não estava incluída a nossa Comissão, e é relevante que esteja presente. Havia sido convocada uma reunião conjunta entre a CMA e a de Ciência e Tecnologia, tudo pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu pediria silêncio ao Plenário, por favor. Há uma oradora falando.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É complicado.

Agradeço, Presidente, pela gentileza.

Na primeira reunião da nossa Comissão, designei o Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente, para ser o Relator, na CRA, desse projeto, que é de iniciativa do Poder Executivo, que já foi submetido à Câmara e está em regime de urgência constitucional aqui, no Senado.

Fizemos a nossa parte, e estou muito animada com o grau e a qualidade desta audiência pública, pela riqueza dos argumentos trazidos por cada um dos setores. São várias facetas do mesmo tema, não é, Senadora Vanessa Grazziotin?

A Senadora também teve participação, com requerimentos, com emendas ao projeto, já encaminhadas.

Então, da mesma forma nós, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, queremos participar. Eu só quero pedir desculpas, Presidente e demais presentes, porque eu tinha uma série de perguntas a fazer, mas os temas regionais também são relevantes para uma Senadora do Rio Grande do Sul. Então, neste momento, ou daqui a dez minutos, o Ministro dos Transportes, nosso colega Antônio Carlos Rodrigues, estará federalizando uma das mais importantes rodovias para o nosso Estado, a BR-470. Ela tem um significado histórico, pois essa é uma demanda que já tem muito tempo. Essa cerimônia me obriga a ir, junto com toda a representação do meu Estado, ao Ministério dos Transportes. Só por isso eu não estou aqui levantando os questionamentos, mas o farei oportunamente, quando da tramitação da matéria nas respectivas comissões. Penso que esta audiência pública não se esgota hoje, pela relevância do tema.

Então, agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a, Senador Otto Alencar, e o cumprimento, assim como cumprimento novamente e agradeço a presença de todos os Ministérios convidados e digo que foi muito enriquecedor este debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Lembro que amanhã teremos duas audiências públicas. Uma começará às 8h e a outra começará às 10h e durará enquanto houver oradores e pessoas querendo debater.

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Presidente Otto Alencar.

Quero cumprimentar os representantes do Governo Federal, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores e dizer que é um tema muito peculiar à minha região, o Amazonas, principalmente. Acho que o grande pecado do Executivo é não dar transversalidade nas discussões. Talvez seja a primeira vez que a gente consegue reunir tantas pessoas interessadas no mesmo assunto que nunca fizeram isto antes no Governo Federal. Dificilmente vão se sentar o MDA, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério, todos para a mesma discussão, e é importante que isto seja feito dentro do Governo Federal, que alguém comande esse processo. Infelizmente, muitas vezes, não querer fazer uma ligação para o Ministro ou para um colega de trabalho parece ser um negócio que vai tirar sua autoridade e vai tirar sua autonomia. Não é bem assim.

Deixe-me colocar uma coisa. Há mais de 12 anos, o Centro de Biotecnologia da Amazônia está parado.

E, com o esforço do Governo do Estado, principalmente nos últimos quatro anos, coloquei recursos lá, porque nem entidade jurídica aquele CBA tem.

Estamos discutindo aqui o marco regulador, e temos um CBA, que já poderia estar fazendo pesquisas na nossa biodiversidade há muito tempo, mas não o faz hoje, porque o Governo Federal não tomou providência. Não foi falta de conversar com o Governo Federal, por parte do Estado do Amazonas. Os Governadores que me antecederam já tinham discutido isso com o Governo Federal; eu discuti isso com o Governo Federal; e o atual Governador está discutindo isso com o Governo Federal.

É preciso que haja uma reunião entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério do Meio Ambiente. Não consigo fazer uma reunião entre os três Ministros com o objetivo de que definam juridicamente o CBA da nossa Região, para que possamos ter conhecimento dela. Pior ainda: o Brasil e o mundo cobram um desenvolvimento sustentável sem conhecimento da Amazônia.

Falar em desenvolvimento sustentável, escrevendo no papel, é uma beleza. Vai lá para dentro para ver se faz esse desenvolvimento sustentável sem conhecimento. Quem conhece são as gerações anteriores. Hoje, você chega a um mercadão, lá em Manaus, ou a um mercadão no Pará, no Amapá, ou em Roraima, em Rondônia, vamos ver ali plantas cicatrizantes, plantas medicinais que são utilizadas há séculos.

Até hoje, o Brasil não consegue fazer o dever de casa. É isto que peço aos senhores: que possamos fazer o nosso dever de casa. Hoje, poderíamos estar produzindo medicamentos. Há uma indústria que cresce assustadoramente, que não entra em recessão, que são os produtos para as mulheres e para os homens também, coisa que não fazemos. É um negócio simples.

Então, é muito importante a discussão hoje. Espero contribuir com essa discussão, pelo conhecimento, pela experiência de ter vivenciado o dia a dia, de saber que hoje é muito difícil, sem a mecanização – e aí falo ao Ministério da Agricultura – arar dois ou três hectares, arar o solo na mão, um caboclo daquele plantar dois ou três hectares de mandioca, a fim de produzir uma farinha pra comer.

A burocracia no Governo é muito grande, mas o Brasil não tem autonomia. Quem rege este País não é o próprio Brasil. A nossa autonomia na área ambiental é praticamente zero. Somos regidos pela comunidade

internacional, que não permite que o Amazonas possa sair na BR-319. Isso é um absurdo, já que sabemos muito bem que, hoje, temos tecnologia, conhecimento e temos forma para guardar aquelas estradas e a nossa biodiversidade.

Por isso, peço aos senhores. Levar ou discutir esse assunto é muito importante para todos nós, Senadores, e principalmente para os caboclos que moram na nossa região e precisam da ajuda dos senhores. Temos uma economia, na capital de Manaus, que é o polo industrial, mas temos uma economia que precisa ser explorada com conhecimento, nas nossas regiões do interior do Amazonas, tanto na área de pesca, tanto na área das nossas florestas, tanto na área de tudo aquilo que é possível ter.

Fazer o discurso de que uma árvore é muito mais valiosa em pé não se aplica a um caboclo que está passando fome ou algum tipo de necessidade. Diz isso a ele? Diga a ele: “Olha, você tem de deixar esta árvore aqui em pé, mas o seu filho vai morrer de fome.” Não é assim! Temos de fazer o nosso dever. Temos de compactuar e pensar da mesma forma.

É preciso que o Governo Federal saia do discurso e dê transversalidade. O Ministro do Meio Ambiente tem que se reunir com o Ministro da Ciência e Tecnologia; tem que se reunir com a Ministra de Agricultura; tem que se reunir com as Pastas afins. Eles têm de decidir, discutir uma proposta nessa área e trazê-la para esta Casa, para que possamos aprová-la. Não tenha dúvida disso.

Outra questão, Senador Otto Alencar, é o fato de que não podemos mais parar a discussão da exploração mineral das nossas regiões. Hoje, sustentavelmente, é possível explorar minérios. Isso é possível, sim! Isso está parado há anos na Câmara, porque internacionalmente ninguém quer que possamos explorar minérios – pelo contrário! – nas nossas fronteiras.

O Brasil é um País que não produz droga; o Brasil não produz arma. Entra pelo narcotráfico da Colômbia; entra pelo narcotráfico do Peru, entra pela Venezuela. Essas drogas produzidas nesses países abastecem o Brasil todo, e todo mundo está fazendo de conta que está tudo bem. Temos que discutir. Eu espero que possamos dar oportunidade àquelas pessoas que vivem na nossa região. Através de quê? Do conhecimento. Não há desenvolvimento na Amazônia se não houver conhecimento da nossa Amazônia. Não há outra forma. A política da Presidenta Dilma em mandar cem mil jovens para estudar talvez seja, entre as políticas do Brasil, a mais importante da história. Trata-se de levar pessoas para adquirir conhecimento e trazer esse conhecimento para que possamos desenvolver nossas regiões.

Eu espero, Senador Otto, e o senhor, como Presidente desta Comissão, Senador Cristovam, e demais Comissões que estão dentro desse processo, e peço, sim, peço em nome do meu Estado, o Estado do Amazonas, que eu represento aqui com muito orgulho, que vocês possam nos dar a oportunidade de conhecer a nossa região com tecnologias novas através daqueles instrumentos que já temos lá. Um deles é o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que não está funcionando por falta de vontade política do Governo Federal em colocar aquilo para funcionar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço, concordo e parablenizo V. Ex^a.

Eu queria passar a palavra ao Relator da CCT, nobre Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Otto, que preside esta Comissão, também Presidente da CMA, todos os representantes dos Ministérios aqui presente, a Ministra, a quem saúdo, Srs. Senadores, público presente, assessores, entidades, na verdade, o que ouvimos do Senador Omar foi um desabafo legal, desabafo de quem sofre na pele injustiça e discriminação. Poderia estar, ali em Manaus, no Amazonas, o instituto preparado e capacitado, com avançado desenvolvimento.

Sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente, o que eu percebi aqui é que há uma unidade em todos os Ministérios no sentido de que essa nova regulamentação vem atender a uma grande demanda do Brasil, da comunidade científica e principalmente dessa regulamentação, que será esse marco. Eu também entendo que as nossas leis estão, sem nenhuma dúvida, muito rigorosas, porque, como bem foi colocado aqui por um dos palestrantes, ela foi concebida no momento de dor do Brasil, de uma crise. Ela veio com o rigor do clamor da população naquele momento.

É necessário, sim, abrímos, explorarmos... Eu quero só discordar do Omar, porque eu acho que se pode desenvolver sustentavelmente, sim, com tecnologia ajustada à realidade, mas naturalmente não tirando daqueles que vivem, que moram lá e que têm a dor da necessidade, Senador Capiberibe, de explorar a sua terra, a sua área e a sua localidade.

Mas eu estava observando, Sr. Presidente, que esse projeto me parece ser muito bom, mas ele tem cometido algumas injustiças na caminhada. Há aqui uma reclamação das entidades ambientalistas, que consideram insuficiente os mecanismos de controle e fiscalização do acesso da biodiversidade. Criticam, por exemplo, a possibilidade de acesso ao patrimônio genético de empresas estrangeiras sem vinculação com instituições

nacionais. Aí, Paulo, cai no que você colocou. Cai no que você colocou. Quer dizer, as empresas internacionais iriam ter acesso a essa biodiversidade, a essa exploração sem um companheirismo das empresas brasileiras, sem um acompanhamento. Então, calha no que você colocou.

Os povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura familiar se dizem excluídos do processo da elaboração da nova lei. Afirmam que o projeto é voltado aos interesses de setores farmacêuticos, de cosméticos e agronegócio. Olha, se olharmos a redação e o grito de dor da Ministra Nilma, parece que é verdade.

Não só porque deixaram, Ministra, de fora – veja você – um povo interessante da nossa formação brasileira, inclusive digno de ter um ministério, que são as comunidades quilombolas e os povos tradicionais da matriz africana. Esqueceram de consultar, e a prova concreta de que essa consulta não houve é que nem os colocaram no projeto.

E os povos indígenas foram trocados de “povos” para “população”. População é um aglomerado que não tem... Não botaram “comunidade”; botaram “população” no projeto. No projeto, está “população”. Não botaram nem “comunidades”. Um povo tem a língua, tem a terra, tem a cultura e uma série de coisas.

Então, é preciso fazer esses pequenos reparos, e é preciso ouvir diretamente aquelas pessoas que estão envolvidas nesse processo. Com relação às sementes crioulas, alguém falou aqui que o texto dispensa de consentimento prévio e pesquisas agrícolas que envolvam acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional, isentando ainda a repartição de benefícios sobre o seu produto final. Esse é o caso das sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação. Isso foi colocado aqui.

Então, o projeto está aqui buscando aprimoramento, e precisamos ter este sentimento e esta visão de que temos de atender a todas as comunidades envolvidas.

Há outra parte: isenções e perdões de multas. Também têm sido criticadas a dispensa de repartições de benefícios gerados pelo acesso ao patrimônio genético realizado antes de junho de 2000 – foi falado aqui –, a suspensão de sanções administrativas, a redução de até 90% das multas no uso não autorizado de patrimônio genético e conhecimento associado.

Por fim, o projeto estabelece um teto e não estabelece o piso. Quer dizer, o benefício, a repartição do conhecimento, tem teto, quando deveria ter só o piso.

Digamos que vamos encontrar na Amazônia, ou no Brasil, a solução para o câncer, para todos. Empresas vão morrer de ganhar dinheiro aí, e, lá, o índio, o da comunidade tradicional, que trouxe essa revelação, esse conhecimento, vai ficar, Capiberibe, com a migalha.

Então, precisamos ter muito zelo e cuidado, Senador Otto, de proteger, em todos os sentidos, porque pessoas vão encontrar, quase que de pronto, um conhecimento construído, e, de repente, muita gente vai se dar bem, inclusive a sociedade, a humanidade, mas o verdadeiro conhecedor acaba ficando ali jogado na sarjeta, no abandono e no desconhecimento.

Queria só fazer essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Concorde com as colocações do Senador Telmário Mota e do Senador Omar Aziz. Não vejo outra solução para a Amazônia sem dar poder ao povo da Amazônia, sem o empoderamento das comunidades que representam bem o Amazonas.

Eu queria passar a palavra à Senadora Vanessa e, em seguida, ao Senador João Capiberibe.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimentando V. Ex^a e a nossa querida Ministra Nilma, gostaria de cumprimentar todos os convidados participantes desta importante audiência.

Como a matéria tramita em regime de urgência, temos muito pouco tempo para debater. Daí por que tantos convidados. E, amanhã, como o Presidente, Senador Otto já relatou, a partir de 8h30 da manhã, estaremos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Oito horas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Às 8h. Não é nem às 8h30, mas às 8h! Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Se a senhora chegar às 8h30, a senhora vai ser DH. Sabe o que é DH na obra, na empresa? *(Pausa.)*

Depois da Hora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Depois da Hora, isso é um termo baiano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É por que sou médico do trabalho, e dei muito DH em muitas pessoas que não iam trabalhar cedo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – (*Risos.*) Espero não receber nenhum DH de V. Exª aqui na Comissão, Presidente.

Gostaria de dizer que, em decorrência das atividades, temos uma atividade agora da Procuradoria da Mulher também, e não vou poder fazer o rol de questionamentos que tenho aqui para fazer, mas queria dizer que estamos dando – quando digo nós, não são apenas o Congresso brasileiro, o Poder Executivo, que foi quem demandou, quem apresentou, mas a sociedade – um grande passo na atualização da regulamentação dessa questão, que como já foi dito, não vou repetir, é primordial para o Brasil. Isso porque falar em biodiversidade, em diversidade biológica sem falar no Brasil é a mesma coisa que não falar em diversidade biológica, visto sermos nós os maiores detentores. Mas olhem o absurdo: somos o País número um em biodiversidade biológica, mas, em setembro, ou outubro, não sei exatamente, do ano passado, a Convenção da Biodiversidade foi ratificada sem que o Brasil a tivesse aprovado, e foi por conta desse vazio que temos ainda.

Então, creio que esse passo que estamos dando é importante não só para o Brasil, mas é importante para avançar na regulamentação do mundo. Um país como o nosso não assinar a Convenção da Biodiversidade é a mesma coisa de os Estados Unidos não assinarem a Convenção sobre Mudanças Climáticas, já que é o país que mais emite; e criticamos isto. Nós, do outro lado, do lado positivo, somos o País que maior diversidade tem.

Apresentei 19 emendas – não vou poder ficar aqui muito para o debate –, mas considero uma fundamental. E fiquei feliz por algumas abordagens que já ouvi, partindo do CNPq, inclusive. Existe a necessidade de termos sempre um instituto ou brasileiros vinculados em parceria com institutos estrangeiros quando desenvolverem pesquisas no Brasil.

E não há nada de xenofobia nisso – absolutamente nada! Não há desconfiança, mas isso está, inclusive, dentro da própria concepção da Lei de Acesso à Biodiversidade, cujos eixos são basicamente três: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição. Então, termos sempre um ente nacional envolvido com entes estrangeiros considero fundamental, e creio que devemos, Senador Otto, aqui no Senado, garantir o que não foi possível na Câmara dos Deputados, inserindo esse item na lei.

No mais, cumprimento todos e V. Exª pela condução dos trabalhos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin. E passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, senhores convidados, representantes do Governo, Srª Ministra, é uma satisfação tê-la aqui, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, começo fazendo um pedido, até porque vou transmitir aqui um pedido que me foi feito.

Recebi várias organizações da sociedade civil que fizeram um cotejo do projeto em questão, que é importantíssimo para construirmos a economia da biodiversidade. Esse, para mim, é um sonho de muitas décadas, já acalentado e experimentado. E vou falar aqui de algumas experiências que desenvolvemos nessa construção da economia com sustentabilidade econômica, equidade e cuidado especial com a preservação do patrimônio ambiental. Essa é uma questão para mim muito importante, e essa lei é fundamental para o desenvolvimento desta potência que é o Brasil no campo do patrimônio ambiental e da biodiversidade.

Com base no levantamento que fizeram dos 341 dispositivos do PLC 02, que é de iniciativa do Governo, aprovado na Câmara, há, pelo menos, 300 equívocos de redação e de forma.

E aqui deu para perceber, porque aqui estão, Sr. Presidente, representantes do mesmo Governo: do Ministério da Ciência e Tecnologia, que levanta algumas questões do PL; representante do MDA, que também colocou questões muito pontuais, e que são contraditórias, que o Governo não unificou a linguagem. Todos são representantes do Governo, e o Governo não conseguiu uma linguagem unificada para nos apresentar nesta audiência pública.

A minha ideia da audiência pública, de ouvir a representação governamental, era de que o Governo chegasse aqui com uma ideia já bem consensuada, mas há divergências entre os Ministérios.

Então o meu pedido, dada a importância desse projeto de lei, para que possamos acelerar a pesquisa, para que possamos desenvolver a economia que corresponde a esse enorme patrimônio de que somos detentores, é de que se retire a urgência desse projeto. E, mais do que retirar a urgência, que promovamos novas audiências públicas, novos debates.

Eu gostaria de ver – vou falar um pouco da minha experiência para os Senadores, porque vamos ter que definir, vamos ter que decidir sobre a lei – uma cooperativa de castanheiros lá da Serra do Tumucumaque, bem próxima da Serra do Tumucumaque. Imaginem, a Serra do Tumucumaque é uma coisa gigantesca, é uma área de reserva federal de 3,8 milhões hectares. É algo gigantesco. Ao lado dessa reserva, há uma reserva de desenvolvimento sustentável, exatamente dentro da linha a que o projeto se propõe. Ou seja, já há experiências, e muitas, no Brasil. Não são tantas, mas algumas, desculpe, já que foi colocado que, durante esses anos todos, desde a medida provisória de 2000, apenas 110 contratos de repartição foram fechados, o que realmente é

ridículo. Mas essa cooperativa estabeleceu, há muitos anos, uma parceria com a Natura para a produção de cosméticos. Esse é um ponto fundamental, bem importante.

Aqui foi dito que a Amazônia não é somente brasileira. E, ao lado, dentro da Amazônia, temos países que estão desenvolvendo pesquisas há muitos anos, sobre a biodiversidade, como a França.

Eu fui Governador do meu Estado, e fizemos um Estado muito preservado. Isso na década de 90. Eu assumi em 95. E ali construímos todo um projeto de desenvolvimento dentro dessas teses do desenvolvimento sustentável, incluindo leis de acesso e proteção à biodiversidade.

Nós temos uma lei aprovada que vai na direção que estamos construindo aqui.

Essa economia é possível de ser desenvolvida. Outros países avançaram muito rapidamente. Agora, da forma como veio o projeto, eu apresentei algumas emendas – algumas, não, 33 emendas, o que é um lote. E apresentei também um projeto na tentativa de juntarmos as ideias, casarmos essas ideias. Mas estou preocupado com... Olha, se a natureza passou milhões de anos para nos dotar de tantas riquezas, de tantas maravilhas, vamos legislar sobre ela com um tema espinhoso? A maioria dos Senadores, confesso, vai ter dificuldade de entender a profundidade, porque o tema é novo. E essa celeridade, essa vontade de agilizar não nos dá tempo para formatar um projeto que, de fato, facilite a pesquisa, mas que nos transfira tecnologia.

Nós construímos protocolos com os franceses nessa área. Está lá a experiência. Desenvolvemos várias pesquisas.

Para vocês terem ideia, quando assumi o Governo do Amapá, em 1995, tínhamos dois professores doutores. Em um Estado de 500 mil habitantes, tínhamos apenas dois: o reitor da Universidade, que era emprestado da Universidade Federal do Pará, e um ex-padre que tinha doutorado em Filosofia. Não tínhamos as competências humanas para dar qualquer passo adiante, como o Brasil ainda não tem a reclamação. Temos um centro de biotecnologia plantado em Manaus que custou o olho da cara, custou uma fortuna, mas faltam as pessoas, falta competência humana para desenvolver as pesquisas, falta funcionar.

Acompanhei, recebi não só as entidades que têm interesse nesse sistema, mas também alguns protagonistas, pessoas diretamente interessadas, comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas. Conversei com eles, e eles se queixaram muito porque gostariam de contribuir, gostariam de colocar o desejo deles, mas isso, me parece, não aconteceu. Se aconteceu, não consegui ver. Levantei que a Ministra Izabella Teixeira reuniu representantes da indústria de cosméticos, de fármacos, mas não houve esse mesmo tipo de reunião, de preocupação com os povos indígenas, com as comunidades tradicionais, porque eles são os detentores. Foi dito aqui: se a lei não os agrada e eles imaginarem que vão ter prejuízo, vão saltar fora desse projeto. Acho que se deve também dar atenção especial porque o desenvolvimento brasileiro precisa ser mais equânime. Temos um histórico de segregação, de exclusão social absurdo. Um projeto de lei que ouve só o andar de cima da economia aumenta a exclusão. Se eu estou enganado, me digam os interlocutores que participaram da feitura desse projeto de lei.

Portanto, peço que, antes de mais nada, tenhamos cautela. Isso faz muito bem porque vamos mexer – e está sendo mexido, essa é a grande verdade – de forma que o Estado vai organizar as intervenções definitivas dentro do processo de utilização de recursos da biodiversidade e do patrimônio genético, que é outra questão muito importante.

Peço que seja retirada, Sr. Presidente, essa urgência. Acho isso... Não vejo nenhuma razão. Se tomarmos mais três ou quatro meses, pode ser que economizemos anos. Estamos famosos de produzir leis que não pegam. Então, vamos trabalhar aqui porque, do jeito que está essa lei, dificilmente vai pegar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço. Discordo de V. Ex^a, mas é algo que as Lideranças podem decidir: tirar a urgência ou não. Discordo, até porque, amanhã, na nossa reunião...

Vou só ler a lista dos que já foram convidados para amanhã: na primeira audiência pública, Confederação Nacional da Indústria, CNA, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e até me questiona aqui o Dr. Carlos Leomar Zani – Associação Brasileira da Indústria Química, Grupo Farma Brasil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, Fundação Nacional do Índio e, a partir das 10h, Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Instituto Socioambiental, entidade de articulação dos povos indígenas, Comissão Nacional dos Povos e de Comunidades, Conselho Nacional de Extrativistas.

Poderemos até incluir uma representação dos quilombolas, aqui sugerido pela Ministra. Vamos debater aqui, amanhã, a partir das 8h até esgotar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – São diferentes mesas/

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – São duas: a primeira de 8h às 10h.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Misturadas ou separadas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Separadas. A primeira de 8h às 10h. Se tiver que estender para mais de 10h, vou estar aqui presente. Se terminar as 10h30, vou estar aqui presente com o Relator Jorge Viana. Acho que esse é um tema que, na minha opinião, requer aprovação porque não temos há muito tempo. Trata-se de uma coisa que vem se arrastando há bastante tempo, sem uma decisão. Então, há necessidade de o Brasil ter esse marco legal da biodiversidade. Por isso, vamos discutir aqui. Creio que os relatores que foram designados – todos, inclusive, da Região Amazônica – têm essa noção do que seria uma legislação que possa contemplar, de maneira geral, a todos os interessados na legislação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Olha, quem pode retirar a urgência é o Governo. Se o Governo não unificou a linguagem sobre o tema, acho que a oportunidade é essa. O Governo retira, unifica a linguagem porque há divergências claras. Esse Governo é um só, não pode haver dois governos. É um Governo único e tem que ter apenas uma linguagem. Vem para cá para nos convencer com uma linguagem unificada, consensuada. E, como há tanta divergência entre os representantes do Governo, solicito ao Governo que retire e nos dê tempo.

Vejam, não estou aqui para protelar nada não. Quero essa lei. Estou aqui porque quero essa lei. Eu tenho a experiência de ter, pelo menos, de tomar a iniciativa de construir um projeto de desenvolvimento sustentável. Paguei caro por isso. Sei e acredito na economia. Na hora em que alguém diz “um hectare de floresta em pé dá muito mais dinheiro do que um hectare de monocultura”, posso provar isso com a cooperativa que montamos; adensamos a cadeia produtiva, e hoje eles vivem lá muito bem. Podemos provar o que estamos falando. Não sou um retórico; construí uma experiência. Portanto, peço ao Governo, e insisto, que unifique a linguagem. O mínimo que esperamos do Governo é que ele nos traga um projeto em que todas as partes falem exatamente a mesma coisa. Era isso, Sr. Presidente. Só quem pode retirar é o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, tenho aqui algumas perguntas que, inclusive, me vêm, me chegaram provenientes das entidades da sociedade civil. Algumas não farei obviamente – parece-me que cheguei atrasado – porque, ainda bem, já foram aqui respondidas. Outras, pela informação que tenho, ainda não foram tratadas. Eu gostaria de fazê-las para as instituições do Governo que estão aqui presentes.

Primeiramente, Sr. Presidente, acato, obviamente, o encaminhamento da Presidência da CCT, minha Comissão, e da CMA, de ter organizado três mesas, me parece, distintas. Acato, mas divirjo. Acho que seria mais rico o debate se pudéssemos ter misturado as mesas, com representantes alternados. Em uma mesa que houvesse representantes governamentais, que houvesse também representantes de organizações não governamentais, pois creio que a metodologia vai criar problemas, acabará sendo – não vou usar o termo monotemático – em vários aspectos, uma voz só por mesa. Acho que, para o debate, seria melhor se tivéssemos as vozes contraditórias para buscarmos extrair da divergência o melhor para os Relatores.

Feito este registro, Sr. Presidente, fico, primeiro, feliz porque, pelo que já sei, pelo que eu estava ouvindo antes de chegar aqui, parece que houve um consenso aqui sobre a definição do termo “povos indígenas”. A redação do texto vindo da Câmara é um atentado, um atentado à formação histórica do povo brasileiro. Era não reconhecer a existência de povos indígenas. Ainda bem que, parece-me, aqui, é para isto que tudo caminha, inclusive no relatório do Senador Telmário, isso será reparado.

Agora, eu gostaria de fazer outras perguntas, Sr. Presidente.

Primeiro, o projeto saiu do Executivo com o termo “agricultor familiar”. Esse não é um conceito de agora; ele é um conceito que foi consagrado na Lei nº 11.326, de 2006. Só que esse conceito foi retirado na Câmara. Ora, é de conhecimento de todos o papel que a agricultura familiar tem no Brasil, principalmente por, em 2014, ter tirado o País do Mapa Mundial da Fome. Não só esse texto foi retirado na Câmara, como o setor da agricultura familiar não foi ouvido em nenhum momento, e aí, por consequência, foi excluído do texto. Eu queria ouvir dos representantes do Governo qual a opinião e qual a sugestão e recomendação para o Senado reparar essa grave distorção que é a ausência do termo “agricultura familiar”.

A outra questão vai direcionada ao MAPA e ao Ministério do Meio Ambiente. O novo marco legal faz referência à Lei nº 10.711, de 2003, que trata da proteção ao cultivo. Essa referência cria uma instabilidade jurídica em relação à definição de sementes crioulas. A Lei nº 10.711 trata de outra matéria, e não faz sentido essa referência. Inclusive, ela enfraquece os direitos dos agricultores e o papel do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético em legislar sobre o conhecimento tradicional associado. Eu pergunto a esse Ministério da Agricultura e ao Ministério do Meio Ambiente como eles compreendem essa incoerência.

A outra pergunta é para o MDIC, para o Ministério da Indústria e do Comércio. O inciso IX do art. 7º do PLC nº 2, de 2015, o Estatuto da Biodiversidade, cria uma lista de repartição. O artigo diz que um ato conjunto de sete Ministérios definirá a lista de produtos que serão passíveis de repartição de benefícios. A elaboração de um ato conjunto desse porte poderá demorar, como nós sabemos, após aprovação na lei, muito tempo, anos, e ele não será atualizado na velocidade com que o desenvolvimento tecnológico avança. Então, pergunto ao MDIC como vai garantir a efetividade e o dinamismo de um instrumento como esse. E aí insisto ainda nesta pergunta. Não faria mais sentido que a lista determinasse que produtos que deveriam – construir-se uma lista negativa – repartir benefícios invertendo a lógica e assegurando o direito de povos e comunidades tradicionais?

A última pergunta, também para o MDIC e para o Ministério do Meio Ambiente: o inciso X do art. 17 cria uma grande possibilidade de moratória para os usuários, pois isenta a repartição de benefícios. O acesso realizado antes de 2000, independentemente de a exploração econômica ter sido realizada depois dessa data... Fica a critério do usuário determinar e comprovar que o acesso foi feito antes dessa data. Nesse contexto, o artigo quebra a lógica da própria lei que ora pretendemos. Como já foi falado antes, pelos registros que temos, pelo Dr. Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, vincula-se a repartição de benefícios ao processo de exploração econômica e não ao desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, faço essa pergunta ao Ministério do Meio Ambiente e ao MDIC também.

Como veem essas incoerências na lei?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Primeiro, o Dr. Francisco. Depois,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – São esses questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana e, depois, eles vão responder os questionamentos do Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, antes de mais nada, queria desculpar-me e penitenciar-me, mas temos aqui no Senado e também na Câmara, no Parlamento, essa situação inadministrável, de presidir três reuniões no mesmo horário, na mesma manhã. E eu, na condição de Vice-Presidente do Senado, também tenho essa outra atribuição. Então, peço desculpas aos expositores, porque fui um dos proponentes a que pudéssemos ouvir as autoridades do Governo... Tenho-me dedicado a ler a posição de cada membro que compõe o Governo e que até diverge de determinados pontos. Conheço essas divergências de certa forma. E peço desculpas, então, ao Presidente, aos colegas Senadores e aos convidados.

Mas, aqui, por coincidência, estamos eu, Randolfe e o Capi. Chamo-o assim por conta da relação de vida que temos, com todo respeito aos demais. Ninguém tentou mais neste País como Governador – nem eu mesmo, que fui Governador também por oito anos, e trabalhamos sempre buscando o mesmo propósito – acesar a biodiversidade brasileira do que o Governador Capiberibe na Amazônia. Investiu recursos, pagou preço caro por isso, mas conseguiu muitas realizações. Eu também, como Governador. Nós, do Acre, também conseguimos, com Marina, comigo, com o Governador Binho, com o Governador Tião Viana, seguimos nessa busca.

Temos materializado alguns projetos, mas devo dizer que quase que exclusivamente, se eu não estiver errado – o Governador Capiberibe pode corrigir-me –, com os riscos e os investimentos todos oriundos de recursos públicos.

Eu não queria entrar no mérito, já de cara, de alguns pontos que, de alguma maneira, possam aparentar alguma divergência da posição do Governador Capi comigo, porque nós temos afinidades de vida. E quem tem afinidade de vida não tem divergência. As circunstanciais não contam.

Mas queria, Sr. Presidente, dizer que tem toda razão quem questiona o pouco tempo que temos. Mas, ora, somos nós que criamos pouco tempo para a Câmara; ora, a Câmara e o Senado são vítimas do pouco tempo criado pelo Governo; ora, o contrário. Mas este é o nosso País em formação, um país que estamos tentando construir, para o qual todos querem dar uma contribuição.

Mas eu queria me prender ao tamanho do problema que estamos discutindo e debatendo hoje. Daí a minha preocupação se afina muito com a do Presidente Otto, que, num esforço com vários colegas, presidentes de outras Comissões e relatores, está promovendo essa sequência de audiências.

Esta matéria “acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade” – vejam a complexidade disso – é uma matéria que é um pouco da alma desse potencial fantástico de recursos naturais brasileiros.

Por que ela está sendo mais acelerada hoje? Não é nem, Senador Capi, pelos defensores do acesso à biodiversidade, como nós, e 20 anos já se vão. Ela está hoje sendo pressionada muito mais pelos que trabalham nas atividades econômicas, que trabalham na produção agrícola, no agronegócio, na atividade industrial, do que até... Porque é tanto tempo consumido!

Vamos lembrar um pouquinho. Essa história tem origem em 1992, na Rio 92. Quando da Convenção da Biodiversidade, países do mundo inteiro falaram que quem tem riquezas da biodiversidade é dono dela e tem que ter benefícios com ela. Quem fizer uso terceirizado disso vai ter de pagar algo por isso.

Essa é a regra geral, colocada lá atrás, no encontro de nações.

Desde lá o Brasil está tentando ter regras para acesso à biodiversidade, para compartilhar benefício. Minimamente regras. Só que sabe quem tem sido a maior vítima nesse período em que não conseguimos fazer minimamente o necessário? Nós que vivemos na Amazônia! Eu fui Governador por oito anos e não pude implementar os projetos. O Governador Capiberibe também. Anteriormente, nós fomos prefeitos. Criamos parques. Sigo na mesma batalha, ando nas aldeias todas.

Gente, isso é uma realidade que nos impõe... É muito forte o que vou falar, mas parece até que é uma maldição o Brasil ter a biodiversidade que tem. Parece que é uma maldição ser da Amazônia. Estamos fadados a passar fome, a sermos explorados? Ao lado da maior riqueza do mundo, a gente não tem nada!

Como eu sigo explicando para um ribeirinho... Não! É porque nós ainda não chegamos a uma conclusão muito definitiva, conceitual, do que é o agricultor tradicional, do que é o agricultor de subsistência.

Gente, pelo amor de Deus! Eu sou engenheiro florestal, sou técnico agrícola. Sei que teremos divergência conceitual a vida inteira. Sei que algumas divergências conceituais levam a grandes ou pequenos negócios, a grandes prejuízos ou a lucro. Mas isso não pode ser o ponto central de um debate.

Eu já tentei perguntar quais os pontos que temos de tão graves divergências? Povos indígenas é um deles – ou populações indígenas.

O querido Senador Randolfe já me deu uma boa informação de que parece que esse nós estamos superando a favor dos índios. Pronto! Acho que as populações que podem menos não devem sair no prejuízo. O meio ambiente não pode sair no prejuízo. Na dúvida, vamos para aquele. *In dubio pro reo*, nesse caso. Sempre que tivermos uma dúvida, vamos adotar em favor dos índios, que não estão aqui para falar; do meio ambiente, que não se expressa a não ser reagindo com as enchentes, com as secas, com a mudança da composição da atmosfera e a mudança do clima.

Vejam, em 1992, nós tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Depois, tivemos, aqui no Congresso Nacional, em 1994, promulgado pelo Executivo o Decreto nº 2.519, cujo texto estabelece a soberania de países sobre seus recursos genéticos e sua autonomia para regular o acesso a tais recursos. Estabelece que países receptores e usuários dos recursos genéticos de terceiros assegurariam a partição justa e quantitativa de benefícios decorrentes.

Marina Silva foi eleita Senadora quando eu era Prefeito. Ela foi eleita Senadora e eu era Prefeito de Rio Branco. A Marina veio para cá com propósitos. O primeiro dela era de trabalhar uma lei de acesso à biodiversidade. Eu cheguei até a questioná-la. Isso estava tão longe que eu cheguei a questioná-la. Ela trabalhou o PLS nº 306, Senador Capiberibe, de 1995. Por que estou colocando essa data de 1995? Porque já foram 1995, 2005, e agora são 20 anos! Estamos completando 20 anos que o Senado tem a oportunidade de debater essa matéria, a Câmara tem oportunidade de debatê-la – estou falando do Legislativo – e não debate!

Quando alguém me questionar sobre se sou favorável ao regime de urgência, aí falo que tem 20 anos que estamos com essa matéria e ela nunca entrou na Ordem do Dia! Sabe o que virou o projeto de lei da Marina? Uma medida provisória. Sabe quantas vezes foi reeditada a medida provisória da Marina? Dezesesseis vezes! E ninguém votou o projeto de acesso à biodiversidade.

Ah, porque antigamente os Deputados e Senadores não eram tão atenciosos! O Senado e a Câmara mudaram tanto assim ou o perfil é o mesmo? Eu acho que pode... Eu que sou parte do agora e do passado, cito Ulysses, que disse: “Está reclamando dessa atual Legislatura? Espere a próxima.” Então, quem sabe a nossa não é pior do que a outra que virá, seguindo a teoria de Ulysses Guimarães. Quem sou eu para corrigi-lo.

O que estou falando, com isso, é que foi reeditada um pouco à base do que seria o regramento que levou em conta sim – porque o Fernando Henrique levou em conta e eu fazia essa interlocução com a Marina – uma base importante da ideia que vinha no projeto da Marina, levou em conta todo regramento que tinha, foi reeditada; e aí veio aquela resolução, aquela emenda constitucional de 2001, salvo engano, que transformou medidas provisórias em lei.

Pegando aquela carona, nós, então, temos uma regra, uma regra que trata do acesso à biodiversidade e também de repartição de benefício.

Sabe quantos projetos, acordos foram assinados com base nessa lei – quem está aqui nos acompanhando –, lei inspirada numa proposta da Marina, incorporada no governo do PSDB, que levou em conta? Sabe quantos convênios e acordos foram para acessar a biodiversidade e fazer a repartição de benefícios para nós da Amazônia? Cento e trinta e seis até hoje. Sabe quantos para os índios, Senador Capiberibe? Um.

Eu não posso e ninguém vai me fazer defender essa história de 20 anos. Eu quero algo novo. Eu estou cansado de misturar biopirataria com boas intenções. E é o que a lei permite hoje. A gente não sabe onde começa a biopirataria, onde termina, nem onde começam as boas intenções, nem onde terminam. Eu só sei que qualquer um que tentar acessar a biodiversidade da Amazônia é chamado de biopirata, com razão ou sem razão.

No meu Estado, ninguém se instalou, mesmo havendo um governador por oito anos fazendo a defesa. Eu falava: gente, a floresta tem que valer mais em pé do que destruída. Alguém diz: “Então, mostra.” Quando alguém vem querendo implementar algo, não pode. A lei é falha e já chamam logo de biopirata.

O Governador Capiberibe tentou. O que foi feito lá foi graças à ação do Governador Capiberibe, do seu governo, que, aliás, fez história e segue fazendo, porque ninguém conseguiu superá-lo nesse aspecto. Mas, gente, isso é pouco! Um acordo, um contrato com os índios. E eu vou dizer: não, olha, essa outra lei... Gente, sinceramente, nós temos uma oportunidade de dar alguns passos à frente.

Eu não tenho dúvida de que essa demora toda tem também, Presidente... É um tema de difícil consenso técnico, político. É um tema novo, complexo. Nós não temos pretérito para analisar. Aí vão dizer: “Então, mais cautela e mais prudência.” Mais 20 anos? Daí o meu apelo.

Agora há um termo de que eu não gosto muito. Dizem que se pega uma lei, esmurra bem essa lei para ver os defeitos dela. No Código usaram esse termo, viu, Gaetani? Eu não sei se foi você, desculpe-me, ou a Ministra Izabella – a Ministra Izabella é de briga. Era uma história de esmurrar. Eu não gosto muito desse termo. Mas, se há uma lei que foi esmurrada neste País, esta aqui foi uma delas, por tudo o que é lado. O pugilato começou dentro do próprio Governo. Fato concreto. Não se entendem e não vão se entender porque são lados diferentes. Agora, vamos separar os interesses, que são outros, que não são os de buscar a melhor lei. Vamos separar. Vamos pôr o nosso compromisso.

Eu, por exemplo, chequei com alguns com quem fui conversando, conversando, conversando e me parece que há seis pontos, não mais do que isso – parece que um já está sendo resolvido –, que ganharam um pouco mais de relevância. Eu topo, como Relator, propor ao Presidente que a gente faça misturado, para quem queira vir, um debate aqui desses seis pontos. A gente acha um dia ainda. Para a gente tratar dos seis pontos, que são esse que o Senador Randolfe colocou, o Senador Capiberibe. Vamos colocar. Aí a gente convida quem tem a posição de um lado, de outro e tal. Mas eu defendo o que os Presidentes das Comissões propuseram aqui.

A gente está ouvindo com calma o Governo. Vamos ouvir com calma a comunidade técnico-científica e algumas entidades que atuam na área e vamos ouvir também a comunidade indígena, os beneficiários, a população que pode se beneficiar e espera se beneficiar, por terem sido os guardiões da nossa biodiversidade até aqui, juntamente com algumas políticas de governo. Isso porque o Parlamento tem que ouvir. Um dos defeitos nossos, aliás no Brasil todo mundo tem, é não ouvir. O Executivo tem que ouvir, mas nós também temos.

Então, eu acho que a intenção era essa. Agora, já estou aqui apresentando uma proposição, que poderia ser pegar os cinco ou seis pontos que estão hoje chamando a atenção de todos os que foram convidados e apresentaram questionamentos, de quem está aqui e de quem vai falar ainda amanhã e depois, que eu sei que vão reforçar esses pontos, e os Senadores trouxeram alguns, como o Capiberibe. A gente faz uma audiência exclusivamente em cima desses pontos e convida pessoas que têm opiniões divergentes. É possível e, daí, a gente tirar algum encaminhamento naquela lógica: na dúvida, pró-meio ambiente. Na dúvida, pró-populações tradicionais.

Bem, eu, então, concluo dizendo que o Brasil, pelo menos até agora, ele fez uma opção, de destruir primeiro para ver o que faz depois. Com isso a Mata Atlântica já foi, o que sobrou foi pouco.

Não bastou D. Pedro II ter criado a floresta da Tijuca. É o segundo parque mais visitado do Brasil, foi lá atrás que ele criou. Acabaram com as florestas protetoras no Sul e Sudeste do Brasil. O que é que nós estamos tendo? Seca. Nós temos desmatamentos na Amazônia, que só agora... Olha, quando a Marina assumiu, minha companheira de vida inteira, o desmatamento chegava perto de 30 mil km². Gente, 30 mil km² por ano!

O Município de Rio Branco, capital do Acre, tem 10 mil km²; três Municípios de Rio Branco, e é um dos maiores do Acre. O Acre tem 162 mil km². Quase 30 mil km² foi o legado que nós pegamos quando assumimos esse Governo. Reduziu-se para 4,5, 5... É muito? É muito, é muito, mas já foi o suficiente para colocar o País na lista dos países de maior emissão e, agora, a gente até sai, porque estão discutindo se volta ou não volta o desmatamento.

Sinceramente, esse não é o tema central hoje, mas eu queria dizer que agora que o Brasil parou com o processo de destruição, ou pelo menos diminuiu, e de usar os recursos? E a lei dizendo como é que pode? Como é que alguém bem intencionado pode acessar a biodiversidade?

Eu não quero ficar, como amazônida, em uma situação que parece ser uma maldição ter nascido lá, viver lá, e termos a riqueza que nós temos lá.

Agora, não tenho dúvida de que esse projeto já foi debatido exaustivamente. Não tenho dúvida de que existam alguns pontos que são nervosos e que podemos debater aqui, mas, se nós pudermos, depois de 20 anos, dar esse passo adiante, é o momento, gente, é o momento. E alguém tem que ceder, um pouquinho de cada lado. Sem tirar o compromisso de testarmos essa lei, de estarmos aqui, nós vamos seguir Senadores e Deputados. Testando dizendo o seguinte: “Existe esse tema que não ficou bem, existe este outro aspecto...” E vamos junto, a Marina começou essa luta sozinha, agora nós somos muitos com ela.

Eu queria que nós aproveitássemos essas audiências para isso, ver se daria para nós trabalharmos pelo País, tendo uma lei melhor do que essa. Essa não está servindo, a ninguém! Menos ainda quem vive na Amazônia. Menos ainda quem é parte da população tradicional da Amazônia. Menos ainda aos povos indígenas.

E, certamente, se não está atendendo lá a nossa região, não está atendendo ao meio ambiente.

Então, é uma oportunidade que a gente tem.

Eu diria, Senador Capiberibe, que o dissenso não é entre Ministérios. É dentro, lá na Casa Civil. A matéria é complexa, é assim mesmo. Mas que se chegou a uma proposta que é muitas vezes melhor do que a que nós temos hoje, não tenho nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sem dúvida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A decisão nossa é a seguinte: vamos tirar essa lei que não atende a ninguém, apesar da boa intenção colocada lá, porque o mundo era outro, o Brasil era outro, completamente diferente. Em 20 anos mudou tudo, e em muitos casos para pior.

Mas 20 anos depois nós podemos dizer: vamos ter algo que possa ajudar no desenvolvimento sustentável na Amazônia. Vamos por algo que possa fazer com que o uso dos recursos naturais seja inteligente e possa transformar em benefício e melhoria para a vida das populações que vivem naquela região. Vamos por algo que empodere aquela população, que ela passe a fazer parte de um negócio sustentável.

Essa lei cria essas possibilidades, com todas as falhas que ainda tem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu agradeço ao Senador Jorge Viana.

Concordo com V. Ex^a de que essa lei, como está aqui, já é bem melhor do que a que nós temos hoje. E ela pode ser aperfeiçoada aqui no Senado, melhorada aqui no Senado.

Vamos fazer amanhã as duas audiências e poderemos marcar, atendendo ao Senador João Capiberibe, na próxima terça-feira, às 9h da manhã, uma audiência só com os pontos em que existem discordâncias e conflitos para chegarmos a termo.

E como o Senador Jorge Viana falou, em 20 anos de discussão sem uma solução... Eu acredito que, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, vou agir como o cirurgião que fui por muitos anos. Vamos botar na sala e operar, porque pedir exame e voltar com 90 dias, com 120 dias, não vai resolver muita coisa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu vou apoiá-lo integralmente. Nós temos que sair com uma lei, com uma regra que seja adequada para todos aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exato, é claro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu não tenho a menor dúvida de que nós podemos fazer isso. A minha preocupação é de que, na hora em que a gente modifica, volta para a Câmara, é um projeto que veio da Câmara, mas eu acho que nós temos a obrigação de debater esses pontos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aperfeiçoar, melhorar...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O Senador Jorge tem seis pontos. Eu tenho um pouco mais de pontos. A minha pontuação é um pouco maior, e o Senador Randolfe também tem uma pontuação. Eu acho que vamos fazer isto: vamos pegar esses pontos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Na próxima terça, vamos debater só os pontos conflitantes. Fica combinado assim, então?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu sou obrigado a fazer uma provocação para o Senador Jorge aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Combina, Senador Randolfe? Combina?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Combinado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Só um minutinho, por favor, Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Jorge Viana também concorda com a próxima terça-feira? Vou fazer uma peneira na terça-feira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Perfeito. Eu ia fazer uma provocação aqui ao Senador Jorge Viana. Realmente, 20 anos, não é, Senador? Nós necessitávamos, nós necessitamos dessa lei. O nosso desenvolvimento depende de termos aquilo de que eu falei: pesquisadores, linhas de crédito, políticas públicas de governo.

Agora, Senador Jorge, a provocação é a seguinte: dos 20 anos, tem 12 do mesmo governo. Essa é a questão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Marina era Ministra do Meio Ambiente...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A Marina era Ministra, 12 do mesmo Governo, e agora me vêm com uma lei de urgência e emergência? Ainda bem que o Presidente é um cirurgião, é médico, então ele sabe de quando precisa de urgência e de quanto precisa de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Ortopedista.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem. Eu proporia fazer aqui oralmente o requerimento em nome do Senador Capi e do Senador Randolfe para que a gente não deixasse dúvida. Os pontos divergentes que levantaríamos em torno desses cinco, seis que foram os que apanhei. Gostaria, então, de formalizar um pedido para uma audiência pública com o Relator da matéria da Comissão de Meio Ambiente, levando em conta as preocupações do Senador Capiberibe e do Senador Randolfe, para que nós pudéssemos ter uma audiência exclusiva.

Aí, sim, trataríamos dos pontos conflitantes e acharíamos uma maneira de trazer convidados que pudessem ter opiniões que nos ajudassem, que, por serem divergentes, a ter um melhor juízo dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, eu coloco em votação o requerimento. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Terça-feira, às 9h.

Passo a palavra agora ao representante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, só uma questão? Seria terça-feira em conjunto com a CCT, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nós vamos convocar todos os relatores que estão envolvidos no tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A partir de agora, o Raimundo vai fazer a convocação de todos os interessados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Fica decidido aqui que será em conjunto, para comunicar à CCT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exato, em conjunto, como V. Ex^a propôs.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra ao Dr. Francisco; depois, o Dr. Rafael, mais para responder os questionamentos formulados pelo Senador Randolfe.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Em primeiro lugar, queria agradecer as intervenções de todos os Senadores. Sem dúvida, para nós, é uma honra muito grande estarmos aqui discutindo com vocês essas questões, até porque todas são provenientes da Amazônia, e isso, para nós, tem um sentido especial, particularmente em função da questão da região.

Nos anos de Ministério do Meio Ambiente, vários representantes do povo da Amazônia têm nos questionado exatamente sobre isto: nós somos 25 milhões de pessoas habitando essa região e vamos viver de quê? E este projeto busca atender a esse tipo de questionamento.

Primeiro, eu queria colocar para informar o Senador Randolfe que algumas das questões que o senhor coloca foram encaminhadas no PL do Governo para a Câmara e foram alteradas na Câmara. O Governo perdeu na Câmara. Entre elas a questão de povos, a questão de agricultura familiar, que fazem parte desse elenco de questões cuja posição do Governo não foi contemplada na Câmara.

Relembrar também que parte dos problemas que tivemos decorre do fato de que, na tramitação na Câmara, na circunstância da tramitação da Câmara, não foi criada comissão, o relator não chegou a ser designado. As discussões que poderiam ter ocorrido em todo o ano passado não tiveram lugar, como nós esperávamos, na Câmara. E nós não tivemos condições de interferir nesse processo.

Quanto às questões relacionadas às sementes crioulas, é bom lembrar que elas foram objeto de um acordo internacional que o Brasil assinou.

Esse acordo internacional dispensa a repartição de benefícios quando o patrimônio genético se referir a sementes exóticas, que não são de origem brasileira. Apenas nesse caso. Agora, as crioulas de patrimônio genético, nativas e exóticas, geradas no Brasil, haverá repartição de benefícios. Então, lembrando também o que nós estamos falando aqui: para o conhecimento tradicional, está protegido; quando se trata de patrimônio genético, é diferente.

A questão da retroatividade, nós não podemos, numa legislação estabelecida agora, andar para trás no tempo; mas no que diz respeito ao conhecimento tradicional, está protegido. Então, só um esclarecimento: nós fizemos uma reunião algumas semanas atrás, coincidentemente hoje estamos enviando a todo o pessoal que participou dessas reuniões conosco, as comunidades e povos tradicionais, quilombolas, tribos indígenas, que questionaram, com razão, com pertinência, que poderia ter sido feito um processo de discussão melhor, mais adequado, nós estamos enviando essas respostas que nos foram feitas para o pessoal hoje. Essas respostas, daremos conhecimento aos Senadores que tiverem interesse também.

Vários questionamentos que têm sido feitos, nós entendemos que o projeto contempla. Então, acho que faz parte da discussão também esclarecer. Talvez seja falha nossa de não estarmos comunicando adequadamente vários dos pontos importantes que vêm sendo levantados pelo projeto.

Um ponto que eu queria destacar também, em relação à fala do Senador Capiberibe, diz respeito à questão do Governo. Nós estamos todos aqui representando os nossos Ministérios, as nossas organizações; mas quem fala pelo Governo é a Presidência. Então as posições dos Ministérios são consolidadas e encaminhadas pela Presidência ao Congresso Nacional. Certamente, se nós pegarmos, por exemplo, as nossas relações aqui com o MAPA, com o MDIC, com o MCTI, todos nós abrimos mão de vários pontos ao longo das discussões; mas a consolidação da posição do Governo e o encaminhamento ao Congresso Nacional é da Presidência, e é natural que seja assim. Eu digo isso porque a posição ao final consensuada não é necessariamente uma posição homogênea, nem é a posição de todos; é a posição fruto da negociação entre o Governo, levada ao Congresso pelo Executivo.

Queria lembrar também alguns pontos apresentados, discutidos particularmente pelo Senador Telmário, que não se encontra mais aqui. As questões relacionadas à repartição de benefícios, acho que há uma preocupação muito grande de proteger o conhecimento tradicional. Então, vários questionamentos que estão sendo feitos dizem respeito a patrimônio genético, mas conhecimento tradicional, nós entendemos que o projeto contempla ao máximo, dentro das possibilidades de negociação que ocorreram no âmbito do Governo, e temos clareza de que foi o melhor projeto possível intragoverno. Agora, a discussão política do projeto na Câmara e no Senado pertence ao Congresso Nacional.

Todo o material nosso está à disposição dos questionamentos de vocês, está à disposição dos senhores. E nós estamos encaminhando a resposta que nós elaboramos aos movimentos sociais, às comunidades tradicionais, aos povos quilombolas e às populações indígenas. Está sendo enviada para o pessoal hoje mesmo, de modo a contribuir para essa discussão ao longo das próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Bom, em relação aos questionamentos feitos pelos Senadores Capiberibe, Telmário Mota e a própria Senadora Ana Amélia, eles tocaram alguns pontos em comum. Um deles é a questão do CBA. O próprio CBA hoje, claro, tem uma série de outros problemas para serem resolvidos, mas um dos entraves ao funcionamento do CBA é a própria legislação, que impede os pesquisadores, os NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica) ligados aos ICTs (Institutos de Ciência e Tecnologia) de dar seguimento a essas pesquisas. Então, no nosso entendimento, não só o próprio CBA terá as suas atividades facilitadas em relação ao que se refere ao estudo da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, mas também uma visão mais integrada de política pública.

Uma experiência muito positiva, vou usar um exemplo que é só de integração de política pública que é considerado um sucesso dentro do Governo, que é o Pronatec, nós tínhamos diversos Ministérios cuidando do mesmo assunto, querendo pautar a qualificação profissional. Foi centralizado isso no Ministério da Educação. Os outros Ministérios fizeram parcerias, políticas públicas foram integradas. Então, a gente integrou a política pública de inclusão social, inclusão produtiva, com a política pública de competitividade na indústria. É o que nós estamos tentando construir aqui.

Uma coisa que nós percebemos ao longo do tempo é que muita gente olha para esse PL como se ele fosse o final de uma caminhada de 15 anos. Chegamos ao cume do Everest. Para nós, nós acabamos de estabelecer o primeiro degrau a ser superado.

O dia em que o PL estiver pronto, nós vamos começar – aí sim – a construir uma economia de patrimônio genético e conhecimento tradicional uma economia de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado no Brasil, integrando políticas públicas de inclusão social, de meio ambiente e de competitividade nos setores produtivos, da maneira mais ampla que se pode imaginar. Muita gente fala que o MDIC está falando pela indústria. Não, quando a gente fala em indústria com letra maiúscula, com inicial maiúscula, nós estamos falando de setores produtivos de forma ampla. Estamos falando de todo mundo, inclusive das comunidades tradicionais, que também são setores produtivos. Então, esta visão é importante a gente dar: o PL vai permitir que a gente faça essa integração de políticas públicas.

Um ponto específico que foi tratado aqui é em relação ao teto, de ser 1%: que tem teto, mas não tem piso. O PL não trata dessa forma a questão. Na verdade, essa repartição de benefícios, que é limitada, tem um teto de 1%... Nós estamos falando de patrimônio genético. O CTA tem uma negociação própria. Está prevista. Vai ter que haver um acordo de repartição de benefícios e, quando estiver envolvido CTA, não tem esse teto. Isso está lá de forma muito clara. Além disso, tem piso, sim. Mesmo se tratando de patrimônio genético, nós estamos falando de 0,1%, para alguns produtos, quando houver comprovadamente incapacidade daqueles setores em fazer essa repartição de benefício. Então, há uma previsão de acordo setorial que permitiria setores que não teriam condições de abarcar... Esse percentual, de 1%, é sobre o produto final – é preciso dizer isso. Nós estamos falando que um produto final compõe toda uma cadeia produtiva. Houve esse questionamento também, Senador Randolfe Rodrigues, que nós recebemos por parte das comunidades tradicionais, de por que os produtos intermediários não estariam contemplados, ou não teriam incidência do fato gerador previsto no art. 17 da repartição de benefícios. Na verdade, eles têm, sim, todos eles, inclusive os processos. A questão é que estão todos embutidos no produto final. Nós temos que entender isso como uma cadeia produtiva. Todos os produtos intermediários que compõem um produto estão na composição de preço daquele produto, e quando você faz uma repartição na parte final, você está repartindo tudo. Se você não fizesse assim, seria uma repartição de benefícios em cascata, que a gente já sabe – temos experiência sobre isso em outras legislações similares – que não é o ideal para a promoção do desenvolvimento.

Então, eu acho que é importante ressaltar isto: esse 1% é sobre o produto final, é para patrimônio genético.

Além da repartição de benefícios, está mantido também um outro questionamento, que eu acho que é ponto chave das comunidades indígenas tradicionais, os quilombolas, que foi trazido a nós nessas respostas que o Ministério do Meio Ambiente está encaminhando para as comunidades, que é a questão de não ter o consentimento prévio informado. O consentimento prévio informado está na legislação, está garantido em mais de um artigo. Ele, inclusive, permite um segundo momento de negociação. Na verdade, os usuários terão que fazer a negociação do consentimento prévio informado e, posteriormente, terão que fazer a negociação também da repartição de benefícios. Uma grande diferença que a gente tem que ressaltar para a legislação nova, que a gente está propondo, em relação à anterior, é que antes se fazia um contrato de repartição de benefícios sem saber se haveria repartição de benefícios e sem saber o tamanho desse benefício. E aí eu estaria penalizando muitas empresas que investem. Hoje, uma das metas da política industrial, da política de desenvolvimento do Brasil, é que a gente convença as empresas a investir mais em P&D, a investir uma parte maior do seu orçamento em inovação. Como é que eu vou fazer isso se, antes de começar a inovação, ela já tem que repartir benefícios de uma coisa que ela nem sabe se será um produto? Então, hoje, separando essas duas coisas e criando um fato gerador sobre aquilo que realmente gera benefício... Porque é uma dicotomia você criar uma repartição de benefícios sobre um acesso, que na verdade traz um benefício cultural, um benefício acadêmico, um benefício de conhecimento, do mundo imaterial. Não é um benefício econômico. O acesso é a pesquisa ou o desenvolvimento tecnológico. Então, esse é um outro avanço importante, que eu acho que é importante a gente considerar dentro do ambiente da repartição de benefícios.

O Senador Telmário Mota disse que hoje esse 1% seria uma migalha. Nós discordamos veementemente. Não é uma migalha. Migalha é o que se tem hoje, com 110 ou 136 contratos vigentes, e um com comunidade indígena. Isso é uma migalha. Mas se a gente pensar que nós temos um parque industrial diversificado, indústrias fortes, nacionais, que poderemos ter parcerias com indústrias estrangeiras – eu vou abordar esse tema também, porque foi tratado por diversos Senadores –, que a gente poderia aproveitar tudo isso para gerar uma riqueza e, aí sim, gerar renda para as populações, para que a gente não possa dizer para o caboclo lá da Amazônia que ele não pode cortar árvores, mas não dá a ele nenhuma alternativa de desenvolvimento...

Então, eu acho que esse PL dá, sim, essa base para a gente integrar políticas sociais e permitirmos um desenvolvimento mais inclusivo dessas populações. No que se refere ao fato de as empresas estrangeiras participarem desse processo, era uma demanda da própria comunidade acadêmica. O Ministério da Ciência e Tecnologia se reuniu com eles e achou que essa era uma proposta que fazia sentido. Para nós, essa proposta veio, digamos assim, e foi vista, pelo MDIC, com bons olhos. Por quê? Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que aqui, nesse PL, não há nenhuma autorização para empresa estrangeira, ou para instituição estrangeira de pesquisa, ou para pesquisador individual, vir pesquisar livremente. Não é isso que está escrito aqui, no PL. O PL está dizendo que empresa estrangeira ou ICT estrangeiro que estiver associado a uma ICT nacional poderá fazer a pesquisa. Seria responsabilidade do ICT nacional; aí, faz-se o cadastro e desburocratiza-se o processo de pesquisa.

Os nacionais todos seguem esse procedimento. Acerca dos estrangeiros, primeiro, pessoa física estrangeira, pesquisador individual não tem acesso; o PL nega, ele não pode vir aqui pesquisar. Ele tem que estar associado a uma entidade, a um instituto de pesquisa estrangeiro, e, esse sim, terá que ter autorização do CGen,

que é o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. O CGen terá, na previsão do novo PL, composição dos representantes dos setores interessados, com direito a voto, inclusive, das comunidades dos povos indígenas, que poderão obstaculizar e dizer: “Não, vocês não têm autorização”. Isso está previsto no CGen. Além disso, o Conselho Nacional de Defesa deverá ser comunicado pelo CGen quando houver esse tipo de acesso. Além disso, o MCTI terá que autorizar a pesquisa. Então, não estamos sendo lenientes com a participação dos estrangeiros.

O Prof. Paulo Sérgio trouxe um dado muito importante para nós aqui hoje. Ele disse que, não só por causa da nossa legislação, mas inclusive pela nossa capacidade de geração de conhecimento, que hoje é muito grande comparada com a de outros países, está restrita a algo próximo de 5% – não é isso, professor? – do que se pesquisa em relação à biodiversidade. E foi o Senador Capiberibe, acho, que lembrou que temos também, na Amazônia, a França presente, com uma capacidade de pesquisa muito grande, e que pode ser um parceiro. Ele mesmo desenvolveu parcerias com o governo da França.

O que estamos dizendo é que podemos aproveitar todo esse potencial de maneira, digamos, criteriosa, com autorização do CGen, do MCTI, com conhecimento do Conselho Nacional de Defesa. Podemos aproveitar o potencial de conhecimento tecnológico de diversos parceiros de nações amigas, de empresas que têm interesse de ganhar dinheiro no Brasil, fazendo o uso responsável das nossas riquezas para, junto com o povo brasileiro, gerar novos produtos. Se temos 5% e eles têm os outros 95%, vamos aproveitar. O ideal seria que tivéssemos os 100% aqui, de potencial de desenvolvimento de novos produtos investidos, com centros de P&D; atraíssemos centros de P&D das multinacionais, que iriam respeitar a nossa legislação, conseguir autorização do CGen, gerar novos produtos e gerar mais repartição de benefícios. É um ponto...

O SR. FRANCISCO GAETANI – Só para complementar uma coisa importante: o que está ocorrendo é que as empresas nossas, inclusive, estão se deslocando para a Colômbia, para o Peru, para Guiana Francesa, para Suriname, porque podem fazer essa exploração lá, com muito menos constrangimento. Então, é um imperativo de competitividade. Quem mais perde com isso somos nós, como economia, e os nossos povos em função dos benefícios a que teriam direito se essa exploração se desse aqui.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Para concluir, há mais uns pontos que o Senador Randolfe Rodrigues nos apresentou. Acho que vamos ter oportunidade de aprofundá-los, talvez eles estejam entre os seis que o Senador apresenta para o debate em que estaremos todos com pontos de vista divergentes, para discutir. Vou tratar de um deles em especial, que é a lista de classificação de benefícios criada no PL, que foi encaminhada pela Casa Civil. A Câmara acatou essa proposta.

Bom, é preciso explicar antes de onde vem essa ideia. Um dos pontos principais de divergência na discussão desse PL quando se tratava da criação do fato gerador é que se poderia haver produtos que teriam características especiais em que não se teria uma evidência muito clara se o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional – especialmente vamos falar aqui do patrimônio genético – usado na elaboração daquele produto é ou não fator essencial para que ele seja um produto diferenciado. Vou dar dois exemplos aqui: o primeiro é a cera de carnaúba, que é usada para comprimidos na indústria farmacêutica. Se impedimos ou dificultamos o uso desse componente da biodiversidade, estamos dizendo que, na composição do remédio que está sendo vendido, essa é uma característica completamente dispensável tanto para a indústria farmacêutica quanto para o usuário, porque o que ele quer é resolver o problema com o princípio ativo que está lá dentro.

A cera de carnaúba é usada para envolver a cápsula para que ela seja absorvida de uma maneira mais eficiente pelo organismo. É isso. Se ele tiver que substituir, como já acontece hoje, ele substituirá.

O outro exemplo é o avião. O avião pode ter uma tinta que tenha um componente da biodiversidade brasileira. Vamos colocar repartição de benefício sobre 1% do avião da Embraer, porque ele usa essa tinta? Sabe o que vai acontecer? Ele não vai usar essa tinta. Ele vai usar outra, tinta sintética – é isso que vai acontecer.

Então, nesses casos, a gente precisaria criar – essa foi uma demanda muito importante que nos trouxe especialmente a CNI – porque o pessoal que lida, os setores econômicos de cosméticos e fármacos estão mais acostumados com esse debate, com essa discussão, eles têm um conhecimento mais aprofundado e mais tranquilidade sobre o fato gerador que nós construímos ao longo desse tempo nas discussões. Mas eles tinham uma preocupação, que era esta: de em setores que não têm nenhuma familiaridade com o tema se verem, de repente, envolvidos numa legislação que não lhes diz respeito. Aí eles colocaram essa proposta. Na verdade, eles não colocaram, nós apresentamos essa proposta como uma solução para o problema dessa insegurança jurídica. A lista de classificação nasce assim: para criar uma segurança jurídica.

Aí temos os problemas colaterais dela, que foram apresentados por várias comunidades, principalmente pelos provedores. Quais seriam? Se a lista não existe, não haverá incidência porque ela hoje está proposta como uma lista positiva.

Na verdade, quando a gente fala da lista de classificação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não deveria ser negativo?

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Então, isso. Vou abordar isso agora.

Entre positiva e negativa, para nossa opinião é que é uma diferença muito pequena, porque mais importante do que isso seria uma outra discussão que vou colocar aqui e que a gente pode aprofundar mais depois.

É o seguinte: a lista positiva é feita com base na lista NCM, essa proposta da lista que está aqui. É um modelo aplicado hoje ao IPI, que usa a lista NCM e trata de quase 30 mil produtos. Na incidência do fato gerador do IPI, nós temos alíquotas que são diferenciadas entre quase todos esses produtos. Uma gama enorme de alíquotas.

No nosso caso, a gente trata de uma alíquota, de 1%. E seria razoável... Aí fica uma outra questão que discutimos muitas vezes entre os próprios Ministérios que é: temos dilemas legais, mas que podem ser resolvidos com regulamentação infralegal.

Eu não vou tratar de todos os detalhes, são 25 remissões à regulamentação nesse PL. Não posso tratar de tudo isso em uma lei e fazer aqui uma lei de 200 páginas. Então, qual é a ideia por trás da lista? Nós não faríamos uma lista de 30 mil NCMs; não é uma lista inacabável. Eu até imprimir para poder mostrar, é uma lista que dá um calhamaço assim, de 30 mil produtos. No nosso caso, nós vamos estar falando de uma lista que não define a incidência. Isso é um outro equívoco. Acho que foi o Senador Telmário que disse que a lista é um problema para poder dizer qual é a incidência, onde se terá ou não incidência. Não é a lista que define a incidência. A legislação é muito clara: quem define incidência é o art. 17, que delimita qual é o fato gerador.

A lista de classificação dá uma lista de possibilidades de incidência. E nessa lista pode-se muito bem aproveitar a organização da lista NCM que trata de capítulos, seções e NCMs propriamente ditos.

NCM é uma nomenclatura comum do Mercosul, é uma estrutura, um sistema harmonizado que foi criado entre os países para que a gente possa identificar de forma clara cada produto a ser comercializado entre os países. Para isto que ela serve: para identificar os produtos. E eles estão colocados dentro de grupos.

Então, não faria sentido a gente tratar, já que é uma alíquota só de 1%, fazendo a listinha de onde tem, onde não tem. Então, o que a gente faria? Vamos pegar as seções, vamos dizer, seja de forma negativa ou positiva, o importante... Por isso que a gente, a princípio, colocou positivo, porque faria mais sentido técnico, só por isso. Diz o seguinte: os capítulos tais, tais e tais são passíveis de incidência. Os capítulos que tratam de produtos siderúrgicos, produtos que vão ser fornecidos para a indústria nuclear, produtos minerais, minérios, uma série de produtos, avião, máquinas e equipamentos, etc. Uma série de produtos em que não haveria essa incidência. E a gente não precisa mencionar isso.

E quando for o caso, a gente pode colocar tais capítulos – cada um deles com mil ou mil e quinhentas NCMs – são passíveis de incidência, e podemos criar as exceções. Podemos dizer que, no capítulo tal, que não é um capítulo que está definido inteiro como incidência, aquele pequeno grupo de NCMs lá tem incidência.

Na verdade, a lista não é nem positiva nem negativa, ela é as duas coisas ao mesmo tempo. Ela vai ter que ser tecnicamente construída com critérios que tenhamos lista positiva de capítulos; negativa de subitens dos capítulos ou de NCMs.

Então, essa discussão não faz muito sentido, se é negativa ou positiva.

O que vem agora? O que faz sentido? Foi a principal pergunta que o senhor retornou no meio da minha fala, que é a possibilidade de não se haver incidência caso a lista não seja publicada. Isso é outra história. Se a lista não for publicada, realmente, temos um problema para efetivação da legislação.

O nosso entendimento é o seguinte..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E como corrige isso? Como se ajusta?

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Como se evita o problema do *vacatio legis*, no caso da não publicação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Isso.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Temos uma proposta que é, no nosso entendimento, inicialmente, quando se discutiu isso, éramos três Ministérios os que estariam ali elencados para a decisão dessa lista. Por que só três? Os outros não têm direito? Tem, mas é porque a lista nasceu com aquele objetivo que mencionei lá atrás de se definir a não incidência em alguns casos críticos onde não se sabe se tem ou não elemento principal agregador de valor, como está previsto na legislação. Aí seriam, sim, o Ministério da Indústria, o MCTI e o MMA, que poderiam contribuir nesse processo, mas, democraticamente, acabamos acatando a proposta de que entrassem novos Ministérios, e criou-se um fato que complexou um pouco o encaminhamento. Mas, a princípio, continuou-se com a mesma estratégia, que é: estamos no âmbito do Governo, e o Governo tem a capacidade de se entender. O que facilitaria esse processo? Talvez uma emenda de texto que transforme esse acordo que é de governo para o formato de decreto, porque, afinal, estamos falando do Governo. Se a Presidenta disser para os Ministros que eles têm que se entender, eles vão se entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Nesse aspecto, o senhor aponta que poderia ser possível...

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Uma lista positiva feita por decreto, por exemplo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E tivesse uma alteração de texto que pudesse apontar para isso.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Exato. Essa eu acho que seria a mudança de fundo, digamos, de consenso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Só por último, Dr. Rafael, o senhor poderia... não sei se passou despercebido, me falar sobre a questão da moratória, prevista no art. 17, inciso X.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Não é moratória. Seria daquilo que está regido pela legislação anterior a 2000.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sim.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Antes de o Rafael responder, deixe-me só dar uma informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pode, inclusive, ser o Dr. Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Não, ele vai complementar, mas quero começar dando uma informação.

Até hoje, foram autuados, do ponto de vista de multas, alguma coisa em torno de 240 milhões. Desses, foram pagos efetivamente 0,098%. Não chega a 0,1% o que foi pago. Por quê? Porque, dadas as imperfeições da legislação, a judicialização praticamente inviabilizou a arquitetura construída nesses 15 anos.

O que estamos criando? Estamos criando uma situação de migração dos passivos do passado para todos virem para dentro do sistema. Vão entrar no sistema; é feito um acerto; abate-se uma parte; negocia-se; propõe-se um acordo, para que todos possam começar, daqui para a frente, dentro do sistema. Por que achamos isso importante? Porque, do ponto de vista da reputação, o risco da reputação das empresas que estão explorando patrimônio genético brasileiro, hoje, vai incentivá-las a aderir ao sistema. Agora, não temos como resolver o que aconteceu no passado e o que gerou essa judicialização. Esse é um ponto de partida da situação que propusemos de uma possibilidade de abatimento de multa, que não se confunde com anistia, onde eles têm que vir para dentro, têm que acertar, têm que fazer as contas, têm que fazer acordo em termos de conhecimento, quando houver conhecimento tradicional, para que possamos começar um sistema novo em que todos estejam alinhados e pactuados dentro de uma nova realidade regulatória em benefício da produção e da repartição.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Muito obrigado.

Eu só iria complementar que existe também a possibilidade da insegurança jurídica, quando se quer impor a qualquer cidadão o respeito a uma regra que não existia na época. Não havia essa obrigação. Hoje, o fato gerador é um fato complexo e diferente do que havia naquela época. Antigamente, o fato gerador da repartição de benefícios se dava em diversas etapas, inclusive no acesso, na pesquisa, por exemplo, o que não fazia sentido. Hoje, temos um fato gerador claro, que permite ao Estado que faça a fiscalização.

Outra coisa que se diz do PL é que não vai fiscalizar, que não vai ter rastreabilidade. Muito pelo contrário, nós estamos criando todas as condições para que, sim, possamos focar e, digamos, estreitar o fato gerador em um ponto, que é o ponto chave, que agrega toda a cadeia produtiva até aquela ali. Então, reduz-se o âmbito de ação do Estado, o tamanho do ambiente em que o Estado vai atuar, mas aumenta-se muito a capacidade do Estado de ser efetivo naquilo que está fazendo.

Então, sim, o nosso entendimento é de que hoje estamos criando um ambiente para que as empresas entrem no modelo, participem do sistema, respeitem a legislação, e criando as ferramentas para que quem fugir ao sistema seja fiscalizado e receba as punições da legislação. Hoje, as condições são dadas para isso, no PL. Atualmente, o que está na MP de 2001 é o contrário, é justamente a bagunça que impede qualquer efetivação de multa, de aplicação de fiscalização e, inclusive, de rastreabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria passar ao Dr. Hécio Botelho um questionamento do Dr. Eduardo Romano, para que o senhor o responda. É do Ministério da Agricultura.

O SR. HÉLCIO BOTELHO – Bom, Sr. Presidente, Eduardo Romano pergunta: “O PL acaba com as atribuições da CTNBio, colocando todas as decisões da CTNBio sob tutela do CGen, dessa forma modificando significativamente os fundamentos da Lei de Biossegurança?”

Eu diria que não, porque a CTNBio tem legislação específica sobre o assunto; e também não está em pauta acabar com o CGen, que vai continuar e apenas vai mudar a sua forma de trabalho.

Outro questionamento – se me permitem – feito pelo Senador Randolfe diz respeito à inclusão das duas leis, tanto a lei de proteção de cultivares quanto a de sementes e mudas. São duas leis de ações afetas ao Ministério da Agricultura, o qual não poderia de forma nenhuma deixar que se discuta o ponto de usar ou vender produtos que contenham patrimônio genético deixando de fora duas leis que regem especificamente o termo de comercialização e assegurando o direito da propriedade intelectual da semente. Apenas isso.

O Ministério não se sentiu confortável em deixar de fora essas duas leis, até por um excesso de zelo, porque, em algum momento, lá na frente, essas pessoas que trabalham no caso que está sendo discutido aqui, que é a definição da variedade tradicional local crioula, poderiam estar inclusive entrando de alguma forma na clandestinidade, já que estão desrespeitando a lei. Nós só estamos pedindo para observar essas duas leis, que existem e fazem parte da normativa dentro do Ministério da Agricultura. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Passo aqui para o Dr. Francisco um questionamento feito pela Drª Tânia Maria de Almeida Alves, para que ele responda.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Vou começar a responder e depois passarei a palavra para o Dr. Paulo Beirão, que pode complementar a resposta.

A pesquisa científica sobre determinados organismos deveria ser estimulada quando realizada por instituições públicas com recursos públicos; no entanto, os processos burocráticos iniciantes para pesquisa têm desestimulado os pesquisadores. Para se ter uma ideia, caso decida investigar cem espécies de plantas apenas para se ter alguma noção de seus constituintes químicos, gastando-se duas horas para fazer o projeto, duas horas para fazer o relatório parcial e duas horas para o relatório final são mais de 600 horas e 75 dias de trabalho. O objetivo do projeto é exatamente desobstruir a bioprospecção. Nós pavimentamos o caminho, desburocratizamos, simplificamos, de modo que seja feito apenas o registro para que a rastreabilidade seja assegurada posteriormente, mas todos os incentivos para que seja simplificada a bioprospecção foram proporcionados ao projeto.

Quanto à questão do financiamento, nós estamos justamente criando o fundo para fazer com que ele retorne para a atividade de bioprospecção, naturalmente com primazia da atividade de pesquisa e desenvolvimento, sob o comando do Ministério da Ciência e Tecnologia. Além disso, estamos também propondo, numa outra iniciativa paralela que não está no projeto ainda, que a possibilidade de pesquisa em unidade de conservação seja favorecida em projetos de compensação ambiental. É uma iniciativa que estamos explorando e vamos começar a discutir com o Prof. Beirão justamente porque as unidades de conservação são os maiores depositários dessa biodiversidade que nós queremos transformar em riqueza nacional e repartição de benefícios.

Mas passo a palavra ao Professor Beirão para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Prof. Beirão.

O SR. PAULO SÉRGIO LACERDA BEIRÃO – Muito obrigado.

Essa iniciativa, esse PL, realmente, simplifica muito a burocracia em relação ao marco legal que existe hoje – e de uma forma extraordinária. Foi mencionada a média de tempo para autorizações, que ultrapassa os 500 dias. Quer dizer, agora, o registro poderá ser feito *on-line* se se utilizar a estrutura, como estou oferecendo aqui, do CNPq, da forma mais simplificada possível. Aliás, o CNPq, nos últimos anos, vem fazendo um esforço junto ao CGen para acelerar as autorizações que são feitas à pesquisa básica, e isso tem sido muito bem sucedido e reduzido muito a burocracia.

É claro que são necessários projetos para serem avaliados, que são necessários relatórios – isso é um padrão mundial. Você tem que ter alguma coisa a ser avaliada, mas o que eu queria enfatizar é que a estrutura que nós criamos no País, em termos de desburocratização dos processos de apresentação de projetos de pesquisa, tem sido referência mundial, tanto assim que a gente vê países da Europa e mesmo os Estados Unidos buscando conhecer os mecanismos que nós aprimoramos.

Então, a gente pode chamar de burocracia a necessidade de realizar relatórios, mas isso, obviamente, tem que ser reportado. O esforço que a gente está fazendo é para que seja o mais objetivo, o mais simplificado possível e *on-line*. A pessoa, da sua casa ou do seu escritório na universidade, pode fazer isso tudo usando a estrutura que hoje nós temos no CNPq.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria, além de agradecer a todos e cumprimentar V. Exª por esta audiência, dizer que nós ainda temos uma missão enorme amanhã, qual seja, ouvir uma série de entidades, de instituições e também as populações que, de certa forma, são o sentido maior de nós estarmos trabalhando esse projeto: um benefício a elas, um melhor uso dessa riqueza.

Eu esqueci algo e gostaria que o Gaetani pudesse dar um encaminhamento final. Trata-se de algo, para mim, fundamental: desse PL, quantos artigos nós vamos necessitar de uma legislação que vá fazer com que ele possa ser melhor detalhado?

Isso mostra bem um ponto de convergência. Nós estamos fazendo um regimento básico e, depois, nós teremos de ter um trabalho ainda intenso, garantindo a participação tanto do governo quando da sociedade, para fazer a regulamentação de muitos dos dispositivos desse PL. Para mim, como disse, esse é um ponto que pode ser fundamental para encontrarmos o consenso mínimo necessário e apreciarmos a matéria.

Então, em uma matéria complexa como essa, que necessita de tanta regulamentação, eu queria o número, porque é um número realmente robusto a quantidade de dispositivos que nós vamos ter que regulamentar depois, o que mostra que nós estamos fazendo uma regra básica, que estabelece princípios básicos, garantias fundamentais, mas que, depois, nós teremos, sim, que fazer os ajustes necessários – e podemos fazer isso conjuntamente.

Eu gostaria de um comentário a mais, porque penso que, assim, dá para termos uma ideia do que é... Porque, senão, fica parecendo que nós já estamos aqui tomando uma decisão que vai prejudicar populações tradicionais, o meio ambiente ou que vai criar regras que vão dificultar ainda mais a competitividade do Brasil e a possibilidade de o Brasil se modernizar, de o Brasil fazer uso de uma vantagem comparativa que tem diante do mundo e que, teimosamente... Aliás, essa sua observação, Secretário, foi muito importante: as empresas só mudam de endereço, os propósitos, às vezes, se mantêm. E o Brasil está perdendo muito com isso, uma vez que as empresas estão indo para a Colômbia, estão indo para o Peru, enfim, estão indo trabalhar com os vizinhos que são parte da nossa Amazônia, por conta da falta de regras básicas, de garantias mínimas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Gaetani) – Senador, obrigado pela pergunta, que é muito oportuna.

Nós já fizemos um levantamento: são 25 os artigos que nós teremos de detalhar na regulamentação.

Então, já estamos preparando para, tão logo o projeto conclua a tramitação, começarmos esse esforço de regulamentação. E, nesse esforço de regulamentação, de preparar um decreto, assumimos o compromisso, inclusive com os movimentos sociais, as comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, de fazermos um esforço de discussão, de escuta mais qualificada, para que a gente possa, no detalhamento, também ter uma participação mais ampla e que dê mais robustez ao processo de implementação da legislação.

O Senador Otto mencionou aqui, em algum momento – não me recordo se ele falou informalmente ou se falou depois, ou falou no microfone –, que provavelmente essa lei vai precisar de aprimoramentos. Teremos que testar muita coisa, e o senhor falou também sobre testar. Temos que testar uma legislação melhor e temos que assegurar o clima de confiança e de construção que houve nesse processo, para que, se houver necessidade, aprimoremos imediatamente.

Então, o esforço de regulamentação vai começar imediatamente, a partir desses 25 dispositivos. E essa proposta vai ser trabalhada junto aos nossos interlocutores que auxiliaram na construção desse processo e àqueles que não se sentiram contemplados na escuta necessária, para que a gente possa ter um processo mais robusto e mais aderente à realidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria, antes de V. S^a concluir, ver se era possível termos um compromisso público aqui, porque são muito importantes as audiências que vamos ter amanhã. E qual é o compromisso público? Há um problema: os movimentos sociais têm líderes, e esses líderes não têm autonomia de simplesmente deliberar, de tomar uma posição sobre uma coisa ou outra. Quando criamos um mecanismo de audiências públicas no País, ele passou a ser algo fundamental para a vida dessas próprias organizações.

Queria considerar aqui também, na busca, se é possível haver o compromisso do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, de capitanear, de conduzir, de ser o condutor junto aos outros órgãos de audiências públicas formais, no momento da regulamentação desses 26 dispositivos da lei. Se houver isso, passaremos a ter elementos, para assumirmos, aqui no Senado, o Presidente da Comissão e eu, como Relator, com as populações e dizer: está garantindo que na regulamentação, em que vamos ter o regramento que deixa muito bem claro, ele será precedido de audiências públicas, suprimindo algumas deficiências desse ajuste, porque a Câmara mudou, e não deu tempo de constar como deveria... E muitas reclamações vêm nesse sentido, e eu queria ouvir V. S^a sobre esse aspecto.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Senador, obrigado pela intervenção.

Houve da nossa parte, inclusive assumimos junto às negociações, falha em relação a promover esse processo de audiências públicas estruturadas. E esse compromisso nós assumimos na reunião que tivemos com os povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, no processo de regulamentação. Não podemos falar pelo Governo, mas pelo Ministério do Meio Ambiente, afirmamos que faremos esse processo de forma a que todas essas críticas e sugestões sejam incorporadas à discussão. Não podemos corrigir o passado, mas podemos assumir o compromisso de que, doravante, o Ministério, nesse processo de regulamentação, vai fazer essas audiências de forma estruturada e qualificada.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Só para complementar, o próprio MDIC já defendeu que devemos – ou a Casa Civil, ou o próprio MMA, que foi quem coordenou e está mais próximo desse tema – promover as consultas públicas não apenas em audiências públicas, mas de forma estruturada por ferramentas de consultas públicas, de modo que até quem estiver lá no Acre, e não puder vir à reunião aqui, poderá, por via eletrônica, mandar a sua contribuição; ler o que está sendo proposto e mandar a sua contribuição. Já temos reunião com

o Ministério da Justiça que dispõe dessas ferramentas. Está marcado para eles cederem para que a gente possa usar e fazer isso da forma mais democrática possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como não há nenhum orador inscrito, declaro encerrada a audiência pública, convocando reunião para amanhã às 8h e, depois, reunião às 10h.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (4ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (6ª REUNIÃO) E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (4ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2015.

Às oito horas e vinte minutos do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Angela Portela, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Dário Berger, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Humberto Costa, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Jorge Viana, Paulo Rocha, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. O Presidente submete às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, atendendo aos Requerimentos nº. 01/2015-CCT, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota, nº. 05/2015-CCT, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, nº. 04/2015-CMA, de autoria do Senador Luiz Henrique, nº. 08/2015-CRA, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia, e nº. 12/2015-CRA, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Waldemir Moka, que requerem a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 02, de 2015, de autoria da Presidência da República, que *“Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”*. A Audiência Pública foi dividida em duas partes. Comparecem à primeira parte da audiência pública, na qualidade de expositores, os Senhores **Rosa Miriam de Vasconcelos**, Coordenadora de Assuntos Regulatórios da Secretaria de Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Maira Smith**, Coordenadora de Políticas Ambientais Substituta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; **Elisa Romano Dezolt**, Especialista de Políticas e Indústria da Gerência de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Adriana Diaféria**, Vice-Presidente Executiva do Grupo Farma Brasil – GFB; **Nilson Gabas Júnior**, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi; **Luiz Antônio de Oliveira**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; **Rodrigo Justus**, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; e **Valcler Rangel**, Vice Presidente da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ. Neste momento, o Senhor Senador Jorge Viana requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jorge Viana, que solicita a retirada de requerimento de realização de audiência pública conjunta para instrução ao PLC nº. 02, de 2015, apresentado na 1ª reunião conjunta das Comissões Permanentes, em 17/03/2015. O Requerimento é aprovado. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Jorge Viana e Acir Gurgacz. O Senhor Presidente suspende a sessão por dez minutos. Após, são convidados a compor a segunda mesa de expositores os Senhores **Cláudia Pinho**, Representante da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; **Marciano Tolêdo**, Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – VIA CAMPESSINA; **Maria Emília Lisboa Pachêco**, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; **Maurício Guetta**, Representante do Instituto Sócio Ambiental – ISA; **Sônia Guajajara**, Representante da Entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; **Denildo Rodrigues de Moraes**, Coordenador Nacional de Articulação

das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; **Edel Nazaré de Moraes Tenório**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Extrativistas – CNS. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e dez minutos; e para constar, eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e **Informática**, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal, que se realiza nesta data de 18 de março de 2015.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das últimas reuniões da CMA, da CCT e da CRA.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A presente reunião destina-se a instruir o Projeto de Lei de nº 2, de 2015, conhecido como marco civil da biodiversidade e do acesso ao patrimônio genético. Ontem já tivemos o primeiro debate sobre o assunto, com a participação dos Ministérios mais afeitos ao tema.

É importante esclarecer ao Plenário e demais presentes também que, dado o grande número de convidados, optamos por dividir a audiência pública em duas partes, ou duas mesas, de acordo com o que foi publicado na pauta, e essa separação se dará apenas no aspecto de organização. Nada prejudicará o desenrolar dos debates tanto dos expositores, quanto também do Plenário.

Anunciarei agora os expositores convidados. E adotaremos um modelo diferente para as exposições, chamando à mesa um a um, de forma sequencial, para que façam as suas apresentações. Isso porque ontem não tivemos aqui na mesa lugares para todos e alguns ficaram na plateia um tanto quanto insatisfeitos.

Então, para a primeira parte da audiência, ou primeira mesa, temos os seguintes expositores: a Sr^a Rosa Miriam de Vasconcelos, Coordenadora de Assuntos Regulatórios da Secretaria de Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); a Sr^a Maira Smith, Coordenadora Substituta de Políticas Ambientais da Fundação Nacional do Índio (Funai); a Sr^a Elisa Romano Dezolt, especialista em Políticas e Indústria da Gerência de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); a Sr^a Adriana Diaféria, Vice-Presidente Executiva do Grupo Farma Brasil (GFB); o Sr. Nilson Gabas Júnior, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi; o Sr. Luiz Antonio de Oliveira, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); o Sr. Rodrigo Justus, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e, por fim, o Sr. Valcler Rangel, Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Então, iniciaremos, dando a palavra pelo tempo de dez minutos, de acordo com o Regimento da Comissão, à Sr^a Rosa Miriam de Vasconcelos, a quem convido à mesa para daqui fazer a sua exposição.

A SR^a ROSA MIRIAM DE VASCONCELOS – Bom dia a todos!

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Casa o convite feito ao Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes, que, em razão de compromissos, viagens oficiais para o exterior, lamenta não poder estar presente nesta discussão deste projeto, que para a Embrapa é de suma importância.

Na condição de representante da Embrapa, gostaria de cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Otto Alencar e, ao fazê-lo, cumprimento os demais Senadores e autoridades aqui presentes. Gostaria de iniciar a minha fala, destacando a importância desse PL para a Embrapa, uma vez que a Embrapa hoje detém cerca de 40% das autorizações de acesso concedidas pelo CGEN.

A Embrapa acredita que o presente marco legal – estou me referindo ao PL – pode, além de eliminar os obstáculos para a realização das pesquisas, criar condições para que o Brasil se insira, de forma eficiente, na nova bioeconomia, aproveitando a sua rica biodiversidade para alavancar setores importantes como alimentação, agricultura, fármacos, cosméticos, área química verde, dentre outros.

O PL traz, indubitavelmente, significativas melhorias ao ambiente de pesquisa e geração de novas tecnologias a partir do uso da biodiversidade e do acesso ao conhecimento tradicional associado.

A seguir, vou apresentar, resumidamente, os principais aspectos que a Embrapa considera como tendo sido um avanço na nova legislação.

Seria, inicialmente, a simplificação das regras para o acesso ao patrimônio genético. A nova legislação substitui as três autorizações anteriormente exigidas pelo CGEN por um simples cadastro feito pela própria instituição de pesquisa.

Por exemplo, para conduzir um programa de melhoramento de mandioca, que normalmente demora sete anos, a Embrapa tinha que, ao longo desses sete anos, obter três autorizações: uma autorização denominada de Pesquisa Científica, na primeira fase, em que eram realizados os cruzamentos e as primeiras avaliações; a segunda autorização, depois de quatro anos, chamada Autorização de Bioprospecção, quando a Embrapa, então, fazia os testes necessários para registro e proteção da nova cultivar; e, finalmente, a terceira autorização, denominada Autorização de Desenvolvimento Tecnológico, na fase de produção de sementes ou mudas básicas.

Então, a substituição dessas três autorizações pelo cadastro com certeza vai agilizar bastante o procedimento.

Em seguida, a parte também de simplificação dos procedimentos para a exploração econômica do processo ou produto desenvolvido. Como mencionei, eram necessárias essas três autorizações, sendo que, na fase da produção industrial, haveria essa Autorização de Desenvolvimento Tecnológico. E agora, diante do novo marco legal, essa autorização seria substituída por uma notificação ao CGEN do produto, com a indicação das modalidades de repartição de benefícios escolhidas, de opção da instituição, e a apresentação, no caso de acesso ao patrimônio genético isoladamente, do Contrato de Repartição de Benefícios, no prazo de até 365 dias. Quando for acesso ao conhecimento tradicional, além do cadastro, será feito também o Termo de Anuência Prévia com as comunidades, e o Contrato de Repartição de Benefícios deve ser feito imediatamente.

Esse também não deixa de ser um grande avanço, porque, diante da legislação atual, a empresa é obrigada a negociar um Contrato de Repartição de Benefícios ainda em uma fase muito inicial da pesquisa, quando ela não teria ainda, no caso, por exemplo, da Embrapa, conhecimento da cultivar que seria lançada comercialmente, uma vez que ela teria que fazer o Curb antes dos testes de avaliação.

Outro aspecto importante do novo marco legal diz respeito à agilidade na concessão das autorizações. A substituição dessas autorizações pelo cadastro fará com que a empresa esteja regularizada ou autorizada pelo Estado a iniciar a sua atividade de pesquisa no ato do cadastro, que é de sua iniciativa própria.

Hoje, conforme já foi mencionado aqui ontem, o prazo médio de concessão de uma autorização pelo CGEN é de 500 dias. Isso está informado no próprio relatório do CGEN, sendo que, de fato, a média é de dois anos; um ano e meio para dois anos.

Outro aspecto muito importante já do ponto de vista operacional dessa legislação é a simplificação de conceitos. Um exemplo disso seria o conceito de acesso ao patrimônio genético.

A medida provisória tem um conceito subjetivo, complexo e de muita dificuldade de compreensão pelo usuário. Isso gera insegurança jurídica e gerou, inclusive, a aplicação de penalidades pelo Ibama, uma vez que a empresa, dada a dificuldade de proceder ao enquadramento, às vezes, deixa de pedir autorização, porque não se sente alcançada pela legislação. O PL propõe um conceito bastante claro ao afirmar que acesso é a utilização do patrimônio para fins de pesquisa e desenvolvimento.

Outra inovação que também traz bastante segurança e tranquilidade para o usuário são regras claras para a repartição de benefícios. Ao fixar o percentual, a lei já tira toda a insegurança jurídica no cenário atual. A negociação caso a caso do percentual com o proprietário da área gerava muita insegurança para as instituições, pois ficava à mercê do proprietário da área privada conceder ou não a autorização e fixar, inclusive, o percentual, que seria devido à título de repartição de benefícios.

No aspecto referente ao conhecimento tradicional, a lei mantém os mesmos fundamentos já anteriores à medida provisória, ao assegurar às comunidades o direito da livre negociação e fixação da sua remuneração pelo acesso ao conhecimento tradicional, e, também, ao exigir o termo de anuência prévia para o acesso ao conhecimento tradicional.

Outro benefício que verificamos nessa nova legislação é a indicação clara do beneficiário da repartição de benefícios como sendo exclusivamente a União, no caso de acesso ao patrimônio genético, e as comunidades detentoras do conhecimento, no caso de acesso ao conhecimento tradicional. Isso é uma inovação muito importante, porque, hoje, a MP exige que o contrato seja feito com o proprietário da terra e ele tem que apresentar, inclusive, a escritura, o título de propriedade da terra. Aqui no Brasil, sabemos que, às vezes, há muitos problemas fundiários ainda. Em algumas situações, a negociação ficava impossibilitada porque o proprietário da terra não tinha o título legítimo para comprovar a propriedade do imóvel onde foram realizadas as coletas.

Finalizando, então, eu gostaria de ressaltar que a Embrapa reconhece o esforço feito pelo Governo, sob a coordenação do MMA e da Casa Civil, no sentido de agregar em um único marco legal as visões dos diferen-

tes setores envolvidos, com o intuito de elaborar legislação capaz de assegurar a efetiva exploração da nossa biodiversidade, de forma sustentável e no interesse da sociedade brasileira, e, ao mesmo tempo, assegurar às comunidades indígenas ou locais o direito à repartição justa e equitativa dos benefícios.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço, pela exposição, à Dr^a Rosa Miriam e convido a Sr^a Maira Smith, Coordenadora Substituta de Políticas Ambientais da Fundação Nacional do Índio, para, pelo tempo de dez minutos, fazer a sua exposição.

A SR^a MAIRA SMITH – Senhoras e senhores, meu nome é Maira, sou representante da Fundação Nacional do Índio.

Eu acho que é desnecessário dizer aqui o quanto essa matéria afeta diretamente os povos indígenas, com os quais a Funai trabalha.

Os povos indígenas, como é de conhecimento de todos, são importantes detentores e potenciais provedores de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético. Mas, mais do que isso, tanto os povos indígenas como os povos de comunidades tradicionais, bem como os agricultores familiares não são somente potenciais provedores de conhecimentos tradicionais associados, mas são também detentores e provedores de recursos genéticos, principalmente porque são esses povos os responsáveis pelo processo de domesticação de muitas das plantas, das espécies da agrobiodiversidade brasileira que hoje nós usamos na alimentação e na agricultura.

Dito isso, eu gostaria de mencionar que a Funai, em todos os momentos, repudiou o processo pelo qual esse novo marco legal foi elaborado, sem qualquer participação dos povos indígenas. O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que pressupõe que os povos indígenas e os povos tribais, de um modo geral, sejam consultados em relação a todas as políticas e matérias que os afetam. Então, esse processo não foi cumprido, e eu gostaria de registrar aqui que nós, da Funai, não consideramos esta audiência como um processo de consulta livre, informada, da forma como se pressupõe na Convenção 169 da OIT e também na convenção sobre diversidade biológica.

De todo modo, reconhecemos que houve um esforço de Governo. Depois que o projeto de lei já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, houve um esforço que envolveu vários setores do Governo para tentar incorporar alguns aspectos importantes no texto substitutivo. Com isso, acho que houve muitas melhoras, e aí a Funai concorda com o que está sendo dito aqui, que o marco legal atual, a legislação atual, principalmente, a Medida Provisória 2.186-16, de 2001, é muito ruim, muito prejudicial – e ela não é prejudicial apenas aos usuários pelo fato de ser muito burocrática, mas também é muito prejudicial aos detentores e provedores de conhecimentos tradicionais associados. Explico por que: o principal aspecto ruim dessa medida provisória é o fato de que ela privatiza, deturpa a compreensão dada na convenção sobre diversidade biológica e privatiza o patrimônio genético. Então, como a Dr^a Rosa mencionou anteriormente, hoje em dia, o provedor de patrimônio genético é simplesmente o titular da área onde aquele recurso é obtido. Essa é uma distorção da convenção sobre diversidade biológica, e ela é devidamente corrigida no novo marco legal.

Então, reconhecemos o esforço do Governo, reconhecemos que o novo marco legal avança em alguns pontos. E eu gostaria de citar aqui quais são os principais pontos que nós, da Funai, consideramos como avanço e são principalmente estes: o patrimônio genético passa a ser um bem comum do povo brasileiro, passa a ser da União, corrigindo a distorção da medida provisória; a criação do fundo também é um aspecto bastante positivo, nós enxergamos a criação do fundo como um aspecto bastante positivo do novo marco legal; a inserção da agrobiodiversidade também foi bastante positiva, já que inicialmente o PL apresentado ao Congresso não contemplava a agrobiodiversidade; e também o reconhecimento de que grande parte dos conhecimentos tradicionais associados são compartilhados ou difusos, ou seja, no marco legal antigo, não havia a possibilidade, era mais remota a possibilidade de se repartir benefícios decorrentes do acesso a conhecimentos tradicionais compartilhados por mais de um povo, por mais de uma comunidade. Esse aspecto não foi contemplado ainda da forma perfeita, mas ele é um ponto inovador, sim, no projeto de lei que se apresenta agora, que reconhece e obriga a repartição de benefícios decorrentes do acesso ao conhecimento tradicional associado sem origem identificada a partir do fundo. Então esses são os aspectos positivos.

No entanto, senhores, o texto do projeto de lei que foi aprovado na Câmara, apesar de todo o esforço de diversos setores de Governo em produzir um novo substitutivo, sofreu algumas modificações pelo relator na Câmara. E nós, da Funai, consideramos que o texto da forma como foi aprovado, o texto do PL como foi aprovado na Câmara dos Deputados é muito prejudicial e ameaça os direitos dos povos indígenas.

Aqui cito alguns pontos específicos e faço um apelo aos senhores. Foram protocoladas nesta Casa algumas emendas, não são muitas, mas as necessárias para a gente poder fazer com que esse projeto de lei fique um pouco mais palatável, aceitável do ponto de vista do respeito aos direitos dos povos indígenas, dos povos

e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares. Então eu gostaria de mencionar para os senhores as emendas que nós consideramos de suma importância sejam apreciadas e aprovadas nesta Casa, para que esse projeto de lei fique mais simétrico quanto aos direitos dos usuários e dos provedores.

O primeiro aspecto que eu gostaria de citar é a substituição pelo relator na Câmara do termo “povos indígenas” por “populações indígenas”. Para a Funai essa modificação é inaceitável. O termo “povos indígenas” já é consolidado na nossa legislação, é o termo apresentado na Convenção 169 da OIT, e ele pressupõe que os povos indígenas são sujeitos de direito, que têm direito de ser consultados e de participar de todos os processos políticos, de todas as políticas que os afetem. Também do ponto de vista antropológico, “população” é uma palavra usada em estatística e em ciências biológicas. É um termo reducionista, portanto, não é adequado para ser utilizado em relação aos povos indígenas. O termo “povos indígenas” já está consolidado na nossa legislação e não há justificativa para que seja modificado.

O segundo aspecto que eu gostaria de frisar é em relação ao art. 10, inciso V, do projeto de lei, que faz uma remissão dos direitos indígenas e de agricultores tradicionais no uso e venda de sementes crioulas à lei de sementes e à lei de cultivares. Essa remissão é negativa, porque a forma de reconhecimento do que são sementes crioulas e variedades crioulas através das mencionadas leis é discricionária. Nós precisamos avançar nesse aspecto, quanto ao direito desses agricultores tradicionais dos quais os povos indígenas também fazem parte, pois também são agricultores. Portanto, precisamos trabalhar com a identificação de sementes crioulas a partir de critérios científicos e de marcadores moleculares.

O terceiro aspecto diz respeito ao art. 21 do projeto de lei, que não garante a obrigação de oitiva dos órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas, no caso, a Funai, e dos órgãos de proteção dos direitos de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais no caso de haver o acordo setorial. Nós julgamos importantíssimo que seja substituída, nesse art. 21, a palavra “deverão” por “poderão”, como está no texto.

Outro aspecto muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O tempo está esgotado, doutora, são dez minutos, mas vou lhe dar, por tolerância, dois minutos.

A SRª MAIRA SMITH – Eu gostaria de mencionar outro aspecto que é muito ruim, não consegui contemplar todas as emendas, que é a lista de repartição de benefícios, art. 17, §9º, que é uma lista positiva. Ela é muito prejudicial aos provedores. E faço aqui um apelo a vocês, no sentido de que, pelo menos, invertam a lógica dessa lista, fazendo uma lista negativa, fazendo uma emenda que faça com que sejam acordados os produtos que não são passíveis de repartição de benefícios, e não uma lista indicando quais são os produtos passíveis de repartição de benefícios.

Eu agradeço o tempo extra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A senhora tem mais um minuto, se quiser.

A SRª MAIRA SMITH – Ah, está bem.

Outro aspecto que acho importantíssimo: nós somos favoráveis ao cadastro, sim; somos favoráveis a desburocratizar o processo. Mas nós pedimos que o processo de notificação do cadastro tenha a participação do Poder Público para que possa avaliar, quando houver conhecimento tradicional associado envolvido, em que casos o termo de anuência prévia apresentado é legítimo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço à representante da Funai e passo, agora, a palavra à Srª Elisa Romano, especialista em Política e Indústria da Gerência de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria.

A SRª ELISA ROMANO DEZOLT – Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade, pelo convite à CNI para estar aqui.

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Presidente Otto Alencar.

Vou falar aqui rapidamente sobre a visão da indústria a respeito do novo projeto, do novo marco legal da biodiversidade.

Fiz aqui alguns eslaides, para a gente tentar seguir.

Bom, como é do conhecimento de todos, o Brasil é um país megadiverso e tem uma grande oportunidade de desenvolver um conhecimento e explorar o potencial da biotecnologia. Ele tem uma liderança natural nessas discussões, internacionalmente também, mas modernizar o marco regulatório é essencial para que a gente consiga desenvolver essa bioeconomia, como a expositora Rosa Miriam, da Embrapa, já tinha comentado aqui antes.

A gente entende que a biodiversidade tem que ser manejada de forma sustentável e tem que ser percebida como uma plataforma para pesquisa, desenvolvimento e inovação, e o Brasil tem todo esse potencial.

Bom também entendemos que o Congresso nacional tem um papel fundamental nessas discussões, para a gente ter a segurança jurídica que todo mundo busca hoje, então, uma lei efetiva, clara, que seja passível de regulamentação e implementação. A gente vê que muitos dos problemas que a medida provisória atual, em vigor hoje, traz decorrem da falta de segurança jurídica, da falta de regras claras que a gente tanto busca aqui.

A CNI tem discutido esse assunto já há bastante tempo, e, em conversas dentro do setor e também em conversas com alguns representantes de povos indígenas de comunidades tradicionais, a gente seguiu algumas premissas que entendemos que abarcariam os interesses de toda a sociedade. Quais seriam elas? Bom, o patrimônio genético é bem de uso comum do povo, mas, de acordo com a lei complementar em vigor desde 2011, a gestão seria feita pela União. A biodiversidade tem um potencial para trazer muitos benefícios para a sociedade como um todo. Quer dizer, esse uso da biodiversidade, o conhecimento e uso da biodiversidade transcende os interesses de uma instituição, de uma empresa ou de um governo. Ele deve ser visto como algo benéfico para toda a sociedade, seguramente a brasileira e quiçá global também, no desenvolvimento de novos produtos, partindo aí da inovação com o uso da biodiversidade.

Um dos pontos principais em que a gente vai entrar, que o projeto de lei, que essas negociações trabalham, que também entendemos que é consenso entre todos os envolvidos, todos os atores envolvidos, é que precisa haver a desburocratização do acesso, ou seja, medidas mais simplificadas para que seja possível pesquisar a biodiversidade e acessar não só o conhecimento, mas também ter um uso econômico dela. Então, a desburocratização do acesso é essencial e a repartição de benefícios tem que decorrer do uso econômico do produto resultado do acesso.

São imprescindíveis regras estáveis, como eu já falei, garantindo a segurança jurídica, e que deem estímulo, a legislação estimule a pesquisa e o uso sustentável da biodiversidade.

O PLC que agora estamos aqui debatendo apresenta muitas inovações e tem um papel muito importante para que essas questões sejam resolvidas. Ele corrige diversos obstáculos que são impostos pelo marco regulatório atual, ele detalha e aprimora várias definições que ainda estavam muito obscuras, mesmo na medida provisória, conceitos, traz definições mais claras e ele promove um ambiente favorável para a regularização e adequação das atividades.

Muitas atividades hoje, sejam de pesquisa científica, sejam de uso econômico da biodiversidade, estão irregulares, sofreram diversas multas decorrentes da insegurança jurídica, dessas obscuridades que estavam previstas na medida provisória até do próprio desconhecimento. Existem diversos casos de empresas, principalmente pequenas empresas, que sequer sabiam que existia uma medida provisória e muitas vezes não se viam lá dentro. E, de repente, eram surpreendidas com multas, tentavam regularizar e aí todos já conhecem a história do que é tentar uma autorização junto ao CGEN. Então a gente entende que esse projeto de lei prevê segurança jurídica tanto para os usuários quanto para os provedores dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

As principais inovações que a gente viu e, de novo, voltando às premissas, ao que a gente entendia que era importante que constasse do projeto, a gente viu contempladas nele: a criação de um sistema declaratório para as atividades de acesso – seria esse cadastro, seria a simplificação do acesso; para as empresas brasileiras, em particular, seria só o cadastro dos usuários da biodiversidade aqui no Brasil. Isso é fundamental para a desburocratização do processo de acesso. Quer dizer, com base nisso a gente resolve uma boa parte do problema no sentido da desburocratização. Regras claras para a repartição de benefícios decorrentes do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado também eram imprescindíveis. A medida provisória atual deixa tudo muito a critério. Mas, de novo, como a representante da Funai falou, o patrimônio genético era visto de uma outra forma, não era bem de uso comum do povo. Agora, revertendo isso nesse novo projeto, a gente consegue ter regras claras também para quem recebe, sobre como recebe, e para quem gere esses recursos resultados da repartição de benefícios. E ela prevê regras de transição e regularização que incentivam a aderência ao sistema. Muitos novos usuários que não sabiam se estavam no sistema ou fora e que levavam multas agora têm uma possibilidade de se adequar e de ficar legais.

A gente tem visto, a CNI tem entendido que a sociedade pode se beneficiar muito com o novo sistema. Repito: não é só o setor usuário; é a sociedade como um todo. As próprias comunidades tradicionais terem reconhecidos, comecem, na verdade, a perceber a repartição de benefícios, o que hoje não acontece, desburocratizando-se o acesso, como esse marco legal permite. Assim a gente consegue ter um número maior de pedidos de conhecimento da biodiversidade e de uso da biodiversidade e, com isso, se tem a repartição de benefícios. Isso, para a economia, gera empregos, aumenta a arrecadação, inova, a gente começa a levar adiante, a colocar em prática um novo setor, que é o setor da bioeconomia, no qual o Brasil tem um potencial muito grande.

É essencial que o marco regulatório esteja alinhado a modernas políticas para incentivar também a política de desenvolvimento e inovação. A gente entende que esse marco está indo nesse caminho. Ainda há

outros marcos, não necessariamente esse, que têm que ser revistos ou aprimorados também para caminhar juntos, mas isso é importante para impulsionar a biotecnologia no Brasil. E vão beneficiar também outros setores de utilizam a biodiversidade.

A gente está falando de uma gama de setores. Hoje, quando se faz essa discussão sobre o uso da biodiversidade, a gente se restringe à lembrança de alguns setores que vêm à mente, que são aqueles que fazem uso direto da biodiversidade, e se esquece do potencial que a gente tem de expandir isso para outros setores da economia.

Eu acho que é isso.

A gente está aqui à disposição. A CNI trabalhou muito a favor desse projeto. A gente acha que mesmo que... Todo projeto tem a oportunidade de ser melhorado, de ter corrigidas algumas coisas, mas, num processo de negociação, esse é um projeto que atende. Talvez a gente possa corrigir algumas falhas não de mérito, mas que possam estar incomodando, vamos dizer assim, que não estão atendendo aos pleitos de alguns setores, para que a gente consiga ter uma lei que seja efetiva e que seja boa para o Brasil, não seja boa só para a indústria brasileira, mas boa para toda a sociedade e, reforço, uma lei que permita também que essa repartição de benefícios aconteça e que a gente cumpra efetivamente com os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço à Dr^a Elisa.

Eu queria só esclarecer que ontem nós tivemos uma reunião, isso vai para a Dr^a Maira Smith, foram discutidos alguns temas que a senhora colocou aqui ontem com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e, como a Funai é órgão de Governo, pode procurar a Ministra para discutir essas questões.

Nós vamos ter uma reunião na próxima terça-feira, às 9 horas, só para debater seis pontos polêmicos que estão ainda em discussão, que não têm acordo, para chegar ao entendimento que possa contemplar todas essas colocações que a doutora fez aqui.

Eu queria passar agora a palavra à Dr^a Adriana, Vice-Presidente Executiva do Grupo FarmaBrasil.

A SR^a ADRIANA DIAFÉRIA – Bom dia a todos.

Cumprimentamos o Senador Otto, Presidente da Comissão, e todos aqui e agradecemos imensamente a oportunidade de, neste momento, fazer esta exposição acerca dos trabalhos do Grupo FarmaBrasil.

Na verdade, o Grupo FarmaBrasil é uma associação de indústrias farmacêuticas que assumiu a liderança do que se chamou, ao longo do processo, de Coalizão pela Biodiversidade, que foi a junção de dez entidades do setor produtivo que viram, a partir do momento em que começaram a ser adotadas medidas por parte do Ibama com a penalização de empresas por conta da identificação de situações de irregularidade na questão do acesso, na implementação da MP 2.186, essas entidades acabaram entendendo que havia a necessidade de se articularem e de se organizarem para, justamente, fazer uma mobilização junto ao Governo e solicitar urgentemente a revisão desse marco regulatório.

A Coalizão pela Biodiversidade, além do Grupo FarmaBrasil, é constituída pela Abihpec, que é a Associação de Cosméticos, Higiene Pessoal e Perfumaria; Abiquim, que é a Indústria Química; a Abipla, que é a Indústria de Saneantes; a Abifina, que é a Indústria de Químicos para Fármacos e Biotecnologia; a Alanac, que é a Associação dos Laboratórios Nacionais; a Abifisa, que é a Associação das Indústrias de Fitoterápicos no Brasil; a Abia, que é a associação da cadeia de alimentos; nós tivemos também a participação do Instituto Ethos e do MEB, que é um Movimento Empresarial pela Biodiversidade, mas ligado ao segmento da área de cosméticos; também tivemos a participação do CEBDS, que é outra organização defensora das questões do desenvolvimento sustentável pela parte privada. Em cooperação, também tivemos a participação da CNI, da CNA, a Confederação Nacional da Agricultura, e agora, mais nessa fase final, da Frente Parlamentar da Agricultura, por conta das discussões que se travaram na Câmara dos Deputados para a revisão dos aspectos específicos relativos ao agronegócio.

Essa Coalizão pela Biodiversidade tem trabalhado conjuntamente há mais de três anos. Esse trabalho se instaurou exatamente no momento em que o Ibama, pela Operação Novos Rumos, adotou uma série de medidas em face das questões de irregularidade. Então a gente deu, de fato, início a esse processo de interlocução, fazendo justamente uma aproximação junto ao Governo, fazendo pleito de uma reforma dessa legislação que afetava tantos interesses, mas, mais do que isso, pela oportunidade que essa situação crítica gerada pelas autuações criou para que, de fato, as indústrias se engajassem num processo para revisão de um marco regulatório que se mostra de extrema relevância para o nosso País.

Então, acho que é muito importante, neste espaço aqui, na casa do Senado, deixarmos registrada essa mensagem de que a indústria vê, nessa legislação, a Convenção de Diversidade Biológica e a revisão do marco regulatório de acesso à biodiversidade, uma grande oportunidade para trazermos novos cenários econômicos

para o nosso País e trazermos uma realidade social de benefícios, a partir da geração de bens de consumo, a partir do uso e do acesso à nossa biodiversidade e também dos conhecimentos tradicionais associados.

Em nenhum momento, essa mobilização tomou o sentido de contrariar interesses, ela foi uma mobilização no sentido de construirmos consensos. Tenho certeza de que, se os senhores tiverem a oportunidade de conversar individualmente com cada um desses segmentos, terão a impressão de que nenhum segmento individualmente ficou plenamente satisfeito com a proposta, mas, como sabemos, tudo na vida tem que sempre caminhar dentro dos consensos possíveis. Então, esse PLC nº 2, que está na Câmara, reflete, pelo menos na perspectiva da indústria, os consensos que foram possíveis ser estabelecidos para chegarmos a uma nova realidade na legislação de acesso em nosso País.

Toda essa mobilização foi feita levando em consideração a realidade econômica desses segmentos, a importância de adentrarmos a essa nova realidade com segurança jurídica, porque, como já foi longamente dito ontem na mesa com o Governo e em algumas exposições que já me antecederam, os senhores já tiveram oportunidade de perceber que o marco regulatório atual é absolutamente inadequado, é um marco regulatório que urgentemente precisa ser revisto, temos essa legislação no País desde 2001 e, se olharmos o resultado dessa legislação, não chegam a ser cem os contratos de repartição de benefícios.

Temos uma medida provisória que, hoje, da forma como estabelece o regime, é um desestímulo ao uso da nossa biodiversidade, e um País megabiodiverso como o Brasil é, com essas potencialidades todas existentes, não pode, como indústria, abandonar esse patrimônio porque temos um marco regulatório inadequado em nosso País.

Então, esse esforço, sim, é um esforço que representa os consensos possíveis dentro da realidade do segmento econômico e a construção possível para ter o maior grau de segurança jurídica para podermos transitar nessa matéria.

Tentei fazer aqui, rapidamente, um resumo para os senhores, para, inclusive, deixar um material registrado na Casa e nos colocarmos à disposição para eventuais esclarecimentos técnicos futuramente, mas, se olharmos na história do tempo e, principalmente, olharmos a evolução do direito ambiental no nosso País, a mensagem maior que gostaria de passar é que... (*Pausa.*) Se olharmos, o direito ambiental teve alguns momentos relevantes na história. Na década de 70, com a Declaração de Estocolmo, trouxemos, de fato, a primeira dimensão dos direitos ambientais, que foi justamente a que traz a necessidade da conservação e preservação do meio ambiente em razão da sua finitude.

Já na década, aqui em 1992, portanto, 20 anos depois, começamos uma segunda onda do direito ambiental que justamente vem calcada dentro do quê? Da lógica do princípio do desenvolvimento sustentável. Por que friso isso? Porque, a partir da década de 90 para cá – e este acho que sempre foi um dos maiores desafios para a legislação ambiental: justamente trabalhar dentro desse novo paradigma, tentando estabelecer o uso sustentável da biodiversidade equilibrado, portanto, o desenvolvimento econômico e a preservação da biodiversidade dentro de uma lógica que fosse benéfica para a conservação ambiental –, os instrumentos internacionais que tiveram a oportunidade de serem estabelecidos, como foi o caso da Convenção de Diversidade Biológica, da Convenção de Mudanças Climáticas, da Agenda 21, nesses instrumentos todos, se os senhores tiverem a oportunidade de extrair qual foi a principal mensagem, era justamente sempre o estabelecimento de mecanismos de compensação. Mesmo na Convenção de Mudanças Climática, sempre foi o mecanismo de compensação: eu uso o meio ambiente, mas compenso esse uso de alguma forma. Então, o maior desafio que veio para a medida provisória era justamente tentar estabelecer esse mecanismo, respeitando os princípios e as premissas da Convenção.

Porém, se nós pensarmos e olharmos para a realidade econômica do nosso País, o que nós tínhamos na indústria – principalmente na pesquisa focada para a geração de inovações – em 2001 e o que nós temos hoje em 2015 são realidades totalmente diferentes. Para além do cenário jurídico, ou seja, das dificuldades jurídicas para a definição do marco regulatório de 2001, nós temos, hoje, em 2015, um cenário econômico bastante diferenciado, ou seja, hoje nós temos no País uma indústria instalada com disposição para a realização da pesquisa. Hoje nós temos uma outra ótica e uma nova lógica para o desenvolvimento dessa realidade no País. Por isso que essa legislação se mostra extremamente fundamental.

(Soa a campanha.)

A SRª ADRIANA DIAFÉRIA – Vou passar agora muito rapidamente, porque isso aqui, outras...

Aqui foram as questões dos entraves já apontados pelos outros palestrantes, os gargalos que a MP estabeleceu, gerando um desestímulo. Para os senhores terem uma ideia, muitas empresas hoje optam por utilizar recursos genéticos de outros países para não terem que enfrentar a burocracia de acesso à biodiversidade brasileira.

Os benefícios que podem ser resultantes dessa iniciativa e desse esforço de revisão do marco regulatório – e aqui, então, vamos entrar diretamente na questão das premissas de construção desse novo marco legal, principalmente na questão da proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Eu acho que isso aqui é uma coisa importante de a gente colocar também: em toda essa proposta, não obstante existam pontos específicos em que as comunidades apontam que pode haver algum ponto de divergência, nós temos, sim, a possibilidade de proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Como os senhores verão, aqui, rapidamente, nós tivemos a renovação de alguns conceitos que são relevantes, em que nós podemos entrar depois, numa outra oportunidade.

Na definição de produto acabado e produto intermediário, que foi uma nova sistemática para a definição do elo de incidência da repartição de benefícios, portanto, a grande dificuldade que se tinha era que os elos primários das cadeias produtivas, como o caso das cadeias de extratos, cadeias de insumos, em que não existe nenhum tipo de agregação de valor à geração dessa matéria-prima para consumo em outros elos, nós chegamos a fazer a avaliação do que representaria a cobrança de 1% sobre a receita líquida desse produto. Praticamente esses elos seriam inviabilizados.

Então, a decisão e a opção de sugerir que a incidência fosse no elo do produto acabado era justamente por conta da possibilidade de você ter uma agregação de valor ao produto. O produto final que vai para o mercado é o produto que tem agregação de valor ao produto.

Enfim, as questões das atividades agrícolas que tiveram a especificação de cinco segmentos e têm uma lógica de incidência da RB diferente da lógica para os segmentos industriais, pelas especificidades do setor – talvez, depois, a CNA terá a oportunidade de dar alguns destaques.

A questão da governança, que agora inova o novo modelo em que garante a participação do setor empresarial, do setor acadêmico, indígenas, comunidades de agricultores tradicionais, portanto, todos estarão sentados na mesma mesa para estabelecer a regulamentação e acompanhar a implementação dessa legislação.

Temos aqui quem são os sujeitos do cadastro, como é que ficou, portanto, o cadastro, essa lógica do cadastro, que vem a substituir a lógica da autorização, traz uma flexibilidade e uma agilidade para o sistema extremamente relevante, porque a pesquisa não pode ficar aguardando, às vezes, uma análise burocrática necessária, mas que, muitas vezes, no caso da Lei 2.186, representava de dois a três anos para você iniciar uma pesquisa; quer dizer, isso, na prática, para geração de inovações, é inviável.

A questão das autorizações prévias, que são as hipóteses específicas que têm um tratamento especializado.

O regime de fiscalização, que foi descentralizado de acordo com a área afeta, portanto, a biologia marinha vai ser tratada pela Marinha, as atividades agrícolas terão a fiscalização por parte da Agricultura, e o restante da biodiversidade, pelo Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para concluir.

A SRª ADRIANA DIAFÉRIA – E vamos lá, rapidamente, agora, ao que é o mais importante e que eu queria deixar registrado.

Na repartição de benefícios, a gente teve uma inovação extremamente relevante: hoje, o que se fala da cobrança de 1% é que ela não é um tributo. E por que não é um tributo? Porque é escolha; é uma escolha do usuário. E como escolha, no caso, quando envolver conhecimento tradicional associado identificável de uma comunidade identificada, você vai ter a possibilidade de definir os percentuais e os valores que devem ser pagos.

Então, se eu como empresa tomo uma decisão de acessar um patrimônio genético, exclusivamente patrimônio genético, eu vou ter que respeitar o percentual estabelecido na lei, se eu decidir pela monetária. Mas eu posso decidir por fazer uma modalidade não monetária. Portanto, em vez de eu pagar 1% para o fundo, eu posso pagar diretamente em projetos que vão ser implementados na prática. Se eu fizer um acesso a um conhecimento tradicional identificado, eu vou ter a possibilidade de negociar diretamente com a comunidade, independentemente de qualquer percentual preestabelecido. Ela é uma livre negociação com as comunidades.

Então, essa abertura, essa lógica, essa sistemática que está sendo estabelecida no PLC inova em absoluto a regra da 2.186 e, com certeza, vai criar um cenário muito mais propício e muito mais ampliado de possibilidades em que as comunidades, à medida que autorizarem o acesso aos seus conhecimentos, vão ter a sua compensação. Há a possibilidade de você acessar o patrimônio genético, que você pode recolher para fundo ou pode aplicar em não monetária.

Portanto, a gente tem agora um universo bastante amplo de possibilidades em que você vai fazer o pagamento da repartição de benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O tempo está esgotado, Drª Adriana. Para concluir, por favor.

A SRª ADRIANA DIAFÉRIA – Para concluir, eu acho que um capítulo extremamente relevante, que, na verdade, foi a origem de todo o processo, é o capítulo de regularização. Esse capítulo vai criar a possibilidade

de você ter a solução das situações que ficaram indefinidas, num impasse, no passado, porque nós tínhamos interpretações diversas de órgãos do governo na implementação da 2.186. Agora, esse capítulo realmente sana todo esse passado, cria possibilidade para o recolhimento das repartições de benefícios que fiquem em aberto e cria, em especial, um ambiente de confiança que vai fazer com que todos se sintam, agora, confortáveis em implementar essa legislação.

Então, para finalizar, eu queria deixar uma mensagem muito clara. Esse PLC, da forma como está colocado e da forma como veio aprovado, tenho certeza de que vai trazer uma série de benefícios. E aí eu digo para a população brasileira que, pela primeira vez, nós vamos ter uma legislação inovadora no País, que vai criar um cenário possível para que a indústria e as nossas instituições de pesquisa entrem nessa nova realidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço e parabenizo a Dr^a Adriana e concedo a palavra ao Dr. Nilson Gabas Junior, que é o Diretor do museu paraense Emílio Goeldi.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Só para justificar esse senta e levanta dos Senadores. Não é nenhuma desconsideração aos nossos convidados. É que cada um de nós tem atividades paralelas em duas ou três comissões. Por isso esse movimento de senta e levanta dos Senadores. Por exemplo, hoje eu tenho que estar aqui e em duas comissões votando a Presidência da comissão. Por isso esse senta e levanta dos Senadores. Não é nenhuma desconsideração aos nossos convidados. Parece que não, mas a gente começa a trabalhar desde às 8 horas em várias comissões.

É isso, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, se fosse possível, eu gostaria de receber as exposições, porque, mesmo que a gente acompanhe...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não em cópia papel, não é, Moka? Pelo menos que se mande em *e-mail* eletrônico. Por exemplo, no *site* da Comissão também a gente baixa, mas é importante...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria de receber essa contribuição para ajudar. Eu tenho um resumo do projeto, mas eu percebo, pela fala, desde ontem, que há algumas coisas que talvez a gente possa melhorar, realmente, na redação, ainda que isso signifique voltar para a Câmara. “Se mexer em alguma coisa, tem que voltar para a Câmara.” Mas aí paciência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Moka, ontem não houve nenhuma apresentação desse nível. Foi hoje que houve. Nós vamos encaminhar e poderemos também encaminhar os vídeos todos para os Senadores. Vou determinar que se faça isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu fico muito agradecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Porque ontem não houve nenhuma exposição nesse nível em que foi feito aqui hoje. Mas nós vamos encaminhar os vídeos, eu já determinei, para todos os Senadores tomarem conhecimento.

Agora, com a palavra o Dr. Gabas.

O SR. NILSON GABAS JR. – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero agradecer imensamente a chance, a oportunidade de estar aqui, agradecer ao Presidente desta importante Comissão e das duas Comissões, agradecer ao Senador Paulo Rocha que me fez o convite para estar aqui representando a mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia, a segunda mais antiga do País.

Trata-se aqui de discutir, sob diversos aspectos, um projeto de lei, um PL que pode afetar, de maneira contundente, a vida dos brasileiros, sobretudo dos brasileiros amazônidas. Não é porque sou diretor de um instituto da Amazônia, mas convenhamos que a biodiversidade, sobretudo do bioma amazônico, é uma das maiores e menos conhecidas do País. Então, tratando de uma maneira contundente e o mais compreensível possível do conhecimento e da apropriação do conhecimento dessa biodiversidade, a gente pode falar em solução de problemas, os quais nem conhecemos ainda tal a contundência disso.

Pelo acompanhamento que venho fazendo dessa tramitação do PL 02, trata-se de um tema que vem ganhando muitos adeptos e defensores, especialmente pelo número de audiências, seminários e debates, o que a gente vem reconhecendo de maneira bastante positiva. É de fato um tema polêmico e, se não for bem articulado em todas as suas variáveis, matizes e implicações, sobretudo implicações, ele pode ter uma contun-

dência negativa principalmente na soberania nacional e pode ter o efeito de tornar inócua uma efetiva chance para o desenvolvimento nacional e, acima de tudo, regional.

A gente não deve esquecer que neste Governo, nos dez últimos anos de governo, a gente tem visto uma preocupação muito grande em tirar o País da miséria, em oferecer às populações menos agraciadas de desenvolvimento um efetivo desenvolvimento, então, para essas populações, quer diminuir as desigualdades regionais. A gente sabe que o Sul e o Sudeste têm um padrão de desenvolvimento muito melhor do que o de todos nós da região Norte. A região Nordeste já vem se desenvolvendo melhor nestes últimos dez, quinze anos, mas a região Norte ainda não.

Nós, no Museu Goeldi, somos um instituto de pesquisa que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, trabalhamos não apenas com a produção de conhecimento, mas com a sócio e biodiversidade amazônica, mas, recentemente, de uns cinco anos para cá, também passamos a nos esforçar para produzir e sermos efetivos nos resultados dessas pesquisas, transformando-os em inovação, seja por processos novos, seja por produtos novos, patentes etc. Quando cabível, a gente consegue fazer isso. Estamos articulados em sermos um centro de pesquisa que somos sede de uma rede de núcleos de inovação e transferência de tecnologia. São doze instituições ligadas a nós na Amazônia oriental e, desde a criação dessa rede, há cerca de cinco, seis anos, por uma iniciativa bastante importante do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós desenvolvemos, ou solicitamos, ou temos registrados 120 pedidos de patente. Não é uma coisa simples.

Nesse contexto, nós, junto aos demais institutos da Amazônia, sobretudo da Amazônia, temos grande responsabilidade não apenas científica e tecnológica, mas em inovação, principalmente para com as comunidades com as quais trabalhamos: indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, ainda mais agora às vésperas da votação, na Câmara, de uma coisa que ainda não foi citada aqui, mas que é importantíssima que se tenha, que tenhamos em vista, que é o PL 2.177, de 2011, o chamado Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que se iniciou como uma proposta do Deputado Sibá, uma proposta de revisão da Lei de Inovação. Então, ela abre uma perspectiva imensa de que institutos de ciência e tecnologia agreguem o sentimento e a necessidade de inovação aos seus núcleos de inovação tecnológica associados.

Nesse contexto, sob a luz do que preconiza o PL 7.735, agora PLC 02, nós identificamos diversos pontos positivos, vários deles, talvez a maioria, já citados aqui. Um deles, inclusive, trata especificamente da questão do acesso não ao patrimônio genético, mas à biodiversidade em si. Até muito pouco tempo atrás, todos os pesquisadores brasileiros ou estrangeiros que faziam acesso à biodiversidade no sentido de fazer coleta, identificar uma espécie ou espécime estavam ilegais no País, sob o risco de serem presos. Alguns, inclusive, foram presos. Isso agora temos regulamentado. O PLC regulamenta isso de maneira bastante tranquila, clara. Então, quem pretende fazer pesquisa sem necessariamente acessar patrimônio genético não está mais, de acordo com o PLC, na ilegalidade. Isso deu uma tranquilidade muito grande à comunidade científica.

Nós também identificamos alguns pontos que, se não forem corrigidos, refeitos e bem analisados, poderão não só pôr em risco a integridade dessa soberania nacional que eu mencionei, mas principalmente ter o efeito de negar às populações tradicionais uma melhor condição de vida, uma efetiva possibilidade de desenvolvimento, o que pode ser muito ruim para a Amazônia, que depende desse desenvolvimento.

Um desses pontos refere-se à necessidade – e nós identificamos isso muito claramente – de vinculação no PL de pessoa jurídica estrangeira a uma ICT brasileira. Isso não está previsto. Quando você vincula a iniciativa de prospecção a uma ICT brasileira, abre uma gama de possibilidades que vão desde uma melhor efetividade em cooperação internacional, você tem de mecanismos efetivos para estabelecer cooperação internacional do mais alto nível. Ou seja, você se apropria de laboratórios que nós ainda não temos aqui no Brasil para rodar certos experimentos no exterior e, do ponto de vista científico, auxilia no processo de formação de recursos humanos. Quando eu falo de formação de recursos humanos, talvez isso não tenha um grande impacto, de novo, para o Sul e Sudeste. Mas, para a Amazônia, formar recursos humanos de alta capacidade, que fiquem na região e que ajudem a produzir o desenvolvimento sustentável da região é importantíssimo, é um item muito forte nessa agenda e pauta.

Também há uma possibilidade clara de transparência nos negócios via utilização dos escritórios e dos núcleos de inovação tecnológica, o que implica numa plena repartição de benefícios. E fortalecimento desses NITs (Núcleos de Informação Tecnológica), além de um ponto de vista bem específico do PLC de maior transparência nas eventuais remessas de organismos ao exterior. Então, esse é um ponto do PLC que não está muito bem claro.

Eu não estava aqui ontem, mas, como foi dito pelo representante do MCTI, deveriam fazer mais ou melhor uso dos mecanismos já existentes e preconizados regimentalmente no marco legal de ciência e tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq é o responsável pela vinculação de qualquer pesquisador estrangeiro que queira fazer pesquisa no País. Ele precisa associar-se a um pes-

quisador brasileiro que pertença a uma instituição científica aqui, para poder conferir legalidade ao processo e, sobretudo, às eventuais transferências. Gente, é muito comum receber material do estrangeiro para os nossos pesquisadores aqui, os *experts* brasileiros fazerem o reconhecimento dessas espécies e mandarem material para lá para que seja feito o mesmo pelos especialistas de lá. Então, no que se refere a acesso aos conhecimentos, ao patrimônio genético, isso pode ser feito com muita tranquilidade e transparência.

Em relação ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios, há diversos pontos, como muito bem citado aqui pela representante do grupo Farma. O PLC traz diversos avanços, mas, como, no nosso entender, o diabo mora no detalhe, há vários pontos que, apesar dos avanços, precisam ser melhor explicitados e melhor habilitados para que haja não apenas transparência, mas efetividade sobretudo na repartição de benefícios.

Então, o conceito de produto acabado restringe, do nosso ponto de vista... Quanto a isso, eu estava conversando, agora há pouco, com o vice-presidente da Fiocruz, e é completamente debatível: se você deve manter produto acabado ou interpor uma outra escala de produto intermediário nessa escala de acesso ao patrimônio genético.

Então, existem pontos que não estão muito bem esclarecidos, debatidos, talvez até com implicações sérias quanto ao regime de urgência que foi solicitado para que a matéria tramitasse nas Casas. Então, se o Senado entender não apenas que deva voltar para a Câmara, mas voltar retirando o regime de urgência, talvez isso permitisse uma maior possibilidade de que, pela abrangência do tema ou dos temas e das questões envolvidas, fosse feito o debate com uma melhor tranquilidade talvez.

Identificamos também alguma dificuldade na transigência dos acordos setoriais. O PL não explicita qual será a participação efetiva dos indígenas, das comunidades quilombolas e das suas entidades representativas. A conceituação dada – esse é um ponto importante – ao agricultor tradicional e à agricultura tradicional não leva em consideração o marco legal sobre agricultura familiar. Então, esse é um ponto, sobretudo para a Amazônia, que precisa ser trazido para o âmbito do PLC.

E a falta de uma efetiva participação das populações detentoras de conhecimento tradicional no sentido de outorga a essas populações do direito de decisão sobre o processo. Participar é um coisa, mas ter direito de decisão, decidir sobre o processo, é outra. Então, foi um avanço a participação deles, mas devem efetivamente decidir, falar: “Não, isso aqui não nos interessa, a gente tem o direito de bloquear isso aqui”.

Bom, eram essas as minhas considerações.

Eu agradeço pelo tempo de vocês.

Eu tenho a certeza de que as minhas considerações não serão as únicas e tenho, sobretudo, a certeza e a confiança de que esta Casa vai trabalhar e o texto do PLC vai receber os ajustes necessários à sua plenitude, o que vai fazer com que, sem dúvida, esse grande instrumento de desenvolvimento e inclusão social seja pleno a todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço ao Dr. Nilson Gabas e passo a palavra ao Sr. Luiz Antonio de Oliveira, que é o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

O SR. LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer a oportunidade dada ao INPA de ter a palavra aqui.

Eu vou fazer uma abordagem de dois pontos sobre os quais, eu acredito, talvez nossos colegas não vão fazer uma colocação um pouco mais consolidada e deixar as outras partes que eu sei que vão ser debatidas. Eu vou aqui dar enfoque mais para a Amazônia, e aí instituir a pesquisa, porque é realmente a área que a gente domina.

Eu trabalho no Inpa já há 38 anos, e em formação de recursos humanos. Na verdade, o embrião desta lei começou dentro do Inpa, mais ou menos em 1991, 1992, com a preocupação do governo brasileiro quanto à biopirataria. Então, existia a possibilidade do dolo sem a lei, mas, com o tempo, nós criamos uma lei que começou a causar dolo do outro lado. Eu tive uma situação de um orientado meu de doutorado que ficou esperando um ano para poder coletar material para a tese dele devido à lei draconiana que foi instituída.

Eu acho que houve um avanço muito grande agora. Toda lei tem que ter aquele equilíbrio, tem que evitar o dolo de um lado, mas também não pode causar dolo do outro lado. E eu acredito que nós estamos no caminho certo.

Eu tenho aqui algumas colocações de redação, cuja cópia eu poderia deixar com a Mesa, mas as colocações que eu vou fazer aqui não estão relacionadas com este texto.

A primeira: eu acho que nós temos que pensar em desonerar a pesquisa. Nós temos que avançar muito no conhecimento científico. Por exemplo, o cadastro que estão exigindo na lei, eu acho que poderia ser minimizado. Nós temos o CNPq, que poderia disciplinar isso daí e facilitar um pouco.

Essa autorização pela qual eu tive que esperar um ano, eu não estava pedindo em nome do Luiz Antonio, eu estava pedindo em nome do INPA, do MCT, quer dizer, da União. É a União que está sendo representada. Então, eu acho que nós temos que criar mecanismos para facilitar o nosso trabalho.

Outra coisa que é extremamente importante, é que realmente talvez falte um artigo destinado à pesquisa, ao conhecimento científico, eu acho que é o que falta na lei.

Então, vamos pegar o modelo de desenvolvimento da Amazônia, o PIN: ele tem cerca de 600 indústrias. Acho que o grande erro desse modelo – realmente ele deu toda a contribuição de desenvolvimento até agora na Região – foi não destinar parte do recurso para investimento e consolidação das instituições de pesquisa e ensino da Região Norte. Então, hoje nós estamos... As instituições, às vezes, têm tom deficiente e alguns Estados não têm centro de pesquisa consolidado. Se houvesse um pouco mais de destinação de incentivos fiscais para fortalecimento das instituições da Região Norte, nós poderíamos hoje ter um pouco mais de domínio da nossa biodiversidade.

Então, o potencial da Amazônia, como o pessoal fala, só para vocês terem uma ideia, o ser humano conhece cerca de 5.500 enzimas. Na Amazônia, numa estimativa por baixo, nós teríamos, pelo menos, umas 30 milhões de enzimas, só para vocês terem ideia.

Antibióticos... O *boom* de descoberta de grandes antibióticos terminou em 1960, mas nós temos hoje...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Quantas enzimas?

O SR. LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA – São conhecidas 5.500.

Na Amazônia, só de insetos, são estimados de 10 até 30 milhões. Se nós partimos do princípio de que cada espécie biológica tem que ter uma enzima para formar um composto único que a justifique como espécie e outra enzima para destruir esse componente específico, e, se nós colocarmos, por baixo, 10 milhões de insetos, tem que haver, pelo menos, 20 milhões de enzimas. Se nós considerarmos, por exemplo, as espécies vegetais superiores da Amazônia – há em torno de 25 mil –, cada folha que cai no solo tem que ser degradada por enzimas do solo. Então, cada espécie biológica que tem um composto tem que ter uma enzima que produza esse componente. E só na camada de liteira da floresta teríamos, então, 50 mil enzimas diferentes – só para vocês terem uma ideia. E nós não aproveitamos isso daí.

No polo industrial de Manaus, dessas 600 indústrias, que eu me lembre, das indústrias que têm interesse na biodiversidade, a Natura que nos procurou lá recentemente. A Petrobras é outra empresa que nos procurou para trabalhar em apoio à pesquisa. E nós precisamos procurar parceiros na área de indústria para podermos consolidar ciência e tecnologia em todo o País. No caso do polo industrial de Manaus, ele foi prorrogado por mais 50 anos, mas, com certeza, ele é tão vulnerável que, talvez, daqui a 30 anos, seja totalmente inviável. Se nós não começarmos a pensar agora em substituir pelo menos parte dessas indústrias, nós vamos ter problemas sérios lá no futuro, e a biodiversidade da Amazônia não está só na Amazônia brasileira, também está em outros países.

Eu fiz um cálculo aqui: se daqui a 30 anos nós conseguirmos substituir ou fortalecer o PIN – isso eu estou falando na Região da Amazônia, então vamos pensar nos outros Estados, no Acre, nos outros nove Estados ou pensar, então, na Amazônia como um todo –, se nós conseguirmos implantar 150 bioindústrias daqui a 30 anos, um quarto do potencial hoje do PIN de Manaus, nós teremos que viabilizar cinco bioindústrias por ano, para um quarto. Lembrando que o Sebrae disse que 70% das indústrias fracassam nos três primeiros anos, nós teríamos que fortalecer, criar, pelo menos, cinco para termos um quarto do potencial daqui a trinta anos.

Então, ou a gente investe realmente em ciência e tecnologia de uma forma consolidada, envolvendo as indústrias como parceiras, ou a gente vai ficar sempre falando que a Amazônia, que os nossos biomas têm um baita potencial biotecnológico e vamos ficar pagando *royalties* para empresas estrangeiras e trazendo bioprodutos de outros países.

Eu acho que esse PL deveria, dar um enfoque muito grande ao fortalecimento das ciências e tecnologias, procurando criar mecanismos de atrair as empresas para serem nossas parceiras, talvez isentando o dobro do Imposto de Renda de pessoa jurídica. Quer dizer, precisamos ter realmente mais investimentos, mais parcerias.

A prática tem mostrado que, na realidade, as instituições estão enfraquecendo. Eu só vou pegar um exemplo do Inpa. Em 1985, havia cerca de 1,5 mil funcionários. Hoje, estamos com 720 e perdemos cinco funcionários pelo menos, por mês, devido à idade. E dentre esses setecentos, duzentos estão já com idade e tempo para aposentadoria. Eu, por exemplo, estou há 45 anos na ativa e ainda não aposentei. (*Fora do microfone.*)

O SR. LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA – Eu acho que nós temos de realmente buscar mecanismos dentro da lei para exonerar os pesquisadores. Eu acho que não tem necessidade de eu ir à União ter de ficar pedindo autorização para fazer o que sou pago para fazer.

Basicamente, era isso que eu queria colocar. Realmente é algo um pouco diferente, mas é extremamente importante, senão não vamos avançar mesmo no aproveitamento da nossa biodiversidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu quero agradecer e parabenizar o vasto conhecimento do Dr. Luiz Antonio a respeito do tema.

Convido o Dr. Rodrigo Justus, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. RODRIGO JUSTUS – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Otto Alencar, em nome do qual cumprimento aqui todos os presentes.

Eu vou rapidamente colocar alguns pontos aqui que são da relação e do interesse direto com o setor agropecuário.

O setor de fármacos aqui colocou as imensas dificuldades. O setor da pesquisa, agora, aqui mostrou o quanto precisamos avançar.

Se existe um consenso total é o de que aquilo que temos hoje não funciona. Então, já temos um ponto de partida. E sobre os demais assuntos, tem-se discutido, nos últimos anos, sob todos os segmentos, os atores envolvidos na implementação da repartição de benefícios. Esse assunto tem sido discutido.

E qual é a posição do setor agropecuário? Primeiramente, é preciso que a gente resgate que a conservação da biodiversidade visa à conservação da biodiversidade em si, aquela existente na natureza, e ainda a relacionada ao CTA (Conhecimento Tradicional Associado), que são aqueles conhecimentos da utilização relacionados aos recursos genéticos. E esses direitos à repartição estão lá na CDB.

Mas o setor agropecuário brasileiro não está, felizmente, travado pela MP 2186, porque mais de 90% de toda a produção agropecuária nacional utiliza recursos genéticos que não têm origem no País.

Então, nós trabalhamos no sentido dos tratados e convenções internacionais que regem a questão relacionada a recursos fitogenéticos, ao melhoramento genético animal e vegetal. O Brasil não chegou nesse nível de produtividade e produção agropecuárias apenas com expansão de terras, mas, sim, através de desenvolvimento, pesquisa e melhoramento genético.

Se hoje nós colhemos quase sete vezes mais – proporcionalmente – nas culturas do que colhemos há quarenta anos, isso tudo se deve sim ao acesso a recursos genéticos, a maior parte deles de centro de origem no exterior.

Então, a vaca, o pato, o cabrito, o carneiro, a soja, o milho, todos esses recursos genéticos que compõem o PIB agropecuário, de uma forma geral, têm origem no exterior e são considerados plantas exóticas.

O nosso posicionamento sempre, nas negociações na Câmara – isto foi aceito e incorporado ao texto –, é de termos conceitos claros e objetivos e saber até onde se aplica a legislação. Há, inclusive, exceções relacionadas à repartição de benefício para espécies exóticas domesticadas, desde que elas tenham desenvolvido características próprias.

Nós temos tratados e convenções internacionais, recursos fitogenéticos para alimentação, o Tifa e outros protocolos referentes à questão animal. Não quisemos, de nenhuma forma, atrapalhar; inclusive participamos dessas discussões com o setor da pesquisa, do desenvolvimento e de fármacos. Ouvimos e estamos sempre aprendendo nessas discussões.

Vimos que nós precisamos, sim, de um novo modelo que incentive a pesquisa e diminua custos de transação. Até o próprio Governo é multado. Nós temos uma lei – foi falado o termo exato, Prof. Luiz Antonio – draconiana. Por que foi implementada uma norma tampão no ano de 2000? Porque a biodiversidade do País estava sendo roubada. Então, fez-se uma norma fechando a porteira e criando barreiras para evitar que os nossos conhecimentos, a nossa biodiversidade fosse patenteada lá fora. Esse foi o papel no ano 2000. Só que lá se vão 15 anos, e essa porteira fechada represou o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Agora, através do projeto, busca-se resolver essa questão.

Nós temos a maior biodiversidade do mundo, mas sequer conhecemos o que temos. Por quê? Porque, para conhecer algo, é preciso pedir uma autorização para procurar isso, já dizendo o que é e, mais, negociando o quanto vai ser pago por algo que não se sabe se já existe. Então, a lógica da nossa legislação não funciona. Por isso, estão aqui as nossas mudanças.

A nossa posição é clara pelo desenvolvimento, inclusive lutamos na Câmara e incluímos a participação de toda a sociedade no plenário do CGEN, tanto o setor econômico quanto o setor de pesquisa e tecnologia, todas as comunidades, com os endereços dos indígenas, das populações tradicionais. Nós conseguimos inserir todos no CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético), que vai regulamentar a aplicação dessa norma.

Há, sim, alguns pontos de divergência, mas no sentido base do incentivo à pesquisa, de desbloquearmos o avanço tecnológico e descriminalizarmos a iniciativa científica, hoje criminalizada. Todos que foram se regularizar no CGEN saíram com multas do Ibama e processos penais. Nós temos uma regra, hoje, que não prevê regularização; ela só prevê punição. Aquele que faz clandestinamente não tem como registrar o seu produto

depois, porque fez clandestinamente. Aquele que buscou regularizar saiu punido com multa e ação penal. Então, nós temos que dar um fim a isso e trabalhar, na sequência, nas regulamentações.

A nossa posição é de que se esse texto não traz óbices ao setor. As arestas que havia foram aparadas, e, se houver algumas modificações a fazer, elas serão pontuais.

Agradeço essa possibilidade de intervenção e fico à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradeço ao Prof. Rodrigo Justus, a todos e a todas pela objetividade que tiveram, ajudando-nos muito no trabalho – tanto a nós, Relatores, como aos Presidentes das Comissões.

De fato, trata-se de uma matéria que vem se arrastando há muito tempo e que é fundamental para o País, para a ciência, para a tecnologia, para a indústria, para as populações tradicionais, para a soberania brasileira, a fim de obtermos alguma proposta, algum marco regulatório que possa ajudar o Brasil, com a megabiodiversidade que tem, a não fazer um registro negativo do mal uso dela, do desconhecimento sobre ela.

Eu, que sou da Amazônia, sei o tamanho do prejuízo em que o País vive, mas especialmente de quem vive na Amazônia, por não usarmos, por não conhecermos, por não trabalharmos com essa mega biodiversidade deste País fantástico que é o Brasil.

Agradeço a todos que vieram, a esse chamamento tão em cima da hora, e pelas objetividades.

Vamos por fim ouvir o Sr. Valcler Rangel, Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu tenho um compromisso que já estava agendado, agora às 10h, na Promotoria Pública, mas nós vamos deixar aí...

Ouvimos com atenção algumas posições, temos algumas dúvidas, vamos consultar – inclusive com a Funai, depois eu quero conversar com você para a gente averiguar aquelas questões. Vou deixar a assessoria colhendo ainda essas informações, Sr. Presidente, para podermos ajudar na composição da Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes que V. Ex^a saia, seria bom, pedindo licença ao Sr. Valcler Rangel... O Senador Acir me propôs algo, seria bom se V. Ex^a pudesse propor na frente do nosso Relator, também, o Senador Telmário, e eu me posicionaria na condição de Relator aqui na CMA.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Está certo. Saúdo nosso Senador Jorge Viana, que preside esta Reunião e também é Relator na CMA; o Senador Telmário também é Relator, na CCT, dessa matéria; os demais Senadores e convidados, agradecendo a participação de todos nesta audiência pública.

Entendo que todo projeto importante, Senador Jorge Viana, traz consigo também suas divergências e eu diria que, assim como em outros projetos, é difícil aprovar um projeto perfeito, Senador Moka.

O fato é que este projeto tramita no Congresso há mais de 20 anos e é consenso entre todos que nós ouvimos hoje, e ontem também, que a MP 286 causa um prejuízo muito grande, tecnológico e econômico, ao nosso País.

Entendo que o fato de termos ouvido ontem o Governo e hoje a sociedade civil organizada – as instituições que têm uma relação direta com esse tema – nos coloca prontos para votarmos essa matéria nas nossas Comissões. Indago ao Senador Jorge Viana se seria possível cancelarmos, ou V. Ex^a retirar o pedido da audiência pública para a semana que vem, até porque essa matéria tramita em regime de urgência e o prazo nosso, nas Comissões, encerra-se no dia 21 próximo. De modo que na semana que vem, a própria Mesa pode requerer, em função de estar tramitando em regime de urgência, a votação direta no plenário e nós poderemos perder a oportunidade de debater nas nossas Comissões.

Eu me sinto já apto a fazer o relatório e votar, mas não gostaria de fazê-lo se tivermos ainda uma audiência pública para debater esse assunto. Entendo que o debate já nos traz elementos suficientes para votarmos essa matéria.

Eu gostaria, se V. Ex^a retirar o pedido de audiência pública para a terça-feira próxima, de colocar para votação na nossa Comissão de Agricultura amanhã, para debatermos com todos os membros da Comissão de Agricultura, em face de todas as opiniões que ouvimos ontem e hoje e também do fato de termos essa matéria em regime de urgência, com prazo final no dia 21 próximo.

Então, é esse pedido que faço a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há muitas emendas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Acir, colegas Senadores, penso assim, volto a repetir: o que nós ouvimos hoje aqui... Mesmo num prazo de dez minutos, ouvimos pessoas que trabalham com esse tema há muito tempo, que conhecem bem a matéria e isso é o fundamental para uma decisão do Senado.

Cada Senador busca se informar bem sobre uma matéria complexa como essa, que há 12 anos se debate, com a qual há 20 anos o Brasil lida.

E houve aqui um consenso de todos os que falaram – pelo menos –, desde a representante da Funai, que trouxe muitas preocupações, à representante da Farma, que trabalha com toda a indústria e que busca utilizar pelo menos parte da nossa biodiversidade.

O marco regulatório que temos hoje é um problema para todos os pesquisadores; é um prejuízo para o País, que vai das populações tradicionais, dos povos indígenas, à indústria, e nós precisamos ter algo que substitua esse marco regulatório prejudicial ao País.

A minha intenção como Relator... Essa é uma matéria complexa que está em cinco Comissões, tem cinco Relatores, e eu não posso me arvorar em querer mudar o curso das coisas. Nós temos um Regimento a cumprir. Então, eu proponho essa sugestão do Senador Acir... Por exemplo, o Senador Telmário, que está pedindo agora para sair, vai ouvir ainda, individualmente, vários setores que trouxeram preocupações. Eu farei o mesmo e vou fazer o melhor juízo possível daqueles temas que entendo como polêmicos e, quem sabe, podem sofrer algum aperfeiçoamento aqui.

Como – principalmente o argumento de V. Ex^a, Senador Acir – hoje eu já estou ouvindo, somado às informações que tenho colhido, muito do que eu chamaria de pontos polêmicos já foram colocados aqui — o representante da Funai colocou alguns pontos, representantes de várias entidades, e eu ainda vou para o Acre e terei várias reuniões até terça —, acho que V. Ex^a tem razão, eu vou apresentar um requerimento retirando, porque seria trazer talvez as mesmas pessoas para terça-feira. Eu prefiro usar este tempo, daqui até terça, conversando, aprofundando as preocupações com determinados setores que já identificamos e, a partir daí, construirmos um relatório com modificação ou não, aceitando ou não um ponto de vista ou outro. Mas eu vou formalizar então, Presidente Otto, a retirada do requerimento que sugeri, atendendo à solicitação do Relator Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu agradeço.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu queria só ratificar as palavras do Senador Acir.

Acho que é extremamente compreensível, dado ao afogadilho das votações que se aproximam, e a gente ouviu no geral, a CNI, a Embrapa, o grupo da farmácia, enfim é quase unânime o sentimento de aprovação do projeto. Algumas reclamações que existem nós vamos pontuar e debater, para buscar um bom termo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu peço então...

Da mesma maneira que apresentei oralmente o requerimento, eu solicito formalmente ao Presidente que ponha em apreciação a retirada do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação a proposição do Senador Jorge Viana.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo a palavra ao representante da Fiocruz, Sr. Valcler Rangel.

O SR. VALCLER RANGEL – Obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar a todos, agradecer o convite ao Senador Otto, ao Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado e Relator; ou seja, a todos os Senadores e colegas das instituições aqui presentes.

Eu estou aqui numa situação bem interessante. Sou o último a falar e já participei de uma primeira votação. Então, a situação é bem tranquila, quer dizer, podemos falar que a matéria vai sendo vencida.

Eu vou tentar passar aqui – de maneira muito breve, sem utilizar o tempo inteiro – a visão da Fiocruz em relação a isso. Acho que não vai trazer complicações, porque vai na mesma direção de uma série de colegas que colocaram aqui questões em relação ao projeto de lei.

Eu lamento profundamente o Presidente da Fundação, Paulo Gadelha, não poder estar aqui, exatamente porque ele está numa missão na França numa discussão da constituição do Instituto Fiocruz-Pasteur, para vocês terem uma ideia de como a gente tem trabalhado essa questão da cooperação internacional, que tem muito a ver com questões que estão colocadas neste projeto.

Quer dizer, muitas das questões ligadas aos desafios que temos neste âmbito têm a ver com desafios globais, têm a ver com desafios, como já foi bem colocado aqui, no âmbito da soberania nacional e no âmbito da geopolítica, eu diria, internacional, porque nós estamos falando de bens muito valiosos para a humanidade. E interessante que apesar de estarmos falando de uma geopolítica internacional, isso também tem a ver com aspectos nacionais e regionais brasileiros fundamentais, principalmente em relação a essas populações que durante muitos anos foram esquecidas no País. Então, essa é a nossa visão de que é preciso avançar; e que esse projeto avance.

A outra questão importante é colocar um pouco do aspecto da Fiocruz. É uma instituição que está completando, agora em maio, 115 anos, e por uma característica da sua constituição, trabalha no conjunto dessa cadeia produtiva que se relaciona no âmbito do uso da biodiversidade e daquilo que se convencionou chamar desenvolvimento sustentável. Ou seja, eu diria que também no tripé da convenção da biodiversidade, no âmbito da preocupação com as populações tradicionais. A gente tem projetos ligados aos quilombolas, aos indígenas, aos caiçaras. Temos muitos projetos de pesquisa básica, temos duas fábricas, uma fábrica de medicamentos e uma fábrica de vacinas. Portanto, nós estamos no conjunto da cadeia. E isso traz complicações, obviamente, para a execução da nossa missão. E esse projeto está relacionado diretamente a essa história.

E às vezes algumas dúvidas da gente também estão relacionadas a isso. Por exemplo, aquilo que se refere à questão da repartição de benefícios em relação aos produtos acabados ou produtos não acabados, como bem falou aqui o nosso diretor do Museu Goeldi. Ou seja, são dúvidas que estão colocadas, mas acho que há condições plenas de essas dúvidas serem dissipadas.

A outra questão importante que eu quero ressaltar – e por isso citei aqui a visita que o nosso presidente está fazendo à França – se refere à relação com as empresas estrangeiras. É muito importante que isso fique muito claro. Esse projeto acho que está também num caminho bem adequado. Nós acreditamos que essa entrada e a possibilidade de associação deva ser feita com as instituições públicas nacionais, brasileiras, para que haja condição de que essa execução de projetos com as empresas estrangeiras deem garantia para nós desse aspecto da soberania nacional. Então eu diria que essas questões que estão colocadas aí nesse projeto se referem a isso.

E eu queria destacar algumas outras, que são preocupações nossas, por essa situação de a Fiocruz se localizar desde uma pesquisa básica até a produção de medicamentos e vacinas, imunobiológicos. E um aspecto especial da Fiocruz: nós somos uma instituição do Ministério da Saúde, do Sistema Único de Saúde; a pesquisa e o olhar sobre a questão dos patógenos, como está colocada no projeto, que acaba a gente não falando muito sobre isso, a gente fala muito sobre a biodiversidade, e às vezes esquece que os patógenos também estão relacionados a essa questão. E hoje nós também, muitas vezes, temos travas para a pesquisa de patógenos. Há muitos pesquisadores que colocam essa questão para nós, quer dizer, a necessidade que existe de darmos respostas para as grandes epidemias e endemias brasileiras também passa por aí.

Então eu quero colocar esse ingrediente a mais, da importância desse projeto. Acho que temos essas importâncias mais gerais, mais globais e tal, e ele tem uma importância fundamental nessa questão do fortalecimento do SUS. Eu, por exemplo, só para não falar só de patógenos, mas também das respostas a eles, eu participo do Comitê Nacional da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Essa política, que foi estabelecida em 2006, com um programa nacional também coordenado pelo Ministério da Saúde, tem uma série de travamentos em função dessa questão.

Então o que nós temos? Um mercado na Europa, que chega a alcançar 30% do mercado de fitoterápicos, e aqui na América Latina não chega a 5%. E aqui no Brasil, a maior parte dos fitoterápicos que a gente tem são de plantas exóticas. Ou seja, é uma contradição absurda. Então, essas questões são centrais para serem observadas.

Como disse o colega, o Gabas, que colocou aqui do diabo e do detalhe, eu acho que nós estamos numa situação de conseguir – já foi falado isso aqui, eu fiquei até surpreso com o debate já acontecer, no sentido da agilidade dele –, mas acho que nós estamos num momento em que devemos atentar para os detalhes críticos do processo. Nós criamos um grupo de trabalho e estudo ali. Manuela é pesquisadora nossa e membro do CGEN e está aqui também. E eu estava falando exatamente isso para ela: no momento agora, temos que olhar os detalhes críticos. Exemplo: eu aqui reafirmo também a posição que foi colocada pela representante da Funai.

Não podemos chamar os povos indígenas de outra coisa que não seja povos indígenas! Não há como! Ou seja, esse tipo de questão não pode ser colocada. Nós não podemos permitir algum deslize em relação à questão da associação com a pesquisa internacional, com as empresas estrangeiras. Nós temos de permitir que a indústria nacional, que as empresas nacionais tenham condições de dar e de ter agilidade no processo de relacionamento com as instituições de pesquisa. Então: segurança, flexibilidade e agilidade quebram o que tem hoje; no caso, por exemplo, no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o que a gente vê reinando é medo e incerteza. É isso o que está colocado lá: medo e incerteza de fazer pesquisas, de colocar um produto na prateleira, porque pode ser multado, porque pode ser... Ou seja, é essa a situação que está sendo colocada.

Então, eu diria que nós estamos em um momento bastante importante. Eu chamaria esse momento de um pedaço de um início. Aí eu acho muito importante o projeto, mas eu diria que ele é o início para poder induzir pesquisa, para fazer a cadeia de formação de pessoas. Aliás, de novo... Desculpe-me ficar toda hora fazendo uma certa autorreferência à Fiocruz, mas a gente trabalha na cadeia produtiva na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico, na produção e no ensino. A gente forma pessoas. Então, nossos cinco mil e tantos servidores, com mais outros tantos trabalhadores que a gente tem, são 12 mil pessoas trabalhando em dez Estados do

Brasil. É assim que a Fiocruz se localiza hoje, não só no Rio de Janeiro, mas em dez Estados do Brasil, inclusive em dois Estados da Amazônia, a gente tem de olhar para todos os biomas e formar gente em todos os biomas. Formar pessoas, fazer pesquisas no semiárido, no Cerrado, na Mata Atlântica, na Amazônia, em todo lugar. É desse modo que nós estamos encarando esse processo.

Então, nossa preocupação é com a possibilidade de desburocratizar esse processo, de fazer com que a gente tenha... Eu confesso a vocês que eu estava com uma certa dúvida, e nós discutimos ali, sobre esse regime de urgência, mas, pelo visto, há um certo consenso em relação a se tratar dessa matéria de modo ágil. Eu acho que vale a gente manter interlocuções bilaterais nesse caso. Eu me comprometo aqui a encaminhar um documento para a Comissão, no sentido de tratar de observações pontuais que a gente faz em relação ao projeto e, mais uma vez, agradeço muito aqui a possibilidade de estar colocando a posição da Fundação Oswaldo Cruz aqui, o que é um prazer imenso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para esclarecimento. O projeto tramita com pedido de urgência constitucional?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, a primeira coisa que... Quer dizer... O Congresso aí... É só o Governo que pode tirar o pedido de urgência. Se não tiver, o que acontece na prática? O Senador Acir Gurgacz está dizendo que passando do dia 21, a Mesa Diretora pode, independente da tramitação nas Comissões, chamar esse projeto diretamente para o plenário do Senado. Acho que ele tranca a pauta.

Então, é muito melhor a gente abrir mão dessa audiência pública. Acho que vocês têm os Relatores já identificados. Se tiver ajuste de sintonia fina, como estou vendo que há, procurar os Relatores para a gente conseguir votar nas Comissões e, quem sabe, até um relatório de consenso. Eu vejo que está muito próximo disso. É uma questão só de a gente ter...

Agora, para isso, é preciso dar um tempo daqui para terça, para a semana que vem, a fim de que os Relatores também possam dialogar entre si sobre a contribuição que estão recebendo, Presidente. É só no sentido de quem quer, com muito boa-fé, que esse projeto seja votado em um consenso absoluto. Seria o melhor cenário para o Senado aqui e para os Presidentes das Comissões. É só essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Cada um de nós, além disso, é uma audiência pública ambulante; quer dizer, todos nós temos nossas relações que podem e devem ser mobilizadas para que cada um de nós se instrua o mais completamente possível para poder deliberar a matéria, independentemente de audiência pública formal aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Moka, é bom informar... Dificilmente nós vamos conseguir ter uma votação conjunta, pela quantidade de Senadores. São cinco Comissões. Mas V. Ex^a tem razão, os Relatores estão conversando.

Eu queria, inclusive, em respeito a representantes de entidades que são fundamentais, dizer que ao atender a proposição do Senador Acir eu não estou dispensando... Eu sou Relator na Comissão de Meio Ambiente, sei a responsabilidade que tenho e queria deixar aqui bem claro para os representantes e as representantes de entidades com quem vou estar hoje à tarde, amanhã de manhã e segunda-feira, a nossa inteira disposição. Vou procurar as entidades que estão com maiores preocupações sobre o projeto para ouvi-las.

Então, representantes dos povos indígenas, representantes das populações tradicionais, entidades que estiverem aqui em Brasília, eu quero avisar que estarei hoje à tarde no meu gabinete, que é aqui próximo. Acho que o melhor que posso fazer é ouvir aqueles que têm preocupações com esse projeto, porque já ouvi muitos dos que nos deram a luz do quanto ele avança, do quanto melhora, do quanto é bom para instituições de pesquisa. Eu até agradeço e vou fazer a minha intervenção daqui a pouco.

Mas antes que alguns possam sair, eu queria deixar bem claro que em vez da audiência pública, pretendo fazer uma audiência hoje à tarde com grupos que trazem grandes preocupações com a tramitação desse projeto aqui, para que eu possa incorporar, quando convencido, as preocupações que me sejam trazidas.

Isso é importante, porque é meu papel de Relator, principalmente desta Comissão, fazer isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, já ouvimos vários segmentos, Senador Moka, e vamos continuar ouvindo para que façamos esse ajuste fino e cheguemos a um consenso máximo das questões divergentes que tem esse projeto.

Nós continuaremos hoje, durante todo o dia, conversando com todos aqueles que queiram conversar conosco, aqueles que tiverem alguma divergência em relação ao projeto.

O fato, professor, é que nós sabemos que a riqueza com relação à biodiversidade da Amazônia é muito grande e que nós não conhecemos toda a biodiversidade e essa riqueza da Amazônia; e não conhecemos exatamente por falta de pesquisas. Pesquisas essas que não estão acontecendo em função da burocracia desta Medida 2.186. E esse projeto vem desburocratizar, dando uma condição, Senador Aloysio, para que as pesquisas aconteçam não só na Amazônia, é evidente, mas no Brasil como um todo.

Nós não podemos ficar para trás, porque como bem disse o nosso professor, a Amazônia não é só no Brasil. A Amazônia é dos países vizinhos.

Enquanto nós estamos aqui atrasados na pesquisa, alguns outros países estão avançando e tomando a dianteira. E nós ficamos à reboque, sempre em segundo, terceiro e quarto lugar por conta da burocracia brasileira.

É nesse sentido que nós vamos continuar discutindo, continuar debatendo hoje e amanhã. Amanhã pretendo levar à Comissão de Agricultura um relatório para que a gente possa debater com os demais Senadores, em definitivo, para avançarmos.

A minha preocupação é de que se nós não fizermos isso, dia 21 encerra o prazo, na próxima terça-feira vai ao plenário automaticamente, e nós perdemos a oportunidade de debater isso na Comissão de Agricultura.

Então é nesse sentido a minha fala.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Jorge Viana, que atendeu ao nosso pedido de retirar esse pedido de audiência pública para terça-feira que vem, dessa forma agilizando o processo. E nós vamos, mais uma vez, reafirmando, continuar o debate. Vamos tentar tirar todas as divergências durante o dia de hoje e continuaremos amanhã esse debate na Comissão de Agricultura.

Eram essas as minhas colocações, Senador Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu só queria registrar as ausências dos representantes da Abiquim, que foram convidados, e também da Professora Helena Nader, Presidente da SPBC.

Queria passar a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só para dizer que nós concluímos uma parte da audiência e agora vamos ouvir entidades que nós fizemos questão de convidar, que trazem preocupações importantes em relação a esse projeto. Mas acho que exatamente por aquilo que ainda nem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pediria silêncio ao plenário, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente por conta dessas entidades que ainda não tiveram a oportunidade de apresentar sua visão sobre o projeto é que eu entendo que dá para tentarmos fazer a condução e aproveitar o melhor possível esse dia de hoje com essa audiência pública conjunta, porque houve um entendimento entre os Presidentes das Comissões e Líderes de nós ouvirmos as senhoras e os senhores conjuntamente. Pode ser que os senhores não identifiquem, mas nós estamos com os Senadores com assessores nas laterais, os Relatores das Comissões com os seus assessores, chefias de gabinete nas laterais, está sendo gravada toda a nossa audiência. E é com base nessa audiência pública e na de ontem que nós vamos expor a nossa opinião nesse tão importante projeto para o País e para todos os brasileiros e brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bem, encerrada aqui a primeira parte, vamos dar dez minutos de intervalo e, em seguida, começaremos a segunda parte.

Na segunda parte nós vamos ouvir a Srª Maria Emília Lisboa Pachêco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Srª Sônia Guajajara, representante da Entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; a Srª Cláudia Pinho, representante da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; a Srª Edel Nazaré de Moraes Tenório, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Extrativistas; o Sr. Marciano Tolêdo, representando o Movimento dos Pequenos Agricultores Via Campesina; o Sr. Maurício Guetta, representando o Instituto Socioambiental (ISA); e, por fim, o Sr. Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Dentro de dez minutos nós reiniciamos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos começar a segunda parte. Pediria silêncio. Vamos começar a segunda parte.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra à Srª. Cláudia Pinho, representante da Comissão Nacional de Movimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Com a palavra a Srª Cláudia Pinho, pelo tempo de dez minutos.

Reiterando, pedindo ao fundo do plenário silêncio, por obséquio, para que a reunião possa transcorrer com naturalidade.

(Soa a campanha.)

A SRª CLÁUDIA PINHO – Bom dia a todos e a todas, ao Senador Otto. Cumprimento a Mesa.

Nós somos da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que conta com 17 representações em todo o Brasil, desde povos indígenas a quilombolas, extrativistas da Amazônia, do Cerrado, quebra-deiras de coco-de-babaçu, pantaneiros, caçaras, fundo e fecho de pasto, povo de terreiro, ciganos, retireiros do Araguaia, faxinalenses, catadoras de mangaba, pescadores artesanais, raizeiras, geraizeiros, pomeranos, vazanteiros dentre outros povos e comunidades que estão nesse vasto Brasil.

Agradecemos a oportunidade. Inicialmente nos colocamos sempre como os provedores de conhecimentos tradicionais.

Há pouco vimos que, infelizmente, ... Respeitamos esta Casa a princípio, mas acho que é bom registrar que vimos que alguns Senadores já estavam dando por encerrada sem nem sequer nos ouvir, nós, que somos os provedores de conhecimentos tradicionais.

Vale registrar que estamos aqui para sermos ouvidos em uma audiência de que somos parte interessada em todo esse processo, em toda essa discussão do marco legal.

A princípio, Senadores, gostaria de dizer ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço licença ao Presidente. Acho que ficou um mal-entendido.

Nós tínhamos o seguinte, esta audiência agora, marcada e mantida. É que se estava propondo mais uma outra, na terça-feira, com algumas pessoas que estariam nesta. Foi só a de terça-feira que o Senador Acir pediu para cancelar, mas esta aqui é oficial e é audiência já marcada. Agradecemos muito a presença de todos. Acho que não ficou bem claro para quem estava aqui o tal do cancelamento da discussão dos pontos polêmicos.

Nós estamos tratando, nesta audiência, os pontos polêmicos. As senhoras e os senhores são muito bem-vindos. Aliás, são fundamentais. Sem ouvir as senhoras e os senhores, acho que o Senado não tem as condições de deliberar. E como as senhoras e os senhores não falaram, não sei quais são os pontos que serão trazidos, mas, certamente, são pontos importantíssimos para que a gente aprecie, leve em conta, principalmente na hora de decidir sobre esse projeto.

Eu só queria deixar claro. Tinha uma audiência terça-feira, com algumas pessoas que eu tinha apresentado, que nem tínhamos identificado quem são ainda. O pedido de cancelamento foi só para a audiência de terça de manhã. Mas esta aqui, em nenhum momento alguém questionou de não realizar. Ao contrário, todos estão muito na expectativa de que ela aconteça.

A SRª CLÁUDIA PINHO – Obrigada, Senador.

Nesse sentido, ainda nós queremos um espaço de conversa com o Senador para apresentar ponto a ponto o que temos discutido e o que nós também temos em relação a esse marco legal.

Dito isso, nós vamos falar principalmente de alguns pontos que durante todos esses dias nos têm incomodado muito, desde a discussão do PL em outros espaços até chegar nesse espaço desta Casa. A biodiversidade é para nós a nossa riqueza. Ela não gera riqueza. O primeiro ponto que acho que é de fundamental importância, já que estamos numa Mesa em que diálogos são essenciais e importantes.

Para transformar o que temos de riqueza em riqueza, temos que passar também por essa conversa com povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, nós, povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas e também os agricultores familiares, a partir de uma reunião, nos unimos para primeiro construir uma discussão mais acirrada, porque isso envolve a nossa vida, e também para que a gente apresente as nossas demandas, seja nesse espaço, seja em outros espaços onde estejamos, convidados ou não.

Assim, quero entregar aos Srs. Senadores a carta que nós fizemos – povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares –, repudiando o projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional.

Por gentileza.

Peço licença para registrar esse documento nesta Casa.

Os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares do Brasil, representados por suas entidades e organizações parceiras abaixo assinadas, vêm expor o seu posicionamento sobre o Projeto de Lei nº 7735, de 2014, atual PLC nº 2, de 2015, que pretende regulamentar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados.

De início, registramos que os povos e comunidades acima mencionados estão plenamente cientes da atual ofensiva verificada no Brasil contra seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária e por tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Contexto no qual se insere o PL 7735, de 2014, apresentado ao Congresso Nacional pelo Governo Federal em regime de urgência.

Em razão desse cenário que ameaça a própria existência dos povos e comunidades tradicionais, informamos que as entidades representativas encontram-se unidas e mobilizadas com a determinação de lutar con-

juntamente na defesa de seus direitos historicamente conquistados, os quais constituem a base da soberania e democracia constitucional do País.

Especificamente em relação ao PL 7735, de 2014, que pretende anular e restringir nossos direitos, repudiamos a decisão deliberada do Poder Executivo de nos excluir do processo de sua elaboração, sem qualquer debate ou consulta em violação à Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), ao Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura/FAO (TIRFAA) e a Constituição Federal.

Em contraste a isso, denunciamos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria.

Tal cenário, reconhecido pelo próprio Governo, resultou em grave desequilíbrio no conteúdo do Projeto de Lei em questão. Além de anistiar as irregularidades e violações históricas e excluir qualquer fiscalização do Poder Público sobre as atividades de acesso e exploração econômica, o PL nº 7.735/2014 viola direitos já consagrados na legislação brasileira, o que pode ser claramente verificado nos seguintes pontos principais:

1) Em relação ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais:

1.a) Deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais;

2.b) Flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos;

3.c) Dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e

4.d) Permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes.

2) No que tange à repartição de benefícios:

1.a) Prevê que apenas produtos acabados serão objeto de repartição de benefícios, excluindo os produtos intermediários;

2.b) Restringe a repartição de benefícios aos casos em que o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for qualificado como elemento principal de agregação de valor ao produto;

3.c) Isenta de repartição de benefícios todos os inúmeros casos de acessos realizados anteriormente ao ano de 2000, e mantém explorações econômicas até hoje;

4.d) Condiciona a repartição de benefícios apenas aos produtos previstos em Lista de Classificação a ser elaborada em ato conjunto por seis Ministérios;

5.e) Estabelece teto, ao invés de base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios;

6.f) Deixa a critério exclusivo das empresas nacionais e internacionais a escolha da modalidade de repartição de benefícios nos casos de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional de origem não identificável;

7.g) Isenta microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de repartir benefícios; e

8.h) Exclui de repartição de benefícios a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura.

3) No que se refere às definições [muitas já foram faladas aqui]:

1.a) Substitui o termo “povos” por “população” ao tratar de povos indígenas;

2.b) Substitui o termo “agricultor familiar” por “agricultor tradicional”, em afronta à Lei nº 11.326/2006;

3.c) Descaracteriza a definição de “sementes crioulas” contida na Lei nº 10.711/2003;

4.d) Deixa de prever que o atestado de regularidade de acesso seja prévio e com debates participativos sobre seus termos ao início das atividades; e

e) Enfim, adotou conceitos à revelia dos detentores dos conhecimentos tradicionais.

Diante do exposto, os Povos Indígenas, os Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil exigem o comprometimento do Governo Federal com a reversão do cenário acima denunciado, mediante a correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei nº 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos.

Declaramos que não mais admitiremos a postura antidemocrática e o engajamento político do Governo Federal, associado aos interesses empresariais e outros, em direção à expropriação da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras e dos conhecimentos tradicionais associados.

Reafirmamos, por fim, a nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Esta carta foi assinada, hoje, atualmente, por mais de 110 instituições. E, como visto pelos Senadores, os pontos que apresentamos não são somente seis ou sete, mas dezessete.

Fico grata pela oportunidade, e nos colocamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a participação da Srª Cláudia Pinho. O Relator anotou aqui os pontos polêmicos. Inclusive, alguns deles já haviam sido debatidos ontem na audiência pública. Creio que alguns tenham fundamentos que possam ser acolhidos.

Passo a palavra agora ao Sr. Marciano Tolêdo, que representa a Via Campesina.

O senhor dispõe de dez minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MARCIANO TOLÊDO – Quero agradecer a oportunidade aos Srs. Senadores e o esforço do Senador Randolfe Rodrigues para que uma representação dos camponeses deste País estivesse presente para debater esse tema.

Estamos presentes em mais de 15 Estados. Só não estamos no Bioma Pantanal e na área costeira. Temos uma diversidade de identidade, Senadores. Somos colonos, defendentes do imigrantes; somos caboclos, sertanejos, amazônidas. Estamos praticamente em todos os cafundós deste País.

Então, para nós, a definição, neste texto, da identidade, é muito cara. Somos agricultores camponeses, agricultores familiares, de muitas identidades.

O nosso trabalho é produzir alimentos. Então, nós trabalhamos com plantas e animais, mas especificamente com pessoas. O último censo agropecuário mostrou que a nossa base e a agricultura familiar produzem a grande maior parte dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro.

Aqui, neste texto, Senadores, que tramita no Congresso Nacional há cerca de um ano... Digo que este texto, este PL tramita aqui, porque o outro praticamente não chegou, e no outro texto ou nas iniciativas que o Executivo fez inicialmente, tivemos algum tipo de interlocução.

Interlocução é uma palavra muito diferente de diálogo. Ontem, escutamos muitas falas dos diferentes Ministérios e, hoje, muitas falas da indústria.

Sou Marciano, membro nacional da Coordenação do Movimento dos Pequenos Agricultores, um dos movimentos da Via Campesina.

Muito prazer. Fiquei conhecendo muitos de V. Exªs hoje, Senadores, porque não participamos dos processos de discussão para este texto, que é voltado e atende aos interesses não da indústria nacional, mas da internacional.

No que diz respeito à indústria que nos é mais próxima, está o exemplo dos laboratórios que produzem fitoterápicos, porque nós somos os detentores do conhecimento da medicina popular. Não existem praticamente mais laboratórios nacionais, Senadores, deste ramo da indústria.

Este PL, que está em debate, pode trazer muitos benefícios para o País, para a Nação se considerarmos as nossas posições. A companheira que me antecedeu já mencionou, e nós somos signatários da carta, que são muito mais do que seis pontos; são mais de 17 pontos, porque há especificidades em cada uma das organizações e identidades. Nos acordamos, no momento, com 17.

Eu mencionei, esses dias, em reunião no Ministro do Meio Ambiente, que nós, nessa rotulagem de provedores, somos impactados por diferentes políticas públicas, como bem falado pela indústria aqui, de compensação. Esse tema foi muito debatido no plano do Código Florestal. O Estado, a indústria, o agronegócio se recusam a discutir reparação. Eu sou neto de meeiros dos Pampas gaúcho. O que eu trago como herança é o conhecimento. A minha organização, Senadores, trabalha há quase 20 anos com o resgate de variedades crioulas de sementes: milho, feijão, arroz, inclusive soja, aquelas excluídas do mercado, porque nós não temos mais soja que não seja transgênica no mercado, Senadores.

Nós fizemos um esforço muito grande para resgatar, multiplicar e termos uma estrutura e termos capacidade de continuar trabalhando em parceria com a pesquisa pública. Nós fornecemos para os mercados institucionais. O que o mercado não institucional fornece para nós? Estou falando de alimentos. Esse mercado, Senadores, nos fornece lixo. É isso que a população brasileira consome também. Porque o que nós produzimos, apesar de ser 70% da alimentação, ela está vinculada às grandes cadeias produtivas, às variedades melhoradas, ao uso intensivo de insumos químicos que está matando a nossa gente, porque estamos sendo pulverizados.

Quando mencionaram na questão da facilidade dos processos de negociação, Senadores, nós nunca vamos estar em condições iguais em uma mesa de negociações com a indústria.

As nossas propostas, agora tentando finalizar, Senadores, elas podem, sim, beneficiar a indústria nacional, elas podem, sim, atender às necessidades das populações ribeirinhas – as populações da Amazônia, as populações do Cerrado, do Sertão nordestino – se as nossas considerações forem ouvidas.

Nós parabenizamos o Senado por este momento; repudiamos o processo de condução desse debate, porque nós não participamos do processo de construção desse texto. Estamos nos sentindo alijados nesse processo de tramitação aqui no Senado. Tivemos só uma voz ou poucas vozes em um único momento na Câmara. O que esperamos? O que pode acontecer é que nós não vamos fazer parte do processo de regulamentação. Não há nenhuma garantia. E nós somos os afetados.

Então, Senadores, há uma quebra de confiança continuada das organizações sociais, dos movimentos sociais, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e da nossa parte camponesa para com o Estado brasileiro, com este Governo.

Para finalizar, Senador, os outros que me seguirão trarão outros pontos, mas há um ponto específico: a remissão dos direitos indígenas e dos agricultores ao uso e a venda das sementes crioulas à legislação de semente e à legislação de cultivares. Isso vai impedir o desenvolvimento e a produção de alimentos saudáveis. É inadmissível que simplesmente um ministério tenha total autonomia para definir quem é o agricultor ou o que são sementes variedades crioulas.

Senadores, vivemos um momento muito preocupante para nós. Por que as manifestações dos últimos dias nos trouxeram essas preocupações? Senador Jorge Viana, eu fui para a rua na sexta-feira. Certamente a indústria não esteve na rua na sexta-feira. Há um isolamento do Governo. Nós defendemos o Estado democrático, as liberdades constitucionais e os direitos garantidos, que este texto viola.

Vamos procurá-lo depois do almoço.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a participação do Sr. Marciano Tolêdo.

Passo a palavra a Sr^a Maria Emília Lisboa Pachêco, Presidente do Consea.

A SR^a MARIA EMÍLIA LISBOA PACHÊCO – Bom dia!

Obrigado, Senadores, pelo convite ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem na sua composição dois terços de representação da sociedade civil, com povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, mas também representações dos agricultores e agricultoras familiares, de fóruns e redes, uma ampla representação, e um terço do Governo, que corresponde à representação de 20 ministérios.

Para nós do Consea esse tema tem enorme relevância, porque aqui nesta Casa, em 2006, foi aprovada a Lei da Política Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei nº 11.346, e, sabiamente, esta Lei fala do direito a todos e todas por uma alimentação de qualidade, com respeito às diferenças culturais, étnicas, com a garantia da qualidade desses alimentos e, em sua abrangência, inclui também a conservação da biodiversidade. Esta Lei, uma vez regulamentada em decreto, contém as diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional e dentre elas uma diretriz que se refere especificamente ao direito à alimentação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

De forma que falar desse tema significa, para nós, remetê-lo diretamente à visão sobre os sujeitos de direitos. Nós falamos da importância da nossa megabiodiversidade, mas, paralelamente, é preciso dizer que esse megabiodiversidade só existe porque ela é sustentada, ela é resgatada, ela é cultivada através da história pela nossa sociobiodiversidade.

E por isso o Consea, ciente de sua missão e do significado profundo desse debate, fez já sua manifestação diante do Executivo, no ano passado, e a renovou recentemente, para que fosse retirado do regime de urgência essa matéria, por entender que nós não podemos violar o direito desses povos e populações, e é preciso fazer cumprir o que prega a Convenção nº 169 sobre a consulta prévia informada, e esse processo de debate dessa matéria não seguiu o que reza essa importante convenção ratificada pelo Brasil.

Também procuramos analisar que quando falamos desse sujeito de direito nós estamos reconhecendo que esses povos e populações têm uma importância histórica para garantia da nossa alimentação adequada e saudável. São domesticadores de plantas e, com certeza, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma leitura atenta do último livro editado pelo Ministério da Saúde sobre alimentos regionais brasileiros verá que constam alimentos originários de plantas domesticadas por essas populações.

E, por isso, essa matéria precisa ser debatida à luz dessas outras iniciativas também, e ao mesmo tempo nos chama a atenção que o conteúdo dessa proposta coloca em risco várias iniciativas de programas e políticas que estão na esteira de uma decisão, de uma situação da qual nos orgulhamos que é a saída do Brasil do mapa da fome; mas se nós tivermos, ao fim desse processo de debate, esse texto com várias questões que aqui têm sido suscitadas e criticadas, se forem mantidas como estão, nós colocamos em risco políticas e programas, a exemplo do Programa de Sementes no Semiárido, do próprio Plano Nacional da Agricultura, de Agroecologia

e Produção Orgânica, colocamos em risco o Plano de Sociobiodiversidade e por quê? Porque como outros e outras que me precederam já disseram, a matéria, o conteúdo aqui tem problemas, desde conceitos.

Nós não podemos aceitar que o conceito povos indígenas seja substituído por população indígena e não podemos aceitar, porque ao falar de povos indígenas, nós estamos reconhecendo, conforme nossa Constituição brasileira, que nós somos uma sociedade pluriétnica; e falar de povos indígenas é falar de muitas etnias, é falar de centenas de línguas, é falar de organizações próprias, de cosmovisões próprias que estão na origem dessa nossa biodiversidade. Falar também de agricultor tradicional é um equívoco, porque menospreza, passa, elide, não reconhece a legislação que fala de agricultor familiar e que abrange uma diversidade enorme dessas agriculturas, segundo a Lei nº 11.326.

Por outro lado, também nós temos muitos temores e nos colocamos de forma obstinada contra – e quero concordar com o que disse Marciano, representante da Via Campesina – com a referência, no inciso V do art. 10º, a remissão à Lei de Cultivares, a Lei nº 10.711, porque é mesmo... Pensemos juntos: não podemos atribuir a um Ministério essa responsabilidade pública diante dessa diversidade, da sociobiodiversidade de definir sementes crioulas.

Inclusive, porque é bom lembrar que a denominação da chamada semente crioula tem vários sentidos no País. E quero dizer que foi a própria Embrapa, uma empresa pública, que reconheceu, recentemente em suas pesquisas, que a semente conhecida como a Semente da Paixão, no Semiárido brasileiro, é a mais adaptada às condições edafoclimáticas daquela região; e o reconhecimento da adaptação dessa semente significa que não está em jogo apenas certos descritores dessa semente, há que considerar aspectos antropológicos, aspectos sociais, aspectos culturais na identificação da semente crioula que – insisto em dizer – tem inúmeras denominações no Brasil, como semente da vida, semente da fartura, semente dos avós. E essas denominações populares não nasceram do nada, elas nascem de uma história que precisa ser não só registrada em anais, mas também precisa ser reconhecida, apoiada por meio de programas e, por isso, não é possível um ministério apenas definir o que é semente crioula.

E também queremos registrar, Srs. Senadores, que não podemos aceitar retrocessos.

Há mais um exemplo que quero dar sobre a medida provisória, com todas as críticas que nós concordamos que são feitas a ela. No entanto, ela assegura o direito de povos indígenas e comunidades tradicionais decidirem sobre o uso dos seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético.

E a matéria em debate aqui, neste PL, retrocede, porque fala em participação da tomada de decisões. É diferente participar da tomada de decisões de decidir, e nós queremos chamar a atenção para essa proposta de mudança.

Há outro aspecto que nós queremos ainda sublinhar e que, do nosso ponto de vista, em várias conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional e também dos posicionamentos do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), por meio de exposições de motivos, nós temos defendido. Sabemos que isso faz parte de uma das emendas aqui em debate e queremos, portanto, ratificar. Queremos dizer da importância de assegurar o direito de acesso às coleções *ex situ* dos recursos genéticos, bem como a todas as informações associadas que estão em poder de empresas públicas.

Queremos ainda fazer coro àqueles e àquelas que têm, obstinadamente, criticado a restrição da repartição dos benefícios apenas aos produtos acabados...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA EMÍLIA LISBOA PACHÊCO – ... não incluindo os intermediários.

Muito obrigada por essa oportunidade, e finalizo dizendo que não são apenas sete questões que estão em polêmica. É muito mais, e peço a atenção dos Senadores e Senadoras que façam essa conta, ouvindo todos os que já falaram e os que, seguramente, ainda vão falar.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a exposição da Drª Maria Emília Lisboa Pachêco, parabenizando-a.

Convido o Sr. Maurício Guetta para usar o tempo de dez minutos, fazendo a sua exposição pelo ISA (Instituto Socioambiental).

O SR. MAURÍCIO GUETTA – Muito bom dia a todos.

Cumprimento, inicialmente, o Senador Otto Alencar e o Senador Jorge Viana que me acompanham aqui na Mesa, as demais Senadoras e Senadores aqui presentes, atentos aos pontos colocados pelos debatedores, e também os representantes de entidades empresariais, dos povos indígenas, comunidades tradicionais e defensores do meio ambiente, que não têm representação humana, mas estamos aqui também.

É claro que esse projeto de lei tem uma relevância estratégica para o País. Ele obviamente interfere em uma ampla gama de interesses, desde o direito de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido no art. 225 da Constituição Federal, nos interesses dos diversos setores empresariais aqui representados por aquilo que chamam de coalizão empresarial pela biodiversidade, um nome extremamente irônico, e também afeta a questão da soberania nacional e o direito dos povos e comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais.

Pode-se perceber aqui, na audiência pública de ontem e na primeira parte da manhã de hoje, uma série de falas no sentido de que há consenso em torno desse projeto de lei. É claro que há consenso, evidente que há consenso nesse projeto de lei entre os setores empresariais envolvidos e o Governo Federal.

Primeiro, porque esse projeto de lei foi construído por essa tal coalizão empresarial pela biodiversidade e foi acatado e debatido dentro de diversos ministérios, como já foi dito aqui, com a exclusão dos povos e comunidades tradicionais que são o elo mais fraco dessa relação sobre a qual dispõe o projeto de lei.

É claro que, além de uma violação moral desses setores empresariais que, em suas publicidades, não se cansam de falar da sua responsabilidade socioambiental, isso representa uma violação à legislação brasileira. Como já foi dito aqui, a Convenção nº 169, da OIT, ratificada e em vigor no Brasil, determina a oitiva desses povos naqueles projetos que possam afetar os seus direitos, além, é claro, da Constituição Federal.

Por isso, essa situação de construção do projeto de lei é que demonstra o seu desequilíbrio em relação aos interesses que estão atendidos e aos interesses que não estão atendidos no projeto de lei.

Claro, como foi dito aqui pelos setores empresariais, foram dois os pilares que justificaram a elaboração do projeto de lei. Primeiro, a necessidade de regularização das atividades que estavam irregulares, o que resultou em um capítulo inteiro de anistias gerais e irrestritas. Digo gerais e irrestritas, porque não há nenhuma diferenciação entre as atividades, entre as empresas que buscaram a legalidade e, por problema de burocracia, não conseguiram e, aquelas empresas que operaram dolosamente na ilegalidade.

E o segundo ponto, que justificou a elaboração pela coalizão empresarial, foi a chamada desburocratização, que nós vamos apontar um pouco mais à frente.

A nossa intenção, aqui, é claro, não é criticar sem qualquer motivação. A nossa ideia aqui é justamente contribuir para o debate e contribuir para o aperfeiçoamento desse projeto de lei, e é justamente no ponto da violação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares que residem os maiores problemas desse projeto de lei.

Gostaria de colocar aqui que não há incompatibilidade alguma dessas melhorias que nós estamos sugerindo aqui com os interesses empresariais envolvidos e com os interesses do Governo sobre esse projeto; ou seja, não há prejuízo algum para os setores envolvidos. É apenas uma questão de garantia de direitos.

O único prejuízo que poderia haver é para a ideia de maximização dos lucros, mas tenho certeza de que isso não é intenção das empresas.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é justamente a questão da dispensa de controle e fiscalização das atividades. Todos sabem aqui que o sistema de autorização da medida provisória não funcionou. Não funcionou por problemas de burocracia estatal, por uma série de questões, e acabou gerando todo esse passivo, essa irregularidade, e foi, como eu disse, um dos grandes motivadores do projeto de lei.

Gostaria de lembrar aqui que, apesar dessa realidade, não é possível, pela Constituição Federal e por todos os dispositivos legais de legislação ordinária, que haja exploração de biodiversidade de conhecimentos tradicionais sem fiscalização. Está certo que o sistema de autorização não funcionou, mas o cadastro autodeclaratório e sem a ratificação do órgão que permite o acesso, sem o ato do órgão de dizer que está correta, essa autodeclaração que está sendo colocada pela empresa, isso é inconstitucional.

Gostaria de ler para os senhores – parece-me que foi esquecido pelos setores empresariais e pelo Governo – um dispositivo da Constituição que é muito claro. O art. 225, §1º, inciso II estabelece que incumbe ao Poder Público, para garantir a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, abre aspas, “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético”.

O projeto de lei – como eu disse – apresenta um sistema de cadastro autodeclaratório. Não nos opomos ao sistema de cadastro. Não nos opomos a ele, mas queremos colocar que é preciso que haja o aval do órgão de fiscalização antes do início, previamente, obviamente, como acontece em todas as situações de meio ambiente e povos de comunidades tradicionais – previamente ao início das atividades. Isso é muito óbvio. Isso é muito óbvio, e não entendemos por que ainda não foi inserida essa disposição no projeto de lei, apesar das nossas argumentações, inclusive na Câmara dos Deputados.

O segundo ponto são as graves limitações à repartição de benefícios.

O direito à repartição de benefícios é um direito que está previsto em diversos tratados internacionais, com maior ênfase na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Ele está sendo limitado de tal maneira que ele será exceção e não regra. Não é uma limitação. Não são duas, três limitações; são mais de dez limitações que esse direito está sofrendo no projeto de lei.

Primeiro, o que já foi dito aqui, é a questão do produto acabado. Apenas os produtos acabados é que serão objeto de repartição de benefícios e não os produtos intermediários. Segundo, a repartição de benefícios apenas ocorrerá nos casos em que o conhecimento tradicional ou o patrimônio genético for considerado elemento principal de agregação de valor ao produto, e esse elemento principal de agregação de valor ao produto é definido no art. 2º, inciso XVIII, como elemento cuja presença no produto acabado é determinante para a existência das características funcionais ou para a formação do apelo mercadológico.

É claro que com essas expressões altamente limitantes, a repartição passa novamente a ser exceção; ela vai, caso a caso, sendo tolhida.

O terceiro aspecto, que eu gostaria de destacar e que para mim é a maior excrecência de todas do projeto de lei, de todas, é a questão da lista de classificação de repartição de benefício.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO GUETTA – Segundo o art. 17, §9º, do projeto de lei, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ciência, Tecnologia e Inovação, MAPA, MDA e Ministério da Justiça elaborarão uma lista de classificação, em ato conjunto, uma lista, na qual serão previstos os produtos sobre os quais incide repartição de benefícios. Se o produto não estiver inserido na lista, não haverá repartição de benefício.

Primeiro, qual é a lógica dessa lista? Não há nenhuma lógica para existência dessa lista. Ouvimos do Governo e das empresas que seria para esclarecer alguns casos em que há dúvida.

Ora, se é para esclarecer, então, que se inverta a lógica da lista. A lista tem que prever a exceção: quais os produtos sobre os quais não incide repartição de benefício. E não sobre os quais incide repartição de benefício. É óbvio que, até a elaboração dessa lista, nenhuma repartição de benefício vai ser efetivamente paga. Esse é um primeiro aspecto muito grave e, segundo, não haverá interesse político em atualizar a lista. O comércio funciona assim: os produtos vão sendo colocados no mercado, e os novos produtos não estarão na lista que foi elaborada, obviamente. Então, sobre eles também não recairá repartição de benefício. Entre outros pontos gravíssimos em relação a ela.

Enfim, há diversas outras limitações. Eu vou deixar um documento completo com todos os nossos posicionamentos.

Existe também a limitação da repartição de benefício para patrimônio genético, que é o teto de 1%. Esse 1% pode ser reduzido para 0,1% para acordo setorial – o que é uma coisa que vai acontecer na prática a torto e a direito, obviamente –, e há ainda dispositivos que foram incluídos obviamente pelo *lobby* de algumas empresas específicas; estão escritos nome e sobrenome no dispositivo. Um deles é o que isenta o usuário de repartição de benefícios, relativo a acesso de patrimônio genético, nos casos em que o acesso tenha se dado antes de 2000. O fato gerador da repartição de benefício não é acesso; o fato gerador é a exploração econômica e, se é a exploração econômica, isentar para aqueles acessos antes de 2000 é um equívoco material gravíssimo.

Há ainda um outro dispositivo, art. 43, §2º. Nos casos de regularização, o usuário poderá escolher, a seu critério exclusivo, se repartirá os benefícios de acordo com a medida provisória, já revogada, ou seja, que pode continuar sendo aplicada para beneficiar as empresas, ou com base na nova lei. Isso é uma excrecência jurídica.

Enfim, há uma série de outras, como a dispensa de repartição de benefícios para atividades de agricultura e alimentação. Enfim, uma série de outras limitações. Outra e a última gravíssima limitação à repartição de benefício diz respeito ao art. 19: o usuário terá prerrogativa de escolher se repartirá benefício de forma monetária ou não monetária em caso de patrimônio genético. Quando ele escolher não monetária, ele ainda poderá escolher o beneficiário. Esse dispositivo coloca em cheque todo o projeto de lei, todo o direito à repartição de benefício, porque o usuário sempre vai escolher a modalidade não monetária e sempre vai poder escolher o seu beneficiário. Então, é um outro absurdo desse projeto de lei.

Então, para concluir a questão da repartição de benefício, ela vira exceção e não regra de acordo com o projeto de lei.

Queria deixar um sugestão aqui, que está prevista no Protocolo do Nagoya, ainda a ser ratificado pelo Brasil, mas que foi construído pelo Brasil, o art. 21, que é a criação de um centro de assistência aos detentores de conhecimento tradicional. Isso é algo já previsto na legislação internacional e que teria a função de zelar pelo processo de consentimento pré-informado – que eu não tive tempo de abordar –, assessorar na negociação dos acordos de repartição de benefício e monitorar o acesso, o cadastro e uso desse conhecimento tradicional.

Gostaria, Senadores, que esses pontos e os outros que entregaremos aos senhores fossem analisados. Estamos à disposição para debatê-los. Gostaria de colocar que um dos principais motivadores desse projeto de lei foi a questão da segurança jurídica para as empresas. Infelizmente essa segurança jurídica não será atendida, por dois motivos.

Primeiro, esse projeto de lei será objeto de uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade). Já estou adiantando, porque conversas tivemos com alguns daqueles que têm legitimidade para tanto e que estão em pleno desacordo com o conteúdo desse projeto de lei.

Segundo lugar, porque os detentores de conhecimento tradicional estão plenamente cientes do nível de violação aos seus direitos, a começar pela sua exclusão do processo de elaboração desse projeto de lei. Estivemos ali reunidos com essas mais de 110 entidades representativas, e todas representaram seu repúdio, não apenas à atitude do Governo, mas também dos setores empresariais, e disseram que romperão com eles na prática, ali na ponta, na hora de acesso à repartição de benefício.

Então, esse rompimento representará mais ações judiciais, mais questões na Justiça que se estenderão por 20 anos. Então, peço, aqui, faço um apelo para que seja retomado, seja inserido certo equilíbrio de forças nesse projeto de lei, que atende aos interesses das empresas e desatende, viola os direitos dos povos, comunidades tradicionais e de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Agradeço o convite dos Senadores.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Queria registrar a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Douglas Cintra e parabenizar o Dr. Maurício e o Relator.

O Senador já anotou aqui as coisas que foram colocadas, e, com alguma propriedade.

Eu acredito que esse projeto veio aqui para o Senado com essa finalidade de ser analisado, melhorado, e absorvidas muitas das proposições que aqui foram feitas.

E eu convido, agora, pelo prazo de 10 minutos, a Sr^a Sônia Guajajara para falar em nome da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

Vou convidar o Senador Douglas Cintra, que é Relator também pela CAE, para fazer parte da Mesa.

A SR^a SÔNIA GUAJAJARA – Bom dia a todos, bom dia a todas, bom dia aos Senadores aqui na Mesa. Saúdo, aqui, meus companheiros de luta, de discussão, e, agora, neste momento, mais um momento crítico que volta a nos juntar.

Eu tinha preparado um fala para apresentar, aqui, hoje, mas as falas anteriores, da primeira parte da conversa, fizeram-me mudar, totalmente. Vocês podem até ver que está tudo escrito no papel que estava na minha mesa reservado.

Então, na minha fala inicial, eu ia agradecer pelo momento, pela oportunidade de estarmos aqui no Senado, trazendo, aqui, as nossas preocupações e até a nossa indignação.

Mas, agora, eu quero dizer que não vou agradecer mais por estar aqui, porque eu, sinceramente, estou me sentindo lesada, estou me sentindo usada por estar aqui na reunião nesta Comissão hoje, porque a gente vê que a reunião que está acontecendo para tratar do tema nessas comissões são apenas pró-forma, apenas para poder dizer que escutaram a gente. Aqui já foi dito por alguns que falaram anteriormente que há consensos, que não vão ser permitidas mudanças no texto, e se há mudança, não há mudança no mérito.

Então, é complicado para a gente poder discutir uma coisa que já está acordada. É difícil. A gente sabe que já há acordo, sim, Senador Jorge. Já há acordos entre o Legislativo, entre o Legislativo como um todo, – Congresso, Câmara, Senado –, Executivo; já há um acordo para se aprovar o texto como está. A gente não tem dúvida disso.

Infelizmente, nós temos de admitir que esse acordo se deu por pressão do próprio setor empresarial, que está aí pressionando para agilizar o processo. Por que há todo esse interesse em cumprir aí esse pedido de urgência? Por que não realizar as reuniões, as comissões, audiências públicas como estava previsto? Por que todo esse interesse de agilizar o processo? Então, sinceramente, é isso que eu vejo aqui e que aumenta ainda mais a minha preocupação. E eu esperava, sinceramente, saindo da Câmara dos Deputados da forma como se deu, sem ouvir, sem consultar, que aqui no Senado pudéssemos contribuir e realmente sermos consultados de forma digna e respeitosa, mas, infelizmente, eu perdi minhas esperanças.

Então, eu quero dizer que há anos, há anos, nós, povos indígenas, vimos lutando, lutando contra o extermínio étnico, cultural e populacional de nossos povos. Há anos estamos aqui neste País e dizemos o tempo todo que nós não somos contra o progresso; nós não somos contra o crescimento econômico, mas nós somos a favor da ordem, e a ordem se estabelece a começar pelo respeito ao direito de cada um. E o direito à consulta livre, prévia, informada neste momento não foi contemplada na construção desse processo. E nós queremos

apenas o direito originário e constitucional de continuarmos sendo povos indígenas e sermos tratados como povos, porque até isso esse PL está tentando tirar de nós: sermos considerados e tratados como povos.

Embora se diga aqui, o que na Mesa anterior já se disse, que foi reconhecido. Sim, foi falado, aqui, a partir já de uma discussão, mas, no início, houve, sim, essa tentativa de se manter o texto dessa forma, sendo tratados como população.

Eu não vou me ater, aqui, a tratar do conteúdo, a tratar dos pontos, porque, da nossa parte já foi dito, está na Carta Conjunta dos Povos Indígenas e População Tradicional e está nos pontos que o Maurício do ISA trouxe aqui. Temos discutido conjuntamente. Então, o nosso ponto de vista também está ali naquilo.

E eu quero me ater aqui ao que este PL representa para nós como povos indígenas. Como vender um conhecimento tradicional? Como mensurar isso? Como vender a sabedoria ancestral? É isso que as empresas, que o Executivo, que o Legislativo quer saber? Pois saibam que ninguém pode pagar. Ninguém vai poder pagar, porque essa sabedoria tem um valor imensurável pra nós. Não se paga com dinheiro, não se paga com moeda. A sabedoria dos povos indígenas, a sabedoria da população tradicional, das comunidades tradicionais, é ilimitada. A raiz de uma planta, a folha, a flor, o fruto, tudo isso tem um significado pra nós, e o significado de cada um não é separado, não é isolado

Ela vem associada, sim, mas associada com o sol, com a chuva, com o ambiente, com o clima.

Tudo isso se junta para se reverter na sabedoria, para transformar isso no conhecimento tradicional. Como transformar isso em moeda? Como mensurar esse valor? Porque o que eu vejo aqui é essa preocupação total e exclusiva sobre a economia, sobre a mercantilização desse conhecimento. Como transformar tudo isso em dinheiro? Como ficam os nossos povos indígenas?

Mais uma vez, continuamos a lutar contra a dizimação, porque, ao se arrancar de nós esse conhecimento tradicional e vendê-lo, parte da nossa cultura também se vai, parte das nossas tradições também se vai,, e um povo sem identidade deixa de ser povo.

O Brasil precisa reconhecer isso. Aliás, não precisa reconhecer. A legislação já reconhece. A Constituição Federal reconhece os povos indígenas como povos diferentes. Diz que respeita as formas de organizações sociais próprias de cada povo. O que o Brasil precisa é apenas cumprir aquilo que está escrito, cumprir a sua legislação.

E eu falo tudo isso aqui, mas sinto uma pena, uma pena também de perceber, de constatar que parte das pessoas, muitos, não compreendem. A ignorância de entender o que isso representa pra nós não lhes permite também compreender o que eu estou falando; não lhes permite compreender o verdadeiro significado do conhecimento tradicional; não lhes permite aceitar que isso pra nós não tem valor.

Eu não estou dizendo aqui que estamos nos recusando a discutir. Não estou dizendo isso. Eu trago esses pontos aqui apenas para que as pessoas que discutam considerem isso também, e não tratem apenas como uma forma de dizer que já há consensos. Não há. Há consenso entre os mesmos setores que têm o mesmo interesse. Entre esses setores, há consenso, sim. Mas quem de nós já foi escutado sobre o assunto? Quem de nós? Extrativista? Ribeirinho? Quilombola?

(Soa a campanha.)

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Ciganos? Quem já foi escutado sobre esse assunto? Ninguém. Ninguém foi escutado.

E, então, eu fico me perguntando: o que nós fizemos contra a ordem? O que fizemos? Por que estamos sendo condenados? E como ser absolvidos em meio a uma população, em meio aos três Poderes, que têm tanta informação, mas tão pouca sabedoria. Como ser absolvido?

Eu quero também dizer, aqui, que nós não vamos admitir voltar atrás, quebrar o Estado Democrático. Não somos a favor de uma ditadura militar. Não somos a favor de que voltem esses tempos horrorosos, que muito pior foram para nossos povos, mas nós queremos o aperfeiçoamento da democracia. Nós queremos que o Congresso Nacional, que o Executivo e que o Judiciário respeitem os direitos constitucionais. Escutem, escutem com decência, com transparência e acatem o direito de dizer “sim” ou “não”, porque não adianta também escutar e apenas fazer os ouvidos de mercador. É preciso escutar e acatar aquilo que estamos dizendo.

Não podemos permitir mais que nossos direitos regredam. Não podemos permitir retrocessos. Ao contrário, nós queremos a efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal.

É isso que nós esperamos. É isso que nós esperamos há muito tempo do Estado brasileiro. E é somente isso que nós estamos buscando aqui.

O Governo Federal já paralisou todo o processo de demarcação das terras indígenas neste País. Todos. Todos. E por que não citar aqui a PEC nº 215? Por que não citar aqui o PL nº 1610, que trata de mineração em terras indígenas? São tantas as medidas que estão colocadas aí que afetam diretamente os povos indígenas, e

todos esses interesses aí estão agora se juntando aqui, se completando com o 7735, que veio da Câmara pra cá, e agora tramita aqui neste Senado.

Então, nós queremos, nós queremos acreditar, Senador Jorge Viana, Senador Otto, nós queremos acreditar que V. Ex^{as} possam, de fato, fazer diferente. Esperemos, de fato, que V. Ex^{as} escutem, conversem, e nós vamos a essa conversa, hoje à tarde. Nós vamos, porque nós não somos contra melhoramento da lei, nós não somos contra o diálogo, porque a base da democracia é isso; considerar esse princípio do diálogo. Mas nós queremos, também, que toda a nossa conversa seja considerada. De nada adianta escutar e engavetar. E queremos, sinceramente, contar, aqui, que V. Ex^{as} possam também pedir, ajudar, para que esse PL seja retirado do pedido de medida de urgência. É isso que a gente quer contar com V. Ex^{as}.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço a participação da Sr^a Sônia. Parabênz-a.

Convido o Senador... Ele vai ficar aí mesmo.

E eu posso adiantar que, no que eu tenho conversado com o Relator, Senador Jorge Viana, e com os outros Relatores, que o projeto que veio da Câmara será bem melhorado aqui no Senado. Vocês vão ter a oportunidade de ver esse relatório. Muitas das proposições que foram feitas aqui, tenho absoluta certeza de que serão acolhidas e atendidas. Então, vamos aguardar.

Será possível, inclusive, na votação dentro do Senado Federal, serem apresentadas emendas, que poderão ser acolhidas. Então, o nosso sentimento é de ouvir, como nós ouvimos aqui, com muita atenção, todas as pessoas que apresentaram as suas propostas e fizeram as suas palestras, para que possam ser atendidas no melhor possível, da maneira melhor possível, todas essas observações que foram feitas.

Eu estou atento a isso. Jamais tomarei uma decisão que não seja uma decisão de interesse coletivo. Não há compromisso algum aqui com classe empresarial que quer seja. Não discuti isso com absolutamente nenhum segmento empresarial. Não recebi no meu gabinete nenhum representante de nenhuma classe empresarial interessada nesse assunto, porque não é do meu feitio fazer isso. O Senador Jorge Viana também não, até agora.

Então, essas propostas todas serão analisadas. Eu acredito que nós chegaremos a um termo, a uma legislação, a uma letra de lei que possa contemplar tudo que foi feito aqui dentro das possibilidades. Por isso, nós convidamos, inclusive, outros segmentos que não estavam aqui relacionados.

Ontem, eu recebi a Ministra Nilma Lino, para que ela indicasse o representante, que não estava indicado, e também não ia ser ouvido lá na Câmara dos Deputados. E eu convido, inclusive, agora, o Denildo, que está aqui para falar por 10 minutos.

Enfim, hoje à tarde, o Relator, Senador Jorge Viana, vai abrir o espaço para ouvir esses representantes para trabalhar o texto. Esse texto será encaminhado, será dado conhecimento a todos os representantes que vieram aqui hoje. De maneira nenhuma nós vamos forçar a aprovação de um texto que vá de encontro aos representantes que, hoje, aqui, se pronunciaram.

Portanto, vou passar a palavra ao Sr. Denildo Rodrigues de Moraes, da Conaq (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas).

Ele nem estava incluído. Nós pedimos a sua inclusão ontem, para que, hoje, ele pudesse expor aqui suas ideias.

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES – Bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e também de falar sobre essa sensibilidade de atender a um pedido da Ministra da Igualdade Racial, para colocar este segmento dos quilombolas dentro desta pauta, pois eles não foram ouvidos ao longo do processo.

Eu gostaria de agradecer – eu os cumprimento também – aos meus companheiros de batalha, de luta. A gente as tem travado aí. Somente eles e nós sabemos que elas não são poucas. A Soninha, aqui, elencou algumas. Mas temos muitas. Inclusive, amanhã, no Supremo Tribunal Federal, será julgada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o Decreto nº 4.887, que é o decreto que regulamenta o acesso à terra e a outras políticas públicas em território quilombola. Mais uma vez, o cerco está se fechando. E, quando a proposta de desenvolvimento vem, sempre é no nosso calo que ela aperta. Isso, mais uma vez, está exposto aqui.

Meu nome é Denildo, mas todo mundo me conhece por Bico Rodrigues. Sou quilombola do Estado de São Paulo. Sou de um quilombo chamado Ivaporunduva, comunidade de 1630, que, ao longo da história, resistiu a todo o processo de escravidão. Hoje, ela é situada numa região que concentra um dos biomas brasileiros, a região da Mata Atlântica brasileira. E 26% do que sobrou, do que restou da Mata Atlântica brasileira estão no Vale do Ribeira, justamente numa região onde há muitas comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais. O tema aqui hoje levantado é um tema bastante importante, que só existe ainda porque nosso povo preservou os 26% de Mata Atlântica que temos na nossa região.

As comunidades quilombolas estão espalhadas por todos os Estados brasileiros. Onde houve o processo de escravidão, houve resistência aos opressores. Hoje, são mais de cinco mil comunidades quilombolas, que somam hoje 16 milhões de brasileiros. Então, é uma parcela significativa da população brasileira, que também luta por seus direitos e que, muitas vezes, quase sempre, não é ouvida, não é atendida pelo Estado brasileiro.

Como meus companheiros que me antecederam, em nenhum momento da discussão sobre o PL, nós fomos ouvidos. Não houve o direito à consulta prévia e até mesmo a apreciação por parte dos povos tradicionais. Isso foi vetado automaticamente, inclusive indo contra os tratados internacionais, como a Convenção nº 169, da OIT, da qual o Brasil é signatário. O Brasil a ratificou, no sentido de que os povos e as comunidades tradicionais, os povos indígenas, as comunidades quilombolas têm de ser ouvidos quando da feitura de qualquer grande projeto, lei ou constituição que venham a interferir diretamente na vida desses povos. E, em nenhuma vez, nós fomos ouvidos.

Nós entendemos que, no modelo que está exposto aqui, nós sempre saímos perdendo. Por isso, mais uma vez, queremos reforçar o coro aqui, perante todos, para que retirem o pedido de urgência.

Também queremos tentar sensibilizar os Senadores, para que atendam a esse pedido do nosso povo, que seria o de colocar dentro do PL as nossas demandas. As demandas expostas dentro do PL são demandas de outros setores. Se não fomos ouvidos... Não colocamos nada lá ainda, mas precisamos colocar. Os povos precisam colocar algo que nos identifique dentro desse PL.

E também não podemos deixar essa marca, mais uma vez, dentro da história brasileira. Quando se diz sobre projeto de desenvolvimento ou sobre projeto de lei, sempre recai a desgraça, e quem sempre é penalizado são os pequenos, são os povos indígenas, os povos quilombolas, os povos e comunidades tradicionais. E são eles os detentores desse conhecimento, são eles que produzem alimentos para a vida e geram toda essa vida para que nosso povo brasileiro consiga sobreviver.

Acho que nós, mais uma vez, não podemos passar por esta audiência pública com o sentimento de conformismo ou com o sentimento de que já está tudo acertado. Eu acho, Senador, que temos de sair daqui – e acho que isto até já foi proposto pelo senhor – e fazer uma conversa mais afinada, porque, no nosso povo, há pontos estratégicos e importantes que podem garantir a sobrevivência e a vida de milhões de brasileiros que são detentores desse conhecimento.

A Soninha fala que não há conhecimento separado. Conhecimento é junto. O conhecimento sobre a mata, o conhecimento sobre o solo, o conhecimento sobre a biodiversidade estão no dia a dia, no cotidiano, desses povos. Então, tirar esse conhecimento desses povos significa, mais uma vez, saquear o direito desses povos, assim como já vem sendo feito ao longo dessa história. E nós jamais podemos permitir que isso aconteça, que isso continue.

Senador, vamos sentar e expor os outros pontos, mas gostaríamos de, neste momento, reforçar que, em nenhum momento, na Câmara, nós fomos ouvidos, nós fomos chamados para sermos ouvidos sobre a construção desse PL. E nós esperamos que, aqui, nesta Casa, os Srs. Senadores tenham uma sensibilidade totalmente diferente daquela que vimos na Câmara.

As batalhas são muitas, não são poucas, mas nós já resistimos ao processo de escravidão ao longo de 500 anos e ao processo histórico de exclusão do nosso povo. Esta é mais uma batalha que colocamos na agenda de batalhas do nosso povo. E estamos aí para defender todos os nossos direitos e os direitos dos excluídos da sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu agradeço ao Sr. Denildo e o parabeno. Convido a Srª Edel Nazaré de Moraes Tenório, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Extrativistas, para usar da palavra pelo tempo de dez minutos, como está previsto aqui, no Regimento.

A SRª EDEL NAZARÉ DE MORAES TENÓRIO – Cumprimento o Presidente da Mesa, o Senador Otto Alencar. Cumprimento também o Senador Jorge Viana.

Eu queria olhar para você e queria que você olhasse para mim.

Quero dizer que somos da Amazônia e que ainda paira a esperança de nós contarmos com o bom senso do senhor, que está nesta Casa como Senador, mas também como amazônida, como alguém que conhece muito a nossa realidade.

E os que não a conhecem terão a oportunidade de nos ouvir minimamente, em dez minutos. Então, é muito difícil.

Eu queria cumprimentar aqui a Sônia, a Cláudia, que representam as mulheres do campo, das águas e da floresta. Eu queria cumprimentar o Marciano, que representa os homens desse mesmo segmento.

É muito diverso quem nós somos. Somos muitos. Não dá para explicar. Eu sou Edel Moraes, sou cabocla, venho do Arquipélago do Marajó, de um assentamento agroextrativista.

A responsabilidade aqui é muito grande. Estou falando hoje para uma população que não tem nem acesso à energia, muito menos acesso à internet, para poder participar interativamente de uma consulta pública. Então, Sônia, nossa responsabilidade é muito grande, de fazer com que a voz dessas pessoas que não têm acesso nem à comunicação, nem à energia elétrica seja ouvida. Vamos repassar para vocês aqui a mensagem.

Nós estamos nos territórios das reservas extrativistas; nós estamos nos territórios dos assentamentos extrativistas já destinados. Sempre ratificar e dizer tudo o que já foi dito desde a leitura da carta da Cláudia, que nós assinamos embaixo. Ao Marciano, à Sônia, ao Maurício, à Maria Emília e ao Denildo, que já nos antecedeu, quero só dizer que nós assinamos embaixo das falas deles todos.

Falar sobre muitas coisas de que vimos falando e que nos entristecem neste momento em que nós vivemos, inclusive um momento muito complicado. O povo brasileiro precisa unir-se. Estamos vendo tudo o que está acontecendo neste momento de grande crise. O problema não diz respeito somente aos indígenas, aos povos e comunidades tradicionais e aos agricultores familiares. Diz respeito à Nação brasileira. Então, é muita responsabilidade.

Eu gostaria que a Adriana não tivesse saído, porque, assim como estou falando para os Senadores, estou falando para todos vocês também, que representam as indústrias. Nós estamos num País democrático. E, como se diz, não há equilíbrio na decisão, porque nós estamos aqui nos posicionando de modo contrário; e nós somos os detentores de tudo isso que vocês querem acessar, de tudo isso que vocês acessam. Então, é preciso entender: parte dos nossos recursos genéticos, associados aos nossos conhecimentos, vejam só... Aí, vamos só falar do xampu. Não é produzido aqui, no Brasil. Estou falando só de um segmento. Vai ser finalizado lá fora. E quando é que nós vamos receber essa repartição, Senador Viana?

São questões para a gente trazer à reflexão.

Eu gostaria aqui de lembrar ao Senado brasileiro, aos representantes desta Casa de leis, como a gente fala – o meu pai dizia “os homens da lei”, que vão fazer justiça –, que, ao tratar do assunto, a gente está falando também de leis internacionais. Eu queria dizer o que estabelece a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica. Um dos seus objetivos é a repartição justa e equilibrada dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

É um questionamento que deixo para vocês. Desta forma, sem nos ouvir, está sendo justa e equilibrada a tomada de decisão? É um questionamento que faço para vocês.

Falo aqui por uma população da Amazônia que vive invisível, tão invisível que nem consultados nós somos. Mas falo de um segmento, porque a Amazônia todo mundo conhece. Também falo de populações tradicionais, extrativistas, que estão em outros biomas e que muitas vezes nem se tem conhecimento de que existem. Pelo menos, quando se fala de Amazônia, a gente pensa nos recursos genéticos, na biologia.

Então, quero reforçar que é isso muito contraditório, em um momento, quando a nossa própria Presidente da República, Jorge Viana, diz que é o momento de diálogo e que ela vai ouvir todo mundo. Nós não queremos só participar, nós não queremos só estar aqui para referendar esse momento não. Nós queremos ser ouvidos, nós queremos refletir, e nós queremos também ouvir os contra-argumentos de vocês, e nós queremos argumentar, e queremos chegar a um consenso, sim. Não somos contra não o desenvolvimento, mas nós queremos e exigimos ser respeitados. Somos detentores de muitos conhecimentos, e, como aqui foi dito anteriormente, é imensurável a sua quantidade. E aí o valor disso nós afirmamos: não tem preço, não tem preço. E todo o bem de todos esses conhecimentos...

E aí não sei se vocês sabem, mas eu queria aqui reforçar isto: muitos desses recursos ainda existem porque nós resistimos – não é isso Sônia? – porque nós lutamos. Do contrário, não teríamos mais nem floresta. Muitos lugares ainda existem porque nós estamos lá defendendo-os, inclusive com as nossas vidas. Foi desde Chico Mendes. Aliás, antecede a Chico Mendes, não é? Mas eu vou falar aqui pelo segmento dos extrativistas. É desde Chico Mendes, passando por muitos outros mártires, que deram a sua vida em defesa de tudo isso.

E não vamos deixar que isso tenha sido em vão, pelos milhares de povos indígenas que foram dizimados, que foram assassinados. Lembrem-se de que nós somos uma população brasileira. Hoje, quem somos nós? E a responsabilidade que nós temos. Será, indústria, que nós vamos vender o nosso produto de forma ética e consciente para o mercado exterior, sabendo que nós estamos violando direito dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais? Que nós estamos ferindo a própria legislação brasileira quando nós deixamos de ouvir a participação dos detentores desses direitos?

Então, não é justo. Será que vai ser justo? Será que vamos ter consciência? Vamos vender de forma tranquila?

Sobre a livre negociação. Nós não estamos no mesmo pé de igualdade nem de conhecimento e nem de acesso. Vocês estão em Brasília. Para vocês, é fácil chegar. Eu venho do Arquipélago do Marajó. A minha família

hoje está lá na cidade para tentar pegar alguém que tenha antena parabólica para tentar ouvir. Mas a maioria da população não sabe nem o que se está discutindo.

Então, Senadores, a responsabilidade de vocês pelos milhões de pessoas sobre quem estamos decidindo isso aqui é muito grande.

E eu queria, desde já... Eu fiquei triste por todo o processo, mas alegre, Senador Jorge Viana, pelo seu convite, porque uma das maiores tristezas estava sendo a gente ainda não ter conseguido conversar com você, para que você nos ouvisse.

Então, quero aqui registrar...

(Soa a campainha.)

A SRª EDEL NAZARÉ DE MORAES TENÓRIO – ...que eu fiquei contente com isso.

A Adriana disse que nós temos o poder de decidir. Nós não estamos incluídos, os povos indígenas – não é? – nesse poder, e isso vem na fala de muitos outros.

Reforçar sempre que nós estamos abertos ao diálogo, mas dizer que este Governo, da forma como está agindo, está sendo antidemocrático com a gente. E nós queremos ser ouvidos.

Nós não viemos aqui, Senador, bater ponto a ponto. Nós viemos aqui para uma fala política, como disse a Sônia. Não é isso, Sônia? Nós estamos para uma fala política, porque nós esperamos um posicionamento do Senado, onde nós vamos ter oportunidade, sim, de bater o ponto a ponto.

Como a gente já disse, muitas inverdades estão sendo ditas, e, muitas das vezes, nem todo mundo... A gente agradece, inclusive, a quem é da indústria, a quem é da pesquisa e que está aqui para nos ouvir, porque a gente quer conversar com vocês. Nós não temos interesse. Acho que os nossos interesses são comuns, mas nós queremos que seja justa toda essa decisão.

Então, é essa mensagem que eu queria dizer. E sempre reforçar a responsabilidade daquilo que nós estamos decidindo, por milhões e milhões de povos e de populações que não estão aqui e que não estão no mesmo nível que nós, nem de vocês, que têm de decidir.

Senadores, a responsabilidade é muito grande, assim como é muito grande a nossa responsabilidade – daquela segunda mesa – de estarmos aqui falando. Queremos ser ouvidos, mas queremos ser respeitados. Queremos decidir junto com vocês, junto com todo mundo que tem interesse.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço à Edel e a parabenizo por ter colocado aqui a sua posição.

Passo a palavra ao Relator, o nobre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, eu queria, de modo muito especial, agradecer a todas as convidadas e aos convidados de hoje. Refiro-me à Edel, ao Denildo, à Sônia, ao Maurício, ao Marciano, à Cláudia, que iniciou e é professora também em Vilas Boas. Agradeço pela contribuição que deram. Foi a terceira mesa que nós ouvimos. Agradeço à Maria Emília, que fez a explanação.

Eu queria, antes de mais nada, dizer que não há problema algum, para nós, com as posições, com as falas, seja da primeira mesa, seja da de ontem ou da de hoje. A de hoje tem um trato diferente, esta última especialmente. Nós estávamos ouvindo legítimos representantes daqueles que não têm voz, que não podem estar aqui ou que não têm quem fale por eles. Então, é muito importante para nós.

Eu não vou aqui terceirizar os problemas desse projeto, desse PL, jogá-los na Câmara ou no Governo, até porque esta matéria está sendo tratada por nós há duas décadas: começou, pelo menos aqui no Congresso, com a Marina Silva em 1995. Ela começou a trabalhar a ideia de haver uma lei, de haver um regramento para o acesso à biodiversidade.

De lá para cá, muita coisa aconteceu, é verdade. Essa intenção num projeto de lei da Marina virou uma medida provisória e foi reeditada, salvo engano, 16 vezes no Governo Fernando Henrique. Depois, com a modificação que nós tivemos na Constituição, virou lei e, depois que virou lei, foi identificada uma série de problemas, e começou um intensivo debate acerca de como fazer para que um país com megabiodiversidade tenha garantia à pesquisa, ao direito das populações tradicionais, a um empreendedorismo responsável. Eu, na Amazônia, busco isso e uso essa palavra para que se possa fazer um uso sustentável e inteligente dos recursos naturais.

Mas devo dizer, com toda tranquilidade, que as falas aqui, que para mim são falas legítimas do ponto de vista político e também legítimas do ponto de vista do conhecimento da matéria a ser apreciada, são fundamentais para nós. Então, não estou aqui querendo fazer nenhum reparo à fala da Sônia. Eu respeito integralmente o que você colocou. Você colocou a sua posição, o seu sentimento, e isso é o melhor que podemos fazer, mas devo dizer que sei que outros Relatores podem estar – também é direito deles, é legítimo...

Eu não estou aqui pelo que sou. Estou aqui porque me puseram aqui, e eu sou subordinado a quem me pôs aqui. É como me sinto. Eu não tenho uma visão preconcebida sobre o projeto, e nem poderia ter. Eu estou aberto a conversar primeiro, e a conversa pode me levar a um convencimento. Não estou querendo convencer nem ser convencido. Estou numa fase de conversar – foi o que fizemos aqui hoje. E eu parabeno os presidentes das comissões, os relatores e os assessores que estão aqui até agora.

Anotei alguns pontos que achei relevantes, vi documentos, e quero conversar ainda hoje à tarde, com calma, ouvindo objetivamente numa reunião mais de trabalho, para saber se é possível e de que maneira podemos tentar melhorar essa matéria aqui no Senado.

Não tenho nenhum problema de fazer modificação da qual esteja convencido ou que ache pertinente. “Ah, mas se fizer isso, implica voltar para a Câmara.” Sinto muito! Nós não podemos, nós não temos o poder de tirar a urgência do projeto – nem o Presidente, nem o Relator, nem eu, nem o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Cristovam, nem o Plenário.

Essa prerrogativa não cabe a nós, e eu não vou fazer nenhum juízo. Mas nós podemos, sim, encontrando questões relevantes, colocar a nossa opinião, lutar por ela, aprová-la no plenário. E, se a aprovarmos no plenário, esse projeto volta para a Câmara – é mais tempo que temos. Daqui até o dia de ser votado no plenário, pode ter emendas de plenário. Também temos ainda, regimentalmente, espaço.

Isso não anula as críticas feitas à condução do processo, até porque quando nós ouvimos, ontem, equipes do Governo, percebemos divergências: na base do Governo, de um ministério para o outro, da linha de uma autoridade para a de outra. De fato, é uma matéria complexa.

Mas eu sou daqueles... Estou aqui, tenho que trabalhar. Eu não vou partir do pressuposto... “Olha, não vamos discutir, deixa como está.” Eu não vou fazer isso. No Código Florestal, paguei um preço muito caro. Não me arrependo, fiz o melhor que eu podia. Há muitas falhas, mas, sinceramente, saímos pelo menos daquele faz de conta em que nós vivíamos. Eu não queria ficar também preso a uma lei... E nisto, me parece, há quase consenso, eu não vi ninguém divergindo: o regramento que temos hoje é muito ruim. Eu ouvi da comunidade científica que é ruim para ela. As comunidades das populações tradicionais não estão tendo acesso, não estão ganhando, seguem em dúvida, têm insegurança jurídica. Não vamos tirar uma coisa ruim e pôr uma coisa pior. Ninguém quer retrocesso. Também há este consenso: ninguém quer que se ande para trás.

Ótimo! Agora, a construção de como será a matéria, sinto muito. Eu acho que nem isso vai ter consenso. Vamos ter votação nela, emendas vão perder, emendas vão ganhar. Agora, vamos partir – eu faço aqui um apelo – do pressuposto de que ainda temos tempo para fazer algumas melhoras. Podem não ser as grandes melhoras sonhadas. É possível, e convido todos a nos ajudar nisso – a mim, aos outros Relatores, ao Presidente da Comissão. E eu senti esse espírito aqui.

Isso não afasta em nada as críticas que começaram hoje de manhã. Foi muito forte a sua fala – você que está representando a Funai –, mas eu acho que é isso que faz... Temos o dever de ouvir. Se nós não os ouvirmos aqui no Parlamento, que é um lugar de falar, onde vão ser ouvidos? Eu agradeço, porque isso nos faz refletir. Às vezes, quanto mais dura a fala, até melhor, porque pensamos “Por que alguém está com essa indignação?”. A indignação é um direito de quem está se sentindo injustiçado, de quem está se sentindo excluído.

Só queria que ficasse este ambiente. Esta Comissão é uma comissão muito bacana para se atuar. Desde que cheguei, estou nela; ela trata de meio ambiente, fiscalização, controle e defesa do consumidor. O Presidente Otto, recém-empossado, tem dado todas as condições de trabalho. E essa ideia de fazer audiência pública, gente, foi até interessante. Deu trabalho para chegar a esses nomes, mas nós ouvimos aqui as vozes de muitos setores que não estavam sendo ouvidos e outros que têm posições definidas de um lado e de outro. Isso nos ajuda a fazer um melhor juízo dessa matéria. Não é uma matéria simples, gente. É muito complexa aliás.

Nós estamos sabendo... Eu vou me somar a algumas críticas que foram colocadas hoje. Eu não estou passando a mão na cabeça do nosso empresariado, na visão mercantilista de apropriação do conhecimento. Eu, particularmente, não compartilho disso. Agora, eu quero, eu busco que nós tenhamos um desenvolvimento sustentável na Amazônia, que inclua as populações tradicionais, que leve em conta a nossa riqueza maior, que é a nossa biodiversidade.

Mas todos nós sabemos também que esse substantivo, Professor Cristovam, esse substantivo fantástico que talvez seja a palavra mais escrita no mundo, que é “sustentabilidade”, virou adjetivo, virou um rótulo. A pessoa produz alguma coisa e diz que é sustentável, que é fruto da sustentabilidade, e aquilo virou... Isso é parte... O pessoal começou a achar que isso está na moda, que isso dá dinheiro.

Agora, nós não vamos trabalhar nessa linha. Nós vamos trabalhar com a ideia de algo com substância, algo fundamental. O mundo não vai resistir se continuar insustentável, com esse padrão de produção e consumo. Todos nós sabemos disso.

Então, quando se discute semente crioula, esse é um tema chave! Conheço isso, sou de um tempo lá no Acre em que os produtores ribeirinhos guardavam em vidros, em litros, as sementes para o próximo ano – essas sementes nativas, crioulas, históricas, seculares. Era assim que funcionava.

Obviamente, alguém começou a ganhar dinheiro produzindo semente, e agora põe lá uma semente que, depois que planta, você tem que ter um defensivo, você tem que ter o custo de preparação do solo. E aquilo vai aumentando de tal maneira o custo da produção, que fica inviável. O agricultor passa a ser dependente para produzir e inclusive para comer.

Isso é bom ou é ruim para a Amazônia? É péssimo. No Acre, na cabeceira do Rio Juruá, ainda existem mais de dez espécies de feijão, que estão ameaçadas. Quando queremos comer um feijão daqueles que sabemos que estamos comendo algo muito saudável, temos de ir a Cruzeiro do Sul comprar no mercado, porque em Rio Branco e em Manaus já não existe mais. Isso é muito ruim para nós.

Como essa lei pode garantir que haja uma convivência? Está se produzindo semente aqui, mas como protegemos para que a produção, a manutenção e a perpetuação dessa semente crioula nativa seja algo bom para as populações tradicionais e para a nossa biodiversidade genética? Se não, nós nos perdemos. É óbvio que, daqui a alguns anos, muito provavelmente – já estamos chegando lá, em alguns casos –, alguém vai dizer: “Puxa vida, estão custando tão caras essas sementes, que eu vou ver se acho algumas daquelas que não produziam tanto como essas, mas que não custavam o que eu gasto agora, nem colocavam em risco a saúde”.

Isso é parte do debate que o mundo inteiro está fazendo. São algumas escolhas. Agora, não nos tirem a escolha. E é nisso que eu acho que estamos juntos. Nós não podemos pegar a Amazônia e tirar isso.

Salvo engano, foi Alysson Paulinelli que criou a Embrapa. Eu ouvi isso dele em uma conversa. Ele reuniu técnicos e cientistas para trabalhar. Hoje, a Embrapa é um patrimônio do País. Eles queriam imediatamente tratar da Amazônia. Ele falou: “Eu não vou mexer com o que não conheço”. Ele segurou um pouco a entrada na Amazônia. Ele disse: “Vamos estudar primeiro”.

Com relação àquele centro de biotecnologia, Professor, o senhor que trouxe uma contribuição tão grande, assim como todos, nós criamos, na década de 90, um centro, e ele não acontece. É o famoso “elefante branco” em Manaus. Nós não evoluímos nada. Se não evoluímos a pesquisa e o conhecimento, alguns cientistas já disseram aqui que a pesquisa é criminalizada, por conta das falhas na legislação. Nós temos obrigação de corrigir isso. Poderíamos corrigir uma série de coisas e ter precaução em relação a outras. O ideal é que não haja limitação, para que possamos dar alguns passos adiante. Eu estou com este propósito: naquilo em que pudermos, vamos avançar, como em relação a uma economia sustentável na Amazônia.

Eu respeito todos os que falaram, mas estamos vendo o empobrecimento, em todos os aspectos, da população que vive nos lugares mais distantes. É um empobrecimento. Se não fossem as políticas sociais do Governo dos últimos anos, a miséria estaria campeando na região mais rica do País, que é a Amazônia. Miséria, não estou falando de pobreza. Há políticas sociais para as diferentes regiões e para toda a nossa população. Isso, de alguma maneira, tem sido um alento.

Mas gostaria de dar a minha contribuição também, como Relator de um projeto de lei, para o que, real e verdadeiramente, chamamos de economia sustentável, que possa transformar uma das regiões mais ricas do Planeta numa região realmente rica no sentido de que o povo seja feliz, de que o povo tenha garantidos os seus direitos, a sua história, a sua cultura e também uma economia sustentável. Eu acho que o projeto pode colaborar nesse sentido.

Vou fazer uma audiência hoje, às 15h30min, em meu gabinete, e não estou chamando, porque até agora também não recebi, nenhum representante empresarial – não tenho problema em receber, mas até agora não recebi; certamente vou receber –, mas estou tomando a iniciativa de chamar aquelas entidades que se sentem excluídas do processo, ou os representantes que estão se sentindo deixados de lado, pois suas opiniões não foram levadas em conta.

Creio que – e aí há um certo consenso, já foi dito aqui – setores que têm problemas, como o setor produtivo brasileiro, que está com um sério problema, precisam resolver seus problemas. Isso é legítimo. Aquilo que não fira o interesse de outros vamos tentar atender. Agora, há segmentos – isso ficou muito bem claro – que querem dar uma contribuição mais significativa, querem ter algumas salvaguardas nesse projeto de lei. E eu vou gastar o meu tempo prioritariamente com isso, porque sou o Relator na Comissão de Meio Ambiente. Se eu não fizer isso nesta Comissão, vai ficar muito esquisito.

Eu não tenho nenhuma condição de fazer isso. Não significa dizer que eu garanto que se aprovelem as sugestões ou emendas que eu venha a fazer, não significa que aprovamos aqui e garantimos a aprovação no plenário, mas não está excluído. Eu queria, ao contrário, dizer que estou aberto a ter essa conversa, a ter instrumentos que possam me dar o convencimento de que isso ajuda a melhorar. Eu acho que não é difícil, porque também me sinto em constante diálogo com esse segmento.

Eu anotei uma série de pontos, mas prefiro guardar, refletir, esclarecer dúvidas com quem me apresentou algumas preocupações. Nós manteremos contato por telefone e *e-mail*, porque ainda há tempo. Temos pelo menos uma semana para ver o que pode ser feito não apenas em relação às emendas apresentadas, mas às minhas modificações como Relator. Como também devem fazer o Senador Douglas Cintra, que é da CAE, o Senador Acir e o Senador Telmário.

No mais, eu queria muito agradecer e dizer que farei o que puder para que o projeto fique melhor, assim como esta Comissão. O Senado está se abrindo a isso. O tempo pode ter sido curto, mas vocês foram muito competentes em dar o recado. Quem quer que o projeto seja aprovado imediatamente foi muito competente – passou por aqui, nós tivemos informações. Mas vocês que vieram com a responsabilidade de falar das vozes da floresta, das populações tradicionais, foram muito competentes em nos alertar, em nos deixar mais preocupados e, ao mesmo tempo, apontar alguns caminhos que esse projeto precisa percorrer, de forma responsável, antes de haver uma deliberação do Senado.

Eu não tenho outra coisa a fazer a não ser dizer muito obrigado a vocês todos. Eu me sinto melhor neste horário para decidir sobre a matéria do que eu estava às 8h, quando começamos.

Muito obrigado.

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Senador, pedimos permissão para, em dois minutos, entregar um documento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode trazer o documento.

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Este documento é uma moção de repúdio dos povos indígenas, povos de comunidades tradicionais e agricultores familiares aos setores empresariais envolvidos na elaboração e tramitação do projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional. Então, rapidamente, vou ler apenas um parágrafo do documento, e entrego a vocês, porque, realmente, é um dos setores envolvidos que ainda nos causa muita preocupação nesse processo, no pé em que está.

De início, registramos que estamos plenamente cientes de que a exclusão dos Povos e Comunidades acima mencionados no processo de elaboração do PL nº 7.735/2014, que os afeta diretamente, consistiu em decisão consciente e deliberada do Governo Federal em conjunto com a denominada “Coalização Empresarial pela Biodiversidade”. Por certo, trata-se de ato que configura o rompimento na relação de confiança entre detentores do conhecimento tradicional e usuários, além de violar frontalmente a Convenção nº 169 (...), a Convenção da Diversidade Biológica (...), o Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (...) e a Constituição Federal.

Então, nós vamos entregar este documento aos senhores, para que também possam ler e dele tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de registrar a presença do Senador Gladson Cameli.

O Senador Cristovam Buarque tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente Otto Alencar, Senador Douglas Cintra, Sr. Relator, Senador Jorge Viana, fiquei preocupado com a ideia de que temos uma semana. Houve um pedido da Sônia de que essa urgência não fosse feita.

Segundo, eu achei interessante dizer que, se for preciso mudar, a gente muda, que volte para a Câmara e que lá se faça outro.

Agora, eu vou mais longe na minha preocupação. Estou preocupado com a própria definição da riqueza, que vai servir de norte para a nossa decisão. Uma coisa é ver a biodiversidade como uma matéria-prima...

Só para saber, senão eu deixo para depois. Porque é muito importante este nosso diálogo agora, Senador Jorge.

A primeira concepção é a riqueza, é a biodiversidade como matéria-prima para ser transformada, ou ela em si carrega uma dimensão de riqueza por existir como patrimônio natural?

Há pouco, nós ficamos horrorizados com a destruição de algumas esculturas lá no Iraque. Nós ficamos todos chocados porque vai diminuir a renda do turismo ou porque aquilo era um patrimônio que não deveria ser destruído?

No meu tempo de Banco Interamericano de Desenvolvimento, muitos anos atrás, eu vi pessoas defendendo a manutenção de etnias no Equador porque gerava um fluxo de dólar por serem atrativos turísticos. Ou seja, não havia a concepção da riqueza da cultura. O que havia era a ideia de que aquilo era matéria-prima; a riqueza era o dólar.

Eu creio que a gente deve analisar a biodiversidade que nós temos, a natureza, como matéria-prima para aumentar o bem-estar da população, conquistado pelo fluxo de renda que a economia gera, mas também, em

alguns casos, como a riqueza em si a ser mantida. É aí que eu não sei se o PLS agrega ou se fica na lógica da riqueza econômica, da riqueza material, da sustentabilidade vista apenas como matéria-prima.

O próprio conceito de sustentabilidade. Nós queremos a sustentabilidade da natureza para manter o crescimento, ou nós queremos um crescimento que, intrinsecamente, mantém a natureza naquilo que tem de substancial e que não deve ser destruído?

Esse debate, a meu ver, exige muito mais aprofundamento do que o que nós tínhamos feito aqui, na carreira, para aprovar esse projeto. A responsabilidade de cada Relator é muito grande. Eu vou conversar com o Senador Telmário, que é da minha comissão, mas eu gostaria de ver um aprofundamento maior sobre o próprio conceito de riqueza, porque nós não queremos tirar da natureza, mas, às vezes, manter na natureza, ela tendo uma riqueza em si.

A biodiversidade não pode ser vista apenas como matéria-prima. E não sei até que ponto temos flexibilidade – não conheço detalhes do projeto, porque não sou relator e não chegou ainda para discussão, Senador Otto –, mas eu tenho minhas dúvidas de se não há um viés economicista na maneira como essa lei foi feita. De tal maneira que a sustentabilidade é apenas um instrumento para que a economia não quebre mais adiante, e não a sustentabilidade para sustentar um patrimônio que deve ser mantido em alguns casos, tanto do ponto de vista da natureza em si, como das culturas que as nossas etnias têm.

E eu lembro aqui o seu discurso maravilhoso defendendo os grupos indígenas que foram encontrados há pouco tempo. E aí eu pergunto: tirá-los daquela situação é tirá-los do empobrecimento ou é jogá-los no empobrecimento? Eu tenho as minhas dúvidas. Deixá-los naquela situação é condená-los a um tipo de vida que não tem o nosso conforto. Trazê-los talvez seja jogá-los na pobreza dentro do nosso estilo de vida. E qual é a solução? Ouvi-los. Quando eles quiserem vir, eles vêm. Vemos que algumas etnias, pela força da globalização, vão-se diluindo na sua cultura, e aí não só etnias – no Nordeste a cultura está se diluindo no *rock*, como reclamavam tanto algumas, mas é natural, é a força de um processo civilizatório avassalador; não disse destruidor, mas natural, não forçado.

Eu temo que a gente esteja caminhando para ver a natureza apenas como matéria-prima, as etnias apenas como estorvo ao processo chamado progresso. Eu gostaria de ver o conceito de riqueza ser tratado nos relatórios que serão feitos.

É isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A matéria tramita em regime de urgência a pedido do Poder Executivo. Portanto, não há como se retirar a urgência do projeto.

Mas eu creio na boa vontade e no conhecimento que tem aqui o Relator, o Senador Jorge Viana; o Senador Telmário também é Relator, o Senador Douglas Cintra, todos vão estar envolvidos nestes dias para absorver.

Eu acho que, de ontem até hoje, de todas as audiências que nós fizemos aqui, esta foi, talvez, a que mais contribuiu para o aperfeiçoamento do projeto, e eu creio que muitas proposições serão acolhidas.

Portanto, nós vamos manter a tramitação da matéria e, já que não há nenhum outro orador inscrito, eu vou encerrar a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 12 minutos. Reiniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Luiz Henrique e Eduardo Amorim reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem à reunião os Senadores Ronaldo Caiado, Helio José e Paulo Rocha, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Omar Aziz. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto Lei da Câmara**

n.º 2, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Telmário Mota, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 82-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pela apresentação de duas emendas. Anunciada a matéria, o relator, Senador Telmário Mota, apresenta novo relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pela apresentação de duas emendas. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp. O Presidente Eventual da Comissão, Senador Lasier Martins, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.” Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo (Emenda nº 3 – CCT) é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **Item 3: Requerimento n.º 9, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil. Para tanto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: Ministro de Estado da Educação; Presidente da ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares; Presidente do Movimento em Defesa do FIES; um representante do Ministério Público Federal; e um representante da Caixa Econômica Federal.” Após a leitura do Requerimento, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e José Medeiros. Durante a discussão foi retirado o convite ao representante da Caixa Econômica Federal, a pedido do autor Senador Marcelo Crivella. O Requerimento é aprovado. **Item 4: Requerimento n.º 10, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, “...nos termos do inciso III, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Sr. Thomas timothy traumann, Ministro da Secretaria de Comunicação Social, para prestar esclarecimentos, perante os membros desta Comissão, sobre reportagem do Estado de S.Paulo, acerca de documento da Secretaria de Comunicação Social – Secom, da Presidência da República, que trata do uso da máquina pública voltada a estratégias e planos de ação de comunicação social e propaganda pública visando restabelecer fortalecer o governo federal e resgatar a popularidade da presidente da República.” Após a leitura do Requerimento, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. O Requerimento é aprovado como convite. **Item 5: Requerimento n.º 11, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, do Senador Walter Pinheiro, que requer, “...nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para proferir palestra no evento GSMA Mobile 360 América Latina, que será realizada no dia 13 de maio de 2015, no hotel Sheraton Rio, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que as despesas referente ao citado no parágrafo anterior ocorrerão com ônus para esta Casa Legislativa.” O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Lasier Martins**, Presidente Eventual Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. assessores, imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de março de 2015.

Permito-me fazer uma rápida declaração: como o Senador Cristovam viajou, fui por ele incumbido a presidir esta reunião, que faço pela primeira vez com muita honra e, sobretudo, pela relevância dessa matéria.

Surpreende o fato de não termos ainda uma legislação aprimorada sobre o nosso patrimônio natural. Não há no mundo uma biodiversidade tão rica como a nossa, e, no entanto, estamos só agora procurando aprimorar a legislação. E justamente tenho o prazer de participar, embora eventualmente, como Presidente desta Comissão.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Chegou a esta Comissão o Aviso nº 153-SGS-TCU-Plenário, no qual o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 500/2015, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC-012.779/2014-8.

O processo trata de auditoria de conformidade realizada no período de 9 a 20/6/2014 no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com objetivo de verificar eventual utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para custear ações típicas de outros órgãos e programas da área da CT&I, que originalmente deveriam ser financiadas com recursos de orçamentos próprios.

O documento encontra-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Chegou também a esta Comissão convite da Assessoria de Relações Institucionais da Marinha do Brasil para participação dos Senadores membros da CCT em uma visita oficial ao Programa Nuclear da Marinha, a realizar-se nos dias 9 e 10 de abril de 2015, nas cidades de Iperó, Estado de São Paulo, e Itaguaí, no Rio de Janeiro.

O convite está à disposição das Sras e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT, sendo necessária a confirmação prévia pelos interessados.

Vamos à pauta de hoje, com o seu Item 1, que tem como Relator o Senador Telmário Mota.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 82-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pela apresentação de outras duas emendas.

Observações:

1) A matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, em regime de urgência, nos termos do Art. 64, § 1º da CF, combinado com o art. 375 do RISF;

2) Foram apresentadas 116 Emendas perante a CCJ no prazo de cinco dias, nos termos do art. 375, I, do RISF.

3) Em 17/03/2015 e 18/03/2015 foram realizadas Audiências Públicas Conjuntas da Comissão Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para instruir a matéria.

Com a palavra o Sr. Relator da matéria, Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs, Senadores, Senadora, como a nossa Comissão é de Ciência e Tecnologia, eu fui me ater principalmente a esse ponto. Como V. Exª

falou, esse projeto passa por outras Comissões, mas, no pouco espaço de tempo que ele esteve em discussão aqui, foram ouvidas várias entidades, várias representações: a Embrapa, a CNI, o Grupo Farma Brasil, o Museu do Pará, o Inpa, a Fiocruz, a Funai, a Consea, a CNS, o ISA. Então, várias entidades foram ouvidas nas Comissões. Sr. Presidente, e algumas delas nos chamaram a atenção.

Mas eu queria aqui começar o relatório me atendo principalmente ao que diz respeito diretamente a nossa Comissão.

Então, vamos ao relatório:

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2015 (Projeto de Lei (PL) nº 7.735, de 2014, na origem), do Poder Executivo, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1º, a alínea j do artigo 8, a alínea c do art. 10, o art. 15 e os §§ 3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e revoga a Medida Provisória nº 2.186/16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A proposição, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tem 51 artigos estruturados em nove capítulos. Mas vamos nos ater, como eu falei no início, às questões mais voltadas a nossa Comissão.

Também queremos dizer que, dessa forma, feita toda a análise, não se encontram óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa para aprovação do projeto. Ou seja, nada que o contrarie no campo constitucional.

Vamos, agora, diretamente àquilo que dá direito, por exemplo, das medidas específicas benéficas ao desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação.

Nesta era da economia do conhecimento, é inegável a importância do avanço da ciência para o desenvolvimento econômico. Qualquer nação que ambicione prosperar de modo sustentável precisa incentivar as atividades de pesquisa científica e tecnológica.

O PLC nº 2, de 2015, representa, mesmo com algumas limitações, um importante passo no sentido de impulsionar essas atividades no Brasil.

Um dos maiores desafios de uma legislação que trate da biodiversidade é assegurar o balanço ideal entre a utilização dos recursos genéticos para o avanço científico e para a geração de inovações e a proteção e o uso sustentável da biodiversidade.

A MPV nº 2.186/16, de 2001, que atualmente regula a matéria em comento, apesar de sua boa intenção, tem dificultado a pesquisa científica, tecnológica e as atividades de bioprospecção envolvendo o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Isso ocorre pelo fato de a referida MPV tratar de um assunto complexo e por ter se adiantado ao processo legislativo, iniciado em 1995, por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 306, de 1995, pela urgência de se conter as atividades de biopirataria noticiadas no início dos anos 2000, Sr. Presidente.

Portanto, a legislação atual está longe do balanço ideal ao dificultar as pesquisas científicas e tecnológicas em uma era da economia baseada no conhecimento.

Ademais, apresenta critérios de acesso demasiadamente rígidos e que gera um processo burocrático complexo que dificulta a pesquisa científica e tecnológica com o patrimônio genético no Brasil.

A título de exemplo, ao longo de mais de uma década, apenas 259 autorizações de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado foram concedidas pela CGen.

Como reflexo desse arcabouço legal restritivo, o Brasil tem perdido parcerias importantes com instituições acadêmicas internacionais renomadas e os pesquisadores nacionais não geram o conhecimento científico que o nosso potencial permite.

Com relação ao desenvolvimento tecnológico e à geração de inovações, a situação é ainda mais lastimável. Se o patrimônio genético brasileiro estivesse sendo estudado em larga escala, teria potencial para se transformar na grande vantagem comparativa em relação aos outros países, inserindo o Brasil em posições de destaque global na chamada bioeconomia. No entanto, a quantidade de patentes geradas por nossa indústria é ínfima.

Nesse contexto, destacamos que o PLC nº 2, de 2015, representa um grande avanço no sentido de substituir uma regulação de processos por uma de resultados, simplificando sobremaneira o acesso ao componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica e tecnológica.

Entre os avanços que a proposição apresenta, destacamos as seguintes, Sr. Presidente, e Srs. Senadores:

a) a autorização prévia para obter o acesso é substituída por um cadastro eletrônico, onde não há mais a distinção entre as atividades de pesquisa científica e de bioprospecção. Isso agilizará substancialmente as pesquisas envolvendo a biodiversidade nacional;

b) a necessidade de realizar um acordo de repartição de benefícios só surge quando se chega efetivamente a um produto ou material reprodutivo comercializável e não mais quando houver a mera perspectiva de uso comercial;

c) são isentas da obrigação de repartição de benefícios as operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por terceiros. Assim, a parte criativa do sistema é desonerada, cobrando-se apenas da parte produtiva;

d) isenta as inovações de processo obtidas a partir de acesso ao patrimônio genético da obrigação de repartição de benefícios. Tal medida é importante, pois essas inovações são responsáveis pelo aumento da produtividade em diversos setores da economia;

e) simplifica as exigências para a concessão de direito de propriedade intelectual pelos órgãos competentes sobre produto acabado ou sobre material reprodutivo obtido a partir de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, sendo necessário apenas o cadastramento ou a autorização, em vez do cumprimento de todas as regras exigidas atualmente;

f) o Atestado de Regularidade de Acesso somente será exigido para o registro de novos produtos ou para obtenção de patentes e não para a realização de pesquisa científica e tecnológica;

g) reduz os custos de transação e as incertezas ao tornar mais claro e simples o processo de repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de inovações oriundas do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;

h) institui o Programa Nacional de Repartição de Benefícios (PNRB) que, entre outras finalidades, promoverá o fomento a pesquisa e desenvolvimento tecnológico associados ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; e, por fim,

i) exige apenas do fabricante do produto acabado a repartição de benefícios, desobrigando a cadeia de insumos intermediários. Tal medida tende a contribuir para o surgimento de inovações, dado que a repartição de benefícios sobre cada elo da cadeia produtiva provoca um efeito em cascata elevando o custo do produto final. Como existem incertezas econômicas envolvidas no lançamento de novos produtos, quanto menor o custo final, maior a probabilidade de chegarem ao mercado.

Portanto, recomendamos a aprovação, Sr. Presidente, do projeto, que tem grande potencial para incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação baseados na biodiversidade.

Sr. Presidente, as emendas que nós acolhemos:

Já direito ao voto, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ante o exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, e pelo acolhimento das emendas nºs 1, 2, 10, 12, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 53, 58, 60, 61, 66, 82, 91, 95, 97, 103, 105, 113 e 116. E pelas rejeição das demais emendas apresentadas e pelo oferecimento das seguintes emendas: Emendas número CCT, renumera-se o art. 49, da PLC nº 2, de 2015, para art. 51, renumerando-se as demais.

E pelo oferecimento das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCT

Renumere-se o art. 49 do PLC nº 2, de 2015, para art. 51, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao inciso XVIII do art. 2º do PLC nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 2º.....
.....

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório e essas são as emendas. Esclareço ainda que rejeitamos a Emenda nº 82.

Esse é o relatório e essas são as nossas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

Muito bem, já com a matéria em discussão, pede a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, vamos falar francamente aqui nós. Não vai haver discussão dessa matéria. Não vai haver. Essa que é a realidade dos fatos.

Essa matéria está correndo aqui a toque de caixa no Senado, chegou há poucos dias e não há tempo efetivo para uma discussão profunda de uma matéria tão complexa, porque ela veio com urgência constitucional, que, como todos nós sabemos, é um instrumento utilizado pelo Presidente da República para dar celeridade à tramitação de projetos de sua autoria diante de fatos que digamos de prazos fatais.

O que o Governo alega é que o Brasil é signatário da Convenção de Nagóia, que impõe ao País determinadas obrigações e inclusive sanções no caso de não cumprimento dessas obrigações.

Acontece, Sr. Presidente, que essa convenção ainda não foi ratificada pelo Congresso Nacional. Então, ela não existe do ponto de vista da legislação brasileira.

Então, está se alegando uma urgência que não existe. Não existe! Este projeto está aqui no Senado há pouquíssimo tempo, ou seja, há duas ou três semanas.

Na Comissão de Constituição e Justiça não há sequer relator designado para dar parecer sobre matéria dessa importância. E existem, sim, algumas questões constitucionais a serem tratadas.

Houve uma audiência pública recentemente, promovida no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, na qual o representante do Ministério da Defesa fez várias restrições ao projeto, alguns artigos que, segundo o representante do Ministério da Defesa, são problemáticos do ponto de vista da soberania nacional.

Então, Sr. Presidente, nessas condições, é impossível se discutir com profundidade esse projeto. O prazo para tramitação nas Comissões se encerra no dia 10 de abril; considerando-se que temos pela frente a Semana Santa, não haverá condições de se discutir isso com profundidade. Eu lamento, porque o nosso querido colega Telmário Mota fez um bom trabalho, dedicou-se ao exame das emendas, mas, infelizmente, Sr. Presidente, vamos falar a verdade, não haverá condições de uma discussão aprofundada.

Eu fui procurado ainda há pouco por um assessor da Frente Parlamentar de Agropecuária, que me disse que há amplo consenso entre várias entidades da agricultura, povos tradicionais etc. Só que não há condições de se fazer um consenso ou, pelo menos, se formar uma maioria suficientemente sólida e consciente no Senado da República. Essa é a realidade dos fatos.

O Governo quer tocar isso, eu não sei por que razões, sei que a indústria farmacêutica tem interesse vital na aprovação rápida desse assunto – interesse, aliás, que eu não desprezo, interesse substancial, importante –, mas o fato é que, do jeito que esse projeto está sendo tratado pelo Governo, não creio que tenhamos condições de fazer um debate profundo.

Ainda ontem conversei com o Presidente do CNPq, que também tem em relação ao projeto algumas dúvidas. Ele confia no Ministro Aldo Rebelo, que se comprometeu com ele, no momento da regulamentação do projeto, em sanar as objeções ou pelo menos suprir as lacunas que o CNPq enxergou no texto hoje submetido ao Senado. O Ministro Aldo Rebelo é um homem competente e veraz, mas ele não é o senhor da regulamentação do projeto de lei. Se temos questões a serem supridas, por que não fazê-lo mediante emendas? Apenas não há tempo. Não há tempo.

O mais razoável seria a Presidente da República retirar a urgência desse projeto, para que pudéssemos submetê-lo a uma análise mais aprofundada, sabendo todos nós que é um assunto que precisa ser efetivamente regulamentado por uma lei que passe pelo crivo do Congresso Nacional.

A base legal na qual se sustenta toda essa atividade é precária, é uma base da medida provisória que acabou fixada naquele buraco negro das medidas provisórias antigas.

No entanto, Sr. Presidente, não é assim que se faz, eu acho. Eu vou votar favoravelmente com restrições e essas restrições estão consubstanciadas em emendas que apresentei perante a Comissão de Meio Ambiente, que serão analisadas pelo Relator naquela Comissão, o Senador Jorge Viana.

Encerro a minha participação, lamentando que não tenhamos condições, aqui nesta Comissão, de fazer o debate com a profundidade que o tema merece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Suas considerações, Senador Aloysio, realmente nos levam a um grande embaraço, porque, depois de tantos anos, desde 2001 com a medida provisória, até hoje não temos ainda uma legislação satisfatória. Com a riqueza que temos na biodiversidade, e como disse o Relator, a necessidade da solução para pesquisa científica e tecnológica, estamos diante dessa situação às pressas! Realmente, pelo jeito, e vamos ouvir em seguida o Senador Walter Pinheiro, nós estamos a caminho de uma solução que, quem sabe, ali adiante não vai valer de nada.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio se recorda, no dia em que discutimos essa matéria aqui, levantei inclusive uma ponderação um pouco na linha do que o Senador Aloysio até colocou.

Esse é um tema que, como disse muito bem o nosso Presidente, Senador Aloysio, advém daquela medida provisória de agosto de 2001, se não me falha a memória. Naquela época, as medidas provisórias eram discutidas no Congresso Nacional, ou melhor, nem discutidas eram, só que a gente está num momento, meu caro Presidente, em que esta questão urge. Por outro lado, quero ponderar que essa matéria não pode sair do

Senado, Senador Aloysio, sem os diversos pontos de ajuste. Ainda que a matéria tenha que voltar à Câmara dos Deputados, portanto, acho que tempo que promover isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acho que não dá para ter essa ideia de que, em nome dessa questão da própria urgência e tal, não dá, não dá, porque é o seguinte: ainda que tenhamos, meu caro Presidente, percorrido um longo tempo sem esse debate, não dá, também, para gente chegar nesse curto espaço de tempo e fazer de conta que a gente não está vendo essas questões. Esse é um debate precioso.

Fiz questão de coletar, Senador Aloysio, as diversas contribuições que foram apresentadas nas audiências públicas, que, diga-se de passagem, são boas contribuições. Há um material apresentado, e que eu tive oportunidade de ir buscar na última quarta-feira, inclusive pelo representante da Fiocruz e outros representantes, material de alta qualidade, eu diria até com precisão cirúrgica, meu caro Presidente, em relação a temas importantes. Um deles, para o qual tenho chamado a atenção, e falei hoje de manhã, Senador Aloysio, bem cedo com o Senador Jorge Viana, que é essa questão, inclusive, do desenvolvimento tecnológico. Isso não é uma coisa simples e qualquer.

Portanto, esse patrimônio genético é um negócio fundamental para o processo de desenvolvimento. Essa é a grande disputa. E aí volto a lembrar o que falei aqui, na Comissão passada, essa é a grande disputa que se trava inclusive no Parlamento Europeu, na Comunidade Europeia, neste exato momento. Quer dizer, então, não dá para a gente transformar isso, e reconheço, Senador Aloysio, que a indústria, eu diria até vamos falar mais do lado fármaco da história...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Esse é um interesse legítimo. Não estou desqualificando o que diz V. Ex^a, nenhuma desqualificação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acho correto, mas, por outro lado, precisamos identificar também que essa é uma indústria que é extremamente complexa, os processos para efetivação de todo o material pesquisado, a gente não consegue implementar, num tempo inferior a cinco anos, sem contar a própria questão do desenvolvimento científico, temos a questão industrial. Então, isso não é uma coisa simples. E essa indústria no Brasil passa por dificuldades extremas. Lembro-me que conversei, há pouco mais de 30 dias, com o representante de Farmanguinhos, e temos várias PDPs, que são uma espécie de parceria de desenvolvimento de produtos, meu caro Presidente, com diversas unidades da Federação, com alguns laboratórios. Portanto, se a gente não conseguir olhar, não tiver isso como balizador, a tendência natural, meu caro Telmário, é que a gente continue tendo essa questão do patrimônio genérico, principalmente numa fragilidade extrema.

Acho que as contribuições apresentadas pelo Relator aqui são importantes. Por isso, Senador Aloysio, que eu disse que concordo com V. Ex^a, eu não quero pedir vistas para retardar, mas também acho que poderíamos fazer um acordo de, ainda aprovado nesta Comissão, que a gente possa partilhar. Foi essa proposta que fiz ao Senador Jorge Viana: este projeto vai para lá, o Senador está com diversas alterações, coisas, inclusive, além, Senador Telmário, do que foi colocado por V. Ex^a. Cheguei a propor a ele isto, Senador Aloysio, que a gente fizesse essas discussões na Comissão, depois do dia 10, isso vai a plenário, tranca a pauta no plenário. Então, poderíamos fazer um acordo para que a gente pudesse travar esse processo de discussão aqui, em conjunto: nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com os membros da Comissão de Meio Ambiente, que vão fazer alterações profundas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso, o Jorge Viana me disse isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Porque senão vai ficar só aquela história de a gente fazer uma discussão no plenário. No plenário a gente não tem a capacidade de descer a detalhes e, consequentemente, vamos ficar de novo nesse, eu diria até nessa corrida de não tentar mexer, não tentar alterar, porque pode retardar, ou coisa do gênero, e há o trancamento de pauta.

Então, eu proporia que a gente pudesse dar esse tratamento e nós teríamos esse tempo. Em vez de perdarmos vista, Senador Aloysio, que era a minha vontade, para ser sincero aqui, até para também ter a oportunidade de apresentar as minhas contribuições, nós poderíamos, em cima do relatório do Senador Telmário, marcar com o Senador Jorge Viana uma reunião de trabalho, para quem quisesse.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É uma boa ideia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E a gente teria condição de trabalhar isso e ver se ele pode não só absorver as contribuições de Telmário, como também as contribuições desse outro coletivo de Senadores, já que eu não sou da CMA, então, portanto, não vou poder dar penada no relatório dele, para que a gente chegue ao plenário pelo menos com algo... Não é nem a questão de acertar o texto ou consensuar, mas pelo menos com algo que se aproxime da vontade da gente de contribuir com esse importante projeto, porque acho que dá para a gente fazer esse debate.

Agora, tendo clara esta compreensão: não há, de minha parte, por exemplo – eu disse ao Jorge Viana hoje –, a menor hipótese de a gente não alterar esse projeto sob essa justificativa de que ele tem que andar, não sei o que e tal. Não há a menor hipótese.

Dá tranquilamente para o projeto voltar. Há tempo para que ele volte para a Câmara, e a Câmara possa apreciar essas sugestões do Senado da República, e a gente tentar construir uma matéria que guarde pelo menos relações com as preocupações que foram apresentadas aqui muito bem, não só nas audiências públicas, como também aquilo que diversos Senadores querem apresentar.

Essa é a proposta que eu faria a V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Telmário, nós estamos realmente diante de um impasse muito grande. A matéria é imperfeita, estamos debaixo do prazo da Ordem do Dia do dia 1º, marcado, e estamos aí diante dessa situação. Vamos encaminhar nessas condições, com toda essa complexidade?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é interessante: são 34 emendas que nós acolhemos, mas – incrível – essas 34 se resumem a três pequenas alterações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Porque são alterações mais de conceito.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sim, são pequenas alterações, as 34. Uma muda conceito, por exemplo, chama o povo indígena de população. Então, muitas delas são afins nesse sentido.

A outra que eu acho importante nesse projeto, e que este Senado tem que ter muito cuidado; o art. 2º do projeto, no inciso XVI, fala o seguinte:

Produto acabado – produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor do produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja este pessoa natural ou jurídica.

Ou seja, vamos aqui a um exemplo claro: você vai fazer – ainda mais com o Senador Caiado, que entende bem – um medicamento, aquela cápsula; você a faz da cera da carnaúba; é um produto da nossa biodiversidade, um produto nosso, um produto que é importante para talvez conservar o produto final e dar mais sabor, melhor paladar, não sei. Esse produto é nosso. E eles não querem incluir esse produto no custo. As empresas não querem pagar isso.

Olha o perigo! Agora, vamos embora lá, esse é um ponto que nós alteramos. Ou seja, se o produto é final ou se o produto é derivado, há que ser compensada a biodiversidade brasileira. Essa é a nossa proposição. Não importa se o produto é só final ou se o produto é um agregado ali, é um derivado, um composto. Nós estamos protegendo o patrimônio. Desse jeito já começa a navegar aí. É um ponto.

Agora o outro ponto maior é que – coitadas das comunidades indígenas e das comunidades tradicionais, essas estão mortas agora – no art. 17, § 9º: “A repartição de benefícios referentes ao produto acabado, ao material reprodutivo, ocorrerá exclusivamente sobre os produtos previstos na lista classificada de repartição de benefício, definida e atualizada em ato conjunto por seis ministérios.”

Senadora Ângela, esse seis ministérios vão se reunir quando? Nunca. Para fazer uma lista para poder ser definida. Ora, vamos colocar na lista um isento, um negativo... Seis ministérios, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vão reunir nunca! O conhecedor lá, o indígena, o quilombola, sei lá quem for, não vai ter nunca o direito dele, nunca vai colocar isso nessa lista, e vai voltar a pirataria oficial.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – E o que o senhor propõe?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Que seja colocada uma lista dos isentos, dos negativos, não dos que serão repartidos, o que é fácil. Então, essas 34 emendas fazem esses três observações. Uma protege a biodiversidade, seja qual for o elemento, se ele é agregado, composto, final ou se ele é meio. A outra muda o nome de um povo, que é real, é reconhecimento internacional, e a outra, em vez de colocar uma lista dos positivos, coloca dos negativos. As 34 emendas se resumem a isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Ainda pela ordem estava o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu posso falar depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não. Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado. É apenas uma sugestão para o encaminhamento deste debate. Quem sabe fosse útil se V. Ex^a entrasse em contato com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, tão logo o Senador Jorge Viana apresente com o seu relatório, ele conceda, de ofício, vista coletiva e aqui também, de modo a podermos seguir a sugestão do Senador Walter Pinheiro, que

é uma busca de harmonização dos pareceres da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Vista coletiva e, nesse período, procuraríamos fazer um entrosamento dos dois trabalhos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Antes, o Senador Crivella gostaria de falar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, a nossa situação, realmente, é paradoxal. Nós estamos, no Brasil, neste exato momento, buscando de alguma forma um novo ciclo econômico. Nós precisamos apontar para a nova geração, para o País, o que temos de riqueza e qual a nossa capacidade intelectual para transformá-la em tecnologia, em novos produtos, servir a humanidade e enriquecer o Brasil.

Acho que a biodiversidade tem um potencial extraordinário! Concordo com os meus companheiros de que um projeto desse em regime de urgência nos tira a capacidade de nos aprofundar, de buscar entidades que tenham algo a colaborar e aperfeiçoar o sistema. Por outro lado, todos os Parlamentos estão sendo vencidos, porque a vida hoje assume uma velocidade extraordinária. Nós, que nos reunimos em comissões, em plenário, que debatemos, discutimos, relatamos, aprimoramos, pautamos, votamos, aprovamos ou reprovamos matérias, acabamos sendo atropelados pela era da tecnologia, pela velocidade que hoje se impõe às matérias.

Eu não posso deixar de aquiescer com a vista coletiva por uma semana e, na semana que vem apresentariamos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mas teríamos apenas 24 horas, Senador, até 24 horas. Seria uma reunião hoje à tarde ou amanhã de manhã. É regime de urgência, estamos correndo contra o tempo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria, só para concluir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Permita, Senador, que o Senador Marcelo Crivella conclua.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Só para concluir, eu, realmente, fico angustiado e aflito, acho que é paradoxal, nós não podemos de maneira nenhuma postergar uma discussão tão importante para nossa perspectiva econômica. É uma coisa que já está aqui há muito tempo, mas também não me sinto confortável, Sr. Presidente.

Eu recebi a pauta ontem da Comissão, pela internet. Ontem! É um processo vasto, extenso, eu não tenho essa capacidade intelectual de poder analisar isso de maneira tão rápida. Mas acredito, Sr. Presidente, que nós precisamos de um tempo mínimo para poder votar essa matéria com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – O que seria esse tempo mínimo?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O que o nosso Regimento permitir. Talvez tirar de pauta, alguém disse. Talvez pautar para a próxima semana, ainda que sejam as 24 horas é algum prazo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Crivella, eu conversei agora com o Senador Jorge Viana pelo telefone e aquela proposta que eu tinha feito aqui, eu tinha feito a ele agora de manhã. Ele está lá na Comissão de Meio Ambiente com outro Relator, que é o relator da CAE e eu fiz uma proposta aqui também ao Senador Caiado, que é da Comissão de Agricultura. E a proposta, Senador Crivella – e conversei também com o nosso Relator aqui, Telmário –, era que a gente não votasse essa matéria hoje. Esses quatro relatores, obviamente com participação de membros das quatro Comissões que quiserem, vão fazer uma conversa daqui até quinta. A gente tenta construir um relatório que tenha a possibilidade efetiva de fazer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mas o prazo conspira contra nós.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Teria que ser até amanhã de manhã. Como é que nós faríamos?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Em tese, o que se tem que fazer aqui é pelo menos suspender isso aqui e conversar, porque o problema do prazo até amanhã, nós temos que discutir inclusive até com o Presidente Renan, para vermos como é que nós vamos fazer, porque se tivermos tempo até amanhã, há tempo suficiente para os relatores se sentarem e tentarmos encontrar um caminho e encontrar uma saída para votar.

Do jeito que está hoje, a tendência natural é essa, aí vai dar no mesmo. Se alguém pedir vista aqui, meu Presidente, nós vamos jogar 24 horas para amanhã do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ou a gente vai nessa tentativa de acordo, ou vai na tentativa regimental. A tentativa regimental é apostar, tirar amanhã e aí vai ser muito pior.

Então, por exemplo, se a orientação da Mesa for a orientação de ir pelo Regimento, por exemplo, eu mesmo vou pedir vista, 24 horas, aí em vez de irmos pelo caminho do consenso, da busca da solução, nós vamos pelo caminho do uso do Regimento e aí vai terminar a gente enfrentando uma solução muito pior.

Então, acho que é melhor esse caminho, para a gente tentar tirar isso aqui de pauta, conversar com os relatores agora à tarde. Jorge Viana está tentando a mesma coisa lá na Comissão de Meio Ambiente e tentarmos construir, a partir dessas sugestões, um texto que encontre das quatro Comissões pelo menos a possibilidade de construirmos uma alternativa. E aí os relatores têm até amanhã, têm o dia inteiro de amanhã para fazer isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria tranquilizar V. Ex^a de que, se nós não conseguirmos terminar no prazo, o que ocorrerá é o trancamento da pauta no plenário. E o trancamento da pauta do plenário é algo corriqueiro nesta Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O que não causará nenhum prejuízo irreparável à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pela ordem, bom, o Senador Crivella definiu muito bem a situação. A situação é aflitiva, agora, como vamos sair dessa é que nós precisamos... Já há um consenso de que devemos fazer uma vista coletiva para amanhã.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu acho que devemos tentar fazer isso que é mais produtivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Agora, vamos ouvir aqueles que ainda estão escritos, acho que é para concordar.

Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Presidente, nesse sentido de colaborar com a tese da construção de um acordo, nós encaminhamos também no sentido da vista coletiva, para se chegar a um consenso, todos os Presidentes das Comissões e os membros das Comissões interessados no tema.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Telmário com o seu relatório.

O texto que veio da Câmara é muito ruim. Para se ter uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É muito o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito ruim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – O texto que veio da Câmara é muito ruim. Para se ter uma ideia, no texto da Câmara, não se reconhece a existência de povos indígenas. Só na Amazônia, nós temos 180 etnias diferentes. Só na Amazônia, para não dizer no Brasil todo.

Então, é um texto que, a rigor, é contra a biodiversidade. O Senador Telmário melhorou e muito o texto aqui. Eu sei que há muita urgência e pressa de temos o Estatuto da Biodiversidade.

É uma necessidade de nosso País, o mais rico do planeta em biodiversidade. Mas este estatuto não pode ser à custa de retrocessos, de constar no texto, por exemplo – repito: o não reconhecimento da existência de povos indígenas. É o absurdo dos absurdos dos absurdos!

Diante disso, Presidente, eu creio que, em troca da pressa, nós não podemos não cumprir nosso papel de Casa revisora do processo legislativo e o de melhorar um texto quando é nossa atribuição melhorar e, principalmente, quando o texto que vem é um retrocesso confirmado e afirmado por todas as entidades que atuam no Brasil em defesa da biodiversidade.

Diante, disso, Sr. Presidente, o relatório do Senador Telmário caminha nesse sentido. E, assim, eu queria cumprimentar o Senador Telmário e acatar, inclusive, o encaminhamento apresentado pelo Senador Walter Pinheiro. Eu creio que, sem prejuízo da urgência e, no meu entender, sem o prejuízo de modificarmos este texto, nós os quatro Relatores aqui no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – São cinco Comissões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Os cinco Relatores do Senado poderiam se reunir. Eu já encontrei muito acordo entre o relatório do Senador Telmário e o que pensa, por exemplo, o relatório do Senador Jorge Viana, buscar um ponto comum. Mas eu não vejo assim. Do ponto de vista regimental, inclusive, a possibilidade de esse texto passar pelo Senado sem que tenha alteração, porque é um texto que, efetivamente, é ruim para a biodiversidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

Uma palavra que não foi usada ainda. Está em jogo o conceito do Senado com uma matéria tão ruim, tão malfeita, tão mal encaminhada.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Quero concordar também com a vista coletiva, mas eu queria fazer uma ponderação, com todo respeito ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, que disse que o texto ficou muito ruim na Câmara. Mas a informação que me chegou é que esse texto foi discutido amplamente com liderança do Governo, inclusive com o Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra Izabella, com o ICMBio, com outros órgãos do Governo e, certamente, com as lideranças do Governo lá na Câmara dos Deputados. Então, o texto foi discutido amplamente, mais discutido do que aqui. Nós começamos a discuti-lo agora, praticamente.

Eu queria ponderar ao Senador Telmário se não haveria uma forma de... O que me chegou aqui de outras entidades é que o acordo seria para votar o texto da Câmara. Tudo bem que, se puder aperfeiçoar o entendimento em um acordo amplo, com esses cinco Relatores, acho um bom entendimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Então, nos encaminhamos, inevitavelmente, Senador Telmário, para a vista coletiva. O senhor tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu só entendo que as pessoas têm de ter uma consciência e ver que esse acordo coletivo lá na Câmara anula o Senado que é uma Casa revisora, como bem colocou V. Ex^a.

Agradeço a palavra de todos os Senadores, do Randolfe, principalmente. Mas o que me chama muita atenção, não só por esse desprezo aos povos indígenas, o que já caracteriza, Senador Raupp, que a população integrada e todas as entidades não foram ouvidas, tanto é que eu vi a Ministra defendendo aqui, em audiência pública, os quilombolas que deveriam ter constado e que também não constaram. Então, me parece que não foi tão amplo esse debate.

Eu me prendo muito ao que falei do art. 2º ao art. 17 do projeto. Tem de ter muito cuidado ali, porque ali me parece que vamos oficializar a biopirataria. Tem de ter muito cuidado com isso. Essa foi a causa do rigor da lei que hoje rege esse procedimento.

Então, é importante que as quatro Comissões se unam, tudo é Senado, todos têm um só objetivo de aprimorar esse projeto para que ele atenda às necessidades brasileiras e também não freie o desenvolvimento tecnológico e o da biodiversidade brasileira. O importante é a gente estar sempre atento a essa proteção. É fundamental.

Então, claro, me curvo ao desejo e à vontade da maioria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito bem.

Então, Srs. e Sras Senadoras, sem a conclusão desejada, vamos pela concessão da vista coletiva, por 24 horas.

Amanhã, às 9h, então, teremos uma nova reunião aqui nesta sala.

Vamos ao item 2 da pauta.

Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PLS nº 18, de 2012.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta

Observações:

- 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01– CMA (Substitutivo);
- 2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo);
- 3) Em 10/03/2015, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 18, de 2012 (Emenda nº 3-CCT). De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

4) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo (Emenda nº 3-CCT) é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao item 3, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil. Para tanto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: Ministro de Estado da Educação; Presidente da ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares; Presidente do Movimento em Defesa do FIES; um representante do Ministério Público Federal; e um representante da Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, tem ocupado a mídia a preo-ocupação com o financiamento do ensino superior. Hoje mesmo, na capa do jornal, há fila de jovens estudantes nas portas das universidades porque não conseguem suas matrículas.

Eu gostaria de pedir a V. Exª e também aos meus companheiros que pudéssemos ouvir as autoridades responsáveis por esse fundo, que eles viessem nos explicar se há contingenciamento, se não há contingenciamento, quais as providências que estão tomando para atender aos jovens universitários brasileiros.

Eu apenas pediria a V. Exª a compreensão de retirar o representante da Caixa Econômica Federal, porque a Presidente da Caixa, Miriam Belchior, me disse que ela é apenas repassadora dos recursos e não tem nenhuma ingerência quanto à alocação dos recursos, destinação dos recursos, provimento ou não da verba.

Então, tirando os demais, peço aos meus companheiros que, por favor, aprovelem para convidarmos o Ministro da Educação, a Associação das Universidades Particulares, o Presidente do Movimento em Defesa do Fies, que são os universitários, o povo da UNE, e também um representante do Ministério Público Federal que acompanha essa questão candente que hoje agonia, angustia os universitários brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – V. Exª mantém o pedido com relação ao Ministro da Educação, que, como se sabe, é interino?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É interino. Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srªs e Srs. Senadores, eu quero me acostar ao requerimento do Senador Crivella e parabenizá-lo, Senador.

É um requerimento da maior importância diante da agonia que os universitários estão passando – não são nem os que vão entrar na universidade, são os que já estão cursando – porque não conseguem ter o financiamento continuado.

Então, é um problema muito sério. Nós todos compreendemos que há necessidade de fazer contenção de despesa, mas não é na educação que se vai fazer isso, ainda mais quando o *slogan* do Governo é “Brasil, Pátria Educadora”.

Então, tem que cortar nos gastos, na redução dos Ministérios. Isso sim, se a Presidente reduzir pela metade os Ministérios, eu tenho certeza de que vai ter recurso para atender aos estudantes de ensino superior, como, também, eu vou fazer uma proposta na linha de ajuste fiscal, de ajuste do Governo, para que se excluam todos os cartões corporativos do Governo, porque a gente não sabe nem quanto é gasto nesses cartões. Todos eles, quase todos, são sigilosos. A gente não sabe quanto e em que gasta.

Então, eu acho que também seria um corte muito importante nesse momento de dificuldade por que o Brasil passa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não havendo...

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Crivella não só está coberto de razão, como essa questão tem um peso até decisivo nesse campo de batalha em que a gente se encontra.

Aliás, eu falava aqui com o Senador Crivella, que, nessa área, de certa forma, nós tivemos uma multiplicação de vagas, de gente, foi um processo. E se incluirmos duas áreas, não só o Fies, mas o ProUni e o Pronatec, meu caro Senador Crivella, nós vamos encontrar, inclusive, não só a oportunidade do ingresso no curso técnico e/ou nas universidades, mas também, meu caro Presidente, o aumento das condições para instalação de instituições de ensino, em que pese haver umas que a gente tem que ter cuidado, para não tratar surgimento de faculdade como quem fabrica sandália, porque, senão, umas soltam as tiras e outras, deixam mau cheiro.

Então, é fundamental haver rigor. E creio até que o Conselho tem se debruçado sobre isso.

Mas eu acho que é importante esse debate, porque esse foi um ponto que marcou uma época na Bahia, Senador Crivella, fundamental do ponto de vista de interiorização e, principalmente, da inclusão.

Então, não dá para a gente assistir a isso, agora, só como um problema meramente de fluxo de caixa ou um problema do ponto de vista fiscal. Esse é um programa decisivo e é importante que esse debate se dê à luz do que interessa a essa Comissão, Senador Crivella, que são os programas principalmente para formação de gente para a área da pesquisa e desenvolvimento.

Ontem mesmo, Sr. Presidente, nós estávamos numa reunião em Salvador, uma prática desde que eu fui Secretário de Planejamento e é algo que faço desde que sou Deputado: toda a atividade industrial que vai para a Bahia, eu, geralmente, cobro do Governador a possibilidade de discutir com essa atividade a implantação do outro lado, que é a pesquisa e o desenvolvimento.

Isso é uma prática já de vida minha, e, às vezes, eu cobro até nos editais de PPP, nas PMIs, eu sempre faço isso. Agora, mesmo, nós acabamos de fazer uma PPP da Imagem, na Bahia, que é uma Parceria Público Privada para uma central de laudos em Salvador e um processo de acompanhamento desses exames por imagem em todo o Estado, em que eu cobre que a gente levasse para o Parque Tecnológico o instituto para promover, exatamente, o estudo e o desenvolvimento. E essas empresas, todas elas, a alegação inicial delas é, exatamente, a questão da falta de mão de obra. Essa é a principal reclamação.

Agora, por exemplo, Sr. Presidente, nós estivemos num grande evento mundial de tecnologia na cidade de Barcelona, e nós ficamos muito felizes, porque encontramos lá diversas indústrias, inclusive que estão localizadas no seu Estado do Rio Grande do Sul, particularmente na cidade de Porto Alegre.

O evento não é uma feira, é um congresso, com 92 mil pessoas inscritas. E nós tivemos ali, pela primeira vez, até patrocinado pela nossa Softex, a instalação do Estande Brasil, e empresas genuinamente brasileiras estavam ali disputando com os gigantes do mundo, nessa área de tecnologia.

Isso só foi possível graças, principalmente, à parceria estabelecida com as nossas universidades, como a do Vale dos Sinos; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade do Rio de Janeiro; PUC/Rio, com um processo, Senador Crivella, avançadíssimo. Gosto sempre de citar, porque poucas pessoas falam nisso, mas o Luiz Francisco, do Rio de Janeiro, que é um dos grandes pesquisadores, foi responsável pela possibilidade de fazer aqui um grande *pool* de universidades brasileiras.

E nós conseguimos encaixar, no mundo, um *software*, um *middleware* que se chama Ginga, batizado com esse nome pelo seu jeito de corpo. Ele transita em qualquer área. Isso foi fruto desse desenvolvimento.

Mas, mesmo assim, a maior reclamação é esta, Senador Crivella, de que nós não temos tido, ao longo dos anos, a possibilidade de um aproveitamento intenso. Inclusive, uma das empresas sediadas, meu caro Presidente, na cidade de Campinas, ele me disse assim: “Pinheiro, eu tenho 150 vagas na minha empresa e não estou conseguindo contratar ninguém”. Eu estou falando de Campinas, Senador Aloysio. Ele me disse: “Eu vou à Unicamp, Pinheiro, e não consigo 150 engenheiros ou técnicos da área de desenvolvimento”. Não há de imediato.

Então, essa empresa brasileira, por exemplo, hoje ganhou a disputa mundial para atender à Coca-Cola, só disputou com gigantes. Eu não quero citar os nomes dos gigantes aqui para não fazer propaganda deles, porque eles nem precisam.

Então, na realidade, essa coisa a gente só resolve a partir disso, Senador Crivella, montando uma estrutura, tendo isso como prioridade. E a Presidenta Dilma, quando veio aqui ler a sua mensagem, no dia 1º de janeiro, tocou em um dos pontos principais dessa questão. Chegou a cunhar a frase, que era “Brasil, Pátria Educadora.”

Então, portanto, esse requerimento se reveste de uma oportunidade imensa, Senador Crivella, para a gente fazer esse debate e transformar, efetivamente, essa questão, não em uma querela de saber o que houve e o que não houve, mas para agente encontrar, verdadeiramente, caminhos para solucionar os problemas e

apontar, Senador Crivella, na perspectiva de continuar investindo muito mais nessa direção. Isso é o que pode nos colocar agora, meu caro Presidente, nesse cenário de exportação.

Não há exportação sem elemento de competitividade. Não há competitividade sem inovação.

Então, portanto, esse é um elemento decisivo nesse campo de batalha.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – É que o assunto do Senador Walter Pinheiro veio em uma hora muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É assunto para um seminário.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Muito oportuna.

Então, só um adendo aqui, Senador.

Eu estive, inclusive, na sua região, entrei lá sem pedir licença.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sempre será bem recebido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Nós estivemos, na semana passada, Senador Lasier, junto com a Marinha, Aeronáutica, Exército e equipe de pesquisadores, e também Deputados e alguns Senadores aqui, visitando a Estação Comandante Ferraz, na Antártica, estação de pesquisa brasileira.

E ali pudemos ver o potencial que o Brasil tem nesse setor. E, enquanto, alguns setores da sociedade carregam bandeiras, e cantam em verso em prosa, e fazem questão de ir para as câmeras e fazer discursos onde a Presidente está, louvando a invasão de institutos de pesquisa, a quebra de laboratórios, nós vemos, em contrapartida, outros brasileiros em locais inóspitos, pesquisando e buscando o desenvolvimento deste País.

Fiquei maravilhado, Senador Lasier, nós fizemos uma viagem longa, cansativa, mas proveitosa.

Saímos daqui, fomos à Pelotas, vimos ali a parceria que existe com a Universidade Federal do Rio Grande, que mantém pesquisadores lá durante o ano inteiro. O Brasil, de todos os países que fazem pesquisa na Antártica, é um dos dois que ficam durante todo o ano. Há ali uma janela de outubro a março com trânsito de navios e aeronaves, mas, no resto do ano, o mar congela. Então, não fica ninguém, os países todos vão embora e deixam só suas bases. Mas os pesquisadores e militares da Marinha do Brasil ficam ali, em uma parceria muito bacana das Forças Armadas que dão apoio a esses pesquisadores.

Por que é importante a pesquisa ali? Porque, embaixo daquele gelo, existem tantos recursos naturais, minérios. O mesmo potencial que existe em terra firme existe lá e mesmo na Amazônia Azul, nas 200 milhas que o Brasil tem direito na nossa costa. Mas, para isso, é muito importante a pesquisa, investirmos em tecnologia e em educação, além da retórica. O Senador colocou aqui essa necessidade de começarmos a produzir mão de obra capacitada, e essa é uma realidade que vivemos hoje.

Nós participamos do bloco econômico dos BRICS – Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul –, mas estamos muito aquém desses países, e parece que existe uma autossabotagem, porque eu não posso entender quando não investimos em conhecimento. Eu acho que não investir em conhecimento é se autossabotar, porque estamos em um mundo competitivo – opa, somos parceiros na esfera mundial, mas todo mundo está competindo – e temos esse desafio de fomentar, principalmente a nossa Comissão.

Fiz este relato para falar sobre essa viagem que teve a presença do Senado e dizer desses brasileiros abnegados que ficam lá, longe das suas famílias, produzindo conhecimento para o desenvolvimento do País.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito. Por todas as considerações que estamos ouvindo, tudo está interligado e, de fato, na medida em que iniciamos, hoje, discutindo o marco legal da biodiversidade – e houve tantas críticas a uma lei que está longe do desejável, em uma época de Pátria Educadora –, no momento em que nos damos conta de que não podemos continuar apenas exportando *commodities* e de que precisamos avançar nas novas tecnologias, quero dizer, como gaúcho, que temos orgulho da disseminação de parques tecnológicos no Rio Grande do Sul.

Nós temos, em algumas universidades, os melhores parques tecnológicos. Entretanto, em se tratando de universidades federais... Ainda na semana passada, visitei o reitor da Universidade Federal de Santa Maria e ouvi os temores com a escassez de recursos, o que vai prejudicar essa concretização da Pátria Educadora, a não ser que haja uma reversão, que pode, inclusive, começar pelo Fies, que seja restabelecido na plenitude ou com uma melhor fiscalização.

Então, acho que foi muito oportuno e saudável esse requerimento do Senador Crivella, para que venham esses personagens tão importantes da área da educação, em uma das próximas reuniões. Será, inegavelmente, uma reunião muito produtiva e proveitosa para o presente momento.

No havendo mais nenhuma discussão, quero submetê-lo à votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Crivella permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado o requerimento.
Vamos para o item 4, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso III, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Sr. THOMAS TIMOTHY TRAU-MANN, Ministro da Secretaria de Comunicação Social, para prestar esclarecimentos, perante os membros desta Comissão, sobre reportagem do Estado de S.Paulo, acerca de documento da Secretaria de Comunicação Social – Secom, da Presidência da República, que trata do uso da máquina pública voltada a estratégias e planos de ação de comunicação social e propaganda pública visando restabelecer fortalecer o governo federal e resgatar a popularidade da presidente da República.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o jornal *Estado de São Paulo* publicou uma reportagem dez dias atrás, que estampa um documento que foi atribuído ao Ministro Traumann, que é o Secretário de Comunicação da Presidência da República.

A autoria, no início, logo depois da publicação, foi objeto de especulação, mas o próprio Ministro Traumann jamais negou a autoria do documento, de modo que se deve, com toda segurança, atribuir a ele esse documento.

É um documento complicado; complicado para o próprio Governo a começar, porque o Ministro fala mal do Governo. Parece ser um ministro de um gabinete fantasma da oposição. Ele diz coisas, por exemplo – nós discutimos agora a situação dos estudantes que são candidatos ou que estão hoje sendo financiados pelo Fies –, o Ministro Traumann fala do desastrado anúncio dos cortes do Fies. Refere-se ao aumento do preço da gasolina, do preço dos combustíveis em geral, do preço da energia elétrica como algo desastroso para a Presidente, porque contradiz o que ela afirmou durante a campanha, assim como à necessidade hoje sustentada por ela e por seu Governo de fazer ajustes fiscais, cortes no Orçamento, aumento de tributos, o que contradiz frontalmente uma linha de campanha da Presidente na busca da reeleição que afirmava que tudo estava bem, que não haveria necessidade de nenhum ajuste, de nenhuma manobra no campo fiscal.

E o documento conclui, embora reconhecendo que nem tudo se resume a propaganda, apregoando a necessidade de entrosamento entre a propaganda oficial do Governo e a propaganda partidária do PT. Ele chega a dizer, inclusive, que o foco das campanhas publicitárias e, especialmente, da ação da internet, da internet estimulada, ou paga, ou financiada pelo Governo, deveria ser a cidade de São Paulo, onde a impopularidade do Prefeito Haddad estaria puxando para baixo – se é que é possível isso acontecer – a popularidade da Presidente Dilma.

Ele aponta os dados das pesquisas eleitorais que são muito ruins para a Presidente, que há 15 dias estavam bem melhores do que a pesquisa de ontem, que revela que cerca de 78% dos brasileiros consultados pela pesquisa da CNT desaprovam a conduta da Presidente; 60% chegam a ser favoráveis ao *impeachment*– veja V. Exª. Nessas condições, é natural que, nas redes sociais, a propaganda ligada ao PT, ou inspirada pelo PT e muitas vezes financiada pelo Governo, esteja apanhando de goleada.

O problema, Sr. Presidente, é que eu vejo nesse documento muitas infrações a regras basilares que devem orientar a Administração Pública e que estão escritas na própria Constituição Federal, que são as regras da impessoalidade, as regras da isenção, a proibição a propaganda visando à promoção pessoal dos governantes. É especialmente alarmante o momento em que o documento preconiza a consolidação – é o termo que ele usa – entre a propaganda do Governo e a propaganda do Partido.

Bem, tudo isso levaria à necessidade de se convocar o Ministro aqui para falar, explicar perante esta Comissão o que o motivou a fazer esse documento que foi distribuído aos Ministros e também à direção do Partido dos Trabalhadores.

O Ministro, sabendo que esse meu requerimento estaria em pauta hoje, apressou-se em procurar dois importantes Senadores da Comissão, o Senador Walter Pinheiro e o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, dispondo-se a vir espontaneamente a esta Comissão – o que é louvável, apenas pedindo que fosse seu comparecimento agendado de acordo com sua agenda governamental, o que impediria que ele viesse já na próxima semana.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu modifico os termos do requerimento, substituindo convocação por convite, uma vez que S. Ex^a já se dispôs a vir numa data que seja conveniente tanto para a Comissão quanto para S. Ex^a, mas que também não ficasse para as calendas. A disposição do Ministro é vir tão logo seja possível, com exceção da semana que vem, quando ele já disse ao Senador Walter Pinheiro que não poderá estar presente.

Então, transformando convocação em convite, diante do gesto espontâneo do Ministro Traumann, peço apoio a este meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito bem. Então, com a substituição de convocação por convite, o requerimento do Senador Aloysio está em discussão.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Realmente, procurei o Senador Aloysio para que o processo pudesse se estabelecer. Nada mais oportuno do que o Ministro da Secretaria de Comunicação Social promover esse debate aqui, apresentar sua visão sobre o funcionamento da Secretaria de Comunicação.

Acho que tem sido até uma praxe, digamos assim, permitir que negociemos com os Ministros... eu diria até, Senador Aloysio, que essa não é uma prática só desses tempos; por diversas vezes, tive a oportunidade de negociar isso quando V. Ex^a, inclusive, era Secretário-Geral da Presidência da República, e eu era Deputado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Deputado ardido, hein...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Foi um período, inclusive, de ótima convivência com V. Ex^a ocupando um posto no Palácio do Planalto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu diria até aguerrido, mas com muito boa relação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sempre com espírito público muito elevado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Foi um aprendizado, inclusive, para mim muito grande. Eu diria até que saímos dessa situação, e não ganhei nenhum inimigo, pelo contrário, até mais amigo me tornei de V. Ex^a...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ...por conta dessa convivência. Agradeço a V. Ex^a a transformação. A gente pode dar sequência a essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Os Senadores que concordam com o convite ao Ministro Thomas Traumann, da Secretaria de Comunicação Social, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Aprovado o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço aos meus colegas. Ele virá comunicar à Comissão as razões desse documento. Já sabemos que quem não se comunica se trumbica. Às vezes, quem comunica o que não deve se trumbica mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Item 5 e último, de autoria do Senador Walter Pinheiro. RCT nº 11, de 2015, não terminativo.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para proferir palestra no evento GSMA Mobile 360 América Latina, que será realizada no dia 13 de maio de 2015, no hotel Sheraton Rio, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que as despesas referente ao citado no parágrafo anterior ocorrerão com ônus para esta Casa Legislativa.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

O que quer dizer GSMA?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, é uma tecnologia, o GSM, que se usa no mundo inteiro. A GSMA é a associação mundial que congrega operadores, fabricantes que utilizam essa tecnologia de GSM.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Telefones móveis?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso. Teremos um congresso no Rio de Janeiro, desdobramento, inclusive, do último congresso que aconteceu em Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não, perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Estou indo, inclusive, o convite foi feito à Comissão, por isso faço esse requerimento para representar a Comissão e não minha figura individual.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

Então, com a palavra, o autor do requerimento, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, Sr. Presidente, é um evento importante, como já falei.

Na realidade, o tema central desse evento é uma política que a gente vem tentando discutir no Brasil. Em São Paulo, até, existe uma experiência, hoje, em testes em relação a como promover o desenvolvimento nas cidades. E eu estou fazendo uma provocação mundial: acho que a gente tem que, Senador Aloysio, em vez de se preocupar só com as cidades, nós precisamos nos preocupar com o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Porque uma parcela expressiva da sociedade já tem o serviço, mas uma parcela maior da sociedade ainda continua completamente à margem desses serviços, que são avançadíssimos, mas que não conseguem, de forma nenhuma, atingir a maioria da população.

Portanto, esse é o tema que vou abordar nesse evento, porque tive a oportunidade de abordar em Barcelona fazendo essa provocação mundial. E espero que a gente consiga fazer esse debate, inclusive com o Governo brasileiro, lá no Rio de Janeiro.

As despesas que estão citadas aí são as despesas só de deslocamento, até porque vou sair daqui, de manhã cedo, e volto, à noite, para, ainda acompanhar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – E temos a certeza, Senador Walter, que a sua participação trará proveito a todos nós desta Comissão.

Eu tenho, inclusive, ainda mais alguns argumentos, aqui, justificativos de parte de Anne Bouverot, Diretora Geral da GSMA, nesse evento, que terá a sua primeira edição na América Latina, e palestrantes de alto nível, de toda a região, que farão apresentações sobre temas importantes para a indústria, como inclusão de oportunidades para reduzir exclusão digital, aumentos do retorno sobre investimentos na rede, identidade digital, serviços financeiros móveis, comunicações máquina a máquina, e modelos de negócio sustentável para o 4G. O evento contará com tradução simultânea para todas as apresentações em três idiomas: português, espanhol e inglês. Mais informações sobre o evento no endereço no *site*.

Em discussão o pedido do Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Aprovado.

Então, lembrando apenas que temos uma nova reunião amanhã, às 9h, dentro da urgência que a matéria nos obriga para levar adiante a discussão sobre o marco legal da biodiversidade.

Está encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores João Alberto Souza, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparece à reunião o Senador Ronaldo Caiado, não membro da

Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto Lei da Câmara n.º 2, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Telmário Mota, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pela apresentação de duas emendas. Em 24/03/2015, foi concedida Vista coletiva pelo prazo regimental de 24 (vinte e quatro) horas. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Telmário Mota, Hélio José e Ronaldo Caiado, Senador não membro da Comissão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, acatando as emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U, todas apresentadas no prazo único, nos termos do art. 375, I, do RISF, com as Emendas nº 137 e 138-CCT. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e **Informática** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Lasier Martins**, Presidente Eventual Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de março de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Há, sobre a mesa, um requerimento do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, encaminhando a indicação do Senador Hélio José, do PSD, do Distrito Federal, para Vice-Presidente desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Portanto, já na próxima sessão, com a Presidência do nosso titular, Cristovam Buarque, certamente, já teremos a confirmação da eleição do cargo de Vice-Presidente desta comissão, que, por ora, está vago e me traz aqui como Presidente eventual.

Como se sabe, depois da vista coletiva concedida ontem, pelo prazo regimental de 24 horas, estamos discutindo o PLC nº 2, de 2015, não terminativo, que regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1º-A, a alínea “j”, do art. 8º, a alínea “c” do art. 10, o art. 15 e os §§3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, e revoga a Medida Provisória nº 2.186, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A relatoria cabe ao Senador Telmário Mota; a autoria é da Presidência da República.

Como o relatório já foi lido pelo Relator, Senador Telmário, na 5ª reunião, realizada ontem, 24 de março, ocasião em que foi concedida a vista coletiva, pergunto se o Senador Telmário gostaria de usar a palavra em torno da matéria

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro, quero parabenizar o Senador Hélio por ter sido escolhido do bloco majoritário para ser o Vice-Presidente desta Comissão. Então, é um Senador preparado, é uma pessoa que tem um foco principalmente na questão energética e vai dar, sem nenhuma dúvida, uma grande contribuição para esta Comissão, tão importante no quadro do Senado.

Sr. Presidente, ontem, como ficou acertado aqui, eu me reuni com mais duas outras Comissões, a do Meio Ambiente e a CAS, eu acho, e estivemos debatendo as proposições que, ontem, o nosso relatório trouxe de mudança. Como eu falei ontem, das 34, nós rejeitamos a 82, tiramos, e as outras 33, substancialmente, só mudam três itens no projeto, que é aquele troca da expressão “populações indígenas” por “povos indígenas”, e a outra, que a gente propõe também, é no art. 2º, inciso XVI, que considerava só os elementos essenciais para a repartição de benefícios, e a gente faz uma proposição de que todos os componentes que forem do patrimônio biológico do Estado ou de conhecimento do País sejam também reconhecidos, e sejam aí divididos os benefícios. A outra alteração que a gente faz é a da lista. A gente propõe a lista negativa, enquanto que o projeto traz a proposta da lista positiva.

E, para a nossa felicidade, digamos assim, ao debatermos, principalmente com o relatório da Comissão de Meio Ambiente, essas proposições vão se encontrar no relatório final, elas vão convergir, porque também essas propostas estão sendo feitas pelo Senador Jorge Viana, pela Comissão do Relator Jorge Viana.

Inclusive, da lista, ele vai até mais longe um pouco. Ele coloca que sai a lista negativa e para que não haja a dificuldade, que é iminente da unificação de seis ministérios, porque tanto a lista positiva tinha que ser a partir da reunião de seis Ministérios quanto a negativa, e, se essa lista não sair em tempo pelos seis ministérios, ele faz proposições para que essa lista saia por meio do Executivo, de um decreto. Então, ele dá essa segurança, essa margem de segurança. Ele dá essa garantia.

E com relação ao item II, que nós passamos a considerar os componentes, ele até se aprofunda, ele fala que tudo o que compõe, que fez parte da composição, que fez parte do agregado, do produto final, deve ser compensado.

Então, eu acho que as nossas proposições são pertinentes, são proposições que têm na redação final do projeto... Não tem como esse projeto não voltar à Câmara, tem que voltar, porque esta Casa tem essa obrigação. O projeto, do jeito que está, na minha ótica, no meu modo de ver, deixa a desejar, muito, porque acaba oficializando a biopirataria, porque você acaba não pagando produtos que são componentes de um produto final. Esses ministérios acabam não se reunindo para ir reconhecer um conhecimento de um cidadão. Imagina um indígena lá numa comunidade que não tem nem meio de comunicação e aí chega lá o conhecimento científico, as empresas chegam lá, buscam o conhecimento dessa pessoa. Depois, como é que ele vai ter forças políticas de reunir seis ministérios para declinar uma lista em que o produto dele vai estar?

Então, para fazer justiça, eu acho que esse projeto precisa desses reparos, para ele buscar o caminho perto da perfeição ou daquilo que atenda às duas partes, não atenda só à parte dos empreendedores, porque o projeto aqui me parece ter uma visão de atender aos empreendedores, porque aquelas comunidades tradicionais, aquelas comunidades indígenas que estão lá muito distantes neste País não têm esse acesso e não têm essa força política de realmente rever qualquer dano que possa acontecer em cima dos seus conhecimentos.

Então, eu acho que o Senado, com essas medidas, tem a preocupação e o zelo de não dar nem muito ao mar, nem muito à terra, mas de balizar um projeto que atenda ao Brasil, que atenda à comunidade científica, que atenda ao setor produtivo, mas que, sobretudo, não perca de vista aqueles que são detentores, que são conhecedores de conhecimentos acumulados ao longo do tempo e que poderão muito servir à sociedade, não só à brasileira, mas à sociedade mundial.

Eu queria fazer essas ponderações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A matéria está em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber, como Líder, se eu poderia fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É evidente. Mesmo não sendo membro, V. Exª sempre tem contribuições muito ricas em todos os setores do Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria ponderar, Sr. Presidente, que essa matéria é uma matéria extremamente complexa – com todo o respeito ao nobre Relator – e que nós temos pontos que são polêmicos e que, desde a semana passada, nós estamos tentando chegar a um quadro de entendimento.

Desculpe-me por ter chegado aqui um pouco atrasado, mas eu ouvi as conclusões finais do nobre Relator, que, no seu próprio texto, realmente altera para “povos indígenas”. O texto “povos indígenas” não caberia nesse projeto de lei. Caberia sim, Sr. Presidente, se fosse feito em uma emenda à Constituição, porque a Constituição brasileira é que define população indígena. Então, não tem como uma lei ordinária revogar uma norma constitucional. Se, amanhã, a pretensão for essa, que é válida, ou as pessoas quiserem defender essa tese, de criar povos e nações, isso tem que ser uma matéria discutida em rito de emenda à Constituição brasileira.

Na definição, ao mesmo tempo, do que pode ser, na distribuição e na incidência desse patrimônio genético, também é uma matéria que vem se arrastando por longo tempo. Houve um entendimento, ontem, que nós buscaríamos, entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e a de Meio Ambiente, um acordo para tentar produzir o que fosse possível de um texto único. Não sendo possível, é lógico que essas emendas serão destacadas. A Comissão de Meio Ambiente é uma Comissão temática, uma Comissão que tem uma certa prerrogativa sobre essa matéria, por ser aquela que fará o texto que será levado ao Plenário do Senado Federal. Como tal, Sr. Presidente, eu pediria ao nobre Relator, já com uma presença escassa de membros da Comissão, que, como essa matéria não tem o quórum suficiente para ser votada, nós pudéssemos, ainda no decorrer do dia, buscar um entendimento com o Relator Jorge Viana, do Meio Ambiente, e com o Presidente Otto Alencar, para que, aprovando esse texto apresentado pelo Senador Telmário, ele colocasse aqui uma posição que é uma posição que não foi convergente também com a Comissão de Agricultura do Senado Federal. Cada Comissão tem a sua independência resguardada, mas eu acho que, por ser esse tema, ele não poderá sair tão fatiado do Senado Federal. Há um relatório na Comissão de Meio Ambiente, há um relatório na Comissão de Ciência e Tecnologia, há outro relatório aprovado na Comissão de Agricultura. Isso mostra uma total dessintonia, uma total falta de convergência naquilo que é o pensamento do Senado Federal.

São algumas contribuições que eu quero trazer, Sr. Presidente, porque, ontem, o Senador Jorge Viana elencou 15 modificações ao texto da Câmara. Sobre todas as 15 modificações ao texto da Câmara, sobre todas elas, nós vamos apresentar destaque de votação em separado. Então, é uma matéria que vai se arrastar longamente e nós teremos aí, inevitavelmente, o retorno desse texto. Se alguma dessas emendas for rejeitada, esse texto voltará à Câmara dos Deputados, o que é o trâmite normal. Eu entendo isso. Mas as ponderações que faço são para que possamos avançar no dia de hoje, já que, às 11h, nós teremos também a reunião do Meio Ambiente, já há o texto publicado do relatório do nobre Relator, Senador Telmário, e acredito que vários Parlamentares aqui terão a oportunidade também de pedir vistas e apresentar emendas ou, talvez, uma sugestão para que seja votado o texto original, assim como foi feito na Comissão de Agricultura: vota-se o texto que veio da Câmara e, se for dada a preferência, nós manteremos aquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados. E assim seguiremos para a Comissão de Agricultura.

É apenas uma sugestão, como V. Ex^a me autorizou a participar aqui. Eu agradeço, desde já, pela compreensão e, ao mesmo tempo, pela tolerância de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senador.

Nós vamos ouvir o Relator, Senador Telmário. Mas nós não temos mais como segurar esse projeto aqui. Inclusive, há quórum nominal para a votação. Mas o que nós temos percebido, Senador Telmário, é que há um sentimento de insatisfação com esse projeto. Em todos os pronunciamentos que estamos ouvindo, há uma inquietude. Não era isso que nós queríamos. Sabe-se lá de quanto tempo precisaríamos, mas a premência do tempo está nos conduzindo a concluir por um projeto que vai deixar a desejar e que sofrerá críticas ao longo do tempo.

V. Ex^a tem a palavra, Relator, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Senador Caiado, que, sem nenhuma dúvida, é um Parlamentar que tem muito a contribuir. Mas eu queria discordar dele com relação, iniciando, à palavra “povos”. Isso é reconhecido internacionalmente, inclusive pela Organização Internacional do Trabalho, e é justo. É justo! É uma coisa que me parece, até para o nível do projeto, que não seria a essência do debate. Parece-me mais periférico, a título de tirar a atenção do verdadeiro projeto.

As outras proposições já foram.... Eu estive, ontem, na reunião das três Comissões e as proposições que estão ali colocadas têm a mesma característica ou mais profundas mudanças do que o que é proposto aqui. Na verdade, as mudanças que fizemos nesta Comissão se pautaram por aquilo que realmente interessa à Comissão: tecnológica, etc.

E eu acho que... Ontem, tivemos o dia todo para fazer as proposições, as alterações, tivemos esse encontro, discutimos alteração por alteração com o Senador Viana e os demais membros das outras Comissões, e entendo que as nossas proposições são justas, são coerentes com o aprimoramento do projeto. Porque, vejam que esse projeto não está bem concebido, mas o Senado tem as suas prerrogativas de fazer essas alterações. Eu acredito que ele pode ter sido até exaustivamente debatido lá na Câmara, mas talvez não se tenha dado a auditiva necessária que esta Casa deu. Aqui, nós ouvimos inúmeras entidades, ouvimos inúmeras pessoas aqui, todas as categorias e representatividades. Então, eu acho que esta Casa está sensível a essas proposições e é por isso que a gente está se agarrando a essas pequenas mudanças. Foram cento e tantas emendas. Dessas, nós pegamos apenas 33 para mudar três itens, que não alteram substancialmente, mas que dão e permitem a verdadeira divisão dos conhecimentos da biodiversidade.

Então, Sr. Presidente, as proposições do Senador Caiado não me convenceram da mudança das nossas proposições.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS. *Fora do microfone.*) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu acredito que, pelo baixo quórum que temos aqui na nossa plenária, seria importante, pela complexidade do assunto e pela importância do relatório apresentado pelo Senador Telmário, que a gente pautasse para uma próxima sessão a questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não há tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Não há tempo, Sr. Presidente? Está complicado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Estamos em regime de urgência. É aquilo que temos salientado: estamos atropelados com este projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Certo. E como vamos deliberar? Porque não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu pergunto ao Senador Telmário se podemos votar. Se for nominal, teremos que fazer uma suspensão dos trabalhos por alguns minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu proponho a votação, porque nós já demos os tempos de prorrogação necessários. Ontem, tivemos o dia inteiro para este debate. Passei o dia inteiro buscando este entendimento e o entendimento aconteceu. O que a gente está percebendo, Sr. Presidente, na verdade, são as forças produtivas tentando manter um projeto que prejudica, de verdade, aqueles que são detentores do conhecimento, que são as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas. E mais do que isso: acaba, aí, mais uma vez... Aí, você vê a própria presença do Senador que saiu agora...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Caiado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Caiado tem esse objetivo. Ele está até muito nervoso, indo de Comissão em Comissão e tentando manter o projeto original, não é? E isto, com certeza, não é bom para o Brasil, não é bom para a nossa biodiversidade, não é bom para o nosso patrimônio, não é bom para o nosso marco, e não é bom, principalmente, para os conhecedores e detentores de conhecimentos tradicionais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Bem, então podemos encerrar a discussão, não é, Senador Telmário, e partir para a votação?

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa, então, a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, acatando aquelas inúmeras emendas já citadas em duas sessões, todas apresentadas no prazo único, nos termos do art. 375 do Regimento Interno do Senado, com duas emendas, e rejeitando as demais.

A matéria, portanto, vai ao Plenário.

Sendo esta a única matéria para a sessão de hoje, que presumíamos que fosse bem mais longa, damos por encerrada esta sessão.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 38 minutos.)

Edição de hoje: 388 páginas
(O.S. 11516/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

